



Observatório da
**EMIGRAÇÃO
BRASILEIRA**

Textos selecionados

Observatório da
EMIGRAÇÃO
BRASILEIRA

Textos selecionados



Universidade do Minho



**Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO) -
UNICAMP**

Av. Albert Einstein, 1300 – CEP: 13081-970 – Campinas - SP - Brasil
- Fone: (19) 35215898
www.nepo.unicamp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

Reitor

Paulo Cesar Montagner

Coordenador Geral da Universidade

Fernando Coelho

**Coordenadora de Centros e Núcleos Interdisciplinares de
Pesquisa**

Raluca Savu

**Coordenador do Núcleo de Estudos de População Elza
Berquó - NEPO**

Gláucia dos Santos Marcondes

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Demografia

Alberto Jakob

Chefia do Departamento de Demografia

Luciana C. Alves

Observatório da EMIGRAÇÃO BRASILEIRA

Projeto de Cooperação Internacional Brasil-Portugal – CNPq -
Universidade de Lisboa e Universidade do Minho
(processo n. 441952/2023-2)

Apoio

Ministério Público do Trabalho - MPT
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico

Comitê de Publicação

Rosana Baeninger

Fabiana Grassano

Flávia Fábio

Capa, Projeto Gráfico, Produção Editorial e Diagramação

Traço Publicações e Design: Flávia Fábio e Fabiana Grassano

**FICHA CATALOGRÁFICA
ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ADRIANA FERNANDES – CRB 6332**

E53 Observatório da Emigração brasileira: textos selecionados. Rosana Baeninger; Andrea Oltramari; Jorge Malheiros; Duval Fernandes; Victor Barros (coordenação). – Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2025.

376 p.

ISBN 978-65-87447-37-7 digital

1. Migração internacional. 2. Emigração. 3. Brasil. I. Baeninger, Rosana. II. Oltramari, Andrea III. Malheiros, Jorge, IV. Fernandes, Duval; V. Barros, Victor; VI. Título.

CDD 301.328

Este livro conta com a parceria de diferentes instituições e autorias, sendo os/as autores/as responsáveis pelo seu conteúdo, preparação e revisão dos textos.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
TEXTOS SELECIONADOS	
Portugal: da integração à exclusão dos imigrantes?	12
Jorge Malheiros, João Carlos Jarochinski Silva	
Migração e deportação de brasileiros na era Trump	20
Sueli Siqueira, Franco Dani de Araújo e Pinto, Gláucia de Oliveira Assis, Alexandre Batista Pereira	
O estrangeiro radical: uma incursão psicanalítica e filosófica sobre estrangeiridade, hospitalidade e diferença	34
Francisco Carlos dos Santos Filho, Luciana Oltramari Cezar, Cláudia Concolato, Andrea Poleto Oltramari, Vania Lisa Fischer Cossetin	
Brasileiros em Portugal: o que nos diz o censo português de 2021	48
Romerito Valeriano	
Desafios da imigração na Comunidade Intermunicipal do Ave: o caso do município de Guimarães	59
Bruna Filipa Araújo Marques, Isabel Maria de Freitas Soares Ferreira, Victor Freitas de Azeredo Barros	
Migração qualificada brasileira para Portugal: ensino superior e inserção ocupacional entre 1991 e 2021	76
Wilson Fusco, Leandro Nazareno Basílio Jr	
A diáspora científica brasileira em Portugal: desperdício de cérebros e o precariado em evidência	87
Andrea Oltramari, Aline Chima Komino	
Sobrequalificação de imigrantes brasileiras: notas de pesquisa	97
Joice Domeniconi, Juliana Ribeiro, Rosana Baeninger	
Do estigma à resistência: mulheres imigrantes brasileiras em Portugal e desafios persistentes	106
Camila Lamartine	
Brasileiras em Portugal e na Espanha: uma leitura decolonial	113
Juliana Carvalho Ribeiro	
Dinâmicas institucionais no campo migratório: um panorama das organizações da sociedade civil em Portugal e a centralidade brasileira	124
Aline Chima Komino, Elisa Yoshie Ichikawa	
A jornada das andorinhas: relatos da diáspora científica brasileira em Portugal	135
Debora Costa, Elizomar Nobre	
Sindicalismo e migrações: casos de Portugal, Itália e Brasil	146
Alba Valéria Oliveira Ficagna, Andrea Poleto Oltramari, Sandra Regina Cela	
Alfabetização cultural crítica, migração e equidade educativa	152
Taluana Laiz Martins Torres	
O programa Au Pair como estratégia migratória e de inserção laboral de brasileiras na Alemanha	160
Roberta Guimarães Peres, Ana Lage Martins	
Mulheres migrantes brasileiras e trabalhos de cuidados: faxineiras, manicures e babás em Paris	171
Ester Gouveia Martins	

Brasil, Estado-tampão no Sul Global	182
Rosana Baeninger	
Políticas para quem? A utopia dos direitos no contexto da globalização e da migração venezuelana para o Brasil	193
Denise Figueiró Mendes	
Precariedade laboral e auto-percepção de saúde mental de imigrantes venezuelanos: uma investigação em curso	201
Katielle Silva, Olimar González García	
Entre o acolhimento e a rejeição: a saúde mental no humanitarismo militarizado	215
Isabeau Cristina de Sousa Bezerra, João Carlos Jarochinski Silva	
Política de migração no Brasil: respostas brasileiras à diáspora venezuelana	227
Denise Figueiró Mendes, Duval Magalhães Fernandes	
Fronteira Roraima: considerações preliminares ao seu estudo	233
Natália Belmonte Demétrio	
A emergência da emigração internacional em Rondônia	240
Renata da Silva Nobrega	
Notas de pesquisa sobre brasileiros emigrados em fronteira	252
Marco Aurélio Machado de Oliveira, Patricia Teixeira Tavano, Jéssica Canavarro Oliveira, Isadora Sgarini de Moraes	
Las redes migratorias y su relación con la inserción de migrantes paraguayos en el rubro de la confección textil en el Área Metropolitana de São Paulo	262
Paulo Mortari	
O acordo de mobilidade CPLP e a evolução do Sistema Migratório Lusófono	275
Duval Fernandes, Lucas França de Oliveira, Victória Ferraz Lima	
Migrações internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): tendências recentes para o Brasil	289
Rosana Baeninger, Natália Demétrio, Joice Domeniconi	
Imigrantes dos países de língua portuguesa residentes no Ceará: uma análise recente (2010 a agosto de 2024)	310
Silvana Nunes de Queiroz, Ricardo Monteiro de Carvalho	
Redes migratórias angolanas em São Paulo: fundamentos e modalidades	322
Sofia Caselli Furtado	
Imigração haitiana em Campinas/SP: a importância das igrejas protestantes	332
Sophia Damiano Rôvere	
Inserção ocupacional de imigrantes internacionais no setor de serviços nas metrópoles brasileiras	344
Joice Domeniconi, Rosana Baeninger	
Expulsões: a vida numa mala de viagem	361
Juliana Arantes Domínguez	
Entre uma governança migratória restritiva e a retomada da participação social de imigrantes: um balanço da II Comigrar	366
Luís Felipe Aires Magalhães	

A decorative graphic on the left side of the page. It features a thick vertical brown bar. To its right, a large, stylized, dark brown letter 'I' is written in a calligraphic style. A thin, light orange line follows the curve of the 'I'. A small dark brown circle is positioned on the vertical bar, with a thin dark brown line extending from it to the left side of the 'I'.

Introdução

Esta publicação é produto do *Observatório da Emigração Brasileira*, projeto interdisciplinar e interinstitucional, que contribui para avançar no conhecimento científico acerca das migrações internacionais através de sólidas parcerias nacionais e internacionais. O *Observatório da Emigração Brasileira* está sediado no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em projeto de Cooperação Internacional com a Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho (Processo n. 441952/2023-2).

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos processos migratórios do Brasil contemplando uma análise ampla da emigração brasileira, a problemática do *Observatório da Emigração Brasileira* contribui com o conhecimento teórico, metodológico e empírico acerca das configurações e das especificidades que os processos migratórios internacionais assumem na contemporaneidade. Considerando as transformações nos processos migratórios internacionais para, no e do Brasil, com ênfase na emigração, a pesquisa contextualiza o país na rota das migrações internacionais, o que contempla considerar o contexto mais amplo referente à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), das migrações fronteiriças, das migrações no Mercosul, das migrações Sul-Norte e das migrações Sul-Sul.

Em uma perspectiva interinstitucional, interdisciplinar e internacional incorpora pesquisadores e pesquisadoras de diversas formações acadêmicas que dialogam com o fenômeno migratório; a saber:

- Universidade Estadual de Campinas
- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- Universidade de Lisboa
- Universidade do Minho
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- Universidade Federal de Roraima
- Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
- Universidade Regional do Cariri
- Fundação Joaquim Nabuco
- Universidade Federal de Rondônia
- Universidade Vale do Rio Doce
- Universidade Tecnológica Federal do Paraná
- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Associação Científica de Psicanálise e Humanidades de Passo Fundo

Conta, ainda, com o apoio institucional da Embaixada da República Federativa do Brasil em Lisboa; da Casa do Conhecimento da Universidade do Minho; do CEG-IGOT – Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território/Universidade de Lisboa; do SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações/ISEG-Universidade de Lisboa.

Do ponto de vista teórico, o *Observatório da Emigração Brasileira* analisa os processos migratórios transnacionais, calcados em apreender as novas mobilidades da população presentes em sua simultaneidade na imigração, na emigração, nas etapas e no trânsito migratório no contexto das migrações transnacionais. Do ponto de vista metodológico, traz a relevância de enfrentar os desafios das fontes de dados e das metodologias para apreender o fenómeno migratório no século XXI, em especial a emigração.

Nesse sentido, esta Coletânea “**Observatório da Emigração Brasileira: textos selecionados**” analisa as tendências recentes da emigração brasileira – em especial para Portugal, mas com importantes contribuições para Espanha, França, Alemanha – bem como os processos migratórios no Brasil, trazendo dimensões transnacionais das migrações, o sistema migratório lusófono, a migração qualificada, a circulação de cérebros, a diáspora académica, as deportações, a reconfiguração das fronteiras, os novos espaços das migrações internacionais, as políticas restritivas à imigração, as mulheres na migração, a saúde mental de imigrantes.

Passados vinte e cinco anos do século XXI, as análises aqui apresentadas constituem um esforço em equipe para a atualização do debate e do conhecimento científico sobre as migrações internacionais em seus desafios teórico-metodológicos.

A decorative graphic on the left side of the page. It features a vertical gold bar. To its right, a large, stylized, dark red letter 'D' is partially visible, with a light red shadow behind it. The word 'Textos seleccionados' is written in a dark red, italicized serif font, positioned to the right of the 'D' and overlapping its shadow.

Textos seleccionados



Portugal: da integração à exclusão dos imigrantes?*

Jorge Malheiros**

João Carlos Jarochinski Silva***

O contexto migratório europeu vem sendo marcado por uma tendência para a implementação de políticas mais restritivas no âmbito dos fluxos migratórios e, também, do acesso à cidadania e aos direitos. Para além de verificações mais apertadas nos controles fronteiriços dos países signatários do Acordo de Schengen por força da aplicação do Plano Europeu de Gestão de Fronteiras, a criação de centros de detenção de imigrantes e a facilitação das deportações, esta propensão limitadora e securitária não só está patente no discurso político da União Europeia (UE) como emerge nos princípios de política da França, da Grécia ou de Portugal, para referir apenas alguns países. O acesso à nacionalidade por via do tempo de residência nos países europeus está também a ser ampliado ou aplicado nas suas formas mais longas em países como a Alemanha e, muito provavelmente, Portugal, quando forem aprovadas pelo Parlamento as alterações à Lei da Nacionalidade, em Setembro próximo. Mas também direitos básicos, como

* Este capítulo teve como inspiração original um curto texto publicado no dia 16/07/2025, imediatamente após as alterações legislativas promovidas pela Assembleia da República Portuguesa na Lei dos Estrangeiros (Lei n.º 23/2007) e circulou no caderno Mundo do site do Jornal Folha de S. Paulo com o título: "Portugal contraria tradição ao optar por política imigratória de exclusão" (Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2025/07/portugal-contraria-tradicao-ao-optar-por-politica-imigratoria-de-exclusao.shtml>)

** CEG-IGOT, Universidade de Lisboa.

*** Universidade Federal de Roraima / Bolsista Produtividade do CNPq.

o direito à vida em família, estão a ser limitados, como demonstram uma aplicação mais estrita dos princípios de reagrupamento familiar (e.g. impossibilidade de solicitar a vinda do cônjuge nos dois anos subsequentes à chegada ao país de destino) – algo que estão a fazer Portugal, a Bélgica ou a França – ou mesmo a suspensão, mais ou menos temporária, deste tipo de procedimentos, caminho que Estados como a Áustria ou na Alemanha começaram a percorrer em 2025.

Ainda que esta tendência reflita uma modificação no quadro político da Europa, marcada por um aumento dos governos de direita e centro-direita e por uma ascensão do voto populista, sobretudo associado à direita radical (Rooduijn, 2018; Madeira e Caldeira Neto, 2022) que incorpora no seu quadro de antagonismos uma oposição entre o “nós, os originários da nação e merecedores de privilégios” e os “outros, subordinados e sem acesso a estes”¹, parece corresponder também à passagem a um novo paradigma orientador das políticas de imigração. Este paradigma emergente afasta-se dos princípios de circulação controlada mas algo fluída dos imigrantes, e de promoção de uma tendência de igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros apoiada, em muitos casos, na interculturalidade. Emerge agora um quadro onde *restrição* e *controle* são os critérios primaciais, evidenciando-se, cada vez mais, lógicas funcionalistas (os imigrantes são trabalhadores antes de serem pessoas) e referenciais culturais que remetem para o assimilacionismo de normas, valores e práticas de cada um dos Estados europeus, assumidas como únicas, absolutas e essencialmente imutáveis.

Ao aprovar em 16 de julho de 2025 um conjunto de alterações à sua Lei que estabelece o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional², algo que surge na sequência de um primeiro conjunto de modificações efetuado logo em Junho de 2024, nos primeiros meses do governo atual da coligação de centro-direita, Portugal afirmou a sua posição no âmbito do paradigma restritivo emergente, aproximando-se mesmo do grupo de países europeus que aparece na vanguarda deste processo. Discutir o conteúdo e o significado destas mudanças num quadro mais alargado das orientações de política de imigração, é o que pretendemos fazer, de modo introdutório e breve nas páginas que se seguem.

Mudar o paradigma migratório de Portugal: o sentido das alterações legislativas, o discurso e a prática política

As importantes alterações na legislação que regula a imigração introduzidas em Julho em 2025 foram promovidas pelo governo de centro-direita liderado pelo primeiro-ministro Luís Montenegro (coligação PSD-CDS³) com o apoio do CHEGA, partido de extrema-direita⁴, enquadrando-se no supracitado contexto de restrições e limitações aos movimentos migrató-

¹ Ver, a este propósito, a obra de John Judis, *A Explosão do Populismo*.

² Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que incorpora diversas alterações posteriores.

³ Partido Social Democrata (PSD), centro-direita de tendência liberal moderada e Centro Democrático Social (CDS), direita conservadora tradicional.

⁴ Em Portugal, o Chega se define como Direita Radical, já no Brasil, a qualificação mais adotada é de Extrema-direita.

rios internacionais, também presente em muitos países da União Europeia, o que fornece um respaldo adicional ao governo português, que também justifica a necessidade destas alterações com um maior alinhamento com as propostas de regulação da UE. Atualmente, em termos comunitários, é o novo *Pacto para as Migrações e Asilo*, aprovado em Abril de 2024, que estabelece os macro-princípios comuns que devem ser respeitados pelos Estados-membros. Não obstante os esforços no sentido de integrar legislação dispersa, ultrapassar as limitações associadas ao Acordo de Dublin em matéria de Asilo⁵ e relevar a necessidade de se combater o tráfico de imigrantes e adotar estratégias marcadas pela solidariedade, vários especialistas (Conte & Yavcan, 2024; Häkli, Kudzemaité & Kallio, 2024) referem que o pacto ignora ou dá pouca atenção à vulnerabilidade dos migrantes, por exemplo não considerando devidamente os abusos de direitos humanos de que são vítimas no seu trânsito pelo Norte de África, para além de abrir a porta a processos desproporcionados de recusa de entradas e recurso à detenção de imigrantes irregulares e requerentes de asilo. Não obstante remeter para equilíbrios entre regulação de entradas e controle de fluxos, o teor do Pacto vai ao encontro do novo paradigma de regulação das migrações, inclusive ao secundarizar claramente a dimensão da integração dos migrantes (Conte & Yavcan, 2024).

Regressando à situação portuguesa, as modificações realizadas ocorreram especificamente na denominada “Lei de Estrangeiros”, a já mencionada Lei n.º 23/2007, para além da criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) na Polícia de Segurança Pública (PSP). Esta última retoma algumas das funções que o extinto Serviços de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)⁶ exercia, cabendo-lhe, entre outras atividades, as ações de detenção e expulsão dos que se encontram indocumentados no território, sendo previsível um aumento deste tipo de processos. As medidas aprovadas atingem toda a comunidade migrante, que nos últimos anos aumentou significativamente, passando, segundo os dados oficiais publicados pelo SEF e depois pela AIMA⁷, de cerca de 400 mil pessoas em 2016 para pouco mais de um milhão em 2023, considerando cidadãos da União Europeia e de outros países⁸. Os não comunitários, como os brasileiros, que são atualmente o grupo migrante mais numeroso em Portugal representando aproximadamente 38% dos migrantes, são os alvos dessas modificações na legislação.

⁵ O que no Brasil se refere ao Refúgio, já que há uma distinção no sistema americano entre Asilo e Refúgio, sendo que o último está vinculado à Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

⁶ O SEF era antiga entidade de natureza policial que, até 2023, exercia funções de controlo e fiscalização de pessoas nas fronteiras, geria os fluxos de imigração e asilo e assumia as funções administrativas relativas ao registo e outorga de documentos aos cidadãos estrangeiros.

⁷ A AIMA é a Agência para a Integração Migrações e Asilo de Portugal que herdou as funções administrativas antes atribuídas ao SEF, para além de incorporar também a política de integração de imigrantes por via do englobamento, por fusão, do antigo Alto-Comissariado para as Migrações (ACM).

⁸ Optou-se por não utilizar informação estatística mais atualizada, designadamente de 2024, por esta não estar estabilizada e ser objeto de contestação, não só política, mas também técnica. A este propósito ver artigo publicado em 2 de Agosto de 2025 no jornal Público, de Portugal, que inclui opiniões de entrevistados especialistas na temática das migrações.

Entre as mudanças introduzidas na legislação, destacam-se a alteração na forma de obtenção da autorização de residência CPLP, que passa a exigir visto prévio obtido nos países de origem; a extinção da possibilidade de obtenção de visto para procura de trabalho para pessoas que não sejam altamente qualificadas; e o estabelecimento de condições mais restritivas para a reunificação familiar.

Em relação às mudanças no âmbito do quadro migratório CPLP, regrid-se, sem qualquer avaliação estruturada, no processo de criação de um regime de mobilidade intercomunitária e de integração específico, caracterizado por princípios de solidariedade da Comunidade Lusófona. É certo que Portugal foi, inicialmente, o país desta Comunidade que mais avançou na transposição do *Acordo de Luanda de 2021 sobre Mobilidade na CPLP*, adotando uma autorização de residência específica e possibilitando a sua obtenção em Portugal. O recuo atual tem uma dimensão prática (a necessidade obtenção de visto antes do deslocamento para Portugal, o que faz desaparecer a maior fluidez que a disposição inicial permitia), mas também uma dimensão simbólica, uma vez que se afasta do estímulo à criação de um espaço de mobilidade humana que possa ir de par com outras dimensões da lusofonia estimuladas por Portugal, como as vinculadas à cultura e à língua portuguesa. De resto, para além desta medida, Portugal reforçou a exigência de apresentação do registro criminal aos cidadãos da Comunidade Lusófona residentes no país no momento de renovação dos seus títulos de residência CPLP, algo que implica, desde Fevereiro de 2025, uma validação por parte dos Serviços Consulares Portugueses. Como estes não estavam preparados para responder ao acréscimo de atuação que a exigência deste novo procedimento gerou, verificaram-se, nos meses de Maio e Junho, situações de atraso, incerteza e confusão ligados a filas de espera significativas⁹.

Esta evolução distancia-se da concessão de alguns benefícios que, do ponto de vista migratório, asseguravam condições mais favoráveis de ingresso e permanência para cidadãos oriundos dos países membros da CPLP em território português. Esta criação de uma espécie de “3º nível” de cidadania em Portugal para aqueles cidadãos (“após” os Portugueses e os nacionais da UE) tem conhecido avanços e recuos, correspondendo a criação do supracitado título de residência específico em 2022, a um passo em frente no processo. No entanto, este era, em simultâneo, objeto de crítica por parte das autoridades europeias, por não estar em linha com as exigências legais da UE e, também, pelos próprios migrantes, por não lhes conferir o direito de circulação e fixação nos outros Estados daquela Comunidade. Ainda que as alterações verificadas incluam a criação de um título mais alinhado com o formato europeu, mantêm a restrição referida e complexificam o quadro de acesso à autorização de residência CPLP, refletindo uma tendência de endurecimento nas políticas de entrada e permanência destes imigrantes. Em suma, mantém-se

⁹ A este propósito, ver, por exemplo, artigo na CNN online publicado em 22/5/2025 (<https://cnnportugal.iol.pt/imigrantes/filas-de-imigrantes/porque-e-que-ha-tantas-filas-de-imigrantes-a-porta-dos-servicos/20250522/682f865bd34ef72ee44655f6>) ou artigo publicado no dia seguinte no Diário de Notícias (<https://www.dn.pt/sociedade/governo-diz-que-filas-de-imigrantes-nos-servi%C3%A7os-consulares-s%C3%A3o-problema-limitado>) – acessados a 1º de agosto de 2025.

a existência da disposição específica, que em princípio contribui para condições de acesso mais favoráveis por comparação a outros cidadãos não comunitários, mas a sua utilização tem agora lugar em condições gerais mais restritivas. Isto está em linha, por exemplo, com a proposta de governo para alteração no acesso à nacionalidade por tempo de residência no país – atualmente, exigem-se cinco anos de residência aos estrangeiros para poderem solicitar a cidadania portuguesa; de acordo com a proposta que será levada pelo governo ao Parlamento português em Setembro, este prazo passará para sete anos, no caso dos cidadãos lusófonos, e dez anos nos restantes casos (se for aprovada). Também aqui se introduz uma vantagem para os estrangeiros da CPLP, mas num quadro de incorporação global de restrições, uma vez que os novos prazos são mais extensos para todos.

Sobre o visto de trabalho, há um flagrante desrespeito ao princípio da igualdade, pois em virtude da qualificação, permite-se ou não a possibilidade de vir para Portugal para procurar trabalho. Além disso, a supressão do visto de procura de trabalho para imigrantes sem altas qualificações parece uma medida em desacordo com o quadro de necessidades do mercado de trabalho português que, segundo, alguns estudos, apresenta a curto e médio prazo, mais carências entre os não qualificados e possuidores de qualificações intermédias do que entre os altamente qualificados (Peixoto *et al.*, 2017). Efetivamente, os dados atuais apontam que a realidade do mercado de trabalho português em setores muito deficitários de mão-de-obra, como a agricultura e pesca, a construção civil, o turismo, a restauração e o cuidado, é marcada por uma demanda essencialmente centrada em trabalhadores com qualificação média ou baixa (Malheiros *et al.*, 2025). Finalmente, não é muito perceptível a razão para a manutenção, no presente momento, de uma via específica para a procura de trabalho apenas destinada a estrangeiros não comunitários altamente qualificados, quando existem alternativas, diretas e indiretas, para este tipo de migração. Um exemplo corresponde à comutação de autorizações de residência para fins de estudo para autorizações de residência por motivos de trabalho no caso dos estudantes internacionais que demandam o ensino superior português, e outro ao *Cartão Azul*, título europeu transposto para a legislação portuguesa, destinado exclusivamente a migrantes altamente qualificados.

A redução deste canal de regularização, somada a medidas anteriormente adotadas — como a extinção da manifestação de interesse, que permitia a pessoas de fora da União Europeia já residentes em Portugal regularizarem a sua situação migratória —, provavelmente resultará num aumento do número de pessoas em situação irregular. Isso porque, além de ser impossível um fechamento completo das fronteiras, as dinâmicas do mercado de trabalho continuam a gerar procura que tem de ser satisfeita de forma relativamente célere. Assim, caso as rotas legais existentes se revelem inadequadas e a capacidade de resposta dos serviços da administração portuguesa (e.g. AIMA, Serviços Consulares, incluindo consulados) deficitária, num quadro de desejável crescimento económico com baixo desemprego, abre-se o espaço para o incremento no número de imigrantes em situação irregular. Mesmo com uma “via verde” para o recrutamento de imigrantes por parte das empresas, não parece fácil que a miríade de micro e pequenos

empresários que constituem o grosso do tecido empresarial português consiga (e deseje) funcionar no âmbito da burocracia e das exigências associadas a este canal.

Neste quadro, atrevemo-nos a prever que, em breve, regularizações extraordinárias venham a ser realizadas, como já ocorreu em outros momentos históricos, visto que o número de irregulares provavelmente aumentará, e a forma para conseguir prover alguma governança ao tema necessitará desse tipo de medida que poderia ser evitada se a política migratória mantivesse canais de regularização mais amplos e coerentes com as necessidades do mercado de trabalho em Portugal.

No que respeita ao reagrupamento familiar, as alterações parecem ir contra princípios fundamentais do respeito pelo direito à vida em família. Efetivamente, os imigrantes são forçados a estarem sem o contato regular com os seus esposos e esposas e outros familiares próximos em idade adulta durante um período superior a dois anos, visto que além do prazo legal de residência até ser possível formular o pedido de reagrupamento, se junta a burocracia para a formulação e atendimento da demanda de reunificação. Ademais, introduz-se aqui, novamente, um princípio de desigualdade, uma vez que isto não se aplica aos estrangeiros da União Europeia, para além de poder contribuir para agravar sensações e situações de potencial insatisfação e tensão social.

Nota Final

Se as deficiências na transição das estruturas político-administrativas que regulam a imigração, o incremento substancial do fluxo migratório nos últimos anos associado a uma incapacidade de resposta compatível dos serviços e as próprias modificações no mercado de trabalho português, justificavam a introdução de alterações nas políticas de imigração, tal não significa que estas tenham de seguir um modelo restritivo, securitário e que secundariza e transforma o “bom” princípio da integração, marcado por um quadro tendencial de igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros. Ao optar por este novo paradigma, Portugal alinha-se com os “ventos de mudança” que sopram da Europa, mas que também vão sendo visíveis em outros países do Norte Global, como o Japão e, acima de todos, os EUA.

A implementação deste novo paradigma de gestão da imigração tem consequências importantes a níveis diversos, sendo de destacar o seu significado no modo como se constrói a representação do “outro” na sociedade lusa, bem como o potencial impacto geopolítico e político.

Em relação ao primeiro aspecto, com essas medidas, o governo português rompe com uma tradição iniciada no início dos anos 90 do século XX (aquando da sua transição da “emigração para imigração”), quando começou a construir, num quadro político marcado por amplos consensos políticos (Jarochinski Silva, 2014; Malheiros e Peixoto, 2022), o edifício jurídico e administrativo que suportou e aplicou a política migratória, priorizando a integração e a valorização da interculturalidade. Foram estes elementos que fizeram de Portugal uma referência em matéria de política de integração de imigrantes ao longo destas décadas do século XXI (pelo menos até à pandemia da COVID19), justificando declarações de reconhecimento de organismos

internacionais como o Conselho da Europa ou a União Europeia, para além de posicionarem o país nos primeiros lugares de índices internacionais de integração de migrantes como o MIPEX¹⁰.

Em termos geopolíticos, o governo português, embora mantendo uma retórica que procura realçar a importância do espaço político da CPLP e enfatiza as “facilidades de integração” dos cidadãos destes países, por via da língua e da proximidade histórica, que em alguns discursos da direita radical parecem recuperar o quadro teórico do luso-tropicalismo (Freixo, 2015), cria, efetivamente, mais barreiras aos fluxos migratórios com estas origens (mesmo que lhe confira vantagens face aos imigrantes de outros países extra-comunitários, o quadro geral emergente é mais restritivo para todos). De um modo mais objetivo, em termos diplomáticos, afasta-se do fortalecimento de laços entre os países integrantes da CPLP¹¹, priorizando e promovendo as medidas políticas mais restritivas em vez de enfatizar possíveis medidas positivas nos domínios da migração (e.g. realização de formação profissional orientada nos PALOP¹²) ou da integração (e.g. extensão dos direitos políticos dos migrantes da CPLP).

Finalmente, no quadro da política interna, a ascensão da extrema-direita em Portugal que conduziu o partido CHEGA à segunda posição no Parlamento português com 60 deputados (em 230), está a fazer deste um aliado fundamental do governo de centro-direita liderado por Luís Montenegro em matéria de política migratória¹³. Atualmente, o discurso social anti-imigração dissemina-se nas redes sociais e encontra respaldo na retórica dos movimentos de extrema-direita, emergindo grupos que instrumentalizam a migração nos seus discursos políticos da pior maneira possível, ignorando princípios de igualdade e as próprias necessidades do país em termos económicos e demográficos. De algum modo, ao contrário do que uma certa retórica política quer fazer crer, Portugal está a abandonar princípios de gestão mais justa e generosa dos fluxos migratórios, ao mesmo tempo que desperdiça o seu legado inclusivo no domínio da integração de imigrantes, optando por políticas que incorporam uma dimensão de exclusão com base na origem das pessoas.

¹⁰ <https://www.mipex.eu/>

¹¹ O presidente de Angola, João Lourenço, manifestou “incômodo” com o pacote legislativo aprovado pelo Parlamento português em Julho último (<https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/presidente-de-angola-admite-incomodo-com-nova-lei-dos-estrangeiros> - acessado em 3 de agosto de 2025). Também o governo brasileiro segue com atenção o processo, tendo o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, referido que o “Brasil usará reciprocidade a restrições impostas por Portugal à imigração” (<https://www.publico.pt/2025/07/02/publico-brasil/noticia/brasil-usara-reciprocidade-restricoes-impostas-portugal-imigracao-2138761> - acessado em 3 de agosto de 2025).

¹² PALOP significa Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

¹³ As alterações introduzidas a 16 de Julho à Lei dos Estrangeiros tiveram voto favorável maioritário, mas apenas dos partidos do governo (PSD e CDS) e do CHEGA. Os restantes partidos representados no Parlamento, abstiveram-se ou votaram contra.

Referências bibliográficas

- Conte, C. & Yavcan, B. (2024), *Reflection Paper on the New EU Pact on Migration & Asylum*. Migration Policy Group, Bruxelas.
- Freixo, A. (2015). Ecos do luso-tropicalismo: a presença do pensamento de Gilberto Freyre no discurso da lusofonia. *Textos e Debates*, 2(27), 471-484.
- Häkli, J.; Kudzemaité, G. & Kallio, K. P. (2024), Devaluing personhood: The framing of migrants in the EU's new pact on migration and asylum. *Transactions of the Institute of British Geographers*, January 2024 (<https://doi.org/10.1111/tran.12676>).
- Jarochinski Silva, J. C. (2014). A europeização das políticas migratórias portuguesas para extracomunitários. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, (<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3600>).
- Judis, J. (2017), *A Explosão do Populismo*. Presença, Lisboa.
- Madeira, B., & Caldeira Neto, O. (2022). Direitas radicais e extremas: uma introdução. *Lusotopie. Recherches politiques internationales sur les espaces issus de l'histoire et de la colonisation portugaises*, 21(XXI (2)).
- Malheiros, J.; Honório, F.; Tavares, L. e Oliveira, J.A. (2025), *Trabalhadores Imigrantes no Mercado de Trabalho Nacional - Características, Necessidades, Desafios e Condições de Trabalho*. União Geral de Trabalhadores, Lisboa (relatório não publicado).
- Peixoto, J.; Craveiro, D.; Malheiros, J. e Oliveira, I.T (eds.) (2017), *Migrações e sustentabilidade demográfica*. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.
- Rooduijn, M. (2018), What unites the voter bases of populist parties? Comparing the electorates of 15 populist parties. *European Political Science Review*, 10:3, 351–368.



Imigração e deportação de brasileiros na era Trump

Sueli Siqueira

Franco Dani de Araújo e Pinto

Gláucia de Oliveira Assis

Alexandre Pimenta Batista Pereira*

Ao assumir o governo, o presidente republicano Donald Trump anunciou medidas rigorosas contra a imigração, tema central de sua campanha. Estima-se que cerca de 11 milhões de imigrantes irregulares vivam nos Estados Unidos, em sua maioria latino-americanos. Entre janeiro e março de 2025, como parte dessa política, quatro voos com brasileiros deportados chegaram ao Brasil, desembarcando no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. O primeiro voo, após escala não planejada em Manaus, revelou maus-tratos a 88 brasileiros — entre homens, mulheres e crianças —, situação que ganhou destaque na mídia e chamou a atenção das autoridades brasileiras. Após esse episódio, novos voos continuam sendo realizados, mas com tratamento diferente daquele aplicado no primeiro.

A repercussão do caso inicial mobilizou autoridades brasileiras, que negociaram com o governo dos EUA para garantir que os próximos voos ocorressem de forma mais segura e digna. Apesar do esforço, representado especialmente pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, até então o Aeroporto de Confins não contava com um Centro de Acolhimento ou Posto de Atendimento Humanizado ao Migrante, como já existia em Guarulhos-SP. Apenas após os acontecimentos de fevereiro foi criado um posto específico para esse fim.

* Professores Doutores da Universidade Vale do Rio Doce, professores do Programa de Mestrado Gestão Integrada do Território e pesquisadores do NEDER- Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional.

Este capítulo propõe uma reflexão sobre as recentes medidas migratórias adotadas pelo governo Trump. Inicialmente, aborda-se o fluxo migratório de brasileiros para os EUA, com destaque para a Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares (RGI-GV), reconstruindo, a partir de relatos, a formação da cultura de migração para a “América”. Em seguida, discute-se a chegada dos primeiros repatriados, evidenciando os impactos sobre os direitos humanos e a mobilidade das pessoas. As análises se baseiam em pesquisas realizadas pelo Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento Regional da Universidade Vale do Rio Doce – NEDER/UNIVALE.

A configuração do fluxo emigratório de brasileiros para os Estados Unidos

O Estado de Minas Gerais e, mais especificamente, a Região Geográfica Intermediária de Governador Valadares (RGI-GV), é um dos primeiros pontos do território brasileiro a se tornar um polo de partida de emigrantes laborais para os Estados Unidos. Diversos fatores econômicos, sociais, políticos e históricos contribuíram para o surgimento desse movimento migratório. Embora os fatores econômicos de atração e expulsão sejam relevantes, como afirma Portes (1995), a decisão de emigrar não se baseia apenas em aspectos econômicos. Há elementos históricos relacionados ao território de origem, às possibilidades concretas de elaborar e executar um projeto migratório, bem como aspectos subjetivos. Assim, a construção de um imaginário sobre a “América”, como demonstraremos a seguir, teve papel importante na constituição de uma cultura migratória nessa região (Margolis, 1994), configurando os Estados Unidos como uma terra de oportunidades.

O início desse movimento emigratório remonta à década de 1960, mais precisamente em 1964, quando 17 jovens valadarenses, oriundos das camadas altas da sociedade e fluentes em inglês, migraram para Nova York com visto de trabalho. Como e por que esses jovens emigraram? Pesquisa realizada em 2008¹ com 13 desses migrantes revelou que a decisão de partir foi motivada por informações recebidas de colegas intercambistas sobre a possibilidade de trabalhar e ganhar dinheiro em algumas regiões dos Estados Unidos (Siqueira, 2017).

Um fator histórico local relevante foi a descoberta, em 1940, de uma grande jazida de minério de ferro em Itabira-MG. A extração e o transporte desse minério ficaram sob responsabilidade da então Companhia Vale do Rio Doce, o que demandou a ampliação e reforma da ferrovia. O município de Governador Valadares, à época com uma população de 5.734 habitantes, recebeu engenheiros e funcionários norte-americanos encarregados das obras. Um bairro, denominado Acampamento da Vale, foi construído com casas que seguiam a arquitetura norte-americana, destinadas às famílias dos trabalhadores qualificados, tanto brasileiros quanto estrangeiros.

¹ Pesquisa “As redes sociais na configuração dos fluxos Migratórios”, 2008, coordenada por Sueli Siqueira e financiada pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE. Conexões entre os EUA, Europa e Brasil: uma análise da configuração de laços transnacionais construídos pelos novos e/imigrantes brasileiros, 2008-2010, coordenada por Gláucia de O. Assis, financiada pela FAPESC.

Esse foi um período de desenvolvimento da economia local, marcado por relatos de admiração da população em relação aos moradores do Acampamento, que possuíam eletrodomésticos como máquina de lavar roupa, batedeira elétrica, torradeira, aspirador de pó, entre outros. Os engenheiros circulavam pelas ruas poeirentas da cidade em Jeep Willys MB 4x4, conversavam em inglês e davam gorjetas em dólar. Desse período, permaneceu no imaginário popular a percepção da “América” como um lugar de riquezas e oportunidades.

“Eu ia com minha mãe para ajudar na limpeza da casa e do quintal [...] era muito diferente, ficava admirada com as coisas diferentes que tinha lá [...] uma máquina que limpava a poeira [aspirador de pó]” (Entrevista realizada em 2008, por Sueli Siqueira).

Finalizada a ampliação e reforma da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), os engenheiros norte-americanos deixaram Governador Valadares. Contudo, uma família permaneceu na cidade: Richard Pitt Simpson — o Mr. Simpson, como ficou popularmente conhecido — e sua esposa portuguesa, Dona Geraldina Simpson. O casal fundou na cidade uma escola de idiomas, o IBEU (Instituto Brasil-Estados Unidos). Em 1963, os primeiros intercambistas da escola viajaram para os Estados Unidos e, ao retornarem, trouxeram a notícia de que era possível trabalhar, ganhar muito dinheiro e ainda aperfeiçoar o inglês.

“Quando cheguei fazia fila na minha casa para ver o álbum de fotografia e para eu contar como era a vida lá. Durante muitos meses eu não conseguia falar de outra coisa, meus amigos só queriam ouvir sobre a vida lá” (Entrevista de um dos primeiros intercambistas, em 2008).

Esse fato histórico evidencia como foi se construindo a cultura migratória, servindo de pano de fundo para explicar como uma cidade do interior de Minas Gerais se tornou um ponto de partida da emigração de trabalhadores para os Estados Unidos. Contudo, outros fatores foram necessários para consolidar esse fluxo migratório.

Podemos considerar seis fatores determinantes para a configuração do panorama atual. São eles: a presença de fatores de expulsão na origem e de atração no destino; a formação de uma rede social que liga os dois pontos e reduz os constrangimentos; a constituição de uma comunidade étnica no destino; o surgimento de mecanismos facilitadores para o trânsito; o surgimento das famílias transnacionais; e a consolidação de uma cultura da emigração (Siqueira 2017).

Na década de 1960, a hoje denominada RGI-m-GV passava por um processo de estagnação econômica, com o esgotamento dos ciclos de desenvolvimento que haviam sido pujantes nas décadas anteriores. Os primeiros jovens que migraram com visto de trabalho pertenciam a famílias da classe média alta, atingidas por essa crise econômica (fator de expulsão). As informações sobre a existência de um mercado de trabalho promissor no destino configuravam um fator de atração para esses jovens, que realizaram uma emigração de longa distância em busca de melhores condições de renda.

O projeto inicial era angariar capital financeiro, retornar ao Brasil e investir em empreendimentos na cidade de origem. Alguns de fato retornaram ao país, mas outros permaneceram

nos Estados Unidos. Esses primeiros emigrantes se tornaram pontos iniciais da rede migratória, apoiando a emigração de outros: buscavam os recém-chegados no aeroporto, ofereciam hospedagem, davam instruções iniciais e indicavam oportunidades de trabalho. Os que chegavam acolhiam outros, que por sua vez acolhiam mais pessoas, e assim a rede foi crescendo e se espalhando ao longo dos anos.

Com o crescimento do fluxo migratório, uma comunidade étnica foi se consolidando em diversas cidades da região da Nova Inglaterra² e, posteriormente, da Flórida. A West 46th Street, entre a 5ª e a 6ª Avenida, em Manhattan, Nova York, no final dos anos 1960, concentrava vários comércios brasileiros e passou a ser conhecida como “Little Brazil”. A existência dessas comunidades étnicas foi um fator importante para o fortalecimento do fluxo, pois ofereciam pontos de apoio e acolhimento.

Outro fator relevante para a configuração e a permanência do fluxo migratório foi o surgimento, ao longo dos anos, de mecanismos facilitadores para o trânsito. Esses mecanismos visavam facilitar a organização e a execução da viagem àqueles que desejavam migrar. Algumas agências de turismo, por exemplo, passaram a oferecer serviços completos, como o preparo da documentação para solicitação de visto americano, o agendamento de entrevistas e o transporte até o consulado.

Durante muitos anos, um mecanismo utilizado foi a falsificação de passaportes com visto de entrada para os EUA. Com técnicas cada vez mais sofisticadas, os falsificadores substituíam a foto original pela de outra pessoa interessada em emigrar. Essa prática foi interrompida com a adoção dos passaportes biométricos³, em 2010.

A travessia pela fronteira com o México também se tornou um mecanismo amplamente difundido e utilizado. Segundo o relato de um valadarense que migrou na década de 1960, ele e dois amigos utilizaram essa rota em 1969. Chegaram ao México como turistas e, com informações obtidas com mexicanos habituados a fazer a travessia pelo rio e pelo deserto, seguiram um grupo e conseguiram chegar ao destino. Segundo ele, foi o primeiro a divulgar essa modalidade de entrada no território norte-americano e utilizou essa rota para levar outros brasileiros que não conseguiam obter o visto.

“[...] meus amigos foram e contavam como era a vida lá. [...] quando eu via as fotos deles na Broadway eu ficava louco [...]. Tentei o visto de trabalho e não consegui, tentei de turista, também foi negado [...]. Eu e o Carlos tivemos a ideia de ir para o México e atravessar a fronteira. A gente não sabia nada de como funcionava, mas fomos com mais dois amigos. [...] foi difícil, mas conseguimos. Acho que fomos os primeiros brasileiros a fazer isto” (Entrevista realizada por Sueli Siqueira, em 2008).

² A Nova Inglaterra é uma região localizada no nordeste dos Estados Unidos, composta por seis estados: Maine, New Hampshire, Vermont, Massachusetts, Rhode Island e Connecticut. Foi uma das primeiras áreas colonizadas por europeus na América do Norte e tem forte importância histórica, cultural e econômica no país.

³ O passaporte biométrico é um passaporte eletrônico que contém um chip com dados do viajante.

Segundo Siqueira (2009), em pesquisa realizada em 2007, 32% dos emigrantes da RGI-m-GV utilizaram esse mecanismo para entrar nos Estados Unidos. No século XXI, diante das crescentes dificuldades para obtenção do visto de turista e com a exigência do passaporte biométrico, a travessia pela fronteira do México se intensificou, com a organização e o financiamento promovidos por agenciadores. Esses agenciadores tornam-se os contatos iniciais para acessar essa modalidade de entrada. As negociações são diversas, incluindo até a possibilidade de financiamento total ou parcial do custo da viagem.

“[...] eu só faço os contatos, combino as datas e a forma de pagamento [...]. Assim, depende de como tá a coisa lá [México], aí eles embarcam, né. Eu não vô, tem o contato lá [México] [...] espero juntar o grupo [...] uns 8, 12 [pessoas], tem vez que junta outros em São Paulo ou lá [México]. [...] aí tem de esperar [...] esperar a hora certa, oportunidade” (Entrevista realizada por Sueli Siqueira em 2020).

Ao longo da consolidação do fluxo de brasileiros para os Estados Unidos, a travessia pela fronteira do México foi se tornando um percurso cada vez mais caro e arriscado. O acirramento das medidas restritivas e dos controles nas fronteiras intensificou a atuação das redes de tráfico de pessoas (Assis, 2008). Redes que, inicialmente locais, passaram a ser subordinadas a redes internacionais, desenvolvendo um sistema complexo voltado ao tráfico ilegal de imigrantes (Santos, 2006).

No decorrer dos mais de 60 anos de movimento emigratório para os Estados Unidos, o projeto migratório e os fluxos sofreram transformações significativas. Da década de 1960 até meados dos anos 1990, os migrantes, em geral, eram jovens e partiam solteiros ou, se casados, deixavam suas famílias no Brasil. À medida que o fluxo se intensifica e cresce a inserção de mulheres no processo migratório, e com o estabelecimento de um movimento contínuo entre o Brasil e os EUA, configuram-se as chamadas famílias migrantes. Ao longo do tempo, essas famílias mantêm contatos entre os que partiram e os que permaneceram no país de origem, configurando o que a literatura denomina famílias transnacionais, que preservam conexões afetivas, econômicas e culturais através das fronteiras (Cogo, Passaró 2017; Carvajal, 2014).

No início do movimento migratório, as cartas eram o principal meio de comunicação entre os dois lugares. Posteriormente, surgiram as fitas cassete com longas gravações de voz, enviadas e ouvidas por toda a família e vizinhos. Os telefonemas, marcados com antecedência, reuniam familiares, amigos e vizinhos em torno do aparelho, aguardando o momento de cada um conversar com o parente distante — momentos de alegria e entusiasmo para os que ficavam (Assis, 1999). Atualmente, o uso de celulares, mídias sociais, WhatsApp, entre outros recursos digitais, permite uma convivência em tempo real entre os cotidianos dos dois lados (Domingos, et al, 2025). Essas famílias exercem papel fundamental na continuidade do fluxo migratório, pois contribuem para a redução dos constrangimentos da migração, conforme declarou um dos entrevistados.

“Vim no Cai. Cai, eu minha mulher, meus 2 filhos [um de 8 anos e outro de 10 anos], meus pais e meu irmão. [...] fiquei na casa do meu cunhado até conseguir uma casa para nós e ele foi indicando trabalhos para eu começar. Eles ajudaram muito, sem eles não ficava um dia aqui”. (Entrevista realizada por Sueli Siqueira em 2023).

Atualmente, quando uma pessoa ou uma família dessa região elabora um projeto migratório para os Estados Unidos, está, na maioria dos casos, migrando para um país estrangeiro, com língua e costumes desconhecidos. No entanto, encontrará uma comunidade étnica já consolidada e será acolhida por familiares ou amigos. Nessa perspectiva, as famílias transnacionais desempenham um papel importante ao minimizar os constrangimentos da migração.

Por último, mas não menos importante, destaca-se a cultura da emigração como um fator decisivo na configuração e na permanência desse fluxo migratório. Trata-se da percepção, por parte da população de determinado território, de que deixar o país de origem rumo a outro país é um projeto acessível e com resultados positivos — do ponto de vista econômico, social, emocional e cultural. Essa percepção impulsiona a elaboração de projetos de vida que incluem a emigração de longa distância, mais especificamente para os Estados Unidos, como uma possibilidade concreta entre outras oferecidas pelo território.

Essa percepção é continuamente reforçada no cotidiano das cidades da região. Ao longo dos anos, as notícias enviadas por cartas, vídeos, telefonemas e, mais recentemente, pelas redes sociais, relatam as possibilidades de viver e realizar sonhos nos Estados Unidos. O retorno de emigrantes com capital acumulado, que investem em empreendimentos, construções ou reformas de casas, evidencia as possibilidades de ganhar dinheiro, retornar e investir na terra natal. A chegada de caixas e contêineres repletos de objetos fascina aqueles que permanecem no território e contribui para alimentar e fortalecer a cultura da emigração.

O que muda na política migratória no governo de Donald Trump?

Rossana Reis (2003), ao comparar as políticas migratórias dos Estados Unidos e da França, demonstra que, ao longo do século XX, mesmo com a disseminação da ideologia dos EUA como “terra de oportunidades”, o país adotou leis restritivas à imigração, baseadas em critérios religiosos e raciais. A autora observa que, até meados do século XX, o debate sobre imigração girava em torno do eixo nativismo/religião civil. A partir do final do século, sobretudo após os atentados de 11 de setembro de 2001, esse eixo se desloca para a tensão entre direitos humanos e segurança nacional. O governo de Donald Trump reforça essa mudança ao justificar políticas de deportação em massa com base no argumento da ameaça à segurança, associando imigrantes — principalmente latino-americanos — ao crime.

A política migratória dos EUA sempre foi rígida quanto à documentação exigida para entrada e permanência no país. Como aponta Assis (2008), essa rigidez contrasta com a representação simbólica dos EUA como uma terra de oportunidades. Assim, as deportações funcionam como mecanismo de seletividade, definindo quem pode ou não permanecer no território. Desde a Segunda Guerra Mundial, estima-se que entre um milhão e um milhão e meio de imigrantes tenham sido deportados por não possuírem documentação adequada⁴. Exceções notáveis

⁴ Fonte :<https://www.myrtlebeachonline.com/news/nationworld/national/article294426084.html> acesso em 12 de fevereiro de 2025.

ocorreram nos governos de Jimmy Carter (1977–1981), com cerca de 200 mil deportações, e Barack Obama (2009–2017), com cerca de três milhões — número elevado, mas marcado por políticas complexas.

Durante seu primeiro mandato (2017–2021), Trump prometeu endurecer o controle da fronteira com o México e adotar medidas rigorosas de imigração, o que resultou em aproximadamente um milhão de deportações. Dados do Pew Research Center (2022), com base no Censo Americano, indicam a presença de cerca de 11 milhões de imigrantes não documentados nos EUA, dos quais cerca de 230 mil são brasileiros, segundo a ICE. Entre 2020 e 2024, foram realizados 94 voos com cerca de 7.500 brasileiros deportados⁵, o que reforça a presença histórica da deportação como política constante no país.

Com a posse de Trump para um segundo mandato, em 20 de janeiro de 2025, aprofundam-se as medidas restritivas. Em campanha, o presidente ignorou o papel histórico dos imigrantes no desenvolvimento do país e promoveu um discurso anti-imigração, atribuindo à população migrante a responsabilidade por problemas econômicos, sociais e de segurança. Logo no primeiro dia de governo, Trump assinou decretos que declararam emergência na fronteira, autorizaram envio de tropas, estabeleceram metas de prisões de imigrantes ilegais, permitiram o envio de detidos para Guantánamo e buscaram extinguir o direito à cidadania por nascimento (*jus soli*).

Esse conjunto de ações, somado ao discurso que criminaliza o imigrante, espalhou medo entre os que vivem nos EUA sem documentação. Prisões ostensivas em diversas cidades intensificaram o clima de insegurança, afetando diretamente as comunidades brasileiras. Os relatos a seguir evidenciam a angústia vivida por esses migrantes diante da ameaça constante da deportação.

“[...] não saímos para trabalhar esta semana, nem pra fazer compras [...] avisaram que a ICE estava nos arredores do Walmart” (Entrevista realizada por Sueli Siqueira, em 02 de fevereiro de 2025)

“[...] eu tava na estação [metro] e de repente uma mulher começou a gritar “go back to your contry, We don’t want you here”. Eu fiquei assustada e disse, “mas eu tenho os documentos,” I have documents”. [...] sou cidadã americana [...] mas ela não me ouviu e continuou gritando, eu cheguei em casa tremendo e desabei a chorar [...]. Tenho irmão, sobrinhos e amigos que não tem documentos [...] tou apavorada!” (Entrevista realizada por Sueli Siqueira, em 05 de fevereiro de 2025).

“[...] ela chegou em casa me perguntando se era verdade que o presidente mandou a gente voltar pro Brasil. [...] uma coleguinha disse isso para ela [...], ela só tem 7 anos⁶. [...] isso assusta a gente [...]”. (Entrevista realizada por Sueli Siqueira, em 10 de fevereiro de 2025).

⁵ Fonte: <https://horadopovo.com.br/algemados-brasileiros-expulsos-por-trump-ficaram-12h-sem-comer-denuncia-secretaria/> acesso em 10 de fevereiro de 2025.

⁶ Os pais não possuem os documentos para permanecer e trabalhar em solo americano, mas a filha nasceu nos EUA.

O discurso agressivo que identifica o migrante como criminoso e o responsabiliza pelo desemprego, pela violência e por outros males sociais acaba por autorizar a população nativa a praticar atos de discriminação, como os relatados anteriormente, ampliando os constrangimentos vividos pelos imigrantes — inclusive aqueles que estão documentados.

Afinal, quem são esses imigrantes? No caso dos brasileiros, estudos realizados por diversos pesquisadores que se dedicam ao tema — Assis, 1999; Sales (1999), Margolis (1994), Siqueira (2017), Moreira (2021), Fernandes e Ribeiro (2015) — demonstram que se trata, em sua maioria, de trabalhadores que emigram buscando territórios que lhes ofereçam possibilidades de trabalho e condições dignas de vida.

O perfil do emigrante brasileiro foi se transformando ao longo dos anos. Os primeiros emigrantes eram jovens, com idade entre 20 e 30 anos, oriundos de famílias com certo poder aquisitivo. Na segunda metade da década de 1980, o fluxo se intensifica e, marcadamente, os emigrantes passaram a ter, em sua maioria, o ensino médio completo e pertenciam à classe média afetada pelas consequências da crise econômica daquele período (Siqueira, 2009).

Com a consolidação das redes migratórias, das comunidades étnicas no destino e dos empreendimentos brasileiros nos setores de faxina, construção civil, restaurantes e outros serviços, somada à existência de famílias transnacionais, mecanismos facilitadores e ao financiamento parcial dos custos da viagem — especialmente pela rota do México —, a emigração de pessoas com menor poder aquisitivo aumentou consideravelmente no final dos anos 1990.

No início dos anos 2000, surgiu uma nova modalidade de entrada nos Estados Unidos, utilizada por brasileiros, conhecida pelos coiotes como Cai-Cai⁷. Trata-se de uma migração realizada pela fronteira do México por famílias acompanhadas de menores de 18 anos. Se antes o projeto migratório consistia em um membro da família emigrar, poupar recursos e retornar, agora ganha força uma nova configuração: a emigração de toda a família, sem a intenção de retorno ao Brasil.

Mesmo em um território com mais de 60 anos de fluxo emigratório e com fatores que tornam a migração mais acessível, ainda há um custo financeiro significativo que impede os mais pobres de concretizarem esse projeto. Emigrar exige capital social e financeiro. Na prática, ser imigrante irregular significa viver sob constante medo da deportação. Apesar da falta de documentos, muitos brasileiros conseguem trabalhar, alugar moradias e matricular seus filhos na escola. Isso porque, embora o discurso oficial seja de combate à migração irregular, a economia dos Estados Unidos depende da mão de obra imigrante. Esses trabalhadores atuam em setores como construção civil, agricultura, restaurantes, serviços domésticos, limpeza, lavanderias

⁷ Nesta modalidade a família vende tudo o que tem, muitas vezes fazem empréstimos e financiam o restante com os agenciadores, para travessia com uma criança pela fronteira do México com os Estados Unidos. Ao cruzar a fronteira, os imigrantes se entregam à polícia de Imigração norte-americana. Por estar com um menor de 18 anos, recebe uma tornozeleira ou um celular e é marcada uma data para comparecer a Corte Americana. São liberados para aguardar julgamento e conseguem entrar nos Estados Unidos e enquanto aguardam julgamento, trabalham, vivem vão procurando realizar o projeto migratório e pagar as dívidas contraídas no processo.

e redes de supermercados. Trata-se de uma força de trabalho flexível, mal remunerada, com alta rotatividade e sem garantias sociais. Muitos trabalham de 14 a 15 horas por dia, vivem em condições precárias e sonham em conquistar estabilidade financeira. Alguns desejam retornar ao Brasil; outros buscam regularizar-se e permanecer. A deportação, no entanto, interrompe esses planos e transforma o sonho em pesadelo.

A política migratória que criminaliza e desumaniza os imigrantes – como demonstrado nos decretos assinados nos primeiros dias do segundo governo Trump – trouxe insegurança e medo às comunidades migrantes. O temor da prisão e deportação sem julgamento afastou muitos de locais públicos, como igrejas, escolas e postos de trabalho.

Além do impacto direto sobre os imigrantes, essas políticas reforçam pautas anti-imigrantes e ampliam a xenofobia não só nos Estados Unidos, mas também em outros países. Ao retornarem ao Brasil, os deportados enfrentam o desafio de reconstruir suas vidas. Para isso, são necessárias políticas públicas que promovam não apenas a reinserção laboral, mas também o acolhimento psicossocial nos municípios de origem⁸.

Chegada dos primeiros brasileiros deportados no segundo mandato de Trump

No final de janeiro de 2025, 88 brasileiros foram deportados dos Estados Unidos em um voo fretado pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE), sob coordenação das autoridades norte-americanas. A decolagem ocorreu no dia 24 de janeiro, com destino ao Aeroporto Internacional de Confins, em Belo Horizonte (MG), mas a aeronave apresentou problemas técnicos e precisou fazer um pouso de emergência em Manaus (AM). Logo após o pouso, constatou-se que os brasileiros estavam algemados, o que gerou denúncias de maus-tratos e violação de direitos humanos. A Polícia Federal (PF) e outras autoridades do governo brasileiro, ao tomarem conhecimento do caso, proibiram a continuidade do voo na noite de sexta-feira (24) e exigiram a retirada imediata das algemas (Agência Brasil, 2025).

Em 26 de janeiro de 2025, o Itamaraty divulgou a Nota à Imprensa nº 36, classificando como inaceitável o uso indiscriminado de algemas e correntes, medida que viola termos de acordos bilaterais firmados com os Estados Unidos. O governo brasileiro ordenou o envio de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para transportar os deportados até Belo Horizonte, a fim de garantir condições dignas de viagem. A ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania, Macaé Evaristo, presente no desembarque, enfatizou que, embora os países possam estabelecer políticas migratórias, não podem desrespeitar direitos humanos (MRE, 2025a; Agência Brasil, 2025).

Após esse episódio, o governo federal emitiu pronunciamentos que ressaltaram a soberania do Brasil e o dever de assegurar o tratamento digno a seus cidadãos. O Ministério das Relações Exteriores confirmou que encaminharia pedidos de esclarecimento aos EUA e salientou a necessidade de respeito às condições pactuadas para voos de repatriação. Poucos dias depois, em 28 de janeiro, anunciou-se a criação de um posto de acolhimento humanitário para deportados, no

⁸ <https://www.instagram.com/p/DFf9HcLxZpL/>

Aeroporto de Confins em Minas Gerais, com a finalidade de oferecer acompanhamento psicossocial, facilitação de contato com familiares e encaminhamento para serviços públicos (Agência GOV, 2025).

No dia 7 de fevereiro de 2025, um segundo voo trazendo 88 brasileiros deportados pousou em Fortaleza (CE) para escala, seguindo depois para Confins (MG). Mulheres e crianças não foram algemadas desta vez e, assim que o avião tocou o solo brasileiro, as algemas dos homens foram retiradas. Como medida preventiva, o governo brasileiro montou um esquema de acolhimento e atendimento, incluindo acompanhamento do embarque por diplomatas no estado norte-americano da Luisiana e a disponibilização de equipes de apoio em Fortaleza e Belo Horizonte. Um dia antes, em 6 de fevereiro, o Itamaraty divulgou a Nota à Imprensa nº 60, informando que reuniões com autoridades dos EUA estavam em curso para ajustar o trajeto e as condições de viagem, objetivando evitar novos desrespeitos à soberania do Brasil e à dignidade de seus cidadãos (R7, 2025; MRE, 2025b).

Embora Minas Gerais historicamente receba o maior contingente de deportados brasileiros dos Estados Unidos, o governador Romeu Zema não adotou ações específicas de apoio direto a esses repatriados. Em entrevista concedida em 28 de janeiro ao jornal Estado de Minas⁹, o governador Zema afirmou que o problema não se restringe a deportar brasileiros ou algemá-los, mas sim ao fato de o país não oferecer condições dignas de vida. Na mesma declaração, o governador criticou gestões anteriores, responsabilizando-as pela saída em massa de brasileiros em busca de melhores oportunidades no exterior (Jornal Estado de Minas, 2025).

O município de Governador Valadares-MG adotou medidas para acolher seus cidadãos deportados. O Executivo determinou a instalação do “Serviço de Apoio ao Valadarense em Situação de Deportação dos EUA”, com uma equipe multidisciplinar integrada por assistentes sociais, psicólogos e cadastradores do CadÚnico, com o objetivo de auxiliar na reintegração social dos indivíduos e de suas famílias. A Secretaria Municipal de Assistência Social ressaltou que o retorno involuntário dessas pessoas muitas vezes ocorre em situação de fragilidade econômica e psicológica, demandando ações que vão desde a obtenção de documentos até o encaminhamento para programas de transferência de renda, oportunidades de trabalho e suporte psicossocial (Prefeitura de Governador Valadares, 2025).

As reações ao desembarque dos primeiros voos de deportados em 2025 evidenciam diferentes posturas. No âmbito federal, observou-se atenção ao respeito à dignidade dos cidadãos, com a interferência direta na retirada das algemas, a criação de pontos de acolhimento e a reivindicação de esclarecimentos diplomáticos. Já no plano estadual, não houve iniciativas concretas além de declarações do governador criticando as condições econômicas do país, em um completo desconhecimento dos componentes históricos e dos complexos fatores que definem a configuração e permanência de um fluxo migratório internacional. Em nível municipal, destaca-se a ação

⁹ Disponível em: <https://www.em.com.br/politica/2025/01/7046487-zema-problema-nao-e-deportar-estar-acorrentado-e-nao-dar-condicoes.html>. Acesso em: 28 jan. 2025.

do poder público do município de Governador Valadares, cuja administração buscou estruturar um serviço de apoio e proteção social, indicando que a articulação entre os diferentes entes federativos é essencial para garantir que brasileiros retornados forçosamente possam se reinserir adequadamente na sociedade local.

É interessante destacar que as medidas de acolhimento, tanto na esfera nacional quanto local, são recentes, embora as deportações de brasileiros tenham ocorrido há muitos anos. Entre 2020 e 2024, segundo dados da Polícia Federal, mais de 7 mil brasileiros foram deportados, sendo o maior número registrado em 2021 (G1 Mundo, 27/01/2025). Esses migrantes deportados permaneciam invisíveis — nenhuma ação de acolhimento por parte do poder público era acionada. No entanto, com o discurso de ódio adotado pelo presidente norte-americano, esses indivíduos passaram a ser visibilizados, e ações de acolhimento começaram a ser efetivamente mobilizadas.

A deportação dos imigrantes brasileiros e a violações a direitos humanos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) reconhece a dignidade inerente a todos os membros da família humana, base dos direitos inalienáveis e da liberdade. O artigo 2º garante o gozo desses direitos sem distinções, inclusive de “origem nacional ou social” (ONU, 1948). À luz desse princípio, as condições degradantes enfrentadas por deportados — como filas prolongadas, falta de alimentos e uso excessivo de algemas — indicam possíveis violações de direitos humanos. A DUDH expressa o compromisso das nações democráticas em rejeitar práticas discriminatórias e políticas de exclusão, como o apartheid, que culminaram em tragédias como o Holocausto.

Os direitos humanos são conquistas históricas e civilizatórias, cujo avanço deve ser progressivo. Assim, o tratamento desumano ou degradante a migrantes e refugiados fere diretamente a dignidade humana. A Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (ONU, 1984), como tratado internacional, estabelece padrões mínimos de proteção e representa uma conquista coletiva frente a práticas estatais opressivas. Conforme Vreche (2023), seu cumprimento reforça o papel das democracias na promoção de uma agenda global contra a tortura.

Fermentão e Castro (2018) destacam que, ao aderir a tratados internacionais, os Estados assumem responsabilidade por violações, mesmo antes da ratificação formal, o que torna ainda mais grave o desrespeito aos direitos de migrantes por países signatários da DUDH, como os Estados Unidos.

O respeito ao migrante deve ser visto como direito humano universal. Migrar é um ato legítimo, ligado à busca por felicidade e trabalho digno. A mobilidade internacional rompe barreiras e expressa o desejo por melhores condições de vida. O trabalho, nesse contexto, é uma extensão da personalidade e um direito fundamental (Sena, 2019), devendo ser reconhecido como instrumento de promoção de justiça social. A Declaração de Filadélfia da OIT (1944), ao afirmar que “o trabalho não é mercadoria”, reforça a luta contra a miséria e em favor da paz.

Reduzir o migrante a uma força de trabalho descartável representa uma forma de coisificação do trabalho humano. Ao cruzar fronteiras, os migrantes reafirmam valores universais de dignidade, igualdade e justiça. As políticas migratórias devem, portanto, garantir tratamento digno, rompendo com ciclos de exclusão social e sofrimento psíquico (Silva; Teixeira, p. 289).

Souza (2021) enfatiza que a mobilidade deve estar vinculada ao acesso ao trabalho decente, condição essencial para uma vida digna. É necessário reconhecer os direitos trabalhistas dos migrantes e combater a exploração da mão de obra estrangeira, promovendo uma sociedade mais justa, solidária e orientada por uma educação transformadora.

Embora os Estados tenham soberania para regular a entrada, permanência e exercício de trabalho de estrangeiros, isso não autoriza práticas que violem os direitos humanos. Prisões e deportações não podem se dar à margem dos princípios estabelecidos pela DUDH. Diante disso, é fundamental que a comunidade internacional e os países comprometidos com os direitos humanos repudiem a forma como o governo norte-americano tem conduzido sua política migratória, especialmente no tratamento dispensado aos brasileiros deportados.

Considerações finais

A migração laboral de brasileiros para os Estados Unidos tem início na década de 1960, intensifica-se na segunda metade dos anos de 1980 e permanece até os dias atuais. Sua configuração foi fomentada por fatores históricos, econômicos e culturais. No entanto, a constituição de uma rede migratória na origem e no destino, a formação de uma comunidade étnica em território norte-americano, os mecanismos facilitadores para a emigração – documentada ou não – e a consolidação de uma cultura da migração foram determinantes para a manutenção dessa mobilidade de brasileiros rumo aos Estados Unidos. Ao longo dos anos, esse movimento se adensou ou se retraiu de acordo com as condições de mercado e com as políticas migratórias nos países de origem e destino, como ocorre atualmente sob o governo de Donald Trump.

Historicamente, as deportações de imigrantes sem documentação para viver e trabalhar em solo americano foram recorrentes, variando conforme os contextos políticos e econômicos. O que se observa hoje, nas ações do atual governo dos Estados Unidos, é um movimento marcado essencialmente por motivações políticas, visto que a economia norte-americana depende da força de trabalho dos imigrantes. Nos discursos de campanha, o presidente Trump atribui à população migrante a responsabilidade por aspectos negativos da vida social e econômica do país, difundindo a imagem do migrante como criminoso e ameaçador da sociedade americana, o que contribui para fomentar o ódio e a xenofobia.

Em resposta às promessas de campanha de eliminar esse “mal” – ou seja, o trabalhador migrante que contribui para a construção da economia americana –, o presidente assina, como primeiro ato governamental, decretos que criminalizam o migrante e anunciam a deportação em massa. O medo e a insegurança rapidamente se espalham entre as comunidades de imigrantes.

A chegada do primeiro voo com repatriados ao Brasil gerou grande repercussão quando os meios de comunicação revelaram as condições degradantes a que os brasileiros foram

submetidos. O governo brasileiro reagiu, denunciando o desrespeito ao direito universal da pessoa humana e promovendo a acolhida necessária aos repatriados.

O respeito ao migrante deve ser compreendido sob a ótica dos direitos humanos e universais. Para além da territorialidade nacional, não há proibição ao ato de migrar — trata-se de uma premissa ligada à busca por melhores condições de trabalho e renda. Todo Estado democrático tem a obrigação de zelar pela dignidade humana, conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). A deportação é, sim, uma prerrogativa estatal; contudo, a observância da dignidade e do respeito ao ser humano não pode, sob nenhuma hipótese, ser negligenciada.

Para além das questões internacionais e de controle de fronteiras, o acolhimento na sociedade de origem é fundamental. Ao longo dos mais de 60 anos de fluxo migratório, diversos voos — sob diferentes governos, sejam democratas ou republicanos — chegaram ao Brasil, especialmente ao Aeroporto Internacional de Confins. Ainda assim, até janeiro de 2025, esse aeroporto não dispunha de um centro de acolhimento com atendimento adequado aos repatriados.

A invisibilidade dos migrantes retornados — forçados ou não — exige mais do que o acolhimento imediato: demanda políticas públicas estruturadas que promovam o atendimento integral à saúde física e mental, além da reinserção social e no mercado de trabalho. É necessário garantir que, ao retornarem, esses brasileiros encontrem não apenas portas abertas, mas também a possibilidade concreta de reconstrução de suas vidas com dignidade.

Referências Bibliográficas

ASSIS, Gláucia de Oliveira. A fronteira México-Estados Unidos: entre o sonho e o pesadelo-as experiências de e/imigrantes em viagens não-autorizadas no mundo global. *Cadernos Pagu*, p. 219-250, 2008.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA. *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, p. 125-166, 1999.

ASSIS, Gláucia de Oliveira; SIQUEIRA, Sueli. Entre o Brasil e a Europa: brasileiras negociando gênero e raça nas representações sobre “a mulher brasileira”, p. 1-22. In: *Dossiê Mulheres Brasileiras Migrantes: a des/re/construção do(s) corpo(s) brasileiro(s)*. Cadernos Pagu, n. 63, 2021.

CARVAJAL, Julia Cerda. Las familias transnacionales. *Revista Espacios Transnacionales*, v. 2, 78-88, 2014.

COGO, Denize; Passaró, Matheus. A foto roubada – Mídia, visibilidade e cidadania da imigração haitiana no Brasil. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Brasília, V.20, N.1, jan./abril 2017.

DOMINGOS Júnior, Wilson Ribeiro, NETTO, Cristiane Mendes, PINTO, Franco Dani Araújo e, SIQUEIRA, Sueli. Tecnologias digitais e a reconfiguração da comunicação transnacional na experiência migratória valadarense. *Contemporânea*. Revista de comunicação e cultura. v. 22, 2024.

FERMENTÃO, Cleide Aparecida Gomes; CASTRO, Leticia Facci de. A Recepção pelo Ordenamento Brasileiro dos Tratados de Direitos Humanos Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos Ou Degradantes. *Revista de Direito Brasileira*, São Paulo, v. 21, p. 141 – 154, set./dez. 2018.

FERNANDES, D. M.; RIBEIRO, J. C.. Migração laboral no Brasil: problemáticas e perspectivas. *Cadernos OBMigra*, v. 1, p. 15-37, 2015

MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil: an ethnography of Brazilian immigrants in New York City*. New Jersey: Princeton University Press, 1994.

ONU. *Organização das Nações Unidas*. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, de 10 de dezembro de 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 17 mar. 2025.

OIT. *Organização Internacional do Trabalho*. Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e seu Anexo (Declaração de Filadélfia), de 10 de maio de 1944. Disponível em www.ilo.org. Acesso em: 17 mar. 2025.

PORTES, Alejandro. The economic sociology of immigration: a conceptual overview. In: PORTES, Alejandro (org.). *The economic sociology of immigration – essays on networks, ethnicity and entrepreneurship*. NY: Russel Sage Foundation, 1995.

MOREIRA, Júlio da Silveira. *Violência contra Migrantes no México*. Goiânia: Editora UFG, 2021.

REIS, Rossana Rocha. Construindo fronteiras: políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998). *Tese de Doutorado em Ciência Política*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Gislene. Catarinenses na fronteira México Estados Unidos. *Travessia*. Revista Migrante, ano XIX, n. 55, maio/agosto 2006, pp.23-31.

SIQUEIRA, Sueli. História das migrações da Região de Governador Valadares-MG para os Estados Unidos. In: BÓGUS, Lúcia e BAENINGER, Rosana. *A nova face da emigração internacional no Brasil*. São Paulo: Educ, 2017.

SIQUEIRA, Sueli. *Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno*. Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SENA, Max Emiliano da Silva. *A Força Normativa do Valor Social do Trabalho*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

SOUZA, C. R. de. O Princípio da Esperança Como Elemento Propulsor Necessário à Promoção do Trabalho Decente dos Migrantes Laborais no Cenário de Crise da Pandemia da Covid-19 no Brasil. In: SOARES, Ricardo Maurício Freire; VITALE, Carla Maria Franco Lameira. *Paradigmas Atuais do Conhecimento Jurídico e Pandemia*. Salvador: Paginae, 2021: p. 61-86.

VRECHE, Carla Cristina. *No Safe Haven For Torturers: O Empreendedorismo da Anistia Internacional Para a Criação da Convenção Contra a Tortura*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2023.



estrangeiro radical: uma incursão psicanalítica e filosófica sobre estrangeiridade, hospitalidade e diferença

Francisco Carlos dos Santos Filho*

Luciana Oltramari Cezar**

Cláudia Concolato***

Andrea Poletto Oltramari****

Vania Lisa Fischer Cossetin*****

A questão da mobilidade humana e dos movimentos migratórios remonta a tempos imemoriais, é complexa e suscita controvérsias, convocando a uma abordagem interdisciplinar que permita tanto o debate quanto a construção de estratégias e políticas públicas. Solicita também, em virtude de sua extensão e relevância social, que o estudo do tema seja enriquecido

* Psicanalista, Doutor em Método Psicanalítico e Formações da Cultura pela PUCSP, professor e pesquisador aposentado da UPF, membro fundador e diretor da Escola de Psicanálise do PROJETO – Associação Científica de Psicanálise e Humanidades de Passo Fundo.

** Psicanalista, Doutora e Mestre em Educação pelo PPGEdU/UPF, membro fundador e diretora administrativa do PROJETO - Associação Científica de Psicanálise e Humanidades de Passo Fundo.

*** Psicanalista, Doutoranda e Mestre em Administração pelo PPGA/UFRGS, membro da equipe Diretiva e coordenadora do Núcleo de Trabalho e Subjetividade do PROJETO – Associação Científica de Psicanálise e Humanidades de Passo Fundo, Professora da Faculdade da Associação Brasileira de Educação - FABE.

**** Professora da Escola de Administração da UFRGS e do PPGA/UFRGS; Pesquisadora Colaboradora ISEG Research/SOCIUS; Coordenadora Adjunta do Observatório da Emigração Brasileira.

***** Doutora e Mestre em Filosofia pela PUCRS, Graduada em Filosofia e Artes e Acadêmica de Psicologia pela UNIJUÍ, professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Educação nas Ciências da UNIJUÍ.

com recursos teóricos que o ampliem e permitam modos novos de concebê-lo. A categoria do estrangeiro e da condição de estrangeiridade requer do tema um alcance que vá além da questão migratória como fenômeno de deslocamento territorial humano e adentre nos seus efeitos subjetivos – justamente a finalidade desse escrito – abarcando tudo aquilo que é sentido como radicalmente diferente ou infamiliar, ainda que esteja muito próximo de nós ou revele algo de nós mesmos.

A questão da estrangeiridade tem ocupado pensadores de campos diversos como a psicanálise, a filosofia, as ciências sociais e políticas, a literatura, as artes, adquirindo renovados significados sociais a cada crise que envolve conflitos internos de distintos países, guerras e ondas de violência e miséria que provocam êxodos e movimentos migratórios. Segundo Derrida e Dufourmantelle (2003), a questão que vem do estrangeiro se dirige a todos nós e nos convoca a refletir sobre o problema da recepção de tudo o que nos parece infamiliar e a hospitalidade possível frente ao estranho. Se a expressão “santo de casa não faz milagres” indica um sentimento de admiração pelo estrangeiro, vale lembrar o quanto sua presença desperta, por outro lado, sentimentos contraditórios e perturbadores. Admiração e incômodo: modos do ser humano lidar com a estrangeiridade.

Desde a perspectiva psicanalítica, a estrangeiridade está configurada na própria gênese do humano. Para o psicanalista, inclusive, a beleza reside no estrangeiro; ele passa a vida a buscá-lo nas diversas formações do inconsciente – restos de intensidades vividas que são deixadas de lado na rotina cotidiana como enganos, esquecimentos e sonhos – garimpando avidamente esses restos e deles construindo sentidos. Possivelmente o mesmo gosto alimente as produções culturais como arte, literatura, música, folclore, que trabalham com o diferente campeando sua beleza. Para o filósofo, a questão não é muito distinta. Também ele se vê fascinado por tudo aquilo que se lhe opõe, precisamente porque o convoca a pensar. A estrangeiridade aponta para o reconhecimento da diferença, do antitético, do contraditório, da reflexividade – por vezes, até do paradoxal – que não são apenas o motor do pensamento e da linguagem, mas portam um estatuto ontológico. Significa que contingência, parcialidade, provisoriedade, dialeticidade são assumidas como categorias fundamentais, constitutivas do modo de ser humano e do dinamismo da vida em favor da convivência possível.

No mundo contemporâneo, contudo, o choque produzido pelo encontro de distintas culturas – que cada vez mais se impõe num contexto globalizado, reforçado pelos dispositivos do panóptico digital – faz com que a diferença e o contraditório deixem de ser interessantes para se converterem numa ameaça à integridade dos costumes, ao igual e ao espelhismo que ora predomina. Seja como quisermos chamar esse tempo que nos toca viver – sociedade do espetáculo (Llosa, 2013), cultura do narcisismo, modernidade líquida (Bauman, 1999), sociedade performática, cultura da indiferença – nele não resta muito a dizer sobre a beleza do estrangeiro. Frente a tudo o que é diverso vigora uma tensão crescente.

Esse é exatamente o ponto sobre o qual queremos nos debruçar à luz da psicanálise e da filosofia. Acompanhando o pensamento freudiano, particularmente a partir do texto

O infamiliar (Unheimliche) (Freud, 1919/2021), somos levados a reconhecer a existência de uma inquietante estranheza proveniente de algo que está dentro, perto, na nossa vizinhança, que supostamente conhecemos bem por pertencer ao cotidiano de nossas vidas, mas que passamos a estranhar com receio e angústia. Nesse escrito, pois, a questão do estrangeiro é contemplada desde uma perspectiva ampla, na pretensão de ir além do seu significado mais imediato, a saber, de alguém que, proveniente de outro lugar, não compartilha da mesma língua, costumes, valores ou ideais daqueles com os quais passou a conviver, inclusive, na maior parte das vezes, sem gozar da mesma cidadania. Esse sentido geograficamente demarcado limita o trato da noção de estrangeiro e não permite ressaltar, na figura da estrangeiridade, a dimensão subjetiva que amplia e enriquece a abordagem do tema, correndo o risco de tornar-se reducionista por deixar de lado, sob a capa do migrante, as outras dimensões da subjetividade de cada pessoa. Para Freud (1919/2021) o estrangeiro é, antes de tudo, um estrangeiro interno, o desconhecido, o inconsciente, que, ao revelar-se através de suas formações – sintomas, atos falhos, sonhos, humor – provoca um efeito de ruptura discursiva e estranhamento, fazendo emergir um fragmento de verdade do sujeito. Conviver com o estrangeiro é lidar com a estranheza que ameaça e que convoca um inesgotável trabalho psíquico na direção da tolerância ao conflito e à desconfiança.

Do ponto de vista filosófico, vamos nos valer do diálogo que Derrida (Derrida; Dufourmantelle, 2003), Bauman (2017) e Byung-Chul Han (2021) estabelecem com Kant a partir de seu ensaio *À paz perpétua*, de 1795. Os seis artigos preliminares de Kant e os três de caráter definitivo constituem um marco para o pensamento político do século 18 na direção da construção de uma cultura de paz; eles expressam não apenas as bases para a implementação de tal projeto, mas as condições para que ele goze de durabilidade. No que toca à questão da estrangeiridade e da hospitalidade, são igualmente importantes os três artigos que tratam da relação dos cidadãos com o Estado, da relação entre as nações e do direito dos cidadãos no mundo enquanto seres humanos. Este último, em especial, destaca esse último tema e toma a hospitalidade não como mera filantropia, como preceito moral, tampouco como uma concessão de uns dada a outros.

O que pretendemos aqui é articular, a partir desses referentes, uma reflexão mais acurada que permita examinar a questão da recepção do estrangeiro e do diferente como constitutiva do humano, assim como o rechaço ou a indiferença frente a ela. Para tanto, as noções de *infamiliar* e de *estrangeiro radical* serão pontos-chaves para as discussões encetadas e receberão como contraponto a *hospitalidade* que dará lugar à alteridade, surgindo, por sua vez, como modo de enfrentamento do ódio e da indiferença.

O infamiliar

Para bem lermos o texto *O infamiliar* (Freud, 1919/2021) importa considerarmos o contexto histórico da Alemanha e da Áustria no final da primeira grande guerra. Somente assim poderemos compreender em profundidade a insistência de Freud em advertir o fato de que o mal é

algo que está dentro de cada um de nós e que, por isso, não serve a solução fácil de depositá-lo na figura do estrangeiro.

No período imediato ao final da guerra e da derrota alemã (1919 a 1923) o Tratado de Versalhes impôs aos derrotados duras sanções militares, territoriais, morais e financeiras, com pesadas exigências de reparação pelos prejuízos da guerra. Essa situação conduziu a um caos com inflação, desemprego e miséria cujo resultado humilhante fermentou a violência social que serviu de caldo para alimentar o ódio silencioso que ajudou a sedimentar o sentimento antisemita já fomentado pelo discurso do incipiente Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Teorias da conspiração, que não são novas e tampouco propriedade de nosso tempo, estavam bem presentes no contexto histórico de 1919, quando o inimigo a ser atacado começou a tomar forma na figura do judeu, considerado a fonte de todos os problemas sociais, econômicos, culturais e também morais: era o ladrão perigoso que ameaçava tomar o país, suas riquezas e as pequenas posses de cada um dos assustados cidadãos naquele estado de devastação social e econômica, além de subordinar a sua cultura e degradar sua moralidade. Esse sentimento assumiu a forma de um preconceito que estendeu seu ódio xenofóbico a todas as minorias raciais de fenótipo não ariano e também a homossexuais e deficientes. Até mesmo o enfrentamento político-ideológico contra o comunismo ficou secundarizado para que o judeu fosse declarado inimigo principal.

Mesmo com o fracasso do golpe de Estado tentado por Hitler em 1923 e com a melhora das condições de vida devido ao financiamento internacional que chegou à Alemanha no mesmo ano, a insatisfação não cessou. Nesse momento o Partido Nazista perdeu credibilidade, embora mantivesse acesa a chama do ódio ao judeu estrangeiro utilizada para conquistar adeptos. Se no início dos anos 20 o nazismo era considerado um dos tantos movimentos radicais de pequena expressão nascidos da insatisfação popular com as péssimas condições de vida, já em 1928 obteve 3% dos votos para composição do parlamento alemão; em 1930, 18% dos votos; em 1932 tinha 40%.

Freud finalizou e publicou *O infamiliar* (1919/2021) perfeitamente ciente desse contexto de ódio crescente, depois de já haver recolhido reflexões em torno da barbárie materializada nos horrores da guerra. Ele vinha alertando desde 1916, em *Sobre a transitoriedade* (Freud, 1916/2007), para o perigo representado pela desesperança, a indiferença, o desinvestimento vital e a desintegração subjetiva – figuras clínicas do desalento e do desamparo – em razão de que abrem a brecha para a destrutividade incontida da pulsão de morte, bestialidade oportunista da qual a guerra ofereceu fartos exemplos. Quando aí se somam as condições humilhantes impostas aos derrotados pelo Tratado de Versalhes – desemprego, inflação, fome, miséria e violência social – o ambiente propício para o surgimento do totalitarismo e da xenofobia estava pronto.

Diante disso, vale lembrar a advertência de Freud de que o estrangeiro, o perigoso, o ameaçador, é sobretudo interno, e que importa muito levar isso em consideração antes de criar um depósito para ele na figura de uma pessoa ou grupo de pessoas. É nesse sentido que *O infamiliar*

(1919/2021) pode ser considerado um texto social, sendo também um prelúdio de Além do princípio do prazer, uma vez que prepara o caminho para a hipótese da destrutividade e desenha as figuras que, no campo social, darão semblante à pulsão de morte. Podemos dizer, com Rocha e Iannini (2021), que o texto nos coloca diante de uma estética da pulsão de morte, já que nos convida a refletir sobre o modo rechaçante como tudo aquilo que soa inusitado, enigmático, horrendo ou imponderável é recebido pelos seres humanos. O alerta freudiano e os riscos apontados no texto hoje soam proféticos.

Dividido em três partes, o artigo inicia com um ensaio linguístico a respeito do vocábulo “familiar” (*Heimlich*). Depois disso, segue uma cuidadosa compilação de objetos, situações e impressões subjetivas que evocam figuras do infamiliar – o autômato, o duplo, o feminino, a solidão, a obscuridade, o desamparo, o silêncio – que serão ilustradas com o conto de Hoffmann, “O homem de areia”, publicado em 1817. Na sequência essas impressões serão ligadas com o universo pulsional e com a hipótese central do recalque: aquilo que desorganiza, que ofende, que produz repulsa é justamente o que se conecta com o que há de mais íntimo e repudiado pelo sujeito, núcleo que ele tratou de alojar nas profundezas mais recônditas de si mesmo, o que permite com que o infamiliar seja inquietantemente sentido – e, a seguir, fortemente repellido – como próprio. A terceira parte do texto se dedica a aprofundar a questão do infamiliar, referindo outros fatores que, associados ao recalque, terminam por produzir esse estado de estranheza. Ressalta também a diferença entre o infamiliar que provem da fantasia, da ficção e da literatura e aquele que provem de uma situação diretamente vivida pelo sujeito. É essa última que oferece sensações sinistras de maior intensidade, sobretudo pelo chocante que são as formas arcaicas do pensar inconsciente. É o caso do impacto que hoje nos provoca o contato direto com, por exemplo, o negacionismo, o revisionismo histórico e crenças delirantes alimentadas por *fake news* e teorias da conspiração.

Na primeira parte, Freud retoma seu estudo Sobre o sentido antitético das palavras primitivas (1910/2020), observando que a relatividade essencial de todo conhecimento, pensamento ou tomada de consciência a respeito de algo necessita manifestar-se pela linguagem. Nos tempos arcaicos de estruturação do pensamento e da linguagem, o ser humano acedia à apropriação de um conceito através da comparação com seu oposto, restando assim, nas línguas antigas, traços dessa paulatina construção em palavras que expressavam, a uma só vez, um determinado sentido e seu exato contrário. A antítese, o diferente, os opostos coexistem no seio do sentido consensualmente compartilhado, produzindo lacunas e pontos de obscuridade naquilo que parece familiar e conhecido. Aos poucos, àquelas palavras de duplo sentido, acrescentam-se pequenas variações que servem para diferenciar o sentido oposto nela embutido; ou então a ela se agrega uma palavra auxiliar para designar, numa forma composta, o sentido que deve prevalecer. No esforço para representar em palavras um mundo complexo, composto pelo constante confronto com a diferença, o ser humano precisa lidar com ela para tornar-se capaz de alcançar a faculdade de pensar e sustentar-se na linguagem.

Revisando seu significado em diversas línguas, Freud evoca o sentido antitético da palavra infamiliar (*Unheimlich*) para indicar o movimento que faz com que algo íntimo, conhecido – sentido como próprio, mas mantido em segredo em razão de seu caráter absolutamente privado e não publicável – oculte-se até o ponto de se converter em estranho, desconhecido, infamiliar. As línguas antigas ajudam a compreender o modo como o inconsciente se organiza como linguagem, aceitando contradições, absurdos e incongruências que são próprias do processo primário que o constitui. Suas formas sincréticas de representação de coisas opostas apontam um exemplo de como o inconsciente – ainda que o restante da estrutura do aparelho psíquico tenha sofrido modificações profundas – se pereniza ao modo de um conservatório de tendências pulsionais desejantes que fomos obrigados a renunciar, mas que persistem no fundo de cada um de nós. Explorar com profundidade essa dupla face relacionada aos conteúdos mais íntimos permite compreender a forma como se dá, para os seres humanos, a recepção daquilo que é outro, que é estrangeiro, revelando a constante e irremovível tensão presente nessa relação nos mais diversos níveis da vida e das trocas humanas.

Na segunda parte, Freud observa que o infamiliar é algo próprio que foi rechaçado pelo sujeito, sofreu recalçamento e agora retorna. Aquilo que nos aparece como infamiliar são os restos de atividade psíquica arcaica e animista, sendo a sensação sinistra do infamiliar provocada justamente pela ativação destes aspectos que, ainda que alojados no inconsciente, pertencem a todos nós como parte do desenvolvimento individual. A sensação angustiante é provocada não por algo externo, mas pelo recalçado que retorna. *O infamiliar* nada tem de novo ou de estrangeiro, é algo íntimo que foi afastado da percepção pelo processo de recalçamento.

Podemos dizer que *O infamiliar* (1919/2021) é um texto que nos convoca a um posicionamento ético diante da morte, do desamparo e de tudo que causa estranheza. Para Iannini e Tavares (2021), a reflexão freudiana permite entender como respondemos ao que o estrangeiro nos aporta, especialmente quando esse algo – ainda que seja familiar e doméstico para ele – é exótico e ameaçador na perspectiva da nossa integridade identitária, que resiste a assimilar o estrangeiro.

O estrangeiro radical: reflexões psicanalíticas sobre a resposta subjetiva ao estrangeiro

Todos nascemos estrangeiros em relação à cultura que nos recebe. Desconhecemos as pessoas que serão nossa família no futuro próximo, e essas pessoas, também, em certa medida, nos desconhecem, deixando ver a tensão subjacente presente no processo de reconhecimento, na qual cada filho concebido é vivido inconscientemente como um estrangeiro. Além disso, nascemos numa condição de despreparo absoluto. Dessas duas condições – estrangeiro e desamparado – nenhum ser humano escapa: a condição humana é constituída por elas e a partir delas. O processo de humanização consiste num decisivo e estruturante ato de inclusão realizado pelo adulto cuidador e que opera sobre esse duplo estado de estrangeiridade e desamparo. Consiste também, obviamente, numa experiência radical estar necessitado e dependente.

Na constituição do psiquismo humano, portanto, a estrangeiridade é estruturante, sendo parte fundamental do processo de inserção no mundo humano. Desse processo fazem parte as diversas formas de absorção do estrangeiro: inicialmente, existe um desconhecimento do outro; depois, haverá uma paulatina incorporação do outro-estrangeiro até que ele seja tornado próprio, e que se dá no seio de um estado de alienação onde tem lugar intensos movimentos de identificação imprescindíveis para a construção de si mesmo; por fim, ocorre um afastamento do outro, num longo e trabalhoso processo de separação e diferenciação. Vivenciamos aqui uma espécie de exílio em que saímos do nicho familiar – sem que esse arcaico espaço familiar que nos constituiu jamais saia de nós – para chegarmos a escolher, finalmente, um estrangeiro que não pertence a esse nicho como objeto de amor. Paradoxalmente, carregamos conosco todos os outros do nosso Eu para chegarmos a ser nós mesmos e nos tornarmos capazes de lidar com tudo o que nos é estrangeiro.

Zygouris (1998) recorda que o medo do estrangeiro é constitutivo e que a xenofobia se enraíza no universo dos medos infantis. Sendo assim, de certa forma, cada um de nós foi um pouco xenófobo na medida em que começamos a organizar o mundo em torno do que é familiar e evitar o que é estranho. Existe uma xenofobia ordinária que é constitutiva em cada um de nós. Spitz (1979) foi quem situou a primeira manifestação de angústia do bebê de oito meses frente ao rosto estranho. Antes disso, quando vem ao mundo, o pequeno humano é capaz de adotar qualquer humano que o cuide. Se não estiver com fome ou algum outro desconforto, ele sorri para toda a humanidade. “Ninguém nasce xenófobo, transforma-se em” (Zygouris, 1998, p. 194). A ojeriza ao estranho se torna possível com a constituição do Eu – e das veleidades narcísicas que lhe são próprias – e com as formas variáveis de reconhecimento do nós.

Entretanto, não é apenas na criança que este sentimento de estranhamento se manifesta. Também o adulto dele padece quando está diante desse pequeno ser: o seu Calcanhar de Aquiles, como afirma Dolto (2005), especialmente diante do qual se vê fragilizado e desarmado. A criança invoca o infantil que habita o recôndito do ser adulto, onde habitam as suas experiências mais arcaicas e seus guardados, muitas vezes, inconfessáveis. Tem, por isso, potência para causar aflição de dimensões coletivas pela ameaça iminente daquilo que foi preciso para construir toda a organização civilizatória, erigida a duras custas ao longo de milênios. As clássicas histórias infantis são exemplos disso: elas expressam o sentimento controverso do adulto com relação às crianças e, frequentemente, denunciam a sua vingança contra estes pequenos forasteiros.

Desta vista, discernir o que é estranho ao campo familiar e valorativo que nos constitui é estruturante; o modo como o entorno dispõe seus códigos para lidar com esse estrangeiro é decisivo para definir se esse discernimento vai virar discriminação. Cada matriz étnico-cultural, segundo Viñar (1998), abriga ideias consensuais que configuram um modo de pensar e de se posicionar ante o amor, a morte e a constituição daquilo que é sagrado ou intolerável, delineando valores e ideais éticos e estéticos. Por isso, segundo Zygouris (1998), o medo mais ou menos intenso do estrangeiro dependerá dos hábitos familiares, ou seja, das palavras ditas ou não-ditas e do discurso que rege as ideias daqueles com quem se vive. “Quanto mais a criança viver fechada

no círculo familiar, tanto mais angustiada ficará pela ideia do estrangeiro, isto é, angustiada pela sua própria solidão diante de alguém desconhecido” (Zygouris, 1998, p. 202).

A hospitalidade: contraponto filosófico fundamental

O texto kantiano de 1795, intitulado *À paz perpétua* (2008), marcou a filosofia da época e também a subsequente por ter colocado, no cenário da ampla tradição da filosofia política, uma pauta até então inexistente, oferecendo as bases para a implementação de tal projeto e também as condições para a sua durabilidade. Nele, o tema da estrangeiridade e da hospitalidade aparecem no contexto da relação estabelecida entre os cidadãos e o Estado e entre as nações, bem como no complexo debate sobre o direito dos cidadãos enquanto seres humanos habitantes do mundo e não de um estrito ponto geográfico, justamente onde residiria o problema da hospitalidade. Nas palavras de Kant (2008):

Hospitalidade significa aqui o direito de um estrangeiro não ser tratado com hostilidade em virtude de sua vinda ao território de outro. Este pode rejeitar o estrangeiro, se isso puder ocorrer sem dano seu, mas enquanto o estrangeiro se comportar amistosamente no seu lugar, o outro não o deve confrontar com hostilidade. Não existe nenhum direito de hóspede, mas um direito de visita (...) em virtude do direito de propriedade comum da superfície da terra (...) pois originariamente ninguém tem mais direito do que outro de estar num determinado lugar da terra (Kant, 2008, p.20).

A proposição kantiana é a de que a hospitalidade tem a ver com o direito inegociável de todo ser humano de estar no mundo onde desejar estar. Nos termos de Adela Cortina (2005), direito de ser hóspede considerando a totalidade da superfície da terra, inclusive como uma virtude necessária para a convivência. Por isso, para Kant (2008), o direito de habitar a terra, de estar nela como hóspede, não é adquirido tal como ocorre com objetos e bens. Como está diretamente ligado à ideia de liberdade, trata-se de um direito inato, dado pela própria condição de nossa humanidade que nos coloca justamente sob a égide de sermos, na denominação de Cortina (2005), “cidadãos do mundo”. Em Kant, tem a ver com a expressão da ideia de um direito universal e inegociável sem o que não podemos prospectar o mínimo de pacificação mundial, de convivência amistosa, de instauração de encontros, intercâmbios e circulação em igualdade de condições, tampouco de caráter permanente ou perpétuo. Lembrando que isso tudo precisa ser pensado antes mesmo de qualquer ser humano ter juridicamente determinado seu direito sobre uma porção de terra (Kant, 2018).

Desta vista, além de voltar-se contra os impeditivos de uma hospitalidade global, a crítica kantiana dirige-se ao abuso colonialista, ou seja, daqueles que, chegando em território alheio desejam sobre ele estender seu domínio, seja pelo uso da persuasão, seja pelo uso da força, devastando ou precarizando cultura e território locais. Tal evento não pode, jamais, ser confundido com direito à hospitalidade. Muito inversamente, o que Kant propõe é que pensemos as efetivas condições para a coexistência e para a sociabilidade, compreendidos no seu sentido

mais elevado de compartilhamento de mundo e não apenas de acolhida ou tolerância, como quem o faz desde um lugar privilegiado. Tem a ver com uma dialética ínsita ao próprio exercício do direito e do dever tanto de quem é hóspede como de quem hospeda. Esta dialética precisa ser assumida e preservada para bem pensarmos os contextos de fluxos migratórios como um problema inadiável, de alta complexidade e sem resolubilidade definitiva. O ser humano é um ser peregrino, errante, e tem vivido – e haverá de viver – esta condição com maior e menor intensidade ao longo de toda a história de sua existência.

Apoiado no pensamento kantiano, Derrida (Derrida; Dufourmantelle, 2003) afirma que estrangeiro é tudo aquilo que interpela e contesta o que já está posto; é o que perturba, incomoda e exige, no campo simbólico, um deslocamento, uma deposição. Daí o mal-estar que produz. Contudo, é também aquele que desfaz a mesmice, que produz novidade, que transforma o estabelecido. Por isso desperta interesse, convoca mistérios e incita o desejo de receber, uma vez que na diferença reside o enriquecimento. Que monótono seria o Banquete sem a visita ruidosa de Alcebiades!

O autor recorda, a exemplo de Freud, que a palavra “*hostis*” significa abrigo e hospitalidade, mas também hostilidade; o hospitaleiro hospedeiro e o inimigo. Existe sempre o risco de que, diante da diferença representada pelo estrangeiro, a tensão por ele provocada entre inquietação e interesse, estranheza e acolhimento, se converta em rechaço. O contraponto oferecido por Derrida diante da estranheza produzida por esse outro desconhecido absoluto é a hospitalidade.

A hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e a ofereça, não ao estrangeiro (provido de nome de família, estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que eu lhe ceda lugar, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade e nem mesmo um nome. A lei da hospitalidade absoluta manda romper com a hospitalidade de direito, com a lei ou a justiça como direito. A hospitalidade justa rompe com a hospitalidade de direito; não que ela a condene ou que se lhe oponha, mas pode, ao contrário, colocá-la e mantê-la num movimento incessante de progresso” (Derrida; Dufourmantelle, 2003, p. 23-24).

A hospitalidade absoluta é uma categoria que Derrida toma de Kant (2008). Contudo, em sua existência de fato, a hospitalidade está inserida no contexto histórico e jurídico de uma dada sociedade e, por força desse contexto, termina por converter-se – perverter-se conforme Derrida – sob a norma das leis que a regulam. É nesse momento que a hospitalidade deixa de ser absoluta, quando se encarna, quando se torna falível. Como aspiração ética, entretanto, ela deve permanecer; como guia, como inspiração para pautar as formas possíveis de hospitalidade e de recepção do estrangeiro.

Para Derrida (Derrida; Dufourmantelle, 2003), a inevitável inserção da hospitalidade em um grupo humano com costumes e um conjunto de valores mais ou menos comum – e numa lei que regula essas relações – impõe um limite à hospitalidade absoluta ou incondicional. Ela persiste como possibilidade, como uma ética, mas não pode evitar de tornar-se sujeita a condições,

especialmente quando observamos o choque dessa exigência com aquilo que é sustentável nas circunstâncias do mundo atual; sob tais circunstâncias, corre-se o risco de que o outro se converta no bárbaro, no selvagem, que, por ser radicalmente diferente, deve ser excluído. O filósofo aponta que a situação do estrangeiro absoluto é aquela de quem chega sem saber: sem saber o lugar onde está, o nome desse lugar e para onde vai; sem saber a distinção entre o sagrado e o profano, o proibido e o permitido. Essa é a situação na qual se encontra o bebê humano ao nascer. Se a ele não for concedida a hospitalidade incondicional, absoluta, suas chances de se humanizar são mínimas. Para Ulloa (1998), essa epopeia só é viável em razão da ternura, instituição humana que sustenta o vínculo parento-filial. Somente assim o recém-chegado, com equipamento instintual precário, escassas garantias de um bom funcionamento vital e com ainda mais raras garantias no que tange à sua humanização, pode receber abrigo, alimento e cuidado, permitindo-lhe transformar esses recursos primordiais numa complexa estrutura subjetiva.

O aumento da tensão que hoje se faz sentir na recepção do estrangeiro e na carência de hospitalidade se deve, em parte, segundo Derrida (Derrida; Dufourmantelle, 2003) às drásticas transformações a que foram submetidas as noções de público e privado no mundo contemporâneo, assim como a contribuição dos meios de comunicação de massa e redes sociais nesse processo. O mundo mudou: uma carta era considerada indevassável e encaminhada a seu destino contando com a descrição de cada depositário fiel que contribuía para a chegada segura até a pessoa final. A privacidade de seu conteúdo e da vida dos correspondentes estava garantida. Quando o meio se volatiliza, se esfuma na impessoalidade de um equipamento que sustenta um provedor de internet inserido numa trama de redes invisíveis, o conteúdo da mensagem se torna muito mais acessível e vulnerável à invasão alheia entre um ponto e outro, uma vez que sua existência permanece nesse meio etéreo e em algum dos suportes físicos dos equipamentos que lhes dão sustento. A isso se somam o incremento da máquina de apropriação de dados pessoais – não somente pelo Estado, com os mecanismos de controle usados pelo sistema financeiro e fiscal – mas por práticas comerciais espúrias, de gestão competitiva e predatória, campanhas de venda, ofertas de crédito e golpes de todo tipo. O espaço privado fica revirado, absorvido, controlado e fagocitado pela dimensão pública e também pelo uso abusivo do sistema de informação, que hackeia dados ilegalmente obtidos: lembremos o caso Snowden, agente da CIA, que denunciou o sistema americano de invasão e apropriação de dados pessoais, inclusive da ex-presidente brasileira Dilma Rousseff.

Tal volatilidade fragiliza as fronteiras do sujeito e afeta seus recursos para tolerar o estrangeiro. A hospitalidade se torna ameaçadora para uma sociedade exatamente quando o sujeito perde o domínio de si e de seu lugar. A perda das fronteiras do si mesmo é decisiva nesse desfecho. Se não sou dono de mim mesmo e do meu lugar, se não sou dono de minha própria casa – e Freud adverte que nunca o somos, uma vez que não a conhecemos por inteiro dada a existência de um estrangeiro radical que é o próprio no inconsciente – menos me é possível receber o outro por não ter a posse segura de quem sou e do que é meu. O mesmo vale para o Estado-Nação, que perde o controle de suas fronteiras para as redes digitais.

Assim como Derrida, Bauman (2017) trata da questão da hospitalidade colocada em risco recordando o texto kantiano de 1795, especialmente o terceiro artigo definitivo para a paz perpétua. Ressalta que a migração em massa acompanha a era moderna desde seu início, uma vez que a forma de trabalho que se instalou na modernidade criou um contingente de pessoas inúteis – excessivas ou não empregáveis, e intoleráveis – rejeitadas por conflitos e transformações sociais e políticas. O incremento observado no deslocamento de massas humanas nos últimos tempos se liga à violência de Estado e à arbitrariedade religiosa, que criam grandes riscos e obrigam a diásporas.

Além da desconfiança atemporal dirigida aos estranhos, que leva a pensar o estrangeiro como responsável pela destruição das coisas que apreciamos e por desfigurar um modo de vida, a hipótese central de Bauman (2017) para dar conta do ressentimento dirigido a ele repousa em dois fatores adicionais. O primeiro é que, para aqueles que vivem perto do fundo do poço em sua própria terra, descobrir que existem outros em situação pior permite lavar a alma e redimir a dignidade humana transferindo para esses outros o estigma que pairava sobre si. Isso possibilita entender o crescimento, juntamente com as migrações, da xenofobia, do racismo, do nacionalismo e o sucesso eleitoral de políticos chauvinistas. O segundo fator que insufla o ressentimento em relação aos estrangeiros é o setor emergente da sociedade que, precarizado, teme perder suas poucas conquistas e sua recente e frágil posição social. Os migrantes lembram de modo aterrador a vulnerabilidade do bem-estar arduamente conquistado e que está a perigo. Sendo assim, odiá-los e puni-los pode aliviar a humilhação provocada pela impotência e incapacidade de resistir à debilitante precariedade de garantir um lugar no mundo e pela incerteza existencial que devasta confiança e solapa sonhos e planos de vida.

No mundo contemporâneo, os homens-empresa são *performers* que competem e rivalizam entre si na busca de acesso a objetos de consumo ofertados pelo mercado (Dalbosco; Santos Filho; Cezar, 2022). Ser um consumidor capaz define, mais do que ser um trabalhador, a identidade do *performer* e representa seu êxito, levando à rivalidade, individualismo e desmantelamento do vínculo fraterno que sustenta a obra coletiva. Nessa busca, baseada unicamente nos próprios recursos, na capacidade e na dedicação, o insucesso é vivido com humilhação e desprezo por um sujeito que se vê fracassado, incompetente e inapto para a vida e para o mundo do trabalho (Sennett, 2004). É preciso dar um semblante ao culpado por essa situação, sob pena de todo seu peso recair sobre o sujeito e sua inépcia. Para evitar tal ofensa e resgatar a dignidade, apontar e dar nome àqueles que o vitimaram é uma saída possível. Os estrangeiros preenchem muito bem essas condições.

Byung-Chul Han (2021) sustenta uma posição muito próxima quando tece sua crítica do colonialismo e do rechaço ao estrangeiro. Assim como o fizeram Derrida (Derrida; Dufourmantelle, 2003) e Bauman (2017), Han retoma Kant e seu ensaio filosófico sobre a paz universal. Para ele, a ideia da paz perpétua em Kant atinge seu apogeu na exigência de que, originariamente, ninguém tem mais direito à superfície da terra do que o outro e de que as práticas colonialistas precisam ser combatidas. Para Han (2021), os refugiados, que hoje procuram asilo em diversos

países do mundo, adentram essas terras não como colonizadores, mas como convidados que desejam viver pacificamente suas vidas. Nessa perspectiva, a hospitalidade não é uma representação utópica que repousa romanticamente no ingênuo amor humano, mas uma ideia coercitiva que advém da própria razão. Ela não seria uma extravagância, mas a complementação necessária do código de direito público da humanidade em sustento da paz.

Algumas considerações finais

Orientar-se por interesses próprios possui, evidentemente, uma racionalidade, mas tal postura carece de moralidade quando implica uma forte inclinação narcísica, carecendo de uma pauta a partir da razão. O argumento do preço que custa ao Estado, por exemplo, uma criança órfã refugiada, pertence, seguindo Kant, a essa categoria da inclinação do interesse próprio, enquanto a consideração relativa à dignidade desse ser humano pertence à ordem da razão. O utilitarismo pragmático presente no argumento do custo degrada a razão e evapora a ética, reduzindo-a a um cálculo racional limitado.

No hipercapitalismo atual vigora apenas o preço. Nele não há espaço para a dignidade. O capital, hoje, faz tudo submeter-se a ele. *Lifetime value*, o valor de uma vida, significa a soma dos valores que é gerado por uma pessoa vista na condição de cliente ao se comercializar cada momento de sua vida. A pessoa humana é reduzida aqui ao valor de cliente ou de mercado. No conceito reside a intenção de traduzir a pessoa inteira, sua vida inteira, em um valor puramente comercial. O hipercapitalismo dissolve também a existência humana completamente em uma rede de relações comerciais. Hoje não há mais domínio da vida que se despojaria do aproveitamento comercial. O hipercapitalismo faz com que todas as relações humanas se tornem relações comerciais. Toma da pessoa humana sua dignidade e a substitui por um valor de mercado (Han, 2021, p. 108).

A violência transfiguradora da globalização desperta o apego nostálgico por um lugar. Movimentos conservadores e reacionários representam uma resposta irracional à violência da globalização que tudo nivela. Num mundo homogeneizado, onde toda a exterioridade é banida, a singularidade do outro perturba. A resposta a esse domínio supremacista globalizador é o ressurgimento do nacionalismo, do regionalismo, do provincianismo e do tradicionalismo que não alcançam configurar-se num exercício de liberdade ou independência.

A política neoliberal com sua lógica de exclusão, aceleração e ampliação das diversas crises humanitárias e ambientais, a exemplo do atual processo migratório, põe à descoberto a urgência de um posicionamento pautado no princípio universalíssimo de que nenhuma cultura, como defende Cortina (2005), tem mais dignidade que outra, por isso privilégio ou prioridade. Mesmo porque, segundo ela, “[...] nas diferentes culturas, mesmo na própria, cada pessoa encontra traços respeitáveis, traços ‘a serem protegidos’, e outros indesejáveis” (Cortina, 2005, p. 164), não havendo, por isso, uma cultura que tenha, por si só, resposta para todos os problemas humanos.

O estrangeiro é constitutivo do próprio. Sem o outro seríamos cegos para tudo o que é próprio. Daí o equívoco neoliberal de buscar a homogeneização cultural, desprezando a riqueza das respostas humanas, desde inúmeras e variadas perspectivas e visões de mundo, por meio de imposição de uma economia de mercado globalizada e globalizante que se converte em obstáculo à esperança em um mundo diverso e compartilhado onde haja lugar para o diferente, para o contraditório, para o estrangeiro.

Referências

- BAUMAN, Z. *Estranhos à nossa porta*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- CORTINA, A. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. Trad. Silvana Leite. São Paulo: Loyola, 2005.
- DALBOSCO, C. A.; SANTOS FILHO, F. C.; CEZAR, L. P. O. Desamparo humano e solidariedade formativa: crítica à perversidade neoliberal. *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 43, p.1–16, 2022. <https://doi.org/10.1590/ES.244449>
- DERRIDA, J.; DUFOURMANTELLE, A. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. Trad. Antonio Romane. São Paulo: Editora Escuta, 2003.
- DOLTO, F. *A causa das crianças*. Trad. Ivo Storniolo e Yvone Maria da Silva. São Paulo: Ideias & Letras, 2005. (Coleção Psi-Atualidades).
- FREUD, S. O infamiliar (1919). In S. Freud. *O infamiliar; seguido de O homem de areia de ETA Hoffman*. Tradução de Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares (Freud) e Romero Freitas (Hoffmann). 2ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.
- FREUD, S. Sobre o sentido antitético das palavras primitivas (1910). In *Obras incompletas de Sigmund Freud*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.
- FREUD, S. Além do princípio do prazer (1920). In *Obras incompletas de Sigmund Freud: Além do princípio do prazer*. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.
- FREUD, S. La transitoriedade (1916). In *Obras Completas: contribución a la historia del movimiento psicoanalítico, trabajos sobre metapsicología y otras obras: 1914-1916*. 2ª Ed. Trad. José Luis Etcheverry. Vol. XIV. Buenos Aires: Amorrortu, 2007.
- HAN, B.-C. *Capitalismo e impulso de morte: ensaios e entrevistas*. Trad. Gabriel Salvi Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- IANNINI, G.; TAVARES, P. H. Freud e o infamiliar. In S. Freud. *O infamiliar; seguido de O homem de areia de ETA Hoffman*. Tradução de Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares (Freud) e Romero Freitas (Hoffmann). 2ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.
- KANT, I. *À paz perpétua: um projeto filosófico (1795)*. Covilhã: Universidade Beira Interior, 2008.
- KANT, I. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Trad. Inês A. Lohbauer. São Paulo: Martins Claret, 2018.
- LLOSA, M. V. *A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura*. Trad. Ivone Benedetti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

ROCHA, G. M.; IANNINI, G. O infamiliar, mais além do sublime. In *S. Freud. O infamiliar; seguido de O homem de areia de ETA Hoffman*. Tradução de Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares (Freud) e Romero Freitas (Hoffmann). 2ª reimpressão. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SPITZ, R. *O primeiro ano de vida*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1979.

ULLOA, F. O estrangeiro na produção de subjetividade. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.

VIÑAR, M. O reconhecimento do próximo: notas para pensar o estrangeiro. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.

ZYGOURIS, R. De alhures ou de outrora ou o sorriso do xenófobo. In: KOLTAI, C. (Org.). *O estrangeiro*. São Paulo: Escuta, 1998.



Brasileiros em Portugal: o que nos diz o censo português de 2021

Romerito Valeriano*

A imigração de brasileiros para Portugal é um fenômeno que acompanha as relações entre os dois países desde a época colonial (Silva, 2016), a ponto de os brasileiros serem considerados o maior grupo de estrangeiros no território português (Oltramari *et al.*, 2023). Embora existam discrepâncias entre as fontes quanto ao número exato de imigrantes, todas convergem para a importância desse contingente na sociedade portuguesa (Brum, 2024; Oltramari *et al.*, 2023; Daré, 2021; Spirito, 2021). Há dez anos, em pesquisa sobre o tema (Silva, 2016), analisei o perfil dos brasileiros com base no censo português de 2011. Naquele momento, já era possível observar as discrepâncias entre os dados do censo realizado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em comparação com os dados do censo brasileiro e do Ministério das Relações Exteriores. A razão de meu foco nos dados censitários permanece a mesma que justifica a análise atual: a relevância do censo como um retrato fiel e abrangente da população, dado o seu caráter de coleta ativa. Este retrato se torna ainda mais relevante pela possibilidade de comparação entre o perfil dos brasileiros que responderam ao censo português de 2011 e os que o fizeram em 2021.

Este capítulo, portanto, se baseia no tratamento e na análise de dados secundários disponibilizados pelo INE, adotando uma abordagem exploratória com o objetivo de lançar luz sobre os estrangeiros de nacionalidade brasileira que viviam em Portugal e participaram do censo de

* CEFET/Minas Gerais.

2021. Embora reconheça a ampla discussão acadêmica sobre os diferentes números de imigrantes brasileiros em Portugal, como já mencionado, considero que o censo ainda é uma fonte fundamental, pois resulta de uma busca ativa ao contrário de outras fontes, que dependem da iniciativa do imigrante para buscar serviços governamentais, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) ou os consulados brasileiros, para poder identificá-los.

O retrato da população brasileira em Portugal que aqui apresento está limitado pelas características de uma fonte secundária tratada de forma quantitativa, mas, mesmo assim, ocupa um espaço importante no “álbum” mais amplo da pesquisa em emigração brasileira, no qual este capítulo se insere. Este esforço de análise contribui para o entendimento da emigração brasileira, especialmente no contexto das investigações realizadas no projeto de pesquisa que fundamenta este livro e outros produtos relacionados ao tema.

Ao iniciar a escrita deste capítulo, segui os procedimentos metodológicos convencionais. Primeiramente, realizei uma busca por artigos e outros produtos acadêmicos publicados desde 2021, tanto em português quanto em inglês, que abordassem a imigração brasileira em Portugal. Utilizei principalmente duas plataformas de pesquisa: o Google Acadêmico e o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com os seguintes descritores: “Brasileiros em Portugal”, “Estrangeiros em Portugal” e “Imigração brasileira em Portugal”. O objetivo dessa busca bibliográfica foi tanto atualizar-me sobre o tema quanto verificar se havia alguma publicação recente que abordasse a população brasileira em Portugal com base no censo português de 2021, o que, caso existisse, tornaria desnecessária a proposta deste capítulo. Embora tenha encontrado diversos artigos sobre o tema, incluindo alguns que serão citados ao longo deste texto, nenhum tratou especificamente da questão com a abordagem a que me propus, o que de certa forma legitimou o esforço de análise aqui apresentado. No entanto, ao consultar os relatórios do censo português publicados pelo INE, encontrei um que se aproximava muito da proposta deste trabalho (INE, 2023).

Antes de detalhar esse relatório, é importante comentar sobre a segunda etapa metodológica, que foi a busca pelos dados. Quando, em 2014, me propus a trabalhar com os dados do censo português de 2011 sobre os brasileiros em Portugal, enfrentei a dificuldade de acessar os dados detalhados no site do INE. Como procedimento padrão, cadastrei-me na plataforma da instituição e enviei uma mensagem descrevendo minha pesquisa, solicitando orientações sobre como acessar os dados necessários. Fui informado de que seria necessário pagar uma taxa para obter os dados, que seriam enviados por e-mail. Após várias trocas de mensagens, os dados foram finalmente enviados. Agora, em 2025, ao buscar os dados para a elaboração deste capítulo, tive a grata surpresa de verificar que estavam disponíveis diretamente no site do INE (INE, 2022), inclusive com um relatório específico sobre o tema (INE, 2023). Isso reflete uma melhoria na disponibilização de informações, o que contribui para o desenvolvimento de mais pesquisas sobre a temática.

Ao analisar o relatório, percebi que, embora essencial para compreender a população estrangeira em Portugal, inclusive os brasileiros, ele não faz uma análise detalhada e comparativa

desse grupo em relação à população portuguesa e às demais nacionalidades. Além disso, não apresenta uma comparação entre o perfil dos brasileiros que responderam ao censo em 2021 e aqueles que responderam ao censo anterior, em 2011. Dessa forma, acredito que a abordagem proposta neste capítulo ainda se justifica, pois oferece uma análise comparada da população brasileira, complementando o referido relatório.

Para facilitar a comparação entre os dois censos, optei por utilizar a mesma organização que empreguei em um livro anterior sobre os brasileiros em Portugal, no qual apresento o perfil da população brasileira que respondeu ao censo de 2011 (Silva, 2016): a variação quantitativa do número de brasileiros entre 2011 e 2021, sua distribuição geográfica em Portugal e as principais características desse grupo, com destaque para a composição etária, a escolaridade e as atividades econômicas exercidas por ele.

A distribuição espacial do maior grupo de estrangeiros em Portugal

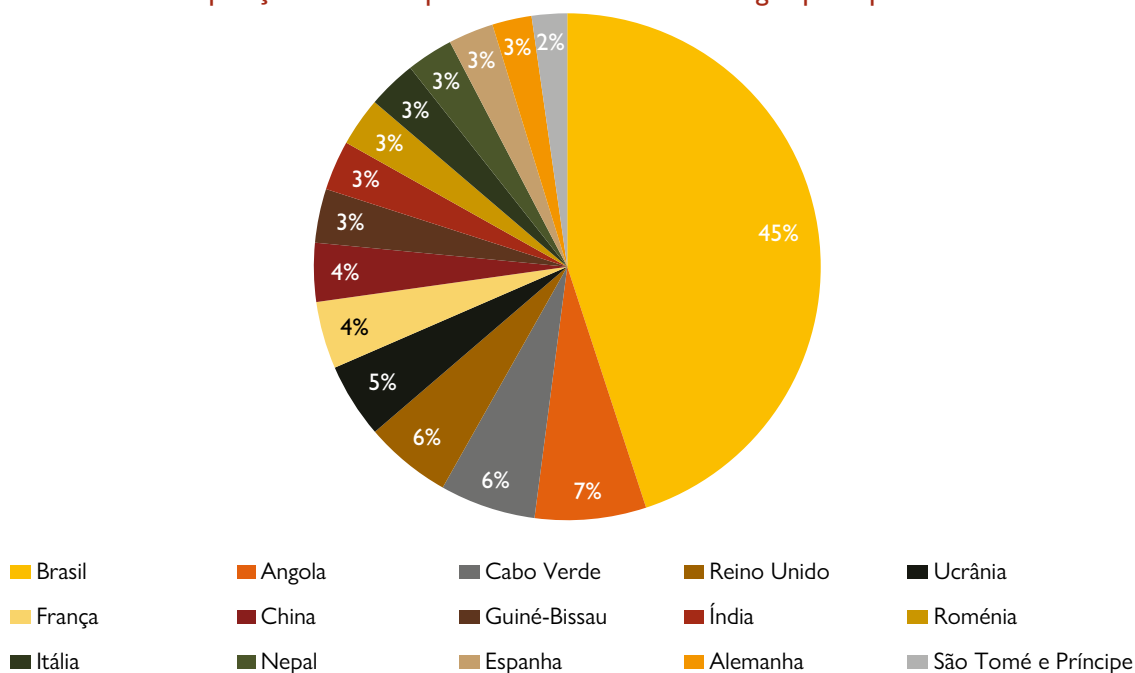
A forte presença de brasileiros em Portugal não é novidade, mas é interessante destacar que essa nacionalidade continuou sendo a de maior número entre os estrangeiros em Portugal. Esse destaque já era notório nos dados do Censo de 2011 e continuou no Censo de 2021, como é possível notar no Gráfico 1.

Como se verifica, os brasileiros representaram quase metade das principais nacionalidades estrangeiras que responderam ao censo português de 2021. De maneira geral, nesse mesmo ano, os estrangeiros eram aproximadamente 5% da população residente em Portugal e somente os brasileiros representavam 2% da população desse pequeno país europeu. Esses valores, que podem ser questionados, como já mencionado na introdução, demonstram a importância dos brasileiros para o mercado de trabalho e a sociedade portuguesa, o que resulta dos vínculos histórico-culturais-econômicos entre esses dois países, justificando a configuração de um subsistema migratório luso-brasileiro, como já afirmado por diferentes estudos (Baganha, 2009; Silva, 2016).

Além dessa importância relativa, os dados absolutos também demonstram um destaque quantitativo desse grupo de estrangeiros, principalmente por causa do expressivo aumento do número de brasileiros em Portugal entre os censos de 2001, 2011 e 2021 (Gráfico 2).

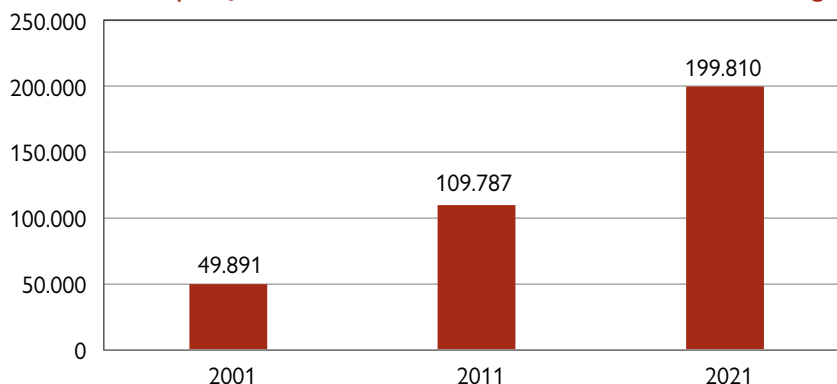
Entre 2011 e 2021, a população brasileira em Portugal aumentou em 80%, enquanto a população estrangeira geral aumentou 37%, e a população residente portuguesa diminuiu em 2,1%. Tais dados, além de confirmarem a relevância dos brasileiros, revelam ainda o quanto a imigração é estratégica para o desafio demográfico português, já que a população desse país tem diminuído há algumas décadas e o prognóstico é de que continuará diminuindo nos próximos anos.

Gráfico 1: População residente por nacionalidade em Portugal: principais nacionalidades



Fonte dos dados: Censo Demográfico, INE, 2021.

Gráfico 2: População de nacionalidade brasileira residente em Portugal

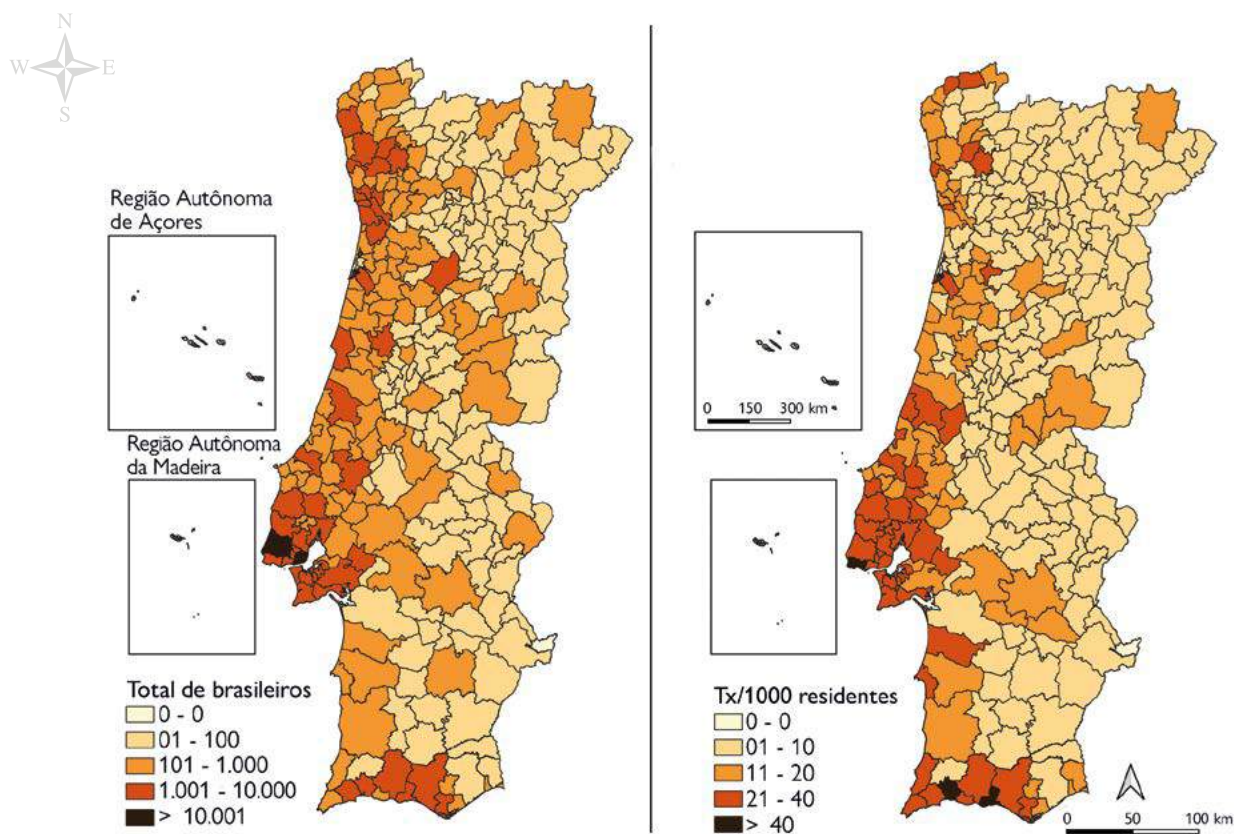


Fonte dos dados: Censos Demográficos, INE, 2001, 2011 e 2021.

E onde estavam os brasileiros que viviam em Portugal em 2021? Nas maiores cidades ou no interior, que tem vivenciado um avançado processo de esvaziamento demográfico (Tereso; Moreira, 2023), onde seria ainda mais essencial a entrada de imigrantes? Com os dados sobre a distribuição espacial dos residentes em Portugal de nacionalidade brasileira, foi possível elaborar os mapas apresentados a seguir. Neles, é notório que, seguindo a distribuição da própria população portuguesa, os brasileiros também estavam concentrados nos maiores concelhos, com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, embora estejam em quase todos os concelhos portugueses. Além disso, percebemos uma maior concentração próxima à costa, com

poucos brasileiros nos concelhos do interior. Esse cenário da distribuição espacial dos brasileiros não destoia daquele identificado com os dados do censo de 2011 (Silva, 2016), o que confirma a manutenção de um padrão laboral desse fluxo migratório, já que os imigrantes procuram as áreas com economia mais dinâmica.

Mapa: Distribuição espacial dos brasileiros em Portugal por Concelho



Fonte dos dados: Censo demográfico português, INE, 2021.

Quando ponderamos os dados sobre os brasileiros em relação à população total de cada concelho, conseguimos distinguir em quais áreas esse grupo é relativamente mais relevante. Nesse caso, continua o destaque no litoral leste e sul, além disso, é possível perceber a relevância dos brasileiros em alguns concelhos com populações menores e até mesmo no interior. Mesmo assim, as maiores proporções de brasileiros por residentes ainda ocorrem nos concelhos mais próximos do litoral e nas regiões de economia mais dinâmica, como se verifica na Tabela 1.

A análise desses dados indica que, embora tenha aumentado significativamente a quantidade de brasileiros em Portugal entre os anos de 2001 e 2021, o que mostra que o subsistema migratório luso-brasileiro está cada vez mais forte, a distribuição espacial desses imigrantes não se alterou de maneira acentuada. Dessa forma, o esvaziamento demográfico do interior de Portugal não está sendo compensado pela imigração brasileira. No entanto, a redução populacional geral do país seria muito maior se não houvesse esse fluxo, e, onde a demanda de mão de obra é grande,

esse maior grupo de estrangeiros em Portugal se faz presente, contribuindo para evitar uma potencial escassez de mão de obra. Sabendo onde estavam os brasileiros que responderam ao censo português de 2021, é hora de conhecermos um pouco mais sobre como eram esses imigrantes.

Tabela 1: Os dez Concelhos com maior proporção de brasileiros

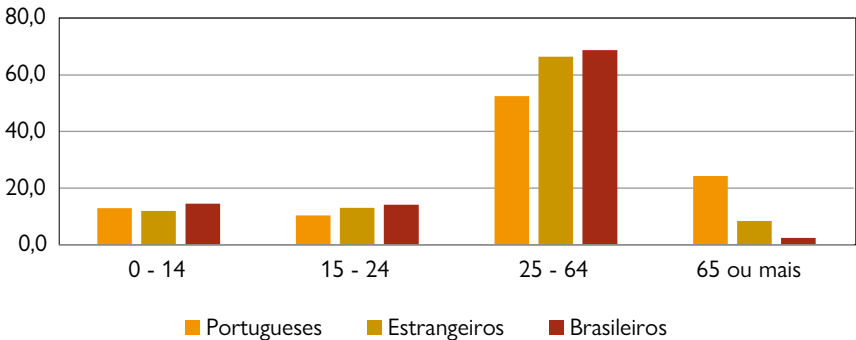
Concelhos	Residentes brasileiros Taxa /1000
Albufeira	56,2
Cascais	44,2
Portimão	43,2
Valença	39,8
Braga	38,5
Alenquer	38,0
Loulé	37,1
Almada	36,7
Amadora	36,4
Montijo	36,3

Fonte dos dados: Censos Demográficos, INE, 2021.

Perfil socioeconômico dos brasileiros que viviam em Portugal em 2021

Como já comentado, Portugal enfrenta um imenso desafio demográfico, com uma redução constante de seu crescimento natural constatada nos últimos censos. Além disso, a situação demográfica se agrava ainda mais devido ao envelhecimento de sua população, a ponto de o país ter uma das maiores razões de dependência entre os países da União Europeia (European Union, 2020; Tereso; Moreira, 2023). E é nesse contexto que o perfil dos brasileiros que vivem em Portugal indica que a imigração pode ser um dos caminhos, se não o principal, para o desafio demográfico português. Afinal, os dados mostram que a grande maioria dos brasileiros que respondeu ao censo português estava em idade ativa (Gráfico 3).

Gráfico 3: Grupos etários da população residente em Portugal



Fonte dos dados: Censos Demográficos, INE, 2021.

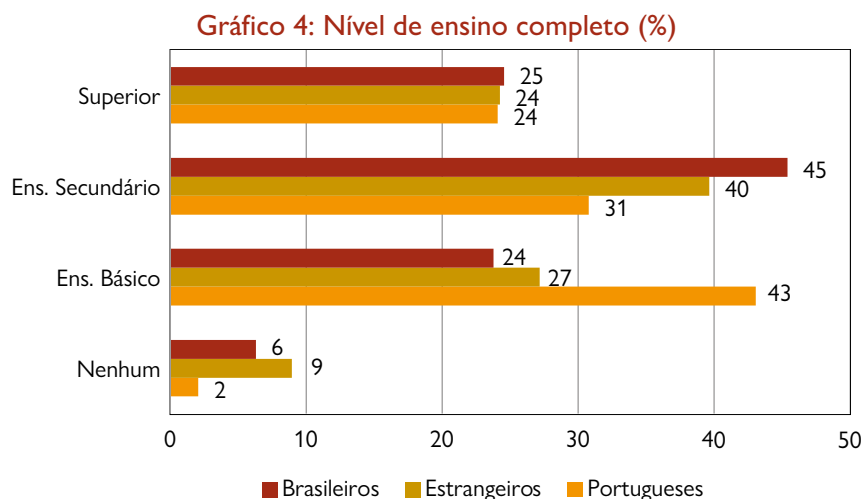
No gráfico, percebe-se que a proporção de brasileiros em idade ativa era maior do que a dos demais estrangeiros e bem maior do que a dos portugueses. Isso confirma mais uma vez tratar-se de uma imigração laboral, fundamental para o mercado de trabalho português. Esse é um dado que não destoia daqueles observados nos censos de 2001 e 2011, confirmando a manutenção de um padrão econômico nas emigrações brasileiras para Portugal. Inclusive, esse aspecto torna-se notório ao se observar que a população de brasileiros economicamente ativa em Portugal era proporcionalmente maior (61%) do que a dos portugueses (46,1%) e a dos demais estrangeiros (55,4%), e equivalente àquela apresentada pelo mesmo grupo em 2011. Apesar disso, chama a atenção o aumento da proporção de idosos (acima de 60 anos), o que pode indicar uma ampliação do número de aposentados brasileiros que veem Portugal como um destino para a aposentadoria, tanto pela qualidade de vida e segurança como pelo tipo de visto específico que o governo português oferece para esse público (Daré, 2021).

Em relação ao sexo, a população feminina (55%) continua sendo a maior parte daquela de nacionalidade brasileira em Portugal, apesar de uma pequena redução em relação ao percentual de 2011, que era de 57,8%. Os dados de 2011 permitiram apresentar a hipótese de que a feminização da imigração brasileira em Portugal poderia estar associada ao contexto de crise que o país vivenciava no período, já que as funções desempenhadas pelas mulheres (cuidadoras de idosos etc.) demoravam mais para sentir os efeitos da crise do que aquelas desempenhadas prioritariamente pelos homens (construção civil etc.), o que justificava um maior retorno ao Brasil de homens do que de mulheres (Silva, 2016). De certa forma, essa hipótese também ajuda a entender a redução da proporção de brasileiras em relação aos brasileiros em Portugal dez anos depois: em um contexto de maior estabilidade econômica no país, não há uma crise impactando desproporcionalmente as funções exercidas prioritariamente por homens e mulheres.

Em relação a outros aspectos sociais, algumas diferenças entre os imigrantes brasileiros e os portugueses são visíveis. Por exemplo, os brasileiros são bem menos católicos (37,5%) do que os portugueses (80,6%). Em contrapartida, são bem mais protestantes/evangélicos (30%) do que os nacionais (1,3%). De certa forma, esses dados sobre religião justificam a presença cada vez maior de igrejas evangélicas brasileiras em Portugal e a força desse grupo entre os imigrantes provenientes do Brasil (Rodrigues; Silva, 2016; Cardoso; Rodrigues; Lanza, 2024). Sobre o status matrimonial, 53% dos brasileiros eram solteiros, percentual também um pouco maior do que o dos portugueses (43%) e dos demais estrangeiros (52%). Essa proporção de população brasileira solteira é também um pouco superior à de 2011 (49%).

Os brasileiros ainda eram menos proprietários de suas residências (apenas 22%) do que os portugueses (73%) e os demais estrangeiros (33,9%). A grande maioria dos brasileiros dependia do pagamento de aluguel (69,9%) para ter uma moradia. Esse é um dado relevante, já que, considerando a crise imobiliária que Portugal tem vivenciado na última década (Rodrigues, 2022), podemos afirmar que os imigrantes de nacionalidade brasileira estão sendo mais impactados do que outros grupos.

Outro dado que chama a atenção é a escolaridade. Curiosamente, os brasileiros tendem a apresentar um nível maior de escolaridade do que os demais estrangeiros e até mesmo do que os portugueses (Gráfico 4). Isso é válido para aqueles que concluíram o ensino médio e o curso superior, porque os cidadãos de nacionalidade brasileira ainda são os que, proporcionalmente, mais responderam não ter nenhum estudo.



Fonte dos dados: Censos Demográficos, INE, 2021.

De certa forma, essa informação traduz uma peculiaridade do que alguns autores têm chamado de “quarta onda migratória” de brasileiros para Portugal (Fernandes; Peixoto; Oltramari, 2021). Oltramari *et al.* (2023, p. 50) apresentam uma breve descrição das primeiras ondas:

Em linhas gerais, tem-se: a primeira onda, que diz respeito ao período anterior a 1990 e tem como principal característica a inserção de trabalhadores qualificados em segmentos formais do mercado de trabalho português; b) a segunda onda, após 1990, que foi composta por brasileiros com pouca escolaridade, majoritariamente homens, inseridos sobretudo nos serviços pessoais e construção civil; e c) a terceira onda, ocorrida na virada do século crescendo até 2011, aproximadamente, que seguiu o mesmo padrão da segunda, entretanto, com o aumento da imigração de mulheres. (Oltramari, *et. al.*, 2023, p. 50).

Já Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021, p. 59) apresentam algumas características da quarta onda migratória de brasileiros para Portugal:

Esse processo apresenta características distintas das observadas nos outros movimentos. Toma destaque nas análises a presença de novos grupos, geralmente ligados à classe média, que consideram no projeto migratório a permanência de longa duração, que pode incluir a busca da nacionalidade portuguesa. (Fernandes, Peixoto e Oltramari, 2021, p. 59).

A comparação do perfil das três primeiras ondas, apresentada por Oltramari *et al.* (2023), com a escolaridade dos brasileiros em Portugal em 2021 permite afirmar uma diferença, pelo

menos nesse quesito, em relação a esses imigrantes brasileiros e aqueles que predominavam no país nos outros momentos descritos. Como se observa no Gráfico 4, os brasileiros têm maior escolaridade entre aqueles que completaram o secundário e o superior. Isso indica que, além de estar em idade ativa, trata-se de uma população com escolaridade mínima adequada para atender ao mercado português. No entanto, é importante destacar a dificuldade de reconhecimento da escolaridade, principalmente para aqueles que realizaram o curso superior no Brasil, o que dificulta a possibilidade de se inserirem no mercado de trabalho nas áreas originais de formação.

Em relação ao mercado de trabalho, alguns dados confirmam ainda mais a importância dos brasileiros para o mercado de trabalho português. A maioria deles tinha o trabalho como meio de vida, chegando a 64% dos respondentes, percentual maior do que o de portugueses (48,1%) e até mesmo do que os demais estrangeiros (56,5%). No entanto, percentualmente falando, o desemprego era maior entre os brasileiros (13%) do que entre os portugueses (7,9%) e os demais estrangeiros (12%), embora, nesse último caso, o valor fosse bem próximo. Isso é um indício da informalidade maior entre os brasileiros do que nos dois outros grupos. Inclusive, 17% dos brasileiros declararam trabalhar por conta própria, percentual também maior do que o dos outros grupos. A maioria dos brasileiros que estavam empregados atuavam em serviços pessoais, de segurança e como vendedores (26,3%), setores onde tradicionalmente a comunidade brasileira já apresenta destaque no mercado de trabalho do país (Peixoto, 2013). No entanto, também é interessante observar que quase um quarto dos imigrantes brasileiros (24,3%) exercia trabalhos menos qualificados e, por isso, com menor remuneração, típico do mercado secundário da economia, segundo Piore (1979).

Esses dados permitem traçar um perfil aproximado dos brasileiros, o que ajuda a compreender as principais dificuldades e quais seriam as estratégias mais apropriadas para garantir uma melhor integração dessa população de naturalidade brasileira que vive em Portugal. Isso é bom tanto para os imigrantes quanto para a própria sociedade portuguesa, que tem neles uma das alternativas para os seus desafios demográficos.

Considerações finais

Considerando que este capítulo resulta de uma análise exploratória, é peculiar pensar em considerações finais, pois esse tipo de análise, mais do que oferecer respostas definitivas, impulsiona dúvidas e abre diversas possibilidades de pesquisa. Nesse sentido, acredito que o texto cumpriu o objetivo de apontar caminhos para novas investigações. Contudo, algumas considerações podem ser feitas, especialmente no que diz respeito aos dados utilizados.

Foi muito positivo constatar a melhoria na disponibilização dos dados censitários de 2021 pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal (INE), o que representa um avanço significativo para as pesquisas sobre o tema. Enquanto no Brasil enfrentamos atrasos na realização do censo e a retirada de questões essenciais relacionadas à migração internacional, é animador perceber que Portugal segue na direção oposta. O país não só mantém um levantamento regular e preciso

dos dados, mas também facilita o acesso a essas informações. Para quem pesquisa um campo com dados tão escassos, como é o caso da migração internacional, essa é uma excelente notícia.

Os dados apresentados possibilitam delinear um perfil aproximado do brasileiro que vivia em Portugal em 2021. A probabilidade maior é de ser uma brasileira, com idade entre 25 e 50 anos, com ensino médio completo, solteira, evangélica, que paga aluguel e trabalha por conta própria na área de cuidados pessoais. Além disso, a residência predominante é na área metropolitana de Lisboa. Esse perfil, mais do que uma média dos entrevistados, pode ser visto como uma forma lúdica de destacar os elementos mais frequentes entre as características analisadas neste texto. Podemos considerar essa “brincadeira” uma reflexão séria, pois ela revela o padrão mais recorrente entre os brasileiros que viviam em Portugal em 2021, o que é um excelente indicativo dos tipos de políticas públicas que podem impactar tanto os imigrantes brasileiros quanto a sociedade portuguesa em geral.

Como já foi indicado ao longo deste texto, o objetivo não foi esgotar as possibilidades de estudo sobre o tema, mas sim apresentar pistas para investigações mais aprofundadas que possam confirmar, complementar ou até mesmo refutar as análises aqui realizadas, sempre contribuindo para o avanço dos estudos sobre a migração internacional.

Referências

ALAMAN, J. S.; PASSAMANI, G. R. Marcas da ‘brasilidade’: negociações em torno de gênero, sexualidade e cor em Portugal. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 2021. 1-27. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2021.37.e21216a>. Acesso em: 13 mar. 2025.

BAGANHA, M. I. The Lusophone Migratory System: Patterns and trends. *International Migration*, 47, Jul 2009. 5-20. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRUM, A. G. A emigração de brasileiros para Portugal: Características e motivações de um fluxo migratório. *Caderno Humanidades em Perspectivas*, Curitiba, 8, 2024. 98-13. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/humanidades/article/view/2873>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CARDOSO, K. M.; RODRIGUES, D.; LANZA, F.. Migração, trabalho e religião no contexto da lusofonia: histórias de vida de jovens imigrantes brasileiros em Lisboa. *Revista Humanidades e Inovação*, Palmas, 11, 2024. 241 - 253. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/9322>. Acesso em: 14 mar. 2025.

DARÉ, G. O. Direitos de Cidadania dos Imigrantes em Portugal. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum*, Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 179-192, 29, dez. 2021. 179-192. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006311>. Acesso em: 14 mar. 2025.

EUROPEAN UNION. Ageing Europe – statistics on population developments. Eurostat, 2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Ageing_Europe_-_statistics_on_population_developments. Acesso em: 15 mar. 2025.

FERNANDES, D.; PEIXOTO, J.; OLTRAMARI, A. P. A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. *RELAP - Revista Latinoamericana de Población*, Ciudad de México, 15, 17 mar. 2021. 34 - 63.

INE. Censos>2021. Instituto Nacional de Estatísticas, 2022. Disponível em: https://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=censos21_main&xpid=CENSOS21&xlang=pt. Acesso em: 15 mar. 2025.

INE. O que nos dizem os Censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal. Instituto Nacional de Estatística (INE). Lisboa, p. 32. 2023.

OLTRAMARI, A. P. et al. A quarta onda de imigrantes brasileiras e brasileiros em Portugal: Redes, classe social e gênero em evidência nas relações de Trabalho. *Revista Gestão & Conexões*, Vitória - ES, 12, 21 mar. 2023. 49 a 71. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2023.12.1.38231.49-71>. Acesso em: 08 mar. 2025.

PADILLA, B. A Imigrante brasileira em Portugal: considerando gênero na análise. In: MALHEIROS, Jorge M. *Imigração Brasileira em Portugal*. Lisboa: ACIDI, 2007. p. 113-134.

PEIXOTO, J. Imigração, Emprego e Mercado de Trabalho em Portugal: os dilemas do crescimento e o impacto da recessão. In: FONSECA, M. L.; GÓIS, P.; MARQUES, J. C.; PEIXOTO, J. *Migrações na Europa e em Portugal: ensaios de homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: ALMEIDA, 2013. cap. 6, p. 159-184.

PIORE, M. J. *Birds of passage: migrant labor and industrial societies*. New York: Cabridge University Press, 1979.

RODRIGUES, D.; SILVA, M. Imigração e pentecostalismo brasileiro na Europa: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. *Revista Angolana de Sociologia*, 04 Jun 2016. 97-113. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.1001>. Acesso em: 14 mar. 2025.

RODRIGUES, P. M. M. *O mercado imobiliário em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2022. Disponível em: <https://ffms.pt/sites/default/files/2022-08/resumo-do-estudo-o-mercado-imobiliario-em-portugal.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVA, R. V. *Brasileiros em Portugal: Por que alguns imigrantes retornam e outros permanecem?* Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SPIRITO, O. D. Migração brasileira para a área metropolitana de Lisboa nos últimos dez anos. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, 9, 2021. 68-91. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/cadecs.v9i1.37154>. Acesso em: 07 mar. 2025.

TERESO, S. M. L.; MOREIRA, M. J. G. Envelhecer sozinho: Um estudo de caso no interior de Portugal. *Egitania Scienza*, Guarda, 13 jul. 2023. 25-41. Disponível em: <https://doi.org/10.46691/es.vi.96>. Acesso em: 15 mar. 2025.



Desafios da imigração na Comunidade Intermunicipal do Ave: o caso do município de Guimarães

Bruna Filipa Araújo Marques*

Isabel Maria de Freitas Soares Ferreira**

Victor Freitas de Azeredo Barros***

A imigração é um fenómeno complexo que afeta profundamente as comunidades urbanas, influenciando diversos aspetos sociais, económicos e culturais (Bailey & Trujillo, 2008). Analisar como as cidades abordam a integração dos imigrantes é essencial para promover a coesão social e assegurar um desenvolvimento sustentável. Este é um tema relevante a nível global. Entender estas dinâmicas a nível local é crucial para a formulação de políticas públicas eficazes, socialmente sustentáveis e inclusivas.

Durante a pesquisa consultaram-se várias fontes que destacavam os desafios enfrentados pelas cidades na implementação de políticas de integração. Questões como o acesso a serviços essenciais, o mercado de trabalho, a habitação e a inclusão social foram frequentemente mencionadas, evidenciando a necessidade de estratégias locais adaptadas para enfrentar estes desafios.

* Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal.

** Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, Portugal.

*** Escola de Engenharia, Universidade do Minho, Portugal.

O foco do estudo no terreno foi o município de Guimarães, com uma interação com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) que se encontra no município. O objetivo do estudo é analisar as políticas e estratégias nacionais de integração de imigrantes, assim como as respostas locais que têm sido desenhadas e implementadas como forma de fornecer informações valiosas para o desenvolvimento de abordagens de ações para os municípios.

Para isso, identificou e estudou as políticas locais de apoio aos imigrantes no Município de Guimarães ao nível da avaliação do grau de implementação dos objetivos estratégicos definidos pelo Plano Municipal para a Integração de Imigrantes do concelho de 2018-2020 (PMIMG).

Como resultado, pretendemos compreender os desafios enfrentados nessa implementação, bem como sugerir melhorias e novas estratégias para a cidade.

Em suma, definem-se para este estudo os seguintes objetivos de investigação (OI):

- OI1: Compreender conceitos fundamentais sobre o fenómeno da imigração, nomeadamente, migração, imigração, integração e inclusão social e políticas de integração;
- OI2: Identificar, estudar e analisar as políticas e estratégias nacionais e europeias de integração de imigrantes;
- OI3: Identificar, estudar e analisar as políticas e estratégias do município de Guimarães no acolhimento e integração dos imigrantes, através do Plano Municipal para a integração de migrantes do concelho de Guimarães no período de 2018-2020;
- OI5: Analisar e recolher dados quantitativos relativos à população imigrante em Guimarães;
- OI6: Avaliar os resultados do PMIMG, através de contato realizado com o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) sobre sua atuação no Plano Municipal para a integração de migrantes do concelho de Guimarães no período de 2018-2020,

Revisão de Literatura

Migração e Imigração

A migração é um termo amplo que inclui diversos movimentos, sendo eles permanentes e temporários e que envolvem mudanças na residência de um local, país ou região para outro (Bailey & Trujillo, 2008). Dado que o fenómeno migratório tem uma grande diversidade estrutural, os teóricos e especialistas desenvolveram definições que têm em conta quatro dimensões principais, sendo o espaço e o tempo as mais comuns, bem como a forma e o estatuto social. O objetivo é desenvolver uma tipologia que represente visualmente a natureza complexa dos padrões migratórios (Fontes, 2010).

Em termos gerais, de acordo com alguns autores, a migração pode ser definida como “*uma mudança física de uma sociedade para outra*” (Eisenstandt, 1953, p.169) ou, “*migração é o movimento físico de indivíduos dentro e entre sistemas*” (Johnson, 1997, p.262) que pertencem às dimensões espaço-temporais da dinâmica migratória. No entanto, Ramos et al. (2012) afirma que este processo de migração envolve não só a mudança geográfica, mas também a adaptação social e psicológica a um novo ambiente e cultura, integrando assim também uma dimensão

social. Em apoio a este ponto de vista, Jackson (1991) salienta que a migração implica sempre mudanças significativas na forma como se interage com o seu ambiente, tanto no físico como no social.

Do ponto de vista espacial, a migração pode ser dividida em migração interna e migração externa ou internacional. A migração interna, também designada por migração doméstica, ocorre dentro das fronteiras de um país e pode envolver movimentos de zonas rurais para zonas urbanas ou vice-versa. Por sua vez, a migração internacional é normalmente descrita por várias fontes. De acordo com um artigo publicado pela *Human Resources for Health*, a migração internacional refere-se ao “movimento de pessoas de um país para outro para aceitar emprego, estabelecer residência ou procurar refúgio de perseguição, temporária ou permanentemente” (Bailey & Trujillo, 2008). Já conforme a Organização Internacional para as Migrações (OIM), trata-se de indivíduos que se deslocam ou migram para um país diferente da sua nacionalidade ou local de residência habitual, independentemente da duração da sua estadia nesse país, se o movimento é voluntário ou involuntário, do seu estatuto jurídico e do motivo que está por detrás da ação (OIM, 2009).

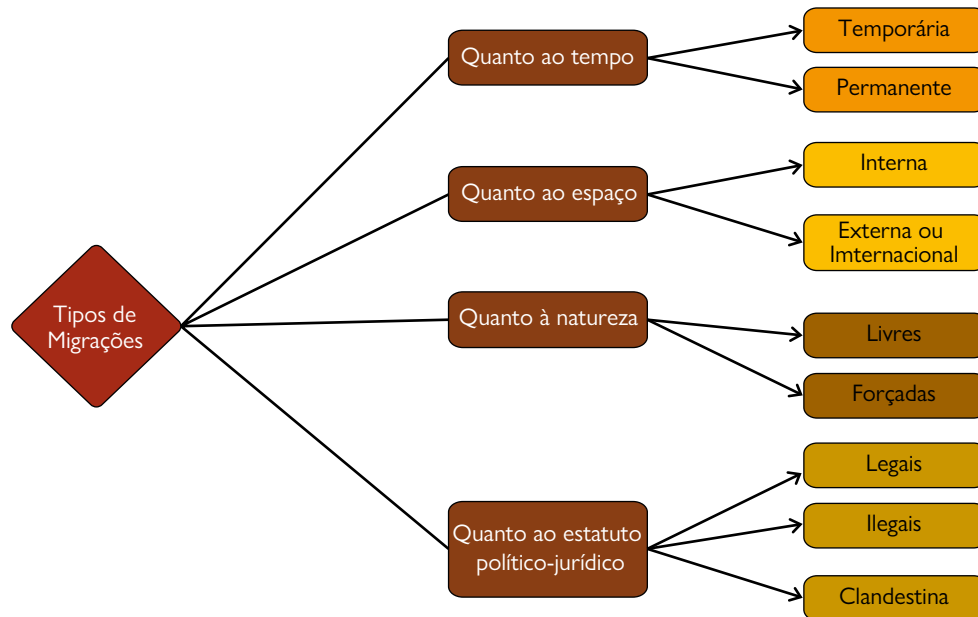
Em termos de dimensão temporal, é possível mencionar a migração temporária ou permanente. Como mencionado por Sert (2018), a primeira é geralmente associada a viagens curtas de trabalho. Nesse sentido, o objetivo dos migrantes é muitas vezes procurar formas de aumentar os seus rendimentos, antes de regressarem ao país de origem assim que atingirem esse mesmo nível de vida (Castro, 2018). Na realidade, os migrantes estabelecem-se no país de acolhimento para desenvolverem as suas vidas profissionais, familiares e sociais através da migração de longa duração. O “imigrante permanente” procura uma mudança espacial a longo prazo com o destino sendo a sua nova casa durante pelo menos um ano (Oliveira, 2020; OIM, 2009).

Por último, mas não menos importante, a migração pode ser voluntária ou forçada. Existe migração forçada em casos de guerras, perseguição (devido à orientação sexual, de raça/etnia ou outros motivos), catástrofes naturais ou ambientais, acidentes nucleares ou químicos e de pobreza extrema (International Organization for Migration, 2013). Todavia, coloca-se a questão de perceber se a migração forçada para outro país devido à falta de trabalho ou de melhores condições de vida é estritamente voluntária.

Na maioria dos casos, são vários os motivos que levam à migração. De forma geral, as pessoas procuram estabilidade e satisfação profissional através da procura de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e salários mais elevados (Sousa & Gonçalves, 2015). Entre essas causas destacam-se, por exemplo, o reagrupamento familiar e a perseguição baseada na raça ou etnia, em termos políticos, relacionadas com a religião ou a orientação sexual, como já foi referido.

Para além disso, é importante considerar a distinção entre migração legal, ilegal e clandestina. A migração ilegal refere-se a movimentos que inicialmente são considerados como legais, mas que se tornam ilegais por razões como a caducidade do visto, por exemplo. Por outro lado, migração clandestina não é aceite de todo pelas autoridades políticas desde o início.

Figura 1. Tipos de Migrações por dimensão



Fonte: Elaboração Própria

Em suma, é de salientar que a imigração tem um impacto significativo no processo de elaboração de políticas públicas a nível global. A nível económico, são implementadas políticas destinadas a atrair mão-de-obra qualificada. Em termos de segurança, estão em curso esforços para regular entrada de imigrantes nas fronteiras como forma de prevenir ameaças à segurança nacional e combater questões como o tráfico de pessoas e o crime organizado transnacional. Ao mesmo tempo, estas medidas beneficiam também a política social, promovendo a integração de imigrantes através de apoios em áreas como a saúde e a educação.

Integração e Inclusão Social

Os conceitos de integração e inclusão social são fundamentais na discussão sobre migração pois está diretamente relacionado com o processo de acolhimento e integração de indivíduos migrantes na comunidade. Embora Integração e Inclusão Social possam ser utilizados indistintamente, como sinónimos, por vezes descrevem “situações de inserção diferentes”, ainda que possam partilhar “significados semelhantes” (Mantoan, 2003, p. 15).

De acordo com Cerqueira (2022), a integração começa com a chegada ao país de acolhimento e envolve a participação ativa da comunidade de acolhimento. Neste sentido, a integração social é um mecanismo através do qual várias partes do sistema social trabalham em conjunto de forma harmoniosa e coerente, tal como os indivíduos bem integrados nessas estruturas, como Koramaz (2013) enfatiza. A integração social tem sido tratada maioritariamente de uma perspetiva regional, especialmente na sequência da migração, mas também está ligada à dinâmica urbana. Este processo tem uma influência direta nas oportunidades de vida num contexto urbano, especialmente nas grandes cidades, incluindo aspetos socioculturais, ambiente físico e serviços urbanos.

Para que a abordagem de gestão integral da migração seja suficientemente eficaz, a integração é vital. Uma integração bem-sucedida é necessária para todas as partes envolvidas, não só porque beneficia a migração, mas também para o bem-estar dos migrantes, bem como para a harmonia da estabilidade da sociedade e da segurança.

Na opinião de Pires (2003), a perspectiva micro e macrosociológica divide a integração social em duas fases: compatibilização imediata após um momento de incorporação. Conforme este ponto de vista, os problemas sociais não surgem no início da integração do imigrante na sociedade, mas sim na sua interação e adaptação contínua às comunidades locais. Segundo Justino (2007), nesta fase de compatibilização, os imigrantes esforçam-se por fazer parte da sociedade local, desenvolvendo relações fortes com instituições, indivíduos e grupos que constituem a sociedade. É durante este período que os imigrantes podem adaptar-se e integrar-se socialmente.

Neste contexto, o Estado desempenha um papel fundamental na regulação das questões relacionadas com a migração. Uma das responsabilidades na criação de um ambiente multicultural no seu território é a luta contra os preconceitos religiosos e raciais. Os mecanismos implementados pelo Estado devem formar, informar e sensibilizar os cidadãos.

A participação e a colaboração das organizações representativas dos imigrantes, das comunidades e dos parceiros sociais são essenciais na definição das políticas e avaliação da integração. A nível institucional, essa participação é garantida pela presença de representantes dos imigrantes no Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI). O objetivo do COCAI é assegurar que as associações representativas dos imigrantes, os parceiros sociais e as instituições de solidariedade social participem na definição das políticas de integração social e no combate à exclusão (Viana, 2016).

O processo de integração pode adotar dois modelos de integração, nomeadamente: o modelo de acomodação, também conhecido como multiculturalismo; e o modelo de assimilação (Entzinger & Biezeveld, 2003; King & Lulle, 2016; Penninx *et al.*, 2014; Regout, 2011). Vários autores defendem que um modelo ideal acomodaria a diversidade étnica, toleraria as diferenças religiosas e respeitaria a identidade e os valores das comunidades migrantes. O modelo de assimilação exige que os imigrantes se conformem com as normas, valores e práticas culturais adotados pela maioria das pessoas na sociedade para que possam ser aceites ou integrados na sociedade do país de acolhimento. Significa, portanto, que os imigrantes têm de descartar a sua herança cultural de origem e adaptar-se à cultura praticada no país de acolhimento para serem aceites (Penninx *et al.*, 2014; Regout, 2011).

A inclusão, ao contrário da integração social que se limita à colocação social ou à participação na comunidade, é um processo abrangente e inclusivo que visa a igualdade de acesso das pessoas em risco de pobreza e exclusão social às oportunidades e aos recursos necessários para uma participação plena nas esferas económica, social e cultural, bem como aos estilos de vida e ao bem-estar considerados “normais” pela sociedade. Este procedimento não se limita a proporcionar aquilo a que geralmente se chama um nível de vida e uma qualidade de vida aceitáveis,

mas incentiva também uma participação mais alargada na tomada de decisões relativas às suas vidas, bem como o acesso aos seus direitos (COM, 2003).

Um princípio fundamental da inclusão é “não deixar ninguém no exterior” (Mantoan, 2003, pp.16) que garante o pleno envolvimento de todas as pessoas na sociedade.

No entanto, a política social contemporânea centra-se muitas vezes, erradamente apenas nos grupos mais carenciados e desfavorecidos através de programas específicos que apoiam o rótulo de “inclusão social” (Lopes, 2006, p. 22). É de notar que a inclusão social não é apenas um aspeto simbólico, mas também um aspeto económico (Silver, 2005).

Neste cenário, a inclusão social abrange diferentes áreas de vulnerabilidade social fora da economia, como os sistemas de proteção social, os mercados de trabalho, a vida urbana e o ambiente escolar (Kowarick, 2003). O conceito está estreitamente ligado à solidariedade social, que difere da exclusão porque se baseia na cooperação mútua e na preocupação com o bem-estar do grupo (Barry, 1998).

A promoção efetiva de uma sociedade inclusiva requer uma abordagem de gestão aberta que reconheça as exigências e a diversidade cultural através de políticas públicas sensíveis e da atribuição de recursos a projetos e iniciativas relevantes (Laclau, 2006). Além disso, a garantia de direitos iguais para todos os cidadãos numa sociedade que promove a estabilidade social através da cidadania social é essencialmente importante para alcançar a inclusão (Sheppard, 2006).

A promoção da inclusão social pressupõe um conjunto de elementos, entre os quais programas institucionais de combate à exclusão social, justiça social, solidariedade social, bem como a garantia de segurança, proteção civil, direitos sociais e igualdade de oportunidades de participação democrática na política (Barry, 1998; Lopes, 2006). Além disso, o desenvolvimento económico depende do aumento da inclusão social que resulta da melhoria do capital humano devido a uma educação mais eficiente, formação adequada e melhores empregos (Mazza, 2005). Desta forma, a inclusão social não é apenas uma questão de ética, mas é também um “pré-requisito” para o desenvolvimento económico e social sustentável da sociedade.

Políticas de Integração

Desde os anos 90 que têm vindo a ser desenvolvidas políticas que visam a integração dos imigrantes. No entanto, durante a sua criação e desenvolvimento, há alguns aspetos que são apontados por diferentes grupos de imigrantes com necessidades distintas. Isto acontece porque diferentes populações têm problemas individuais específicos que devem ser abordados de forma diferente pelas políticas públicas (Garcés-Mascreñas & Penninx, 2016). Consequentemente, existem diferentes entidades que espelham e implementam as políticas de integração de migrantes em vários níveis de governação, para além dos governos nacionais. Como tal, é necessária uma colaboração entre vários atores e níveis de operação para desenvolver políticas eficazes que permitam uma integração adequada e eficiente da população imigrante (Czaika & De Haas, 2013).

Ao longo dos anos, tais questões têm sido discutidas por diversos autores que fornecem informações importantes sobre os desafios e oportunidades inerentes à integração. Uma das principais questões da política de integração é a diferença entre direitos humanos e direitos dos imigrantes (Ruhs, 2009). O autor ressalta a necessidade de garantir que as leis relativas às políticas de migração estejam em conformidade com os princípios dos direitos humanos para facilitar uma gestão ética da migração. A desconexão entre estes dois conceitos resulta na exclusão e marginalização dos imigrantes em muitos países, dificultando a execução de bons objetivos de integração.

Consoante Termote (2011), um dos objetivos da migração humanitária, como no caso dos refugiados e requerentes de asilo, deve abranger uma maior variedade de dimensões no processo de integração. Para além das diferenças culturais e das disparidades do mercado de trabalho entre os países de origem e de acolhimento, estes migrantes debatem-se com a validação das suas qualificações académicas e profissionais, comprometendo assim a sua integração a vários níveis, desde o acesso à educação e às oportunidades de emprego até à habitação, uma vez que esta é insustentável sem rendimento próprio (OECD, 2016).

Assim sendo, um dos principais elementos-chave das políticas de integração seria, portanto, a oferta de cursos de formação linguística e cultural, tal como salientado por Alarian and Neureiter (2019).

Estes programas desempenham um papel importante ao permitir que os imigrantes adquiram a língua do país de acolhimento, compreendam as suas normas sociais e culturais e interajam eficazmente com a comunidade. Os imigrantes podem alargar as suas oportunidades de emprego através do domínio da língua e da compreensão da cultura local, os imigrantes podem alargar as suas oportunidades de emprego, participar ativamente na vida cívica, interagir e relacionar-se bem com membros da comunidade.

Além disso, Cook (2018) afirma que as políticas de integração estão orientadas para o combate à discriminação e para a promoção da inclusão social. Estas estratégias envolvem ações destinadas a sensibilizar pessoas para questões relacionadas com diversidade e a igualdade, bem como a formação de profissionais que trabalham com migrantes. Ao promover o respeito pelos outros e as culturas de tolerância, as políticas de integração contribuem para a criação de um ambiente em que cada pessoa se sente altamente valorizada, respeitada e incluída, independentemente da sua origem ou do seu estatuto de migrante.

Outro aspeto relevante destas políticas está relacionado com o incentivo ao empreendedorismo dos migrantes, como defendido por Ruhs (2009). Estas estratégias promovem os migrantes a desenvolver os seus próprios negócios e empresas, o que contribui para o desenvolvimento económico e para a diversificação da base empresarial. Através da disponibilização de recursos e apoio financeiro, as políticas de integração apoiam a capacitação dos migrantes para se tornarem empresários de sucesso e promoverem a criação de emprego e de riqueza nas suas comunidades.

Em Portugal, por exemplo, foram tomadas medidas específicas para integrar imigrantes, como a criação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas Multiculturais, atualmente Secretariado Entreculturas, Portugal. Em 2002, foi criado o ACIME, que procurou facilitar o processo de integração dos imigrantes e minorias étnicas através da Rede Nacional de Informação ao Imigrante e do Centro Nacional de Apoio ao Imigrante (CNAI), que fornece informações e apoio em várias línguas. O ACIME foi transformado num instituto público em maio de 2007, reunindo várias estruturas de apoio técnico e diálogo intercultural que refletem os esforços contínuos destinados a melhorar a integração dos imigrantes. As políticas de integração adotadas em Portugal têm sido amplamente reconhecidas como favoráveis e progressistas. Iniciativas como a reformulação da Lei da Nacionalidade em 2006 e da Lei da Imigração em 2007 tentaram promover um ambiente acolhedor e inclusivo para os migrantes.

Ao avaliar a implementação de uma política de integração, é importante determinar a sua eficácia. A eficácia de uma política traduz-se na sua capacidade de resolver o problema que inicialmente se pretendia resolver. No entanto, medir a integração de imigrantes é uma tarefa complexa, devido à falta de dados extensos e precisos (Czaika & De Haas, 2013). É por isso que a mera análise dos resultados não pode ser suficiente para determinar se uma política foi bem-sucedida no processo de integração dos migrantes (Bilgili et al., 2015).

Para concluir, as políticas de integração são cruciais na construção de sociedades mais coesas e justas. Ao promover a diversidade, combater a discriminação e capacitar os migrantes através da educação e do empreendedorismo, estas políticas não só reforçam o tecido social como também refletem valores fundamentais de humanidade e solidariedade. Assim, investir na integração dos migrantes implica investir num futuro caracterizado por comunidades resilientes, justas e unidas.

Metodologia

Em um primeiro momento, foi realizado uma revisão de literatura para definir a rede conceitos fundamentais pertinentes ao tema (políticas e estratégias europeias e nacionais, migração, imigração, integração, acolhimento, inclusão social, Município de Guimarães). Buscou-se com isso, melhorar o conhecimento e compressão sobre o significado e a implementação das políticas de integração de imigrantes no contexto europeu e em Portugal, assim como a evolução dos fluxos migratórios em Portugal ao longo do tempo.

Para este propósito foram utilizadas fontes, nomeadamente, *Google Scholar*, Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), *Science Direct*, Repositório do IPCA; sites da União Europeia (UE), entre outros. Ou seja, através destes locais de pesquisa pretende-se aceder e consultar diferentes tipos de recursos bibliográficos, tais como relatórios, artigos científicos, dissertações de mestrado e livros. A pesquisa bibliográfica nuclear realizou-se entre o mês de abril e primeiras semanas de maio.

Definida a estratégia de revisão de literatura, fundamental para a construção do quadro teórico e, consequentemente, para observar o fenómeno de estudo de caso em contexto, tornou-se necessário pensar e definir a estratégia de investigação para o estudo empírico.

Assim, adotou-se o estudo de caso como estratégia de investigação, assente numa combinação de instrumentos fundamentais para a recolha e análise de dados, nomeadamente: (i) entrevistas; (ii) relatórios e documentos políticos e estratégicos; (iii) referencial de usabilidade IPIIC; (iv) ferramenta estatística: PorData.

Após análise dos relatórios e documentos políticos e estratégicos, bem como dados estatísticos, foi feita uma entrevista com o CLAIM de forma a contrastar os dados encontrados. Para isso, esquematizou-se um plano dos dados e, com isso, solicitou-se o material necessário ao CLAIM, sediado, respetivamente, na Câmara Municipal de Guimarães. Após a resposta da Câmara, se analisaram os dados enviados e identificaram-se áreas que necessitavam de mais informações para uma compreensão completa do fenómeno.

Resultados

O Diagnóstico da CIM do Ave

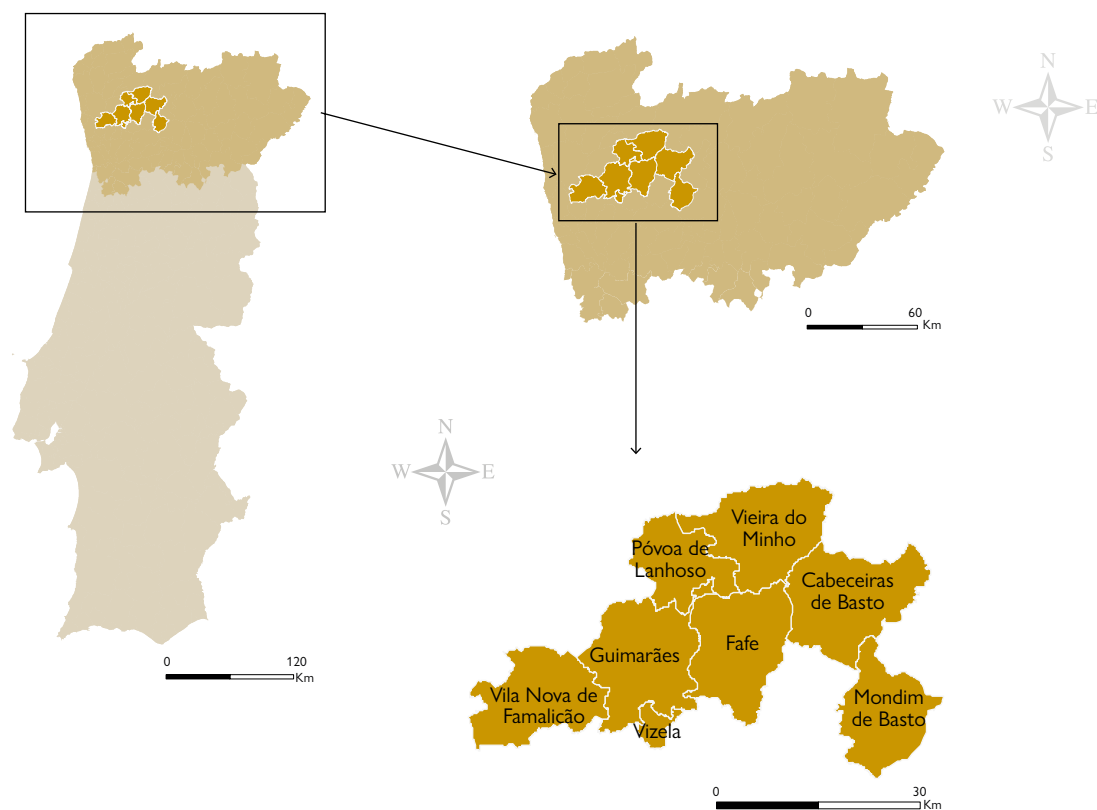
A Comunidade Intermunicipal do Ave (CIM do Ave) é uma associação de municípios de direito público criada em 14 de abril de 2009, com o objetivo de promover a gestão de projetos intermunicipais na sub-região Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUT) III do Ave. Esta comunidade compreende oito municípios: Cabeceiras de Basto, Fafe, Guimarães, Mondim de Basto, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Abrange 236 freguesias numa área de 1453 km², com uma população de 425.411 habitantes (censos de 2011), resultando numa densidade populacional de 293 hab./km².

A NUT III Ave tem um papel histórico na formação da identidade portuguesa, abrangendo territórios das bacias hidrográficas do Douro, Ave e Cávado e dos distritos de Braga e Vila Real.

Esta comunidade tem como objetivos:

- Promoção do planeamento e gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, nomeadamente o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Planeamento das atuações de entidades públicas de carácter supramunicipal.

Figura 2. Enquadramento da CIM do Ave na NUTS III Norte e em Portugal Continental.



Fonte: CAOP, 2012.

Guimarães, como parte integrante desta comunidade intermunicipal, destaca-se na CIM do Ave devido à sua importância histórica, económica e cultural. A combinação de seu património histórico e cultural com as oportunidades económicas e a elevada qualidade de vida faz de Guimarães um destino atraente para imigrantes que procuram melhores condições de vida e trabalho. Por essas razões, Guimarães foi selecionado como o foco deste estudo.

População Migrante em Guimarães

Na análise de dados sobre a população imigrante entre 2016 e 2022, observamos um aumento constante no número total de estrangeiros residentes em Portugal, particularmente nas regiões Norte e Ave e no concelho de Guimarães. A percentagem de população estrangeira também aumentou, destacando-se Guimarães, onde a proporção de estrangeiros com estatuto legal de residente subiu de 1,0% em 2016 para 2,1% em 2022. Este crescimento reflete uma tendência de maior atração e fixação de imigrantes no país.

Tabela 1. População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por sexo, 2016-2022

Anos	Portugal			Norte		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2016	392969	190846	202123	44447	20462	23985
2017	416682	203753	212929	49359	22932	26427
2018	477472	236233	241239	59657	27836	31821
2019	588976	295874	293102	77128	36559	40569
2020	661607	335924	325683	90253	43335	46918
2021	698536	359727	338809	100084	49151	50933
2022	781247	409258	371989	119385	60068	59317

Anos	Ave			Guimarães		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2016	3362	1564	1798	1407	662	745
2017	3557	1672	1885	1485	721	764
2018	4077	1920	2157	1801	861	940
2019	5163	2512	2651	2267	1096	1171
2020	5950	2969	2981	2481	1227	1254
2021	6803	3468	3335	2686	1321	1365
2022	8088	4203	3885	3307	1664	1643

Fonte: PorData(2024).

A análise dos dados referentes à população estrangeira com estatuto legal de residente em 2022 demonstra que a nacionalidade brasileira é predominante em Portugal, representando 30,7% do total. Este grupo é seguido por cidadãos de outros países europeus e do Reino Unido. Na região Norte, os brasileiros também se destacam como o maior grupo, constituindo 49,6% dos residentes estrangeiros. No Ave, os brasileiros lideram a população estrangeira, seguidos de outros países europeus.

Em Guimarães, os brasileiros representam 47,8% da população estrangeira, seguidos por cidadãos de outros países asiáticos e europeus e Angola, evidenciando uma diversidade significativa de nacionalidades na região.

Tabela 2. População Estrangeira com estatuto legal de residente por nacionalidade, 2022

2022	Portugal		Norte		Ave		Guimarães	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Espanha	19508	2,50%	4409	3,70%	182	2,30%	86	2,60%
França	27512	3,50%	3269	2,70%	323	4,00%	76	2,30%
Itália	34039	4,40%	5714	4,80%	303	3,70%	127	3,80%
Reino Unido	45218	5,80%	1934	1,60%	77	1,00%	20	0,60%
Ucrânia	25443	3,30%	3168	2,70%	302	3,70%	61	1,80%
Roménia	23393	3,00%	1349	1,10%	99	1,20%	59	1,80%
Moldávia	5243	0,70%	172	0,10%	11	0,10%	3	0,10%
Outros países europeus	83094	10,60%	7413	6,20%	458	5,70%	153	4,60%
Angola	31614	4,00%	4008	3,40%	232	2,90%	135	4,10%
Cabo-Verde	36582	4,70%	3067	2,60%	156	1,90%	84	2,50%
Guiné-Bissau	23707	3,00%	1069	0,90%	82	1,00%	51	1,50%
Moçambique	4779	0,60%	985	0,80%	51	0,60%	23	0,70%
São Tomé e Príncipe	12995	1,70%	1546	1,30%	47	0,60%	12	0,40%
Outros países africanos	14606	1,90%	2567	2,20%	192	2,40%	124	3,70%
Brasil	239676	30,70%	59226	49,60%	3.924	48,50%	1.580	47,80%
Outros países americanos	29082	3,70%	6201	5,20%	308	3,80%	128	3,90%
China	21996	2,80%	4471	3,70%	339	4,20%	89	2,70%
Índia	35413	4,50%	2767	2,30%	404	5,00%	51	1,50%
Nepal	23839	3,10%	830	0,70%	144	1,80%	102	3,10%
Outros países asiáticos	42590	5,50%	5108	4,30%	452	5,60%	341	10,30%

Fonte: PorData(2024).

Serviços de Acolhimento e Integração em Guimarães

A partir 2007, Guimarães preocupa-se com a criação de centros de apoio à população migrante como um fator chave para o desenvolvimento social. Essa iniciativa resultou na instituição do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAII) em 2010. Este centro descentralizado proporciona acolhimento, informações e apoio a imigrantes, abordando questões como legalização, nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação, emprego, segurança social, saúde, educação, formação profissional, empreendedorismo e apoio ao associativismo.

Os serviços mais frequentemente solicitados incluem a regularização e renovação de documentos, reagrupamento familiar, aquisição de nacionalidade portuguesa, além do encaminhamento para respostas sociais e integração no mercado de trabalho.

O número de atendimentos no CLAIM tem aumentado significativamente desde 2017 até 2023. Em 2017, houve 228 atendimentos e em 2018 e 2019, os números diminuíram para 176 e 137, respetivamente. No entanto, a partir de 2020, os atendimentos começaram a aumentar, com 461 em 2020, 680 em 2021, 1091 em 2022, e alcançando 3221 atendimentos em 2023.

De acordo com o CLAIM, as tipologias de atendimento mais frequentes entre 2020 e 2023 incluem a manifestação de interesse, reagrupamento familiar e atendimentos a estudantes de vários níveis de ensino. Estes tópicos refletem as necessidades essenciais dos imigrantes em regularizar a sua situação legal, reunir-se com a família e continuar a sua educação em Portugal. Além disso, a renovação de autorizações de residência e questões de nacionalidade também são comuns, destacando a importância de manter a documentação atualizada para a plena integração na sociedade portuguesa.

Do total de pessoas atendidas, as nacionalidades com maior incidência nos atendimentos do CLAIM são: Brasil, Ucrânia – (inclui refugiados), Angola, Colômbia, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Bangladesh e Nepal.

Plano Municipal para a Integração de Migrantes

A Estratégia Nacional para a Imigração centra-se em cinco eixos principais: acolhimento e integração; educação e formação; emprego e trabalho; habitação e cuidados de saúde; participação cívica/cidadania. Estas áreas são fundamentais para assegurar uma integração abrangente e eficaz dos imigrantes na sociedade portuguesa.

No município de Guimarães, as práticas de promoção da integração dos imigrantes são orientadas pelo Plano Estratégico para as Migrações, que está alinhado com o Plano para o Crescimento Inclusivo no Ave e o Plano de Desenvolvimento Social de Guimarães. Estas estratégias enfatizam a elaboração de políticas públicas inclusivas, o desenvolvimento territorial e a promoção da cidadania. O objetivo é garantir que todos os imigrantes tenham acesso a oportunidades justas, criando um ambiente que promova a diversidade inclusiva.

Para garantir a eficácia destas políticas, foram definidos objetivos estratégicos e operacionais. Estes objetivos incluem a criação de serviços de apoio aos imigrantes, programas de educação e iniciativas de formação profissional, esquemas de inclusão no mercado de trabalho, habitação condigna e acesso aos cuidados de saúde, bem como a promoção da participação cívica.

A dimensão estratégica refere-se à apresentação de objetivos prioritários para o concelho de Guimarães, com base em áreas temáticas propostas pelo ACM. Cada objetivo estratégico é descrito de forma sistemática, incluindo os indicadores que permitem medir o seu sucesso e as estratégias a serem adotadas para alcançar esses objetivos. A ideia é identificar mudanças prioritárias para melhorar o desenvolvimento e a inclusão social na região, garantindo que as metas estabelecidas sejam claras e alcançáveis, com métodos específicos para monitorar o progresso.

Com as informações fornecidas pelo CLAIM, na Tabela 3 observa-se as conclusões da análise dos dados.

Tabela 3. Atividades Realizadas em Guimarães no âmbito da implementação do PMIMG entre os anos 2020 e 2023

	Atividades Realizadas	Objetivos Estratégicos do PMIG
2020	- Colocação de 10 outdoor's com frases alusivas à temática da migração por forma a promover a sensibilização da comunidade para a temática; - Criação de diverso material de divulgação, por forma a melhorar a integração dos migrantes: flyers com informação sobre habitação, emprego e empreendedorismo, legislação laboral (material fornecidos aos cidadãos migrantes nos atendimentos).	- Media e Sensibilização da Opinião Pública; - Racismo e Discriminação.
2021-2022	- Atividades de divulgação/informação/sensibilização junto das entidades do Município: - Agrupamentos de escolas - CSIF's - Rede Social - Divulgação dos serviços prestados pelo CLAIM; - Divulgação dos processos de regularização, deveres e direitos do cidadão migrante; - Sensibilização para os constrangimentos sentidos pela comunidade migrante e para as questões da interculturalidade.	- Media e Sensibilização da Opinião Pública; - Racismo e Discriminação
2023	- Assinalação do dia Internacional do Migrante 18 de Dezembro de 2023; - Mostra cultural e gastronómica de vários países com a participação da comunidade migrante a residir em Guimarães; - Sessões de esclarecimento para os técnicos da rede social dos Municípios vizinhos (Vizela, Vila Verde, Felgueiras, Fafe), abrangendo as seguintes dimensões: - Regularização - Acesso à saúde - Acesso à educação - Acesso ao emprego - Acesso à habitação - Apoios sociais - Retorno Voluntário	- Solidariedade e Resposta Social; - Media e Sensibilização da Opinião Pública; - Racismo e Discriminação.

Para além disso, também foram relatadas dificuldades pelo CLAIM no âmbito da implementação do PMIG entre os anos 2020 e 2023:

- Com a situação pandémica, muitas das atividades previstas inseridas no âmbito da implementação do PMIMG foram canceladas:
 - O número de atendimentos sociais devido ao Covid 19 aumentou significativamente;
 - Poucos técnicos ao serviço no CLAIM.
- Conversão das atividades previstas e canceladas em materiais de divulgação/informação/sensibilização sobre a temática das migrações.

A dimensão operacional consiste na definição e execução de objetivos específicos que conduzem a objetivos estratégicos mais amplos. Esta dimensão é crucial para implementar as mudanças necessárias e garantir a eficácia das ações planeadas. Em várias áreas, os objetivos operacionais são delineados, tendo cada um deles indicadores-alvo, metas e responsáveis pela execução.

A área do **mercado de trabalho e empreendedorismo** centra-se no reforço da empregabilidade e na promoção do empreendedorismo entre os imigrantes. As medidas incluem ações de formação, produção de materiais informativos sobre oportunidades de emprego, com o objetivo de formar os cidadãos estrangeiros e o desenvolver brochuras informativas.

Nos serviços de acolhimento e integração, o objetivo é aumentar a satisfação com os serviços de receção através do desenvolvimento de portais de informação online e da implementação de atividades culturais e programas educacionais destinados a integrar os imigrantes na sociedade de Guimarães.

No campo do urbanismo e habitação, as estratégias procuram garantir o acesso à habitação social e melhorar as condições de vida, incluindo campanhas sobre o direito de acesso às casas e a assistência na realização de obras de melhoria.

Na educação e língua, a ênfase é colocada na formação em língua portuguesa e noutras áreas relevantes para a integração, com a organização de workshops de comunicação oral e escrita e cursos em áreas específicas como a informática ou a culinária, por exemplo.

A capacitação e formação tem por objetivo incentivar a formação modular certificada, tanto a curto como a longo prazo, com a organização de diversas formações certificadas em diferentes áreas para aumentar as oportunidades de emprego e o crescimento pessoal.

Na área da cultura, visa-se tornar a cultura acessível à comunidade imigrante através da oferta de programas interculturais e da sensibilização das associações culturais para a realização de atividades interculturais.

Em termos de saúde, a prioridade é a prestação de serviços de saúde especializados através da capacitação dos profissionais e de iniciativas de formação, incluindo a realização de formações para o pessoal de saúde e a conceção de materiais promocionais.

Na solidariedade e resposta social, o foco é a assistência social especializada aos imigrantes, através da capacitação dos trabalhadores das instituições da rede de segurança social e da oferta de ações de formação sobre temas específicos.

Na cidadania e participação cívica, encoraja-se a participação ativa dos imigrantes na vida cívica através da formação em gestão estratégica e criação de associações, com a realização de sessões de informação e a criação de uma associação de imigrantes.

A comunicação social e sensibilização da opinião pública tem como objetivo promover a diversidade cultural através da produção de materiais promocionais e da organização de eventos culturais, envolvendo o desenvolvimento de vídeos, brochuras e o envolvimento dos meios de comunicação social locais.

Para combater o racismo e discriminação, promovem-se a sensibilização para a diversidade através de exposições e de projetos educativos, incluindo exposições anuais e o desenvolvimento de atividades culturais.

Nas relações internacionais, promove-se a cooperação internacional, incluindo a futura gemação com municípios de origem dos imigrantes, através da realização de contactos anuais com os municípios de origem dos imigrantes.

Finalmente, na área da religião, reforça-se a compreensão e o diálogo inter-religioso através de ações de formação destinadas a aumentar o conhecimento sobre as várias crenças religiosas existentes na comunidade, disponibilizando cursos de formação geral sobre religião.

Conclusão

Os imigrantes são atraídos para Guimarães porque esta cidade tem uma infraestrutura forte, oportunidades de emprego e uma comunidade acolhedora. A cidade presta serviços através de várias instituições, como o CLAIM, que facilitam a integração, prestando assistência em diferentes áreas, incluindo educação, emprego e questões de regularização. A combinação de políticas inclusivas e apoio institucional com uma comunidade acolhedora torna-a um destino preferido para muitos imigrantes.

A abordagem de Guimarães à integração dos imigrantes é coerente com os objetivos nacionais da UE definidos a nível europeu. A cidade tem sido proactiva na implementação de iniciativas que promovem a coesão social e económica, assegurando que todos os residentes, independentemente da igualdade de oportunidades, tenham uma vida digna. Esta estratégia global não só beneficia os imigrantes como também reforça a comunidade local, contribuindo assim para um ambiente mais harmonioso e próspero. Por conseguinte, segue os objetivos estratégicos e operacionais definidos para promover a integração e a inclusão dos imigrantes na região.

Referências

- Alarian, H. M., & Neureiter, M. (2019). The effect of multiculturalism on immigrant socioeconomic integration: Evidence from the European Union. *International Migration Review*, 53(1), 183–210.
- Bailey, R. (2008). *Immigration and Migration*. Facts on File.
- Barry, B. (1998). *Social exclusion, social isolation, and the distribution of income*. London School of Economics.
- Bilgili, Ö., Huddleston, T., & Joki, A.-L. (2015). *The dynamics between integration policies and outcomes: A synthesis of the literature*. Migration Policy Group. https://www.mipex.eu/sites/default/files/downloads/files/mipex_literature-review_the-dynamics-between-integration-policies-and-outcomes.pdf
- Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2012.1. Direção-Geral do Território. (2012). https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-cartografia/Metadados_CAOP20121.pdf
- Castro, P. (2018). Migration in the city: The Chinese (and investment visas) in the Portuguese press. Apresentação na *The Migration Conference*, ISEG, Lisboa, Portugal. <https://orcid.org/0000-0002-7396-7373>
- Cerqueira, C. M. P. (2022). *A evolução das políticas públicas de imigração em Portugal (2003-2020)* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho.
- Commission of the European Communities. (2003). *Communication from the Commission to the Council, the European Parliament, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions: Immigration, integration and employment* (COM(2003) 336 final).
- Cook, M. L. (2018). *The borderlands of race: Mexican segregation in a South Texas town*. University
- Czaika, M., & de Haas, H. (2013). The effectiveness of immigration policies. *Population and Development Review*, 39(3), 487–508.

- Eisenstadt, S. N. (1953). *The absorption of immigrants: A comparative study based mainly on the Jewish community in Palestine and the State of Israel*. Routledge & Kegan Paul.
- Entzinger, H., & Biezeveld, R. (2003). *Benchmarking in immigrant integration*. European Research Centre on Migration and Ethnic Relations, Erasmus University Rotterdam.
- Fontes, I. E. M. T. (2010). *Imigração e integração social: A integração social de imigrantes no distrito de Santarém* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Coimbra.
- Garcés-Masareñas, B., & Penninx, R. (2016). *Integration processes and policies in Europe: Contexts, levels and actors*. Springer.
- International Organization for Migration. (2013). *World Migration Report 2013*.
- Jackson, J. A. (Ed.). (1970). *Migration*. Cambridge University Press.
- Justino, P. (2007). On the links between violent conflict and household poverty: How much do we really know? *MICROCON Research Working Paper*, 1.
- King, R., & Lulle, A. (2016). *Ageing, gender, and labour migration*. Palgrave Macmillan.
- Koramaz, T. K., & Dökmeci, V. (2013). Impact of characteristics of origin and destination provinces on migration in Turkey. *European Planning Studies*, 21(14), 1-17. <https://doi.org/10.1080/09654313.2013.771620>
- Kowarick, L. (2003). *Viver em risco: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. Editora 34.
- Laclau, E. (2006). *A razão populista*. Editora Três Estrelas.
- Lopes, A. (2006). *Migrações e políticas públicas: O caso português*. Edições Almedina.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*. Summus Editorial.
- Oliveira, E. de. (2020). Migração, terrorismo e racismo: A igualdade como princípio norteador da segurança. In T. P. Belez, C. N. da Silva, A. R. Gil, & E. de Oliveira (Orgs.), *Olhares sobre as migrações, a cidadania e os direitos humanos: Na história e no século XXI* (pp. 53–68). Petrony.
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2016). *International migration outlook 2016*. OECD Publishing.
- Penninx, R., Berger, M., & Kraal, K. (Eds.). (2006). *The dynamics of international migration and settlement in Europe: A state of the art*. Amsterdam University Press.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração: Teoria e aplicações à sociedade portuguesa*. Celta Editora.
- Regout, S. (2011). *L'immigration en Europe: Entre légalité et réalité*. L'Harmattan.
- Ruhs, M. (2009). *The price of rights: Regulating international labor migration*. Princeton University Press.
- Sert, D. S. (2018). Refugees and elections: The effects of Syrians on voting behavior in Turkey. *International Migration*. <https://doi.org/10.1111/imig.12563>
- Sheppard, E. (2006). *Positionality and globalization in economic geography*. *Economic Geography*, 82(1), 1–22.
- Silver, H. (2005). *Social exclusion and social solidarity: Three paradigms*. International Labour Organization.
- Sousa, C., & Gonçalves, G. (2015). Imigrantes e sociedade de acolhimento: Percepções e realidades no caso de Portugal. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 548–557.
- Termote, M. (2011). *La démographie: Analyse et synthèse*. De Boeck Supérieur.



Migração qualificada brasileira para Portugal: ensino superior e inserção ocupacional entre 1991 e 2021

Wilson Fusco*

Leandro Nazareno Basílio Jr.**

A migração internacional tem assumido papel de destaque nos debates contemporâneos, impulsionada por mudanças estruturais nos contextos econômicos, políticos e institucionais globais. Nesse cenário, observa-se um crescimento notável da migração qualificada, com destaque para indivíduos com ensino superior completo. Segundo Kone e Özden (2017), o número de migrantes com educação terciária aumentou cerca de 75% em ritmo superior ao da migração internacional e da própria qualificação educacional da população mundial. Essa tendência reforça a importância de compreender como países distintos participam desse processo, seja como emissores, seja como receptores desses fluxos.

No caso brasileiro, a intensificação da emigração qualificada a partir da segunda metade da década de 2010 tem como destino principal o continente europeu, especialmente Portugal. Esse movimento é fruto de múltiplas transformações: por um lado, a expansão do ensino superior no Brasil durante as primeiras décadas do século XXI, impulsionada por políticas como o PNE, o Reuni e o ProUni, ampliou o acesso à educação universitária entre jovens de

* Fundação Joaquim Nabuco.

** Doutor em Demografia/Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

diferentes regiões e classes sociais. Por outro lado, a crise política e econômica iniciada em 2015 deteriorou rapidamente as condições de vida e as perspectivas profissionais da juventude brasileira. Dados do IBGE (2021) apontam taxas de desemprego de 31% entre jovens de 15 a 29 anos naquele ano, enquanto microdados da PNADC indicam perdas expressivas de renda entre os mais jovens.

Esse contexto de qualificação educacional crescente, combinado à retração econômica e ao desemprego juvenil, ampliou o desejo de emigrar. Segundo o Atlas das Juventudes (2021), 47% dos jovens brasileiros manifestavam essa intenção em 2021 — mais do que o dobro do observado em 2014. Embora nem todos tenham efetivado esse projeto, aqueles que o fizeram configuram um novo perfil migratório. Como argumentam Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021), trata-se de uma “quarta onda” da migração brasileira para Portugal, marcada pela elevada escolarização, pela busca de estabilidade e por estratégias articuladas de inserção educacional e profissional no exterior.

É nesse cenário que se insere o presente capítulo, que tem como objetivo analisar a evolução da presença de brasileiros com ensino superior completo em Portugal entre 1991 e 2021, a partir de dados censitários e estatísticas administrativas. Busca-se compreender como esse fluxo se relaciona às transformações educacionais e socioeconômicas recentes no Brasil, bem como às dinâmicas de acolhimento e integração no país de destino.

Notas metodológicas

Este estudo baseia-se na análise dos dados censitários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal referentes aos anos de 1991, 2001, 2011 e 2021. O objetivo central é examinar as mudanças nos perfis dos migrantes brasileiros qualificados residentes em Portugal ao longo dessas três décadas, considerando tanto aspectos sociodemográficos quanto inserções no mercado de trabalho.

A análise iniciou-se com a caracterização da população nascida no Brasil e residente em Portugal, considerando as variáveis sexo, idade e nacionalidade declarada, abrangendo todas as faixas etárias. Em seguida, o foco recaiu sobre os brasileiros com ensino superior completo — definidos como migrantes qualificados —, cujos dados foram examinados segundo sexo, idade, motivos de entrada, meios de vida, condição perante o trabalho e situação na profissão. Para as variáveis relacionadas ao mercado de trabalho, adotou-se o recorte etário de 15 a 64 anos. Embora se reconheça a distinção entre qualificados e altamente qualificados, ambos os grupos foram analisados de forma unificada nesta etapa, com a intenção de abordá-los comparativamente em estudos futuros.

Foram selecionados, portanto, indivíduos nascidos no Brasil, residentes em Portugal e com ensino superior completo, independentemente do país em que obtiveram o diploma. As variáveis utilizadas para análise desse grupo incluíram sexo, idade, principal meio de vida, situação na profissão, condição perante o trabalho, motivos de entrada, local de nascimento e escolaridade. O recorte etário de 15 a 64 anos foi mantido para a maior parte das

variáveis, com exceção de “motivos de entrada” e “meios de vida”, que contemplam a totalidade das idades.

É importante observar que os valores absolutos extraídos dos censos estão sujeitos a limitações inerentes a qualquer processo de coleta e categorização estatística, especialmente no que se refere à autoidentificação de nacionalidade, naturalidade e escolaridade. Ainda assim, a utilização das quatro edições censitárias permite construir uma série consistente e identificar tendências estruturais no perfil e na inserção dos brasileiros qualificados em Portugal.

Contextualização Teórica e Demográfica

As migrações internacionais constituem um fenômeno de múltiplas dimensões — econômica, política, cultural e subjetiva — que, como destaca Sayad (1998), deve ser compreendido como um “fato social total”. Essa complexidade exige abordagens interdisciplinares e historicamente situadas, sobretudo diante das mudanças recentes nos perfis e fluxos migratórios. A migração qualificada tem ganhado proeminência nesse contexto, em razão da consolidação da economia do conhecimento e da reorganização da divisão internacional do trabalho (Castells, 1999).

O debate conceitual em torno dos migrantes qualificados envolve categorias como brain drain, brain gain, brain circulation e brain waste, que expressam diferentes perspectivas sobre os impactos e significados da mobilidade de indivíduos com alta escolaridade em um sistema global marcado por profundas desigualdades (Góis; Marques, 2007). Países centrais têm adotado políticas de atração seletiva de talentos para suprir carências em setores estratégicos e como resposta ao envelhecimento populacional e à escassez de força de trabalho qualificada.

No Brasil, esse processo ocorre em meio a transformações importantes no sistema educacional e no contexto socioeconômico. A ampliação do ensino superior nas duas primeiras décadas do século XXI, combinada ao bônus demográfico e à intensificação das crises política e econômica a partir de 2015, aumentou a propensão à emigração entre jovens qualificados. A precarização das oportunidades profissionais, aliada à insegurança quanto ao futuro, tem estimulado projetos de mobilidade internacional como forma de escape e de reconfiguração de trajetórias sociais (Castro *et al.*, 2021).

Portugal tem se consolidado como principal destino da emigração brasileira qualificada para a Europa. A afinidade linguística, os vínculos históricos e institucionais, os acordos de mobilidade no âmbito da CPLP e a relativa facilidade de reconhecimento de diplomas tornam o país especialmente atrativo. A chamada “quarta onda” da migração brasileira para Portugal (Fernandes, Peixoto & Oltramari, 2021) é marcada por um perfil predominantemente jovem, altamente escolarizado e, muitas vezes, acompanhado por familiares.

Do ponto de vista demográfico, essa migração insere-se no contraste entre uma sociedade brasileira ainda majoritariamente jovem e um contexto português marcado pelo

envelhecimento populacional e pela evasão de jovens. A presença de brasileiros qualificados contribui, assim, para a renovação da força de trabalho portuguesa, ao mesmo tempo em que representa, para o Brasil, uma possível perda de capital humano formado com recursos públicos (INE, 2021; UN, 2019).

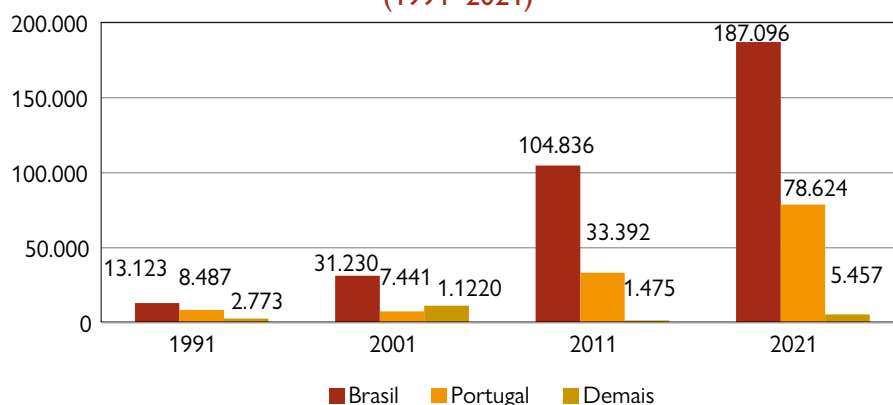
Dados recentes indicam que entre 2011 e 2021 houve um crescimento significativo da população brasileira qualificada em Portugal (252,73%), acompanhado por uma redistribuição territorial para o norte e em cidades universitárias (Basílio Junior, 2024). A migração familiar e as redes de apoio desempenham papel central na escolha do destino e na inserção social. Apesar de muitos enfrentarem situações de subemprego e subutilização de competências (deskilling), a maior parte não manifesta intenção de retorno ao Brasil, motivada sobretudo por expectativas de maior segurança e qualidade de vida.

Resultados e Discussão

Antes de avançar para os resultados específicos sobre os migrantes qualificados, é pertinente traçar um panorama mais amplo da presença brasileira em Portugal, com base nos recenseamentos populacionais realizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Entre 1991 e 2021, observa-se um crescimento expressivo do contingente de pessoas nascidas no Brasil e residentes em território português: o número passou de 24.383 para 271.177 indivíduos, o que representa um aumento de 1.012,2% no estoque registrado. Essa expansão constitui um elemento relevante para a compreensão das transformações recentes nos perfis e nas dinâmicas da migração brasileira para Portugal.

No que se refere à nacionalidade declarada, os dados revelam trajetórias distintas ao longo do período. Entre os censos de 1991 e 2001, o número de pessoas com nacionalidade exclusivamente brasileira cresceu 138,0%. Esse ritmo se intensificou entre 2001 e 2011, com variação de 235,7%, e permaneceu elevado entre 2011 e 2021, ainda que em desaceleração relativa, com aumento de 78,5%. Já entre os que declararam nacionalidade portuguesa, verificou-se uma queda de 12,3% no primeiro intervalo (1991–2001), seguida de crescimentos expressivos de 348,8% entre 2001 e 2011 e de 135,5% entre 2011 e 2021. Observa-se ainda a presença de residentes nascidos no Brasil com outras nacionalidades — como italiana, espanhola, francesa, alemã, entre outras — cujo número, embora proporcionalmente menor no conjunto, apresentou variações marcantes: crescimento de 304,6% entre 1991 e 2001, queda de 86,9% entre 2001 e 2011 e novo aumento de 270,0% entre 2011 e 2021. Importa destacar, contudo, que essas variações devem ser analisadas com cautela, uma vez que se referem a um segmento numericamente reduzido, mais sensível a oscilações relativas acentuadas.

Gráfico 1. Evolução da nacionalidade declarada dos residentes em Portugal nascidos no Brasil (1991–2021)



Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

O Gráfico 2 apresenta a estrutura etária dos brasileiros residentes em Portugal nos diferentes recenseamentos considerados. Observa-se, já a partir da década de 1990, uma seletividade migratória concentrada em jovens adultos, padrão que se mantém como dominante nos períodos subsequentes. Entre 2011 e 2021, contudo, nota-se um crescimento significativo na presença de crianças pequenas, o que sugere uma intensificação da migração familiar nesse intervalo, em contraste com períodos anteriores marcados por maior protagonismo de trajetórias individuais. Entre 2011 e 2021, o número de brasileiros residentes em Portugal cresceu 94,1%, com um aumento ligeiramente maior entre os homens (100,7%) do que entre as mulheres (89,3%). Esse padrão contrasta com a década anterior, marcada por um crescimento feminino mais expressivo. Apesar da aceleração recente do contingente masculino, as mulheres permanecem maioria no estoque de 2021, com um excedente de 34.481 em relação aos homens. No mesmo período, a população com ensino superior completo apresentou o crescimento mais acentuado entre todos os grupos educacionais, com uma variação de 5.437% entre 1991 e 2021. Esse incremento reflete a ampliação do acesso à educação superior no Brasil e a crescente presença de migrantes qualificados nas correntes migratórias.

De acordo com o Gráfico 3, desde 1991, as mulheres passaram a superar os homens entre os brasileiros com ensino superior residente em Portugal, evidenciando seu protagonismo crescente nesse segmento. Embora parte dessa qualificação possa ter sido adquirida já em Portugal, especialmente nos censos mais recentes, uma parcela expressiva dos migrantes já chega ao país com formação superior completa. A aceitação das notas do ENEM por universidades portuguesas também contribui para essa tendência, facilitando o acesso de estudantes brasileiros ao ensino superior local, ainda que com variações institucionais nos critérios de admissão.

Gráfico 2: Estrutura por sexo e idade dos residentes em Portugal nascidos no Brasil (1991–2021)

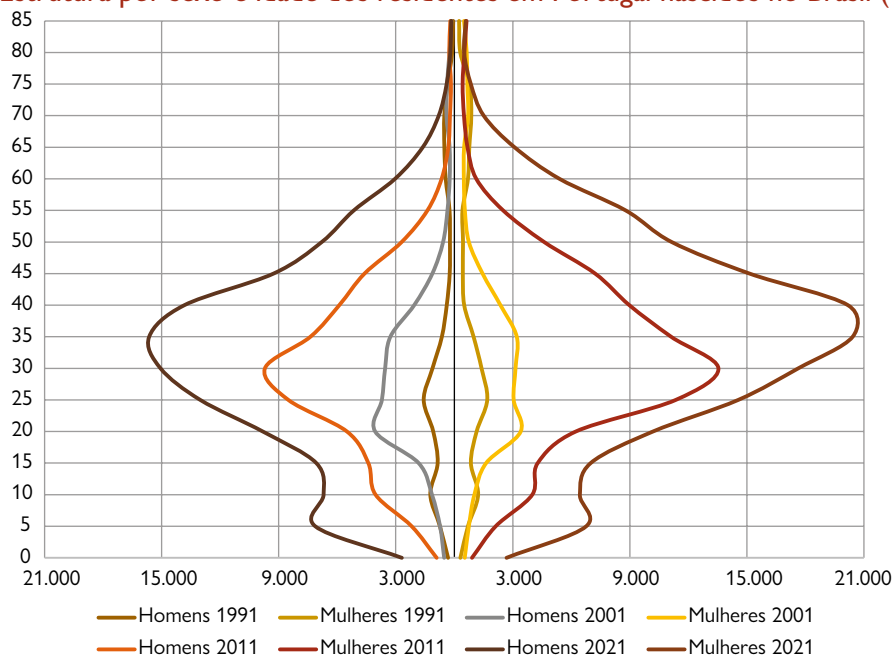
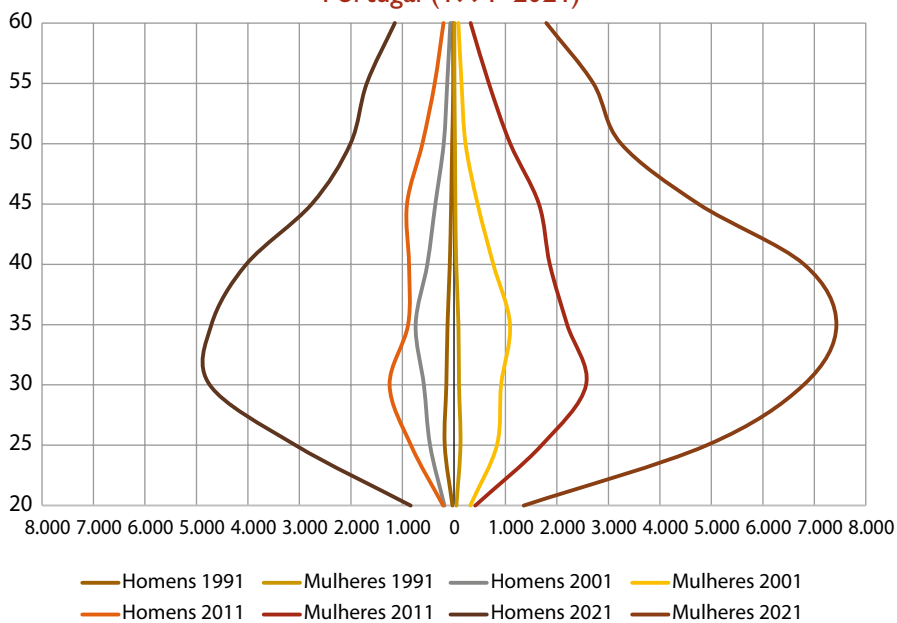


Gráfico 3: Estrutura por sexo e idade dos brasileiros com ensino superior completo residentes em Portugal (1991–2021)



A Tabela 1 evidencia a multiplicidade de motivações que conduzem brasileiros qualificados à migração para Portugal, refletindo a diversidade de trajetórias e projetos de vida desse grupo. As razões incluem desde a busca por oportunidades profissionais até a realização de estudos de pós-graduação, além de fatores ligados à vida familiar ou a contextos individuais específicos. Segundo o Censo de 2021, entre os que migraram após 2010, apenas 13,0% declararam ter entrado no país por motivo de trabalho, enquanto a alternativa “estabelecer residência” foi a mais mencionada, com 32,6% das respostas.

Apesar disso, observa-se que o trabalho permanece como principal meio de sustento para a maioria: 64,3% dos brasileiros qualificados residentes em Portugal declararam ter o trabalho como fonte de renda naquele ano (Tabela 2). Esses dados revelam uma dissociação relevante entre o motivo inicial da migração e a forma de inserção socioeconômica no país de destino, apontando para processos adaptativos e trajetórias complexas, em que o trabalho se afirma como dimensão central da permanência, ainda que não seja o principal fator motivador da chegada.

Tabela 1: Motivos declarados para entrada em Portugal de brasileiros com ensino superior completo (após 2010)

Motivos de entrada	Nº de pessoas	%
Retorno após período de emigração	1041	2,0
Trabalho	6740	13,0
Educação e formação	8059	15,5
Reunificação familiar ou formação de família	5964	11,5
Saúde ou tratamento médico	62	0,1
Estabelecer residência	16947	32,6
Situações de violência no país de origem	6	0,0
Outro motivo	13198	25,4
Não respondeu	14	0,0
Total	52031	100,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censo 2021.

A Tabela 2 reúne dados sobre os meios de vida dos brasileiros qualificados de todas as idades residentes em Portugal entre 1991 e 2021. Observa-se uma tendência de diminuição relativa da participação daqueles que têm o trabalho como principal fonte de sustento: esse grupo representava 75,5% em 1991 e passou a 64,3% em 2021. Essa redução proporcional, apesar do crescimento absoluto significativo, sugere uma diversificação nas formas de inserção socioeconômica dos migrantes qualificados ao longo do tempo. Entre os grupos que ganham espaço na composição do sustento destacam-se aqueles a cargo da família, os aposentados ou reformados e os que vivem de rendimentos de propriedade ou empresa.

A proporção de migrantes qualificados que recebem pensões ou reformas cresceu de 5,0% para 7,0% no período, com um aumento expressivo em números absolutos. Quanto aos que estão a cargo da família, sua participação subiu de 11,4% em 1991 para 14,3% em 2021. Embora o crescimento percentual seja modesto, a variação em números absolutos é notável: de apenas 140 pessoas em 1991 para 9.750 em 2021. Já entre os que declaram viver de rendimentos

oriundos de propriedade ou empresa, a evolução foi ainda mais acentuada, passando de 16 pessoas em 1991 para 2.574 em 2021. Esses dados indicam uma reconfiguração dos modos de sustento entre os migrantes qualificados, compatível com perfis mais diversos de inserção, envelhecimento da população e estratégias familiares mais amplas.

Tabela 2: Fontes de sustento dos brasileiros com ensino superior completo residentes em Portugal (1991–2021)

Fonte de sustento	1991		2001		2011		2021	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Trabalho	929	75,5	6775	80,9	13916	72,0	43858	64,3
Subsídio de desemprego	6	0,5	85	1,0	579	3,0	1754	2,6
Subsídio de doença, acidente, etc.	-	-	12	0,1	14	0,1	-	-
Outros subsídios	7	0,6	24	0,3	127	0,7	618	0,9
Rendimento mínimo garantido	-	-	5	0,1	-	-	-	-
Rendimento social de inserção	-	-	-	-	68	0,4	288	0,4
Pensão / Reforma	61	5,0	330	3,9	837	4,3	4774	7,0
Apoio social	4	0,3	10	0,1	38	0,2	-	-
A cargo da família	140	11,4	824	9,8	2513	13,0	9750	14,3
Rendimento de propriedade ou empresa	16	1,3	100	1,2	170	0,9	2574	3,8
Outros casos	68	5,5	214	2,6	1063	5,5	4549	6,7
Total	1231	100,0	8379	100,0	19325	100,0	68165	100,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

A análise da situação ocupacional dos migrantes brasileiros qualificados em Portugal (Tabela 3) mostra que, em todos os censos, a maioria se encontra na condição de empregados, ainda que a participação relativa dessa categoria tenha diminuído entre 2011 e 2021. Em termos absolutos, contudo, o número de trabalhadores assalariados aumentou expressivamente, passando de 914 em 1991 para 44.478 em 2021, o que evidencia uma inserção consistente no mercado de trabalho português — ainda que, por vezes, em ocupações aquém da qualificação formal dos migrantes.

Tabela 3: Situação ocupacional dos brasileiros com ensino superior completo residentes em Portugal (15 a 64 anos)

Situação	1991		2001		2011		2021	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empregados	914	79,2	6777	83,8	13867	74,4	44478	68,6
Desempregados à procura de 1.º emprego	11	1,0	96	1,2	436	2,3	511	0,8
Desempregados à procura de novo emprego	51	4,4	368	4,5	1594	8,5	4991	7,7
Estudantes	52	4,5	109	1,3	629	3,4	2689	4,1
Domésticos	57	4,9	350	4,3	850	4,6	3560	5,5
Aposentados ou na reserva	5	0,4	109	1,3	273	1,5	2059	3,2
Incapacitados permanentes	1	0,1	11	0,1	40	0,2	98	0,2
Outros casos	63	5,5	270	3,3	955	5,1	6413	9,9
Total	1154	100,0	8090	100,0	18644	100,0	64799	100,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

A taxa de qualificados desempregados à procura do primeiro emprego manteve-se baixa em toda a série (entre 0,8% e 2,3%), sugerindo que a maioria já possuía experiência profissional ou buscou alternativas para contornar barreiras de entrada. Em contraste, o percentual dos que buscavam novo emprego aumentou significativamente nos dois últimos censos, alcançando 8,5% em 2011 e 7,7% em 2021, sinalizando possíveis dificuldades de reinserção profissional ou de reconhecimento de competências.

Por fim, observa-se um crescimento na proporção de estudantes qualificados, que atingiram 4,1% em 2021 — o maior valor absoluto da série. Esse dado sugere a adoção de estratégias de requalificação ou continuidade dos estudos após a chegada ao país, bem como uma valorização crescente das oportunidades acadêmicas oferecidas por Portugal.

A Tabela 4 evidencia mudanças relevantes na inserção ocupacional dos migrantes brasileiros qualificados em Portugal ao longo das últimas décadas. A proporção de patrões/empregadores cresceu de 8,8% em 1991 para 17,2% em 2011, e embora sua participação relativa tenha recuado em 2021, o número absoluto continuou em expansão, indicando consolidação de trajetórias empreendedoras. Os trabalhadores por conta de outrem mantiveram-se como maioria em todos os períodos, mas sua participação relativa caiu para 42,8% em 2021, apesar do forte crescimento em termos absolutos. Já os trabalhadores por conta própria apresentaram recuperação expressiva, passando de 3,8% em 2001 para 13,3% em 2021, o que pode sinalizar estratégias autônomas diante de obstáculos à inserção formal.

Quanto aos perfis profissionais, nota-se uma diversificação progressiva. Se em 1991 predominavam engenheiros e docentes, nos censos seguintes ganharam destaque profissionais da saúde, das ciências da vida e, mais recentemente, das tecnologias da informação e comunicação (TIC), bem como especialistas em áreas jurídicas, culturais e sociais. Essa reconfiguração ocupacional revela a ampliação da base profissional dos migrantes qualificados e sua crescente inserção em setores estratégicos da sociedade portuguesa.

Tabela 4: Distribuição dos brasileiros qualificados em Portugal segundo posição na profissão (15 a 64 anos)

Posição na profissão	1991		2001		2011		2021	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Patrão / empregador	102	8,8	1211	15,0	2707	17,2	-	-
Empregador/patrão com menos de 10 empregados	-	-	-	-	-	-	3268	5,0
Empregador/patrão com 10 ou mais empregados	-	-	-	-	-	-	2988	4,6
Trabalhador por conta de outrem	703	60,9	5435	67,2	11076	70,5	27743	42,8
Trabalhador por conta própria	114	9,9	310	3,8	1130	7,2	8626	13,3
Trabalhador familiar não remunerado	4	0,3	12	0,1	28	0,2	-	-
A cumprir serviço militar obrigatório	3	0,3	1	0,0	-	-	-	-
Membro ativo de cooperativa de produção	1	0,1	11	0,1	1	0,0	-	-
Outra situação	38	3,3	165	2,0	572	3,6	1853	2,9
Não se aplica	189	16,4	945	11,7	189	1,2	20321	31,4
Total	1154	100,0	8090	100,0	15703	100,0	64799	100,0

Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação – Censos 1991, 2001, 2011 e 2021.

Considerações finais

O número de brasileiros com nível superior completo residentes em Portugal atingiu, em 2021, seu ponto mais elevado, configurando um segmento expressivo dentro da população migrante no país. Esse grupo qualificado concentra-se majoritariamente na faixa etária entre 25 e 49 anos, o que reflete um padrão típico de migração em idade ativa, associado à busca por inserção profissional e educacional durante o período mais produtivo do ciclo de vida. Chama atenção, contudo, o crescimento significativo observado entre os migrantes qualificados com idades entre 50 e 64 anos, superando expectativas e sugerindo que a migração nessa etapa da vida tem se tornado uma alternativa relevante para indivíduos em busca de novos projetos, requalificação ou melhores condições de vida.

Quanto aos motivos declarados para a entrada no país após 2010, os dados revelam que o trabalho não figura como principal razão inicial da migração: apenas 13% dos qualificados indicaram essa motivação. Em contraste, a opção por “estabelecer residência” apresentou a maior frequência (32,6%), seguida por “educação e formação”, com 15,5%. Essa distribuição reforça a ideia de que Portugal tem se consolidado como destino para projetos de médio e longo prazo, que articulam expectativas de estabilidade, acesso à cidadania e oportunidades educacionais. A presença destacada da educação como motivação inicial também sinaliza o crescente prestígio das instituições de ensino superior portuguesas entre brasileiros interessados em qualificação profissional e mobilidade acadêmica.

Apesar da diversidade de motivações que orientam a chegada, os dados de 2021 indicam que o trabalho se constitui como o principal meio de vida entre os migrantes qualificados já estabelecidos no país, respondendo por 64,3% dos casos. Isso demonstra que, independentemente do motivo declarado para entrada, a inserção no mercado de trabalho constitui uma dimensão central da permanência. A estrutura ocupacional também revela transformações significativas: as profissões ligadas às tecnologias da informação e comunicação (TIC) emergem como as mais frequentes entre os migrantes qualificados, refletindo a expansão desse setor e a crescente demanda por especialistas em áreas técnicas e digitais. Embora o número de empregadores tenha crescido ao longo do tempo, o aumento dos trabalhadores assalariados foi mais expressivo, confirmando o predomínio da inserção por meio do emprego formal.

Em síntese, a presença de brasileiros com ensino superior completo em Portugal tem se expandido de maneira consistente, acompanhada por alterações importantes em seu perfil etário, nos motivos migratórios e nas formas de inserção ocupacional. Essa migração qualificada agrega diversidade ao tecido social português e contribui, de forma crescente, para o dinamismo econômico, científico e cultural do país.

Referências

- BASÍLIO JÚNIOR, Leandro Nazareno. Migração qualificada do Brasil para Portugal: dinâmica recente e perspectivas para o projeto migratório. 2024. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.
- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTRO, Bruno; CAMPECHE, Hanna; POLETO, Leonardo; PESSOA, Mariana; ALENCAR, Renata. De malas prontas: migração de jovens e fuga de cérebros no Brasil. Brasília: Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil, 2021.
- EM MOVIMENTO; PACTO DAS JUVENTUDES PELOS ODS (org.). Atlas das Juventudes. [S.l.]: Em Movimento, 2021.
- FERNANDES, Duval.; PEIXOTO, João; OLTRAMARI, Andrea P. A quarta onda da imigração brasileira em Portugal: uma história breve. Revista Latino-Americana de População, v. 15, n. 1, p. 1-25, 2021.
- GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal. Lisboa: ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 2007.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Censos 2021. Lisboa: INE, 2021. Disponível em: <https://censos.ine.pt/>. Acesso em: 6 maio 2025.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). O que nos dizem os censos sobre a população de nacionalidade estrangeira residente em Portugal. Lisboa: INE, 2023.
- KONE, Zovanga L.; ÖZDEN, Çağlar. Brain drain, gain, and circulation. Washington, D.C.: World Bank Group, 2017. (KNOMAD Working Paper, KNOMAD Trust Fund).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). International Migration 2019: Highlights. New York: United Nations, 2019. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2019_Highlights.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.
- SAYAD, Abdelmalek. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.
- UNITED NATIONS. International Migrant Stock 2019 (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2019). Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York: United Nations, 2019.



diáspora científica brasileira em Portugal: desperdício de cérebros e o precariado em evidência

Andrea Oltramari*

Aline Chima Komino**

Muitos estudos têm sido realizados acerca da diáspora científica de diversas nacionalidades no mundo (Murphy e Pacher, 2022; Khan e Oghenetega, 2021; Khan, 2021; Balbachevsky e Couto e Silva, 2012; Lopes e Costa, 2021). São estudos que se justificam pelo alto número de circulação de cérebros que vem se apresentando na nova era das mobilidades, uma migração mais qualificada. Esse tem sido, portanto, um problema recorrente, para vários países, que vem exportando uma ampla gama de cientistas e pesquisadores, nome que vem sendo cunhado como diáspora científica e, o caso dos brasileiros, compreende os qualificados em diversas áreas, como saúde, ciências exatas e humanidades (Carneiro et al., 2020; Oltramari et al, 2024).

Muitos olhares teóricos-empíricos têm sido voltados para esse fenômeno, que embora não se caracterize como novo, vem ganhando cada vez mais força, em especial por estar dentro do fenômeno da era das mobilidades, como já cunhavam Sassen (1991) e De Haas, Castles, Miller (2020). Os estudos dizem de *brain drain* como um fenômeno onde os intelectuais e profissionais migram de seus países de origem devido ao seu capital humano qualificado (Fargoni, 2023).

* PPGA/UFRGS/ISEG RESEARCH/ULISBOA.

** UFES/UEM.

Já, *brain gain* descreve o fenômeno de ganho de cérebros que o país receptor tem a partir dessa diáspora qualificada. Novas discussões sobre o tema também apareceram, ganhando novos contornos, tal como o conceito de *brain circulation* (Carneiro et al, 2022; Murphy e Pacher, 2022; Khan e Oghenetega, 2021), ou seja, um fluxo em que esses profissionais qualificados contribuem tanto para o país de origem quanto para o de destino, formando redes de pesquisa que transcendem fronteiras geográficas. Conceito esse que acaba por relativizar a binariedade do que é *brain drain* ou *brain gain*.

Em um mundo caracterizado cada vez mais pelo investimento em tecnologia e em conhecimento, um novo tipo migratório vem surgindo, que são os migrantes altamente qualificados, sejam trabalhadores do conhecimento (Florida, 2004; Melo, 2007) ou diáspora científica (Carneiro et al., 2020; Oltramari et al, 2024), ambos situados em um novo contexto global da ciência e da tecnologia.

Esse artigo, portanto, tem o objetivo apresentar como a diáspora científica brasileira em Portugal apresenta traços do precariado (Standing, 2014). Pretende-se avançar nas discussões sobre *brain drain*, *brain gain* e *brain circulation*, modalidades inseridas no que Sassen (1991) refere sobre as mobilidades de capital e trabalho. Para tanto, após apresentar essa trajetória, pretendo mostrar um novo conceito, doravante intitulado de *brain migration*, ou migração de cérebros. Tal conceito, como se verá adiante, é uma modalidade da migração internacional em que a perspectiva de retorno desses cérebros é pequena. Percebeu-se, entre os dados, que as pessoas tendem a prolongar o tempo de permanência, estar sucessivamente em trabalhos temporários e mesmo não retornar. Tal prolongamento se dá principalmente pela via das redes constituídas como um *network*, momento em que também denominamos de *brain network*; tal rede consiste em um mediador deste processo migratório maior, vide a migração de cérebros. A circulação do conhecimento acontece com mais regularidade e intensidade do que a própria mobilidade das pessoas.

O presente estudo apresentará uma discussão a partir de dados coletados com a diáspora brasileira em Portugal, país que tem sido destino de muitos brasileiros qualificados, seja para continuar os estudos em programas de pós-graduação, seja para fortalecer a carreira de pesquisador ou pesquisadora, nas chamadas vagas atlânticas (Peixoto, 2015). A importância de se estudar esse país se dá porque, dentre outras características, depois dos Estados Unidos, Portugal é o segundo país que mais recebe brasileiros, com aproximadamente 360 mil cidadãos residindo no país (Ministério das Relações Exteriores, 2023). Adicionalmente, de acordo com o Atlas da Emigração Brasileira, que nomeia os principais países de destino, há um número alto de emigrantes brasileiros para Portugal, alcançando um estoque em 2020 de 154.017 emigrantes, segundo dados das Nações Unidas (Baeninger et al, 2024), ficando Portugal em primeiro lugar como destino emigratório e a Espanha em terceiro, perdendo somente para a Itália, com um estoque de 133.398 emigrantes. Em um relatório de 2022, a Agência para Integração, Migrações e Asilo (AIMA) apresentou uma outra perspectiva, apontando que 47% dos títulos de residência concedidos a imigrantes brasileiros foram motivados por atividades profissionais e 8,1% para estudos (AIMA, 2022), dado que comprova a crescente migração de brasileiros qualificados para

Portugal, configurando no que estudos vêm apresentando como sendo a onda mais heterogênea de brasileiros em Portugal (Oltramari et al, 2023).

Breve Aporte Teórico

A seguir apresenta-se o aporte teórico que deu origem às reflexões sobre a migração de cérebros, quais sejam: *brain circulation*, *brain drain* (Carneiro et al, 2022) e *brain gain*; e em um segundo momento apresentamos o conceito do precariado de Standing (2014).

Brain circulation, Brain Drain, Brain Gain

A perspectiva de mobilidade acadêmica e científica, temporária ou permanente, é analisada por autores como De Haas (2024), que argumenta que a migração de cientistas é diretamente influenciada por fatores econômicos, sociais e de desenvolvimento em especial do país de origem da diáspora (De Haas, 2024). Segundo o autor, essa mobilidade tende a ser uma reação tanto às oportunidades internacionais quanto às dificuldades locais, criando uma força de trabalho qualificada que atende a demandas globais de inovação e tecnologia (De Haas, 2024).

Por *brain drain* compreende-se para além da saída de profissionais qualificados do país de origem em busca de melhores oportunidades no país ou países de destino, refere-se a perda de conhecimento e inovação com potencial de gerar impactos socioeconômicos locais (Carneiro et al., 2020). Para evitar as consequências do *brain drain* é necessário um fortalecimento do vínculo e da cooperação entre os países envolvidos em especial com aquele em que perdeu o cientista (Carneiro et al 2022) para além do país de origem rever suas condições de trabalho, de carreira e de vida no intuito de manter esses trabalhadores nacionais (De Haas, 2024).

No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, a emigração de cientistas, pesquisadores e outros profissionais qualificados se intensificou, motivada por fatores como a instabilidade econômica, falta de recursos para pesquisa e limitações estruturais no mercado de trabalho (Carneiro et al., 2022; Oltramari et al., 2024). Todo esse movimento que não diz respeito somente ao Brasil é resultado também da globalização e das políticas neoliberais que aumentaram significativamente a mobilidade de capital e trabalho, ampliando e também por vezes precarizando as oportunidades de trabalho (Sassen, 1991).

Por outro lado, o conceito de *brain gain* surgiu para descrever o fenômeno de ganho de talentos, em que países receptores se beneficiam da chegada de profissionais qualificados, que contribuem para a inovação e o desenvolvimento científico. Essa entrada de cérebros muitas vezes se traduz em *brain circulation*, ou circulação de cérebros, em que o retorno eventual dos migrantes ou a troca de conhecimentos entre países reforça as redes globais de pesquisa e inovação (De Haas, 2024; Carneiro et al, 2022).

Essas dinâmicas afetam principalmente países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades para reter seus talentos e integrar adequadamente as redes globais de pesquisa e tecnologia. Como resultado, os países que sofrem com o *brain drain* vêem seu crescimento econômico e

capacidade inovadora limitados, sem falar na perda de jovens cientistas prontos para ingressar e qualificar o mercado de trabalho local (De Haas, 2024).

Para mitigar essas perdas, algumas iniciativas tentam converter o *brain drain* em *brain circulation*, incentivando a colaboração entre os cientistas que compõem a diáspora científica e suas instituições de origem, sejam universitárias ou empresas públicas ou privadas. Essa política de circulação de cérebros, permite principalmente a troca de conhecimentos e o eventual retorno desses profissionais, oferecendo uma alternativa mais sustentável à fuga de cérebros. O Brasil, por exemplo, ainda enfrenta alguns desafios na implementação de políticas que facilitem essa troca, devido principalmente a barreiras administrativas e limitações de financiamento (Carneiro et al, 2022). Um problema do *brain circulation* reside em que: a) nem sempre esses trabalhadores desejam voltar ao país de origem e b) nem sempre dispõem de tempo para colaborar com o país de destino, vide o trabalho por vezes precário a quem são cometidos no país de destino, tomando-lhes grande tempo do cotidiano laboral (Oltramari et al, 2024).

O Precariado

Para fins desse texto, adota-se o conceito de precariado de Standing (2014) em que parte do pressuposto principalmente em trabalhadores desprovidos de qualquer estabilidade no mundo do trabalho. É importante mencionar que Standing (2014) defende um conceito de precariado diferente de autores como Braga (2012) e Alves (2012). A principal diferença entre os conceitos para justificar a opção teórica é que para Standing (2014) precariado é a nova classe social, enquanto para Braga (2012) e Alves (2012) não se trata de nova classe e sim da camada média do proletariado urbano. Adicionalmente para Standing (2014) os imigrantes tornaram-se uma parte forte da manifestação do precariado no mundo, em especial pelas novas configurações que o trabalho vem tendo ao longo dos últimos anos tais como a *gig economy* entrelaçada a migração (Oltramari et al, 2023), ou os *free lancers* do mercado de trabalho digital (Vaclavik, Oltramari, Rocha-de-Oliveira, 2022). Uma vez que a informalidade do trabalho é a marca da *gig economy* (Vaclavik et al, 2022) via de regra é o modo de imigrantes, especialmente os indocumentados ou irregulares, se inserirem no mercado de trabalho informal do país de destino. O capitalismo se espalha de tal forma que engendra tantos os imigrantes quanto os nacionais a trabalharem de forma precariada. Por *gig economy* compreende-se o agenciamento do trabalho informal que se apresenta especificamente na formação e expansão de mercados laborais digitais (Vaclavik et al, 2022).

No caso de trabalhadores qualificados a insegurança profissional é também uma característica definidora do precariado, objetivamente na falta de contratos de longo prazo e na ausência de proteção contra a perda de emprego. Em tantas consequências que traz o precariado aos trabalhadores, uma delas é o estresse resultante dessa insegurança profissional e de vida, como veremos mais adiante. Portanto, “o precariado pode ser identificado por uma estrutura distinta de rendimento social, que lhe confere uma vulnerabilidade que vai muito além da que seria

resultante de um rendimento monetário recebido num determinado momento” (Standing, 2014, p. 37). São milhares de trabalhadores sem memória de trabalho, sem identidade, sem sentimento de pertença, sem sentimento de comunidade. As ações e atitudes derivadas da precariedade tendem a derivar para o oportunismo (Standing, 2014, p. 38) e esse por sua vez também desencadeia a ansiedade nos trabalhadores, em especial pela falta de perspectivas.

As sucessivas sobrevivências de empregos temporários são a marca também dessa estrutura do capital. A ausência do Estado também é uma característica forte, em que a vida acontece sem qualquer investimento institucional (Concolato; Oltramari; Santos, 2017; Castel, 2005) A mobilidade social acontece muito pouco, pois via de regra o que se apresenta são empregos ocasionais e temporários em que seus sucessivos reinícios não dão o fôlego suficiente para suas carreiras se constituírem fora da precariedade.

Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de natureza qualitativa, exploratória, onde foram realizadas cinco rodadas de grupos focais (Gaskell, 2003) e mais uma rodada com mais 10 entrevistas semi-estruturadas e em profundidade. Nos grupos focais, totalizamos 47 acadêmicos, pesquisadores, localizados em diversas cidades de Portugal, tais como Lisboa, Porto, Braga e Coimbra. Subsequentemente, na segunda rodada, aprofundamos alguns elementos que apareceram fortemente na primeira, tal como compreender quais estratégias a diáspora científica vem realizando para conseguir escapar do labirinto e dos espaços cada vez mais sitiados em termos de mobilidade e inserção profissional. Optamos por realizar outras técnicas de coleta de dados concomitantemente aos grupos focais uma vez que poderíamos ter um alcance maior a pesquisadores que não tivessem disponibilidade para compor os grupos focais. Em que pese todos os resultados da pesquisa, cumpre destacar que esse texto é um recorte de análise de um projeto maior, nomeado preliminarmente ‘Diáspora Científica em Portugal: redes, demandas, retornos e futuro em evidência’.

Toda forma de coleta de dados foi realizada de rede para rede, ou seja, a ligação entre o ponto da autoria do artigo era diretamente com as redes de pesquisadores e essas redes ligavam a outras redes, formando um mosaico de redes e teias de conexão.

Os pesquisados tinham todos alguns pré-requisitos a seguir tais como: a) migrantes brasileiros nascidos no Brasil; b) descendentes de brasileiros, de outras nacionalidades, foram excluídos; c) estar cursando graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e/ou ser professor em Portugal no momento da pesquisa; d) a condição de entrada e visto no momento não era uma questão levada em consideração, portanto migrantes legais, irregulares, indocumentados, não autorizados poderiam participar da pesquisa; e) a mobilidade geográfica (De Haas, 2024) foi considerada para a participação na pesquisa, ou seja, a residência habitual deveria ser em Portugal. Ressalta-se que, por si só, uma diáspora científica que migra não é necessariamente precariada.

Resultados: a guisa de algumas reflexões iniciais e agenda de pesquisa

O objetivo desse estudo foi apresentar traços do precariado (Standing, 2014) na diáspora científica brasileira em Portugal. Percebeu-se, de imediato, que a rede informal de migração (Oltamari et al, 2024) concretizou uma rede de networking para que as suas carreiras fossem engendradas. Conseguimos esse resultado a partir de dois momentos: um primeiro momento de grupos focais, momento em que a formação das redes se evidenciou e em um segundo momento para compreender o quanto essa diáspora apresenta-se precarizada em seu trabalho, com carreiras segmentadas e sempre em formação a curto prazo, caracterizando empregos curtos, precários, e com sucessivos reinícios. A seguir analisaremos os dados a luz da teoria proposta. Ressalta-se novamente, entretanto, que essa análise é uma parte de uma pesquisa maior, intitulada “mapeamento da diáspora científica brasileira em Portugal: redes, demandas, retorno e futuro em evidência” e sem dúvida há outros olhares e recortes analíticos passíveis de realizar, que seguramente serão concretizados em um futuro próximo.

O não retorno: o desejo de seguir na mobilidade

De imediato é importante mencionar que o desejo de retorno ao Brasil, pelo menos dessa diáspora científica brasileira em Portugal, não se mostrou integralmente nem presente, nem pulsante. Alguns fatores foram mencionados como motores desse momento, tais como a questão econômica, mobilidade social e mobilidade a partir do consumo. Mesmo que Portugal esteja atravessando um período de inflação e altos preços de moradia por exemplo, muitos mencionaram que não alcançariam a qualidade de vida que têm em cidades portuguesas comparativamente as cidades brasileiras, principalmente se forem morar em cidades capitais no Brasil.

Além da questão econômica, portanto, a qualidade de vida e segurança urbana também foram citados como fatores para a imigração e, portanto, desejo de não retorno ao Brasil. Pesquisadores e estudantes de diversas partes do Brasil em Portugal foram entrevistados e também a violência foi citada por quase todos, independente da região. Em Coimbra, um dos pesquisadores cita inclusive que “o aspecto da segurança para mim, como pai. Muito mais do que como investigador, estudante é fundamental nesse processo”. Dentro da decisão de imigrar, o contexto familiar também foi levado em consideração. Ressalta-se, de imediato, que o público alvo da pesquisa eram de pesquisadores qualificados brasileiros, em uma classificação, segundo Souza (2017) a classe média brasileira.

O desejo de permanecer em Portugal ou em outro país da Europa apareceu também para aqueles que estão há mais tempo em Portugal. É o caso de uma das entrevistadas, uma mulher de 45 anos, refere que não deseja voltar. Está em Portugal há 14 anos e atualmente é casada com um português e possui cidadania portuguesa. Seu marido tem contrato de trabalho por tempo indeterminado e isso faz com que o casal consiga viver em Lisboa, cidade que em 2024 tinha um dos custos de vida mais alto em termos de capitais europeias, face a moradia

e inflação dos alimentos. A entrevistada referiu que está desde 2017 como bolseira de sucessivos pós-doutoramentos na área de engenharia de materiais: “estou desde 2017 sem nunca ter um contrato de trabalho, somente emendando uma bolsa na outra. Faço uma contribuição mensal individual para o sistema de previdência social sem nem saber se poderei usufruir a contento no futuro”.

O desejo de não retorno se dá também por alguns motivos importantes, a saber: a) a perda das conexões científicas no Brasil; b) medo da perda de conexão com a rede científica tanto em Portugal quanto em outros países Europeus. Cumpre destacar que a chegada em Portugal também não foi fácil, com incessantes reinícios e trabalhos precarizados.

Sucessivos reinícios: a precariedade visível

As dificuldades enfrentadas no dia a dia pelos participantes impactam também na perspectiva sobre o futuro, ao responderem sobre a possibilidade de permanência ou uma nova imigração, muitos responderam que se sentem “empurrados para fora” e que há um custo emocional muito grande: “Ele é tão ríspido (o contexto em Portugal), ele é tão hostil que é meio que uma força que diz: Sai daqui. Então acho que eu...quando eu paro para pensar, eu acho que quero ir embora de Portugal”. Outro participante do grupo focal diz: “Com a bolsa a gente tem outras perspectivas, né, com outras portas”. Outra fala, em um grupo focal de Coimbra, diz: “Como vocês já viram, eu fico sempre na contradição, na balança, tem tantas coisas aqui que eu não gosto, mas por que que eu continuo aqui? E para mim, é a questão das portas se abrindo com a bolsa. Hoje, para mim, a bolsa é... eu não conseguiria ter a vida que eu tenho hoje aqui em Portugal, com uma bolsa de doutoramento no Brasil. Pronto, e isso é tão forte que continua sendo o maior motor para continuar”. As sucessivas bolsas de doutoramento e pós-doutoramento são o engenho que move os sonhos dos bolsistas e cientistas, mesmo que tenham em sua principal característica a insegurança profissional, falta de contratos a longo prazo e ausência de proteção em segurança social (Standing, 2014).

Enquanto os inícios são romantizados e cheios de sonho, os reinícios são caminhos sinuosos e cheios de labirintos. Os sucessivos fragmentos apresentados durante a construção de suas carreiras de certo modo vão dificultando a inserção no mercado de trabalho formal com contratos por tempo indeterminado. Por isso, não é raro que momentos de ansiedade e desesperança acompanhem suas trajetórias, lado a lado com comportamentos cada vez mais competitivos, por vezes entre os próprios brasileiros. Cumpre destacar, entretanto, que não é intenção desse texto patologizar a situação, se não que apresentar como ela realmente se apresenta e com isso, refletir acerca de alternativas para a mobilidade na carreira dessa diáspora.

A falta de uma rede de apoio consolidada e formal, principalmente no início da chegada a Portugal, foi um obstáculo levantado por todos os participantes dos grupos focais. Muitos pesquisadores relataram que, ao desembarcar no país, sentiram-se desamparados e enfrentaram dificuldades em encontrar as informações e o suporte necessários para se estabelecerem, tanto na vida pessoal quanto na acadêmica. Esse sentimento de desorientação e falta de acolhimento

também é característica forte do precariado, e vindo as foi agravado pela ausência de acolhimento nas instituições oficiais e pela dificuldade em obter informações claras nos sites das universidades ou em órgãos governamentais.

No entanto, os mesmos pesquisadores destacaram a existência de uma rede informal, organizada por meio de grupos de WhatsApp e páginas em redes sociais, que tem desempenhado um papel crucial na integração e no acolhimento dos recém-chegados. Existem diversos grupos no WhatsApp, alguns com até 300 pesquisadores. Essas redes são formadas por outros brasileiros que já estão em Portugal e que passaram por situações semelhantes.

As redes de apoio informais surgem, nesse contexto, como uma resposta orgânica à falta de acolhimento formal, desempenhando um papel crucial na mitigação do sentimento de isolamento que muitos pesquisadores experimentam ao chegar em Portugal, assim como registrado na pesquisa de Liu e Yeo (2022). Entretanto, a dependência de tais redes, que muitas vezes se formam de maneira desestruturada e espontânea, levanta questões sobre a sustentabilidade e eficácia dessas soluções a longo prazo. Se, por um lado, essas redes oferecem uma forma imediata de suporte e integração, por outro, sua informalidade pode limitar o alcance e a capacidade de resposta às necessidades de uma comunidade científica em constante crescimento e mudança.

Reflexões finais e agenda de pesquisa

Esse artigo teve o objetivo apresentar traços do precariado (Standing, 2014) na diáspora científica brasileira em Portugal. Pretendeu-se avançar nas discussões sobre *brain drain*, *brain gain* e *brain circulation*, modalidades inseridas no que Sassen (1991) refere sobre as mobilidades de capital e trabalho. Os principais resultados revelaram que: a) a migração de cérebros se constitui em um novo tipo migratório no contexto global da ciência e tecnologia; b) é uma nova modalidade migratória uma vez logo adiante ocorre a busca de novos países para migrar e o desejo de seguir contribuindo com a ciência e tecnologia do país de origem e principalmente (e mais importante) para o país de destino; c) essa mobilidade e novas migrações são empurradas para fazerem parte do precariado, denominado assim por Standing (2014).

Como principal contribuição teórica é apresentado o conceito de *brain migration*, porque: 1) é uma modalidade da migração internacional; 2) a perspectiva de retorno desses cérebros é pequena, e, não sendo uma circulação, as pessoas tendem a esticar o tempo de permanência e mesmo não retornar ao país de origem; Como principal contribuição metodológica o conceito de *brain network* cabe como mediador deste processo migratório maior que é a migração de cérebros: a partir da rede informal pode haver uma circulação de conhecimento, trocas de informações e auxílios na documentação, mas não necessariamente das pessoas em mobilidade.

Por vezes, uma nova mobilidade se apresenta, especialmente quando são empurrados para fora do país que desejavam ficar. Via de regra são precarizados na partida e na chegada, com múltiplos vínculos contratuais, de curto prazo e sempre interrompidos. Como ter circulação de cérebros se via de regra são precarizados e por vezes exaustos? essa mobilidade, permitiu-nos

criar o conceito de *brain migration*: a) porque não querem regressar para o país de origem; b) não conseguem fazer o conhecimento circular porque exaustos e precarizados; d) não conseguem reconhecer redes ativas formais de cooperação.

Referências

AIMA. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. 2022. Disponível em: <<https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=92>>. Acesso em: 23 nov. 2023.

ALVES, Giovanni. O enigma do precariado e a nova temporalidade histórico do capital Partes 1, 2 e 3 [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: <<http://boitempoeditorial.wordpress.com/2012/14/o-enigma-do-precariado>>. Acesso em: 22 jul. 2012

BAENINGER, Rosana; et al. Atlas Temático: Observatório da Emigração Brasileira: Principais países de destino. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2024.

BALBACHEVSKY, E.; COUTO E SILVA, E. A diáspora científica brasileira: perspectiva para sua articulação em favor da ciência brasileira. Parcerias Estratégicas, Brasília, v. 16, n. 33, p. 163-176, 2012.

BRAGA, Ruy, A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo, Boitempo, 2012.

CARNEIRO, A. M. et al. Narrativas sobre fuga de cérebros no brasil. In: I Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira - Guimarães, Portugal, 2022.

CARNEIRO, A. M., et al. Diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação: panorama, iniciativas auto-organizadas e políticas de engajamento. Ideias, 11, e020010. <https://doi.org/10.20396/ideias.v11i0.8658500>, 2020.

CARNEIRO, Ana Maria et al. (2023). Mapeando a Diáspora Científica Brasileira no Exterior: análises preliminares. In: II Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira - Braga, Portugal, 2023. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/iicimdab/trabalho/291432>>. Acesso em: 29/03/2024

CASTEL, Robert. A insegurança social: o que é ser protegido? Petrópolis: Vozes, 2005.

CHEN, F.; WONG, Z. W. V.; LAW, S. H. Brain drain: what is the role of institutions? Journal of Industrial and Business Economics, v. 51, p. 605–628, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40812-023-00286-w>.

CONCOLATTO, C. P., RODRIGUES, T. G., & OLTRAMARI, A. P. Mudanças nas relações de trabalho e o papel simbólico do trabalho na atualidade. Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, 4(9), 340-389, 2017.

DE HAAS, HEIN. Como funciona realmente a migração. Lisboa: Bertrand Editora, 2024.

FARGONI, E. H. E. (2023). Ciência, Trabalho e a fuga de cérebros do Brasil. Trabalho & Educação, 32(2), 101–115. <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2023.40156>

FISCHER, J. J., & JAMES, J. L. (2021). Know the game: Insights to help early career researchers successfully navigate academia. Placenta. <https://doi.org/10.1016/j.placenta.2021.10.013>

FLORIDA, R. The rise of the creative class: ... and how it's transforming work, leisure, community, & everyday life. New York: Basic Books, 2004.

FRANÇA, T.; OLIVEIRA, S. P. (2021). Brazilian Migrant Women as Killjoys: Disclosing Racism in “Friendly” Portugal. Cadernos Pagu, v. 1, n. 63.

- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Bauer, M.; Gaskell, G. (Orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes Editora, 2003.
- HAAS, Hein de; CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World. Londres: Bloomsbury Publishing, 2020.
- KHAN, J. European academic brain drain: A meta-synthesis. *European Journal of Education*, v. 56, n. 2, 4 maio 2021.
- KAHN, M.; OGHENETEGA, J. Origins and destinations known: A tracer study of international African doctoral graduates from South Africa's universities. *Industry and Higher Education*, v. 35, n. 5, p. 095042222198964, 27 jan. 2021.
- MELO, Leonardo Freire. *Trabalhadores do Conhecimento e Qualidade do Lugar em Campinas, SP*. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2007.
- MRE. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Comunidade brasileira no exterior – Estatísticas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/comunidade-brasileira-no-exterior-2013-estatisticas-2022>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- LIU, P. L.; YEO, T. E. D. Weak ties matter: Social network dynamics of mobile media multiplexity and their impact on the social support and psychological well-being experienced by migrant workers. *Mobile Media & Communication*, v. 10, n. 1, p. 76-96, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/20501579211001106>. Acesso em: 29 mar. 2024.
- LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, A. S. M. (2021). Political exile in the post-2019 Brazilian context: history of exile and work-existence/resistance of a Brazilian intellectual. *Cadernos Ebape (FGV)*, v. 19, p. 307-324.
- MURPHY, M., & PACHER, C. Bridging the gap: Brain drain to brain circulation: Researching successful strategies to support effective change. *Procedia Computer Science*, 200, 556–565. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2022.01.253>, 2022.
- OLTRAMARI, A., et al. Um breve panorama dos diferentes contextos e experiências da diáspora científica brasileira em Portugal. In: XLVIII Encontro da ANPAD, Anais..., EnANPAD 2024.
- OLTRAMARI, A. P. et al. (2023). Quarta Onda de Imigrantes Brasileiras e Brasileiros em Portugal. *Revista Gestão & Conexões*, v. 12, n. 1, p. 49–71.
- OLTRAMARI, Andrea; AREOSA, João; FERRAZ, Deise Luiza; FRANCO, David. Sociedades do trabalho uberizado: o sonho do migrante permanece um pesadelo. IN: Plataformas digitais e novas desigualdades socioespaciais. TOZI, Fábio. (Org). São Paulo: Editora Max Limonad, 2023.
- PEIXOTO, João; PADILLA, Beatriz; MARQUES, José Carlos Marques; GÓIS, Pedro. *Vagas Atlânticas Migrações entre Brasil e Portugal no Início do Século XXI*. Lisboa: Mundos Sociais, 2015.
- SASSEN, Saskia. *The Global City: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1991. 396 p.
- SOUZA, Jessé. *A Elite do Atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- STANDING, GUY. *O Precariado: a nova classe perigosa*. Lisboa: Editorial Presença, 2014.
- VACLAVIK, Marcia; OLTRAMARI, Andrea; ROCHA-DE-OLIVEIRA, Sidinei. Empresariando a informalidade: um debate teórico à luz da gig economy. *Cad. EBAPE.BR* 20 (2), Mar-Apr 2022, <https://doi.org/10.1590/1679-395120210065>



obrequalificação de imigrantes brasileiras: notas de pesquisa

Joice Domeniconi*

Juliana Ribeiro**

Rosana Baeninger***

O Brasil, desde o final dos anos 1980, tem se inserido nas migrações internacionais com destino ao Norte Global (Margolis, 2013; Assis, 2004; Reis; Sales, 1999), com destaque para a imigração de mulheres para os Estados Unidos, Portugal, Espanha, Japão, dentre outros. Esse fenômeno ganha novos contornos em anos recentes com a intensidade das restrições de “imigrantes indesejados” nestes países.

Este capítulo analisa a situação de imigrantes brasileiras em Portugal e Espanha, importantes espaços de destino dos movimentos migratórios de brasileiras/os nas últimas décadas.

* Pós-doutoranda no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (DD/IFCH/UNICAMP). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

* Geógrafa-Demógrafa – Observatório das Migrações em São Paulo/Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas.

** Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.

As estimativas de migração internacional das Nações Unidas¹ apontam que de um estoque de 13.466 mulheres brasileiras em Portugal, em 1990, passou para 88.899 brasileiras, em 2020, representando 57% da imigração brasileira nos dois anos mencionados. No caso da emigração de brasileiras para a Espanha, o estoque era de 8.092 mulheres, em 1990, alcançando 83.318, em 2020, e correspondendo a mais de 60% do estoque de imigrantes do Brasil na Espanha.

Com análises sobre a inserção laboral destas mulheres brasileiras nestes dois países, o estudo trata da situação de sobrequalificação e seus desdobramentos desta realidade para a vida migrante (Landolt; Thieme, 2018). Busca-se entender as dificuldades que imigrantes brasileiras enfrentam para sua inserção no mercado de trabalho entre mulheres com elevada formação educacional e profissional no Brasil e subempregadas em Portugal e na Espanha.

O conceito de desperdício de cérebros no capítulo remete a interpretação das migrações qualificadas contemporâneas como modalidade migratória (Almeida e Baeninger, 2016). De modo geral, trata-se de uma proposição que “[...] descreve a desqualificação que ocorre quando trabalhadores altamente qualificados migram para formas de emprego que não exigem a aplicação das habilidades e experiência aplicadas no emprego anterior” (Salt, 1997, p. 5, tradução nossa).

Para Domeniconi (2021, p.116), é fundamental partir de um olhar crítico para o fenômeno, de modo a superar análises que compreendam a existência de “[...] condições ‘equiparáveis’ nos movimentos migratórios de profissionais altamente qualificados apenas entre países com economias consideradas ‘avançadas’, ou do Norte global”. Essa parcialidade do debate ignora a existência de fenômenos sociais semelhantes, mas espacialmente diferenciados, invisibilizando outros processos em curso. Destacam-se, nesse sentido, as migrações qualificadas no contexto Sul-Sul, mas, também, as complexidades e heterogeneidades dos movimentos populacionais Norte-Sul, Sul-Norte e Norte-Norte, que não ocorrem dentro de estruturas e canais da migração que corroboram o “sucesso” dessa inserção sociolaboral nos locais de destino (Domeniconi, 2021).

Mattoo, Neagu e Özden (2005) debatem sobre as condições diferenciadas de inserção sociolaboral de imigrantes altamente qualificadas/os nos países de destino. Para tais autores, mais do que os rendimentos e a performance, é fundamental apreender aspectos ocupacionais, sobretudo entre a parcela de nível educacional mais elevado e com experiência profissional de imigrantes. Destaca-se a importância dos diferenciais sociodemográficos transversais à questão das migrações internacionais qualificadas (Riaño, 2021), como a questão de gênero, relevante no que tange à inserção sociolaboral diferenciada das mulheres altamente qualificadas (Pecoraro, 2011),

Williams e Baláz (2005) ressaltam três dimensões de seletividade no debate sobre a redistribuição espacial de cérebros nas migrações contemporâneas: i. a heterogeneidade dos tipos de imigrantes analisados em um contexto de mudanças na divisão internacional do trabalho permeado por movimentos migratórios diversos entre si; ii. o retorno migratório; e iii. a necessidade

¹ Ver Atlas Temático da Emigração Brasileira. Disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/atlas-tematico-observatorio-da-emigracao-brasileira-principais-paises-de-destino-volume-2/>

de se avançar para além dos indicadores de qualificação, renda e posição ocupacional, de forma a considerar, também, habilidades sociais ou pessoais. Esse novo olhar permite uma interpretação mais acurada, por exemplo, do desperdício de cérebros, observado na realização de atividades aquém das habilidades até então apresentadas pela/o migrante. Para eles, o reconhecimento de competências não ocupacionais como habilidades linguísticas e de comunicação nas migrações contemporâneas é parte central do debate atual sobre o reconhecimento de habilidades e qualificações de profissionais altamente qualificadas/os.

A partir dessa perspectiva, dados oficiais sobre a imigração brasileira disponibilizados por Portugal e Espanha norteiam as reflexões acerca da sobrequalificação de brasileiras em sua inserção sociolaboral. O estudo parte da análise do diálogo com o referencial teórico, mas, principalmente, com interlocutoras da pesquisa em conversas com entrevistas qualitativas semi-estruturadas. Como as raízes desta realidade são, também, coloniais, a presente proposta se baseia, ainda, no feminismo decolonial (Vergès, 2020, p. 27). Não obstante, o foco deste trabalho é mais amplo e se volta a problemas enfrentados por migrantes brasileiras em Portugal e na Espanha – não apenas os que têm como essência as relações coloniais, nas quais a questão de raça se impõe –, mas também a uma leitura que possibilite a compreensão da inserção no mercado de trabalho e da sobrequalificação dessas mulheres enquanto trabalhadoras migrantes do Sul Global (Landolt; Thieme, 2018; Domeniconi, 2021).

Metodologia

A investigação proposta parte da articulação entre evidências empíricas e referenciais teóricos consolidados (Masanet; Baeninger, 2011; Piscitelli, 2011; Margolis, 2013; Assis, 2004; Reis; Sales, 1999; Peixoto; Figueiredo, 2007; Malheiros; Padilla, 2015; Padilla, 2007; Machado, 2006), com o objetivo de analisar as experiências de inserção laboral de migrantes brasileiras em Portugal e na Espanha. Para tanto, usar-se-á uma estratégia metodológica combinada, que integra a análise de dados secundários e entrevistas qualitativas.

Os dados secundários incluem informações sobre imigração brasileira dos Institutos Nacionais de Estatística de Portugal e da Espanha, pelo *United Nations Department of Economic and Social Affairs* (UN DESA - ONU, 2024) – utilizados para calcular o contingente de imigrantes do Brasil residentes em Portugal e na Espanha – e dados da *European Union Labour Force Survey* (EU-LFS).

Com as informações da *European Union Labour Force Survey* (EU-LFS) serão utilizados indicadores de sobrequalificação por país de nascimento e população nascida no exterior por principal obstáculo para conseguir um trabalho adequado, considerando sexo, idade, país de nascimento e nível de escolaridade, referente à população não nacional da União Europeia e estrangeira, uma vez que não há desagregação específica para brasileiros. As análises consideram os critérios padronizados da Classificação Internacional Padrão da Educação (UNESCO, 2012) – para aferição do nível educacional – e da Classificação Internacional de Ocupações (ILO, 2012) – para categorização dos grupos profissionais.

A dimensão central da pesquisa, porém, é qualitativa, tendo como base entrevistas qualitativas semiestruturadas realizadas no formato de conversa remota com imigrantes brasileiras que vivem ou que viveram em anos recentes em Portugal e na Espanha. Entende-se a escuta dessas migrantes como recurso metodológico essencial para romper com processos de invisibilização, além permitir a compreensão da potencial sobrequalificação a partir da leitura que essas mulheres fazem sobre suas trajetórias migratórias e ocupacionais, os mecanismos de reconhecimento (ou desvalorização) de suas qualificações e os sentidos atribuídos à experiência da inserção sociolaboral no país de destino.

A pesquisa possui aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Campinas (CAAE: 49335121.1.0000.8142), através do projeto em cooperação internacional com a Universidade de Lisboa e Universidade do Minho: Observatório da Emigração Brasileira (processo n. 441952/2023-2 – CNPq/NEPO-UNICAMP). Foram consideradas como sujeitos coletivos todas as mulheres brasileiras que residem ou que já residiram, em anos recentes, em Portugal e na Espanha. Ao todo foram conduzidas 54 entrevistas semiestruturadas remotas – 25 entrevistas qualitativas com mulheres em Portugal e 29 entrevistas qualitativas na Espanha – entre dezembro de 2023 e abril de 2025.

Resultados e Discussão

A inserção sociolaboral de imigrantes no mercado de trabalho europeu é atravessada por múltiplas desigualdades. Enquanto, por um lado, há cenários de inserção sócio-ocupacional compatíveis com a formação e trajetória laboral prévia, por outro, observa-se situações de “sobrequalificação”, “desqualificação” e “incompatibilidade de habilidades” ou descompasso entre formação educacional e ocupação exercida (Landolt; Thieme, 2018). Esses processos se consolidam, sobretudo, em condições de restrição à transferência e compatibilização do conhecimento em nível internacional (Domeniconi, 2021). Tais incompatibilidades são agravadas pelas seletividades setoriais e políticas (De Haas; Natter; Vezzoli, 2014) e barreiras de transferência e reconhecimento de habilidades (Jasso; Rosenzweig; Smith, 2002), que impõem inserção desigual (Mattoo; Neagu; Özden, 2005).

Essa diferenciação encontra espaço em diversas questões sociais que podem ser analisadas, ainda que subjetivamente, desde a composição sociodemográfica de uma população – que envolve indicadores como gênero, nacionalidade, grupo etário, status migratório e qualificação. Segundo Mattoo, Neagu e Özden (2005), são situações em que “os qualificados e os escolarizados deixam seu país de origem, mas depois fazem pouco uso de suas habilidades e educação no país de acolhimento” (p. 2-3, tradução nossa). A alocação desse capital humano é elemento central na sociedade contemporânea, assim como a compreensão do tipo de empregos que trabalhadoras/es imigrantes estão inseridas/os.

Esse cenário é analisado a partir da perspectiva de brasileiras migrantes na Espanha e em Portugal. Entre os países que mais receberam migrantes do Brasil em 2024, Espanha e Portugal

estão, respectivamente, em terceiro e quarto lugar, atrás apenas dos Estados Unidos e do Japão, (ONU, 2024). Globalmente, o estoque de imigrantes brasileiras/os passou de 446,7 mil para 2,19 milhões entre 1990 e 2024 — um crescimento de quase cinco vezes. Nesse mesmo período, a proporção de mulheres entre imigrantes brasileiras/os subiu de 51,6% para 55,6%. Em Portugal, o aumento foi ainda mais expressivo: o número de imigrantes do Brasil saltou de 23,7 mil para 173 mil — um crescimento de 7,3 vezes. A presença feminina, que já era majoritária, manteve-se estável, passando de 56,8% para 57,7%. Já na Espanha, o contingente de imigrantes brasileiras/os cresceu quase 14 vezes em 34 anos — de 12,8 mil para 179,9 mil — e a participação de mulheres avançou de 55,7% para 61,3%.

Para compreender como as desigualdades estruturais se expressam na inserção laboral de brasileiras imigrantes, a análise apoia-se em entrevistas semiestruturadas, realizadas com o objetivo de captar em profundidade as experiências, estratégias e percepções das interlocutoras frente aos obstáculos enfrentados em seu processo de inserção laboral na condição de imigrantes. A abordagem é qualitativa e privilegia os sentidos atribuídos pelas próprias imigrantes às suas trajetórias profissionais.

Ao articularem diferentes escalas de análise — da experiência individual à estrutura ocupacional portuguesa e espanhola —, as evidências permitem refletir sobre os limites do reconhecimento de títulos e diplomas, os mecanismos de desvalorização da formação migrante e os processos de reconfiguração identitária associados ao trabalho e à migração. Nesse sentido, a pesquisa reconhece a sobrequalificação não apenas como um indicador objetivo de subaproveitamento de capital humano, mas, também, como um processo vivido por mulheres imigrantes, atravessado por desigualdades de gênero, nacionalidade e condição migratória.

Segundo dados EU-LFS, há um conjunto de desigualdades que afetam, de forma sistemática, a inserção sociolaboral de mulheres migrantes na Europa. Em 2019, 40,7% dessas mulheres estavam sobrequalificadas, frente a 21,1% das mulheres nativas (União Europeia, 2025, p. 2). Esse fenômeno é associado à desqualificação, com a alocação de mulheres altamente escolarizadas em ocupações de baixa remuneração e escasso reconhecimento social. Segundo Domeniconi (2021), mesmo a parcela de imigrantes considerada mais qualificada e economicamente estratégica se depara com restrições à mobilidade e barreiras à inserção laboral plena no mercado transnacional.

Além disso, é preciso considerar os baixos níveis de escolarização formal entre muitos imigrantes, frequentemente agravados pela limitação de acesso à educação nos países de origem e por interrupções provocadas pelo processo migratório. Obstáculos no acesso à saúde também são recorrentes, em razão de barreiras linguísticas, informacionais e legais — ampliando situações de discriminação (União Europeia, 2025, p. 2). Outro ponto crítico é o peso desproporcional do cuidado, especialmente em lares monoparentais chefiados por mulheres, associado à carência de políticas públicas acessíveis, insegurança jurídica e ausência de suporte institucional, o que eleva os riscos de pobreza e exclusão. Por fim, destaca-se a exposição à violência, tanto sexual quanto institucional, agravada por moradias instáveis, medo de deportação e desconfiança

em relação a autoridades – fatores que dificultam denúncias e favorecem a impunidade (União Europeia, 2025, p. 2).

Entre 2008 e 2024, homens e mulheres imigrantes com ensino superior apresentaram desvantagens sistemáticas, em comparação com nacionais na União Europeia, na ocupação de postos compatíveis com sua formação (Tabela 1). No entanto, no caso de Portugal e Espanha, observa-se uma redução das disparidades. A taxa de sobrequalificação entre nacionais permaneceu estável – de 20,7% em 2014 para 20,8% em 2023. Já entre cidadãos de países não pertencentes à UE, a taxa caiu de 45,9% para 39,4% no mesmo período; e entre cidadãos oriundos de outros países da UE, passou de 34,0% para 31,3% (Eurostat, 2025, Tabela 1).

No presente estudo, dois indicadores foram considerados: a taxa de sobrequalificação entre imigrantes homens e mulheres ocupadas com ensino superior completo (níveis 5 a 8 da Classificação Internacional Padrão da Educação - ISCED), empregadas em ocupações de baixa ou média qualificação (grupos maiores 4 a 9 da Classificação Internacional Padrão de Ocupações - ISCO) (Tabela 1); e a mudança no nível de qualificação ocupacional entre pessoas estrangeiras empregadas, comparando o último trabalho exercido antes da migração com o emprego atual, segundo sexo, idade, país de nascimento e nível educacional. Adicionalmente, o indicador da mudança no nível de qualificação das ocupações exercidas antes e depois da migração evidencia padrões de mobilidade descendente entre imigrantes com elevado nível educacional, reforçando descompassos entre qualificação e ocupação nos fluxos migratórios intra e extra europeus (Eurostat, 2024).

Tabela 1. Taxas de sobrequalificação da população residente inserida no mercado de trabalho de Portugal e da Espanha, por local de nascimento, União Europeia, Não União Europeia, País estrangeiro, País de referência ou total, 2008-2024

País de Nascimento	País de referência	2008	2014	2020	2021	2022	2023	2024
Países da UE27 exceto o país de referência	União Europeia – 27 países	33,0	31,4	29,1	28,6	28,6	28,1	27,1
	Espanha	55,9	52,3	47,3	48,4	45,4	42,4	39,9
	Portugal		16,1	22,8	22,0	18,7	18,7	18,0
Países que não pertencem à UE27 nem são o país de referência	União Europeia – 27 países	38,4	38,7	35,6	34,7	35,0	35,1	35,2
	Espanha	57,4	49,7	50,9	53,1	53,4	51,0	51,7
	Portugal	26,8	23,2	25,3	22,5	21,6	32,2	32,3
País estrangeiro	União Europeia – 27 países	35,4	35,3	33,3	32,5	32,8	32,8	32,6
	Espanha	56,8	50,6	49,8	51,7	51,2	49,0	49,0
	Portugal	23,9	21,1	24,7	22,3	20,8	29,2	29,0
País de referência	União Europeia – 27 países	18,9	20,3	20,2	20,4	20,7	20,4	19,8
	Espanha	30,3	34,7	33,7	33,8	33,8	33,7	32,5
	Portugal	13,3	11,7	11,6	13,4	14,2	14,2	13,5
Total	União Europeia – 27 países	20,4	21,7	21,7	21,8	22,2	22,0	21,5
	Espanha	33,4	36,4	35,8	36,0	36,0	35,8	35,0
	Portugal	14,7	12,9	13,4	14,4	15,1	16,6	16,0

Fonte: European Union Labour Force Survey (EU-LFS), Eurostat, 2008-2024. Sistematização Observatório das Migrações em São Paulo- NEPO/UNICAMP.

Nota: União Europeia – 27 países (a partir de 2020).

Ao voltarmos o olhar para as entrevistas qualitativas, é possível perceber que “migrantes qualificados e altamente qualificados têm consideravelmente mais liberdade de movimento, mas ainda estão sujeitos à discriminação étnica e à degradação do trabalho” (Wise; Covarrubias, 2012, p. 104). Apesar da crescente presença e dos avanços que alcançam com territorialidades produzidas, interlocutoras apontam as lutas travadas para desenhar o cotidiano de imigrantes brasileiras em Portugal e na Espanha, evidenciando a grande diversidade de desafios impostos. Essa realidade tem raízes, também, nos resquícios de pretéritas formas coloniais, sobretudo quando reproduzidas pela sociedade pós-colonial portuguesa:

A inserção no mercado de trabalho, que é alvo de queixas por parte da maioria das interlocutoras ouvidas, é um ponto sensível nesta realidade de violências. Ao serem questionadas acerca da inserção laboral de brasileiras, as interlocutoras revelaram a grande presença dessas mulheres brasileiras em restaurantes, bares, hotéis e salões de beleza, além de citarem uma concentração delas em trabalhos de cuidados e como motoristas por aplicativo, independentemente da formação dessas migrantes.

Inseridas precariamente ou aquém da sua formação e atuação quando no Brasil, elas se veem em grandes dificuldades, sendo mal remuneradas e se sentindo desvalorizadas e desestimuladas.

[...] teve um momento até no trabalho, que eu, mesmo sendo mal remunerada, e mesmo não gostando do ambiente, [...] eu ficava debatendo internamente se era uma questão cultural, se eu tinha que me adaptar, ou se era aquela empresa que realmente era um ambiente tóxico [...] eu sofri assim... eu tava fazendo o meu trabalho, eu tentava ser proativa [...] eu levei broncas [...] eu nunca tive essa experiência na minha vida! [...] Eu nunca tive gerentes gritando comigo (Flávia, brasileira que vive em Lisboa, Portugal, desde 2021).

[...] eu tenho um contexto muito privilegiado, sabe? É um contexto que já era privilegiado no Brasil. Aqui eu acho que ele é menos privilegiado [...] O meu contexto aqui é muito de migrante e mãe. Mas tem migrantes de todo contexto. Brasileiras de todo contexto. A moça que trabalha na minha casa, que faz faxina, é brasileira também (Carolina, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2018).

No trabalho, eu sei que eles me pagaram menos. Por eu ser mulher e brasileira. [...] Eu sei que existe [muito preconceito]. Primeiro, porque todo mundo fala, segundo porque eu faço ainda alguns cursos online e eu ouço comentários das pessoas em relação aos brasileiros e eu tenho que me segurar para não falar nada! [...] Eu sei que ter [preconceito], tem, principalmente no norte do país, onde tem mais brasileiros, né? (Débora, brasileira que viveu em Portugal de 2020 a 2022).

[...] você vê brasileiras que estão trabalhando em empresas aqui, né? E você vê brasileiras que estão se dedicando a serviços que são mais precários, né? Você vê as duas coisas... Mais as precariamente inseridas... (Carolina, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2018).

O debate teórico-metodológico e o diálogo com as interlocutoras da pesquisa reforçam a centralidade da inserção sociolaboral na experiência migratória de brasileiras nesses países. Não obstante, o reconhecimento de competências educacionais, ocupacionais ou não ocupacionais,

como habilidades linguísticas e de comunicação, é, também, parte fundamental do debate atual sobre processos de sobrequalificação nas migrações internacionais, em especial na migração qualificada (Landolt; Thieme, 2018). Esses aspectos reforçam a necessidade de um olhar para o debate sobre a subutilização de profissionais altamente qualificadas/os, visibilizando sua complexidade e heterogeneidade, bem como as experiências individuais dessas mulheres migrantes nos espaços de destino.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Gisela; Baeninger, Rosana. A imigração brasileira na França: do tipo histórico às modalidades migratórias contemporâneas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v.33, n.1, p.129-153, jan./abr. 2016
- Assis, Gláucia. De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros. Tese (Doutorado em Antropologia), IFCH/UNICAMP, Campinas, 2004.
- Baeninger, Rosana. Brasil: país-tampão nas migrações internacionais. *Anais... 22º Congresso Brasileiro de Sociologia*. São Paulo: USP, 2025.
- Baeninger, Rosana. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.
- De Haas, Hein; Natter, Katharina; Vezzoli, Simona. Compiling and coding migration policies: Insights from the DEMIG POLICY database. IMI Working Paper n. 87 - DEMIG Project Paper n. 16, 2014.
- Domeniconi, Joice. Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI. 2021. 477f. Tese (Doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas, SP, 2021.
- Eurostat. European Union Labour Force Survey (EU-LFS). Luxembourg: Eurostat, 2024.
- International Labour Organization (ILO). International Standard Classification of Occupations: structure, group definitions and correspondence tables (ISCO-08). Vol 1. Geneva: International Labour Office, 2012.
- Jasso, Guillermina; Rosenzweig, Mark; Smith, James. The earnings of U.S. immigrants: world skill prices, skill transferability and selectivity, 2002.
- Landolt, Sara; Thieme, Susan. Highly skilled migrants entering the labour market: experiences and strategies in the contested field of overqualification and skills mismatch. *Geogorum*, [S. l.], n. 90, p. 36-44, 2018.
- Machado, José Igor. Imigração em Portugal. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo 20 (57), 2006.
- Malheiros, Jorge; Padilla, Beatriz. Can stigma become a resource? The mobilisation of aesthetic–corporate capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil. *Identities*, v. 22, n. 6, 2015, pp. 687-705.
- Margolis, Maxine L. Goodbye, Brazil: emigrés from the land of soccer and samba. UW Pres, 2013.
- Masanet, Érika; Baeninger, Rosana. Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, pp. 65-89, jul./dez. 2011.
- Mattoo, Aaditya; Neagu, Ileana Cristina; Özden, Çağlar. Brain Waste?: educated Immigrants in the US labor market. Washington, DC: World Bank, 2005. (World Bank Policy Research Working Paper).
- Organização das Nações Unidas (ONU). International Migrant Stock 1990-2024. Nova Iorque: Nações Unidas/Department of Economic and Social Affairs, Population Division, 2024.

Padilla, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: Malheiros, Jorge (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa. ACIDI, 2007, p. 113-135.

Pecoraro, Marco. Gender, brain waste and job-education mismatch among migrant workers in Switzerland. Geneva: International Labour Office, 2011. (International Migration Paper, n. 111).

Peixoto, João; Figueiredo, Alexandra. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal: imigração brasileira em Portugal. Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração, 2007, p. 87-111.

Piscitelli, Adriana. Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. REMHU, vol. 19, núm. 37, julho-diciembre, 2011, pp. 11-26.

Reis, Rossana; SALES, Teresa (Org.). *Cenas do Brasil migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Riaño, Yvonne. Understanding brain waste: unequal opportunities for skills development between highly skilled women and men, migrants and nonmigrants. *Population, Space and Place*, Inglaterra, Special Issue, 2021.

Salt, John. *International movements of the highly skilled*. Paris: Directorate for Education, Employment; Labour and Social Affairs; OECD, 1997.

Vergès, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu, 2020.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. *International Standard Classification of Education – ISCED 2011*. Montreal: UNESCO Institute for Statistics, 2012.

União Europeia. *Addressing women's needs in local integration strategies*. European Network of Migrant Women; Eurocities; MigrationWork, jun. 2025.

Williams, Allan; Baláz, Vladimir. What human capital, which migrants? Returned skilled migration to Slovakia from the UK. *International Migration Review*, New York, NY, v. 39, n. 2, p. 439-468, 2005.

Wise, R. D.; Covarrubias, H. M. Strategic dimensions of neoliberal globalization: the exporting of labor force and unequal exchange. *Advances in Applied Sociology*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 127-134, 2012.



O estigma à resistência: mulheres imigrantes brasileiras em Portugal e desafios persistentes

Camila Lamartine*

A imigração das mulheres brasileiras para Portugal tem sido marcada por uma série de desafios e transformações, amplamente atravessados por estigmas e estereótipos pré-concebidos que dificultam sua plena integração. Se há exatos vinte e dois anos o caso das “Mães de Bragança” expôs um imaginário coletivo que hipersexualizava e estigmatizava essas mulheres, hoje, o cenário é ainda mais complexo, sobretudo pela notoriedade da feminização das migrações.

A presença feminina brasileira em Portugal se ampliou e diversificou, ultrapassando setores tradicionalmente ocupados por mulheres migrantes, como o trabalho doméstico e o setor dos cuidados (Jerónimo, 2019), para alcançar novos espaços na cultura e economia portuguesa. Esse processo se reflete também no aumento expressivo das contribuições de imigrantes brasileiros à Segurança Social de Portugal — R\$ 8,2 bilhões em 2024 —, órgão correspondente à Previdência Social no Brasil. No entanto, as narrativas e representações sociais que acompanham essas mulheres não evoluíram na mesma proporção.

O imaginário cultural e as representações sociais em Portugal sobre o Brasil tem, historicamente, profundas raízes no processo de colonização, onde a concepção de “mulher brasileira” parece construir-se inerentemente por exotismo e sensualidade, o que ganhou maior projeção

* ICNOVA/FCSH, Universidade Nova de Lisboa. Doutora em Ciências da Comunicação, especialidade Estudos Sociais. email: camilalamartinemb@gmail.com.

e visibilidade devido a popularização das telenovelas brasileiras a partir dos anos 70 e, especialmente, a intensificação da imigração brasileira em terras portuguesas, sobretudo a partir da década de 2000 (Gomes, 2018; Lamartine; Silva, 2022).

Este capítulo explora a feminização da migração brasileira para Portugal, analisando como as mulheres brasileiras continuam a enfrentar preconceitos e barreiras sociais, mas também como têm construído redes de resistência e pertencimento. No aporte do conhecimento situado (Haraway, 1988) e lugar de fala (Ribeiro, 2019), intento, também como mulher imigrante brasileira em Portugal, discutir o impacto dos estereótipos na vida das mulheres imigrantes e as mudanças sociais/acadêmicas que têm ressignificado experiências e saberes. Se, por um lado, o passado ainda reverbera no imaginário social português, por outro, novas narrativas vêm sendo construídas, impulsionadas tanto pelo ativismo migrante e feminista, principalmente o ciberfeminismo, quanto pelo crescimento dos estudos científicos sobre o tema.

Do Brasil à Portugal: Processos Migratórios

A imigração em Portugal é marcada por uma trajetória heterogênea, com um saldo migratório historicamente negativo até a década de 1960 (Borrego, 2016). A partir dos anos 1990, observou-se um crescimento significativo do fluxo migratório, impulsionado principalmente pela chegada de imigrantes oriundos de ex-colônias portuguesas, especialmente do Brasil e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) (Borrego, 2016; Jerónimo, 2019).

Fatores como língua, cultura, segurança e qualidade de vida tornaram Portugal um destino atrativo para brasileiros (Iorio; Fonseca, 2018; Borrego, 2016), ainda que não possamos reduzir a imigração a motivações individuais, pois reflete processos históricos, econômicos e sociais mais amplos, que influenciam diretamente a vida dos migrantes (Góis; Marques, 2018).

De acordo com as investigadoras França e Padilla (2018), a imigração brasileira para Portugal pode ser dividida em três grandes vagas. A primeira, entre as décadas de 1980 e 1990, composta por profissionais qualificados que buscavam escapar da instabilidade econômica e da violência urbana no Brasil, inserindo-se em setores especializados do mercado de trabalho (Gomes, 2018).

A segunda vaga, entre 2000 e meados da década de 2010, representou um aumento expressivo do número de imigrantes, predominantemente mulheres, tornando os brasileiros a maior comunidade estrangeira residente no país, fase foi marcada por uma imigração laboral menos qualificada, com grande presença nos setores da restauração, construção civil e comércio. Já a terceira vaga, mais recente, compreende um perfil mais diversificado, incluindo investidores, aposentados e um expressivo contingente de estudantes do ensino superior (Góis; Marques, 2018; França; Padilla, 2018; Lamartine, 2024).

A Feminização das Migrações: Mulheres que Cruzam Oceanos

Durante décadas, a migração feminina permaneceu invisibilizada, reflexo de uma tendência histórica de silenciamento das mulheres tanto em termos sociais quanto no fenómeno migratório.

A feminização das migrações, no entanto, impôs uma viragem analítica ao campo dos estudos migratórios, sendo compreendida como resultado de processos estruturais relacionados com a globalização, papéis de género e a discriminação sexual (Neves *et al.*, 2016).

No contexto português, o aumento da migração feminina tornou-se particularmente visível a partir de 2012 (Gomes, 2018; Oliveira; Neto, 2016). O III Plano Nacional para a Igualdade (2007-2010) já utilizava a expressão “feminização da migração” como forma de incorporar uma perspetiva de género nas políticas públicas (Jerónimo, 2019). De acordo com a PORDATA¹, em 2019, das 72.725 pessoas que imigraram permanentemente para o país, 37.639 eram mulheres, ultrapassando o número de homens.

Mais do que um fenómeno relativamente recente, trata-se do reconhecimento da autonomia das mulheres migrantes, o que, especificamente no caso das brasileiras, diferentemente das primeiras vagas migratórias que se centrava na reunificação familiar, passa a evidenciar a autonomia da migração das mulheres em busca de melhores condições de vida e maior emancipação económica e pessoal (Oliveira; Neto, 2016; Dias; Ramos, 2019; Lamartine, 2023).

É interessante observar que este protagonismo rompe com a figura tradicional da mulher acompanhante, revelando a centralidade do género na experiência migratória (Queiroz *et al.*, 2020). Todavia, apesar do potencial emancipador, as mulheres enfrentam múltiplas desigualdades que atuam, na verdade como barreiras de integração.

Em Portugal, o mercado de trabalho continua marcado por dinâmicas de género, sendo dominado por homens em diversos sectores (Carvalho; Fernandes, 2016). Muitas imigrantes acabam por se concentrar em áreas historicamente femininas e precárias, como o trabalho doméstico e os cuidados, frequentemente desprotegidas por direitos laborais e sociais (Jerónimo, 2019; Queiroz *et al.*, 2020). Além disso, é importante sublinhar o preconceito linguístico assente na variação da língua portuguesa falada no Brasil — pejorativamente chamada de “brasileiro” — que impede uma plena integração e desenvolvimento profissional e académico em espaços portugueses (Lamartine; Silva, 2022; Lamartine, 2023; 2024).

Como apontam os dados recentes do último relatório da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)² há uma presença de cerca de 490 mil mulheres imigrantes em Portugal ativas em termos laborais, das quais 187 mil são brasileiras, número que já ultrapassa o dos homens brasileiros (181 mil), sublinhando a relevância da componente feminina neste fluxo migratório.

Dessa forma, a imigração brasileira constitui um dos principais eixos desse processo, sendo as mulheres a maioria da comunidade brasileira residente. Portanto, mais do que uma questão demográfica, a feminização das migrações reflete mudanças estruturais nas dinâmicas migratórias, exigindo atenção especial a questões de género, cidadania e integração.

¹ Para consultar o portal estatístico com dados sobre emigrantes e imigrantes, população por naturalidade e aquisições de nacionalidade em Portugal, aceder o link. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/migracoes>

² Relatório de Migrações e Asilo da AIMA disponível no link <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92d-d0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>

Entre o Mito e Realidade: Estereótipos e Representações das Mulheres Brasileiras

Para Jerónimo (2019) a imigração é, na maioria das vezes, impulsionada pela busca de melhores condições de vida, sendo facilitada por marcadores como clima e língua, por exemplo. No entanto, Dias e Ramos (2019) alertam para os aspetos negativos do fenómeno migratório, comportando diversas vulnerabilidades, frequentemente agravadas por preconceitos estruturais que resultam em constrangimento, discriminação e violência, especialmente no que concerne ao género.

No caso específico da comunidade imigrante brasileira em Portugal, observa-se a associação de estereótipos que impactam diretamente sua integração, reduzindo as possibilidades de acesso a melhores oportunidades tanto no campo pessoal quanto no profissional (Dias; Ramos, 2019; Lamartine, 2023). Os estereótipos, ao naturalizarem diferenças, contribuem para a construção de um consenso social acerca de categorias divergentes, como as regionais, étnico-raciais, de género e de orientação sexual, reforçando desigualdades históricas que são sustentadas e reproduzidas cotidianamente.

As representações sociais em Portugal associam frequentemente os brasileiros a características como alegria, simpatia e festividade, mas também a traços de preguiça, submissão e sexualidade exacerbada (Padilla; Gomes, 2016; Queiroz *et al.*, 2020; Rossi, 2023; Lamartine, 2023). Essa ambivalência reforça relações assimétricas e exige das pessoas brasileiras um constante esforço de negociação identitária (Padilla; Gomes, 2016).

No caso das mulheres brasileiras, a imigração é frequentemente atravessada pela construção de uma imagem sensual e erotizada, vinculada quase exclusivamente ao mercado da prostituição (Oliveira; Neto, 2016). Esse estigma ganhou maior notoriedade com o episódio das **“Mães de Bragança”**, quando, em 2003, mulheres portuguesas da cidade de Bragança, no norte de Portugal, organizaram um movimento contra trabalhadoras sexuais brasileiras, culpabilizando-as pelo “desvio” de seus maridos.

A cobertura mediática desse episódio reforçou o binómio moral entre brasileiras, representadas como “pecadoras” e “destruidoras de lares”, e portuguesas, retratadas como esposas fiéis e castas (Gomes, 2018), tornando-se um ícone das representações estereotipadas e xenófobas em relação ao género nos meios de comunicação (Correia, 2014).

Nesse sentido, a investigadora Pontes (2004) argumenta que a mulher brasileira é representada na mídia portuguesa a partir de uma lógica de “morenidade”, fortemente ligada à sensualidade e ao trabalho sexual, centralizando o papel dos media na manutenção desses estereótipos. Esta hipersexualização resulta, portanto, da intersecção de fatores como género, imigração, raça e condição socioeconómica (Piscitelli, 2008).

Há aqui uma noção de “corpo colonial” que reforça a ideia de uma disponibilidade sexual presumida das mulheres brasileiras, construindo uma imagem exportável que associa o Brasil à figura da “mulata tropical”, bela e erótica (Padilla; Gomes, 2016; Lamartine, 2023; Queiroz *et al.*, 2020). Embora o estigma das mulheres brasileiras assuma nuances diferentes consoante o país de acolhimento (Padilla; Gomes, 2016), em Portugal, ele reproduz padrões coloniais enraizados

e, é justamente nesse sentido, que a abordagem descolonial permite compreender estas representações como produtos de relações históricas de dominação e o que tenho chamado de corpo colonizado no espaço colonizador.

Ainda que haja avanços no enfrentamento da discriminação contra mulheres brasileiras imigrantes, tais mudanças ainda são limitadas. Normas sociais e políticas públicas buscam mitigar o preconceito, mas muitas vezes operam como “véus” que encobrem desigualdades estruturais, apresentando uma ilusão de igualdade de gênero e de oportunidades (Queiroz *et al.*, 2020; Carvalho; Fernandes, 2016; Lamartine, 2023). Dessa forma, a persistência dessas representações estereotipadas evidencia a necessidade de uma desconstrução crítica dos discursos hegemônicos e uma maior valorização das vozes e experiências das mulheres brasileiras imigrantes.

Da Invisibilidade à Resistência: Redes de Apoio e Novas Narrativas

Nos últimos anos, os estudos sobre a feminização das migrações têm se expandido, oferecendo abordagens mais complexas sobre as experiências das mulheres imigrantes em Portugal, sobretudo as brasileiras. Tais investigações têm problematizado a representação homogênea e estereotipada dessas mulheres, valorizando suas estratégias de resistência, agência e construção de pertencimento (Dias; Ramos, 2019; Neves *et al.*, 2016; Lamartine, 2023; 2024; ROSSI, 2023). Ainda assim, permanece o desafio de produzir conhecimento que reconheça seus saberes situados sem recorrer a discursos coloniais ou paternalistas (Haraway, 1988; Ribeiro, 2019).

Um exemplo significativo deste movimento é o projeto “Brasileiras Não Se Calam”, que utiliza o ciberespaço como ferramenta de denúncia e visibilidade das violências enfrentadas por mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, através das redes sociais digitais que, por sua vez, se tornam locais de mobilização contra o racismo, o sexismo e outras formas de discriminação estrutural associadas à colonialidade (Lamartine; Silva, 2023). A internet permite a partilha de relatos, o fortalecimento de vínculos comunitários e a construção de novas narrativas, que confrontam os estigmas historicamente impostos a essas mulheres.

Além disso, organizações e coletivos como a Casa do Brasil, o Coletivo Andorinha e a Plataforma Geni têm desempenhado um papel central na articulação política e no apoio às mulheres imigrantes brasileiras. Estas iniciativas promovem ações que vão desde o acolhimento jurídico e psicológico até a produção cultural e incidência política, questionando políticas migratórias excludentes e denunciando práticas institucionais discriminatórias.

Ainda assim, no meu lugar de mulher imigrante brasileira e pertencente ao espaço científico português, há aqui a urgência de construção de uma epistemologia que reconheça a pluralidade de experiências femininas migrantes para enfrentar as diversas camadas de opressão que marcam suas (nossas) trajetórias, marcadas por formas específicas de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de resistência.

Portanto, estudar as mulheres brasileiras em Portugal implica superar leituras simplificadoras que as apresentam apenas como vítimas ou como ameaças, ou o “Outro” (Lamartine, 2024; Rossi, 2023). É preciso reconhecer a complexidade de suas (nossas) vivências e valorizar

os modos como vamos reescrevendo as próprias narrativas, disputando sentidos e desafiando estruturas coloniais e patriarcais que insistem em enquadrar-nos em categorias pré-definidas na premissa de que somos — e assim permaneceremos — corpos colonizados.

Considerações Finais

As migrações contemporâneas têm-se tornado cada vez mais femininas, e a presença de mulheres brasileiras em Portugal constitui um reflexo potente dessa realidade, embora não escapem às marcas profundas da desigualdade estrutural — de gênero, raça e classe — que atravessam o fenômeno migratório, sobretudo quando o país de destino é o antigo colonizador.

A minha experiência pessoal, enquanto mulher brasileira imigrante e investigadora, confirma o que a literatura já nos revela: a imagem da mulher brasileira continua fortemente marcada por estereótipos hipersexualizados, que são reiterados por narrativas mediáticas e institucionais, além da constante minoração intelectual que adentra na superioridade epistemológica e cultural entre o Norte e o Sul global. Essas representações não apenas limitam possibilidades profissionais e sociais, como também apagam a diversidade de histórias e saberes que estas mulheres carregam.

Apesar dos avanços sociais, quer no campo acadêmico, quer nas práticas políticas e culturais de resistência, persistem desafios que exigem um compromisso ético e epistemológico com a produção de conhecimento situado (Haraway, 1988). Projetos como *Brasileiras Não Se Calam* (Lamartine; Torres da Silva, 2022), bem como as ações desenvolvidas pela Casa do Brasil, Plataforma Geni e Coletivo Andorinha, evidenciam formas de (re)existência em desafiar estruturas coloniais que continuam a enquadrar os corpos das mulheres migrantes.

Concluir esta reflexão implica reconhecer que a imigração brasileira em Portugal é marcada por tensões dicotômicas: entre a proximidade e o estranhamento, entre o acolhimento e a exotização. Para mim, e para muitas outras, habitar este entre-lugar é também um ato de resistência e, portanto, reescrever nossas narrativas é uma forma de deslocar as fronteiras do possível, transformando o lugar que nos é atribuído por aquele que escolhemos ocupar.

Referências Bibliográficas

BORREGO, Bárbara. *Demografia da população imigrante em Portugal: apoio e oposição à imigração em Portugal numa perspetiva comparada*. Lisboa: CIES, 2016.

CARVALHO, Ana Filipa; FERNANDES, Emília. Processos de discriminação de profissionais imigrantes e qualificadas em contextos laborais tipicamente masculinos. *Ex æquo*, n. 33, p. 117–132, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aeq/n33/n33a09.pdf>. Acesso em: 18 out. 2020.

CORREIA, João Carlos. Dez anos depois de Bragança: a representação da mulher brasileira nos media. *Verso e Reverso*, v. 28, n. 69, p. 186–192, 2016.

DIAS, Marly de Jesus Sá; RAMOS, Maria Natália. Mulheres brasileiras em Portugal e violência de gênero: desafios migratórios em contexto internacional. In: *The Overarching Issues of the European Space: a strategic (re)positioning of environmental and socio...?*. Porto: FLUP, 2019. p. 197–208.

FRANÇA, Thais; PADILLA, Beatriz. Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 33, n. 2, p. 1–30, 2018.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES* [online], 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/3307>. Acesso em: 18 out. 2020.

GOMES, Mariana Selister. Género, colonialidade e migrações: uma análise de discursos institucionais sobre a “brasileira imigrante” em Portugal. *Política & Sociedade*, v. 17, n. 38, p. 404–439, jan./abr. 2018.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. In: ROSSER, Sue V. (ed.). *Women, science, and technology: a reader in feminist science studies*. 2. ed. New York: Routledge, 2013. p. 455–472.

IORIO, Juliana; FONSECA, Maria Lucinda. Estudantes brasileiros no ensino superior português: construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura. *Finisterra*, v. 53, n. 109, p. 305–328, 2018. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/14556>.

JERÓNIMO, Patrícia (Coord.). *Igualdade de género: velhos e novos desafios*. Braga: Direitos Humanos – Centro de Investigação Interdisciplinar (DH-CII), 2019.

LAMARTINE, Camila. A imigrante académica brasileira: experiência, preconceito e sexismo à luz do estereótipo como barreira de integração. In: *Estudos de I(E)migração Ibérica: Práticas Associativas e Turismo de Raízes*. Açores: CEPESE, 2023.

LAMARTINE, Camila. Between knowledges and silences: exploring identities of early-career Brazilian immigrants in Portuguese academia. 2024. [Manuscrito submetido para publicação].

LAMARTINE, Camila; TORRES DA SILVA, Marisa. O ciberespaço como denúncia: assédio e discriminação vinculados à colonialidade no projeto *Brasileiras Não Se Calam*. *Comunicação e Sociedade*, n. 41, p. 209–229, 2022.

NEVES, Ana Sofia Antunes das et al. Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 33, n. 4, p. 723–733, 2016.

OLIVEIRA, Eliany Nazaré; NETO, Félix Fernando Monteiro. Redes sociais: grupo para imigrantes brasileiras em Portugal. *Caderno Espaço Feminino*, v. 29, n. 2, p. 304–328, jul./dez. 2016.

PADILLA, Beatriz; GOMES, Mariana Selister. Empoderamento, interseccionalidade e ciberativismo: uma análise do “Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em Portugal”. *TOMO*, n. 28, p. 169–201, 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263–274, 2008.

PONTES, Luciana. Mulheres brasileiras na mídia portuguesa. *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 229–256, 2004.

QUEIROZ, Camila Craveiro; CABECINHAS, Rosa; CERQUEIRA, Carla. Migração feminina brasileira e a experiência do envelhecimento em Portugal: sexismo e outros “ismos”. *Equatorial*, v. 7, n. 12, p. 1–23, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *La place de la parole noire*. Paris: Anacaona Éditions, 2019.

ROSSI, Jéssica Cássia. Interdiscursividade além das fronteiras: a categoria “mulher brasileira” na mídia lusitana. *Comunicação Midiática*, v. 18, n. 1, p. 134–153, 2023.



Brasileiras em Portugal e na Espanha: uma leitura decolonial

Juliana Carvalho Ribeiro*

O Brasil desde o final dos anos 1980 se insere nos processos de mobilidade de brasileiras/os pelo mundo (Margolis, 2013; Martine, 2005; Assis, 2003; 2004; Reis; Sales, 1999). No presente estudo, a lupa é colocada sobre Portugal (Peixoto; Figueiredo, 2007; Malheiros, 2007; Padilla, 2007; Machado, 2006) e Espanha (Masanet; Baeninger, 2011; Piscitelli, 2011a; 2011b; Masanet, 2009; 2008), dois países que vêm sendo intensamente buscados por brasileiras/os, tanto por heranças históricas, como pela busca do Norte Global.

Diante disso, o foco se volta para imigrantes brasileiras nestes dois recortes espaciais, a partir de uma análise da sua presença nesses países, trazendo suas perspectivas e os desafios cotidianamente impostos. Nota-se que seu número é crescente e muitas vezes é associado a recorrente exploração sexual de parcela dessas mulheres (Piscitelli, 2011a), fatores que contribuem para ampliar os recorrentes casos de xenorracismo (Sivanandan, 2001; Fekete, 2001) contra elas. Há, inclusive, denúncias documentadas em diversas mídias (Pontes, 2004).

Portanto, este estudo analisa, a partir de uma leitura decolonial (Vergès, 2020) e de um olhar desde o Sul Global, as formas de preconceito que mulheres brasileiras enfrentam em Portugal e na Espanha, bem como suas lutas para fazer frente a essas violências.

Como a leitura decolonial se apresenta como um dos pontos de análise, esta pesquisa busca embasamento no feminismo decolonial.

* Geógrafa-Demógrafa – Observatório das Migrações em São Paulo/Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - Universidade Estadual de Campinas.

Dizer-se feminista decolonial, defender os feminismos de política decolonial hoje é [...] também afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do Sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda a sua complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças (Vergès, 2020, p. 27).

A leitura proposta se assenta sob os termos de Vergès (2020), e se volta a problemas enfrentados por imigrantes brasileiras em Portugal e na Espanha – não apenas com Portugal que têm como essência as relações coloniais, nas quais a questão de raça se impôs e segue se impondo de forma profundamente arraigada, mas uma leitura que possibilite a compreensão da inserção no mercado de trabalho e o acesso à educação e à saúde pública.

Antes, porém, é interessante trazer a lupa para a decolonialidade. A análise que aqui começa a ser desenhada se traduz como um enfrentamento à colonialidade imposta a imigrantes brasileiras – não apenas as pobres e racializadas, mas toda e qualquer mulher brasileira migrante em Portugal e na Espanha.

[...] propus um feminismo decolonial radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista. Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, das empregadas domésticas, das profissionais do sexo, das queer, das trans, das migrantes, das refugiadas e daquelas para quem o termo ‘mulher’ designa uma posição social e política, não estritamente biológica. *Um* feminismo, não o feminismo, e, portanto, aberto a questionamentos, à possibilidade de rever suas análises, que não busca o reconhecimento das instituições, mas que se ancora nas lutas, com suas perdas e alegrias (Vergès, 2020, p. 13-14; grifos da autora).

As mulheres racializadas são aquelas que limpam o mundo – e, também, Portugal e Espanha. De modo invisibilizado e a serviço do capitalismo, elas desenvolvem atividades de risco – manuseando materiais químicos e tóxicos, por exemplo –, e não são consideradas qualificadas – mesmo quando detêm diplomas de curso superior no Brasil –, além de suas remunerações serem absolutamente impróprias e de se encontrarem descobertas de quaisquer garantias ou de um sistema de proteção social. Muitas são imigrantes do mercado do sexo; outras, atuam em tarefas de cuidado – como empregadas domésticas, babás, acompanhantes de idosos, faxineiras, cozinheiras –, elas colocam as cidades da elite em funcionamento.

Há toda uma humanidade se dedicando a fazer um trabalho invisível e superexplorado para criar um mundo adequado ao consumo e à vida institucional. Cabe a essas pessoas lidar com o sujo, o contaminado, a água não potável, o lixo que não é recolhido, os plásticos que invadem tudo, os jardins nos quais as plantas morrem por falta de manutenção, os esgotos que não funcionam, o ar poluído (Vergès, 2020, p. 101-102).

Nesse sentido, a América Latina se tornou uma exportadora de cuidadoras (Ferro, 2020) e as mulheres brasileiras (hoje ou preteritamente) em Portugal e na Espanha alimenta(ram) essa realidade já consolidada. Pesquisas apontam que as mulheres brasileiras são as maiores vítimas de preconceito em Portugal. Quando mães, para além das violências praticadas contra elas

mesmas, essas mulheres enfrentam(ra)m a xenofobia contra filhas/os, seja por serem brasileiras/os, seja por terem mãe brasileira.

Não há exagero nos relatos de discriminação. Todas as pesquisas apontam que as mulheres brasileiras são as maiores vítimas de preconceito em Portugal. O mais recente levantamento da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, que funciona junto do Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), referente a 2021, revela que os brasileiros, no geral, são os que mais apresentam queixas contra xenofobia e racismo: 26,7% do total. Quando os dados são abertos por gênero, 45,9% das reclamações são de mulheres brasileiras e 33%, de homens. Estudo realizado pela ONG MigraMyths, em parceria com a Casa do Brasil de Lisboa e a República Portuguesa, indica que 58,2% das vítimas de discursos de ódio são mulheres brasileiras (Nunes, 2022).

Na luta contra o xenorracismo voltado a essas migrantes, bem como pela sua inserção laboral, a produção de territorialidades (Costa, 2011) pode ser tomada como uma saída. Dito de outra maneira, produzir territorialidades pode ser uma forma dessas brasileiras se inserirem laboral e socialmente, revelando-se resistência.

A territorialidade configura-se como categoria socioespacial apropriada para auxiliar na compreensão da presença de mulheres brasileiras em Portugal e na Espanha, já que ela se revela alternativa à vida imposta a imigrantes, apresentando-se como construção social da presença imigrante. Pela forma como são recebidas pela sociedade portuguesa e pela sociedade espanhola, mulheres brasileiras podem encontrar na territorialização a conquista de seu espaço, negado pela perversidade das relações laborais e sociais cotidianas: como nos ensina Sayad (1998), a migração é essencialmente uma questão política e produz espacialidade de disputa.

A pesquisa de campo

A análise qualitativa fundada em entrevistas com imigrantes brasileiras residentes (hoje ou em anos recentes) em Portugal e na Espanha é fundamental para compreensão da realidade dessas mulheres e para a interlocução com os citados referenciais teóricos.

Essa estratégia metodológica possibilita avançar em temas emergentes de pesquisa, tais como: a interpretação que as próprias migrantes fazem de sua trajetória; os aspectos vinculados ao xenorracismo identificados na inserção laboral e nas vivências sociais dessas mulheres – sobretudo nas que se dão no universo da educação e do acesso à saúde –; as transformações trazidas pela pandemia em seus projetos e processos migratórios; e o agravamento das vulnerabilidades desse grupo social em função das violências vividas e do contexto pandêmico e pós-pandêmico. Quando são ouvidas, elas se tornam sujeitos da sua história. Ouvir imigrantes revela-se, portanto, recurso central desta pesquisa, para que possam ser e pertencer, libertando-se da invisibilidade e denunciando os processos de violências vividos.

Este estudo tem aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAMP (CAAE: 49335121.1.0000.8142) no âmbito do projeto Observatório da Emigração Brasileira. Todas

imigrantes brasileiras que já residiram ou que ainda residem em Portugal e na Espanha são importantes para a pesquisa, pois elas são consideradas (e lidas) como sujeito coletivo. As entrevistas – semiestruturadas, gravadas e transcritas – foram feitas por meio remoto, dada a distância entre a entrevistadora¹ e as entrevistadas. Foram realizadas 25 entrevistas com imigrantes brasileiras em Portugal e 29 com imigrantes brasileiras na Espanha, totalizando 54 entrevistas qualitativas para o período de dezembro de 2023 a abril de 2025.

Trechos destas entrevistas serão citados a seguir sem qualquer correção ortográfica ou gramatical, a partir de uma transcrição literal e direta, respeitando inteiramente a fala de cada entrevistada. Todas as interlocutoras tiveram suas identidades preservadas. A narrativa migrante – ao trazer sua história, suas dificuldades e suas expectativas – alcança-nos e nos leva para o seu universo, contribuindo para construir um conhecimento fundamental na luta contra a diversas formas de violência vividas por essas mulheres.

Brasileiras em Portugal e na Espanha: o cotidiano colonial

Traigo los ojos con que ella miró estas cosas,
porque me dio sus ojos para ver²
Juan Rulfo

A emigração de mulheres é uma das características do fluxo Brasil-Portugal e do fluxo Brasil-Espanha e esta pesquisa se propôs a entender a presença de brasileiras nestes dois países a partir do olhar das próprias interlocutoras, que nos “deram seus olhos” para lermos suas experiências. As imigrantes brasileiras entrevistadas têm, em sua maioria, escolaridade superior; são de classe média; saíram de grandes cidades; muitas acompanharam a trajetória laboral do cônjuge; não apresentaram desejo de retorno: em busca de “uma vida melhor”.

A visibilidade crescente desta presença de mulheres brasileiras nesses países tem as colocado entre as maiores vítimas de preconceito, em função da opressão colonial a que são submetidas, incluindo o tráfico de pessoas (Piscitelli, 2011a; 2011b), e a simplista associação de brasileiras com o mercado do sexo. De fato, a centralidade que a exploração sexual de brasileiras assume está nas notícias jornalísticas relacionadas a mulheres brasileiras na Espanha, por exemplo. Matérias publicadas, em 2023, ilustram: “Brasileiras vítimas de tráfico de pessoas são resgatadas na Espanha”³ ou “Cinco brasileiras exploradas sexualmente são libertadas na Espanha”.⁴

¹ As entrevistas foram realizadas pela Dra. Juliana Carvalho Ribeiro, que conduziu a rede de entrevistadas em Portugal e na Espanha.

² Epígrafe presente no livro *A cabeça do santo*, de Socorro Acioli.

³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/brasileiras-vitimas-de-trafico-de-pessoas-sao-resgatadas-na-espanha>. Acesso em: 10 abr. 2025.

⁴ Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/cinco-brasileiras-exploradas-sexualmente-sao-libertadas-na-espanha,6aa9477b093046a0dbde950a2e73591174zn2iiv.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

A imigrante brasileira Roberta (brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2010) expressou o imaginário da sociedade espanhola a respeito das mulheres brasileiras:

“Nós não somos bem vista aqui. Eles são muito racistas! São super racistas! Tanto é que a família do meu esposo, eles não me conhecem e nem eu faço questão de conhecê-los... porque eles dizem que nós... latinos, somos ratos! Eles falam isso. A razão deles aqui é que as mulheres brasileiras são todas prostitutas, sabe? Ladronas e prostitutas. E te digo mais, Juliana, até pelas pessoas brasileiras aqui, nós sofremos um preconceito muito grande, viu? Muito grande! Muito triste, muito triste...”

É revelador, portanto, o estigma (Goffman, 1975) que as brasileiras carregam, bem como o próprio conflito intragrupo que prevalece com brasileiros reproduzindo o padrão machista e xenofóbico em relação a mulheres brasileiras.

Outras brasileiras na Espanha também têm experiências similares para contar:

“[...] o simples mencionar, em uma roda, em um ambiente, que você é brasileira, isso faz com que as pessoas entendam que tu é mais aberta a determinados comportamentos sexuais. Aconteceu isso comigo. De parte de um colega. Uma situação bem específica, que chocou vários colegas. Acho até que isso foi mais forte quando eu morava na Inglaterra, aqui na Espanha é menos. Mas também acontece. Você fala que é brasileira e logo falam: “brasileiras gostam disso ou daquilo...”. Sabe? Falas bem machistas! Porque também é um país bem machista, que tem esse traço, né? E estigmatizado. Vendo a mulher principalmente a brasileira, mas também a colombiana, como mulheres que são mais abertas a determinado tipo de comportamento, sobretudo sexual... sabe?” (Letícia, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2019).

“Conheço de pessoas que relatam coisas assim de, por exemplo, brasileiras que trabalham aqui muitas vezes são confundidas com prostitutas. Massagem, por exemplo, aqui tem duplo sentido. Existem umas massagens mais... Íntimas? Risos. E as massagistas acabam sofrendo mais assédio por causa disso” (Maria, brasileira que vive em Montijo, Portugal, desde 2021).

A questão da raça/cor é revelada nas entrevistas por interlocutoras autodeclaradas brancas:

“Dá pra ver o preconceito, como quando contei ao caseiro da casa que alugamos, que veio falar que a gente não tem cor de brasileiro...” (Janaína, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2020).

Por conseguinte, situações xenorracistas são absolutamente frequentes quando se trata de “mulheres migrantes racializadas” (Ribeiro; Baeninger, 2023):

“Eu tenho uma amiga brasileira negra. Eu sei que ela sofre preconceito. Eu sei que ela sofreu muito preconceito quando veio pra cá. Entendeu? Mas eu sou loira, branquinha, tenho nome italiano... isso tudo facilita as coisas, infelizmente” (Carolina, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2018).

“[...] eu percebia que a pessoa preta brasileira sofria muito mais preconceito e muito mais situações constrangedoras, dificuldades de encontrar emprego e de algum contrato de

aluguel, etc., por ser preta, do que um brasileiro branco. [...] eu pude perceber conversando com muitos brasileiros [...] eu percebia muito, muito fortemente um preconceito racial entre os próprios brasileiros. Então, esse brasileiro branco se colocando num status superior aos brasileiros pretos” (Amanda, brasileira que viveu em Lisboa, Portugal, entre 2021 e 2022).

São situações que se traduzem em opressão na sociedade de destino e, conseqüentemente, na necessidade constante de luta contra as diversas formas de violência impostas a essas mulheres. Dessa maneira, elas se revelariam resistência às dificuldades impostas nos seus diversos espaços de vida: “[...] resistências e recusas à submissão se opõem a uma ordem mundial injusta” (Vergès, 2020, p. 25).

O contato com grupos de imigrantes do Brasil é uma forma de organização fundamental para a construção dessa resistência, e as redes migratórias e redes de mídias sociais revelam-se um dos principais veículos para tal:

“[...] quando eu vim pra cá, eu não quis entrar em contato com nenhuma comunidade brasileira. Eu tinha medo de entrar numa bolha. Mas aí chega uma hora que... por exemplo, você passa a sentir falta [...] eu peguei um WhatsApp de brasileiras em Madri [...] Eu lembro que eu não acompanhava muito. Mas nesse WhatsApp, ele é gigante, tem quase mil pessoas. E desse grupo de WhatsApp saiu um outro grupo de WhatsApp de quando eu engravidei de grávidas. Grávidas brasileiras em Madri. E dele vieram minhas principais amigas hoje. Esse grupo salvou a minha vida aqui. Sério! Foi muito importante mesmo! A gente se ajudou muito, se apoiou muito! Pra entender as diferenças de sistema, como era o pré-natal aqui... estudar sobre parto... entendeu? E isso foi tudo na pandemia, então o WhatsApp ajudou muito! Daí quando eu engravidei, eu falei... poxa... eu quero é ficar com brasileiras. Quero ser acolhida. Sabe?” (Carolina, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2018).

Construção da territorialidade migrante: a leitura decolonial

A vivência da imigrante no (e do) lugar é um desdobramento da sua condição de *ser migrante*: “[...] o lugar novo [...] obriga a um novo aprendizado e [...] uma nova formulação” (Santos, 2004, p. 330). Tomar “consciência pelo lugar” (Santos, 2004) é um processo de descoberta e de construção da identidade e do cotidiano impelido pela necessidade de sobrevivência – como ocorre quando se necessita do serviço público de saúde – e de inserção social. E, assim, “[...] com o papel que a informação e a comunicação alcançaram em todos os aspectos da vida social, o cotidiano de todas as pessoas [...] se enriquece de novas dimensões. Entre estas, ganha relevo a sua dimensão espacial” (Santos, 2004, p. 321).

Esta dimensão espacial revela-se dinâmica quando analisada aos olhos dos processos migratórios contemporâneos. Seu dinamismo desenha-se pelas estruturas, pelas desestruturas e pelas reestruturas espaciais suscitadas pelas novas ações definidas pelos deslocamentos e pelas reconstituições das mulheres migrantes nesses processos. Para elas, “[...] o passado é um

outro lugar, ou, ainda melhor, num outro lugar. [...] Suas experiências vividas ficam para trás e a nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória” (Santos, 2004, p. 328).

Concretiza-se, assim, a sua (re)inserção, agora a um novo espaço. Inicialmente, este processo é passivo, já que as migrantes não dominam códigos e materialidades, porém, aos poucos, torna-se ativo, quando elas passam a imprimir sua marca no novo cotidiano espacial que experimentam. Para Santos (2004, p. 330), há, nesse processo, a formação de uma “[...] nova consciência [que] olha para o futuro”. O autor coloca o espaço como “[...] um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo concluído e inconcluso, num processo sempre renovado” (Santos, 2004, p. 330).

Em conjunto, espaço, tempo e sujeitos se transformam. A mobilidade espacial leva a uma “[...] rearrumação permanente dos arranjos do espaço” (Moreira, 2013, p. 94). Em síntese, a espacialidade da existência é, ao mesmo tempo, enraizamento, desenraizamento, movimento. Esta é a base para a construção teórica da categoria *território* e de como essa configuração socioespacial solicita reflexões sobre seus desdobramentos – os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

A territorialização, neste estudo, é vista como produto da *identidade*, como *simbolização de um grupo*, como *apropriação de espaços para exercício de poder*. Costa (2011), assim, chama a atenção para o processo de *reterritorialização* dos sujeitos migrantes.

No caso deste estudo, brasileiras migrantes começam a se *desterritorializar* quando da sua saída do Brasil e iniciam o processo de (re)territorialização ao começarem a se impor nos espaços em Portugal e na Espanha. É neste contexto-movimento que se constrói aqui a ideia de *lugar* e de *territorialização* dessas migrantes brasileiras e, para essa construção, os espaços públicos são fundamentais:

“Todo fim de semana tem festa de rua! Festa gratuita e que você consome o que quiser das barraquinhas que tiver na rua” (Simone, brasileira que vive em Braga, Portugal, desde 2020).

“Madri é uma cidade que as pessoas vivem muito na rua, até muito tarde da noite. Com crianças... É muito seguro! Então, sim, com o abrandamento da pandemia, a gente começa a se relacionar mais. Acho que até um pouco mais do que seria como quando a gente vivia antes da pandemia. Porque ela mudou as pessoas, né?” (Letícia, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2019).

Organizadas – também a partir da apropriação de espaços públicos –, brasileiras em Portugal e na Espanha podem se encontrar e fortalecer laços, discutindo, desde banalidades cotidianas até questões inerentes aos processos migratórios:

“Sim, eu tenho amigas, a gente tem um grupo de mulheres brasileiras... [...] essa comunidade brasileira mesma, tem encontros, é bastante presencial. Tenho um grupo de cinco amigas brasileiras e a gente se vê basicamente uma vez a cada duas semanas. Eu tenho

também uma pessoa que trabalha na minha casa que é brasileira também. Então, assim, duas vezes por semana ela vem, e tal... então, eu tenho bastante contato com brasileiras” (Letícia, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2019).

“Onde eu moro tem outras brasileiras e brasileiros. Eu também convivo com espanhóis. Mas tenho mais amizade com brasileiras” (Carolina, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2018).

A socialização entre migrantes e nacionais também revela a consolidação da territorialização de brasileiras em Portugal e na Espanha:

“Não sei se você sabe, mas aqui é conhecido como Braguil ou Bragazil. Tem muito disso também, né? Por eu estar numa cidade que tem uma população brasileira muito alta, a aceitação também é mais alta. Você vai ver restaurantes brasileiros em todos os cantos. Já está bem misturado assim...” (Simone, brasileira que vive em Braga, Portugal, desde 2020).

“A gente tem também um grupo de pais da escola, que são basicamente espanhóis, mas também tem alguma outra nacionalidade... Que são pessoas que a gente pode contar. Qualquer problema que a gente tenha pra buscar a criança, por exemplo... fazemos programas juntos... essas coisas...”. (Letícia, brasileira que vive em Madri, Espanha, desde 2019).

A vida urbana, a socialização entre migrantes e nacionais, a inserção laboral de migrantes e as relações que desenham todos esses vínculos enfatizam o exercício de poder por pessoas ou por grupos de pessoas em determinado espaço: “[...] compreender a realidade urbana exige considerar que a cidade [...] é também uma prática, as práticas sociais com e no espaço” (Martins, 2008, p. 59). Relações de poder pautam estas “práticas sociais com e no espaço”, pautam a vida urbana cotidiana. Neste contexto, migrantes brasileiras em Portugal e na Espanha se encontram entre os sujeitos mergulhados nestas relações, sendo influenciadas por elas e influenciando-as.

A territorialidade migrante — um espaço socialmente controlado, onde há o estabelecimento simbólico de poder de um sujeito ou de um grupo sobre outros sujeitos e sobre o próprio espaço — passa a compor o urbano, com a inserção socioeconômica de novos grupos étnicos — especialmente quando esses novos fluxos migratórios passam a constituir circuitos econômicos próprios.

Reflexões finais

A emigração de mulheres é uma das características dos fluxos Brasil-Portugal e Brasil-Espanha e esta pesquisa se propõe a entender a presença de brasileiras nestes países. A crescente presença de brasileiras neste país, associada à recorrente exploração sexual de parcela dessas mulheres, revelaram-se fatores que contribuem para ampliar os recorrentes casos de xenorracismo contra elas.

Ao trazer a lupa para Portugal e Espanha e ao se embasar na leitura decolonial, este estudo denuncia e visibiliza o que permanece vigente — mesmo que primeira e superficialmente negado

– da estrutura colonial nestas sociedades pós-coloniais. Dito de outra maneira, em Portugal e na Espanha, brasileiras dão forma a uma estrutura racializada e estratificada. Diante disso, observou-se que brasileiras dão forma a uma estrutura que se revela excludente e precisam lutar, cotidianamente, contra estereótipos vinculados à nacionalidade.

Organizadas em comunidade, ocupando espaços públicos e sendo beneficiárias de políticas públicas, brasileiras em Portugal e na Espanha se mostram resistência às dificuldades impostas nos seus diversos espaços de vida. Contra todas as imposições colocadas pelos resquícios de uma pretérita estrutura colonial, de subserviência, brasileiras – e não somente as racializadas – engajam-se na luta. Apenas a partir da possibilidade de uma prática radicalmente antirracista, anticapitalista e anti-imperialista, essas mulheres poderão construir uma vida digna do outro lado do Atlântico.

Referências

- Acioli, Socorro. *A cabeça do santo*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Anderson, Bridget. A very private business - Exploring the demand for Migrant Domestic Workers. *European Journal of Women's Studies*, vol. 14, nº 3, p. 247-264, 2007.
- Assis, Gláucia de O. *De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares e de gênero nas vivências dos novos migrantes brasileiros*. Tese (Doutorado em Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- Assis, Gláucia de O. *De Criciúma para o mundo os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares*. In.: MARTES, Ana Cristina B. & Fleischer, Soraya (Org.). *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo, Paz e Terra, 2003, p. 199-230.
- Baeninger, Rosana et al. (org.). *Migrações Sul-Sul*. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- Castro, Elias; Corrêa, Roberto Lobato; Gomes, Paulo Cesar da Costa (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1995.
- Costa, Rogério Haesbaert. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2011.
- Costa, Rogério Haesbaert; Limonad, Ester. O território em tempos de globalização. Etc..., espaço, tempo e crítica – *Revista eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas*, Niterói, RJ, v. 1, n. 2(4), p. 39-52, 2007.
- Fekete, Liz. The emergence of xeno-racism. *Race & Class*, US, v. 43, n. 2, p. 23-40, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0306396801432003>.
- Ferro, Silvia Lilian. La cuestión del cuidado en el escenario post pandemia. ¿Hacia Estados del Cuidado o hacia Gilead?. In.: *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*. v. 6(2), pp. 50-71, 2020.
- Freitas, Patricia Tavares. *Projeto costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino*. 2014. 413f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2014.
- Galeano, Eduardo. *As palavras andantes*. 1ª ed. Porto Alegre, RS: L&PM Editores, 1994.

- Glenn, Evelyn Nakano. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Journal of Women in Culture and Society*, vol. 18, nº 01, p. 1-43, 1992.
- Goffman, E. (1975). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro: LTC.
- Guevarra, Anna Romina. Supermaids: The Racial Branding of Global Filipino Care Labour. In: Anderson, Bridget; Shutes, Isabel (Eds). *Migration and care labour: Theory, policy and politics*. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2014. Cap. 7, pág. 130 a 150.
- Machado, José Igor. Imigração em Portugal. In.: *Revista Estudos Avançados*, São Paulo 20 (57), 2006, p. 119-135.
- Malheiros, Jorge; Padilla, Beatriz. Can stigma become a resource? The mobilisation of aesthetic–corporate capital by female immigrant entrepreneurs from Brazil. *Identities*, v. 22, n. 6, 2015, pp. 687-705.
- Margolis, Maxine L. *Goodbye, Brazil: emigrés from the land of soccer and samba*. University of Wisconsin Press, 2013.
- Martine, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 3-22, Sept. 2005.
- Martins-Ribeiro, Ester. Filipinas in São Paulo: South-South migrations and domestic service. *Revue International d'études du développement (RIED)*, Dossier “Southern Countries’ Domestic Service” (nº 246), 2021.
- Martins, Sérgio. A neutralização do direito à cidade na (re)produção da metrópole antiurbana. In:
- Masanet, Érika. De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde una perspectiva integrada de los lugares de origen y de destino. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidad de Alicante, Alicante, 2009.
- Masanet, Érika. O Brasil e a Espanha na dinâmica das migrações internacionais: um breve panorama da situação dos emigrantes brasileiros na Espanha. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 2008, 25(1), 151–165. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000100009>.
- Masanet, Érika; Baeninger, Rosana. Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. In.: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 121, pp. 65-89, jul./dez. 2011.
- Mattoo, Aaditya; Neagu, Ileana Cristina; Özden, Çağlar. Brain waste? Educated immigrants in the US labor market. In.: *Journal of development economics*, v. 87, n. 2, 2008, p. 255-269.
- Moreira, Ruy. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2013.
- Nunes, Vicente. Mulheres brasileiras são as maiores vítimas de crimes de ódio em Portugal. *Correio Braziliense Brasil*, Brasília, DF, 16/08/2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5029287-mulheres-brasileiras-sao-as-maiores-vitimas-de-crimes-de-odio-em-portugal.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.
- Özden, Çağlar. Educated migrants: is there brain waste?. In.: Özden, Çağlar; Schiff, Maurice (ed.). *International migration, remittances & the brain drain*. Washington, DC: World Bank, 2006, p. 227-244.
- Padilla, Beatriz. A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In: MALHEIROS, Jorge M (Org.). *Imigração brasileira em Portugal*, Lisboa. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2007, p. 113-135.

Peixoto, João; Figueiredo, Alexandra. Imigrantes brasileiros e mercado de trabalho em Portugal: imigração brasileira em Portugal. Lisboa, ACIME/Observatório da Imigração, 2007, p. 87-111.

Piscitelli, Adriana. Procurando vítimas do tráfico de pessoas: brasileiras na indústria do sexo na Espanha. In.: REMHU (Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana), vol. 19, núm. 37, julio-diciembre, 2011a, pp. 11-26.

Piscitelli, Adriana. Actuar la brasileñidad?. Tránsitos a partir del mercado del sexo. In.: Revista Etnográfica, v. 15, n. 1, 2011b, p 5-29.

Pontes, Luciana. As Mulheres Brasileiras na Mídia Portuguesa. In.: Cadernos Pagu (23), julho-dezembro, p.229-256, 2004.

Portal Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-11/brasileiras-vitimas-de-trafico-de-pessoas-sao-resgatadas-na-espanha>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Redação TERRA. Cinco brasileiras exploradas sexualmente são libertadas na Espanha. In: Portal Terra, 18 out. 2023. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/cinco-brasileiras-exploradas-sexualmente-sao-libertadas-na-espanha,6aa9477b093046a0dbde950a2e73591174zn2iiv.html>. Acesso em: 10 abr. 2025.

Reis, Rossana; Sales, Teresa (Org.). Cenas do Brasil migrante. São Paulo: Boitempo, 1999.

Ribeiro, Juliana; Baeninger, Rosana. Mulheres latino-americanas no Brasil: por uma territorialidade decolonial. Trabalho apresentado do Encontro Nacional dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas/UNICAMP, 2023.

Santos, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 1ª reimp. São Paulo, SP: EdUSP, 2004.

Saquet, Marcos Aurélio. Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre, RS: Edições EST, 2003.

Sayad, Abdelmalek. A imigração: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo, SP: EdUSP, 1998.

Souza, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (org.). Geografia: conceitos e temas. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

Standing, Guy. O Precariado: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Sivanandan, Ambalavaner. Refugees from globalism. Race & Class, US, v. 42, n. 3, p. 87-100, 2001.

Vergès, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu, 2020.



*Dinâmicas institucionais no campo migratório: um panorama das organizações da sociedade civil em Portugal e a centralidade brasileira**

Aline Chima Komino**

Elisa Yoshie Ichikawa***

Nos últimos anos, Portugal tem se consolidado como um importante destino migratório, atraindo pessoas de diferentes nacionalidades em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho e segurança. Embora o país tenha historicamente sido marcado por fluxos emigratórios, a realidade contemporânea reflete um cenário diverso, onde a presença de imigrantes e refugiados desempenha um papel central na dinâmica social, econômica e política. Nesse contexto, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) emergem como atores fundamentais no acolhimento e na integração desses grupos, especialmente diante das lacunas deixadas pelo Estado. Essas organizações oferecem suporte jurídico, cursos de idioma, assistência psicológica, orientação profissional e diversas outras formas de apoio que facilitam a adaptação dos

* Agradecemos à Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo auxílio para a consecução da presente pesquisa.

** Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Estadual de Maringá.

*** Universidade Estadual de Maringá.

imigrantes ao novo ambiente. No entanto, apesar do seu papel essencial, as OSCs enfrentam desafios estruturais, financeiros e políticos que impactam diretamente sua atuação.

Ainda assim, é importante reconhecer que as dinâmicas que envolvem as OSCs e a população migrante são atravessadas por tensões e assimetrias de poder. A relação estabelecida entre essas organizações e os imigrantes e refugiados nem sempre se dá de forma horizontal, e, em certas situações, esses sujeitos acabam sendo posicionados mais como destinatários de intervenções do que como participantes ativos nos processos que lhes dizem respeito. Além disso, a necessidade constante de captação de recursos gera disputas entre as OSCs, que por vezes se percebem em uma lógica de competição, o que pode dificultar a construção de articulações mais amplas. Esse cenário, embora compreensível diante dos desafios enfrentados, tende a limitar o potencial político coletivo dessas organizações na promoção de mudanças estruturais nas políticas migratórias.

Este artigo busca apresentar um panorama sobre o papel das OSCs no acolhimento e integração de imigrantes em Portugal. A pesquisa se baseia em diários de campo produzidos durante um período de doutorado-sanduíche na Universidade de Lisboa, além de observações em cinco OSCs e entrevistas com pesquisadores e funcionários dessas instituições. Um dado relevante emergido do trabalho de campo diz respeito à presença da comunidade brasileira nesse universo institucional. Sendo o maior grupo migrante residente em Portugal, os brasileiros aparecem não apenas como destinatários das ações de acolhimento, mas também como sujeitos ativos em sua organização e condução: ocupando cargos, coordenando iniciativas e integrando as equipes de trabalho (Oltramari *et al.*, 2023). Assim, buscamos contribuir para um debate mais amplo sobre a relação entre Estado, sociedade civil e populações migrantes no contexto português. A seguir, apresentamos uma breve contextualização sobre a imigração em Portugal, seguida da descrição do percurso metodológico da pesquisa. Posteriormente, discutimos o papel das OSCs, suas contribuições e desafios, finalizando com reflexões sobre sua importância e possíveis caminhos para fortalecer sua atuação.

O Contexto Migratório em Portugal

Portugal, em boa parte da história, se destacou como um país de emigração. Durante grande parte do século XX, milhões de portugueses deixaram o território nacional em busca de melhores condições de vida, principalmente em direção ao Brasil, França e outros países europeus. No entanto, a partir da década de 1970, esse movimento começou a se inverter. O país passou, gradualmente, a se constituir como destino migratório, inserindo-se naquilo que Costa (2022) identifica como a segunda fase da evolução demográfica e migratória do sul da Europa. Este novo cenário marca uma inflexão importante na trajetória portuguesa, que deixa de ser marcada apenas pela saída de seus nacionais e passa a ser, também, um espaço de chegada (Azevedo, 2022; Góis, 2022).

A entrada de Portugal na União Europeia foi um marco decisivo nesse processo. Inicialmente,

as políticas migratórias permaneciam sob jurisdição nacional, contudo, com o avanço de agendas securitárias impulsionadas por atentados terroristas e pelo recrudescimento do discurso sobre controle de fronteiras, a abordagem europeia em relação à migração passou a se endurecer. Nesse contexto, a legislação portuguesa começou a se estruturar de maneira mais sistemática, incorporando, por exemplo, medidas de regularização extraordinária de imigrantes trabalhadores — uma tentativa de resposta à crescente informalidade. Ainda assim, essas iniciativas se desenvolveram dentro de um quadro europeu marcado por crescentes restrições à imigração irregular (Azevedo, 2022; Costa, 2022; Malafaia *et al.*, 2017).

Atualmente, Portugal abriga uma população estrangeira significativa e em crescimento contínuo. Segundo o Relatório de Migração e Asilo da Agência para a Integração de Migrações e Asilo (AIMA, 2024), o número de cidadãos estrangeiros com autorização de residência atingiu 1.044.606 em 2023, representando um aumento de 33,6% em relação ao ano anterior. O Brasil permanece como a principal nacionalidade entre os imigrantes, com 368.449 brasileiros registrados oficialmente — cerca de 35,3% do total. Vale lembrar que neste número não estão contabilizados brasileiros com dupla nacionalidade — que já possuem alguma nacionalidade europeia — e aqueles que ainda aguardam a regularização de sua situação. A estes se somam angolanos, cabo-verdianos, britânicos e indianos, compondo uma paisagem migratória plural e em constante mutação.

Além dos fluxos econômicos, Portugal também se insere em dinâmicas internacionais de acolhimento humanitário. Em 2023, 277 refugiados foram reinstalados no país por meio de programas conduzidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Desses, 93,3% foram enquadrados no Estatuto de Refugiado. O perfil predominante é de homens jovens, com idades entre 19 e 39 anos (AIMA, 2024), o que também revela uma certa padronização nos critérios e práticas de acolhimento. Geograficamente, a população estrangeira se concentra principalmente nos distritos de Lisboa, Faro e Setúbal, que juntos abrigam 63,5% dos imigrantes residentes. Essa distribuição está relacionada tanto ao dinamismo econômico dessas regiões quanto à existência de redes sociais e comunitárias que facilitam a chegada e a inserção. Setores como os serviços, a construção civil e o turismo se destacam pela alta empregabilidade — ainda que frequentemente associada à informalidade (AIMA, 2024).

De fato, a imigração em Portugal continua sendo fortemente vinculada ao mercado de trabalho. Atividades como a restauração, os serviços domésticos, a construção civil e o trabalho agrícola seguem absorvendo a maior parte da força de trabalho imigrante. No entanto, essa absorção se dá, muitas vezes, em condições precárias, com vínculos frágeis e pouca proteção social. A informalidade permanece como uma via de entrada e permanência, sobretudo para aqueles que enfrentam dificuldades nos trâmites de regularização. Como aponta Costa (2022), a dependência estrutural da economia portuguesa em relação ao trabalho imigrante está relacionada a desequilíbrios persistentes: mesmo em momentos de crescimento econômico, a taxa de desemprego entre nacionais permanece elevada, e grandes setores da economia operam em regime de informalidade (Oltamari *et al.*, 2021). Assim, o próprio mercado de trabalho tende a

estimular a migração irregular, absorvendo imigrantes em nichos específicos, mas sem garantir condições mínimas de trabalho digno.

Nesse cenário, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel crucial. Em razão da ineficiência estatal na recepção e integração de imigrantes, são essas organizações que assumem, muitas vezes, as funções de acolhimento, orientação e apoio jurídico e social. Apesar de ser, em comparação com outras nações europeias, relativamente aberto à imigração, Portugal ainda está longe de garantir uma inclusão efetiva e duradoura. A burocracia excessiva, a falta de infraestrutura de acolhimento e a precariedade do trabalho imigrante revelam os limites das políticas migratórias vigentes e a distância entre o discurso de abertura e a realidade vivida pelos imigrantes.

Nesse contexto, destaca-se a importância do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI), criado pela União Europeia com o objetivo de apoiar os Estados-Membros na gestão dos fluxos migratórios e no fortalecimento das políticas de asilo e imigração. O FAMI atua como um mecanismo essencial de financiamento de iniciativas voltadas ao acolhimento, integração e proteção de migrantes e refugiados¹. Em Portugal, o fundo é uma fonte central de recursos para diversas OSCs, ajudando a suprir lacunas deixadas pelo Estado. No entanto, mesmo com esse apoio, as organizações enfrentam desafios significativos para manter a continuidade de suas ações e alcançar maior capilaridade.

O valor disponível no programa é distribuído entre objetivos específicos e assistência técnica. As entidades interessadas em acessar os recursos devem atender a critérios claramente definidos pelo regime geral de aplicação dos fundos europeus e pelos avisos de concurso. Esses critérios estabelecem as condições de elegibilidade, os requisitos técnicos e administrativos e as diretrizes para a implementação dos projetos financiados. Dessa forma, embora o FAMI represente um avanço na tentativa de construir políticas migratórias mais coordenadas e respeitosas dos direitos humanos, ele também evidencia a crescente dependência das organizações civis para a efetivação de políticas públicas — uma tensão que merece ser observada com atenção.

O campo em movimento: do Brasil a Portugal

O percurso metodológico adotado buscou articular observação participante, análise documental e entrevistas não estruturadas, compondo uma abordagem etnográfica situada e implicada com o campo. A pesquisa foi desenvolvida durante o doutorado-sanduíche da primeira autora, realizado entre setembro de 2023 e março de 2024, junto à Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Nesse período, foram acompanhadas cinco Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam com imigrantes e refugiados na região metropolitana de Lisboa. No total, foram realizadas dezessete observações presenciais, seis entrevistas não estruturadas com pesquisadoras/es e trabalhadoras/es das instituições, além de conversas informais com imigrantes e voluntários.

¹ Ver em: <https://www.fami2030.gov.pt/>

Tabela 1: Lista de observações realizadas

Organização	Observações
V	7
W	2
X	4
Y	2
Z	2

Fonte: Dados da pesquisa.

O Estado português, apesar de possuir uma legislação considerada mais flexível em comparação a outros países da União Europeia, delega às OSCs grande parte da responsabilidade pelo acolhimento e integração de imigrantes e refugiados. A atuação estatal concentra-se principalmente nos trâmites administrativos — análise documental e concessão de vistos —, sem oferecer orientações claras ou apoio estruturado no momento da chegada ao país (Souza et al., 2022). Durante a pesquisa, foi particularmente notável a presença significativa de imigrantes brasileiros no interior dessas organizações, muitos dos quais já se encontram em situação de maior estabilidade no país. Em diversos casos, são esses sujeitos que fundam, coordenam ou mantêm as OSCs em funcionamento, evidenciando um protagonismo importante da diáspora brasileira na configuração do campo associativo voltado às migrações. Essa presença, ao mesmo tempo em que reflete formas de engajamento e solidariedade, também levanta questões sobre representatividade e diversidade nos processos de escuta e acolhimento de outras comunidades migrantes.

A aproximação ao campo se deu inicialmente por meio da participação em eventos públicos promovidos pelas organizações. Essa estratégia permitiu conhecer os espaços institucionais e mapear os atores envolvidos na rede de acolhimento. Em seguida, a pesquisadora integrou-se como voluntária à organização V, acompanhando diretamente um projeto financiado pelo FAMI voltado à realização de encontros e palestras sobre temas migratórios.

A opção por uma abordagem etnográfica se justifica pela necessidade de captar as dinâmicas relacionais e os sentidos atribuídos pelas/os agentes envolvidos — migrantes, trabalhadores, voluntários e gestores. A escrita dos diários de campo constituiu-se como dispositivo metodológico central, permitindo o registro de observações, gestos e interações presenciadas dentro dos eventos das instituições. Os dados estão apresentados em primeira pessoa, de modo a refletir o posicionamento da pesquisadora e manter coerência com a abordagem etnográfica adotada. Para a análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo do tipo categorial temática, conforme proposto por Franco (2008), com categorias construídas a posteriori a partir da recorrência de temas, tensões e problematizações emergentes nas observações, entrevistas e documentos.

A centralização do acolhimento: disputas por financiamento, legitimidade e influência

Ao longo do trabalho de campo, uma dimensão particularmente marcante foi a lógica competitiva que atravessava o universo das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que atuam com imigrantes e refugiados em Portugal. Embora frequentemente apresentadas como espaços de solidariedade e cuidado, muitas dessas instituições operam sob dinâmicas que se aproximam, por vezes de forma desconcertante, do modo de funcionamento de empresas. A disputa por financiamento, especialmente aquele proveniente do Fundo de Asilo, Migração e Integração (FAMI), aparece como um dos motores centrais dessa lógica, mas não se limita aos recursos econômicos — envolve também prestígio, legitimidade e influência política.

Durante as observações e conversas realizadas, tornou-se evidente que o acesso aos editais do FAMI é altamente restrito. Os recursos não são suficientes para contemplar todas as OSCs ativas no país, o que gera um ambiente de escassez permanente. Em uma das primeiras visitas à instituição V, uma funcionária explicou que, além da dificuldade em obter financiamento, há uma disputa silenciosa entre as instituições para demonstrar qual delas é mais eficaz, mais engajada, mais politicamente articulada — em suma, mais merecedora de apoio. Trata-se de uma espécie de centralização simbólica do acolhimento: ser aquela que “melhor representa” os imigrantes e refugiados, que “mais conhece” a realidade deles, que “tem voz” nos espaços públicos e institucionais.

Em uma reunião acompanhada com a OSC X, o vice-presidente foi claro ao afirmar que o governo português “financia, mas não propõe políticas”. A fala escancara a lógica de delegação: o Estado se ausenta da elaboração de estratégias nacionais para o acolhimento, mas mantém o controle por meio do financiamento. Esse vácuo de ação estatal abre espaço para que as OSCs se posicionem como atores políticos relevantes, e justamente por isso a disputa pelo FAMI não se resume ao dinheiro — ela envolve um discurso de quem pode (e deve) falar em nome das populações migrantes. A consequência é uma corrida por visibilidade que, muitas vezes, se dá em detrimento da cooperação. Em eventos públicos, é comum observar a tentativa de uma organização se destacar em relação às outras, como se o espaço de fala fosse também um espaço de poder. Em uma das observações, em um evento promovido pela OSC Y, ao reencontrar uma participante que havia conhecido anteriormente em atividade da OSC V, ela assim apresentou a pesquisadora (primeira autora) às colegas: “a conheço de outras lutas” — evitando qualquer menção à instituição anterior. O gesto, aparentemente banal, revelava a tensão que atravessa a relação entre as organizações, marcadas por disputas implícitas e, em outros casos, explícitas.

Essa rivalidade não é apenas institucional; ela se projeta sobre os próprios sujeitos que as OSCs afirmam representar. Em eventos voltados para a apresentação de projetos, como o promovido pela OSC Z para divulgar os resultados de um curso de língua portuguesa, os imigrantes e refugiados que participaram da iniciativa não tiveram espaço para fala, sendo uma presença silenciosa no evento. A narrativa do evento girou em torno do trabalho da equipe e dos voluntários, reforçando a imagem da instituição como protagonista do acolhimento. Ao omitir a voz

daqueles que supostamente são o centro da ação, reforça-se a lógica de representação verticalizada, que atribui às OSCs o papel de mediadoras legítimas entre os imigrantes e o Estado, entre a demanda e o financiamento.

Essa centralidade discursiva e institucional das OSCs — que se colocam como porta-vozes das experiências migrantes — é alimentada justamente pela ausência do Estado em muitas dimensões do acolhimento. Ao ocupar esse vácuo, as organizações tornam-se imprescindíveis — e sabem disso. Trata-se de uma ambivalência delicada: quanto mais ausente o Estado, maior o protagonismo das OSCs, mas também mais concentrado e hierarquizado tende a se tornar o campo. Essa condição permite que reivindiquem autonomia frente ao governo, ao mesmo tempo em que dependem profundamente do financiamento estatal para sobreviver. Como disse uma funcionária da OSC V: “preferimos que o governo não se envolva muito, assim temos mais liberdade”. A funcionária, uma brasileira com anos de experiência no terceiro setor, comentou também que essa lógica lhe parecia, a princípio, surpreendente, pois “no Brasil estamos acostumados com uma presença mais forte e centralizada do Estado nas políticas públicas sociais”. É uma liberdade que pode custar caro, pois exige das organizações um constante esforço de visibilidade, eficiência e diferenciação.

Nesse mesmo movimento de centralização e legitimação, destaca-se um outro tipo de capital mobilizado pelas OSCs: o conhecimento jurídico. Em todas as organizações acompanhadas, há algum tipo de atendimento ou orientação legal, voltada à regularização documental, processos de asilo, reagrupamento familiar ou questões laborais. Ao dominar esse campo de saber, as OSCs não apenas oferecem um serviço essencial, mas se posicionam como autoridades em migração, tornando-se pontos de referência para o próprio Estado e para os imigrantes.

Esse saber técnico e situado é também uma forma de poder. Em conversa com a diretora da OSC X, ela destacou o trabalho da instituição nos processos de solicitação de asilo que realizavam. A instituição V, por sua vez, oferece um horário aberto de atendimento jurídico, com fila por ordem de chegada — um modelo que garante acesso, mas também visibilidade. Além disso, as redes sociais são frequentemente utilizadas para divulgar informações sobre leis e procedimentos, o que amplia a presença pública dessas OSCs e fortalece sua imagem como detentoras de conhecimento confiável.

Deter esse conhecimento jurídico é também o que diferencia as OSCs do Estado. Enquanto os serviços públicos muitas vezes são percebidos como impessoais e inacessíveis, as OSCs se apresentam como mais humanas, próximas, flexíveis. Essa posição permite que elas adquiram um papel estratégico na mediação entre os sujeitos migrantes e as instituições estatais, e também que sejam procuradas por candidatos políticos durante períodos eleitorais. Em troca de apoio simbólico e institucional, muitos prometem ampliar os repasses, reformular editais ou escutar suas demandas. Assim, as OSCs tornam-se também agentes políticos, participando da formulação de políticas públicas e influenciando debates legislativos.

Mas essa influência tem dois lados. Por um lado, confere às organizações um protagonismo raro no contexto das políticas migratórias em Portugal. Por outro, atrai desconfiança de certos

grupos políticos, que as veem como entidades que extrapolam seu papel original ou que exercem poder demais sobre decisões públicas. A sua atuação passa, então, a ser permanentemente vigiada, colocada sob suspeita, principalmente quando se trata de organizações não confessionais, que trabalham com pautas mais próximas da militância política.

O que se desenha, portanto, é um campo marcado por disputas múltiplas: por financiamento, por legitimidade, por voz pública, por influência institucional. E, nesse campo, a centralização do acolhimento não é apenas uma resposta à ausência do Estado, mas uma estratégia de sobrevivência e posicionamento. O custo dessa centralidade, no entanto, é a fragmentação do campo e a exclusão de práticas mais colaborativas e horizontais, que poderiam construir uma política de acolhimento mais integrada e efetivamente pública.

Pontos positivos e limites das OSCs: entre a potência do acolhimento e a precariedade institucional

É inegável que as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) desempenham um papel fundamental no acolhimento e no suporte à população imigrante e refugiada em Portugal. Suas ações ultrapassam a prestação de serviços pontuais e muitas vezes constituem as primeiras redes de apoio para aqueles que chegam ao país sem vínculos prévios ou com dificuldades de acesso aos dispositivos estatais. Seja por meio do apoio jurídico, dos cursos de língua, da assistência social ou dos programas de integração comunitária, as OSCs produzem um acolhimento que é também, muitas vezes, um lugar de escuta, de reconhecimento e de reconstrução subjetiva.

Ainda assim, reconhecer a importância e a potência dessas organizações não significa ignorar os desafios que enfrentam cotidianamente. No campo das OSCs, algo chama atenção: sua atuação, embora essencial, muitas vezes se dá em um contexto de permanentes exigências e instabilidades. A necessidade de garantir a continuidade dos projetos e a sustentabilidade institucional coloca as organizações diante de escolhas difíceis, em que a cooperação nem sempre é possível ou priorizada. O modelo de financiamento por editais, especialmente com os recursos do FAMI, acaba por acirrar essas dinâmicas, estimulando uma lógica competitiva que pode gerar tensões, rivalidades e até silenciamentos. Nesse cenário, as instituições se veem, ao mesmo tempo, como parceiras e concorrentes na luta por visibilidade, reconhecimento e recursos.

Essa dinâmica fragiliza a possibilidade de articulação entre as OSCs. Paradoxalmente, instituições que compartilham finalidades semelhantes e enfrentam desafios comuns muitas vezes não se reconhecem como parte de um mesmo campo coletivo. A disputa por legitimidade e financiamento fragmenta um campo que, se atuasse de forma mais articulada, poderia exercer uma força política considerável na reivindicação de direitos e políticas públicas para as populações migrantes. Essa fragmentação é um dos paradoxos mais evidentes do campo: o que poderia ser força conjunta se converte em dispersão e isolamento.

Ao longo da pesquisa, também se percebeu, a presença expressiva de brasileiros tanto entre os sujeitos atendidos quanto entre aqueles que coordenam, atuam ou voluntariam nas OSCs. Trata-se de uma dupla posição que levanta questões importantes sobre identificação, mediação

cultural e sobre como se redesenham, na prática, as fronteiras entre quem acolhe e quem é acolhido. Sendo hoje a maior comunidade imigrante em Portugal, os brasileiros ocupam um lugar visível — e, em muitos casos, central — no funcionamento dessas organizações. No entanto, essa centralidade pode produzir apagamentos. Questionamos se, ao ocupar os lugares de fala, gestão e representação, ainda que a partir de experiências legítimas de migração, não se corre o risco de reproduzir novas assimetrias dentro do próprio campo migratório. Há imigrantes de outras origens, com trajetórias e necessidades distintas, que nem sempre encontram espaço nessas formas de acolhimento mais familiarizadas com a experiência brasileira.

Ao mesmo tempo, os desafios enfrentados pelas OSCs são inúmeros. A sobrecarga de trabalho, a rotatividade de voluntários, a dificuldade em manter equipes técnicas especializadas e a escassez de financiamento tornam o cotidiano institucional uma constante administração da urgência. Em diversos momentos da pesquisa, ouvi falas que expressavam cansaço, frustração e um sentimento de impotência frente à crescente demanda e à limitada capacidade de resposta. Muitas das ações realizadas dependem do esforço pessoal de poucos trabalhadores e voluntários, o que compromete tanto a continuidade quanto a qualidade dos atendimentos. Há um limite estrutural, quase invisível, que atravessa o trabalho dessas organizações — uma espécie de esgotamento que raramente é tematizado, mas que marca profundamente o modo como se realiza o acolhimento.

A dependência em relação ao Estado também se revela como uma ambivalência central. Se por um lado as OSCs ocupam um espaço que o Estado historicamente negligencia — oferecendo serviços essenciais e construindo vínculos com as comunidades migrantes —, por outro lado, sua existência depende, em grande medida, de recursos e reconhecimentos estatais. O Estado português, ao delegar o acolhimento às OSCs, mantém-se à margem das práticas cotidianas de cuidado, permanecendo na esfera burocrática e administrativa. A presença do Estado é, portanto, indireta e fragmentada: financia, mas não formula; apoia, mas não acompanha; delega, mas não assume. Essa terceirização das responsabilidades públicas configura uma limitação importante para a construção de políticas migratórias consistentes. As OSCs não têm o poder de formular políticas públicas em nível nacional, ainda que sejam consultadas em alguns processos. Suas atuações, ainda que relevantes, continuam sendo pontuais e localizadas. Falta-lhes o respaldo institucional e o alcance político necessários para incidir de maneira estrutural nas políticas de Estado. A ausência de diretrizes nacionais claras, contínuas e efetivas deixa um vácuo que nem a melhor das organizações consegue preencher sozinha.

Dessa forma, é possível afirmar que as OSCs se situam em um espaço ambíguo: são essenciais, mas limitadas; próximas da realidade dos migrantes, mas distantes da estrutura estatal que poderia garantir direitos; potentes na ação cotidiana, mas frágeis na disputa institucional. O fortalecimento dessas organizações passa, necessariamente, pela ampliação da presença e da responsabilidade do Estado. Não se trata apenas de ampliar financiamentos, mas de assumir o acolhimento como uma política pública, com estratégias nacionais articuladas, com acompanhamento técnico, com planos de médio e longo prazo que envolvam diferentes setores sociais e não apenas a sociedade civil.

Considerações finais

Este estudo buscou apresentar um panorama inicial sobre o papel das OSCs no acolhimento e integração de imigrantes em Portugal, destacando sua relevância, suas contribuições concretas e também os desafios que enfrentam no cotidiano de suas práticas. A análise realizada evidenciou que essas organizações ocupam um lugar central no campo da migração, não apenas prestando serviços essenciais, mas também assumindo responsabilidades que, muitas vezes, seriam do Estado. Com isso, as OSCs tornam-se figuras-chave na gestão da chegada e permanência de pessoas migrantes, preenchendo lacunas institucionais e criando redes de apoio que, apesar de limitadas, são fundamentais para garantir um mínimo de dignidade e acesso a direitos.

Ainda assim, é preciso reconhecer que essa centralidade das OSCs se dá num cenário de precariedade estrutural. A dependência de financiamentos externos, a sobrecarga de trabalho e a fragmentação do campo associativo limitam o potencial de ação coletiva e de incidência política dessas organizações. Em vez de somarem forças, muitas vezes elas se veem inseridas numa lógica de competição que fragiliza o campo como um todo. Essa disputa por legitimidade e recursos contribui para a manutenção de um modelo em que as OSCs permanecem como atores indispensáveis, mas também vulneráveis.

Nesse contexto, é necessário avançar na construção de formas mais articuladas de atuação entre o Estado, as OSCs e a sociedade civil. A responsabilidade pelo acolhimento de imigrantes e refugiados não pode permanecer exclusivamente nas mãos de organizações que, por mais comprometidas que estejam, operam com recursos escassos e em contextos de instabilidade. Cabe ao Estado assumir um papel mais ativo e estruturante, garantindo políticas públicas consistentes, de longo prazo, que considerem as especificidades das populações migrantes e que envolvam de forma efetiva os diferentes setores da sociedade.

Além disso, esta pesquisa sugere a importância de aprofundar a reflexão sobre a participação das próprias pessoas imigrantes e refugiadas nos processos decisórios que lhes dizem respeito. Ainda que muitas vezes sejam vistas como destinatárias passivas das ações promovidas pelas OSCs, essas pessoas constroem, no cotidiano, formas de resistência, reinvenção e pertencimento. Valorizar suas vozes, seus saberes e suas experiências são fundamentais para a construção de um acolhimento que seja, de fato, mais justo, horizontal e transformador. Como sugestão para futuras investigações, parece relevante acompanhar mais de perto os efeitos de longo prazo da atuação das OSCs nas trajetórias de integração de imigrantes e refugiados, bem como explorar as articulações possíveis entre essas organizações e os coletivos migrantes autônomos. Também seria oportuno aprofundar a análise comparativa com o contexto brasileiro, buscando compreender como as diferentes configurações estatais, jurídicas e sociais influenciam as práticas de acolhimento nos dois países.

Referências

- AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo. *Relatório de atividades 2023*. Lisboa: AIMA, 2024. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- AZEVEDO, Liliana. Este país é para velhos? Migrações e envelhecimento em Portugal. *Forum Sociológico*, Lisboa, v. 40, n. 40, p. 73–84, 30 jun. 2022. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/fs/article/view/7898>. Acesso em: 28 set. 2022.
- COSTA, Ana Paula. As políticas europeias de imigração: o caso de Espanha e Portugal. *Revista Extraprensa*, São Leopoldo, v. 15, n. 2, p. 166–187, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.unisinis.br/index.php/extraprensa/article/view/27449>. Acesso em: [inserir data de acesso].
- FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. *Análise de conteúdo*. Brasília: Liber Livro, 2008.
- GOIS, Pedro. Nós e os outros: as migrações no Portugal contemporâneo. *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais*, v. 1, n. 2, p. 24–41, 26 fev. 2021. Disponível em: <https://www.lingua-lugar.org/l-v1n2-2021>. Acesso em: 1 nov. 2022.
- MALAFIA, Carla et al. Being civic while disavowing politics: an ethnography of a youth NGO in Portugal. *Current Sociology*, v. 66, n. 5, p. 769–787, 28 abr. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0011392116665055>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- OLTRAMARI, Andrea Poletto et al. Sociedades do trabalho uberizado: o sonho do migrante permanece um pesadelo. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, 7., 2021, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: UFRGS, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viicbeo2020/386544-sociedades-do-trabalho-uberizado--o-sonho-do-migrante-permanece-um-pesadelo>. Acesso em: 2 abr. 2025.
- OLTRAMARI, Andrea Poletto et al. A quarta onda de imigrantes brasileiras e brasileiros em Portugal: redes, classe social e gênero em evidência nas relações de trabalho. *Revista Gestão & Conexões*, Sorocaba, v. 12, n. 1, p. 49–71, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47456/regec.2317-5087.2023.12.1.38231.49-71>. Acesso em: 15 abr. 2025.
- SOUSA, Lúcio et al. Receber de “braços abertos”: o papel da sociedade civil no acolhimento de refugiados em Portugal. In: VARGAS, Rosana (org.). *Migrações e suas subjectividades*. Lisboa: Mundos Sociais, 2022. p. 194–219.



jornada das andorinhas: relatos da diáspora científica brasileira em Portugal

Debora Costa*

Elizomar Nobre**

Introdução: voos e deslocamentos no campo científico

Migrar é um verbo que carrega consigo o peso da escolha, do desejo e, muitas vezes, da necessidade. No campo da ciência, migrar também é um movimento que atravessa territórios geográficos, políticos e simbólicos. A mobilidade acadêmica internacional, longe de ser um fenômeno recente, tem se intensificado nas últimas décadas como parte de um processo mais amplo de globalização do conhecimento (Castles; Miller, 2009) que sofre influência de fatores econômicos, sociais e institucionais, moldando experiências e desafios distintos (Iorio, 2018).

* Debora Costa possui graduação em Biblioteconomia (UFRN, 2005), mestrado em Design (UFRN, 2015) e, atualmente é doutoranda no Curso de Doutorado em Ciência da Informação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Portugal.

** Elizomar Nobre possui graduação em Secretariado Executivo (FACEX, 2009), Mestrado em Administração (UnP, 2016) e, atualmente, é doutoranda do Curso de Doutorado em Ciências da educação, pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra – Portugal e cotutela do Curso de Doutorado em Ensino pela Rede Nordeste de Ensino – RENOEN, polo IFRN.

Nesse cenário de crescente circulação de saberes e sujeitos, o Brasil tem ocupado uma posição significativa como país de origem de acadêmicos em movimento. De acordo com Brum (2024), o fluxo migratório de brasileiros residindo no exterior começa a crescer a partir da década de 1960 e, a partir de 1980, a emigração de brasileiros para o exterior passa a ser mais significativa, onde Portugal destaca-se como o segundo país a receber mais imigrantes brasileiros. A emigração de brasileiros altamente qualificados, começa a crescer a partir do ano 2000 de acordo com Carneiro *et al.* (2020, p. 3), porém os que permanecem no exterior não ultrapassa 5%, do total dos que saíram do Brasil. É nesse panorama que a diáspora científica brasileira em Portugal desponta como um campo frutífero de investigação e reflexão.

Nesse sentido, compreender as nuances desse deslocamento exige uma leitura mais complexa do que aquela centrada apenas na perda de talentos. De acordo com Meyer *et al.* (1997), a diáspora científica pode ser compreendida não apenas como uma “fuga de cérebros” (brain drain), mas como um fenômeno mais complexo, que envolve trocas, redes de colaboração e potências de reconexão entre o país de origem e o de destino. Nesta perspectiva, a mobilidade acadêmica deixa de ser uma perda para tornar-se uma possibilidade de circulação de saberes, afetos e experiências e seria benéfico a todos os envolvidos: países, instituições e indivíduos (Brum, 2024). As potenciais contribuições da rede de brasileiros no exterior, cuja produtividade científica e articulação de cooperações tem se transformado em diásporas propriamente ditas, conforme descreve Carneiro *et al.* (2020). Para aprofundar essa compreensão, é fundamental revisitar o próprio conceito de “diáspora” e suas transformações ao longo do tempo.

O termo “diáspora”, tem origem nas palavras gregas “dia”, que significa “por meio de” e “speiró”, que significa “dispersão”. Durante um longo tempo a expressão esteve associada à “ruptura e a dispersão de um povo...” (Séguin, *et al.*, 2006, p. 80). Entretanto, seu significado passou a incluir todos os tipos de populações de migração (Carneiro *et al.*, 2020) e, a partir dos anos 1990, o termo ganhou novo espaço, considerando as motivações no processo de mobilidade, passando a compreender os processos de circulação e de produção do conhecimento, gerados pela articulação de grupos que vivem no exterior, ampliando oportunidades e ganhos (Balbachevsky; Silva, 2011, p. 164). Ao iluminar essa perspectiva mais abrangente, é possível compreender como a mobilidade de cientistas brasileiros para o exterior, ainda que marcada por desafios, pode também operar como uma estratégia de ampliação de redes e fortalecimento institucional.

No contexto da diáspora científica brasileira, Balbachevsky e Silva (2011) destacam que, a mobilidade acadêmica internacional é frequentemente impulsionada por fatores como a busca por melhores condições de pesquisa, financiamento e infraestrutura. Esse fenômeno, conhecido como “fuga de cérebros”, tem sido objeto de debate, especialmente quando se trata da conexão dos pesquisadores com seu país de origem. Como apontam Carneiro *et al.* (2020), “a diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação pode representar tanto uma perda de capital humano quanto uma oportunidade para fortalecer redes de cooperação internacional”. É a partir dessa ambivalência – entre perda e possibilidade, deslocamento e reinvenção – que situamos nosso relato de experiência.

Este relato de experiência parte das nossas vivências pessoais para refletir sobre os sentidos da diáspora acadêmica brasileira em Portugal. Inspirado na imagem das andorinhas, que migram com os ciclos da natureza e retornam ao seu ponto de origem, propomos pensar nossas trajetórias como movimentos que, embora marcados por incertezas, também abrem espaço para reinvenção, pertencimento e resistência.

Nesse entrelaçamento entre o pessoal e o coletivo, entre o deslocamento físico e o movimento simbólico, nossa experiência ganha contornos próprios. A seguir, compartilhamos nossas vivências como pesquisadoras brasileiras em Portugal, trazendo à tona os desafios, aprendizados e (re)significações que marcaram nossa travessia acadêmica.

A travessia: chegar em Portugal com a ciência na bagagem

Como as andorinhas que cruzam continentes em busca de abrigo e alimento, também nós partimos com a ciência na bagagem, impulsionadas por sonhos, desafios e a esperança de encontrar, do outro lado do oceano, as condições necessárias para continuar a voar. É a partir dessa travessia concreta e simbólica que iniciamos nosso relato.

Chegar em Portugal foi, para muitos de nós, atravessar um oceano simbólico. Ainda que a língua partilhada aparente uma proximidade, as diferenças culturais, institucionais e subjetivas logo se revelam. O acolhimento acadêmico, por vezes caloroso, é também atravessado por fronteiras invisíveis que distinguem o “nós” do “eles”. A história colonial, que une e separa Brasil e Portugal, está sempre presente nas relações cotidianas, inclusive naquelas que se estabelecem dentro da universidade.

A decisão de sair do Brasil para cursar um mestrado ou doutorado em Portugal muitas vezes nasce do desejo de continuidade dos estudos diante de um contexto nacional de desinvestimento em ciência e tecnologia. Em meio a cortes de bolsas, precarização das universidades e ataques à autonomia acadêmica, Portugal surge como uma opção viável pela facilidade da língua, pelos custos relativamente mais baixos em comparação a outros países europeus e por conta de acordos institucionais que facilitam o ingresso de estudantes brasileiros.

No entanto, a chegada à Europa também é marcada por novos desafios. A burocracia para regularização da documentação, o acesso limitado a bolsas de estudo para estrangeiros, o preconceito velado (ou às vezes declarado) contra brasileiros e a dificuldade em estabelecer redes de apoio tornam a experiência migratória mais complexa do que previa o imaginário da “terra prometida”. Como observa Castles (2003), a migração não é um ato isolado, mas um processo social profundamente enraizado em condições históricas, políticas e econômicas. É nesse contexto, marcado por expectativas e confrontos com a realidade, que nossas trajetórias individuais se desdobram.

Sou formada em Biblioteconomia com mestrado em Design, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. No meu caso, mudar-me do Brasil para Portugal para fins acadêmicos representou não apenas um crescimento profissional, mas também uma jornada

de autoconhecimento e adaptação a uma nova cultura. Antes da decisão de imigrar, participei de alguns processos seletivos de doutorados no Brasil, sem sucesso na aprovação. A literatura acadêmica aponta que os processos seletivos para doutorado no Brasil são altamente competitivos e, muitas vezes, excludentes para candidatos que não seguem uma trajetória acadêmica linear. Como discutem Júnior *et al.* (2021), “a estrutura do produtivismo acadêmico no Brasil cria barreiras significativas para pesquisadores que desejam ingressar em programas de doutorado, favorecendo aqueles já inseridos nas redes institucionais”. Senti que o fato de não ter feito o mestrado na mesma área acadêmica foi um fator relevante para a reprovação nesses processos seletivos.

Nessa época, eu trabalhava como funcionária pública de uma universidade federal e sabia que a opção de dar continuidade à minha formação acadêmica me traria vantagens financeiras, além da oportunidade de afastamento do trabalho com a remuneração garantida. O afastamento para qualificação dos servidores públicos federais no Brasil é uma política prevista legalmente e incentivada por diversas instituições. Conforme destaca Fargoni (2023), “a qualificação contínua dos servidores públicos é uma estratégia fundamental para a modernização do setor e para a melhoria da prestação de serviços”. Assim, a decisão de estudar em Portugal foi motivada pela qualidade do ensino superior, a proximidade linguística e a histórica conexão entre os dois países, como também pela dificuldade em ser aprovada em um programa de doutorado em Ciência da Informação no Brasil.

O primeiro passo envolveu a escolha da instituição e do curso que melhor se alinhavam aos meus objetivos acadêmicos e profissionais. Neste sentido, a Universidade de Coimbra mantém um programa de doutorado em Ciência da Informação desde 2016, com duração de quatro anos, cujos objetivos, condições de ingresso e valores a serem pagos eram favoráveis para mim. O curso tem como objetivo formar pesquisadores altamente qualificados na área, promovendo o desenvolvimento de investigações avançadas e fomentando a internacionalização do conhecimento (Universidade de Coimbra, 2024). Após a aprovação, iniciei o processo de pedido de afastamento da minha instituição, obtenção do visto de estudante, que envolveu a reunião de documentação, comprovação de recursos financeiros e contratação de seguro-saúde. De modo semelhante, mas com singularidades próprias, a minha colega vivenciou um percurso atravessado por desafios e decisões que também a conduziram a Coimbra.

No meu caso, a emigração foi motivada pela aprovação do doutorado em Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação embora minha formação seja em Secretariado Executivo na UniFacex e mestrado em administração na especialidade em gestão de pessoas na UnP. Decidi fazer o doutorado em educação pesquisando as políticas de internacionalização brasileiras para formação docente, pois, como funcionária pública federal do Instituto Federal de Educação, exerci a coordenação dos convênios internacionais para capacitação dos servidores das instituições em instituições portuguesas, as quais havia acordos de cooperação firmados.

Após algumas tentativas de seleção para doutorado no meu país sem sucesso, fui aprovada na Universidade de Coimbra e tive a oportunidade de vivenciar uma experiência diferente

e desafiadora. Como funcionária pública, tive a opção de solicitar o afastamento das minhas atividades de trabalho e mudei para Coimbra, em outubro de dois mil e vinte e um, ainda na pandemia. Certamente, sem a ajuda de uma amiga de longa data que me deu todo o apoio necessário para me instalar e providenciar toda documentação necessária para minha legalização no país, teria sido muito mais difícil, pois eu não tinha uma rede de apoio. Após alguns meses, foi natural a aproximação com a comunidade brasileira, inicialmente colegas de turma e, pouco a pouco, me integrando em grupos de conterrâneos de vários lugares do Brasil que vinham para a cidade estudar ou mesmo trabalhar, oportunizando a possibilidade de conhecer pessoas de várias regiões do meu país, talvez se estivesse lá, não as teria conhecido. Essas conexões afetivas, embora não previstas inicialmente, tornaram-se fundamentais na adaptação e no enfrentamento dos obstáculos do cotidiano.

A chegada a Portugal foi marcada pela busca por moradia e pela regularização junto ao, até então, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF). A adaptação inicial envolveu a compreensão das diferenças burocráticas e culturais, além da necessidade de criar uma rede de contatos para facilitar a integração no país. Como pontuam França e Oliveira (2021), “o processo de adaptação do imigrante está diretamente ligado ao seu conhecimento prévio sobre o país e sua rede de apoio local”. Recentemente, como noticiado por Amato (2021), Portugal tem buscado facilitar os processos de obtenção de vistos para estudantes brasileiros, reconhecendo a importância dessa mobilidade acadêmica.

Mas a integração não se limita a cumprir exigências burocráticas ou encontrar um lugar para morar. Ela se dá, sobretudo, no cotidiano: na sala de aula, nos corredores da universidade, nas conversas com colegas, nos momentos de solidão e descoberta. É nesse território ambíguo, entre desafios e reinvenções, que se constrói a vivência acadêmica fora do Brasil.

Entre desafios e reinvenções: viver e produzir conhecimento em território estrangeiro

O cotidiano da vida acadêmica em Portugal impõe aos estudantes e pesquisadores brasileiros uma série de negociações. Estar em um “entre-lugar” (Bhabha, 1998) implica lidar com a sensação de deslocamento, mas também com a potência criativa da fronteira. Reinventamos nossas práticas, resignificamos nossos temas de pesquisa, dialogamos com novos referenciais teóricos, sem abandonar nossas raízes intelectuais.

Muitos de nós trazemos, na bagagem acadêmica, a marca das epistemologias do Sul (Santos, 2010), que desafiam a hegemonia do pensamento eurocêntrico e reivindicam outros modos de produzir e validar conhecimento. Estar em Portugal nos coloca frente a frente com essas tensões, pois habitamos uma academia que, embora mais aberta à diversidade do que outras, ainda reproduz hierarquias coloniais.

A experiência da diáspora, nesse sentido, também é uma experiência de resistência. Resistimos quando afirmamos nossas perspectivas, quando valorizamos os saberes produzidos no Sul Global, quando construímos redes de apoio entre pesquisadores migrantes. Resistimos,

sobretudo, ao nos recusar a ocupar apenas o lugar do “objeto” de estudo e ao reivindicar nosso papel como sujeitos produtores de conhecimento. Mas a resistência, por mais firme que seja, não nos blinda das fragilidades humanas que acompanham o processo migratório.

Para além das dificuldades institucionais e financeiras, há também os atravessamentos afetivos. A saudade da família, o sentimento de solidão, a insegurança quanto ao futuro profissional são aspectos que atravessam a trajetória de quem migra. E, ainda assim, seguimos. Como andorinhas em seu voo coletivo, encontramos no grupo uma forma de sustentação. Essas experiências nos tornam conscientes de que a migração não é apenas uma questão profissional ou acadêmica — é também uma travessia afetiva, marcada por emoções intensas e transformações subjetivas.

A decisão de emigrar não é fácil, porém pode ser recheada de sonhos, expectativas e dúvidas. Sair da nossa pátria para morar em um local diferente, é desafiador e nos faz experimentar diferentes culturas, costumes, clima, paisagens, é preciso estar preparado para experimentar emoções boas e ruins, sentimentos de extasia e decepção, alegria e tristeza, multidão e solidão. No meio desse turbilhão de sentimentos, aspectos práticos também se impõem.

Apesar das vantagens de estudar em um país que compartilha a mesma língua, alguns desafios foram inevitáveis. O primeiro foi a diferença cultural: os costumes, a maneira de interagir e o ritmo de vida são distintos dos do Brasil. Além disso, a questão financeira foi um fator desafiador, pois o custo de vida em algumas cidades portuguesas é elevado, especialmente para estudantes. Como destaca Carneiro *et al.* (2023), “o custo de vida nas principais cidades universitárias portuguesas tem aumentado significativamente, impactando a permanência de estudantes estrangeiros”. Além da pressão financeira, há obstáculos legais e estruturais que tornam a adaptação ainda mais desafiadora.

A decisão de emigrar da sua pátria e se inserir num país com um *modus operandi* diferente do seu é bastante desafiador, pois é bastante burocrático, caro e demorado, exigindo paciência e planejamento. Para os estudantes, há a possibilidade de se obter a entrevista para a legalização dentro da universidade, porém, para os de fora da comunidade acadêmica isso é muito difícil e longo, considerando a grande quantidade de imigrantes que Portugal possui e a reorganização dos serviços que concedem as autorizações de residência. Outro desafio é a saudade da família e dos amigos, e isso nos faz buscar um suporte com novas amizades e comunidades de imigrantes. Segundo França e Oliveira (2021), “o apoio emocional e social é essencial para a integração do estudante imigrante e sua permanência bem-sucedida no exterior”. Essas dificuldades são ainda mais acentuadas no caso das mulheres, como evidenciam diversas pesquisas, como destacam Sliwa *et al.* (2023), mulheres migrantes brasileiras frequentemente enfrentam desafios adicionais, incluindo preconceitos e dificuldades na inserção profissional.

A falta de redes de intercâmbio acadêmico estruturadas entre Brasil e Portugal também representa uma barreira para a mobilidade acadêmica. Como apontam Oltamari, A., Rainha, M., & Oliveira, J. (2022), “a ausência de programas formais de intercâmbio entre os dois países dificulta a colaboração acadêmica e a inserção de pesquisadores brasileiros em instituições portuguesas”. Além disso, a dificuldade no reconhecimento dos diplomas brasileiros e a diminuição das bolsas

da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) em Portugal, são entraves que impactam diretamente a continuidade dos estudos e a estabilidade financeira dos imigrantes acadêmicos. Por outro lado, de acordo com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o governo brasileiro, fomentará o repatriamento dos cientistas brasileiros através do Programa de Repatriação de Talentos que tem por objetivos a atração e fixação de profissionais e formação de redes internacionais de cooperação científica (CNPq).

A adaptação em Portugal não foi difícil, embora falamos a mesma língua, somos completamente diferentes, a adaptação é gradual e lenta, embora entendamos, parte do que dizem, há todo um contexto histórico que nos separa e isso leva um certo tempo. Para a maioria dos brasileiros com quem convivo, o fato de aqui ser um país, um pouco mais seguro que o Brasil, traz um relaxamento inexplicável e a pergunta: porque não podemos usufruir dessa tranquilidade na nossa terra? Entretanto, existem muito mais questões que simplesmente a tranquilidade, a falta de nossa terra vem com o tempo e traz uma saudade difícil de explicar, sentir falta da comida, da música, da “alegria brasileira” passa a fazer parte da nossa rotina. Segundo a autora Avar Brah (1996) a diáspora é como uma simbiose emocional e sentimental, representando a pessoa que emigrou do seu país e encontra-se dividida emocionalmente entre o local que a acolheu e o seu próprio país. A autora nos faz refletir sobre a percepção de que nosso lar pode ser o local de origem ou a experiência vivida de uma localidade e pelo cotidiano das relações sociais.

É a partir dessas vivências, carregadas de contradições, que podemos começar a imaginar o futuro da diáspora científica brasileira em Portugal. Afinal, estar entre lugares também nos permite sonhar com caminhos inéditos — para nós, para nossas pesquisas e para os vínculos entre países.

Horizontes abertos: perspectivas futuras para a diáspora científica brasileira em Portugal

Olhando para o futuro, percebemos que a experiência da diáspora científica brasileira em Portugal carrega em si tanto desafios quanto promessas. A travessia, com todas as suas turbulências, também nos oferece uma possibilidade rara: a de repensar os caminhos da ciência a partir de um lugar entre fronteiras, onde múltiplas vozes e saberes se encontram. A diáspora, nesse sentido, não é apenas deslocamento — é também fertilização cruzada, reinvenção de sentidos, criação de redes transnacionais de solidariedade e conhecimento.

Para que essa potência se concretize, é preciso mais do que boa vontade individual. É urgente, contudo, que esse movimento não se limite a uma adaptação individual aos centros acadêmicos europeus. É preciso tensionar as estruturas que produzem desigualdades dentro da ciência global, questionando quem decide o que é conhecimento válido, quais epistemologias ganham centralidade e como o saber se relaciona com os territórios de onde emerge. Como lembra Boaventura de Sousa Santos (Benzaquen, 2012), “não há justiça social global sem justiça cognitiva global”. O desafio está em tornar essa máxima uma prática concreta no cotidiano da produção

científica. Apesar das barreiras, há caminhos sendo abertos — e os pesquisadores brasileiros têm desempenhado um papel cada vez mais relevante nesse processo.

Nesse cenário, acreditamos que os pesquisadores brasileiros em Portugal — especialmente aqueles das áreas das ciências humanas, sociais e das artes — têm um papel estratégico a desempenhar. Podemos ser pontes entre mundos, mediadores de saberes, articuladores de redes que questionem os colonialismos epistêmicos ainda presentes na academia. Podemos contribuir para uma ciência mais plural, enraizada em valores de equidade, diversidade e cuidado.

Ao mesmo tempo, é fundamental que políticas públicas de apoio à mobilidade científica brasileira considerem as especificidades da diáspora. Incentivos que promovam não apenas o envio, mas também a permanência digna e o retorno qualificado desses pesquisadores, são fundamentais para fortalecer o diálogo entre universidades brasileiras e estrangeiras. Isso implica reconhecer que o “cérebro” que parte não se desliga do corpo coletivo de onde veio — e que sua atuação pode ser decisiva para a construção de uma ciência mais conectada com os problemas e potências do Sul Global.

A metáfora das andorinhas, que já nos guiou até aqui, volta a soprar seus ventos sobre o futuro: voos circulares, contínuos, tecidos de ida e volta — mais travessia do que destino e nos inspira a pensar na possibilidade de voos circulares, de migrações que não signifiquem perda ou ruptura definitiva, mas sim movimento contínuo entre espaços, ideias e afetos. Talvez o futuro da ciência brasileira esteja justamente nesse vai-e-vem, nesse bater de asas que, embora por vezes solitário, encontra força quando realizado em bando.

Seguimos, portanto, com os olhos no horizonte e os pés fincados em múltiplos territórios. A jornada continua — e, com ela, o desejo de transformar o voo em travessia compartilhada. Mas não falamos apenas em termos macroestruturais. Na prática, nossas decisões e vivências pessoais refletem diretamente os sentidos que atribuímos a essa travessia.

Ao longo do tempo, fomos aprendendo a lidar com as dificuldades e a aproveitar as oportunidades que a vida em Portugal proporciona. A experiência acadêmica e pessoal tem sido enriquecedora e permitiu expandir horizontes, tanto no aspecto profissional quanto no pessoal.

Como na vida tudo é equilíbrio, passamos a considerar as questões que nos fazem estar aqui vivendo, abrir mão da nossa pátria, família e amigos. A segurança, a qualidade de vida, as possibilidades de viver uma vida, razoavelmente boa, muitas vezes nos faz tomar a decisão de sair da nossa terra, por causa da violência, corrupção, e escassez de tantas oportunidades. Porém, a experiência pessoal é que, aqui sempre seremos estrangeiros, por mais que nos aceitem e tratem bem, nos adaptamos, lá no fundo sentimos que não pertencemos.

Quanto as dificuldades, lidar com a cultura diferente da nossa é desafiador, conviver com uma burocracia extrema, conseguir obter toda a documentação para poder residir de forma regular é extremamente exaustivo, lidar com interpretações diferentes da mesma legislação, cada pessoa a interpreta de forma diferente e isso é desanimador. Em Portugal o ensino superior público é pago, porém nem sempre conseguimos benefícios que um “nacional” consegue com mais facilidade.

Portugal tem sido um país muito procurado para viver, conheço uma comunidade de brasileiros imensa que faz doutorado como eu, porém, Coimbra não consegue atender a demanda que tem sido enorme, alojamentos extramente superfaturados, falta de disponibilidade de médicos para atendimento de saúde, enfim, embora os portugueses, em sua maioria são receptivos e hospitaleiros, a oferta é muito aquém do que está sendo demandado. Fica a pergunta, o que a embaixada brasileira tem feito para ajudar a comunidade brasileira que só cresce. Que políticas tem sido criada, implementadas para apoiar a diáspora científica dos emigrantes brasileiros que estão no país, produzindo ciência, tecnologia, inovação e fazendo pontes entre países?

Para o futuro, tenho como objetivo continuar me especializando e explorando oportunidades no mercado de trabalho europeu. Portugal representa uma porta de entrada para experiências internacionais e um ambiente propício para crescimento e inovação. Meu desejo é contribuir com minha área de atuação e, ao mesmo tempo, fortalecer a conexão entre Brasil e Portugal. Como menciona Murphy e Pacher (2022), “a mobilidade acadêmica proporciona um intercâmbio de conhecimentos que beneficia tanto o estudante quanto o país anfitrião”. Estudos como os de Carneiro *et al.* (2023) ressaltam a importância de políticas de engajamento para a diáspora acadêmica brasileira, promovendo colaborações e fortalecendo a ciência nacional mesmo à distância.

Meus planos para o futuro é finalizar o doutorado e voltar para minha terra, porém continuar a criar pontes entre os países. Continuar a desenvolver e pesquisar em parceria, ajudar no que puder aos emigrantes que escolham essa pátria para estudar, morar, investigar e se desafiar. Embora estrangeira, Portugal já é parte da minha história e será sempre uma terra possível de retorno, de reencontros e de recomeços.

Conclusão

Imigrar é um processo complexo, mas também transformador. A nossa jornada como representantes da diáspora científica brasileira em Portugal tem sido repleta de aprendizados e desafios, que nos tornaram mais resilientes e preparadas para o futuro. Atravessar fronteiras, tanto físicas quanto emocionais, é um processo contínuo, tal como o voo das andorinhas, que não se limita a um ponto de chegada, mas envolve ciclos de movimento, de ida e volta, e de constante adaptação.

Assim como as andorinhas, que, ao migrar, criam laços entre diferentes territórios, os imigrantes científicos brasileiros, ao se estabelecerem em Portugal, também têm a oportunidade de construir pontes entre o Brasil e o resto do mundo. Cada voo, cada passo em solo estrangeiro, carrega em si a promessa de um retorno que não significa ruptura, mas renovação. O conhecimento que acumulamos, as redes que formamos e os saberes que compartilhamos podem, ao final, ser devolvidos ao nosso país de origem, mas de uma forma ampliada e enriquecida.

Espero que este relato sirva como incentivo para outros que desejam trilhar um caminho semelhante, demonstrando que, com determinação e planejamento, é possível superar os

obstáculos e construir uma trajetória de sucesso em um novo país. Como apontam Carneiro *et al.* (2023), “o mapeamento da diáspora científica brasileira pode ser uma ferramenta valiosa para fortalecer redes de colaboração e ampliar as oportunidades de integração acadêmica e profissional no exterior”.

É importante, portanto, que aqueles que pretendem tornar-se emigrantes em terras portuguesas para estudar, trabalhar ou apenas conhecer outra cultura, saibam que o planejamento é essencial. Antes de vir, é recomendável conhecer a história do local, ouvir relatos de quem já passou pela experiência e estar preparados para momentos de empolgação, mas também de recolhimento e solidão. Cada desafio será uma oportunidade de aprendizado e crescimento. Como as andorinhas que voam para longe, mas retornam ao seu ponto de origem, nossa jornada de imigração é também uma travessia de constante movimento — entre o passado e o futuro, entre o Brasil e Portugal, entre os saberes que já conhecemos e os novos que ainda vamos descobrir.

E, assim, com os olhos no horizonte e os pés fincados em múltiplos territórios, seguimos. Pois, embora o voo seja solitário às vezes, ele se fortalece quando realizado em bando — e, no final, a travessia é sempre compartilhada.

Referências

- AMATO, G. (2021, 28 de abril). Itamaraty mapeia pesquisadores brasileiros em Portugal, que vai simplificar visto de estudo. *Portugal Giro - O Globo*. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/portugal-giro/post/itamaraty-mapeia-pesquisadores-brasileiros-em-portugal-que-vai-simplificar-visto-de-ensino.html>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BALBACHEVSKY, E.; SILVA, E. do C. e. A diáspora científica brasileira: perspectivas para sua articulação em favor da ciência brasileira. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 16, n. 33, p. 163–176, 2011. Disponível em: https://seer.cgee.org.br/parcerias_estrategicas/article/view/403. Acesso em: 13 abr. 2025.
- BRAH, A. *Cartographies of diaspora: contesting identities*. London: Routledge, 1996.
- BRUM, A. G. A história das políticas do Brasil para sua diáspora científica e tecnológica. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 13, n. 2, p. 1-20, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/70518>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- CARNEIRO, A. M.; GIMENEZ, A. M. N.; GRANJA, C. D.; BALBACHEVSKY, E.; CONSONI, F.; ANDRETTA, V. F. Diáspora brasileira de ciência, tecnologia e inovação: panorama, iniciativas auto-organizadas e políticas de engajamento. *Ideias*, Campinas, SP, v. 11, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/ideias.v11i0.8658500>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- CARNEIRO, A. M.; GIMENEZ, A. M. N.; AZEVEDO, L. F.; ROMOLO, R.; FERREIRA, V. K. Mapeando a diáspora científica brasileira no exterior: análises preliminares. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO E DIÁSPORA ACADÊMICA BRASILEIRA (CIMDAB), 2., 2023, Braga. Anais [...]. Braga: CIMDAB, 2023. Disponível em: <https://doity.com.br/anais/iicimdab/trabalho/291432>. Acesso em: 13 abr. 2025.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. London: Macmillan, 2009. 336 p.

CASTLES, S. Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology*, London, v. 37, n. 1, p. 13-34, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038503037001384>. Acesso em: 13 abr. 2025.

CNPq. Conhecimento Brasil aplica recursos do FNDCT em formação de redes internacionais e fixação de cientistas no país. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/conhecimento-brasil-aplica-recursos-do-fndct-em-formacao-de-redes-internacionais-e-fixacao-de-cientistas-no-pais>. Acesso em: 25 out. 2023.

FARGONI, E. H. E. Ciência, Trabalho e a fuga de cérebros do Brasil. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 101–115, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/2238-037X.2023.40156>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FRANÇA, T.; OLIVEIRA, S. P. de. Brazilian Migrant Women as Killjoys: Disclosing Racism in “Friendly” Portugal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 63, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809444920210630001>. Acesso em: 13 abr. 2025.

IORIO, J. *Trajetórias de Mobilidade Estudantil Internacional: estudantes brasileiros no ensino superior em Portugal*. 2018. 292 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018.

JUNIOR, E. S.; CUNHA, D. de O. da; ZOUAIN, D. M.; GONÇALVES, C. P. Produtivismo acadêmico e suas consequências para a produção científica na área de administração. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 343–374, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.317.103796>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MEYER, J. W.; BOLI, J.; THOMAS, G. M.; RAMIREZ, F. O. World society and the nation-state. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 103, n. 1, p. 144-181, 1997. DOI: 10.1086/231174.

MURPHY, M.; PACHER, C. Bridging the gap: Brain drain to brain circulation: Researching successful strategies to support effective change. *Procedia Computer Science*, [S. l.], v. 200, p. 556–565, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.procs.2022.01.253>. Acesso em: 13 abr. 2025.

OLTAMARI, A.; RAINHA, M.; OLIVEIRA, J. ‘Barriers to mobility and coloniality: dialogues with qualified Brazilian women in Portugal. In: ENANPAD, 46., 2022, Maringá. Anais [...]. Maringá: ANPAD, 2022.

SANTOS, B. de S. (2010). A Descolonização do Saber: as ciências sociais e a questão do eurocentrismo. In Santos, B. de S. (Org.), *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente*. São Paulo: Cortez Editora.

SEGUÍN, B.; SINGER, P. A.; DAAR, A.S. Scientific diasporas as an option for brain drain: re-circulaing knowledge for development. *Int. J. Biotechnology*, v.8, n. 1/2, p. 78-90, 2006. <https://doi.org/10.1504/IJBT.2006.008965>.

SLIWA, M.; AGUZZOLI, R.; BREWSTER, C.; LENGELER, J. Workplace accentism as a postcolonial and intersectional phenomenon: The experiences of Brazilians in Portugal. *Human Relations*, [S. l.], 2023. <https://doi.org/10.1177/00187267231198965>. Acesso em: 13 abr. 2025.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA. Doutorado em Ciência da Informação. Coimbra, 2024. Disponível em: <https://apps.uc.pt/courses/pt/course/6045>. Acesso em: 13 abr. 2025.



indicalismo e migrações: casos de Portugal, Itália e Brasil

Alba Valéria Oliveira Ficagna*

Andrea Poleto Oltramari**

Sandra Regina Cela***

No âmbito das Relações de Trabalho (RT), Marcelo Badaró Mattos, Paulo Terra e Raquel Varela (2017) afirmam que as Relações de Trabalho brasileiras merecem um olhar transnacional, uma vez que o Brasil passou por grandes fluxos migratórios, a saber, a forçada diáspora africana ocorrida por conta da escravização e a migração europeia do início do século XX, em cujo cenário coexistia a mão de obra escravizada e sem direitos ao lado de imigrantes europeus recém-chegados às fábricas do país na condição de trabalhadores.

No Século XXI, as RT apresentam-se em um cenário desfavorável a trabalhadoras e trabalhadores, em um contexto impactado por mudanças tecnológicas, econômicas, políticas, sociais, culturais e legais, no qual amplifica-se a necessidade de atuação dos sindicatos, em um capitalismo financeirizado (Antunes, 2018; Fraser & Jaeggi, 2020), sustentado pelo neoliberalismo.

* Doutoranda do Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Admin – PPGA/EA / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. albafica@terra.com.br.

** Docente e pesquisadora do Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Admin – PPGA/EA / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul SOCIUS / Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa (ISEG/UL). andreaoltr@gmail.com.

*** Doutoranda do Prog de Pós-Grad em Admin/Esc de Admin – PPGA/EA / UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. sandra.cela@ufrgs.br.

Desse modo, o contexto do trabalho é impactado sobremaneira por esta conjuntura, cujas implicações vão desde o desemprego, passando pela existência de diferentes tipos de contrato, diferentes espaços laborais, extinção e criação de atividades profissionais, exigência de novas habilidades, entre outras realidades que acabam por afastar empregados de seus sindicatos. Além das reformas pró-mercado (Fraser, 2019), o afastamento da classe trabalhadora dos sindicatos também é motivado pela sedutora e falsa noção de liberdade (Fraser & Jaeggi, 2020) propagada, pelo estímulo ao mérito individual, pela busca obstinada por “resultados” e pelo incentivo ao empreendedorismo (Antunes, 2018).

No Brasil, desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, quando o sistema sindical foi implantado no país, não se tinha vivenciado tamanho revés à luta da classe trabalhadora como os retrocessos causados pela Reforma Trabalhista do governo de Michel Temer, em 2017. Para Lúcio (2020, 2021), empresários, congresso e o então governo colocaram-se contra a sobrevivência das entidades de classe, na medida em que atacaram o financiamento sindical.

Esse ataque às lutas da classe trabalhadora, por meio do enfraquecimento dos sindicatos, compõe também o cenário internacional, uma vez que, “diante da produção transnacionalizada, da diminuição de empregos, e das pressões associadas à redução dos marcos regulatórios dos Estados nacionais em competição, os sindicatos, antes nacionalmente focalizados, agora procuram, cada vez mais, aliados estrangeiros.” (Fraser, 2009, p. 14-15). Isto posto, torna-se premente a busca por fortalecer as entidades sindicais, ultrapassando as fronteiras dos estados Nacionais. Assim, este texto objetiva refletir acerca do sindicalismo e das migrações de Portugal, Itália e Brasil.

Material e Métodos

O estudo adotou abordagem qualitativa, com análise em fontes bibliográficas e documentais. Acerca da pesquisa qualitativa, Souza (2014, p. 11) registra que se faz “necessário trazer à tona formas qualitativas que estejam mais antenadas com as demandas contemporâneas de pesquisa”, que possam romper com a noção de ciência neutra e com o positivismo científico empregado nas ciências sociais. Nesse sentido, o objeto ora proposto para estudo emerge como uma demanda do Séc. XXI. Os documentos analisados, por meio de análise de conteúdo (Franco, 2021), foram materiais de divulgação, mídias e registros audiovisuais, além de bibliografias sobre o tema.

Sindicalismo e migrações: Brasil, Portugal e Itália

No que tange ao Brasil e a Portugal, Fernandes, Peixoto e Oltramari (2021) assinalam que, nos mais de cinco séculos de relação entre os dois países, as migrações foram variadas, com fluxos abundantes ou reduzidos, conforme cada período histórico e contexto político, administrativo e econômico. Ainda no início do século XX, com as subvenções à imigração por parte do governo (Mattos, 2003), também os imigrantes italianos chegaram ao Brasil, compondo a força

de trabalho brasileira e participando, junto aos já residentes no país, dos primeiros movimentos operários, até a legalização do sindicalismo, na década de 1930, e a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), na década de 1940.

Assim, considera-se que a legislação de imigração brasileira passou por um processo de evolução no que tange aos Direitos Humanos (Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul-SINPRO/RS, 2016), desde o antigo Estatuto do Estrangeiro até a Lei de Migração, a qual passou a ter conformidade com a Constituição Federal de 1988. Para Vieira e Costa (2020, p. 472), houve um aperfeiçoamento, visto que a nova Lei de Migração especifica direitos de migrantes e familiares em situação regular, entre estes, o direito de reunião com fins políticos e o de livre associação, como o direito sindical.

Em 2017, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) alterou a Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social (Declaração MNE), que havia sido negociada e adotada por governos, empregadores e trabalhadores, em 1977, de tal forma que “a atualização se destina a fornecer uma visão prospectiva sobre as abordagens e compromissos permitindo que os trabalhadores e os sindicatos possam aplicar de forma eficaz a Declaração MNE na prática” (OIT, 2022, p. 6). Esta Declaração teria o escopo de que as empresas multinacionais promovessem trabalho digno, com progresso econômico e social, evitando e mitigando impactos negativos das suas atividades (OIT, 2022). Contudo, estas empresas multinacionais vêm contribuindo para o aumento da precarização do trabalho. Assim:

Ainda que as regulações laborais conquistadas pela classe trabalhadora nas economias centrais fossem muito mais amplas que as incorporadas na periferia do capitalismo, as políticas de retirada de direitos, encetadas desde a década de 1980, promoveram uma ampliação da insegurança estrutural dos trabalhadores e trabalhadoras frente ao mercado de trabalho. Mesmo assim, permanecem sendo profundas as diferenças entre as relações laborais nas economias capitalistas centrais e periféricas, o que se reflete também em diferentes graus de precariedade. (Mattos; Terra, 217, p. 206).

Dessa forma, a discussão sobre a estrutura, organização e as lutas sindicais ganha espaço além das fronteiras nacionais. No que tange ao movimento sindical brasileiro, este “se estruturou de forma híbrida, com unicidade sindical nas entidades de base (sindicatos) e pluralidade sindical nas entidades de grau superior (federações, confederações e Centrais Sindicais).” (DIEESE, 2023, p. 87). No âmbito internacional, existem duas grandes correntes sindicais às quais as entidades brasileiras buscam interlocução, quais sejam, a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Federação Sindical Mundial (FSM). Estas correntes sindicais participam de discussões internacionais, inclusive com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), BRICS Sindical e outros organismos e buscam lutar e resistir aos ataques da nova fase do capitalismo neoliberal. (Mirhan & Santana, 2023).

Na Itália, Carbonai (2010) desenvolveu um estudo empírico para destacar as novas formas de participação social no país, a fim de analisar padrões e tendências da democracia sindical e a cultura política da Itália. O autor analisa o nível de confiança da população italiana nas

instituições, entre estas, os sindicatos, e assenta que, apesar de as pontuações não serem muito elevadas, sobre se o sindicato desempenha suas funções de proteção e promoção dos trabalhadores, há propensão dos “satisfeitos” aparecerem entre os favoráveis. O estudo “não evidencia uma mudança na cultura sindical, mas sim um profundo questionamento social da participação, desejo de escolha, que poderá encontrar uma resposta política e sindical ainda mais ampla: a crise institucional corresponde a uma ampla exigência de participação social.” (Carbonai, 2010, p. 303-304).

Ainda, é possível mencionar o caso português, relatado pelo líder sindical da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional – CGTP/IN, João Carlos Coelho, no Fórum Social Mundial – 2023¹, realizado em Porto Alegre, no Brasil. O sindicalista apresentou a realidade dos trabalhadores portugueses, que não é diferente dos brasileiros, quanto à precarização do trabalho e aos ataques às políticas socioeconômicas e aos trabalhadores do setor público e privado.

Sindicatos portugueses têm promovido ações de resistência, entre elas, algumas greves. Em Portugal, em que pese a quarta revolução tecnológica, a jornada de trabalho é uma das mais altas da Europa, pois, ainda que exista a previsão legal de 35 horas semanais, a maioria dos trabalhadores portugueses trabalham em média 41 horas semanais. O líder sindical ainda aponta os ataques globais do capital, com desregulamentação das relações de trabalho e implementação de novas formas de organizá-lo, promovendo o isolamento e transferindo custos aos trabalhadores. (Coelho, 2023).

Isto posto, esta insegurança nas relações de trabalho que se buscou discutir aqui é vivenciada, em maior ou menor grau, por migrantes, ensejando uma ação sindical ampla e integrada entre as entidades sindicais em nível mundial. A participação das bases, em especial, de trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros, é uma questão a ser pensada por entidades sindicais mundiais, para que se adotem estratégias de inclusão de imigrantes. No Brasil, essa ideia está contemplada nas discussões e proposições de um novo marco legal (Lúcio, 2021; Galvão, 2021).

Dada a conjuntura internacional em que o mercado financeiro, as *offshores* e estruturas de governança da economia global determinam “quem trabalha por um salário e quem não” (Fraser, 2009, p. 28), as perspectivas sindicais passam por uma articulação das entidades, que rompa com as fronteiras territoriais.

Conclusões

O texto buscou examinar o sindicalismo e as migrações portuguesas e italianas ao Brasil, em um contexto globalizado e precarizado, cujas inferências apontam na direção de pautas e lutas comuns às entidades sindicais. Em especial, o grande desafio do sindicalismo contemporâneo

¹ Informações verbais obtidas pela retransmissão do evento na TV Assembleia Legislativa do RS. Com o tema “Democracia, direitos dos povos e do planeta – Outro mundo é possível”, o Fórum Social Mundial (FSM) foi realizado de 23 a 28 de janeiro de 2023, na Assembleia Legislativa.

é mobilizar as bases para que participem das lutas de suas categorias e da sociedade como um todo.

Fraser e Faria advogam na direção de uma inescusável participação paritária, ou democracia direta, como forma de incluir nos processos decisórios todos aqueles alijados social, econômica, cultural (Fraser, 2009, 2019) e emocionalmente (Faria, 2017) da sociedade. Assim, Fraser (2009, p. 30) cita Manuel Castells (1996), para quem “as forças que cometem injustiça pertencem não ao ‘espaço dos lugares’, mas ao ‘espaço dos fluxos’”, qual seja, aos movimentos do capital e do trabalho, os quais exorbitam as linhas territoriais dos Estados nacionais, o que implica em uma ampliação do escopo sindical.

Por conseguinte, faz-se necessário ampliar a base social do sindicalismo, no sentido de incorporar precários, mulheres, jovens, negros e imigrantes (Galvão, 2021). Deste modo, torna-se premente valorizar a troca de informações entre países, com a articulação do sindicalismo no mundo.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARBONAI, D. Las perspectivas de la democracia sindical en Italia: el referéndum de los trabajadores. The prospects of Union democracy in Italy: workers referendum. **Polis, Revista de La Universidad Bolivariana, Lovaina**, Bélgica, v. 9, n. 27, p. (383–397), 2010.

CONFEDERAÇÃO GERAL DOS TRABALHADORES PORTUGUESES – INTERSINDICAL NACIONAL – CGTP/IN. Migrações: Encontro de Sindicalistas, Conselheiros das Comunidades e Dirigentes Associativos de língua Portuguesa na Europa. 09 nov. 2023. <https://www.cgtp.pt/cgtp-in/areas-de-accao/internacional/migracoes/19425-encontro-de-sindicalistas-conselheiros-das-comunidades-e-dirigentes-associativos-de-lingua-portuguesa-na-europa>

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Dicionário de atividades sindicais**. São Paulo: DIEESE, 2023.

FARIA, J. H. de. **Poder, Controle e Gestão**. Curitiba: Juruá, 2017.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer** (Portuguese Edition). Autonomia Literária. Edição do Kindle, 2019.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, 77, p. 11–39, 2009.

FRASER, N.; JAEGGI, R. **Capitalismo em Debate**: uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 2021.

GALVÃO, A. Desafios político-ideológicos e organizativos para o sindicalismo do futuro. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e Do Trabalho**, 3, 2021. <https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.15955>

LÚCIO, C. G. A reforma das relações sindicais volta ao debate no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 98, 127–142, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3498.009>

LÚCIO, C. G. (2021). O futuro do sindicalismo brasileiro em um mundo do trabalho em mudança. **RBEST Revista Brasileira de Economia Social e Do Trabalho**, 3. <https://doi.org/10.20396/rbest.v3i00.15794>

MATTOS, Marcelo Badaró. **O Sindicalismo brasileiro após 1930** (Descobrindo o Brasil). Rio de Janeiro: Zahar, 2003. Edição do Kindle.

MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. Relações de trabalho no Brasil (1970-2010): inserindo a precarização e a informalização em um quadro mais amplo. In: MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz; VARELA, Raquel. **História das relações de trabalho: Brasil e Portugal em perspectiva global**. Rio de Janeiro: Consequências, 2017.

MIRHAN, L.; SANTANA, N. (2023, September 04). Em defesa do fortalecimento sindical. [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=aR6-BSxMUZQ>

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Declaração da OIT sobre Empresas Multinacionais**: Como pode beneficiar os trabalhadores? Organização Internacional do Trabalho, Bureau para as Atividades dos Trabalhadores. (ACTRAV) – Genebra: OIT, 2022.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL (SINPRO/RS). Lei de Imigração com foco nos direitos humanos. **Jornal Extra Classe**. Porto Alegre/RS. 7 dez. 2016. Disponível em: Acesso em: 30 abr. 2025.

SOUZA, E. M. de. Apresentação. In: Souza, Eloisio Moulin de (org.). **Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014.

VIEIRA, Luciane Klein; COSTA, Vitória Volcato da. As Contribuições Técnicas do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL para a Implementação da Lei de Migração, no Brasil. In: RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luis Renato; BAENINGER, Rossana (org.). **Nova Lei de Migração**: os três primeiros anos, Campinas, NEPO/Unicamp, 2020.



Alfabetização cultural crítica, migração e equidade educativa

Taluana Laiz Martins Torres*

Estudos apontam o crescimento de processos migratórios em todo mundo e um grande desafio é a construção de sociedades que reflitam a inclusão social. Assim, a educação da infância e juventude migrante é necessária e relevante. Entretanto, estudos sobre migração e educação ainda são escassos e o estudante migrante é considerado “sujeito ausente” na política educacional brasileira (Oliveira 2020).

Nesse contexto, apresento apontamentos iniciais de uma pesquisa de pós-doutorado¹, em andamento, desenvolvida junto à Universidade de Barcelona e que pretende analisar em que medida processos de alfabetização cultural crítica geram efeitos que contribuem para o enfrentamento das desigualdades internas às escolas, especialmente em contextos de significativa presença de estudantes migrantes.

O projeto faz parte de uma pesquisa internacional mais abrangente, liderada pelo grupo europeu Expect_Art² e tem como objetivo geral identificar medidas e barreiras existentes para a alfabetização cultural crítica na educação artística, educação através das artes e uso das artes na educação nacional e local.

* Pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, UNESP. Pesquisadora de Pós-doutorado na unidade de Pedagogias Culturais da Universitat de Barcelona. E-mail: ttaluana@hotmail.com.

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

² A pesquisa apresentada no presente texto forma parte do projeto Exploring and Educating Cultural Literacy Through Art / EXPECT_Art (101132662 / HORIZON-CL2-2023-HERITAGE-01-07).

Nesse contexto, a presente investigação se dedica ao seguinte problema: processos de alfabetização cultural crítica geram efeitos que contribuem para o enfrentamento das desigualdades internas às escolas? O objetivo é identificar os limites e potencialidades da alfabetização cultural crítica e verificar se tal inovação educacional permite desenvolver maior inclusão social e equidade em escolas com forte presença de estudantes migrantes.

Tendo em vista que a literatura científica sobre educação e migração no Brasil é escassa, a relevância da proposta se justifica pois contribuirá para o avanço do conhecimento sobre o tema, fornecendo subsídios para o debate da alfabetização cultural crítica e equidade educacional pautado na diversidade cultural.

A alfabetização cultural crítica, considerada uma competência essencial que os estudantes necessitarão no século XXI, propõe o envolvimento positivo com a diversidade e se constitui como prática dialógica possibilitada por encontros construtivos sobre o que significa ser diferente do outro. Tal enfoque inclui repertórios como a arte de rua, o *hip hop*, entre outros e atualmente é utilizado por países europeus como ferramenta pedagógica em escolas com alta diversidade, o que indica sua potencialidade para promover inclusão.

De acordo com o grupo Expect_Art (2024, p.8) a noção de alfabetização cultural crítica “é alimentada pela virada da alfabetização cultural no sentido de incluir perspectivas ligadas às interseccionalidades (de gênero, etnia, sexualidade, religião, cultura, classe social...). Essas perspectivas exigem respostas complexas para abordar práticas comuns da vida”. Além disso, a alfabetização cultural crítica possui uma agenda emancipatória e se interessa pelas práticas e expressões culturais de grupos e comunidades marginalizadas.

A partir dos princípios de Tilio (2019), a proposta da alfabetização cultural crítica do Expect_Art implica: 1) desafiar os estudantes a desconfiar e questionar tudo que é naturalizado como normal; 2) trabalhar a educação para a justiça social, com compromisso para a mudança social, desestabilizando o conhecimento naturalizado e padronizado; 3) questionar as representações, já que estas são narrativas socialmente construídas; 4) defender a construção de uma base de conhecimento sólida, que promova o estranhamento e distanciamento crítico de ideias e perspectivas já conhecidas; 5) criar condições transformadoras para a autorreflexão, que contribua para o crescimento pessoal; 6) manter as expectativas altas, presumindo que os/as alunos/as possam participar de uma discussão madura e se transformar.

Considerando que a proposta do Expect_Art está vinculada a práticas artísticas, também são apontados desafios que Freedman e Hernández-Hernández (2024) indicam para o projeto de alfabetização cultural crítica. Tais desafios implicam promover a equidade e dismantlar o colonialismo; permitir conexões de cuidado entre as pessoas; incentivar o uso consciente de mídias; chamar a atenção para o poder da cultural visual para a ação social e, por fim, usar evidências para oferecer aos estudantes oportunidades mais eficazes de criar e estudar artes de maneira individual e coletivamente significativa.

Sobre o primeiro desafio apontado, pesquisadores defendem a relevância do estudo da equidade tendo em vista o papel da educação no desenvolvimento das pessoas (Formichella, 2011;

Sen, 1999; Thomas, Wang e Fan, 2002), enquanto outros destacam a importância do debate para construção de uma sociedade mais justa, na medida em que as oportunidades das pessoas sejam iguais (Formichella, 2014).

Vanda Ribeiro (2014), por sua vez, explica que uma educação que garanta qualidade e equidade é aquela que promove o mais alto nível escolar ao maior número de estudantes e sobretudo aos menos favorecidos socialmente, sendo capaz de corrigir desigualdades em favor de quem tem menos na distribuição de bens sociais.

Anna Jolonch (2017) salienta que não há dúvidas de que uma educação de qualidade, inovadora e que promova equidade é a chave principal para colocar em prática projetos de desenvolvimento científico e tecnológico em países que pretendem combater a exclusão e se tornar mais democráticos, justos e inclusivos. Entretanto, o debate sobre a análise da qualidade da educação é extremamente complexo e deve contemplar o sentido ético-político da concepção dos direitos humanos fundamentais e da educação como direito social, cuja finalidade consiste em potencializar a dignidade humana, a autonomia e a liberdade, contribuindo para a formação de pessoas como sujeitos de direitos (Lozano, 2018).

Assim, a presente proposta de pesquisa também visa a garantir o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4, que consiste em assegurar educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Com efeito, Bartlett e Bajaj (2023, p.2) também destacam que para atender às necessidades de estudantes migrantes é necessário humanizar a educação: “a educação humanizadora se desenvolve entre educadores e estudantes apoiados em abordagens dialógicas e culturalmente relevantes que afirmam as histórias, heranças e humanidade dos estudantes e de suas comunidades”.

Segundo Oliveira (2020), apesar do número de matrículas de estudantes migrantes nas escolas brasileiras tenha mais que dobrado em oito anos (entre 2008 e 2016) e, somado ao fato que a maioria de alunos/as são acolhidos em redes públicas de ensino (64% do total), essa população não tem recebido atenção suficiente da literatura acadêmica (Bartlett, Rodríguez e Oliveira, 2015) e o estudante migrante é considerado “um sujeito ausente” nas políticas educacionais do país (Oliveira, 2020).

Dessa maneira, conhecer e analisar iniciativas voltadas a esse público que estão sendo implementadas em outros países – não com vistas a reproduzi-las, dado que a complexa variabilidade impossibilitaria qualquer intento nesse sentido, mas como possibilidade de analisar experiências e desafios concretos, bem como compreendê-las em sua complexidade – pode oferecer ferramentas úteis e servir de inspiração para pensar a realidade educacional brasileira, no intuito de produzir conhecimentos que podem gerar efeitos em termos de equidade e superação de desigualdades educacionais.

Percurso metodológico

A pesquisa adota os pressupostos da abordagem qualitativa que, conforme Martins (2004, p. 292), enfatiza a análise de “microprocessos” por meio da investigação acerca de vivências

sociais individuais e grupais. Os instrumentos de coleta de dados são: observações, diário de campo, entrevistas e análises dos documentos elaborados pelas escolas.

Utilizaremos a perspectiva da etnografia crítica, que permitirá a compreensão dos fenômenos “de dentro” da realidade estudada e o desenho de pesquisa baseado na comunidade, que se centra nas desigualdades sociais, estruturais e físicas do ambiente através do envolvimento ativo dos membros da comunidade escolar e dos investigadores em todos os aspectos do processo de estudo (Israel et al., 1998). Assim, pesquisadores/as e parceiros/as contribuem com sua experiência para melhorar a compreensão de um determinado fenômeno e para integrar os conhecimentos adquiridos em ações que beneficiem a comunidade envolvida.

Outro aspecto relevante e que se constitui como desafio é o caráter dialógico e cooperativo de tais perspectivas de investigação, pois exigem um contínuo e profundo diálogo com os/as participantes do estudo, demandando o envolvimento ativo e constante do pesquisador/a com os/as colaboradores/as para a construção de conhecimentos significativos (Madison, 2005; Jiménez, 2016).

André (1997, p. 30) destaca que uma pesquisa pode ser caracterizada como de tipo etnográfico em educação quando se utiliza de técnicas que tradicionalmente são associadas à etnografia, como a observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos. Segundo Mainardes e Marcondes (2011, p. 434), a etnografia crítica “demanda uma preocupação não apenas com a técnica, mas também com implicações mais profundas, tais como, as teorias que fundamentam a pesquisa, o nível de reflexividade do pesquisador e a necessária perspectiva de historicidade dos fenômenos investigados”. Nesse sentido, Esteban (2010, p.164) destaca que a etnografia educacional permite desvelar a complexidade dos fenômenos educativos e “possibilita às pessoas responsáveis pela política educacional e aos profissionais da educação um conhecimento real e profundo dos mesmos, orientando a introdução de reformas e inovações assim como a tomada de decisões”.

A primeira etapa da pesquisa consiste no amplo estudo da literatura relacionada ao tema da alfabetização cultural crítica e migração por meio de levantamentos bibliográficos em bases de dados nacionais e internacionais, entre elas: Web of Science, biblioteca eletrônica Scielo (Scientific Electronic Library Online), Portal de periódicos da CAPES, Scopus, entre outras relevantes para a temática estudada. Após o levantamento da produção bibliográfica, serão selecionados os artigos, livros e documentos mais relevantes para o estudo.

Será realizado, em etapa posterior, levantamento, estudo e análise dos documentos elaborados e utilizados pelas duas escolas que farão parte da investigação. Os documentos serão: projetos pedagógicos e planos de trabalho produzidos pelas instituições educativas e professores/as, que servirão para identificar como os temas da alfabetização cultural e diversidade são compreendidos, problematizados e abordados nas práticas escolares.

Diante de tais considerações, será realizada uma análise transversal dos materiais que irão compor a base documental da pesquisa, com vistas a obter resultados que indiquem como se apresentam e se afirmam as discussões sobre a alfabetização cultural crítica e migração no momento atual para, posteriormente, cotejá-las com os dados das escolas observadas.

A segunda fase, em desenvolvimento, é do trabalho de campo propriamente dito, que implica a observação e participação nas dinâmicas de alfabetização cultural de duas escolas com forte presença de estudantes migrantes. A primeira escola observada está situada na cidade de Barcelona, região da Catalunha/Espanha.

A observação participante configura-se como “processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica” (Minayo, 2012, p.70). Implica, portanto, saber ver, ouvir, captar as expressões corporais dos sujeitos e seus significados, gestos, emoções, silêncios, pormenores e contradições não expressos em palavras, mas que estão implicitamente enunciados. Trata-se de um longo processo de relação com os interlocutores, no qual ocorre a participação direta do pesquisador na vida social e no cenário cultural dos sujeitos pesquisados, assim, é preciso considerar que: “o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente” (Minayo, 2012, p.70). Dessa maneira, é preciso ter em conta que tais interferências são inevitáveis e devem ser objeto de reflexividade por parte da pesquisadora no processo de investigação.

Para registro dos dados coletados é utilizado o caderno de campo, com destaque para a descrição de elementos como os ambientes, participantes, suas falas, características, as relações estabelecidas entre eles, bem como os eventos observados. De acordo com Jiménez (2016, p.9) a etnógrafa ou etnógrafo crítico “utiliza como técnica principal para recoger la información, las anotaciones de campo tomadas *in situ*, o después del evento observado, tan pronto como le sea apropiado”. As reflexões, indagações e perspectivas da pesquisadora também estão sendo registradas no caderno de campo, utilizado como instrumento reflexivo na análise posterior dos dados.

Para complementação dos dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores/as e estudantes para analisar e refletir sobre o impacto da alfabetização cultural no trabalho pedagógico e na vida dos estudantes migrantes.

A técnica da entrevista semiestruturada consiste na aplicação de perguntas abertas, que seguem um esquema preestabelecido, porém sujeito a adaptações, decorrentes do próprio percurso da entrevista (Flick, 2013). O uso da entrevista, no estudo dos fenômenos sociais, permite captar dados “subjetivos”, propiciando a identificação dos significados que as pessoas dão às suas práticas, em função do campo de relações que estabelecem em situações sociais e culturais determinadas.

Para as entrevistas, serão elaborados roteiros e observadas às questões éticas inerentes a pesquisa com seres humanos. Para participarem das entrevistas serão convidados aqueles sujeitos que demonstrarem interesse em participar e contribuir com o estudo, visto que a interação entre a pesquisadora e os sujeitos colaboradores é fator relevante para o levantamento de dados significativos.

A terceira e última fase da investigação consistirá na sistematização dos dados, passo que, de acordo com André (1997, p. 63), “leva, mais uma vez, o pesquisador a dialogar com a teoria e

com os dados, num movimento de vaivém que envolve rearranjos, recomposições, abstrações e que culmina em nova estruturação do real”.

Considerações preliminares

Em resumo, a pesquisa pretende analisar os efeitos da alfabetização cultural crítica nas escolas com significativa presença de estudantes migrantes. Nesse contexto, se dedica ao seguinte problema: processos de alfabetização cultural geram efeitos que contribuem para o enfrentamento das desigualdades internas às escolas? A literatura científica não prima por informação abundante sobre o tema, aspecto para o qual o presente trabalho pretende oferecer contribuições.

Embora o foco seja a população migrante, a investigação não se restringe a esse público e seus resultados podem servir a outros contextos, tendo em vista que o Brasil é um país que agrega enorme diversidade cultural, que nem sempre é valorizada e trabalhada positivamente dentro das escolas.

Ademais, a incorporação de estudos e bibliografia científica produzida por pesquisadores e estudiosos de diversos países sobre alfabetização cultural crítica, educação de estudantes migrantes e inovação educacional também será disponibilizada, contribuindo qualitativamente para subsidiar outros estudos, podendo ser utilizada para a tomada de decisões e implementação de propostas nos sistemas educativos.

Nesse sentido, não podemos esquecer que a migração é fenômeno social complexo e um dos grandes desafios dos sistemas educativos é, e continuará sendo, a acolhida da infância e juventude migrante. Segundo Arroyo-Gonzalez e Berzosa-Ramos (2021, p.611): “nossa sociedades serão ainda mais multiculturais e as questões referentes a inclusão do estudante migrante na escola será cada vez mais importante no debate educativo”, tendo em vista o considerável crescimento de fluxos migratórios compostos por crianças e jovens na última década (Norões, 2021, p.422).

Portanto, a produção de conhecimentos sobre a alfabetização cultural crítica nas escolas e seus efeitos pretende oferecer contribuições significativas para construção de uma educação que promova a equidade em contextos multiculturais ricos e complexos.

Referências

ANDRÉ, Marli E. D. Afonso de. Tendências atuais da pesquisa na escola. Cad. CEDES, Campinas, v. 18, n. 43, p. 46-57, 1997. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621997000200005>> Acesso em 10 nov. 2023.

BARTLETT, Lesley; BAJAJ, Monisha. Educação Humanizadora para Jovens Imigrantes e Refugiados. Educação & Realidade, v. 48, p. e136077, 2023.

BARTLETT, Lesley; RODRIGUEZ, Diana; OLIVEIRA, Gabrielle. Migração e educação: perspectivas socioculturais. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1153-1171, 2015.

ESTEBAN, Maria Paz S. Pesquisa qualitativa em educação: fundamentos e tradições. Trad.: Miguel Cabrera. Porto Alegre: AMGH, 2010.

- EXPECT_ART. Review Report: Cross-disciplinary review of scientific literature on Cultural Literacy and Arts Education, 2024. Disponível em: <https://www.expectart.eu/deliverable-2-1/>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- FIONA, Maine; COOK, Victoria; LÄHDESMÄKI, Tuuli, Reconceptualizing cultural literacy as a dialogic practice, *London Review of Education*, v.17, n.3, p.383–392, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18546/LRE.17.3.12>. Acesso em: 19 jul. 2024.
- FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.
- FORMICHELLA, María M. Análisis del concepto de equidad educativa a la luz del enfoque de las capacidades de Amartya Sen. *Revista Educación*, v. 35, n.1, p.1-36, 2011.
- FORMICHELLA, Maria M. Índice de Inequidad Educativa Básica: una propuesta de medición de la Equidad Educativa Interna en Latinoamérica. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, [S. l.], v. 22, p. 1, 2014.
- FREEDMAN, Kerry; HERNÁNDEZ, Fernando. Imagin futures for visual arts education: sliding art curriculum off its historical foundations. In: FREEDMAN, Kerry; HERNÁNDEZ, Fernando (Eds.) *Curriculum, culture and art education*. New York: SUNY press, 2024.
- ARROYO-GONZÁLEZ, M. José; BERZOSA-RAMOS, Ignacio. Twenty years of research on immigration and school in Spain: taking stock of some of the lessons learned, *Culture and Education*, v.33, n.4, p.597-632, 2021.
- HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO-GIL, Juana M.; ARROYO-GONZÁLEZ, María J. The importance and necessity of researching emigration and its relationship with school education. *Culture and Education*, v.33, n. 4, p.585-596, 2021.
- ISRAEL, Barbara; SCHULZ, Amy; PARKER, Edith; BECKER, Adam. Review of community-based research: Assessing partnership approaches to improve public health. *Annual Review of Public Health*, v.19, p. 173-202, 1998.
- JOLONCH, Anna. *Sistemes educatius que aprenen: un horitzó estratègic per a Catalunya*. Barcelona: Consell Superior d'Avaluació del Sistema Educatiu, 2017.
- LOZANO, Eduardo A. Educación de calidad desde la perspectiva de los derechos humanos. *Sophia, Armenia*, v. 14, n. 2, p. 15-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-89322018000200015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2024.
- MADISON, D. S. *Critical Ethnography: method, ethics and performance*. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Reflexões sobre a etnografia crítica e suas implicações para a pesquisa em educação. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 425-446, 2011.
- MARTINS, Heloisa H. de S. *Metodologia qualitativa de pesquisa*. Educação e Pesquisa. São Paulo: USP, v. 30, n.2, maio/ago, 2004.
- MINAYO, Maria C. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- MULLER, W. The contribution of “cultural literacy” to the “globally engaged curriculum” and the “globally engaged citizen. *The Social Educator*, v.24, n.2, p.13–15, 2006.
- NORÕES, Katia. Migração infantil e educação: entre silêncios e urgências no acesso a direitos. *Zero-a-seis, Florianópolis*, v.23, n.43, p.420-443, 2021.
- OLIVEIRA, Dalila A. O imigrante na política educacional brasileira: um sujeito ausente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2013655, 2020.

RIBEIRO, Vanda M. Que princípio de justiça para a educação básica? *Cadernos de Pesquisa*, v.44, n.154, p. 1094-1109, out-dez. 2014.

SEDMAK, Mateja; HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO-GIL, Juana M.; GORNIK, Barbara. Reflection on migrant children's integration and the role of education. In: SEDMAK, Mateja; HERNÁNDEZ, Fernando; SANCHO-GIL, Juana M.; GORNIK, Barbara (Eds.). *Migrant children's integration and education in Europe approaches, methodologies and policies*. Barcelona: Octaedro, 2021.

SHLIAKHOVCHUK, Elena. After cultural literacy: new models of intercultural competency for life and work in a VUCA world, *Educational Review*, v.73, n.2, p.229-250, 2021.

THOMAS, V.; WANG, Y.; FAN, X. A new dataset on inequality in Education: Gini and Theil indices of schooling for 140 countries, 1960-2000. *World Bank's paper*, 2002.

TILIO, Rogério. Uma pedagogia de letramento sociointeracional crítico como proposta para o ensino de línguas na contemporaneidade por meio de uma abordagem temática. In: FINARDI, K.; SCHERRE, M.; VIDON, L. (Eds.). *Língua, discurso e política: desafios contemporâneos*. Campinas: Pontes, 2019.



programa Au Pair como estratégia migratória e de inserção laboral de brasileiras na Alemanha

Roberta Guimarães Peres*

Ana Lage Martins**

Embora a migração de mulheres não seja um fenômeno recente (MOROKVASIC, 1984; 2003; ASSIS, 2007; PERES, 2009), é a partir da segunda metade do século XX, que o fluxo das migrações femininas e os estudos migratórios relacionados a gênero avançam, a partir das reflexões do movimento feminista acerca das migrações, especialmente das migrações internacionais (PERES E BAENINGER, 2012). As diferenças entre homens e mulheres como sujeitos sociais construídos dentro dos movimentos migratórios viabilizou a compreensão das trajetórias das mulheres em diversas esferas, como na família e no mercado de trabalho (ASSIS, 2007; BOYD; GRIECCO, 2003; PERES; BAENINGER, 2012).

Nesse sentido, o trabalho reprodutivo, reservado às mulheres na esfera privada, juntamente com o advento da globalização, construiu uma divisão sexual do trabalho a serviço do mercado globalizado do cuidado (HIRATA, 2016, 2022). Sob esta perspectiva, são as mulheres, sobretudo migrantes racializadas do Sul global, que realizam o trabalho essencial que responde à demanda das consequências do envelhecimento populacional e das necessidades básicas para a realização do trabalho produtivo de trabalhadores (HIRATA, 2022).

* Professora adjunta da Universidade Federal do ABC. Socióloga e demográfica, credenciada no Bacharelado em Ciências e Humanidades, Bacharelado em Políticas Públicas. Coordenadora adjunta do Observatório das Migrações em São Paulo e integrante do GPop - Grupo de Estudos de População da UFABC.

** Mestranda em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC.

Partindo desse ponto e considerando a dinâmica da inserção de mulheres latinas neste tipo de mercado laboral, há estereótipos que descriminalizam suas vidas (COX, 2015, LISBOA, 2007; HIRATA, 2016, 2022). As mulheres latinas “são valorizadas por serem “mais submissas” que as mulheres brancas, e “menos agressivas” que as mulheres pretas” (COX, 2015, p. 166). Tais estereótipos são legados dos processos de colonização e da manutenção desses processos, os quais permanecem sendo utilizados como instrumentos de dominação (VERGÈS, 2020). Assim, os marcadores sociais da diferença, como raça, classe e nacionalidade revelam quem cuida de quem e de que maneira. Conforme Piscitelli (2008), as latinas de pele mais clara estão sujeitas ao mercado matrimonial, ao passo que as mulheres de pele mais escura estão voltadas ao mercado doméstico e de cuidado.

Uma das respostas a esse mercado do cuidado, imbricado aos marcadores sociais da diferença mencionados, é o programa de intercâmbio *Au Pair*¹, realizado em países do Norte Global e considerado um movimento internacional, majoritariamente realizado por mulheres jovens até 30 anos e sem filhos. O trabalho, que consiste na troca de cuidados de crianças e trabalho doméstico por alimentação, quarto, mesada e a oportunidade de estudar o idioma local e estar imerso em uma cultura diferente, pode ser realizado em diversos países, dentro do período de 6 meses até um ano (CHUANG, 2013; COX, 2015).

A fim de compreender os diferentes motivos pelos quais mulheres brasileiras decidem migrar a partir do *Au Pair*, os estudos de gênero têm contribuído para os fluxos de migrações contemporâneas, não somente a fim de analisar as relações e contribuições econômicas no âmbito laboral, mas para compreendermos de que forma se dão tais processos de deslocamento desde a origem, o trajeto, o destino e, sobretudo, as questões sociais que os concernem. As dinâmicas das migrações feminizadas envolvem categorias teórico-metodológicas que orientam as análises: ciclo de vida, domicílio, relação de poder, construção de redes transnacionais, estratégias, seletividade, estágios do processo migratório e inserção no mercado de trabalho que diferem dos processos migratórios masculinos (ASSIS, 2003, 2007, 2023; BOYD E GRIECCO, 2003; MOROKVASIC, 1984; PERES, 2014; PERES E BAENINGER, 2012).

Diante dessas questões, as migrações, conforme Ma Mung (2009), se constituem de um caráter de autonomia, uma vez que entende o migrante como sujeito capaz de escolher e agir acerca de sua mobilidade ou permanência em determinado local. Assim, o projeto migratório é considerado um planejamento estratégico que une a realidade material e prática do sujeito ao contexto em que está inserido. Sob esta perspectiva, as mulheres brasileiras migram a partir de diversos projetos migratórios e estratégias para realizá-los (ALMEIDA, 2018). Migrar em busca de um relacionamento amoroso, constituição de famílias, posse da cidadania europeia, profissões altamente qualificadas, estudos, trabalho, e a busca de uma vida “cosmopolita”, ou seja, se deslocar pelo interesse de viagens e de conhecer novas culturas, fazem parte de fluxos migratórios

¹ Usaremos a grafia em letra maiúscula para fazer referência ao programa e ao seu estatuto, e a grafia em letra minúscula para representar as participantes do programa.

femininos modernos e multifacetados (ASSIS, 2023; DOMENICONI, 2021; PISCITELLI, 2008; ALMEIDA; BAENINGER, 2016).

Assim, para além da noção de projetos migratórios sob um viés de autonomia, trazemos o programa *Au Pair* como estratégia migratória (PERES; BAENINGER, 2012) e de inserção laboral de brasileiras no mercado de trabalho europeu. É neste bojo teórico que se pretende, neste artigo, atribuir ao programa *Au Pair* o caráter estratégico, de possibilidades e recursos às migrantes para fomentar a ação e agência dessas mulheres em perseguir seus desejos e mobilidade social (ASSIS, 2022; CARNICER, 2019), a fim de estabelecer o programa como uma nova forma de modalidade que compõe os fluxos migratórios femininos contemporâneos.

O aporte metodológico para a pesquisa consistiu em uma pesquisa bibliográfica com revisão teórica sobre migrações e gênero, o programa *Au Pair*² e a inserção laboral de mulheres migrantes no mercado do trabalho do cuidado – inter cruzada por gênero, raça, classe, nacionalidade e geração (HIRATA, 2016, 2022). Também foram utilizados dados do Statistisches Bundesamt (Federal Statistical Office) a fim de contextualizar o dinâmico panorama da migração internacional para a Alemanha.

A estrutura do texto se dará da seguinte forma: a primeira parte se dedicará a explorar dados sobre a imigração de brasileiros para a Alemanha, assim como discorrer sobre o panorama geral do programa *Au Pair*.

A segunda parte irá relacionar o programa com o mercado globalizado do cuidado, entrecruzado com os marcadores sociais da diferença como raça, gênero, classe, nacionalidade e geração.

A terceira e última parte deste artigo trará contribuições para o campo de migrações e gênero, de modo que as informações obtidas do programa *Au Pair*, relacionadas às especificadas de migrações contemporâneas de mulheres desvele tendências desta modalidade migratória de caráter estratégico como uma etapa para as brasileiras perseguirem os seus desejos e projetos migratórios a partir dos recursos encontrados no programa.

A imigração de brasileiros para a Alemanha e o programa *Au Pair*

Segundo os dados de 2022 do Statistisches Bundesamt (Escritório Federal de Estatística), o número de migrantes totais na Alemanha é de aproximadamente 13.383.910 pessoas. Embora os números não contemplem apenas brasileiros, o total de imigrantes provenientes da América Latina é de 328.150. O Ministério Brasileiro das Relações Exteriores, por sua vez, informa no relatório de 2022 um contingente de brasileiros emigrantes de aproximadamente 1.490.745 na

² Questionários foram aplicados no grupo “Hilfe!” da comunidade virtual do Whatsapp, composta de 260 jovens brasileiras, a fim de auxiliar na construção de tendências do programa *Au Pair* como modalidade migratória e estratégia de migrantes brasileiras para inserção laboral na Alemanha através do mercado de trabalho do cuidado.

Europa, sendo 160.000 brasileiros na Alemanha³. Apesar dos dados dos microsensos considerarem apenas a população estrangeira devidamente registrada, a população residente na Alemanha com histórico de imigração vinculado ao Brasil em 2018 era de 85 mil (FEIJÓ, 2021). Dessa forma, não são contabilizados descendentes de imigrantes que possuem a cidadania alemã ou a cidadania de outro país da comunidade europeia (Ibid, 2021).

Partindo dos estudos da população brasileira na Alemanha, o autor traz dados para analisarmos o perfil populacional dos imigrantes. A partir da constituição de uma população predominantemente feminina de brasileiras na Alemanha e considerando os diversos projetos migratórios de imigrantes para o país, os pesquisadores analisam o crescente mercado matrimonial e de constituição de famílias de brasileiros no país que planejam oferecer aos filhos um maior capital cultural e simbólico (ASSIS, 2023; FEIJÓ, 2021). Ademais, estudos realizados pela Agência Federal de Trabalho (BAA) em 2019 revelam que 82,6% da população brasileira na Alemanha está empregada no setor terciário, sendo 18,8% presentes nas áreas do cuidado, como educação, saúde e assistência social (FEIJÓ, 2021).

Portanto, ao considerarmos relevante os estudos de novas formas de mobilidade dentro dos fluxos migratórios femininos contemporâneos, a hipótese deste artigo baseia-se no programa *Au Pair* como estratégia migratória (BAENINGER e PERES, 2017) para a inserção de mulheres brasileiras no mercado de trabalho na Alemanha.

O termo *Au Pair* tem origem no significado literal na língua francesa “igual a”, denominando dessa maneira, o programa como uma troca igualitária entre serviços. O programa se desenvolveu na Europa após a Segunda Guerra Mundial com trocas informais entre filhas de famílias de classe média europeias, com o intuito de aperfeiçoar um idioma e de desenvolver práticas de tarefas domésticas antes que as moças retornassem aos seus países de origem e pudessem se casar (COX, 2015).

Conforme o contrato de trabalho de *Au Pair*⁴, em consonância ao Acordo Europeu sobre o programa de 24 de novembro de 1969, *au pairs* devem ter pelo menos 17 anos de idade e não ter mais de 30 anos. Na Alemanha, *au pairs* de países fora da União Europeia (com exceção da Suíça), permitem participantes homens e mulheres com no máximo 26 anos, ou 27 ainda não completos. Ainda segundo o contrato, o intuito do programa é aprimorar as competências linguísticas e expandir a educação geral através de um melhor conhecimento do país anfitrião. Em troca, o trabalho da *au pair* é dedicar-se a um certo número de horas por dia com o cuidado de crianças (conhecido no Brasil como babá), e realizar leves tarefas domésticas de no máximo 6 horas por dia e 30 horas definidas semanalmente.

Embora o perfil da *au pair* tenha se modificado ao longo dos anos, sobretudo a respeito dos locais de origem e as suas implicações, a imagem do programa e dos valores atribuídos a *au pair*,

³ Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/porta-consular/BrasileirosnoExterior.pdf>. Acesso: 12 mar. 2024.

⁴ Disponível em: https://www.arbeitsagentur.de/datei/aupair-vertrag_ba030510.pdf Acesso: 25 mar. 2024.

segundo Cox (2015), tem seus efeitos. As longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, falta de privacidade e vulnerabilidade às situações de risco e violência são desafios que as integrantes do programa enfrentam. As *au pairs* frequentemente estão colocadas em uma posição de ambiguidade e incerteza: não são consideradas estudantes, nem trabalhadoras domésticas, mas sim, “membros” da família que “ajudam” com tarefas domésticas “leves” e cuidados com crianças, sob acordos impostos e muitas vezes irregulares (COX, 2015).

Assim, embora o programa ofereça oportunidades de inserção laboral na Europa para mulheres migrantes brasileiras, ele está associado às dinâmicas de desigualdade da economia de mercado global (PARREÑAS, 2015), as quais serão tratadas a seguir.

O trabalho do cuidado e os marcadores sociais da diferença

O trabalho do cuidado, segundo Hirata (2016, 2022), considerado intrínseco ao tema das migrações internacionais femininas contemporâneas, também é indissociável das desigualdades de gênero, raça e classe. Devido a mercantilização, o trabalho do cuidado, anteriormente invisível, realizado por mulheres de forma gratuita e “por amor”, se desenvolveu em profissões relacionadas ao cuidado, as quais são requisitadas em países desenvolvidos economicamente (HIRATA, 2016). Nesse sentido, o trabalho reprodutivo destinado às mulheres, mal remunerado e pouco valorizado socialmente, é exercido majoritariamente por migrantes mulheres, racializadas e oriundas do Sul Global. Assim, a divisão internacional do trabalho dos migrantes do Sul se associa à divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2016), sendo este um processo vantajoso para os países receptores, os quais têm flexibilizado

[...] as condições de trabalho para as mulheres migrantes na medida em que o crescente enxugamento dos benefícios obtidos durante o *boom* do Bem Estar Social tem demandado toda ordem dos serviços informais, desde o trabalho doméstico até o cuidado com idosos, doentes e crianças (LISBOA, 2007, p.806).

Além do trabalho reprodutivo estar constantemente relacionado às tarefas ditas “femininas”, a divisão racial e étnica do trabalho torna-se inerente a essa dinâmica. O capitalismo global opera de maneira que as mulheres migrantes do Sul forneçam além do trabalho doméstico, o de cuidado e emocional (PARREÑAS, 2015). As classes mais privilegiadas que contratam este serviço garantem mais disponibilidade para o mercado produtivo e capitalista, assim como obtêm mais recursos emocionais e materiais (RIBEIRO, BAENINGER, 2020). Nesse sentido, o ciclo de terceirização do trabalho reprodutivo a mulheres migrantes e racializadas perpetua as desigualdades da economia de mercado global, a medida que a mulher branca mantém o seu padrão de vida alto devido a utilização da mão de obra migrante, constituindo, dessa maneira, a divisão racial do trabalho reprodutivo (GLENN, 1992, PARREÑAS, 2015).

A partir das considerações acerca do trabalho do cuidado e do perfil de mulheres que o realizam, o programa *Au Pair*, apesar de ser nomeado como intercâmbio cultural, é identificado dentro do panorama da divisão racial do trabalho reprodutivo. Entretanto, neste artigo, busca-se

destacar a agência e estratégias utilizadas a partir dos recursos obtidos do programa. O programa é uma alternativa de baixo custo para a migração e inserção no nicho do mercado de trabalho do cuidado, sobretudo para mulheres de classes mais baixas, e que muitas vezes, passam pela experiência do trabalho reprodutivo e doméstico pela primeira vez.

Nesse sentido, além dos estereótipos acerca das mulheres latinas, como serem consideradas mais “aptas” a realizar os trabalhos domésticos e de cuidado (COX, 2015), há presente um maior “status social” das famílias empregadoras adeptas ao programa, uma vez que as brasileiras participantes do *Au Pair* possuem atributos de escolaridade, são solteiras, jovens, falam inglês em sua maioria e aceitam dormir na casa de seus patrões (RIBEIRO, BAENINGER, 2020) para a realização de diferentes tarefas do âmbito doméstico. Tal capital cultural é o que viabiliza a migração de mulheres brasileiras jovens e solteiras para a Alemanha, e ao mesmo tempo, são tais atributos que atraem a atenção dos empregadores e que tornam as brasileiras muito requisitadas para o trabalho de *Au Pair*.

Entretanto, os marcadores sociais da diferença continuam presentes na centralidade do trabalho de *Au Pair* e dos estereótipos que moldam o perfil dessa migrante. Embora o capital cultural das *au pairs* brasileiras seja o diferencial que as inclui como participantes do programa na Alemanha e em outros países europeus, são também os atributos de escolaridade, interesse por estudar e experienciar culturas que potencializam o poder e interesse em distinção das famílias empregadoras (RIBEIRO, BAENINGER, 2020).

Embora este perfil de migrantes brasileiras esteja em busca de uma ascensão cultural, social e educacional (CARNICER, 2019; FÜRSTENAU, 2019), mulheres também encontram nas migrações, através do trabalho do cuidado, uma oportunidade de exercerem autonomia, criação de novas redes sociais e uma mudança no estilo de vida (RIBEIRO, BAENINGER, 2020).

Nesse contexto, busca-se discorrer acerca dos recursos utilizados pelas migrantes brasileiras, sua relação com os estudos contemporâneos de migrações e gênero, assim como desvelar o programa como uma estratégia migratória e de inserção laboral de brasileiras na Alemanha a partir do programa *Au Pair*.

O programa *Au Pair* como estratégia migratória de mulheres brasileiras rumo à Alemanha

O arcabouço teórico que compõe este presente trabalho está pautado nos legados dos avanços teóricos que destacam o protagonismo das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos e suas características provenientes das diferenças entre as experiências masculinas e femininas nas migrações. Nesse sentido, avança em relação aos estudos migratórios pautados por teorias fundadas apenas aspectos individuais, racionais e econômicos, insensíveis a marcadores sociais centrais da diferença – como gênero, raça e nacionalidade – como formas de motivação para os deslocamentos.

Nesta perspectiva, somadas aos vetores que orientam as migrações internacionais numa lógica global, características como idade, sexo, condição no domicílio, nacionalidade e ciclo de

vida atuam sobre o comportamento migratório, caracterizando as migrações como próximas ao desejo individual ou coletivo de mudança e poder de agência, mas que também exercem influência em aspectos externos ou de estrutura social e de gênero (CAMPOS, 2015, 2018). Todas essas forças e estruturas estão refletidas no caráter do trabalho e estilo de vida relacionados às mulheres em determinadas fases de suas vidas em contexto migratório.

O programa *Au Pair* na Alemanha, conforme citado anteriormente, busca pessoas jovens, sobretudo mulheres, de 18 até 27 anos, para realizar atividades domésticas e de cuidado com crianças em troca de uma mesada e aperfeiçoamento cultural por até 1 ano. Sob uma perspectiva formal, o contrato de trabalho oficial do *Au Pair*⁵ esclarece as obrigações, direitos e a remuneração de EUR 280,00 recebida por cada participante. Portanto, o discurso de intercâmbio cultural em troca de cuidados de crianças e tarefas domésticas oculta o caráter do trabalho mal remunerado e não valorizado (CHUANG, 2013; REDONDO, 2018), nos levando a considerar que as brasileiras demonstram outros motivos para trabalhar como *au pair* no exterior e perseguir diversos projetos migratórios. Ao inserir o programa na lógica do mercado de trabalho do cuidado e reprodutivo mal valorizado e terceirizado às mulheres de países do Sul Global, é importante reconhecer os motivos pelos quais as mulheres brasileiras aderem ao programa, assim como identificar as características da migração feminina e suas estratégias.

Diante do contexto e do panorama das migrações contemporâneas, estudos recentes acerca de migrantes brasileiros buscam compreender os motivos e interesses que fundamentam as trajetórias migratórias. Trazemos como pano de fundo desta pesquisa os estudos de Fürstenau (2019), Carnicer (2019), e Assis (2022). Os dois primeiros autores contribuem para o campo das modalidades contemporâneas ao demonstrarem que, devido às desigualdades do sistema educacional brasileiro e da escassez de possibilidades de trabalhos formais que proporcionem segurança e estabilidade financeira com projeções para o futuro, jovens brasileiros utilizam a estratégia de migrar para a mobilidade ascendente educacional. Ademais, a busca por ascensão social por meio da educação torna-se um diferencial, uma vez que não é considerada uma busca apenas por uma educação formal de qualidade, porém de autodesenvolvimento (FÜRSTENAU, 2019). Nesse sentido, a migração abre caminho para novas oportunidades e opera como uma ferramenta emancipatória (CARNICER, 2019; FÜRSTENAU, 2019).

Já sob uma perspectiva de gênero e cosmopolita, Assis (2022) contribui em sua pesquisa para compreendermos processos migratórios de brasileiras na Alemanha. Em alguns casos, os desejos que constituem os projetos migratórios de brasileiras envolvem migrações por afeto, de forma que tais experiências mostram a criação e manutenção de famílias transnacionais. Ademais, cabe destacar que o crescente fluxo feminino atuante nos processos migratórios aponta que as mulheres são “hábeis na criação de redes de apoio mútuo que orientam a alocação dos migrantes e sua integração no mercado de trabalho” (OLIVEIRA, MERIZ, IHÁ, 2007, p.7). As redes atuam como meios de transmitir informações a respeito de oportunidades pessoais e profissionais

⁵ Disponível em: <https://brasil.diplo.de/br-pt/servicos/vistos/visto/aupair/2568140> Acesso em: 20 nov. 2023.

para alcançar um objetivo em outro país, e, assim, “cada informação sobre um indivíduo em sua trajetória influencia o sistema como um todo” (TRUZZI, 2008, p.206).

Seja no bojo da experiência como *au pair*, viajante sozinha, ou em trajetórias de famílias transnacionais, as mulheres demonstram autonomia, liderança, independência e diversas vezes, conforme aponta Assis (2003), é necessário rearranjos familiares e a conquista de um status diferenciado para as mulheres. Contudo, estas dinâmicas de gênero estão imbricadas nas redes sociais entre origem e destino.

A partir dos estudos citados e de uma pesquisa bibliográfica do tema de migrações e gênero e do programa *Au Pair* em si, busca-se, portanto, compreender quais motivos e estratégias migratórias podem ser utilizadas por participantes do programa e como tais estratégias são influenciadas pelos recursos obtidos e disponíveis às migrantes (BILAC, 1995; PERES, 2009).

O programa *Au Pair* destaca-se por ser um programa atrativo de baixo custo e muito divulgado em diversos meios de comunicação da Internet⁶. Apresenta-se como uma oportunidade para jovens que buscam uma nova vida no exterior, mas que não possuem recursos financeiros para custear um intercâmbio regular em países europeus.

Por abranger o trabalho do cuidado, e, consequentemente ser majoritariamente feminino, o acesso aos recursos através de redes sociais femininas, sejam de parentesco, de amizade ou pelo uso de grupos na *Internet* é fundamental para a inserção dessas mulheres no programa e no mercado de trabalho no país de destino.

Segundo Urry (2011), o acesso à mobilidade depende de recursos como tempo e dinheiro, os quais variam conforme o gênero, nacionalidade e classe social do indivíduo. Nesse sentido, o capital social como o conjunto de recursos que estão diretamente ligados a uma rede de relações úteis ou à vinculação a um grupo que contém características em comum (BOURDIEU, 1980), se torna primordial para compreender os incentivos e as estratégias individuais de brasileiras em busca do programa *Au Pair*.

De acordo com a etapa do ciclo de vida das participantes, jovens brasileiras que ainda não constituíram famílias no Brasil, seguem suas apartir desses recursos para a concretização de uma etapa do projeto migratório de brasileiras na Alemanha, conclui-se a presença do caráter estratégico da migração através do programa *Au Pair*, uma vez que as participantes utilizam os recursos materiais para a estadia e mantém suas redes sociais para trocas e atualizações de informações, experiências, vínculos e de oportunidades no país. Percebe-se, nestes novos fluxos migratórios de jovens de classes brasileiras mais baixas, a busca de capital cultural e acesso ao ensino superior, mesmo que seja através de trabalhos associados, como o trabalho do cuidado e doméstico mal remunerado(FÜRSTENAU, 2009).

Em suma, o programa *Au Pair*, identificado dentro do panorama da divisão racial do trabalho reprodutivo (GLENN, 1992, PARREÑAS, 2015), atua como ferramenta estratégica para

⁶ Disponível em: <https://www.ccba.org.br/intercambio-de-baixo-custo-e-com-muita-aprendizagem-au-pair-na-alemanha/> Acesso em: 30 mar. 2024.

aprimorar os conhecimentos linguísticos alemães, possibilitando uma experiência no exterior para compor uma primeira etapa na inserção laboral de mulheres migrantes na Alemanha. Nesse sentido, migrantes brasileiras encontram diversos recursos e maior segurança por adquirirem um status provisório, porém seguro. Enquadra-se, portanto, dentro das novas possibilidades de mobilidade dos fluxos migratórios femininos (ALMEIDA, 2014).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, G. M. R. O fluxo migratório Brasil-França na “era da mobilidade”. Revista Percursos. Florianópolis, v.15, n.28, p.62-94. jan/jun. 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724215282014062>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ALMEIDA, G. M. R., BAENINGER, R. A imigração brasileira na França: do tipo histórico às modalidades migratórias contemporâneas. Revista Brasileira De Estudos De População, 33(1), 129–154, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-309820160007>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ALMEIDA, G. M. R. Identidade e projeto de imigrantes brasileiros/as na França. XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2018, Poços de Caldas. Anais do XXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Belo Horizonte: Abep, 2018. v. 1. p. 1-18. Disponível em: <https://www.academia.edu/38391993/Identidade_e_projeto_de_imigrantes_brasileiros_as_na_Fran%C3%A7a?source=swp_share>. Acesso em: 21 fev. 2024.

ASSIS, G. O. De Criciúma para o mundo: gênero, família e migração. Campos - Revista de Antropologia, [S.l.], v. 3, p. 31-49, jun. 2003. ISSN 2317-6830. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/campos/article/view/1586>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ASSIS, G. O. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes Feminização dos Circuitos Migratórios: Um Diálogo entre o Trabalho do Care, Redes Sociais e Processos de Desenvolvimento Social Guélmer Júnior Almeida de Faria 38 Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 24-41, ago./dez. 2019. sociais e migração internacional. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/pTknVwR7jtGFHsPfyV5Mk7x/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

ASSIS, G. O.; MERIZ, G.; IHÁ, N. C. A Segunda Geração de Emigrantes Brasileiros Rumo aos Estados Unidos: problemas e perspectivas. In: PerCursos, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1529>>. Acesso em: 05 mar. 2024.

ASSIS, G. O.; ALVES, I.; CANELLA, F.; MARTENDAL, L. Os projetos migratórios de Brasileiras/os na Alemanha no século XXI e as configurações de famílias transnacionais. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 111–136, 2023. DOI: 10.18616/rdsd.v9i1.7852. Disponível em: <<https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/7852>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos de População, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0017>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BILAC, E. D. Gênero, família e migrações internacionais. In: PATARRA, N. L. (coord.) Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: FNUAP, 1995, p. 65-77. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/CzHCXvFvRzrh6nQ899xvzqK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BOURDIEU, P. Le capital social: Notes provisoires. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, v. 31, jan. 1980.

BOYD, M & GRIECO, E. Women and Migration: Incorporating gender into international migration theory. Washington: Migration Policy Institute, 2003.

BÜSCHER, M.; URRY, J.; WITCHGER K. Mobile Methods. Abingdon: Routledge, 2011.

CAMPOS, M. B. Características demográficas e a voluntariedade da migração. *REMHU, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana*, 23(45), 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-8585250319880004514>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. Ciclo de vida, estrutura domiciliar e migração no início do século XXI: o caso da região metropolitana de São Paulo. *Cadernos Metrópole*, v. 20, p.191-208, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4109>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CARNICER, J. A. (2019). Transnational migration and educational opportunities. A case study between Brazil and Germany. *London Review of Education*, 17(1), 14–25. Disponível em: <<https://doi.org/10.18546/LRE.17.1.02>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

CHUANG, A. The U.S. Au Pair Program: Labor Exploitation and the Myth of Cultural Exchange. *Harvard Journal of Law & Gender*, Vol. 36, 2013, Forthcoming, American University, WCL Research Paper No. 2012-46, Disponível em: <<https://www.ssrn.com/abstract=2163595>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

COX, R. Au pairs' lives in global context: sisters or servants? London: Palgrave Macmillan, 2015.

DOMENICONI, J. Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/353366619_Migracoes_Qualificadas>. Acesso em: 30 abr. 2024

FEIJÓ, Glauco Vaz. Retratos do Brasil na Alemanha: 30 anos de imigração. Campinas: Pontes, 354p., 2021.

FÜRSTENAU, S. Educational aspirations of underprivileged female migrants. An ethnographic case study of a transnational network of care workers between Brazil and Germany. In I. Gogolin & K. Maaz (Eds.), *Migration und Bildungserfolg* (p. 34). Wiesbaden: VS, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333941758_Educational_aspirations_of_underprivileged_female_migrants_An_ethnographic_case_study_of_a_transnational_network_of_care_workers_between_Brazil_and_GermanyTransnationale_Migration_und_Bildung_Eine_eth>. Acesso em: 20 abr. 2024

GLENN, E. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. *Signs*, vol. 18, no. 1, 1992, pp. 1–43. JSTOR, Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3174725>. Acesso em: 30 abr. 2024.

HIRATA, H. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. *SUR* 24, v.13, n.24, p.53-64, 2016. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2024.. O cuidado: teorias e práticas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

LISBOA, T. K. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300017>>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MA MUNG, E. Le point de vue de l'autonomie dal'étude des migrations internationales: "penser de l'interieur' les phénomènes de mobilité". In: Dureau, F. & Hily, M. A. (dirs). *Les mondes de la mobilité*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2009, pp. 25-38. Disponível em: file:///C:/Users/anave/Downloads/Le_point_de_vue_de_lautonomie_dans_letude_des_mi.pdf Acesso em: 19/08/2023

MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women... The International Migration Review, vol 18, n°. 4, 1984, pp. 886–907. *JSTOR*. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2546066> . Acesso em: 30 abr. 2024.

PARREÑAS, R. *Servants of globalization: migration and domestic work*, Stanford: Stanford University Press, 2001; 2015.

PERES, R. G. *Mulheres na fronteira: a migração de bolivianas para Corumbá-MS*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1611526>. Acesso em: 30 abr. 2024.

_____. “O que importa é o que acontece com a sua família”: um diálogo entre família e migração. *PerCursos*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 146 - 165, 2014. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724215282014146> Acesso em: 22 ago. 2023.

PERES, R. G.; BAENINGER, R. Migração Feminina: um debate teórico e metodológico no âmbito dos estudos de gênero. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia, 2012. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1982/1940> Acesso em: 20 ago. 2023.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/5247/4295/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

REDONDO, M. *Trajetórias do care: De au pair a nounou*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/333512>. Acesso em: 30 abr. 2024.

RIBEIRO, E. M.; BAENINGER, R. Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: Um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. *Cidades [Online]*, 40, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/2272>. Acesso em: 10 abr. 2024

TRUZZI, O. Redes em processos migratórios. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 20, n.1, p. 199-218, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>>. Acesso em: 30 abr. 2024

VERGÈS, Françoise. *Um feminismo decolonial*. São Paulo: Ubu Editora, 2020



Mulheres migrantes brasileiras e trabalhos de cuidados: faxineiras, manicures e babás em Paris

Ester Gouvêa Martins*

O estudo das mulheres enquanto sujeitos migrantes já conta com certa tradição na literatura e nela se insere também esta modesta contribuição. Na publicação temática *Women in Migration* (Mulheres na Migração, em tradução livre) em 1984, Mirjana Morokvasic escreveu a célebre introdução *Birds of Passage are also Women...* (Pássaros de passagem também são mulheres..., em tradução livre). Em seu texto, Morokvasic (1984) relembra suas próprias investigações sobre a migração feminina na Europa e também de outras/os colegas de diferentes localidades, que desde a década de 1970 se debruçam sobre o tema. Também no referido texto, Mirjana Morokvasic (1984) chama a atenção para o fato de que, mesmo após mais de uma década de inúmeros estudos sobre experiências de mulheres migrantes, houve pouco impacto nas políticas públicas, nas representações midiáticas sobre mulheres imigrantes, e até na literatura do campo, que permaneceu com um viés masculino.

Em um outro contexto geográfico e temporal, Glauca Assis (2007) se debruçou sobre as experiências de mulheres imigrantes no fim do século XIX e início do século XX nos Estados

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), e em Demografia e Ciências Sociais pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Este capítulo é resultado da pesquisa de doutorado realizada em cotutela de tese entre as duas instituições e contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - processos nº 140027/2022-0 e 200146/2022-0.

Unidos da América e também sobre as imigrantes contemporâneas naquela localidade. Glaucia Assis (2007) argumenta que há mais similaridades entre elas do que diferenças: mesmo com diferentes origens nacionais, processos de racialização, capital social e cultural, participam de redes sociais de maneira também perpassada pelo gênero, além de serem encaminhadas a setores tradicionalmente femininos, como o trabalho doméstico.

Isto me remete diretamente às minhas interlocutoras de pesquisa, visto que, por serem mulheres imigrantes, são encaminhadas a trabalhos de cuidados de uma maneira muito naturalizada. Assim como as autoras mencionadas o fazem, chamo a atenção para o fato de que mulheres imigrantes continuam ocupando espaços tradicionalmente femininos nas sociedades de destino, com dilemas muito condicionados pelo gênero, mesmo após décadas de estudos denunciando e refletindo sobre a questão. Assim, vemos que as relações de gênero são absolutamente fundamentais na distribuição de oportunidades, renda e poder, inclusive em contextos migratórios.

Contudo, se é verdade que mulheres imigrantes continuam sendo encaminhadas a trabalhos tradicionalmente femininos, também é verdade que nem todas as mulheres realizam todos os trabalhos, inclusive em contextos migratórios. Outras estratificações e marcadores sociais operam na diferenciação (e desigualdades) de oportunidades, nas formas de migrar, nos tipos de ocupações laborais encontradas, até nos sentidos que os/as agentes atribuem a tais práticas. Nesse sentido, é fundamental também reconhecer o peso das desigualdades no contexto brasileiro, a existência de distintos grupos sociais, que impactam a trajetória das emigrantes em contexto diaspórico. Assim, dentro do grupo “mulheres brasileiras em Paris”, podemos na realidade entrever distintas modalidades migratórias, assim como distintos trabalhos de cuidados que elas realizam.

Este foi um dos achados da pesquisa realizada com mulheres brasileiras em Paris, cujo trabalho de campo ocorreu entre outubro de 2022 e setembro de 2023. Durante este período, percorri toda a metrópole parisiense, a fim de conhecer seus locais de moradia, suas trajetórias, seus dilemas, suas ocupações, seus discursos. De maneira mais específica, interessava-me compreender de que maneiras os trabalhos de cuidados apareciam em suas vidas, quais significados eram atribuídos, quais tarefas eram realizadas e por quem, de que maneira o percurso migratório impactava e era impactado pelos trabalhos de cuidados.

Assim, realizei entrevistas semiestruturadas em profundidade com 26 mulheres brasileiras que realizavam ou já tinham realizado trabalhos de cuidados na capital francesa, especificamente como faxineiras, manicures e babás.¹ As entrevistas foram gravadas com seu consentimento e, posteriormente, transcritas para análise. Foram cerca de 50 horas de gravação relativas a estes encontros, realizados nas casas das interlocutoras ou mesmo em pontos próximos às suas residências ou local de trabalho (como cafés e restaurantes), segundo sua preferência.

¹ Foram realizadas algumas entrevistas com au pair e estudantes que faziam bicos como babás, mas não as incluí na presente análise, pois entendo que não se tratam de migrantes laborais. Suas expectativas e formas de inserção são bastante distintas do grupo que compõe as outras ocupações, segundo também nos informam Michelle Redondo (2018) e Gisele Almeida (2021).

Elas me acolheram como uma semelhante, quase como uma irmã em contexto migratório, que precisava de ajuda para seu trabalho e elas queriam contribuir, contar suas histórias. Muitas desigualdades e marcadores que poderiam ser empecilhos para a entrevista se todas estivéssemos no Brasil, pareceram se atenuar diante do fato de que éramos todas brasileiras emigrantes naquele contexto. A nacionalidade emergiu como uma força estruturante (e coesiva) das relações de uma maneira que nem eu mesma imaginava. Mas lá estava eu, uma mulher branca, sudestina, com alta escolaridade, entrevistando uma manicure negra brasileira na periferia de Paris, comendo pão de queijo em sua casa, e conversando sobre as dores de estar em uma terra estranha.

A partir dessa breve contextualização teórica e metodológica, passo a apresentar as seções que se seguirão: primeiramente, serão abordadas as migrantes brasileiras que trabalham como faxineiras em Paris. Sua ocupação lança luz sobre toda uma forma de existência que se dá na penumbra e que se mostra como a porta de entrada para o mercado de trabalho de muitas imigrantes. Na Seção 2, a atenção se volta para as manicures, um grupo que busca se diferenciar das faxineiras e que mobiliza a brasilidade como uma espécie de recurso para sua inserção no mercado estético (e até matrimonial). Posteriormente, na Seção 3, o enfoque será colocado sobre as babás, um grupo social bastante distinto dos que foram apresentados até então e cujos dilemas recaem primordialmente sobre a mobilidade social descendente no contexto migratório. Por fim, a Conclusão reúne alguns dos achados da pesquisa, bem como lança luz em algumas questões que ficaram em aberto.

Seção 1: Brasileiras faxineiras e a vida na penumbra

O dia ainda não raiou completamente, o sol lança as primeiras luzes pela manhã. Um momento híbrido, nem noite nem dia, um pouco de noite, um pouco de dia. Das 6 às 9h da manhã, ainda na penumbra, mulheres realizam o trabalho da faxina em escritórios, escolas, lojas, hipódromos, trens, museus, concessionárias, construções em toda a cidade-luz. Varrem, passam pano, recolhem o lixo, organizam, a fim de tornar habitável a cidade, a fim de propiciar que os espaços sejam utilizados aos fins primordiais a que se destinam. Quando elas finalizam seu (primeiro) turno de trabalho, outros chegam para realizar outras atividades econômicas, estudar, consumir, viajar, apostar. O trabalho indireto de cuidados realizados pelas faxineiras sustenta a vida da cidade, as famílias e a economia.

E isso tudo é feito na penumbra das primeiras horas da manhã e também na penumbra da vida social, misturando elementos de dia e noite, de formalidade e informalidade, de regularidade e irregularidade. Das 16 faxineiras entrevistadas, todas se encontravam com situação migratória irregular no momento em que realizaram o trabalho da faxina. Mas também contavam com um contrato de trabalho formal e tinham acesso a certos benefícios sociais em razão disso. Neste contexto híbrido, também vão buscando maneiras de conseguir moradia, abrir contas em bancos, viajar, viver e resistir.

As informações vão se passando nos grupos de WhatsApp, onde também circulam promoções para documentos falsos, que servem tanto para o trabalho de faxina em empresas, como para aluguel de moradias, poder dirigir, comprar automóveis, comprar medicamentos de receita especial. Nestes fóruns, circulam também denúncias contra “empregadores caloteiros”, oportunidades de trabalho, anúncios de eventos de socialização. Segundo Tânia (27 anos),² é o chamado submundo: “é todo mundo que está ilegal e que vive desse jeito”. Há moralidades, regras e saberes que circulam neste universo, muitas vezes inacessíveis aos “de fora”.

De uma maneira geral, as interlocutoras faxineiras saíram do Brasil já sabendo que tipo de trabalho fariam ao chegar, possuíam contatos em Paris que as inseririam no mercado de trabalho, já possuindo informações sobre a vida na penumbra e com algum tipo de acomodação acertada para os primeiros meses. Dessa maneira, elas relatam que o trabalho da faxina não era algo que as incomodava, sendo inclusive algo por elas bastante naturalizado, algo como “elas seriam mulheres imigrantes, logo só lhes sobrava a faxina”. Mas era também a continuação de uma trajetória ocupacional que não envolvia grande especialização, a continuação do “saber viver com pouco”, do “fazer o que é preciso”, do “saber fazer de tudo”.

Trata-se de uma migração laboral de mulheres oriundas de classes populares brasileiras, com escolaridade média, (em geral) dispostas a trabalhar com faxina, e que se utilizam de redes sociais migratórias para migrar de maneira irregular, com limitados recursos econômicos. Além do trabalho como eixo central do projeto migratório (e da faxina como uma etapa esperada), cabe ressaltar que muitos de seus projetos migratórios possuíam uma temporalidade específica: em geral, de 2 a 5 anos. Elas pretendiam ganhar dinheiro para então pagar uma cirurgia plástica, ou as dívidas de um negócio que faliu na pandemia, ou comprar um terreno, construir uma casa, ou iniciar um empreendimento em seu local de origem. Evidentemente, outras interlocutoras apresentavam motivos mais subjetivos, desde a saída de um relacionamento violento até o desejo de viver uma aventura.

Assim, são múltiplas as expectativas e motivações das interlocutoras antes de empreender a migração. E para todas estas, o primeiro trabalho que apareceu foi a faxina. “Porque aqui, se você quiser um trabalho hoje, é faxina. Faxina sempre tem” (Sônia, 45 anos). É a porta de entrada no mercado de trabalho francês para muitas imigrantes, uma atividade que apresenta poucas barreiras de ingresso. O trabalho não exige uma qualificação formal específica, não exige o domínio da língua francesa, não está restrito a alguma(s) nacionalidade(s), aceita tanto homens como mulheres (embora em atividades ligeiramente distintas). Pode exigir documentação (status migratório regular), mas isso nem sempre representa um empecilho, pois há estratégias e saberes para contornar a questão, conforme mencionado anteriormente.

Por essas razões, é uma ocupação que congrega imigrantes de diversas nacionalidades, especialmente de ex-colônias francesas. As brasileiras não parecem ter um papel de destaque nem utilizam a nacionalidade como um fator de vantagem neste mercado. Elas estão ao lado das

² A fim de proteger o anonimato das interlocutoras, são utilizados pseudônimos em todo o texto.

colegas marroquinas, argelinas, tunisianas e “africanas”³. Inclusive, elas tendem a se “afrancesar” ao longo do tempo, apagando certas marcas da brasilidade, isto é, ao entrar em contato com a “forma francesa de fazer limpeza”, elas acabam por abandonar os padrões e as práticas brasileiras, consideradas mais difíceis e extenuantes.

Após finalizar o primeiro turno de trabalho como faxineiras às 9h, estas mulheres seguem para as casas de seus clientes particulares por toda a cidade. Seus contratos são de 2 a 3 horas com cada um, então elas precisam se deslocar muitas vezes ao longo da jornada de trabalho. Brasileiros e franceses são seus principais clientes, “o problema de cliente brasileiro é esperar a mesma faxina do Brasil em 2 horas”, enquanto que uma outra sorte de conflitos se instala com clientes de nacionalidade francesa: “são frios e não te tratam como alguém igual”.

Independentemente do que signifique ser frio e não tratar como igual (e se isso se trata de um comportamento francês ou não), há que se ressaltar que há uma expectativa de não encontro dos corpos no mesmo espaço. O horário de trabalho das faxineiras na penumbra é propício para que estas não ocupem o espaço no mesmo momento em que seus “legítimos ocupantes”. Desde os locais comerciais onde elas atuam nas primeiras horas da manhã, e até em seu trabalho nas casas de clientes particulares, não há espaço para interações. Elas chegam, realizam seu trabalho e partem para a casa do cliente seguinte (inclusive, isto diminui significativamente o trabalho emocional que elas realizam e muitas preferem a faxina a outros tipos de trabalho exatamente por isso). Mas se vê que elas vão se deslocando, trabalhando e vivendo no anonimato.

E assim, no anonimato, elas vão construindo alternativas para si, driblando burocracias e entraves, até que podem finalmente aparecer em plena luz do dia. Trata-se do momento da regularização migratória, normalmente após 5 ou 10 anos de residência na França. Embora muitas interlocutoras tenham chegado com a intenção de permanecer apenas por um tempo específico, ganhar dinheiro e retornar para o Brasil, seus projetos migratórios se transformaram e todas passaram a desejar o chamado “titre de séjour”, isto é, a regularização, e não necessariamente a saída da ocupação como faxineira ou mesmo das ocupações ligadas aos cuidados. Cabe lembrar que a maioria das interlocutoras deste grupo trabalhava em atividades consideradas pouco qualificadas e com baixa remuneração no Brasil. Assim, seus rendimentos como faxineiras em Paris não são altos, mas os rendimentos no Brasil também não o eram. A questão crucial talvez esteja na qualidade de vida de que desfrutavam na França como trabalhadoras de baixa renda e de como seriam suas vidas como mulheres trabalhadoras (consideradas) de baixa qualificação no Brasil.

Dessa maneira, vemos que em determinado contexto de racialização, articulado com nacionalidades e sexualidades, talvez uma brasileira trabalhando como faxineira de maneira indocumentada não cause estranhamento nem às próprias agentes. O que não quer dizer, evidentemente, que não haja estruturas de exclusão e seletividade operando, desde a saída do Brasil até

³ São assim denominadas as mulheres imigrantes negras de ex-colônias francesas no continente africano. Embora também de origem africana, as mulheres imigrantes de ex-colônias francesas do norte da África são normalmente referenciadas como árabes, magrebins ou pela nacionalidade.

uma década após a migração, enquanto ocupam um lugar que parece ser o “natural”. Ainda que a vida na França lhes pareça melhor, suas trajetórias iluminam estruturas desiguais de oportunidades em diferentes países, bem como a essencialidade do trabalho indireto de cuidados para sustentação da vida biológica e social.

Seção 2: Brasileiras manicures e a brasilidade

Diferentemente das faxineiras, as manicures estão em contato direto com o corpo de suas clientes. É esperado e aceitável que os corpos se toquem nesse momento. Através de técnicas corporais, as manicures buscam também produzir bem-estar e certas emoções em suas clientes. Clientes “no feminino”, já estas e as manicures estão imersas em performances culturais de feminilidade, de ideais de (determinadas) belezas. Assim, entre a higiene e o embelezamento, o luxo e o fútil (Oliveira, 2014), estas mulheres mobilizam saberes e padrões que as acompanham desde o Brasil.

As interlocutoras manicures possuem trajetórias significativamente similares, sendo que 8 foram entrevistadas para esta pesquisa.⁴ É o grupo que possui a mais baixa escolaridade (algumas não finalizaram o ensino médio, nenhuma iniciou o ensino superior) e já atuavam como manicures em seus contextos de origem (ou possuíam proximidade com o universo da estética). Além disso, parte do grupo também empreendeu migrações internas, de zonas rurais até centros urbanos no Brasil, antes da migração para a França.

Com seus alicates e esmaltes em pequenas maletas, atravessavam a cidade de Paris a fim de atender as clientes em suas casas, fazendo a estética “brasileira” de trabalhadoras sexuais brasileiras e também outras migrantes (especialmente brasileiras). O trabalho no domicílio da cliente se mostra como uma maneira de lidar com a indocumentação, já que não poderiam ser empregadas em salões de beleza “onde tem muita fiscalização”. Contudo, neste mercado, é importante manter-se “brasileira”, não se “afrancesar”. Torna-se o destaque da profissional, uma vantagem comparativa, especialmente ao buscar clientes de outras nacionalidades: “elas vêem as mulheres brasileiras nas novelas e querem conhecer”.

Além disso, as manicures também possuem outro ponto em comum: são casadas com homens europeus. A partir disso, regularizaram-se no território francês. Também a partir disso, regularizaram seu empreendimento comercial: um pequeno salão nos fundos da casa onde moram, em pequenas cidades adjacentes a Paris. Deixaram a vida na capital para se dedicar à família, trabalhar e viver no interior. Lá, são “mãe, esposa e empreendedora”: tudo no mesmo espaço, de maneira que um aspecto possibilita a existência do outro. Nos pequenos empreendimentos regularizados, expõem os diplomas brasileiros de estética, atendem as clientes por determinado horário, em outros cuidam da casa e dos filhos, e se sentem bem-sucedidas.

⁴ Algumas interlocutoras manicures atuavam/tinham atuado como faxineiras, portanto foram também consideradas no grupo anterior.

A aura do “sucesso” foi constante nestas interlocutoras, que se orgulhavam de suas trajetórias e também do fato de não estarem inseridas no universo da faxina, “o subemprego”, conforme me explicou Sônia (45 anos). Nayara (40 anos), por exemplo, diz que se sentia “um saco de lixo na época em que trabalhava com faxina em Paris”. Contudo, essa diferenciação entre as ocupações parece ocorrer mais no campo discursivo do que na prática. De fato, manicures e faxineiras realizam trabalhos distintos. Ocorre que “faxina sempre tem”, e pode ser interessante/necessário valer-se disso. É o caso de Sônia, que queria fazer uma cirurgia plástica no Brasil e trabalhou como faxineira de uma escola durante alguns meses, para acumular certa renda, mesmo mantendo seu salão de beleza. Ou o caso de Lisandra, que se separou do ex-marido e também queria juntar um pouco mais de dinheiro, até preencher toda a sua agenda como manicure.

Há uma porosidade entre as ocupações, mas que é mobilizada mais como um recurso à sua disposição, do que como uma identidade profissional. Quanto a esta, as manicures buscam se diferenciar das faxineiras – o trabalho considerado pior e mais sujo no universo dos cuidados –, ainda que os ganhos financeiros pareçam ser melhores e até mais estáveis para as faxineiras. Em busca de melhorar ainda mais sua condição, as manicures se dizem em busca de clientes francesas. As razões para isso variam, exceto pelo fato de que “são melhores”. Aos poucos, elas foram deixando de atender as trabalhadoras sexuais brasileiras, depois passaram a atender em suas próprias casas, agora se preparam para o que parece ser o maior símbolo do sucesso do projeto migratório e profissional: atender clientes autóctones. Evidentemente, há um status associado a isso: não se trata de maiores ganhos financeiros, mas de ganhos simbólicos na prestação destes serviços. Mas além disso, vê-se também uma constante busca por se desvencilhar da “comunidade brasileira”.

As relações com outros migrantes brasileiros são de distância e desconfiança. Dentre as interlocutoras (de uma maneira geral, não apenas manicures), foram comuns as referências a inveja, desunião, falta de amparo e até de ações deliberadas para prejudicar. As redes de relações entre as interlocutoras e outros brasileiros são dispersas e não parece haver um senso de pertencimento à “comunidade brasileira em Paris”, ainda que imaginada. As moradias são dispersas na cidade (e arredores), não há concentração em um bairro “étnico”. Há alguns pontos de encontro, como bares e restaurantes brasileiros, que servem mais à sociabilidade e lazer, do que para eventos associativos, políticos ou mesmo de comemoração de datas festivas.

Não há como negligenciar a intensa desigualdade que marca a sociedade brasileira e que se faz presente também em contextos diaspóricos. Rafael Azeredo (2024) salienta o quanto fatores de diferenciação prévios à migração também estratificam e criam tensões nas dinâmicas intra-comunidade. De toda forma, o que também chama atenção é a intensa individualidade de tais projetos migratórios (tanto das interlocutoras manicures, como de outros grupos): não há engajamento em projetos, lutas ou identidades coletivas, sequer para a manutenção da “brasilidade”. Este é um dispositivo que está mais presente no mercado estético (e até matrimonial) do que nas práticas associativas entre as interlocutoras em Paris.

Seção 3: Brasileiras babás e o (in)sucesso migratório

As cuidadoras de crianças neste estudo também se mostraram um grupo relativamente coeso, em termos de características sociodemográficas. Mulheres jovens, não casadas, sem filhos, originárias de capitais brasileiras, formadas no ensino superior, falantes de mais de uma língua, empreenderam a migração ao redor dos 30 anos de idade, na expectativa de se inserirem em suas respectivas áreas de formação na França. Elas já haviam saído do Brasil em diversas outras ocasiões para realizar turismo e até cursos de línguas e/ou de especialização e contaram com o apoio financeiro das famílias para a migração e para sua manutenção em Paris. Além disso, contavam com algum tipo de autorização de residência no país (normalmente, passaporte europeu em razão de ascendência familiar).

Essas 7 interlocutoras realizaram todo o “percurso padrão de classe média”, conforme sintetizou Patrícia (33 anos). Definitivamente, o trabalho de cuidados não estava em seus horizontes. Aliás, no Brasil eram elas que haviam contado com os cuidados de uma babá. Ao chegarem em Paris praticamente sem redes profissionais e passarem a se deparar com inúmeras barreiras de entrada para atuação na área que pretendiam, elas começam a considerar outros tipos de trabalho. Mas nem todos. Quanto à limpeza, elas se perguntam se levam jeito, pois não têm muita experiência.

Embora também sem experiência, elas se voltam para o cuidado de crianças. Um hiato até que algo “melhor” apareça. E buscam se inserir neste mercado de uma maneira bastante particular, também denotando sua falta de redes sociais e profissionais: elas passam a anunciar seus serviços em aplicativos virtuais que conectam clientes (pais/responsáveis) com as cuidadoras. São contratadas pelas famílias por algumas horas por semana, normalmente para levar e/ou buscar as crianças nos horários escolares. Assim, possuem uma agenda “maluca” (nas palavras de Patrícia), combinando diversos empregadores, horários e sem qualquer previsibilidade (de continuidade e/ou de renda).

Seus serviços são também demandados pelo fato de que elas são babás bilíngues (normalmente falam inglês e são contratadas para falar nesta língua com as crianças) e porque podem oferecer um cuidado qualificado (afinal, elas também são altamente escolarizadas e devem propor atividades lúdicas para as crianças). Mas isso não apaga o fato de que elas estão “cuidando do filho dos outros”, traindo os investimentos familiares feitos ao longo dos anos. Elas vão tentando acomodar os sentimentos de vergonha e desconforto em razão da mobilidade social descendente, em razão do fato de que “existem as brasileiras bem-sucedidas e nós”. Isto é, há aquelas que trabalham em sua área de formação, que tiveram sucesso no projeto migratório e profissional, e há quem não obteve sucesso, e, portanto, está limpando sujeira de crianças.

E isso tudo vai sendo vivido em meio a afetos que emergem em um trabalho caracterizado por sua carga emocional. Crianças, pais, babás, familiares surgem na cena com inúmeras demandas e a intimidade dos corpos e das relações se instala. As relações interpessoais compõem a carga de trabalho das babás, mais do que outras atividades de cuidado que foram

analisadas aqui. As faxineiras possuem pouco ou nenhum contato com os empregadores (às vezes, até preferem que não estejam em casa). As manicures possuem uma relação episódica com suas clientes: durante uma hora, estão ali frente-a-frente. Posteriormente, voltam-se para outras clientes ou até para seus próprios afazeres. São as babás que permanecem em contato direto, rotineiramente, com as crianças e com seus responsáveis (e eventualmente com outros membros da família).

Assim, há um esforço constante em se manter alerta para as necessidades físicas e imateriais das crianças de quem se cuida, a tentativa de se antecipar ao outro, de atender as expectativas dos pais e demais vínculos das crianças, de conciliar suas próprias emoções em torno disso, e ainda de criar um ambiente de bem estar. Ainda, há a expectativa de gênero (bastante naturalizada) de que uma mulher seria mais competente nesse aspecto do que os homens. Na “zona turva do trabalho doméstico”, a trabalhadora passa também a compor intimidades, a viver afetos, desgostos, ambivalências, conflitos, sem que tenha *status* de familiar.

As crianças aparecem como a grande “recompensa moral” pelo trabalho. O afeto por elas, mesmo que inexistente no começo, servem à construção de uma ideia de vocação, também de uma profissional habilitada e especializada: “qualquer um faz faxina, mas nem todo mundo cuida bem de uma criança”. Assim, os pais das crianças, ao deixar com estas babás o seu bem mais precioso, atestariam também o seu valor e a confiança no seu trabalho. Nesse sentido, Adrien Batiga (2021, p. 264) argumenta que o trabalho de cuidado de crianças realizado por babás imigrantes na França se mostra como uma experiência moral ambígua: é nobre e ingrato, ao mesmo tempo. A grandeza do trabalho está associada ao fato de que a delegação do cuidado é feita a partir da confiança depositada na trabalhadora, pois o objeto da própria delegação é a criança, “o bem mais precioso dos pais”. Por outro lado, opera também uma outra lógica de (des)valorização, o que torna o trabalho “ingrato”: desvalorização salarial, ausência de reconhecimento e até uma “ingratidão relacional” (op. cit., p. 283).

Buscando construir uma imagem de reconhecimento e satisfação, minhas interlocutoras mobilizavam justamente a intimidade com as crianças e com as famílias como um importante elemento para lidar com o desconforto de seu “insucesso”. Afinal, elas se sentam à mesa com a família, recebem e dão afeto para as crianças, gozam de (algum) respeito por parte dos adultos, e “são quase da família”. Elas agora se encontram diante do dilema (profundamente generificado) de assumir um trabalho de cuidado desvalorizado socialmente, o qual apareceu para elas no destino migratório, ou retornar e “honrar” as expectativas familiares e sociais quanto ao seu percurso profissional.

Conclusão

Este pequeno texto se propõe a contribuir aos estudos sobre mulheres enquanto sujeitos migrantes. Especificamente, olhamos para as experiências de mulheres brasileiras inseridas em trabalhos de cuidados em Paris. Ao longo do trabalho de campo realizado na localidade,

constatamos que se tratavam de grupos profissionais distintos e também de diversos grupos sociais. Isto é, não foi uma diferenciação *a priori* feita antes do início da pesquisa, mas um achado do próprio trabalho de campo. A partir deste, encontramos diversas formas como mulheres migrantes se inserem no mercado dos cuidados e buscam obter sucesso em seus projetos de vida, profissionais e migratórios. Muito em função de marcadores e grupos sociais, elas se encaminham e mobilizam distintos recursos para isso, bem como se relacionam com os trabalhos de cuidados de maneira também diversa.

Em meio a tais diferenças, há também questões e temas que se mostraram transversais, como a intimidade e as moralidades. Em uma naturalização de (certos) corpos que não se encontram no mesmo espaço, as faxineiras não são permitidas na luz do dia, nas relações com “os franceses”, os legítimos ocupantes do espaço. Inclusive, elas são admitidas na medida em que ocupam a função de faxineiras, de trabalhadoras. Para tanto, elas precisam se mover em um mundo com regras próprias, que combina elementos de legalidade e ilegalidade. A penumbra é praticamente inacessível às babás que, originárias de um outro contexto social, nunca sequer consideraram a migração irregular, e muito menos sabem navegar neste universo.

Para estas, inclusive, a(s) moralidade(s) se fazem presentes no campo da “zona turva do trabalho doméstico”, onde se misturam afetos que vão desde o nojo, o ressentimento, até a preocupação e senso de realização. A forma como elementos morais participam das relações de cuidados, que são também profissionais, é marcante em atividades de cuidados diretos e complexifica tanto o trabalho em si, como sua forma de mensuração e até de precificação. “É nobre e ingrato”, como salienta Adrien Batiga (2021). Por outro lado, justamente por esta moralidade atrelada aos cuidados de crianças, estas mulheres são admitidas à uma maior intimidade familiar, seus corpos são aceitos publicamente e também à mesa da família, de onde elas extraem também algum senso de valor, de que são assim “quase da família”.

Por fim, as manicures são chamadas a realizar um trabalho corporal, ou seja, por um momento específico, os corpos devem se tocar. Isto não é algo trivial, pois se trata de mulheres também racializadas e de classes sociais baixas, mas que detêm alguns saberes que justificam tal intimidade. Há barreiras sociais que se evidenciam nesses encontros, mas as manicures parecem atribuir um sentido de sucesso à medida em que suas clientes também se mostram como bem sucedidas (aos seus olhos, evidentemente). Além disso, elas se envolvem em relações matrimoniais com homens europeus a partir de moralidades também específicas, nas quais afetos e interesses não se anulam, mas coexistem e são vividos também como uma forma de sucesso. Inclusive, as relações de parceria com estes homens (e outros) que aparecem nas trajetórias das interlocutoras é uma das questões que fica em aberto. Afinal, elas se movem por redes complexas e formam relações também complexas com diversos atores sociais.

Bibliografia

ALMEIDA, Gisele. Au revoir, Brésil: um estudo sobre a imigração brasileira na França no século XXI. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. Revista Estudos Feministas, 15(3), Florianópolis, set.-dez. 2007, pp.745-772.

AZEREDO, Rafael. The Brazilian diaspora: Intra-community dynamics and differentiating factors among Brazilian migrants worldwide. Sociology Compass. 2024; e13201. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/soc4.13201>. Acesso em 01 de setembro 2024.

BATIGA, Adrien. Les nounous africaines à Paris: Immigration féminine et travail domestique en France. Tese de Doutorado, Sorbonne Université (Paris, France) & Université Gaston Berger (Saint-Louis, Senegal). 2021.

MARTINS, Ester. Migrações internacionais e trabalhos de cuidados: trajetórias de mulheres em São Paulo e em Paris. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo (São Paulo, Brasil) & École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris, França). 2025.

MOROKVAŠIĆ, M. Birds of Passage are also Women ... International Migration Review, 18(4), 886-907, 1984. <https://doi.org/10.1177/019791838401800402>.

OLIVEIRA, Juliana. Fazendo a vida fazendo unhas: uma análise sociológica do trabalho das manicures. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

REDONDO, Michelle. Trajetórias do care: de *jeune fille au pair* à *nounou*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (Campinas, Brasil) & Université Paris VIII (Paris, França), 2018.



Brasil, Estado-tampão no sul global

Rosana Baeninger*

Os processos migratórios internacionais passaram a compor as agendas acadêmicas e governamentais nos últimos dez anos, indicando o Brasil no século XXI como espaço migratório global e, especificamente, espaço migratório Sul-Sul. Refletir sobre novas perspectivas teóricas e explicativas a respeito dos movimentos migratórios no seu contexto escalar transnacional se torna elemento teórico para compreendermos processos tão diferenciados observados hoje no país. Perspectivas teóricas variadas para as explicações das migrações internacionais no século XXI contribuem para a composição de análises referentes ao enorme mosaico que se constitui o fenômeno na atualidade. Cortès e Faret (2009a) apontam uma “turbulência de paradigmas” a partir da qual a mobilidade se revela, cada vez mais, entrelaçada às práticas migratórias. Os desafios para as migrações internacionais no século XXI implicam em revisões conceituais acerca das novas mobilidades, modalidades e explicações desse fenômeno social, com análises teórico-conceituais. De acordo com Simon (2006), é preciso uma abordagem global para o entendimento do fenômeno, o que constitui uma das rupturas epistemológicas necessárias para a análise contemporânea da migração internacional.

* Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.

Nesse sentido, considerando as migrações Sul-Sul (Phelps, 2014) e a partir do conceito de espaço migratório, proposto por Simon (2006), busca-se analisar o lugar do Brasil na nova ordem geopolítica global das migrações internacionais e seus desdobramentos no âmbito nacional. O conhecimento teórico-metodológico acumulado em pesquisas acerca dos processos migratórios internacionais no decorrer do século XXI possibilita apreender a configuração do Brasil como país-tampão (Agier, 2006), ou melhor, como Estado-tampão no contexto global das migrações internacionais e do refúgio (Baeninger, 2024) no regime de segurança humanitária (Amar, 2020). Assim, o desdobramento dessa posição do Brasil na economia política das migrações internacionais o configura como espaço migratório Sul-Sul, implicando na formação de novos espaços migratórios internos, permeados pela forte atuação da dimensão institucional, a presença do Estado e de atores paraestatais na segurança humanitária dessas migrações internacionais (Amar, 2020).

Ademais, o Estado-tampão reforça nas migrações contemporâneas o novo contexto do mercado flexível de trabalho, com a emergência do precariado migrante (Baeninger, 2021). Este precariado (Standing, 2017) em um regime de acumulação por expropriação (*accumulation by dispossession*) em âmbito global (Harvey, 2004; Glick-Schiller, 2020) implica em vulnerabilidades sociais e trabalhistas para os diferentes grupos sociais, em especial para a população migrante e refugiada. Nesse contexto, os desafios teóricos e políticos retomam a relação origem-destino dos fluxos migratórios com a intensificação das migrações Sul-Sul como reflexo dos represamentos de fluxos migratórios indesejados ao Norte-Global no Estado-tampão.

Precariado imigrante, imigrantes expropriados¹

As transformações globais na flexibilização do mercado de trabalho a partir da reestruturação produtiva (Harvey, 1993) geraram, a cada década no decorrer dos últimos cinquenta anos, relações de trabalho precárias (Sassen, 2010) e mercados de trabalho flexíveis, em particular pós-2008 (Standing, 2017). Nesse contexto, a dispersão espacial das indústrias, a temporalidade do trabalho e a desproteção social do trabalhador (Antunes, 2020) são fatores para a complexidade das migrações internacionais com a inserção de novos lugares, novas rotas e novos destinos para milhões de pessoas no mundo. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), os imigrantes internacionais alcançaram cerca de 281 milhões de pessoas, em 2024, correspondendo a cerca de 40% os fluxos entre os países do Sul Global. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2024, 123,2 milhões de pessoas se deslocaram à força em decorrência de perseguição, conflito, violência e/ou violações de direitos humanos: 73,5 milhões corresponderam a deslocamentos internos dentro de um mesmo país; 35,4 milhões conseguiram a condição jurídica de refúgio em país diferente do de residência; 8,4 milhões estavam com solicitação de refúgio em outro país; e, 5,9 milhões de pessoas com necessidade de alguma proteção internacional².

¹ Versão revisada e ampliada de Baeninger (2021).

² Acnur (2024), Relatório Tendências Globais. <https://www.unhcr.org/global-trends-report-2024>

Sassen (1990) analisa que a mobilidade internacional do capital e a transnacionalização das empresas – ensejadas pela reestruturação produtiva nas últimas décadas do século XX – contribuíram e promoveram a mobilidade internacional do trabalho ao romper as estruturas tradicionais do trabalho e estabelecer profundas relações entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. A migração internacional é um elemento de (re)produção do capital internacional e da reprodução social de contingentes migrantes no mundo (Sassen, 1990).

A disseminação das relações econômicas e sociais e as transformações tecnológicas, em nível mundial, contribuem também para a complexidade das migrações internacionais, em especial com origem nos países pobres (De Hass, 2010). O autor enfatiza que as mudanças tecnológicas e de comunicação reduziram os custos associados à migração, permitindo a diversos grupos sociais o acesso a migrar. Além disso, as relações transnacionais entre migrantes possibilitam que migrantes permaneçam em contato com sua família e os seus locais de origem, mandem e recebam recursos financeiros, bem como tenham informações sobre os locais de destino e as oportunidades nesses países.

O crescente desemprego, a terceirização das atividades econômicas, a ampliação do mercado de trabalho informal (OIT, 2015), o trabalho flexível, e, a consequente, desigualdade social refletem o modelo econômico neoliberal (Standing, 2017). A partir de 1990, “a flexibilidade defendida pelos impetuosos economistas neoclássicos significava, sistematicamente, tornar os funcionários mais inseguros (...) as mudanças políticas e as respostas das corporações aos ditames da economia do mercado globalizante geraram em todo o mundo uma tendência que jamais havia sido prevista pelos neoliberais ou pelos líderes políticos que estavam pondo em prática suas políticas. Milhões de pessoas, em economias de mercado abastadas ou emergentes, passaram a fazer parte do precariado, um novo fenômeno, ainda que tivesse nuances no passado” (Standing, 2017 p.22).

De acordo com Standing (2017) o termo “precariado” surgiu com os sociólogos franceses nos anos 1980 como definição de trabalhadores temporários ou sazonais. As análises do autor aprofundam este termo apontando se tratar de uma nova classe em formação, originada a partir da globalização precarizante, do neoliberalismo e da superexploração de populações. A crescente precarização do trabalho (Antunes, 2020) e as condições impostas pelo trabalho flexível conformam o precariado, com pessoas de diferentes níveis de qualificação profissional no mundo inteiro alterando a estrutura social à medida que as desigualdades aumentam frente a um mercado de trabalho flexível. Essa nova estrutura de classes fragmentada apresentada por Standing (2017 p. 24) contempla a elite; os trabalhadores assalariados com trabalho estável e tempo integral; os profissionais-técnicos, consultores e autônomos com altos rendimentos em contratos; os trabalhadores manuais (antiga classe trabalhadora); e, o precariado.

O precariado é definido por Standing (2017) como o exército de pessoas obrigadas a aceitar o trabalho flexível como forma de preservar os empregos, com empregos de duração limitada, com empregos temporários e sazonais, com empregos de meio período. São empregos com ausência de identidade profissional, empregos incompatíveis com a formação profissional,

empregos informais, microempreendedores/autônomos e desempregados. Em todas estas situações, os trabalhadores do precariado vivenciam a angústia da insegurança do vínculo empregatício, o medo pela perda do emprego e a incessante busca por emprego.

Esse cenário atual define a “acumulação por expropriação” (*accumulation by dispossession*) nas análises de Harvey (2004), onde há a eliminação de direitos e o controle capitalista de propriedades coletivas (Pontes, 2010). Glick-Schiller (2020 p. 9 tradução livre) afirma que “recentemente entramos em uma nova virada conjuntural (...) Especificamente, aqueles que controlam a riqueza concentrada estão intensificando a acumulação de capital por expropriação”. Çağlar e Glick Schiller (2018) apontam que esta forma de acumulação resulta na expansão crescente dos deslocamentos de pessoas no mundo.

Desse modo, compreender as migrações contemporâneas e seus desafios teóricos e políticos requer considerar a relação origem-destino na “nova configuração de forças conjunturais” (Glick-Schiller, 2020): movimentos migratórios de países pobres para países pobres, de países periféricos para a periferia do capital (Basso, 2003). A ampliação desses fluxos Sul-Sul (Phelps, 2014) está relacionada às restrições, cada vez mais severas, do Norte Global para a entrada apenas de imigrantes desejados: expressão da nova forma de acumulação por expropriação.

É nesse contexto geopolítico, que se faz necessário incorporar a perspectiva da formação do mercado global do trabalho imigrante (Guarnizo *et al*, 2003) e os regimes emergentes de exportação de mão obra (Standing, 2017) como processos da acumulação por expropriação e o precariado imigrante. No âmbito da mobilidade do capital e da força de trabalho, as últimas décadas têm apontado a crescente especialização profissional nos lugares de origem para a exportação dessa mão de obra: “o resultado é que exércitos de trabalhadores estão sendo mobilizados e movimentados em todo o mundo” (Standing, 2017 p. 168). Desse modo, pode-se afirmar que o precariado imigrante garante aos países de destino o excedente necessário para a reprodução do capital e nos países de origem a relevância das remessas para o crescimento do produto interno bruto, além de reforçar a ausência de direitos e a estabilidade no trabalho. Entre origem e destino conforma-se uma dinâmica própria de reprodução social transnacional de populações imigrantes que sustenta a constante e permanente tríade provisório/temporário/precário na inserção laboral para diferentes grupos sociais.

Nos países de destino, a participação de parcela expressiva de imigrantes internacionais no mercado de trabalho enfrenta, dentre outros fatores, a inserção laboral informal e precária em suas formas inseguras de trabalho. As históricas desigualdades regionais, as disparidades econômicas e a “remercadorização” (Standing, 2017, p. 56) da força de trabalho – a partir da oferta e demanda nos trabalhos flexíveis – impulsionam particularmente as migrações Sul-Sul (Phelps, 2014). A migração de babás filipinas, de filipinos nas plataformas de petróleo, de bengaleses no corte da carne halal, além de imigrantes em nichos étnicos globais (Waldinger, 1994) – bolivianos/as na costura, seneleses no comércio ambulante de eletrônicos, chineses no comércio popular – conformam o exército de reserva global, nas análises de Huws (2012), e o precariado como reserva flutuante, nas interpretações de Standing (2017).

Standing (2017) aponta que, no cenário atual, à exceção da elite, todos os demais grupos da nova estrutura social estão sendo empurrados para o precariado como resultado da flexibilidade da produção capitalista, “com a transferência de riscos e insegurança para os trabalhadores e suas famílias. O resultado tem sido a criação de um precariado global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade” (Standing, 2017, p. 15).

Esse grupo social – o precariado – encontra-se desprovido de todas as garantias e direitos sociais relacionados ao trabalho, tais como: renda salarial e compromisso governamental de pleno emprego, vínculo empregatício, segurança no emprego e no trabalho, aprimoramento e capacitação laboral e representação de classe. São “trabalhadores remunerados, têm características de classe, mas consistem em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e com o Estado (...) não tem nenhuma das relações de contrato social do proletariado” (Standing, 2017, p. 25 e 26).

O precariado tem como característica o “declínio da mobilidade social” (Standing, 2017, p.94). Desse modo, reforço aqui o elemento explicativo mais evidente nos processos de emigração brasileira: a ausência e declínio da mobilidade social anteriormente garantida pelas migrações internas em décadas de fordismo, que conduz ao movimento de emigração do país, mesmo com o conhecimento da mobilidade social descendente no país de destino, em especial naqueles do Norte Global. Essa mobilidade social descendente reflete a instabilidade laboral do mercado flexível, onde um trabalho que parecia transitório – por curto espaço de tempo ou apenas para não ficar sem renda- se torna a condição permanente do trabalhador na flexibilidade da produção capitalista. A condição do precariado se traduz em mudanças constantes de emprego, ausência de identidade profissional, com um “trabalho útil para viver”, aceitando o que tiver de emprego em suas formas inseguras de trabalho e se sujeitando à autoexploração (Standing, 2017, p. 33). Glick-Schiller (2020) define como deslocamentos em múltiplos processos de acumulação por expropriação.

As configurações do precariado inserem migrantes internacionais como parte importante deste grupo social. Imigrantes que, em sua maioria, estão em busca de melhores condições de vida e de sobrevivência para sua reprodução social, imigrantes expropriados de seus direitos, de suas vidas: “o expropriado pode ser definido como pessoas de múltiplas posições de classe que respondem politicamente à medida que as redes e aspirações dentro das quais constituíram suas vidas são interrompidas nos processos contemporâneos de acumulação de capital por expropriação” (Glick-Schiller, 2020 p.9 tradução livre). A ausência da proteção social do trabalhador, o esgarçamento das relações de confiança quer seja pelo capital ou pelo Estado, o rompimento do contrato social do proletariado, as incertezas do emprego no mercado flexível configura o precariado como um reservatório de populações migrantes, desencantadas e desesperadas com a falta de emprego e em busca de relações mínimas de confiança nas relações sociais ao redor do mundo.

O mercado de trabalho flexível encontra nas migrações contemporâneas o excedente necessário para alavancar a acumulação capitalista por expropriação, abastecendo o precariado

com uma mão-de-obra de baixo custo, com a presença crescente de migrantes internacionais documentados e não-documentados, com imigrantes transitórios, com a presença de mulheres e crianças imigrantes, com a forte mobilidade estudantil internacional, com a migração qualificada e com o aumento dos refugiados.

A configuração do Brasil como Estado-tampão

No panorama dos processos de expropriação por acumulação, a restrição de países do Norte Global a fluxos de imigrantes não desejados evidencia a conformação de país-tampão (Agier, 2006) no Sul Global. As evidências empíricas para o Brasil são importantes tanto para identificar as distintas nacionalidades quanto para compreendermos as possibilidades de permanência documentada no país, constituindo este um dos fatores-chaves para a configuração do “Brasil, Estado-tampão” no regime de segurança humanitária (Amar, 2020).

Além disso, a política de redistribuição interna de determinados fluxos migratórios com a forte presença do Estado, a partir da fronteira, como a imigração vinda da Venezuela requer analisar teoricamente a configuração de espaços sul-sul em diferentes localidades do país, reforçando a posição do Brasil para represar os fluxos migratórios em direção ao Norte Global.

Na perspectiva de Simon (2006) torna-se necessário compreender a importância da globalização e seus desdobramentos para os estudos migratórios, adotando o conceito de espaço migratório. O espaço migratório se refere a todo espaço praticado pelos migrantes: espaço de origem, espaço de implantação, espaço de trânsito, os quais são contínuos nas relações sociais e atuam em diferentes escalas regional, intercontinental e planetária. A conjuntura geopolítica contemporânea conduz, portanto, à compreensão da posição do Brasil no quadro das migrações Sul-Sul como espaço migratório (Baeninger, 2024), em especial por considerar que o Brasil assume um novo papel no âmbito das migrações internacionais globais nos últimos dez anos: o de Estado-tampão. Seguindo as análises de Agier (2006) este é um espaço migratório para isolar, filtrar e represar a entrada de imigrantes do Sul nos países do Norte Global.

A constituição de espaços-tampões das migrações Sul-Sul no Brasil inicia-se com as migrações Sul-Sul de fronteira, a partir de 2011 com a imigração haitiana, e se expande para o interior do país, com a transferência da população venezuelana da fronteira para demais localidades, e a formação de espaços-tampões internos. No caso destes dois fluxos migratórios (vindos do Haiti e da Venezuela) houve forte presença do governo brasileiro em sua gestão e de atores paraestatais. Segundo as informações fornecidas pela Polícia Federal, 2000 a 2024 foram registradas 187.540 pessoas nascidas no Haiti no Sistema de Registro Nacional Migratório.

Além disso, o espaço-tampão de fronteira passou a contar com demais fluxos migratórios Sul-Sul vindos da Venezuela, Senegal, Cuba. O Brasil não é o país desejado, mas sim o país possível no âmbito da geopolítica das migrações internacionais (Baeninger, 2018) tanto em relação à sua posição como Estado-tampão nos processos globais quanto pela possibilidade da permanência com a documentação migratória.

A imigração vinda da Venezuela, a partir de 2015, com entradas nessas fronteiras expressam, com maior vigor, o papel do Brasil como Estado-tampão e a consolidação do espaço-tampão de fronteira no regime de segurança humanitária. A governança desse fluxo e sua regulação ocorreu com a implantação pelas Forças Armadas da Operação Acolhida, em 2018, para ordenar a fronteira, abrigar os migrantes quando da sua chegada e, por fim, interiorizar esses migrantes. Chaves (2018, p. 94) apresenta as funções gerais dos atores da Operação Acolhida e seus respectivos atores: “Exército Brasileiro: logística, segurança e saúde; Polícia Federal: controle migratório e documentação; ANVISA: controle sanitário; MDS: assistência social e apoio à DPU; Receita Federal: emissão de CPF; ACNUR: orientação e apoio para solicitação de refúgio, gestão de fluxos de vulnerabilidade, registro; OIM: orientação e apoio para regularização migratória regular (residência temporária), prevenção ao tráfico de pessoas; UNFPA: gestão de fluxos de vulnerabilidade específicos (soropositivos, LGBTI e outros); UNICEF: atividades com crianças”.

Além das instituições não-governamentais, em particular religiosas, para a gestão dessa imigração, há expressivo aporte de recursos financeiros, caracterizando a externalização dessas migrações no Brasil: elemento fundamental para a constituição do país-tampão e para o regime de segurança humanitária. “La externalización es una estrategia por la que los Estados promueven medidas más allá de sus propias fronteras con el fin de impedir o desincentivar la entrada de ciudadanos extranjeros que carecen del permiso legal requerido y que se cree que podrían solicitar asilo” (Forced Migration Review, 2021 p.1).

Assim, o espaço-tampão de fronteira é caracterizado pelo espaço geopolítico de disputa das migrações internacionais no regime de segurança humanitária, que segundo Amar (2020) se caracteriza pela forma de controle híbrida e contraditória que mescla aparelhos de criminalização, militarização e para-humanitarismo. As migrações Sul-Sul, em especial haitianas e venezuelanas nesse espaço migratório transnacional, mobilizaram, a partir de 2011, a atuação de diversos atores: organismos internacionais (ACNUR, OIM, OIT, UNFPA), Estado, poder público, universidades e instituições da sociedade civil – em especial de caráter religioso. De fato, a presença importante de imigrantes missionários religiosos na Amazônia brasileira, por exemplo, contabiliza mais de 3 mil sacerdotes ou religiosos entre 2000-2024, de acordo com o Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA/ObMigra).

Em 2018, a Operação Acolhida implementou o processo de interiorização da imigração Venezuela como forma de controle dos fluxos migratórios em Roraima e a seletiva distribuição espacial dessa população migrante no território nacional, chegando a 148.6587 imigrantes da Venezuela realocados para 1.089 municípios, de abril de 2018 a abril de 2025 (Boletim OIM, maio de 2024). Trata-se, portanto, de uma migração dirigida (Baeninger, 2018), com forte presença do Estado brasileiro e recursos financeiros de organizações internacionais (em especial até 2024 da Usaid) condicionada e que, de um lado, garante o represamento de imigrantes indesejados ao Norte Global no Brasil e, de outro lado, desafoga internamente o espaço-tampão de fronteira rumo a constituição de novos espaços-tampões internos no Brasil. Entre 2017-2024 foram registradas 1.231.159 entradas de imigrantes da Venezuela no Brasil, com uma saída de

575.225 pessoas (Boletim, OIM< dezembro de 2024). Em dezembro de 2024, de acordo com a Organização Internacional das Migrações, 551.321 imigrantes da Venezuelana apresentavam autorização de residência no Brasil; 21.194 imigrantes da Venezuela estavam como solicitantes de refúgio; e, 141.277 na condição de refugiado reconhecido.

A política explícita de redistribuição interna da população imigrante venezuelana (Baeninger, 2020) transformou a Fronteira Norte em um reservatório da migração interna das migrações internacionais venezuelanas com a realocação de imigrantes da Venezuela e delegando para instituições locais de acolhida o atendimento à imigrantes, em especial as organizações religiosas a tutela dessa população. Esta migração dirigida (Baeninger, 2018) articula Estado e atores sociais com a presença de organismos internacionais, poder público e instituições paraestatais, conforme o artigo 120 da Lei de Migração de 2017, e, portanto, elementos que desenham no Brasil o regime de segurança humanitário proposto por Amar (2020).

Pode-se afirmar que, a complementaridade entre o espaço-tampão de fronteira e os novos rumos da imigração internacional na conformação de espaços-tampões internos são corolários da dimensão institucional com forças implícitas e explícitas para a realocação das migrações internacionais no Brasil. As ‘migrações internas das migrações internacionais’ constituem os elementos fundantes da formação de novos ‘espaços-tampões’ em metrópoles e no interior do Brasil, para amortecer e represar por mais tempo a migração indesejada ao Norte Global.

É revelador apontar, no caso brasileiro, além das centenas de instituições presentes na fronteira e fora dela, a hipervisibilidade para os fluxos da imigração haitiana e venezuelana no Brasil, elemento fundamental do regime de segurança humanitária (AMAR, 2020).

Os espaços-tampões de fronteira e os espaços-tampões internos no regime de segurança humanitária tendem a incorporar novos fluxos migratórios, em particular, aqueles advindos de situações de grave crise política, guerra, desastres ambientais e violações de direitos humanos. Tais espaços de para-humanização conjugam os esforços locais, humanitários e religiosos. No caso dos espaços-tampões de fronteira assiste-se, recentemente, a chegada de imigrantes de Cuba e do Haiti, ambos pautados por contextos de crise política. No caso do espaço-tampão interno de São Paulo, que se formou no regime de segurança humanitária pelos fluxos de periféricos na periferia (e não pela sua condição histórica de ‘vocação imigrante’) traz, por exemplo, a situação recente da chegada de afegãos no Brasil pelo Aeroporto Internacional de Guarulhos-SP.

Considerações Finais

O processo de formação de espaços migratórios internos, denominado de espaço-tampão – a partir das perspectivas teóricas de Aguiar (2006; Amar, 2020; Baeninger, 2018) – é marcado, portanto, pela articulação entre diferentes atores sociais, como apontam os casos da imigração haitiana – com forte presença do Estado em seu início – e, particularmente, com a política explícita de distribuição de imigrantes da Venezuela em território brasileiro. Considero que tais

espaços-tampões reforçam a expressão de um Estado-tampão e a, consequente, externalização das fronteiras para filtrar e conter a migração no Sul Global no contexto do regime de segurança humanitária na governança dessas populações migrantes.

As análises apresentadas buscam apontar desafios teóricos para (re)contextualizar as migrações contemporâneas no sistema global de poder (Glick-Schiller, 2010), considerando os processos de acumulação capitalista, a formação do precariado e as migrações internacionais. As determinações da dinâmica globalizante do mercado de trabalho flexível, intensificadas pós- 2008 com a crise financeira (Standing, 2017), apontam uma “nova virada conjuntural” (Glick-Schiller, 2020) com impactos nas migrações internacionais. O contexto global do mercado de trabalho flexível e as migrações internacionais são condições para o atual regime de produção capitalista (Standing, 2017), com o dismantelamento da proteção social do trabalhador, com formas flexíveis de trabalho e emprego, com a instabilidade das relações de trabalho.

As migrações internacionais contemporâneas se redefinem em seus desafios teóricos na contextualização da acumulação por expropriação, conforme Glick-Schiller, e sua presença no precariado, de acordo com Standing (2017). O precariado imigrante envolve diferentes grupos sociais, perfis de qualificação educacional e profissional, compreende diferentes categorias ditadas pelo Estado-nação para sua entrada e permanência nos países de destino. Assim, as categorias imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados refletem, de um lado, a posição social de diferentes contingentes frente ao Estado-nação e, de outro lado, sua condição de expropriados (Glick-Schiller, 2020), em particular em um Estado-tampão.

Nesse contexto, a relação origem-destino se torna elemento central na interpretação das migrações contemporâneas e em seus desafios. Os países pobres e os países emergentes terão forte participação no precariado global e, consequentemente, no precariado imigrante na rota migratória Sul-Sul e a configuração de espaços-tampões.

Referências bibliográficas

AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, p.197-215, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

AMAR, Paul. *O Arquipélago da Segurança: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.

ANTUNES, R. *O Privilégio da Servidão – o novo proletariado de serviços na era digital*. Editora Boitempo, 2ª edição, 2020.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. *Migrações Venezuelanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

BAENINGER, Rosana. Lei de Migração e Política Interna das Migrações Internacionais: a redistribuição espacial da população imigrante no Brasil. In: André de Carvalho Ramos; Luís Renato Vedovato; Rosana Baeninger. (Org.). *Nova Lei de Migração – Os Três Primeiros Anos*. 1ed.Campinas: NEPO/UNICAMP, 2020, v. 1, p. 349-362.

BAENINGER, Rosana. Migrações Contemporâneas: desafios teóricos. In: Marcelo Ennes; Allisson Goes; Cleber Meneses. (Org.). Migrações internacionais sob múltiplas perspectivas. 1ed.Aracaju,Sergipe: Criação Editora, 2021, v. 1, p. 75-88.

BAENINGER, Rosana. Migrações Internacionais: espaços migratórios Sul-Sul. In: Luís Reznik;Helion Póvoa Neto. (Org.). História da Imigração no Brasil. 1ed.Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024, v. 2, p. 47-62.

BASSO, P. Racismo de Estado e antirracismo de classe. São Paulo: Margem Esquerda, 2015

BASSO, P. Sviluppo diseguale, migrazioni, politiche migratorie. In: BASSO, P.; PEROCCO, F. (Org.). Gli immigrati in Europa: diseguglianze, razzismo, lotte. Milano: FrancoAngeli,

ÇAĞLAR, A.; GLICK SCHILLER, N. Migrants and City-Making. Dispossession, Displacement, and Urban Regeneration. Durham: Duke University Press, 2018.

CANALES, Alejandro. E pur si muove – Elementos para una teoria de las migraciones en el capitalismo global. Guadalajara, México: Universidad de Guadalajara, MAPorruá Editor, 2015

CHAVES, J. F. C. Panorama da resposta humanitária ao fluxo venezuelano no Brasil na perspectiva da Defensoria Pública da União. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jaroshinski (cords.). Migrações Venezuelanas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018, pp. 93-100.

CHAVES, J. Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis. In: Anais do 46º Encontro Anual da Anpocs, realizado entre 12 e 19 de outubro de 2022 na Universidade Estadual de Campinas.

CORTÈS, G.; FARET, L.(org.). Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines. Paris: Armand Colin, 2009. p. 7-19.

DE HAAS. Migration and development: A Theoretical Perspective. International Migration Review 44 (1), 2010, p. 227-264.

FONTES, V. David Harvey: espoliação ou expropriação? Há “lado de fora” do capital? “. In: O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Cap. 1, pp. 62-74, disponível em: http://resistir.info/livros/brasil_capital_imperialismo.pdf

FORCED MIGRATION REVIEW. Introducción. Externalización / Movilidad y autonomía en el desplazamiento prolongado, n.68, nov.2021. Disponível em www.fmreview.org/es/externalizacion

GLICK-SCHILLER, N. Beyond the Nation-State and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies – essentials of migration theory. Bielefeld: COMCAD, 2007. (Working Papers – Center on Migration, Citizenship and Development, n. 33).

GLICK-SCHILLER, N. Dispossession: A Conjunctural Analysis. Paper Delivered to CUNY Graduate Center, Anthropology Seminar 7, February, 2020

GUARNIZO,L., PORTES,A.; HALLER, W. Assimilation and transnationalism: determinants of transnational political action among contemporary migrants. American Journal of Sociology, 108 (6): 1211-1248, 2003.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. AnnaBlume, São Paulo, 2005.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança social. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

- JAROCHINSKI SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139
- JUBILUT, L. L.; JAROCHINSKI SILVA, J. C. Group recognition of Venezuelans in Brazil: an adequate new model?. Forced Migration Review, p. 42-44, 2020. Disponível em: <https://www.fmreview.org/recognising-refugees/jubilut-jarochinskisilva>. Acesso em 03 mar. 2021.
- OIT. Tendencias de la inspección del trabajo frente a la formalización: experiencias de América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2015.
- PEIXOTO, J. Da Era das Migrações ao declínio das migrações? A transição para a mobilidade revisitada. Revista Interdisciplinas de Mobilidade Humana, Brasília, v. 27, n. 57, dez. 2019, p. 141-158.
- PHELPS, E. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. The Migrationist: A Collaborative International Migration Blog, [S. l.], 2014. Disponível em: <https://themigrationist.net/2014/02/06/south-south-migration-why-its-bigger-than-we-think-and-why-we-should-care/>. Acesso em: 7 abr. 2021.
- PHELPS, E.D. South-South Migration: why it's bigger than we think, and why we should care. The Migrationist, [S.l.], 2014.
- SASSEN, S. The mobility of labor and capital: A study in international investment and labor flow. Cambridge University Press, 1990.
- SASSEN, S.. Sociologia da Globalização. Porto Alegre: Artmed.2010
- SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. Revista USP, 117-149.2002
- SIMON, Gildas. Migrations, la spatialisation du regard. Revue Européenne des Migrations Internationales, Paris, v. 22, n. 2, p. 9-21, 2006.
- STANDING, G. O Precariado – A nova classe perigosa. Tradução Cristina Antunes, 1ª edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- WALDINGER, R. The Making of an Immigrant Niche. International Migration Review, 28 (1), New York, 1994.
- WENDEN, C. W. (2001). Un essai de typologie des nouvelles mobilités. Hommes & Migrations, 5-12.
- WIMMER, A; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. Global Networks, [S. l.], v. 2, n. 43, p. 301-334, 2002.



Políticas para quem? A utopia dos direitos no contexto da globalização e da migração venezuelana para o Brasil

Denise Figueiró Mendes*

Na contemporaneidade, a globalização não trouxe apenas um processo de economia global, mas, também cultural, que impacta nas identidades, diminui as distâncias, aproxima as nações, produz novas identidades e transforma as fronteiras ocasionada pelas migrações internacionais, afetando toda uma sociedade – tanto a de origem como a de destino – por um período indeterminado de tempo.

A ideia de a globalização envolver a interação entre fatores econômicos e culturais, causar mudanças nos padrões de produção e consumo e, também, nos hábitos e estilos de vida (SILVA, 2012), além de impactar “sobre o Estado-nação e sobre as suas políticas públicas” (FARIA, 2018, p. 29), de ser um “fenômeno irrefreável e que exerce influência nas cidades” (MARX, 2006, p. 8) [tradução minha], ela é um processo que exclui, caracterizado por grandes desigualdades. Isso é enfatizado por Santos Boaventura (1999), ao afirmar que a globalização não é solidária: ela discrimina e clarifica as desigualdades.

* Professora Efetiva da Universidade Federal de Roraima/UFRR, Doutora em Ciências Sociais. E-mail: denise.mendes@ufrr.br.

A discriminação e a desigualdade, fortalecidas pela pandemia da COVID-19 no mundo, somado ao discurso do medo mundo afora (provido pelo terrorismo – como por exemplo o ataque às torres gêmeas e o ataque em Paris), cerceada ainda pela ideia de quebra de fronteiras e de pluralidades de direitos – indicadas pela globalização –, de que passaríamos a viver numa “aldeia global” com a possibilidade de exercer o direito de ir e vir, na verdade fortaleceu o controle e diminuiu a liberdade, através do contínuo discurso negativo e nacionalista das autoridades nacionais e locais.

O Estado, além do uso do aparato jurídico e policial, lança mão da ‘circulação do medo’, promovendo uma guerra global, em nome do combate ao terrorista, potencial ou real, e desencadeia um poder de polícia em escala mundial, fazendo circular por todos os cantos do mundo o medo como sentimento de contenção das pessoas (NASCIMENTO, 2019, s/p).

O discurso de nacionalização da produção e do comércio – um modelo protecionista da economia –, tem dado indícios para uma (des)globalização (FARIA, 2021¹), assim, também, como a visão tradicional de fronteira – como parte limítrofe de uma região, estado ou país (relacionada à soberania e de sua defesa) –, em pleno século XXI está em (des)construção (LUDWIG, 2021)².

As fronteiras sempre tiveram importância e consequências econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas (NASCIMENTO, 2019; MENEZES, 2018). Para Nascimento (2019, s/p), a relação conflituosa entre o desejo de libertação e a prática opressora (produto do capitalismo), tem como resultado “o fortalecimento das fronteiras e a expansão da política de restrição”. Por consistirem em espaços interestaduais, “as relações entre as populações locais e as ações dos diferentes níveis do Estado são condensadas” (MENEZES, 2018, p. 292), gerando conflitos ou lacunas de competências, das quais essas competências “são compartilhadas entre os governos nacionais e subnacionais (regionais e/ou locais)” (MENEZES, 2018, p. 292).

A exemplo, temos a fronteira entre Brasil e Venezuela que sempre houve constante movimentação, sendo que mais brasileiros emigrando para o outro lado do que o inverso. A literatura aponta que houve, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, um fluxo migratório constante de brasileiros para a Venezuela (JAROCHINSKI SILVA; ABRAHÃO, 2020; FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017; RODRIGUES, 2006), sendo que para essa última autora o movimento de brasileiros para a Venezuela, a partir dos meados dos anos 1970, foi bem maior do que a dos venezuelanos para o Brasil devido a estabilidade econômica do país vizinho, fazendo com que os brasileiros se estabelecessem no ramo do comércio vinculado à mineração, especificamente no garimpo (JAROCHINSKI SILVA; ABRAHÃO, 2020), ocorrência que perdurou nos fins dos anos 1980 e início dos anos 1990.

¹ Nota de aula da disciplina Espaço & Sociedade, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/PPGCS, da PUC Minas, ministrada pelo professor Doutor Carlos Aurélio Pimenta de Faria, em 26/4/2021.

² Nota de aula proferida em 19 de janeiro de 2021, pelo professor Doutor Fernando José Ludwig, com o tema “O conceito de fronteiras no século XXI – aspectos do Arco Norte”, no Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Migração, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados/NAMIR, da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

Já nos fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, os brasileiros emigravam para atuar ilegalmente na mineração na Venezuela, no comércio local e em atividades ilegais como tráfico de mulheres, contrabando de combustível e câmbio ilegal de moeda (RODRIGUES, 2006), relacionadas às atividades de fronteira (JAROCHINSKI SILVA; ABRAHÃO, 2020).

As medidas econômicas e sociais adotadas a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), seguido pelo governo Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), sucedido pelo Governo Dilma Rousseff (2011-2016), “garantiu a estabilidade da economia e manutenção de programas de inclusão social [...]” (FIGUEIREDO; ZANELATTO, 2017. p. 85), fazendo com que, novamente, o número de imigrantes aumentasse, e reforçando mudanças no processo de emigração dos brasileiros.

Diferentemente das motivações dos brasileiros, os imigrantes venezuelanos que começaram a se deslocar em maior quantidade para o Brasil, a partir do ano de 2017, vieram “premidos pela desestruturação política, econômica e social que atingiu a Venezuela” (MENDES; FERNANDES, 2020, p. 72), com a intensão de conseguir serviços básicos como alimentação, saúde e trabalho, mesmo que em condições estafantes e precárias (questões relacionadas à sobrevivência e falta de estabilidade), manifestada, ainda, pela possibilidade de ficar próximo do seu país e enviar mantimentos para familiares que ficaram na Venezuela. Essa mobilidade e constância de entradas e saídas dos nacionais venezuelanos no estado de Roraima se caracteriza como uma migração pendular e consolida o Brasil como um país de trânsito (JAROCHINSKI SILVA; ABRAHÃO, 2020).

O século XXI – considerado como o século das migrações – onde se assiste crescentes fluxos migratórios no mundo, tem-se o crescimento das políticas de controle que colocam em xeque as estruturas liberais democráticas, fazendo com que o migrante se torne um protagonista político, capaz de ressignificar a relação entre Estado e sociedade, e onde aquele que chega, mesmo que numa situação vulnerável, modifica o local de destino e provoca mudanças.

Incorporado a essa situação, tem-se as legislações restritivas dos países desenvolvidos, onde o anti-imigracionismo tornou-se um elemento político decisivo, traduzido numa legislação desfavorável para os imigrantes internacionais, contribuindo, ainda, para modificar os movimentos migratórios e seus destinos (BRITO, 2013; BAENINGER, 2018). Assim, após o fechamento das fronteiras do Norte Global, a migração Sul-Sul se consolidou, sendo o Brasil um país “possível”, mas não desejado³.

No caso do Brasil, onde se percebe um grande fluxo de imigrantes de diversas nacionalidades – em grande parte sírios, haitianos e venezuelanos – é notório a ausência de políticas públicas migratórias e de políticas socioculturais, que atendam aos direitos fundamentais (onde se incorpora o direito de expressão cultural), bem como a falta de diálogo entre governantes

³ Notas de aula proferida em 3 de dezembro de 2020, pela professora Doutora Rosana Baeninger, com o tema “Migração e refúgio no Brasil: desafios para a governança”, no Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Migração, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados/NAMIR, da Universidade Federal da Bahia/UFBA.

de todas as esferas – federal, estadual e municipal –, evidenciando a precariedade na governança sobre a temática que, num primeiro momento, foi dada às Forças Armadas (principalmente em relação a imigração de venezuelanos); e, num segundo momento, passasse a ser de responsabilidade das Organizações Internacionais (OIs), como o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), e a Organização Internacional para as Migrações (OIM), e, também, das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) – principalmente as religiosas –, que têm tido papel importante e fundamental no que tange a fazer valer os direitos dos imigrantes e refugiados, como preconiza a legislação.

A complexidade e a distinvidade apresentada pela emigração venezuelana para o Brasil, além de trazer um ineditismo nos fluxos migratórios internacionais, originada por uma migração forçada (de exclusão), e de ‘desespero’ (PEÑALVER; PÁEZ, 2017), tem trazido desafios para estudiosos, pesquisadores, e as políticas migratórias brasileiras e a sua governança devido a: num primeiro momento, o país se tornou mais um local de trânsito do que de permanência para os venezuelanos; num segundo momento, apresentou expressivo aumento de solicitação de refúgio por parte destes; e, num terceiro momento, exibiu uma migração interna dirigida, com forte presença do estado tratando uma questão humanitária através de uma abordagem militarizada, idealizada pelo discurso da segurança nacional, onde o destino desses imigrantes/refugiados, na maioria das vezes, é escolhido, mas não pelos protagonistas.

A legislação brasileira, que trata a temática migratória, teve seu avanço com a publicação da nova Lei de Migração brasileira – Lei nº 13.445, de 24/5/2017, e da Lei nº 13.684, de 21/6/2018⁴, ocasionando um salto em relação ao reconhecimento dos direitos do migrante; porém, a Lei, quando enfrenta a realidade, se revela uma grande burocracia, principalmente na garantia à cidadania e ao exercício pleno dos direitos sociais, onde valores culturais estão em jogo.

A entrada dos imigrantes venezuelanos pelo estado de Roraima, no Norte do Brasil, através da fronteira terrestre entre as cidades de Pacaraima (BR) com o município de Santa Elena de Uairén (VE), trouxe esse ineditismo nos fluxos migratórios internacionais e uma resposta emergencial manifestada por um discurso de segurança nacional – pelo governo de Jair Bolsonaro (2019-atual, sem partido) –, e de segurança pública, pelos governos estaduais: ex-governadora Suely Campos (2015-2018, Partido Progressista), e o atual Antônio Denarium (2019-atual, Partido Social Liberal, de 2018 a 2020, seguindo sem partido à partir de maio de 2020).

⁴ Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 20/5/2023.

Contrário aos Direitos Humanos (DH)⁵, a campanha de Denarium, ocorrida em pleno aumento do fluxo migratório de venezuelanos para o estado de Roraima, partiu de um discurso negativo de que a circulação de “estrangeiros” no estado seria uma ameaça, atribuindo-lhes o aumento da violência, produzindo uma identidade ao venezuelano como sendo “indesejável” por grande parte da população local e defendendo o fechamento da fronteira com a Venezuela.

As ideias nacionalistas e de políticas de controle, fortalecidas pela pandemia da COVID-19, mostraram, também, uma incompreensão sobre a acolhida humanitária, incitando uma política pública de exclusão, contrária à legislação, acordos e tratados internacionais em que o Brasil é signatário. A exemplo, foi o fechamento das fronteiras brasileiras⁶.

Outra questão, fortemente evidente na migração venezuelana é a apreciação do transnacionalismo que, segundo Bohórquez-Montoya (2009, p. 276), apresenta uma “reprodução de processos culturais em escala global, reconfiguração e expansão do capital em todo o mundo e movimentos sociais que articulam o local e o global no que foi chamado de espaço social transnacional” [Tradução minha]; além dos migrantes manterem múltiplas relações, tanto na sociedade de destino quanto na de origem, o que sugere características transnacionais (SASAKI; ASSIS, 2000). Baganha (2000, p. 822), contribui mencionando ser o transnacionalismo:

“...um modelo emergente e ainda pouco especificado, mas marcado pela exploração por parte dos imigrantes das vantagens comparativas que a globalização veio proporcionar e que até recentemente estavam apenas abertas ao capital. Neste processo estão em formação comunidades transnacionais que permitem criar teias de vínculos transnacionais que escapam aos Estados-nações e que, embora dependendo da extensão e densidade das redes sociais e do capital social dos imigrantes, tem permitido criar no processo novas vias de ascensão”.

Portanto, a análise da migração venezuelana, na perspectiva do transnacionalismo, é evidenciada pela forte atuação das redes sociais e institucionais, pelos vínculos com seu país de origem e de assentamento, pela reconfiguração dos hábitos e de seu status (já que muitos imigrantes venezuelanos qualificados acabam por ter que assumir trabalhos com menor qualificação), pela

⁵ Notícias disponíveis em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/10/30/interna-brasil,716316/governador-eleito-de-roraima-quer-mais-controle-fronteira-venezuela.shtml>; <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/restricao-imigrantes-e-bandeira-de-governador-eleito-em-roraima>; <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/08/23/discurso-contrainmigracao-domina-roraima.ghtml>; <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/23/antonio-denarium-roraima-venezuelanos-jair-bolsonaro.htm>. Acessos em: 05/8/2021.

⁶ Portaria nº 120, de 17/3/2020 – Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>; e Portaria nº 125, de 19/3/2020 – Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224> Acesso em: 28/2/2022.

economia das remessas, pois enviam dinheiro para familiares que ficaram no seu país no intuito de ajuda-los a se manterem; e, no plano legal, através da publicação da Resolução Normativa nº 126, de 02/3/2017, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que concedeu aos residentes na América do Sul, as mesmas prerrogativas contidas no acordo de Livre Trânsito do Mercosul⁷, favorecendo venezuelanos e nacionais de outros países da América do Sul e, também, a celeridade na concessão do status de refugiado.

A análise da migração venezuelana confirma a visão polar do efeito da globalização sobre a política social – referida por Faria (2018, p. 19) –, onde, além de haver a reação do Estado “ao surgimento das novas vulnerabilidades com a crescente globalização” que, por conseguinte, ampliam o gasto social, o Estado também “se vê obrigado a expandir as redes de proteção social” (ibidem), já que esse fluxo migratório tem mostrado crescente aumento de instituições e organizações, internacionais e nacionais, públicas e privadas que, articuladas em redes, propiciam apoio e acolhimento aos imigrantes venezuelanos – o que Vasconcelos (2021, p.48) denominou de “indústria migratória”.

Vale ressaltar que o Brasil não é o país latino-americano mais procurado por esses imigrantes. O maior número de deslocamento dos nacionais da Venezuela foi para a Colômbia, seguido pelo Peru, Chile e Equador, estando o Brasil em quinto lugar como opção para os mesmos⁸.

Concluindo, o fluxo migratório venezuelano para o Brasil, em conjunto às circunstâncias impostas pela pandemia do COVID-19, tem evidenciado transformações na realidade econômica, política e social do país, principalmente nos estados e regiões de destino final dos imigrantes e refugiados, seja pela atuação das redes institucionais e organizacionais envolvidas nesse processo, ou por ações e políticas públicas que seguem mais como “apagadoras” de incêndio do que de prevenção e ajuda – focadas mais no curto prazo e nas causas e consequências (CASTLES, 2010), do que propriamente o país poderia aprender e efetivar como sendo um modelo de acolhimento e integração para esse público –; ou, ainda, pelas condições diferenciadas que esse fluxo vem apresentando, pois, os deslocamentos não ocorrem somente da Venezuela para o Brasil, existindo um segundo movimento dos venezuelanos acolhidos no estado de Roraima, para outros estados e regiões do país, através do Programa de Interiorização do governo federal, como forma de amenizar e gerenciar o caos que acometeu o estado de Roraima.

⁷ Art. 1º - Poderá ser concedida residência temporária, pelo prazo de até 2 anos, ao estrangeiro que tenha ingressado no território brasileiro por via terrestre e seja nacional de país fronteiriço, para o qual ainda não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados.

⁸ Fonte: Agência Brasil. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes#:~:text=Os%20pa%C3%ADses%20latino%20americanos%20recebem,e%20Argentina%20\(130%20mil\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes#:~:text=Os%20pa%C3%ADses%20latino%20americanos%20recebem,e%20Argentina%20(130%20mil);); e Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2020/02/brasil-e-o-quinto-pais-que-mais-recebe-venezuelanos-afonta-debatedor> Acessos em: 30/4/2021.

O histórico das migrações internacionais no Brasil – de uma imigração seletiva e de branqueamento – reforça a discriminação, exploração, desigualdade, e um processo de racionalização cultural, onde o imigrante é percebido como uma ameaça à segurança nacional, e onde o pertencimento é uma sensação que lhe é imposta.

Referências

BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços das migrações Sul-Sul, Em Rosana Baeninger; Alejandro Canales (coord.); João Carlos Jarochinski Silva; Luis Renato Vedovato; Daniel Nagao Menezes; Duval Fernandes; Sidney Silva; Roberta Peres; Clodoaldo Anunciação; Joice Domeniconi (orgs). **Migrações Fronteiriças**. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 462-472.

BAGANHA, Maria Ioannis. In: Alejandro Portas. *Migrações Internacionais, Origens, Tipos e Modos de Incorporação*. **Análise Social**. vol. XXXV. (Outono). (n. 156), 2000. p. 820-822. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/?page_id=16. Acesso em: 22/10/2019.

BOHÓRQUEZ-MONTOYA, Juan Pablo. Transnacionalismo e historia transnacional del trabajo: hacia una síntesis teórica. **Pap. Político**. Bogotá (Colombia). vol. 14, (n. 1) enero-junio, 2009. p. 273-301. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/papel/v14n1/v14n1a11.pdf>. Acesso em: 15/7/2019.

BRASIL. Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018. Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Nº 119, p. 2. Brasília, 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=515&pagina=2&data=22/06/2018>. Acesso em: 25/11/2019.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 5/12/2019.

BRASIL. Resolução Normativa nº 126, de 02 de março de 2017. Dispõe sobre a concessão de residência temporária a nacional de país fronteiriço. **Diário Oficial da União**. ed. 43. seção1. p. 88. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20819083/do1-2017-03-03-resolucao-normativa-n-126-de-2-de-marco-de-2017-20819043. Acesso em: 29/11/2019.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. **Rev. Bras. Est. Pop.** Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013. Acesso em: 17/8/2019.

CASTLES, Stephen. Entendendo a migração global. Uma perspectiva desde a transformação social. **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 18, n. 35, jul-dez., 2010. p. 11-43. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4070/407042012002.pdf>. Acesso em: 21/10/2020.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Políticas públicas e relações internacionais**. / Carlos Aurélio Pimenta de Faria. – Brasília: Enap, 2018. 104 p.

FIGUEIREDO, Luiz O.; ZANELATTO, João H. & Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, 39 (1), 2017. p. 77-90. DOI: <https://doi.org/10.4025/actascihumansoc.v39i1.31426>.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. **MONÇÕES – Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados, v.8. n.16, jul./dez., 2020. p. 255-278. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em 07/06/2021.

MARX, Vanessa. Las ciudades em la globalización. **Arquitetura Revista**. v. 2 nº 1, jan-jun 2006. 8 p. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1936/193616282004.pdf>. Acesso em: 7/5/2020.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana e a interiorização: respostas aos fluxos migratórios recentes e as redes sociais em Minas Gerais. In: **Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania**, v.15, n.15. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2020. p. 69-88. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/02/2020-Caderno-de-Debates-IMDH-ed15-1.pdf>.

MENEZES, Daniel Francisco N. Introdução do debate das fronteiras no Brasil. Em Rosana Baeninger; Alejandro Canales (coordenadores); João Carlos Jarochinski Silva; Luis Renato Vedovato; Daniel Nagao Menezes; Duval Fernandes; Sidney Silva; Roberta Peres; Clodoaldo Anunciação; Joice Domeniconi (organizadores). **Migrações Fronteiriças**. Campinas, São Paulo: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p.291-299.

NASCIMENTO, Mariângela. Um muro chamado soberania nacional. **Teoria e Debate**. ed. 181, fev., 2019. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2019/02/05/um-muro-chamado-soberania-nacional/>. Acesso em: 22/1/2021.

PEÑALVER, Leonardo Vivas; PÁEZ, Tomás. The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis? **Research**. May 2017. 34p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317099053>. Acesso em 02/8/2021.

RODRIGUES, Francilene. Migração transfronteiriça na Venezuela. Programa de Pós-Graduação sobre as Américas-CEPPAC. **Estudos avançados** (20)57. UnB, 2006. p.197-207.

SANTOS BOAVENTURA, de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 7.ed. Porto: Ed. Afrontamento, 1999. 299p.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teoria das migrações internacionais. **XII Encontro Nacional da ABEP**. Caxambu, outubro de 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 12. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. **Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**. São Carlos, 2021. 293 p.



Precariedade laboral e auto-percepção de saúde mental de imigrantes venezuelanos: uma investigação em curso

Katielle Silva*

Olimar González García**

O quadro das mobilidades e migrações internacionais vem sofrendo importantes alterações nas últimas décadas, caracterizando-se por movimentos mais complexos, por exemplo, em termos de direção dos fluxos, temporalidades ou motivação.

Contexto de guerra e crises econômicas e políticas profundas, também dão contornos a processos migratórios intensos no fluxo e no tempo. A crise política e econômica enfrentada pela Venezuela tem provocado a saída forçada da população daquele país, tendo esse processo se intensificado a partir de 2015. O Brasil é um dos principais destinos da população venezuelana, sendo o estado de Roraima a “porta de entrada”. Estima-se que 568 mil venezuelanos ingressaram no país (UNICEF, 2025), estando a maior parte deles em idade ativa.

* Professora Adjunta da Universidade Federal de Roraima e Investigadora do Centro e Estudos Geográficos, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, da Universidade de Lisboa. katielle.silva@ufr.br
<https://orcid.org/0000-0001-5935-9390>.

** Estudante do bacharelado em geografia da Universidade Federal de Roraima e Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

Embora o programa de interiorização do Governo Federal tenha dado resposta ao processo de realocação dirigida de imigrantes venezuelanos, visando facilitar sua inserção socioeconômica, Roraima, em especial Boa Vista, acaba por fixar boa parte desta população. Este fenômeno ficou refletido nos dados do último Censo (IBGE, 2022), apresentando Roraima uma taxa de crescimento na ordem dos 40%, com um incremento populacional de 185.824 pessoas, passando respectivamente de 450.479 para 636.303 residentes, entre 2010 e 2022.

As transformações sociodemográficas e urbanas associadas à imigração são visíveis, em especial nas cidades de Pacaraima e Boa Vista. É perceptível a presença da população venezuelana nas ruas, praças e semáforos das principais avenidas da cidade a trabalhar como vendedores ambulantes de produtos alimentícios, além da forte presença no desempenho de atividades como faxina, no caso de mulheres imigrantes, e pinturas de casas, jardinagem, construção civil, no caso dos homens.

Apesar das respostas humanitárias, ainda são imensos os desafios enfrentados pela população imigrante e refugiada. O estado de Roraima é um dos estados com a renda *per capita* mais baixa do país e, sua posição geográfica periférica, resultante num certo grau de isolamento, devido a fraca densidade de redes (ex. aéreas e terrestres) impõem barreiras ao movimento espontâneo para outros estados/regiões brasileiras, limitando oportunidades e geração de renda dos novos residentes, contribuindo para uma inserção laboral precária com potenciais efeitos negativos sobre a saúde geral desta população, inclusa a saúde mental.

Além disso, o processo migratório é um fenômeno social que introduz mudanças complexas e disruptivas nas trajetórias individuais e relacionais dos indivíduos. As diferentes fases do processo migratório – pré migração, migração propriamente dita e pós migração – apresentam igualmente efeitos diferenciais na saúde (STOMPE, *et al.*, 2011). Se numa primeira fase a saúde do imigrante pode ser atravessada pelos impactos de trauma, pobreza e/ou violência, riscos de ordem física e mental podem ser potenciais na segunda e terceira fases, associadas ao aumento do risco de marginalização social, discriminação, barreiras a serviços de saúde. Estas últimas associadas a barreiras linguísticas traduzem-se em diagnósticos e tratamentos tardios (NØRREDAM, 2015).

É robusta a literatura que evidencia que a saúde mental ultrapassa fatores de ordem biológica e genética, sendo reconhecida sua forte associação aos diferentes lugares de vivências dos indivíduos, incluindo a condição do trabalho. O emprego precário se insere no conjunto das determinantes contextuais com impacto nas desigualdades em saúde, com efeito nas dimensões física, mental e psicossocial dos indivíduos (LOUREIRO *et al.*, 2015).

Deste modo, esta investigação objetiva compreender as condições de precariedade laboral experienciada por imigrantes venezuelanos residentes em Boa Vista, procurando interseccionar esta situação com a autopercepção de saúde mental deste grupo.

Foi identificado no quadro da literatura migratória sul-americana e, em especial a brasileira, pouca expressividade de estudos sobre as expressões de sofrimento e adoecimento mental de migrantes, sendo este um campo vasto (GALINA *et al.*, 2017).

Esta pesquisa está cadastrada na Pró Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e seus subprojetos envolvem bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) e de mestrado, do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFRR.

Triade Migração, Precariedade laboral e Saúde mental – o que sabemos

A entrada e experiência num “mundo novo” envolvem oportunidades, mas também riscos. Cardano *et al.* (2018) apontam que o migrante no novo contexto é interpelado por uma “transição biográfica”, com efeitos sobre a saúde mental.

Os estudos teóricos e empíricos têm demonstrado que a saúde mental sofre influência dos diferentes lugares de vivência dos indivíduos, nomeadamente os espaços domésticos, de estudo ou trabalho e de lazer e consumo. Determinantes de natureza sociais-ambientais-territoriais (contexto) funcionam como importantes *drivers* sobre a saúde mental e o bem-estar individual e coletivo (SAWHNEY, *et al.*, 2018).

O emprego precário se insere no conjunto das determinantes contextuais com impacto nas desigualdades em saúde, com efeito nas dimensões física, mental e psicossocial dos indivíduos. O emprego e as condições em que é exercido acabam por desempenhar um papel relevante para o processo saúde-doença-mental (AGUDELO-SUÁREZ, *et al.*, 2020). Deste modo, desemprego de longa duração, empregos precários sem garantias de direitos, baixos salários, barreiras para exercício de direitos trabalhista, ausência de benefícios sociais ou crise econômica estão associados a maior chance de sofrimento de depressão e mortalidade por suicídio (COSTA, *et al.*, 2015).

A reestruturação neoliberal do mercado de trabalho se tem traduzido, nas últimas décadas em contextos laborais mais flexíveis, voláteis e disjuntivos, traduzidos em maior precariedade, insegurança laboral e perda de direitos trabalhistas. Os efeitos produzidos na saúde mental dos indivíduos, por tais transformações, parecem ser ainda mais severos em grupos socioeconomicamente mais vulneráveis, como os imigrantes (BRENNER *et al.*, 2010).

Há evidências de que a população imigrante apresenta mais fragilidades e marginalização no mercado de trabalho face aos nacionais. Esta situação tende a ser mais exacerbada entre os imigrantes em atividades menos qualificadas, mulheres e aqueles com status migratório irregular, empregando-se em setores mais instáveis, sem contrato de trabalho, desempenhando, por vezes, atividades inferiores ao seu nível de instrução (PEREIRA; ESTEVES, 2017).

Esta conjuntura se associa a moradias precárias, mobilidade limitada, chances de vida reduzidas, aumento do estresse, menos capacidade para procura-utilização dos serviços de saúde (PANDEY, *et al.*, 2022). Além disso, as mulheres são mais susceptíveis ao desenvolvimento de transtorno mental do que os homens (SENICATO *et al.*, 2018), podendo ser o novo quadro migratório um agravante.

O conceito de *Healthy Immigrant Effect* (HIE) sugere que os indivíduos que migram espontaneamente têm tendencialmente melhor saúde e mais capacidade física face aos nacionais, com

degradação de saúde com o passar do tempo no destino (WALLACE; KHLAT; GUILLOT, 2019). Contudo, a chegada com melhor saúde não encontra associação entre a população refugiada e solicitante de asilo (AKRESH; FRANK, 2008). Isto implica que a população imigrante advinda de contexto de crise pode tendencialmente chegar no destino com pior saúde física e/ou mental, agravando-se a deterioração da saúde no destino. Restrições no acesso a serviços de saúde, condições de trabalho árduo e a eventual experiência de pobreza, especialmente entre os imigrantes laborais, podem ajudar a compreender a deterioração da saúde do imigrante no destino (CRAVEIRO *et al.*, 2019).

Procedimentos Metodológicos

A investigação em curso se insere no campo da pesquisa social empírica (FLICK, 2004), sendo de natureza mista convergente e descritiva. A natureza mista na pesquisa é comum nos domínios científicos da ciência geográfica e da saúde. Este desenho implica coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos para posterior interpretação (CRESSWELL; CLARK, 2018), envolvendo reflexões metodológicas que auxiliem ultrapassar o senso comum e alcançar o significado do objeto, por vezes submerso no nível de sentido que o mesmo transmite à primeira vista (POUPART, *et al.*, 2008).

No domínio teórico, a investigação entrecruza a tríade migração internacional, precariedade laboral e saúde mental. No plano empírico envolve realização de entrevistas.

A investigação está a ser desenvolvida com imigrantes venezuelanos, com 18 ou mais anos, residentes na capital do estado de Roraima, Boa Vista, há pelo menos 12 meses. Quanto à condição frente ao trabalho, devem estar exercendo atividade remunerada sem contrato formal, premissa para a precariedade laboral. Os entrevistados estão a ser envolvidos através do método bola de neve (NAVARRETE *et al.*, 2011). As entrevistas estão a ser previamente agendadas e realizadas na residência dos entrevistados. Foram analisadas oito entrevistas para apresentar alguns resultados preliminares neste capítulo, sendo quatro homens e quatro mulheres. As pessoas entrevistadas tinham entre 18 e 55 anos de idade. O menor tempo de residência em Boa Vista foi de um ano e seis meses e o maior tempo sete anos. Todas as entrevistas estão a ser gravadas em áudio no formato MP3 e transcritas para o espanhol, e posteriormente traduzidas para o português, garantindo a máxima preservação do significado e significante da entrevista. As entrevistas selecionadas para este manuscrito decorreram entre abril e junho de 2024, estando a pesquisa ainda em andamento, sendo a análise e discussão aqui de cunho preliminar.

A entrevista é semiestruturada e executada a partir de um roteiro temático, contendo dois grandes “blocos”. O primeiro, voltado à recolha de dados quantitativos, composto pelo General Health Questionnaire (GHQ-12) ou Questionário Geral de Saúde (QGS-12) (GOLDBERG, 1972), contendo 12 questões fechadas e utilizado para rastrear sofrimento psicológico de pessoas (migrantes ou não). O QGS-12 está validado para fins de estudos sobre saúde mental e condição laboral em diferentes contextos geográficos. As 12 questões são

compostas por seis que remetem a um estado emocional positivo e seis negativo. A resposta é organizada na escala Likert variando entre zero e quatro pontos (0) Absolutamente não; (1) Raramente; (2) Frequentemente; (3) Mais que de costume; (4) Muito mais que de costume. A ordem das respostas é invertida para as perguntas que remetem a emoção/comportamento negativo. A análise é baseada no escore cada entrevistado. Escores mais altos (máximo 48) indicam probabilidade de sofrimento psicológico, e menor escore (mínimo zero) indica menor probabilidade. O ponto de corte assumido foi 12, mas pode ser alterado com o aprofundamento da pesquisa, tendo em vista sua variabilidade tendo em conta a população, objetivo do estudo e adaptações culturais. (GOUVEIA, et. al., 2010). É um instrumento amplamente utilizado para rastreamento da saúde mental e permite comparações entre grupos e contextos geográficos distintos.

Sugere-se que os resultados do QGS-12 são tão mais explicativos quanto mais aprofundada a compreensão do contexto dos participantes (BORGES *et al.*, 2002). Deste modo, ainda no bloco I do guião foram recolhidos dados quantitativos sobre a autopercepção da saúde mental dos entrevistados (como auto percebem a saúde mental no momento da entrevista; como a percebem face ao ano anterior; e a frequência com que experienciam emoções negativas e positivas. As questões de autopercepção de saúde mental foram baseadas no estudo de Barros, Matias e Moura (2015).

O segundo bloco da entrevista, com produção de dados qualitativos, é composto por questões abertas relacionadas ao contexto mais abrangente, envolvendo: dados sociodemográficos e educacionais, história migratória, condições laborais atuais e histórico de trabalho (venezuelano e brasileiro), riscos ocupacionais, acesso/barreiras a serviço de saúde, rede social/familiar de apoio e perspectiva migratória futura.

Contudo, as primeiras notas aqui discutidas são de natureza mais descritiva e estão centradas nas condições laborais atuais dos imigrantes, nas preocupações/conforto decorrentes destas e autopercepção de saúde mental e (des)conforto psicológico com base no QGS-12.

Os dados produzidos a partir das entrevistas estão a ser categorizados para identificação de fragmentos e significados para análise narrativa do conteúdo. A análise está a ser conduzida pela indução analítica que permitirá a verificação da premissa e dos casos negativos e extremos, a partir da análise temática. Neste tipo de análise, a ênfase recai sobre o escrutínio profundo dos casos, interessando menos a sua quantidade (DESLAURIERS, 2008).

A categorização das condições de precariedade laboral está a ser inspirada/adaptada do modelo de análise desenvolvido por Amable *et al.* (2001) e Porthe *et al.* (2010) para estudar as condições de precariedade laboral de imigrantes na Espanha, tendo em conta categorias como: (a) instabilidade no emprego, (b) vulnerabilidade, (c) condições salariais, (d) acesso a benefícios sociais, (e) empoderamento, (f) capacidade do trabalhador exercer os seus direitos. Na análise realizada, suprimimos a categoria “b”, pela complexidade conceitual e por entender que a vulnerabilidade está, em larga medida, contemplada em todas as outras categorias. Além disso, consideramos que a categoria “e” pode ser abarcada pela categoria “f”. Sublinhamos, que esse

modelo servirá como ponto de partida, sem que obscureça novas categorias que possam surgir a partir da análise dos dados recolhidos.

Não há quaisquer incentivos financeiros para participar da pesquisa e os riscos para os participantes estão relacionados às reflexões sobre a sua trajetória migratória e condição e experiência de vida no novo destino. Os participantes concordaram voluntariamente em participar da pesquisa e assinaram o consentimento informado. A confidencialidade será mantida em todos os resultados apresentados. Para cada entrevista está a ser atribuído um código pessoal para garantir o anonimato. Esses dados criptografados estão a ser armazenados em um computador protegido por senha, acessível à coordenadora do projeto. Todos os achados resultantes desta pesquisa serão armazenados em disco externo por um período de sete anos, sendo posteriormente destruídos.

“Primeiros achados”

Caracterização dos entrevistados e da condição de precariedade laboral

Todas as pessoas entrevistadas declararam ter dependentes financeiros, especialmente, pais e filhos. Vivem, de uma maneira geral, em família numerosa, variando entre três (um entrevistado) e 13 pessoas (um entrevistado) no total do domicílio. Três entrevistados declararam o total de seis pessoas; dois entrevistados o total de cinco; e um o total de quatro pessoas. Este fator pode relacionar-se à principal preocupação declarada pelos entrevistados no conjunto das despesas ser a alimentação. Embora a habitação e a saúde tenham sido mencionadas, por dois e um entrevistado, respectivamente, garantir que a família consiga realizar três refeições por dia, foi apontado como o principal desafio da despesa familiar. A insegurança e o limitado acesso à alimentação têm resultados negativos diretos sobre a saúde física e mental das pessoas (OWEN; CORFE, 2017).

A preocupação com a garantia alimentar da família associa-se aos baixos salários recebidos por esses imigrantes, precariamente inseridos no mercado de trabalho. A baixa escolaridade relatada pelos entrevistados, também reflete a baixa remuneração. O grau de escolaridade dos entrevistados é baixo. Apenas um entrevistado declarou Ensino Superior incompleto, tendo quatro declarado instrução até o Ensino Básico (correspondente ao Ensino Fundamental no Brasil) e três o Ensino Secundário (correspondente ao Ensino Médio no Brasil). Apenas um entrevistado declarou receber entre um e dois salários mínimos¹, sendo esta a melhor condição declarada; seis declararam receber menos de um; e um declarou receber um salário mínimo. Contudo, apenas dois entrevistados declaram conseguir pagar as contas “às vezes”, recorrendo a pedido de ajuda a familiares, relatando os restantes que “sempre” conseguem pagar as despesas da casa. Não foi questionado acerca da condição de trabalho de outros membros da família,

¹ O salário mínimo considerado foi de R\$1.412,00, valor nos meses de início da realização das entrevistas abril 2024.

porém, conseguindo pagar todas as despesas como água, luz e aluguel, a alimentação pode ser dentre as necessidades mais básicas, aquela com acesso mais racionalizado.

As quatro mulheres entrevistadas declararam exercer a atividade em serviços gerais de limpeza, sendo três delas faxineiras e uma delas exercendo essa função na cantina de uma escola. Em relação aos quatro homens declararam atividades em: serviços gerais (2), pedreiro (1) e ajudante em oficina de conserto de eletrodomésticos (1).

O ganho financeiro dos entrevistados e a garantia de conseguir pagar as despesas de casa têm preocupado *“mais do que o normal”* alguns entrevistados (3), no entanto, para os demais, a preocupação com o conseguir cobrir financeiramente as despesas de casa é considerada *“normal”*. Quando pedimos para assinalar a opção que melhor descreve a condição da família entre *“juntar algum dinheiro depois de pagar as despesas”*, *“apenas paga as despesas”* e *“tem muita dificuldade de pagar as despesas”*, vimos que as famílias não têm conseguido fazer qualquer reserva financeira. Nenhum entrevistado apontou a primeira opção, sete deles assinalaram que *“apenas paga as despesas”* e um deles declarou ter grande dificuldade de conseguir pagar as despesas.

A condição de precariedade laboral apontada por Porter, e aqui adaptada, demonstra que esta vai além da ausência de contrato formal de trabalho. Deste modo, foi realizado um primeiro exercício de enquadramento das condições de precariedade laboral dos imigrantes venezuelanos entrevistados, de modo a perceber vulnerabilidade cumulativa neste domínio, com forte associação aos resultados em saúde física e mental (figura 1).

A categorização de precariedade laboral nos ajuda a perceber as vulnerabilidades socioeconômicas cumulativas, com reflexos sobre a saúde mental. Ademais, o conseguir pagar as despesas mais básicas, ter um trabalho, exercer uma atividade remunerada, ajudar nas despesas de casa, independente da condição laboral, da instabilidade experienciada, do espaço inibidor para o exercício de empoderamento, se refletiu na resposta a questão se o sentimento face ao trabalho era de *“preocupação”* ou *“satisfação”*. Cinco entrevistados declararam que sentem *“satisfação”*.

“Satisfação, porque me ajudou muito (nas contas), mas sinto que é uma obrigação por causa das despesas”. (Entrevista 04)

“Satisfação de que tenho um trabalho.” (entrevista 05).

“Satisfação, me sinto útil.” (entrevista 07).

“Satisfação porque o trabalho dá para sustentar a casa, os serviços, o que a casa necessita.” (entrevista 08).

Figura 1 – Categorização da precariedade laboral experienciada

	Instabilidade no emprego	Condições salariais	Acesso a benefícios sociais	Capacidade do trabalhador exercer os seus direitos
1	<i>Não, porque é um trabalho que não é fixo, não tem carteira assinada. Às vezes a pessoa trabalha e às vezes não.</i>	Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Sim</i>
2	<i>Poderia dizer que sim.</i>	Menos de um Salário Mínimo Dificuldade de pagar as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Não</i>
3	<i>Não, porque se você define um orçamento para um trabalho, outra pessoa aparece e o torna mais barato.</i>	Entre um e dois Salários Mínimos Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Eles davam hora extra. Mas quando você é novo é complicado, entende? O horário de fechamento era às 18h e a gente saí de lá às 22h. Eu não estou reivindicando meus direitos por eu ser novo no emprego.</i>
4	<i>Sim, comparado como era na Venezuela. Aqui apesar de ter que pagar todos os serviços, houve momento que conseguia sustentar, agora na Venezuela...</i>	Menos de um Salário Mínimo Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Não, porque sinto medo de ser despedido.</i>
5	<i>Por enquanto sim, o que ganhamos é suficiente para cobrir as despesas entre mim e meu marido.</i>	Menos de um Salário Mínimo Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Não, já aconteceu comigo. Dizem que o trabalho é até certo ponto, e às vezes já passe da hora.</i>
6	<i>Não, porque se não fosse meu esposo, seria muito difícil pagar as dívidas.</i>	Menos de um Salário Mínimo Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Sim, pela minha forma de ser, eu diria.</i>
7	<i>Não</i>	Menos de um Salário Mínimo Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Sim, seria capaz.</i>
8	<i>Não, porque isso vai para os custos da casa, aluguel, água e energia.</i>	Um Salário Mínimo Apenas paga as despesas	Não recebe nenhum tipo de auxílio financeiro	<i>Sim, claro.</i>

Fonte: Dados das entrevistas e inseridos no modelo de mensuração de precariedade laboral Amable et al. (2001) e Porthé et al. (2010).

Mesmo vivendo em condições de sobrelotação habitacional, algumas declarações de longas jornadas de trabalho diárias (5 entrevistados), de considerarem que recebem menos do que os nacionais exercendo as mesmas atividades (4 entrevistados), a condição de “preocupação” face

ao trabalho, apareceu apenas para três entrevistados. Dentre estes, apenas um justificou a “preocupação”, relacionando-a com a condição de precariedade laboral experienciada, expressando a preocupação com a quantidade de horas diárias trabalhadas. Esta informação sugere que a experiência de pobreza pode limitar a capacidade de empoderamento e de questionamento de indivíduos que estão experienciando uma “cidadania mutilada” (SANTOS, 2000), podendo esta ser exacerbada pela condição de imigrante.

Efeitos na saúde mental

Movendo-se para a análise acerca da saúde mental, embora, nesta primeira análise o foco não seja realizar uma análise de gênero, destacamos que as mulheres apresentaram melhor autopercepção de saúde mental face aos homens. As opções “*Muito Boa*” (1 mulher), “*Boa*” (2) e “*Razoável*” (1) foram as escolhidas, de um conjunto de cinco opções, contendo ainda “*Mau*” e “*Muito Mau*”. Em contrapartida, os homens respondentes declararam “*Mau*” (2), “*Razoável*” (1) e “*Boa*” (1).

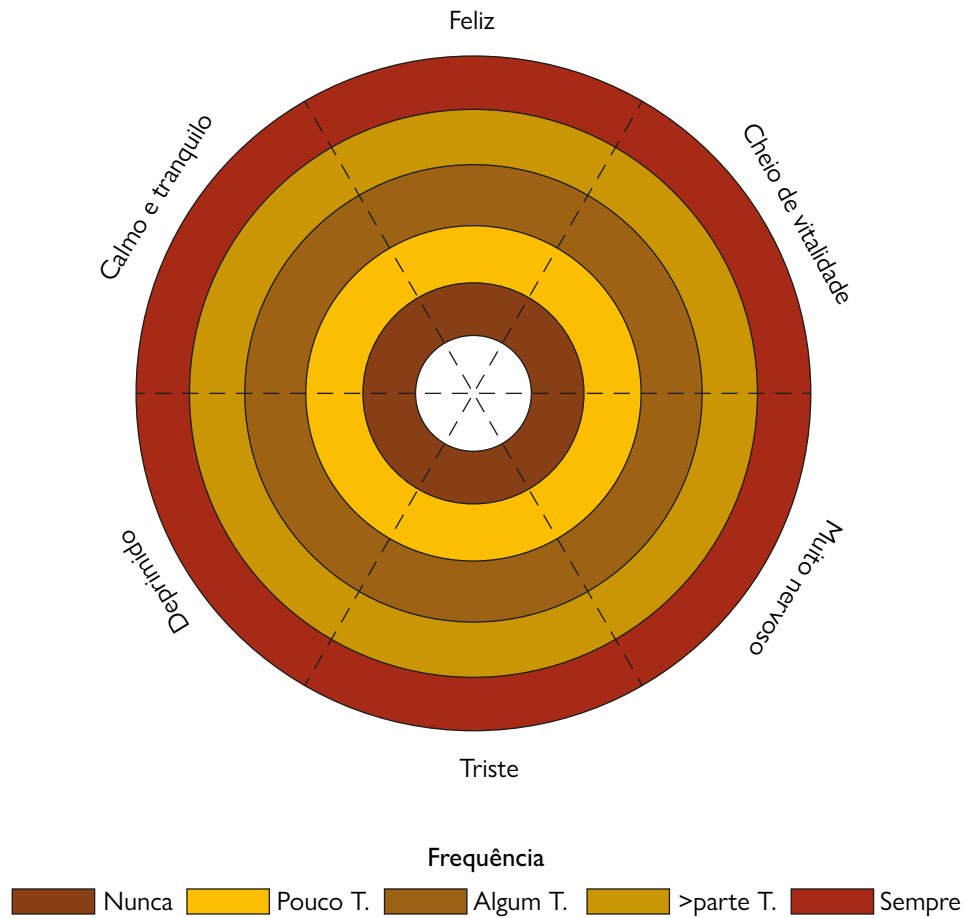
No caso das mulheres, a autopercepção de saúde, tendencialmente mais positiva, foi reforçada quando perguntadas se a saúde mental havia melhorado ou piorado face ao ano anterior. Foram encontradas as respostas: “*Muito Melhor*” (3) e “*Melhor*” (1). Não foi encontrada esta correspondência para os entrevistados homens, tendo estes declarado que a saúde mental estava “*Igual*” (2), “*Pior*” (1) e “*Muito Pior*” (1). Embora acontecimentos particulares no campo da vida pessoal (não abordados nas entrevistas) interfiram de forma direta na autopercepção das pessoas acerca da sua saúde mental e, em especial sua evolução, o olhar sugere que o tempo foi um aliado positivo para a autopercepção da saúde mental das mulheres até o momento da entrevista.

Além disso, o avançar do tempo do imigrante no destino pode melhorar seu nível de integração, através da melhor compreensão da língua, mais imersão na nova cultura, mais domínio sobre a cultura burocrática para acesso a serviços públicos, o que pode ajudar a reduzir/eliminar o isolamento social, com reflexo sobre a saúde mental das pessoas. Contudo, este desenrolar será experienciado de forma muito particular por cada indivíduo.

Contudo, foram realizadas perguntas sobre a frequência de emoções ligadas, por sua vez, a saúde mental percebida. Neste quesito, utilizamos cinco medidas de frequência, a saber: “*Sempre*”, “*Maior parte do tempo*”, “*Algum tempo*”, “*Pouco tempo*” e “*Nunca*”. Quanto às emoções foram selecionadas seis, sendo três positivas e três negativas: “*Cheio de vitalidade*”, “*Feliz*”, “*Calmo e Tranquilo*”; e “*Deprimido*”, “*Triste*” e “*Muito nervoso*”, respectivamente.

As frequências das emoções positivas e negativas nem sempre estiveram associadas contrariamente, como esperado. Isto para dizer que embora tenhamos identificado autopercepção de emoções tendencialmente mais negativa e mais positiva, também foi identificada autopercepção de emoções desconexas, ou seja, emoções opostas sendo indicadas com a mesma frequência de experiência (figura 2).

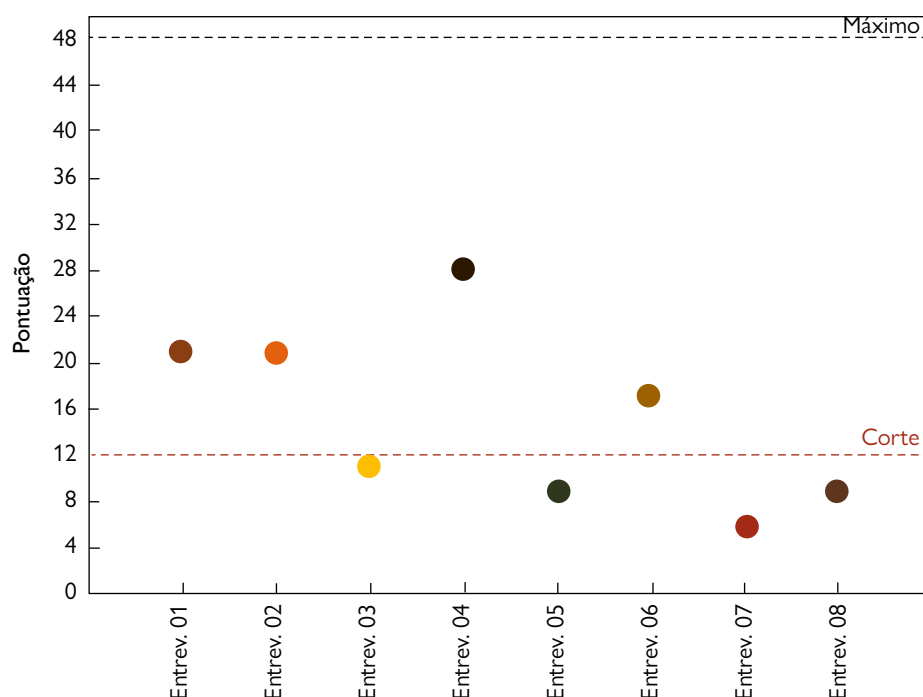
Figura 2 – Frequência percebida das emoções



Do conjunto dos entrevistados a metade deles apresentou uma tendência de autopercepção negativa, experienciando “*maior parte do tempo*” ou “*sempre*” sentimento de estar “*deprimido*” e “*triste*” (Entrevistados 1, 2, 4 e 5). Em contrapartida, predomina a frequência de “*pouco tempo*” e “*algum tempo*” sentindo estar “*cheio de vitalidade*”, “*feliz*” e “*calmo*”.

Por outro lado, também foi verificada uma autopercepção tendencialmente mais positiva, em dois dos entrevistados (7 e 8), apresentando altas frequências para as emoções positivas e as mais baixas para as emoções negativas, embora alguma emoção negativa tenha sido reportada como sendo experienciada por “*algum tempo*”. Por fim, em dois entrevistados não foi encontrada uma tendência clara da autopercepção positiva ou negativa. Nestes casos, emoções opostas apareceram com a mesma frequência: “*sempre feliz*” e “*sempre triste*” no entrevistado 6; e “na maior parte do tempo *cheio de vitalidade* e *deprimido*” no entrevistado 3, além deste último indicar “*sempre feliz*” e “*maior parte do tempo triste*”.

Figura 3- Resultado do Questionário Geral de Saúde-12



No que respeita ao QGS-12, os resultados preliminares sugerem que os imigrantes em precariedade laboral entrevistados apresentaram níveis de sofrimento psicológico (não psicótico) diferenciado. Embora o objetivo não seja mapear a autopercepção indivíduo a indivíduo, foi verificada correspondência dos indivíduos com autopercepção das emoções tendencialmente mais positivas com escores mais baixos e negativas com escores mais elevados.

Como pode ser observado na figura 3, os escores variaram entre 28 e seis pontos. Considerando que a pesquisa está em andamento e que estamos a observar um número ainda reduzido de entrevistas, vamos considerar o ponto de corte 12, embora este tópico mereça uma análise e debate mais aprofundado.

Neste sentido, quatro dos imigrantes venezuelanos entrevistados apresentaram maior potencial de sofrimento psicológico com escores 28, 21 para dois entrevistados, e 17. Como pode ser observado, um deles apresentou o escore muito próximo a linha de corte, com 11 pontos, e os três restantes com seis (entrevistado 7) e dois com nove pontos (entrevistados 5 e 8, respectivamente).

Notas inacabadas de uma agenda de pesquisa

É reconhecido que os problemas de saúde mental estão entre umas das principais causas do aumento das taxas de mortalidade, tornando-se essencial o levantamento de evidências que auxiliem a vigilância de populações com vulnerabilidades cumulativas, como é o caso da população imigrante.

Embora mudança ascendente na condição laboral apontem para médio e longo prazo, uma vez que esta prescinde de investimento em capital humano – cursos de capacitação profissional, educação de jovens e adultos para aumento do nível de instrução, dentre outros –, políticas públicas de apoio psicológico podem se materializar como canais de acesso a apoio profissional e contribuir para assegurar a procura de pessoas que enfrentam dificuldades de saúde mental, possibilitando intervenções precoces no curto prazo.

Embora, a existência do serviço seja condição imprescindível para a sua procura, o não conhecimento da sua existência pode torná-lo invisibilizado. O conhecimento dos imigrantes entrevistados acerca da oferta de serviço de apoio psicológico em Boa Vista é limitado, tendo apenas dois declarado conhecer a oferta. A ampla divulgação deste tipo de serviço, torna-se ainda mais relevante junto a uma população que reúne condições potenciais de efeito negativo na interface entre migração (em contexto de crise), precariedade laboral e saúde mental.

Neste quadro, chamamos atenção para algumas agendas de investigação de interesse e em curso: Investigação-ação, com componente de extensão, sobre a rede de apoio psicossocial – formas de acesso, funcionamento, riscos a saúde mental –, e divulgação próxima da população imigrante; ampliação e aprofundamento da pesquisa junto a grupos ainda mais vulneráveis como as mulheres venezuelanas, contribuindo para os estudos de gênero e saúde mental no âmbito da migração internacional; e avanços sobre os efeitos da precariedade laboral na saúde mental de imigrantes venezuelanos altamente qualificados, configurando o que conhecemos como “desperdício de cérebro”.

Estas agendas ganham ainda mais relevância pelo seu “onde geográfico”, em virtude do estado de Roraima territorializar um panorama migratório internacional ativo e ainda pouco estudado, apesar dos avanços científicos nesta área. Conhecimento da rede de apoio e mapeamento do sofrimento psicológico e propensão a apresentação de problemas de saúde mental para pensar mecanismos de vigilância eficazes, podem ser aliados para a construção de um território promotor de justiça social e espacial.

Referências

AKRESH, I. R.; FRANK, R. Health Selection Among New Immigrants. *American Journal of Public Health*, 98(11), 2058–2064, 2008.

AGUDELO-SUÁREZ, A. A.; VARGAS-VALENCIA, M. Y.; VAHOS-ARIAS, J.; ARIZA-SOSA, G.; ROJAS-GUTIÉRREZ, W. J.; RONDA-PÉREZ, E. Precarious employment and health: A qualitative study in Venezuelan immigrant population in Colombia. *Journal of Migration and Health* 1–2, 2020.

AMABLE, M.; BENACH, J.; GONZÁLEZ, S. La precariedad laboral y su repercusión sobre la salud: conceptos y resultados preliminares de un estudio multimétodos. *Archivos de prevención de riesgos laborales*, 4 (4), 169–184, 2001.

BARROS, P. P., MATIAS, M. A., MOURA, A. Desemprego jovem e auto percepção de saúde mental. In: SANTANA, P. (coord.). *Território e Saúde Mental em Tempos de Crise*. Imprensa da Universidade de Coimbra. 978-989-26-1105-1. Coimbra, 2015.

BORGES, L. O.; ARGOLO, J. C. T. Adaptação e validação de uma escala de bem-estar psicológico para uso em estudos ocupacionais. *Avaliação Psicológica*, 1, 17-27, 2002.

BRENNER, N.; PECK, J.; THEODORE, N. Variegated neoliberalization: geographies, modalities, pathways. *Global Networks* 10, 2, 182–222, 2010.

CARDANO, M.; SCARINZI, C.; COSTA, G.; D'ERRICO, A. Internal migration and mental health of the second generation. The case of Turin in the age of the Italian economic miracle. *Social Science & Medicine*. Jul. 208:142-14, 2018.

COSTA, C., LOUREITO, A., FREITAS, A., SANTANA, P. Suicídio em contextos de privação social e material nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e P Saúde mental. In: Paula Santana (org.) *Território e Saúde Mental em Tempos de Crise*. Universidade de Coimbra, 2015, p 36-50.

CRAVEIRO, D.; OLIVEIRA, I. T. DE.; GOMES, M. C. S.; MALHEIROS, J.; MOREIRA, M. J.; PEIXOTO, J. Back to replacement migration: A new European perspective applying the prospective-age concept. *Demographic Research* 40: 1323-1344, 2019.

CRESSWELL, J.W.; PLANO CLARK, V. *Designing and Conducting Mixed Methods Research*. Sage: London, UK, 2018.

DESLAURIERS, J. P. A indução analítica. IN: POUPART J, DESLAURIERS JP, GROULX LH, LAPERRIÈRE A, MAYER R, PIRES A. P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 337-352, 2008.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. PORTO ALEGRE: ARTMED, 2004.

FONSECA, M. L.; ESTEVES, A.; MCGARRIGLE, J.; SILVA, S. Saúde e integração dos imigrantes em Portugal: uma perspectiva geográfica e política. DIAS, S. (Org.) *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, (1), 27–52, 2007.

GALINA, V. F.; SILVA, T. B. B.; HAYDU, M.; MARTIN, D. Literature review on qualitative studies regarding the mental health of refugees. *Interface*. 2017; 21(61):297-308.

GOLDBERG, D. *The detection of psychiatric illness by questionnaire*. London: Oxford University Press, 1972.

GOUVEIA, V. V., BARBOSA, G. A., ANDRADE, J. M. Factorial validity and reliability of the General Health Questionnaire (GHQ-12) in Brazilian physicians. *Cadernos de Saúde Pública*, 26(7), 1439-1445, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico*. Brasília, DF: IBGE, 2022.

LOUREIRO, A.; ALMENDRA, R.; NUNES, C.; SANTANA, P. As características individuais e contextuais na saúde mental em tempos de crise. In: SANTANA, P. (org.) *Território e Saúde Mental em Tempos de Crise*. Universidade de Coimbra, 2015, p. 119-131.

NAVARRETE, M.; SILVA, M.; PÉREZ, A.; Sanmamed, M.; GALLEGU, M. *Introducción a Las Técnicas Cualitativas de Investigación Aplicadas a La Salud*. Programa Editorial Universidad del Valle, Santiago de Cali, 2011.

NØRREDAM, M. Migration and Health. Exploring the role of migrant status through register-based studies. *Danish Medical Journal*, 62(4):B5068, 2015.

OWEN, L., CORFE, B. The role of diet and nutrition on mental health and wellbeing. *Proceedings of the Nutrition Society*, Editorial, 76, 2017, p. 425–426.

- PANDEY, M.; KAMRUL, R.; MICHAELS, C. R.; MCCARRON, M. Identifying Barriers to Healthcare Access for New Immigrants: A Qualitative Study in Regina, Saskatchewan, Canada. *Journal of Immigrant and Minority Health* 24, 188–198, 2022.
- PEREIRA, S.; ESTEVES, A. Os efeitos da crise económica na situação laboral dos imigrantes: o caso dos brasileiros em Portugal. *REMHU, Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*. 25 (49), 2017.
- PORTHÉ, V.; AHONEN, E.; VÁZQUEZ, M.L.; POPE, C.; AGUDELO, A. A.; GARCÍA, A. M.; AMABLE, M.; BENAVIDES, F.G.; BENACH, J. Extending a model of precarious employment: a qualitative study of immigrant workers in Spain. *American Journal of Industrial Medicine*. 53 (4), 417–424, 2010.
- POUPART, J.; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes: 2008.
- SAWHNEY, G., JENNINGS, K. S., BRITTr, T. W., & SLITER, M. T. Occupational stress and mental health symptoms: Examining the moderating effect of work recovery strategies in firefighters. *Journal of Occupational Health*. 443–456 *Psychology*, 23(3), 2018, p.
- STOMPE T., HOLZER, D., FIREDMANA., BHUGRA. D. Premigration personality and precipitating factors. In: BHUGRA, D., GUPTA, S. *Migration and Mental Health*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2011, p.68-78.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record. 2000.
- SENICATO, C., AZEVEDO, R. C. S., BARROS, M. B. A. Transtorno mental comum em mulheres adultas: identificando os segmentos mais vulneráveis. *Ciência saúde coletiva*, 23 (8) Ago 2018.
- UNICEF. Fluxo migratórios venezuelano no Brasil. <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 14 de abril 2025.
- WALLACE, M., KHLAT, M., GUILLOT, M. Mortality advantage among migrants.



Entre o acolhimento e a rejeição: a saúde mental no humanitarismo militarizado

Isabeau Cristina de Sousa Bezerra*

João Carlos Jarochinski Silva**

As migrações internacionais são, simultaneamente, um fenômeno histórico e uma questão atual. Ao longo do tempo, os países vêm, de formas diferentes, lidando com as questões inerentes ao processo migratório. No Brasil, a migração ao longo da segunda metade do século XIX e parte do século XX foi incentivada e direcionada a um tipo de migrante percebido como ideal, o branco europeu. A recepção desse perfil específico de migrante se ancorava em uma política de branqueamento da população brasileira (SEIFERTH, 2002). Os demais perfis de migrantes, no entanto, sempre foram alvo de rejeição por parte da população e das autoridades no país.

* Mestra em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR), Especialista em Psicologia Jurídica pela Universidade Maurício de Nassau, psicóloga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e servidora do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, atuando na Coordenadoria de Infância e Juventude.

** Professor Associado (D1) na Universidade Federal de Roraima (UFRR) do curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras (PPGSOF). Coordenador da “Rede Internacional Migração e Refúgio” (REDIMIR) contemplada pelo CNPq (Processo 444631/2024-0). Membro do Observatório da Emigração Brasileira (Processo CNPq 4419-52/2023-2). Membro do Projeto “Preparar para proteger: Aprendizado organizacional militar no Brasil face a novos contextos de crise humanitária” (PUC-Rio/EGN/UFU/UFRR).

Para além da questão racial, a questão econômica também era um quesito a ser cumprido. Momentos de crise financeira ascendiam sentimentos de rejeição em relação à parte desses migrantes, que eram culpabilizados pela situação vivenciada. Essa situação pode ser percebida quando, sofrendo os efeitos da crise de 1929, é lançado o decreto 19.482 em 1930, que afirma:

CONSIDERANDO, também, que uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social (BRASIL, 1930, p. 1)

O citado decreto impõe a limitação da “entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe” (BRASIL, 1930). Dessa forma, é perceptível que mais um critério se impõe na seleção daquele migrante ideal que iria compor o ideal de nação, de caráter aporofóbico (CORTINA, 2020). O migrante mais pauperizado aparece, dessa forma, como bode expiatório para as mazelas, ele vira alvo fácil de culpabilização sobre todas as dificuldades enfrentadas pela população em momento de crise.

Importa destacar que, nesses contextos, mesmo aqueles a quem se atribui o dever de acolhimento, também incorporam atitudes e padrões de rejeição ao migrante. Não se trata apenas de reações sociais que demonstram preconceito, racismo ou xenofobia, mas também se relacionam com atitudes que, muitas vezes, podem demonstrar desequilíbrio emocional e se revelam por meio de sentimentos de repulsa a essas pessoas, por meio de relações desgastadas. A repulsa não é só do texto legal, também se manifesta por meio da ação dos agentes estatais.

As reações à imigração venezuelana, que se intensificou a partir da última década no Brasil, não destoam do que já se mostrava no início do século passado. Roraima, apesar de ser um estado fronteiro, não dispunha de estrutura voltada para recepção e acolhimento do fluxo migratório que estava recebendo, o que evidenciou um cenário de despreparo frente ao crescente número de migrantes e refugiados que chegavam à localidade. Junto ao despreparo dos serviços de acolhimento prestados, se evidenciou um crescente sentimento de rejeição à população que chegava, que eram manifestados tanto por parte da população, como por pessoas que, por dever de ofício, estabeleciam contato com os migrantes. O discurso de que as mazelas do Estado são culpa dos migrantes é ouvido de forma recorrente por quem mora na região.

Até junho de 2024, período em que foi divulgado o último levantamento pela plataforma R4V, consta que 568.058 migrantes e refugiados venezuelanos residiam no Brasil. O número de migrantes que entram no Brasil, no entanto é certamente maior, considerando que muitos utilizam o país como rota de passagem para outras localidades. Boa parte desses ingressantes acabam adentrando ao Brasil por Roraima.

Frente a esse cenário de entrada de migrantes venezuelanos pela fronteira Norte do país, e considerando a falta de estrutura para receber e acolher o grande fluxo de pessoas que chegavam ao estado, o Governo Federal implementou o Comitê Federal de Assistência Emergencial, a partir do qual se instituiu a Operação Acolhida, uma grande força tarefa para recepção e acolhimento dos migrantes venezuelanos em que as forças armadas possuem papel central na

construção e tomada de decisões, (JAROCHINSKI SILVA E ALBUQUERQUE, 2021) por mais que muitas vezes esses militares tentem diminuir esse papel nas decisões da Operação e aleguem que isso não representa a militarização da resposta (SIMÕES; VAZ, 2023). Essa participação faz com que eles se tornem agentes em contato direto com a população atendida, necessitando que se abordem os temas da repulsa aos atendidos e da saúde mental desses militares, principalmente frente a uma atuação dedicada a proteção e o acolhimento de não nacionais, o que potencializa a possibilidade de surgimento de repulsa, visto que a valorização do elemento nacional é característica das Forças Armadas.

A Operação Acolhida e o dilema da Militarização

Jarochinski Silva e Albuquerque (2021) apontam que, para as agências da ONU, a federalização e militarização da resposta humanitária no contexto migratório marcam um novo momento da estruturação de intervenção na realidade em Roraima, já que ocorre um aumento tanto quantitativo como qualitativo na capacidade de atendimento, apesar de a militarização reforçar a ideia de que a mobilidade internacional é uma ameaça. Entretanto, isso não é uma novidade, já que nos últimos anos têm sido marcante a presença de militares no desenvolvimento das ações de caráter humanitário, sendo que no caso da fronteira do Brasil com a Venezuela, as Forças Armadas foram consideradas como “o ente estatal com melhor capacidade logística e de presença para atuar nesse cenário” (JAROCHINSKI SILVA e ALBUQUERQUE, 2021, p.51), o que é revelador da baixa presença de outros segmentos estatais na região. Segundo Honorato, “a Operação Acolhida pode ser considerada como uma operação humanitária, conjunta e interagências” (HONORATO, 2019, p. 25). Há críticas, no entanto, sobre como a Operação foi pensada, de forma apartada das organizações não governamentais que já vinham atuando no estado, que “tornaram-se quase espectadoras das medidas realizadas pela Operação” (JAROCHINSKI SILVA e ALBUQUERQUE, 2021, p.51), e causando uma descontinuidade nas ações que já vinham sendo desenvolvidas no apoio e acolhimento de migrantes em vulnerabilidade.

Monica Hirst (2017) aponta a tendência de securitização e militarização das respostas em situações de crise humanitária, as quais ganharam “um novo impulso a partir do 11 de setembro de 2001, quando a ‘guerra contra a pobreza’ passou a estar associada à ‘guerra contra o terror’” (HIRST 2017, p. 146). Segundo a autora, essa “faceta” de securitização já se encontra plenamente integrada às ações humanitárias internacionais na atualidade (HIRST, 2017, p. 143).

Em um mundo em que as migrações internacionais se mostram como elemento importante no cenário dos países, faz-se relevante a reflexão sobre o modo com que os países escolhem lidar com as populações que chegam. No caso brasileiro, essa militarização aponta para a tendência descrita por (AGIER, 2012, p. 13)

[...] o dispositivo humanitário se viu, após a Guerra Fria, progressivamente integrado, moralmente redefinido e politicamente instrumentalizado, como um modo de governar as populações indesejáveis, agindo no vácuo deixado pelos Estados-nação e fora das “sociedades democráticas” de onde ele próprio é originário.

Assim, o serviço humanitário já vem há décadas exercendo uma função relegada pelos Estados-nação, que é a de gerir populações renegadas por esses países e suas populações. Essa gestão vem apresentando uma crescente militarização, sendo tratada, por esses Estados, como questão de Segurança Nacional.

Uma importante referência para a compreensão dessa tendência à militarização do serviço humanitário foram as ações de contingentes militares na intervenção realizada no Haiti. Hirst aponta para um “vínculo entre a atuação das forças armadas latino-americanas em operações de paz e a capacitação das mesmas para lidar com situações de crise humanitária” (2017, p.155). Essa participação foi vista como um “exemplo de coordenação regional em missões de paz no pós-Guerra Fria”, pois integraram as Forças Armadas de diversos países (HIRST, 2017, p. 155). A participação na Missão de Estabilização das Nações Unidas do Haiti permitiu que esses contingentes militares desenvolvessem atividades em segurança pública, proteção de direitos humanos, supervisão eleitoral, proteção do meio ambiente, desenvolvimento econômico e ajuda humanitária. Esse tipo de atuação se tornou uma espécie de capacitação para a atuação militar em contextos semelhantes de emergência humanitária. A militarização das respostas humanitárias, para além de uma tendência global nas últimas décadas, como exposto anteriormente, vem sendo uma tendência nos países que vêm lidando com a imigração venezuelana (VASCONCELOS e MACHADO, 2021).

No Brasil, a militarização da resposta não está estabelecida em lei, decorreu da vontade das autoridades, além de poder ser apontada como uma contradição com o estabelecido na Nova Lei de Migração, lei 13.445 de 2017. O dispositivo legal prevê a “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos”, o “repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação” e a “não criminalização da migração” (BRASIL, 2017). O retorno da gestão migratória para o Ministério da Defesa, como ocorre a partir do início da Operação Acolhida, “é um indicativo de que a migração volta a ser tratada como um tema de ‘Segurança Nacional’, nos moldes do antigo estatuto do estrangeiro de 1980” (SILVA, 2020, p. 391). Esse posicionamento retoma a ideia de “ameaça” ao Estado, fazendo com que “perante a população, seja difundida a ideia de que os migrantes representam riscos”, e tornando contraditório o discurso humanitário pregado pela própria Operação Acolhida (JAROCHINSKI SILVA e ALBUQUERQUE, 2021. p. 67).

A Tensão Social frente a Mobilidade Humana em Roraima

O crescimento da crise humanitária vivenciada na Venezuela e a consequente intensificação na entrada de imigrantes Venezuelanos no Brasil, e em especial através da fronteira terrestre divisa com o Estado de Roraima, provocou reações negativas em parte da população local, que se traduziu em ações preconceituosas também das autoridades do Estado. Em abril de 2018 o Governo do Estado fez uma solicitação ao Supremo Tribunal Federal pelo fechamento da fronteira com o país vizinho (COSTA, 2018). Em agosto do mesmo ano, a então governadora do

Estado, Suely Campos, assinou um decreto que limitava o acesso de migrantes a atendimentos na rede pública de atendimento, de forma que as Secretarias de Saúde, Educação, Segurança e Trabalho, e de Bem-estar Social foram orientadas a dispor de regulamentação sobre essa limitação imposta (COSTA, 2018). Dessa forma, os imigrantes que tivessem o atendimento de saúde negado pela rede pública, seriam encaminhados para as unidades do exército (LIMA, 2018). Tal medida vai contra a universalidade dos atendimentos, um dos princípios básicos que regem nosso Sistema Único de Saúde (BRASIL, 1990), além de contrariar a lei de migração aprovada no ano anterior. Nenhuma das medidas conseguiu se manter, porém demonstra o tipo de tratamento disposto pelas autoridades estaduais no tocante à questão migratória.

A migração venezuelana para o Estado de Roraima foi vinculada ao aumento da violência, e os migrantes têm sido culpabilizados pelas mazelas dos sistemas públicos de saúde e educação, sendo usados como justificativa para grande parte dos problemas enfrentados pela sociedade e dificuldades dos governos do Estado e dos Municípios. Essa situação de discriminação com relação aos migrantes, por parte tanto da sociedade local como dos poderes públicos, pode ser observada, também, entre aqueles que estão à frente da Operação Acolhida. Assim, por muito que o governo tente focar em seu caráter humanitário, os próprios militares responsáveis pela logística e funcionamento das ações contradizem esse foco principal:

Os militares, quando indagados pela população local sobre supostos benefícios oferecidos aos/as venezuelanos/as (abrigo, comida e remédios), faziam questão de esclarecer um ponto um tanto quanto delicado dessa ação de acolhimento. Não se trata, para o militar brasileiro, de prover bem-estar aos/as venezuelanos/as se não garantir, primeiramente, o bem-estar da população brasileira de Roraima. Fazem isso retirando os/as venezuelanos/as dos espaços públicos como praças, ruas, calçadas, canteiros de avenidas, terrenos baldios e prédios abandonados; e alojando toda essa população de rua em locais fechados, com hora para sair e voltar (VASCONCELOS e MACHADO, 2021, p. 113).

Assim, fica claro que mesmo reconhecendo a extrema necessidade e importância, não é possível pensar o processo de acolhimento dos migrantes nos abrigos da Operação Acolhida, sem vinculá-lo também, a procedimentos de higienização realizados na cidade. Centenas de imigrantes foram retirados das praças, colocados em abrigos com vigilância permanente, tiveram sua circulação restringida em determinados locais e horários, limitando seu livre acesso à cidade (JAROCHINSKI SILVA *et al.*, 2024). Uma das funções dos militares na chegada ao estado, foi descrita por Vasconcelos:

Aos militares brasileiros, preocupados com a 'manutenção da ordem', coube o encargo de criar condições para evitar os conflitos. Nesse sentido, as forças armadas vêm se empenhando na tarefa de dissipar venezuelanos/as dos olhares da população local, seja na frente dos abrigos, seja em locais de grande circulação como a rodoviária e praças, por exemplo. A intenção declarada é a prevenção de choques violentos entre os cidadãos nacionais e os imigrantes (VASCONCELOS, 2020, p. 106).

A partir dessa percepção, faz-se pertinente abordar os apontamentos trazidos por Agier (2012, p. 13), que afirma que “os campos de refugiados e os sítios de intervenção humanitária em geral, são, hoje, a forma espacial dessa segregação”, ou seja, o autor amplia a perspectiva de uma ação humanitária que engendra exclusão, para além dos campos de refugiados. Assim, segundo Agier (2012), esses sítios de intervenção humanitária

[...] geraram sua própria violência, criando o contexto híbrido de uma vida social permanentemente “acampada” [encampée], localizada em espaços fronteiros, marcados fisicamente por barreiras, check-points, cercas ou muros que circundam todo tipo de campo (campos dos chamados “deslocados internos” [déplacés internes], de “refugiados”, de “agrupamento”, ou zonas ditas de “espera para pessoas em instância”, zonas de “trânsito” etc.) (AGIER, 2012, p. 13)

A partir do exposto pelo autor, percebe-se que a forma de organização militarizada imposta sobre o tipo de acolhimento adotado pelo Governo Federal no país leva à possibilidade de lançar um paralelo entre os abrigos e os campos de refugiados já estabelecidos e espalhados em vários países. Alves (2020) traz essa reflexão sobre quais as reais diferenças entre abrigos e campos: “Seria a localização, o contingente populacional, a gestão, o tempo de abrigo ou um conjunto dessas e outras análises que definiriam a nomeação?” (ALVES, 2020, p. 143). A autora reflete sobre o fato de os abrigos em Boa Vista já se encontrarem em localidade menos urbanizada da cidade, além do quantitativo da população ali residente ser aproximado ao que vemos em alguns campos na Europa ou Oriente Médio.

Vasconcelos e Machado falam nos abrigos para venezuelanos como um “modelo híbrido de campo de refugiados” (2021, p. 111). A autora e o autor, para traçar essa similaridade, tomam principalmente a gestão militarizada, com viés altamente securitário como ponto de análise, são locais de “exclusão e contenção da diferença” (VASCONCELOS e MACHADO, 2021, p. 111). Da mesma forma, Paiva e Gonçalves apontam que a organização dos abrigos lembra os campos de refugiados, “tanto pela quantidade de pessoas quanto pela disponibilidade das células de moradia” as autoras apontam, no entanto, como característica de distinção dos campos, o fato de que “os abrigos murados e com controle de entrada e saída pelo Exército ocupam o espaço urbano e as pessoas podem circular pela cidade” (PAIVA e GONÇALVES, 2021, p. 176).

A liberdade de circulação pela cidade, como sabemos, se apresenta apenas de forma parcial às pessoas abrigadas, posto os rigorosos horários de entrada e saída sob constante vigilância de terceiros, bem como por não poderem se reunir nas imediações dos abrigos, “sob pena de serem abordados e revistados pela polícia do exército” (VASCONCELOS, 2020, p. 107) (JAROCHINSKI SILVA *et al.*, 2024). Essa vigilância constante sobre esse sujeito é apontada também por outros autores, como Ângela Vasconcelos, que refere estarem “os imigrantes sob a vigilância permanente de um efetivo militar da Força-Tarefa Humanitária da Operação Acolhida, desde o seu interior [nos abrigos] às ruas do centro e periferia de Boa Vista e da transfronteiriça Pacaraima” (VASCONCELOS, 2020, p. 211).

A relação desenvolvida pela população abrigada com os militares que realizam as atividades nos abrigos é algo a se dar especial atenção. Observa-se que a chegada dos militares nos locais de acolhida gerou sentimento de proteção e segurança (PAIVA e GONÇALVES, 2021; LEAL *et al.*, 2022), ao mesmo tempo em que a vigilância constante e restrição de circulação por eles imposta, provocou sensação de aprisionamento (VASCONCELOS, 2020, 2021; ALVES 2020). Iana Vasconcelos (2021) aprofundou-se nas relações desenvolvidas entre parte desse contingente militar e a população abrigada.

As interações entre os atendidos na Operação Acolhida e os Militares

A autora relata que os militares, muitas vezes, chegam a desenvolver relação pessoal com parte dessas famílias, e cita o caso do Tenente A., que desenvolveu vínculo de amizade e solidariedade com uma família, a ponto de comprar, com recursos próprios, uma passagem para um de seus integrantes migrar para outro estado, local em que lhe aguardava uma oferta de emprego.

Pelo exposto, é possível perceber que as relações desenvolvidas no âmbito dos abrigos envolvendo militares e população migrante abrigada, são de grande complexidade, e permeadas por sentimentos contraditórios por ambas as partes. Alguns dados de pesquisa explicitam que esse é um fator que demanda especial atenção. No que se refere aos militares, existe um protocolo que define o tempo de serviço a ser prestado, segundo o qual, o tempo médio de permanência em atuação dos militares em uma mesma localidade no serviço humanitário desenvolvido é de noventa dias. Em entrevistas com militares, Vasconcelos tenta entender a necessidade de tal rotatividade nessa atuação:

Segundo o Tenente A.: “Noventa dias é bom. Mais que noventa dias a pessoa vai se envolver muito com a missão. As vezes a pessoa começa a se cansar e se não tiver área de escape começa a ficar revoltado”. O Capitão Q., por sua vez, enfatiza que esta é uma diretriz da instituição baseada em critérios acadêmicos: “Existem estudos que demonstram que o militar mais que esse período começa a adquirir stress pós-traumático devido à situação de impotência”. As falas do Tenente e do Capitão realçam a preocupação com o aspecto psicológico dos militares nesse tipo de “ação civil” e/ou “ajuda/ação humanitária” (VASCONCELOS, 2020, p. 158)

Ou seja, existe preocupação com o aspecto psicológico desses militares ao permanecerem muito tempo expostos à convivência com pessoas em vulnerabilidade. Fernando Borges (2019, p. 25) se refere ao fato de que “o militar deve estar com seu bem-estar psicológico em condições para lidar com diversas situações envolvendo o abrigado”. O autor, referindo-se à necessidade de atenção aos efeitos psicológicos do exercício de funções humanitárias pelo militar, relata sobre o “efeito PINO”, expressão adotada pelo exército brasileiro para denotar “um conjunto de comportamentos indesejáveis que precisa de uma atenção especial. O PINO é uma sigla, que consolida o significado de: Pena; Indiferença; Nojo e Ódio” (BORGES, 2019, p. 25). A sigla também foi utilizada para descrever reações psicológicas e comportamentais vividas por soldados

nas missões de paz enviadas ao Haiti e nas chamadas Operações de Pacificação, com intervenções militares nos complexos de favelas do Rio de Janeiro (SCHMITT *et al.*, 2016).

O Efeito PINO na Operação Acolhida

Lidar de perto com a vulnerabilidade do outro, em suas mais diversas formas, requer preparo. O treinamento militar é fundamentado em princípios de hierarquia, obediência e prontidão, além de o foco ser direcionado a manutenção da segurança, fator que pode ser visto como contrastante com as exigências do trabalho humanitário.

Alguns autores clássicos já traziam apontamentos relevantes para as reflexões aqui propostas. Carl Rogers (1997) aponta que a capacidade de estabelecer uma relação empática e não julgadora é vital em situações em que se lida com o sofrimento humano. Assumir uma posição empática, no entanto, requer preparo. É importante não só saber realizar o manejo das situações que envolvem o sofrimento alheio, mas também estar consciente das próprias limitações e questões emocionais que podem, porventura, intervir ou ser afetadas no trabalho realizado, essa perspectiva pode ser verificada a partir de diversos autores, inclusive com distintas perspectivas dentro da psicologia, como Jung (1996), Freud (1912) e o próprio Rogers (1997). Para profissionais que atuam diretamente com populações em situações de extrema vulnerabilidade, é essencial o preparo emocional para lidar com a dor do outro sem que ocorra uma desorganização interna.

Além disso, o contato continuado com o sofrimento alheio pode gerar sobrecarga psíquica e sofrimento no trabalhador, principalmente quando este não possui ferramentas psíquicas e repertório subjetivo para elaborar a experiência (DEJOUR, 1994). Isso se agrava quando não há uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e emocionais que atravessam a vida dos migrantes, como o luto por perdas múltiplas, o trauma da migração forçada e a insegurança constante. Assim, delegar a atuação direta com migrantes a agentes com formação predominantemente bélica é um risco à integridade física e emocional tanto dos migrantes quanto dos próprios militares.

Voltando ao chamado “Efeito PINO”, Vasconcelos também se refere ao fenômeno como os “quatro estágios emocionais pelos quais os militares atravessam em contato com o sofrimento alheio” (2021, p. 159). O estágio inicial, a PENA, é a reação emocional provocada ainda nos primeiros contatos com o outro, de forma que “o militar se apieda das condições de vida da pessoa e tende a se envolver pessoalmente para atender as diferentes demandas” (VASCONCELOS, 2021, p. 159). A INDIFERENÇA é quando a recorrência das situações de vulnerabilidade com que o sujeito lida em seu dia a dia, acaba tendendo a gerar “um sentimento de naturalidade nociva para qualquer que seja o problema, levando o militar a agir de forma indiferente”, o que pode ser perigoso e prejudicar o exercício do trabalho, pois a naturalização do sofrimento alheio pode prejudicar o “discernimento do momento em que o abrigado realmente está em uma situação que dependa da atuação do militar” (BORGES, 2019, p. 25). O NOJO seria o terceiro estágio

na sequência, ele gera um “processo de aversão à situação vivida pelo refugiado e à sua cultura. Esse sentimento leva o militar a querer se afastar do refugiado, prejudicando as ações necessárias de assistência aos desassistidos” (BORGES, 2019, p. 25). Em sua pesquisa, Vasconcelos relata o que um dos tenentes escutados a confidenciou: “não aguento mais ouvir os problemas deles” (2019, p. 159). Por fim, o estágio final vivenciado seria o sentimento de ÓDIO, “situação em que o militar pode desenvolver ações contra a integridade física e psicológica do abrigado” (BORGES, 2019, p. 25).

Capdeville (2021) relata que a mudança do contingente militar responsável pela operação a cada três meses, com a finalidade de evitar o “efeito PINO”, não conseguiu ser mantida pela falta de pessoal disponível. Os militares foram precisando ficar mais tempo na execução das ações necessárias à Operação. Nesse sentido, com o objetivo de diminuir os problemas referentes a essa questão, uma outra estratégia adotada pelo exército, apontada pela autora, é o de “dar uma arejada”, que significava, a cada 40 dias os militares mudavam seu local de trabalho para se afastar da rotina e das pessoas que vivenciavam (CAPDEVILLE, 2021, p. 89).

As estratégias utilizadas pelas forças armadas se mostram importantes na prevenção de conflitos maiores entre os militares e os sujeitos abrigados. No entanto, essa rotatividade gerada pela mudança constante dos militares envolvidos na gestão e na execução dos trabalhos, seja a cada três meses, ou quarenta dias, compromete diretamente o trabalho realizado. Com a mudança de contingente é comum que ocorram mudanças na forma como os trabalhos são desenvolvidos. Grande parte do serviço realizado pelas ONGs depende também diretamente do trabalho e da relação estabelecida com os contingentes militares, de forma que de tempos em tempos essas relações precisam ser reestabelecidas e o trabalho muitas vezes é afetado. Em algumas situações tais mudanças significavam possibilidade de mudança e aprimoramento nas relações e trabalhos executados, porém em outros momentos isso significou retrocesso nos serviços que já vinham sendo executados (CAPDEVILLE, 2021).

Em uma Operação da magnitude da desenvolvida, na qual estão envolvidas milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como um expressivo número de trabalhadores e prestadores de serviço, sejam da esfera militar ou civil, as relações estabelecidas são complexas e múltiplas. Assim como há relatos de forte envolvimento pessoal, solidariedade e cooperação entre militares e migrantes, existem também relatos de que um dos principais motivos dos venezuelanos que aderiram ao programa “Volta à Pátria”, seria a “asfixia” sentida ao viver em abrigos geridos pelas forças armadas (VASCONCELOS e MACHADO, 2021). O programa é organizado pelo governo da Venezuela para ajudar aqueles migrantes que querem retornar, porém não têm condições financeiras para tal.

Em seu trabalho, Fernando Borges transcreve o relato que um Oficial do Exército lhe deu:

Eu realmente já estava precisando ir embora, eu estava me envolvendo demais com toda a situação, eu achava que essa história de PINO era uma dessas lendas, mas não é. Eu não desenvolvi uma evolução, na verdade eu fiz um “PINO seletivo” [aspas colocadas pelo autor], tinha venezuelano que eu queria matar [desenvolvimento do ódio],

ao mesmo tempo tinha famílias que a minha vontade era levar para a minha cidade para dar uma vida melhor [desenvolvimento da pena]. Em um único dia no abrigo eu percorria sentimentalmente por todas as letras do PINO, era um mix de emoções. Vi que aquilo realmente não estava me fazendo bem, não estava mais me conhecendo (BORGES, 2019, p. 26).

O relato em questão evidencia de maneira significativa os impactos potenciais da saúde mental sobre a prática do acolhimento e sobre as dinâmicas relacionais entre agentes estatais e a população atendida, ressaltando a necessidade de atenção integral e contínua à saúde emocional de todos os envolvidos nas ações humanitárias.

Considerações Finais

Os tipos de relações estabelecidas são importantes, pois permitem visualizar melhor as dinâmicas de funcionamento e regimento dos abrigos sob o comando militar. A militarização do trabalho humanitário é uma tendência adotada internacionalmente. São muitos os aspectos preocupantes relativos a esse fenômeno, desde a securitização da questão humanitária até a dinâmica do preparo e da formação de quem vai realizar o atendimento da população atendida. Intenta-se com este trabalho, no entanto, lançar luz sobre outro aspecto relevante nesse movimento, os vieses subjetivos e relativos às repercussões afetivo-emocionais dessa militarização.

Até o momento, são poucos os autores que investigaram sobre o Efeito PINO e suas consequências. Ele segue como um cuidado protocolar interno às Forças Armadas, que vem, cada vez mais, exercendo funções humanitárias. Considerando que a tendência dos Estados atualmente é a militarização das respostas humanitárias desenvolvidas no trato com as migrações. Para além da crítica ao fato, é de suma importância a compreensão das possíveis consequências psicológicas geradas pelo trato militar em atuação direta com milhares de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. Entender o Efeito PINO é também cuidar dessas populações, que serão as primeiras a sofrer as consequências da falta de um preparo efetivo dos militares para a realização de trabalhos de cunho humanitário. Assim, não se intenta aqui esgotar o assunto, muito pelo contrário, reforça-se a necessidade de ampliar os debates e investigações sobre a temática, aprofundando o conhecimento e possibilitando o desenvolvimento de ações preventivas no cuidado à saúde mental dos militares e trabalhadores humanitários, e seus possíveis impactos na segurança dos que se encontram sob seus cuidados.

Referências

- AGIER, M. Uma exceção redobrada. Espaços, tempo e atores do governo humanitário. *Desigualdade & Diversidade Revista de Ciências Sociais*, PUC- Rio, RJ. 2012.
- ALVES, J. Q. P. L. Cotidiano e coletividade: dinâmicas nos abrigos para refugiados venezuelanos em Roraima. *Revista Cadernos de Pesquisa da Escola da Cidade*, n. 9, pp 127-143, 2020. Disponível em: <<https://ojs.escoladacidade.org/index.php/cadernos/article/view/25>>.

BORGES, F. F. Moral e crença na acolhida: Um desafio para o endomarketing. Orientador Major Fábio Costa Silva. 2019. Dissertação (Mestrado). Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias. Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Comunicação Social. Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. Decreto 19.482, de 12 de dezembro de 1930. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 12 dez. 1930.

_____. Lei no 8.080/90. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990.

CAPDEVILLE, J. Llegar, estar y salir: da Venezuela ao Brasil. 2021. 225 f. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2021.

CORTINA, A. Aporofobia, a aversão ao pobre: um desafio para a democracia. Editora Contracorrente, 2020.

COSTA, E. Pelo menos 4 secretarias de RR devem limitar atendimentos a venezuelanos sem passaporte. G1 RR, Boa Vista, 02 ago. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/08/02/pelo-menos-4-secretarias-de-rr-devem-limitar-servicos-a-venezuelanos-sem-passaporte.ghtml>>.

DEJOUR, C. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

FREUD, S. (1912). Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: FREUD, S.. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, vol XII, Rio de Janeiro, Imago, 1969.

HIRST, M. Conceitos e práticas da ação humanitária latino-americana no contexto da securitização global. Estud. int. (Santiago, en línea), Santiago, v. 49, n. spe, p. 143-178, out. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-37692017000300143&lng=es&nrm=iso>.

HONORATO, F. G. F. Os desafios logísticos da Força-Tarefa Logística Humanitária em Roraima para o acolhimento dos venezuelanos. Orientador: Vinicius Damasceno do Nascimento. 2019. 63f. TCC (Especialização) Curso de Especialização em Ciências Militares com ênfase em Defesa. Escola de Comando e Estado Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/6046>>.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; ALBUQUERQUE, É. B. F. Operação Acolhida: Avanços e Desafios. Caderno de Debates: Refugio Migração e Cidadania. V. 16, n. 16, 2021.

JAROCHINSKI SILVA, J. C.; VILLAÇA, G.; BOSON, V. P. Espacialidade e Controle dos Corpos: Boa Vista e a Mobilidade Humana Venezuelana. Cadernos Metrópole 26 (61):e6166412, 2024. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/66412>>.

JUNG, C. G. (1964). Memórias, Sonhos, Reflexões. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

LEAL, N. A. C.; SILVA, S. M.; SILVA NETA, E. L. M. da; SALHAH, S.; DALPASQUALE, P. L. M.; BARBOSA, L. de A. Refugiados venezuelanos em abrigos de Roraima: convivência, higiene, segurança e saúde dos abrigados. SANARE - Revista de Políticas Públicas, [S. l.], v. 21, n. 1, 2022. DOI: 10.36925/sanare.v21i1.1577. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1577>>.

LIMA, M. Operação Acolhida: as Forças Armadas e a crise dos refugiados venezuelanos. Manaus], 2018.

PAIVA, A. R.; GONÇALVES, A. G. P. Operação Acolhida: Entre a Militarização e a Assistência Social. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 164 181, 2021. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i26.12552. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12552>>.

ROGERS, C. R. Tornar-se pessoa. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- SCHMITT, M. F.; SCHMITT, V. G. H.; NETO, L. M. Conflitos culturais no processo de pacificação no complexo do Alemão. *Revista Escola Superior de Guerra*. v. 31, n. 63 (jul./dez.). Rio de Janeiro, 2016.
- SEYFERTH, G. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. *Revista USP*, [S. l.], n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>>.
- SIMOES, G. F.; VAZ, L. G.. O Preparo e Emprego Militar na Crise Migratória Venezuelana no Brasil. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 15, p. 749-774, 2023.
- SILVA, S. Acolhimento institucionalizado em tempos de pandemia: o caso dos venezuelanos em Manaus. In: BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (coord.); ZUBEN, Catarina von; MAGALHÃES, Luís Felipe; PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália; DOMENICONI, Jóice (org.). *Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19*. Campinas: Nepo/Unicamp, 2020. p. 391-406.
- VASCONCELOS, I. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/14574>>.
- VASCONCELOS, I. Entre acolher e manter a ordem: notas etnográficas sobre a gestão das forças armadas brasileiras nos abrigos para venezuelanos/as solicitantes de refúgio em Boa Vista-RR. In: *Etnografias do refúgio no Brasil*. Igor José de Renó Machado (org.). São Carlos: EduFScar, 2020. p. 104-117.
- VASCONCELOS, I.; MACHADO, I. J. DE R.. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista- RR. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana* , v. 29, n. 63, p. 107 122, set. 2021.



Política de migração no Brasil: respostas brasileiras à diáspora venezuelana

Denise Figueiró Mendes*

Duval Magalhães Fernandes**

A migração, como movimento social e, principalmente político, pressupõe a alteridade e modifica os locais de origem e de destino, fazendo do migrante um protagonista e um agente ativo de transformações das políticas públicas, culturais e sociais de um Estado-nação. Ao chegar a algum destino, esse migrante encontra uma realidade que já está dada, mas que, também, pode ser modificada, apesar de suas dualidades: acolhimento *versus* preconceito; bons *versus* ruins; harmonia *versus* conflito; aceitação *versus* exclusão, dentre outras.

No caso da Venezuela, que sempre foi considerada um país tradicionalmente de imigrantes, acolhendo migrações de todo o mundo (muitos de países europeus e da América Latina), nas últimas duas décadas, devido à crise que se estabeleceu no país, “resultado combinado de quase duas décadas de má gestão econômica, queda dos preços do petróleo, deterioração das instituições democráticas e insegurança” (PÁEZ, 2017, s/p) [tradução nossa], e, também, de um bloqueio político e econômico liderado pelos Estados Unidos da América, reverteu-se em um país de emigração, representando uma ruptura incomum na sua tradição histórica (PÁEZ, 2017).

A diáspora venezuelana, foi caracterizada por Peñalver e Páez (2017) em três fases distintas: a primeira, ocorrida no período de 2000 a 2012, foi denominada “Em busca de novas

* Professora Efetiva da Universidade Federal de Roraima/UFRR, Doutora em Ciências Sociais. E-mail: denise.mendes@ufr.br.

** Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: duval@pucminas.br.

oportunidades”, tendo sido formada por imigrantes profissionais de renda média e alta, que saíram do seu país em busca de uma melhor vida e que, devido a sua alta capacidade e competência profissional têm conseguido melhores oportunidades nos países de destino. A segunda, denominada “Crescente desesperança”, ocorreu entre 2012 e 2015, composta por uma população de renda média misturada com as de baixa renda, que saíram e continuam a sair numa condição forçada (de expulsão). A terceira fase, iniciada em 2015 e que perdura até os dias atuais, foi denominada “Migração de desespero”, com todos os estratos sociais, porém cada vez mais pobres e de baixa renda, por motivos de escassez de alimentos e medicamentos, fome, desnutrição, insegurança e desesperança política, que chegam em destinos diversos e em condições de alta vulnerabilidade¹.

Devido às legislações restritivas dos países desenvolvidos, em particular aqueles com governos populistas, onde o anti-imigracionismo tornou-se um elemento político decisivo, traduzido numa legislação desfavorável para os imigrantes internacionais, ocorreu uma mudança nos movimentos migratórios e nos destinos para países que, até então, não eram desejados pelos imigrantes (BAENINGER, 2018; BRITO, 2013), o que fez com que o Brasil se tornasse um local de destino ou de trânsito, dinamizando a mobilidade internacional de refúgio, por meio de normativas internacionais de refúgio e amparo da Lei nº 9.474/1997 - Lei Brasileira de Refúgio (MAGALHÃES, BÓGUS, BAENINGER, 2018). Para além disso, é na terceira fase da diáspora venezuelana que se observa o maior aumento da entrada de venezuelanos/as no Brasil, principalmente no Norte, pela cidade de Pacaraima (BR), que faz fronteira com o município de Santa Elena de Uairén (VE).

Vale ressaltar que esses movimentos acontecem em momento da alteração da legislação migratória brasileira, regida até 2017 pelo Estatuto do Estrangeiro de 1980 e, desde de 24 de maio de 2017, tem na Lei 13.445 (Lei da Migração) o novo amparo legal. No entanto, apesar das inovações introduzidas, a dificuldade em atender alguns requisitos legais permaneceu e a via da solicitação de refúgio continua, já na terceira década do Século XXI, a ser o mecanismo mais utilizados por imigrantes que chegam ao Brasil, principalmente os nacionais da Venezuela.

A nova Lei apresentou um avanço em relação ao reconhecimento dos direitos humanos do migrante – extraíndo o termo ‘estrangeiro’ e introduzindo os termos ‘imigrante’ e ‘visitante’, como forma de flexibilizar e incentivar a regularização migratória e proporcionar a proteção de seus direitos –; porém, a ideia nacionalista e de políticas de controle, têm colocado em

¹ Em notícia publicada no dia 29/7/2021 pelo jornal venezuelano “Descifrado”, um grupo de trabalho da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a Crise dos Migrantes e Refugiados da Venezuela, publicou um relatório sobre a existência de migrantes e refugiados venezuelanos que percorrem mais de 3.500 quilômetros a pé, muitas vezes descalços (conhecidos como “caminhantes”), que expressaram terem sido forçados a abandonar o seu país, essencialmente por cinco razões: emergência humanitária complexa, violação sistemática dos direitos humanos, insegurança, colapso de serviços básicos e alto custo de vida. Notícia disponível em: <https://www.descifrado.com/2021/07/29/advierten-que-exodo-venezolano-podria-alcanzar-los-7-millones-para-inicio-del-2022/>. Acesso em 15/11/2024.

xeque as estruturas liberais e democráticas, sendo essas políticas de controle fortalecidas, ainda, pela pandemia da COVID-19 no mundo. Um exemplo dessa situação foi o fechamento das fronteiras brasileiras², mostrando uma incompreensão sobre a acolhida humanitária, e incitando uma política pública de exclusão, contrária à legislação, acordos e tratados internacionais, que o Brasil é signatário.

A propriedade universal (condição do reconhecimento jurídico), e o referencial valorativo (reconhecimento da estima social)³, estão explícitos, dentre outros, nos acordos formais internacionais em que o Brasil é signatário – a exemplo da Carta assinada em São Francisco, em 1945; da Declaração Universal dos Direitos Humanos; da Declaração de Cartagena, 1984; do Pacto de San José da Costa Rica; da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais-UNESCO, 2005; da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos-Barcelona, 1996, e do Pacto Global – onde partilham, de forma geral, do direito à liberdade, a dignidade, a igualdade, a proteção e a segurança de todo ser humano, mas que nem sempre são respeitados pelos Estados democráticos – como é o caso do Brasil, que além de se retirar do Pacto Global, em 2019, tem feito opções questionáveis, violando direitos através de uma interpretação nacionalista⁴ – a exemplo do fechamento das fronteiras (mencionado), e a intolerância, que põem em risco o acolhimento e o refúgio.

O grande fluxo de imigrantes venezuelanos que se estabeleceu no estado de Roraima – principalmente nos anos de 2017, 2018 e 2019 –, provocou impactos para além dos moradores, para as autoridades municipais, estadual e federal, que dialogavam de forma fragmentada, sem mútuo acordo, e com políticas públicas ainda insuficientes para atender a demanda, levantando

² Portaria nº 120, de 17/3/2020 - Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-120-de-17-de-marco-de-2020-248564454>; e Portaria nº 125, de 19/3/2020 - Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-125-de-19-de-marco-de-2020-248881224> Acesso em: 28/12/2024.

³ Tanto na condição do reconhecimento jurídico, quanto da estima social, um homem é respeitado em virtude de determinadas propriedades. No primeiro caso, “se trata daquela propriedade universal que faz dele uma pessoa” – “como se determina aquela propriedade constitutiva das pessoas como tais”; enquanto que no segundo caso, “trata-se das propriedades particulares que o caracterizam” – “como se constitui o sistema referencial valorativo no interior do qual se pode medir o ‘valor’ das propriedades características” (HONNETH, 2003, p. 187).

⁴ Conforme o professor Doutor em Direito Internacional, André de Carvalho Ramos – em palestra proferida em 07 de janeiro de 2021, no Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Migração, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados/NAMIR, da Universidade Federal da Bahia/UFBA –, existe a subsidiariedade da jurisdição internacional dos Direitos Humanos, no qual cabe ao Estado a responsabilidade primária de fiscalizar e implementar esses direitos, reprimindo violações e reparando danos, dentre outros; porém, esconde o problema de interpretações locais enviesadas, das quais devem ser questionadas, onde a internacionalização deve agir nessas falhas, pela interpretação internacional dos Direitos Humanos.

questões importantes que suscitaram debates e pautas políticas, como: a) a falta de políticas brasileiras para migração (PARESI, 2021⁵; MIRANDA, 2020; JAROCHINSKI SILVA; ABRAHÃO, 2020), e a incapacidade das autoridades – nas esferas federal, estaduais e municipais – em lidar com a situação; b) a nulidade do governo federal na questão da integração dos venezuelanos nas sociedades de destino, fazendo com que essa responsabilidade passasse a ser do ACNUR, das Organizações da Sociedade Civil (OSCs), e das políticas locais (municipal e estadual); c) a limitação na adesão dos governos estaduais ao Programa de Interiorização – um dos pilares da “Operação Acolhida” –, bem como as movências induzidas por esse Programa, constituindo com que os venezuelanos, além de migrantes internacionais e refugiados, sejam migrantes internos; d) o crescimento de instituições e organizações que passaram a atuar em configuração de “Redes” para conduzirem o processo de interiorização e amparar esses imigrantes e refugiados nas sociedades de destino final, o que Vasconcelos (2021, p. 48) denominou de “indústria migratória”; e) a clarificação das desigualdades, acentuadas pela globalização e pela Pandemia da COVID-19 (FERNANDES; BAENINGER; DEMÉTRIO, 2020); f) o debate sobre o conceito de fronteiras, que mais que geográfica, política, jurídica, cultural, de gênero, religiosa e ideológica, que, em conjunto com os imigrantes, se movimentam.

O Programa de Interiorização⁶ de venezuelanos, considerado uma complexa e articulada política de assistência emergencial aos imigrantes, foi implementado em abril de 2018 como uma medida estratégica do governo federal para atender a demanda de acolhimento dos venezuelanos solicitantes de refúgio e gerenciar a situação criada no estado de Roraima. O referido programa define que os imigrantes venezuelanos podem ser interiorizados para qualquer cidade do país, desde que estejam em condição de regularização migratória junto a Polícia Federal; ou seja: feita a solicitação de refúgio ou de residência temporária, ser portador de documentação regularizada, submeter a exames de saúde e estar vacinados. Ele articula um segundo movimento migratório dos nacionais da Venezuela em solo brasileiro que, de forma “voluntária” são encaminhados para outros estados e regiões e, mesmo com apoio de organismos internacionais e de OSCs, principalmente as ligadas a Igreja Católica, para acolhimento e integração desses imigrantes nas sociedades de destino final, há indícios de que não existam políticas públicas específicas e suficientes para acolhimento e integração nessas localidades, o que resulta em não resolver um “problema” mas, sim, deslocá-lo para outro local.

⁵ Em palestra proferida em 25/2/2021, no Curso de Capacitação em Direitos Humanos e Migração, organizado pela Comissão de Direitos Humanos, do Núcleo de Apoio a Migrantes e Refugiados/NAMIR, da Universidade Federal da Bahia/UFBA, o Padre Paolo Paresi (Missão Paz – São Paulo) argumentou termos uma Lei, mas não uma política migratória nacional de acolhimento com dignidade.

⁶ O Programa de Interiorização começou a ser executado em 5 de abril de 2018, sendo uma ação do governo federal com intuito de reduzir a pressão nos serviços públicos e no mercado de trabalho, no Estado de Roraima (principalmente em Pacaraima – cidade fronteiriça, e Boa Vista – capital), devido ao grande fluxo de imigrantes venezuelanos que ali se estabeleceram.

Para além disso, a análise da migração venezuelana confirma a visão polar do efeito da globalização sobre a política social – referida por Faria (2018, p. 19) –, onde, além de haver a reação do Estado “ao surgimento das novas vulnerabilidades com a crescente globalização” que, por conseguinte, ampliam o gasto social, o Estado também “se vê obrigado a expandir as redes de proteção social” (ibidem), já que esse fluxo migratório tem mostrado crescente aumento de instituições e organizações, internacionais e nacionais, públicas e privadas que, articuladas em redes, propiciam apoio e acolhimento a população imigrante e refugiados.

Nota-se que a participação de instituições e organizações não governamentais e da sociedade civil se deve à carência de políticas públicas migratórias nas esferas municipal, estadual e federal, trazendo, desta forma, limitações nas atuações dos governos e explicitando a importância do apoio das mesmas (MENDES; FERNANDES, 2020).

Como dito por Jarochinski Silva e Abrahão (2020, p. 272): “a migração venezuelana é a migração pela sobrevivência”, existindo, ainda, muitos outros fatores e especificidades, por exemplo: políticas públicas, ações e estratégias que se formaram em torno desse fluxo migratório, além do forte envolvimento das OSCs, principalmente as religiosas, e, também, de organismos internacionais, aparentemente em crescimento com esse grupo de migrantes.

O fluxo migratório venezuelano para o Brasil tem evidenciado transformações na realidade econômica, política e social do país, nos estados e regiões de destino final desses imigrantes, seja pela atuação das redes institucionais e organizacionais – que estão envolvidas nesse processo –, ou pelas condições diferenciadas que esse fluxo vem apresentando; pois, os deslocamentos não ocorrem somente da Venezuela para Roraima, mas também para outros estados e regiões brasileiras, através do Programa de Interiorização do governo federal.

Referências

BAENINGER, Rosana. Migrações Sul-Sul. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Machado; MOREIRA, Júlia Bertino et al (orgs.). Migrações Sul-Sul. 2ª edição. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. Rev. Bras. Est. Pop. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, jan./jun. 2013. p. 77-97.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Políticas públicas e relações internacionais. / Carlos Aurélio Pimenta de Faria. – Brasília: Enap, 2018. 104 p.

FERNANDES, Duval; BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália. Impactos da Pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil – Resultados de Pesquisa / Duval Fernandes; Rosana Baeninger (coords.); Maria da Consolação Gomes de Castro; Henrique Galhano Balieiro; Juliana Rocha; Felipe Borges; Luís Felipe Magalhães; Natália Demétrio; Joice Domeniconi (orgs.). Campinas, São Paulo: Núcleo de estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020. p. 35-79.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais / Axel Honneth; tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. parte II. p. 117-226.

JAROCHINSKI SILVA, João Carlos; ABRAHÃO, Bernardo Adame. Contradições, debilidades e acertos dos marcos de regularização de venezuelanos no Brasil. *MONÇÕES – Revista de Relações Internacionais da UFGD*. Dourados, v.8. n.16, jul./dez., 2020. p. 255-278. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em 07/06/2021.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* Brasília, v. 26, n. 52, abr. 2018, p. 75-94.

MENDES, Denise Figueiró; FERNANDES, Duval. Migração venezuelana e a interiorização: respostas aos fluxos migratórios recentes e as redes sociais em Minas Gerais. *In: Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v.15, n.15. Brasília: Instituto Migrações e Direitos Humanos, 2020. p. 69-88.

MIRANDA, Uiara Lopes. Trajetórias venezuelanas [manuscrito]: o processo de integração em Belo Horizonte/ Uiara Lopes Miranda. – 2020. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2020. 185 p.

PÁEZ, Tomás. Amid Economic Crisis and Political Turmoil, Venezuelans Form a New Exodus. The online journal of the Migration Policy Institute. 14 de jun., 2017. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/amid-economic-crisis-and-political-turmoil-venezuelans-form-new-exodus>. Acesso em 04/8/2021.

PEÑALVER, Leonardo Vivas; PÁEZ, Tomás. The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis? Research. May 2017. 34p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317099053>. Acesso em 02/8/2021.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. “Desejáveis” e “indesejáveis”: diferencialidades e paradoxos no acolhimento de venezuelanos/as em Roraima e no Amazonas. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. São Carlos, 2021. 293 p.



Fronteira Roraima: considerações preliminares ao seu estudo

Natália Belmonte Demétrio*

Os estudos migratórios emergem como “uma das possibilidades mais atuais para uma nova interpretação da Amazônia” (PINTO, 2016, p.12). A região transformou-se em palco de “amplos, intensos e diversificados movimentos populacionais, que compreendem desde processos históricos”, “os novos descimentos das populações indígenas”, até a recente chegada de solicitantes de refúgio (PINTO, 2016, p.11). Esse cenário complexo e diverso redefine categorias de análise, desafiando o “próprio universo conceitual da(s) teoria(s) migratória(s)” (VAINER, 1998).

De fato, até meados do século XX, os estudos migratórios foram marcados por uma perspectiva economicista, dentro do qual as “decisões locais das empresas” definiam as “decisões locais dos indivíduos” (VAINER, 1998, p.824). Nesse contexto, o estudo das trajetórias migratórias limitava-se à inserção laboral e ao cálculo racional de custo-benefício do migrante (TODARO, 1980).

* Professora Adjunta na Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo e do Observatório da Emigração Brasileira. Coordenadora do Observatório dos Estudos de População em Roraima – Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora da Rede Internacional de Migração e Refúgio – UFRR.

Ainda nos anos 1970, a corrente histórico-estrutural elaborou uma crítica contundente à interpretação dos processos migratórios como fenômeno centrado no indivíduo ou como fator corretivo da distribuição capital-trabalho. Ao incorporar a perspectiva da classe social de quem migra, Singer (1980) tanto avança na compreensão da migração como parte dos mecanismos necessários à constituição da população excedente, quanto reforça as múltiplas seletividades intrínsecas a esse processo. Desde essa perspectiva, as migrações surgem como expressão “de um processo global de mudanças” e seu entendimento conduz à construção de tipos historicamente definidos de fluxos migratórios (SINGER, 1980, p.217).

Se autores clássicos, como Singer (1980) e Balán (1973), produziram uma análise robusta das migrações no desenvolvimento do capitalismo, as perspectivas teóricas mais contemporâneas realçam a diversidade das experiências migratórias, revisitando o clássico debate entre origem e destino, fatores de expulsão e atração, causas estruturais e motivações individuais da migração (DE HASS, 2008). Para além da classe social, os estudos migratórios têm avançado na incorporação de outras categorias de análise, a exemplo das dimensões de gênero, geração, relações raciais, redes e família, “desconcentrando o peso da inserção laboral como chave para orientação dos deslocamentos” (PERES, 2024, p.200).

Ao menos três dimensões são importantes nessa ruptura epistemológica (KHUN, 1998): as teorias feministas (PERES, 2024), o olhar para os direitos humanos (VAINER, 1998; BRITO, 2013) e a questão ambiental (HOGAN, 2017). Na interpretação de Peres (2024), os estudos de gênero abriram o caminho para análise dos processos migratórios em interação com diferentes marcadores sociais, suplantando o paradigma *push and pull* pela perspectiva intersseccional.

Outro ‘ponto cego’ nas teorias migratórias clássicas diz respeito à violência e à coerção na (i)mobilidade da população (VAINER, 1998). Esse debate retoma a discussão sobre motivações e causas estruturais da migração (SINGER, 1980), ao mesmo tempo em que ressalta o lugar e o papel dos Estados Nacionais e de outros atores relevantes na produção do desenvolvimento, de suas guerras e suas vítimas (BRITO, 2013; VAINER, 1998).

Finalmente, o “ambiente entrou nos estudos sobre migração” destacando os “limites materiais do nosso mundo” (HOGAN, 2017, p.491 e 494). Essa “consciência ambiental” (HOGAN, 2017, p.495) transborda as próprias fronteiras da Demografia enquanto projeto científico interdisciplinar, centrada ora no protagonismo da estatística, ora na economia política (OJIMA, 2015; PATARRA, 1980). Nas palavras de Hogan (2017, p.498), “o aprofundamento da crise ambiental [...] muda a problemática da mobilidade populacional e do meio ambiente”, criando “uma nova ordem de questões para as ciências populacionais”. A ideia de finitude dos recursos naturais não apenas impõe o diálogo com outras matrizes disciplinares (como a biologia e a física), como também amplia os aparatos organizacionais (WALLERSTEIN, 1999) desse campo científico (MORIN, 1998).

Na interpretação de Hogan (2017, p.494), a percepção de tal limite começa a ser representada “pelo desaparecimento da fronteira”. “O esgotamento dos solos do Vale do Paraíba e a

marcha do café para o Oeste foram seguidos por outros esgotamentos e outras marchas. Mas hoje essa resposta populacional não é mais possível. As fronteiras acabaram” (HOGAN, 2017, p.494).

Desde essa perspectiva, Roraima entra na agenda dos estudos migratórios no Brasil nos anos 1970, quando os projetos de colonização e o garimpo influenciaram a chegada de nordestinos (VERAS, 2009). Nas décadas de 1980 e 1990, o sufocamento da atividade garimpeira, a falência das colônias agrícolas e a transformação do Território em Unidade da Federação engrossou a migração campo-cidade, fomentando os processos de redistribuição populacional dentro do estado, sobretudo rumo à capital, Boa Vista (STAEVIE, 2011).

O final do século XX redefine Roraima como território de fronteira, seja porque a expansão do agronegócio anuncia a chegada de uma nova população da região – os sulistas –, seja porque o fortalecimento das atividades agrominerais passa a ser comandado por madeireiros, pecuaristas, garimpeiros e empresas transnacionais com financiamento próprio (BECKER, 2005). Não se trata mais de uma fronteira “subsidiada pelo governo federal, como foi a fronteira dos anos 1970” (BECKER, 2005, p.80).

Os anos 2000 marcam um novo conjunto de transformações estruturais. Por um lado, os paradoxos da desruralização na Amazônia (OLIVEIRA, 2016) sublinha a combinação entre o recrudescimento dos fatores de expulsão (SINGER, 1980) com a ausência de políticas de fixação, praticamente restritas à criação de Terras Indígenas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Nesse cenário, o deslocamento compulsório de indígenas não segue o itinerário campo-cidade convencional, iluminando a circulação entre inúmeros centros urbanos de pequeno porte (OLIVERA, 2016).

Por outro lado, a última década marca a consolidação de Roraima como a principal fronteira-tampão no âmbito das migrações internacionais no Brasil (AGIER, 2006; BAENINGER, 2024). Esse fenômeno acompanha a chegada de um novo contingente populacional – os solicitantes de refúgio – e sua compreensão implica analisar as questões geopolíticas relativas à conformação de uma ordem internacional cada vez mais incerta e instável, atravessada por forte restrição à mobilidade da população nos países centrais. É nesse contexto que surgem os “países tampões”, onde são represados os imigrantes indesejáveis pelo Norte Global (AGIER, 2006, p.201).

O Brasil insere-se de modo privilegiado nesse cenário por suas amplas possibilidades de documentação, consolidando-se como o país possível, embora não o desejado (BAENINGER, 2016). Nessas condições, as fronteiras brasileiras – em especial as amazônicas – assumem um novo sentido: deixam de ser uma fronteira de vizinhança, marcada por escassa fiscalização e grande porosidade (RODRIGUES, 2006), para tornarem-se uma fronteira transnacional, com novas e claras seletividades, intensa fiscalização e controle.

O conjunto desses processos reconfigura, inclusive, a fronteira como integração regional (BAENINGER; MESQUITA, 2017; RODRIGUES, 2006). Particularmente em Roraima, a produção de rotas comerciais com os países vizinhos reflete as estratégias de superação

do isolamento da região perante o resto do Brasil (PORTO, 2024; RODRIGUES, 2006). Originalmente orientada para a Venezuela, essa rota intensificou-se com a criação da Área de Livre Comércio, em 1997, entre os municípios de Pacaraima (Brasil) e Santa Elena de Uaiarém (Venezuela), localidades por onde entrava grande parte dos itens de consumo básico da população estadual (vestuário, produtos de higiene e limpeza, utensílios domésticos e combustível) (Rodrigues, 2006) (Mapa 1). Desde a crise naquele país, esse fluxo reorientou-se em direção à Guiana (Bonfim-Lethem), alavancado por investimentos públicos e privados em projetos de infraestrutura (PORTO, 2024).

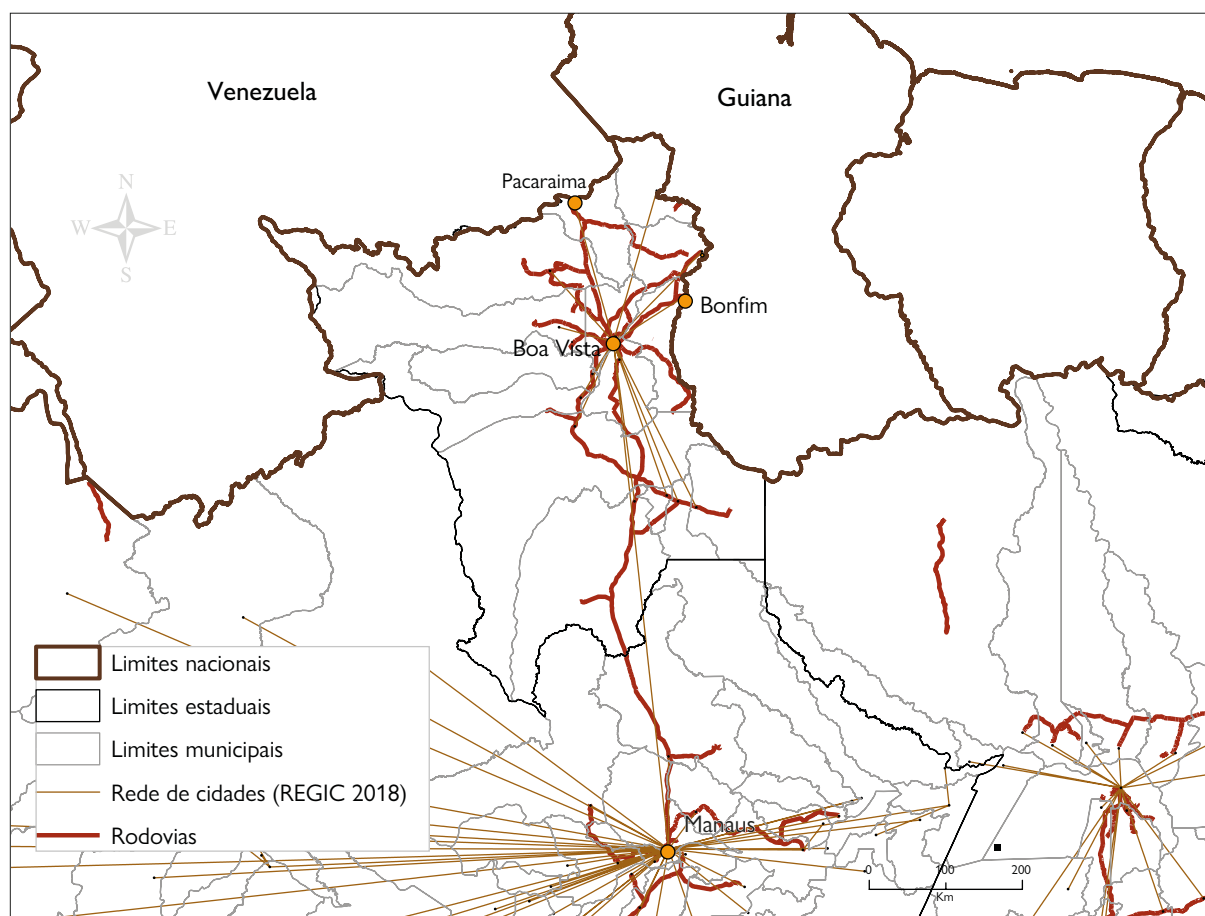
O fortalecimento de novas fronteiras é, portanto, contemporâneo à ascensão de Roraima como localidade tampão na rota das migrações transnacionais (BAENINGER, 2024), fenômeno que, por sua vez, vincula-se à produção de um novo tipo de migrante, ‘zigzagueando’ entre a questão humanitária e proibições, com formas cada vez mais sofisticadas de registro, identificação e rastreamento das populações envolvidas (AGIER, 2006).

Assim, compreender Roraima como fronteira-tampão global demanda uma releitura dos processos migratórios internacionais e internos na região, conjugando a mobilidade do capital e da força de trabalho em nível global (SASSEN, 1988) às dinâmicas de circulação específicas à periferia do capitalismo (BASSO, 2003), às migrações de crise (CLOUCHARD, 2007), às migrações Sul-Sul (PHELPS, 2014), à redefinição das fronteiras e de suas seletividades (BAENINGER, 2018; RODRIGUES, 2006; PERES, 2018; AGIER, 2016).

Do ponto de vista das migrações internas, esse olhar fortalece a interpretação da mobilidade espacial da população desde a perspectiva dos deslocados internos, iluminando a grave e generalizada violação dos direitos humanos associada aos conflitos socioambientais (MOREIRA, 2011; OLIVEIRA, 2016). Do ponto de vista da migração internacional, esse debate traz à tona a morosidade na análise dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, as disputas político-ideológicas envolvendo o deferimento e o indeferimento dessas solicitações, além das condições desiguais da acolhida humanitária (BAENINGER; DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2021).

As explicações advindas do nacionalismo metodológico (GLICK-SCHILLER, 2007; SASSEN, 2010) se esgotam diante de um cenário tão complexo, no qual as migrações internas e internacionais espelham o local-global (GIDDENS, 1991), rompem com a relação migração e desenvolvimento (SINGER, 1980), impõem a dimensão da violência e dos direitos como aspectos de análise fundamentais (VAINER, 1998), ao mesmo tempo em que exige a incorporação de novas categorias de análise em interação com diferentes marcadores sociais (PERES, 2024).

Mapa 1. Rede urbana. Roraima, 2018



Fonte: IBGE, Divisão Territorial Brasileira, 2022; Região de Influência das Cidades, 2018.

Referências Bibliográficas

- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, p.197-215, 2006.
- AGIER, Michel. *Borderlands: Towards an Anthropology of the Cosmopolitan Condition*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- ARANGO, J. Explaining Migration: a critical view. *International Social Science Journal*, 52 (165), p.283-296, 2000.
- BAENINGER, Rosana. Migração Transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, Rosana et al. (Orgs). *Imigração Haitiana no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- BAENINGER, R. Migrações transnacionais na fronteira: novos espaços da migração Sul-Sul. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). *Migrações fronteiriças*. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, Rosana. Brasil na geopolítica das migrações internacionais. Trabalho apresentado no XXIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasília, 23 a 26 de setembro de 2024.

- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; DOMENICONI, J. O. S. Migrações Transnacionais na Amazônia Legal: o Norte Global e o Sul Global na Fronteira. In: COTINGUIBA, M. L. P. et al (Org.). Mobilidade humana na Pan-Amazônia: implicações teóricas e experiências empíricas. 1 ed. Boa Vista: Editora da UFRR, 2021, v.1, p. 25-47. Disponível em: <https://www.nepo.unicamp.br/publicacao/mobilidade-humana-na-pan-amazonia-implicacoes-teoricas-e-experiencias-empiricas/>. Acesso 17/08/2022.
- BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.5, 1973.
- BECKER, B.K. Geopolítica da Amazônia. In: Rev. Estud. Av., São Paulo, v. 19, n. 53, 2005, p. 71-86.
- BRITO, F. “Os povos em movimento: as migrações internacionais recentes no desenvolvimento do capitalismo. In: PATARRA, N. L. (coord.). **Emigração e Imigração Internacionais no Brasil**. São Paulo, FNUAP, 1995.
- CASTLES, Steven and MILLER, Mark J. The Age of Migration. Hampshire and London: MacMillan Pres Ltd: Houndmills, Basingstoke, 2003.
- DE Hass, H. Migration and development: a theoretical perspective. International Migration Institute, University of Oxford, Working papers, n.9, United Kingdom, 2008.
- GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1991.
- GLICK-SCHILLER, N. Beyond the Nation-State and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies – essentials of migration theory. Working Papers. Bielefeld: Center on Migration, Citizenship and Development (COMCAD), n°33, 2007.
- HOGAN, D. Mobilidade Populacional e Meio Ambiente. In: BERQUÓ, E. Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2017.
- KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.
- MORIN, E. Ciência com Consciência. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- OJIMA, R. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. In: Ojima, R.; Fusco, W. Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente. Blucher, 2015. p.137-158.
- OLIVEIRA, M. M. de. Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea. Editora Scienza, 2016.
- PATARRA, N. L. Objeto e campo da Demografia. In: SANTOS, Jair F.; LEVY, Maria Stella Ferreira; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, p. 9-11.
- PERES, R. A presença boliviana em Corumbá-MS: a construção de um espaço migratório de fronteira. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). Migrações fronteiriças. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018, p. 504-511.
- PERES, R. Que marcadores fazem a diferença: contribuições para uma perspectiva interseccional das migrações internacionais. In: MAGALHÃES, L. F. A. et al (Coord.). Migrações e Refúgio: Temas Emergente no Brasil. Campinas/SP: Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, 2024.
- PHELPS, E. D. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. The Migrationist, [S. l.], 2014.
- PINTO, R. de M. F. Prefácio. In: OLIVEIRA, M. M. de. Dinâmicas migratórias na Amazônia Contemporânea. Editora Scienza, 2016.
- PORTO, Jadson. Inte(g)rações espaciais (trans)fronteiriças de Roraima (Brasil): oito décadas de

acionalidades espaciais. Santiago de Compostela: Programa de Pós-graduação Planificación e Gestion Territorial Universidade de Santiago de Compostela, 2024.

RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57), 2006, p. 197-207.

SASSEN, S. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN S. Sociologia da globalização. Porto Alegre, RS. Artmed, 2010.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

STAEVIE, P. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista – Roraima. Oculum Ensaios, Campinas, v. 13, p. 68-87, 2011. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/142>. Acesso em: 07/07/2013.

TODARO, M. P. A migração da mão-de-obra e o desemprego urbano em países subsenvolvidos. In: MOURA, H. (Org.). Migração interna: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. VAINER, Carlos B. Deslocamentos Compulsórios, Restrições à Livre Circulação: elementos para um reconhecimento teórico da violência como fator migratório. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, Caxambu, 1998.

VERAS, A. T. de R. A produção do espaço urbano e Boa Vista-Roraima. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas Mundiais. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). **Teoria Social Hoje**. Editora Unesp, 1999, pp.447-464.



emergência da emigração internacional em Rondônia

Renata da Silva Nobrega*

No projeto “Do sonho ao pesadelo, trajetórias interrompidas: uma análise sobre a situação dos brasileiros deportados dos EUA residentes em Minas Gerais e em Rondônia”, coordenado por Duval Magalhães Fernandes, parte do esforço de pesquisa é conhecer os processos migratórios dos brasileiros deportados ou não admitidos nos Estados Unidos, que retornam ao país em voos fretados pelo governo estadunidense. Ou seja, de pessoas que voltam ao Brasil de forma compulsória, por motivos alheios ao seu projeto migratório, que é subitamente interrompido. No Aeroporto Internacional de Confins, destino final destes voos, Minas Gerais e Rondônia destacam-se como as unidades da federação mais apontadas como local de destino dos repatriados (Fernandes *et al.*, 2024, p. 42).

Enquanto Minas Gerais é conhecida por sua longa tradição migratória rumo aos Estados Unidos, a presença de Rondônia como ponto de partida da emigração internacional ainda desperta certo estranhamento. É provável que isso se relacione ao seu histórico como localidade receptora de migrantes internos, consequência da política de colonização promovida pela ditadura civil-militar, a partir de 1968. Tal iniciativa teve por objetivo absorver os “excedentes rurais”

* Professora do Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Rondônia, campus Ji-Paraná.

oriundos de diferentes regiões do país, alvo de processo permanente de expulsão decorrente da modernização do campo nas áreas de agricultura tradicional e nas fronteiras agrícolas do Paraná e Mato Grosso (Martine, 1978, p. 77). Rondônia foi alvo de intensos fluxos migratórios até meados da década de 1980, quando ultrapassou a marca de 400 mil novos moradores, atingindo seu nível máximo em 1986, com a chegada de quase 166 mil pessoas em um único ano, vindas principalmente do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (Baeninger; Cunha, 1999, p. 8). Esse ciclo, porém, durou pouco: entre 1981 e 1991, cerca de 158 mil pessoas deixaram o estado. O “encurtamento do tempo da fronteira” (Martine, 1987) fez com que muitos migrantes retornassem a seus estados de origem ou buscassem novas fronteiras agrícolas. Outros permaneceram em Rondônia, engajando-se em lutas por terra ou sendo empurrados para áreas periféricas e urbanizadas.

A partir dos anos 1990, Rondônia passou a registrar expressiva emigração internacional, tendência captada pelo Censo Demográfico de 2010¹, que apontou o estado como o segundo com maior proporção de emigrantes internacionais no Brasil. Embora represente apenas 1,58% do total de brasileiros no exterior identificados pelo IBGE em 2010, com 7.785 rondonienses entre os 491.645 contabilizados, a emigração internacional a partir de Rondônia adquire relevância quando analisada em escala local. Diante da pequena população do estado (1,56 milhão de habitantes, na época), o fenômeno se mostra expressivo e amplamente difundido, atingindo todos os cinquenta e dois municípios rondonienses. Pequenos municípios, notadamente rurais, como Vale do Paraíso e Urupá, apresentaram taxas de emigração internacional até sete vezes maiores que a média nacional.

Espalhados por mais de trinta países, os rondonienses se dirigiram principalmente à Europa (58,6%), com destaque para Espanha (26%) e Portugal (22%), além dos Estados Unidos (21%) e Bolívia (12%). Os resultados do Censo 2010 também oferecem informações sobre retorno massivo de brasileiros que viviam no exterior e que voltaram para Rondônia (Silva; Fernandes, 2013, 2014; Silva, 2015; Fernandes; Castro, 2013). Dois terços vinham dos Estados Unidos, Espanha, Portugal e Japão, sendo a maioria deles brasileiros, muitos dos quais, naturais de Rondônia. Homens predominavam entre os que vieram dos EUA e Japão, enquanto as mulheres eram maioria entre os que regressaram da Espanha e Portugal.

Infelizmente, o Censo 2022 não contemplou questões relacionadas à emigração internacional, impossibilitando a atualização dos dados obtidos em 2010. Apesar disso, informações

¹ O Censo 2010 do IBGE apresenta limites importantes na contagem de brasileiros residentes no exterior, pois considera apenas informações prestadas por moradores de domicílios onde alguém relatou a saída de um familiar para outro país nos últimos 10 anos. Essa metodologia exclui emigrantes cujas famílias inteiras migraram ou que não mantêm vínculos no Brasil, resultando em subenumeração. Enquanto o Censo registrou 491.645 emigrantes, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) estimava cerca de 3,1 milhões de brasileiros vivendo fora do país em 2010. A discrepância revela a limitação dos dados censitários e a importância de cruzá-los com outras fontes, como os registros do MRE, para compreender melhor a emigração brasileira.

obtidas a partir de outras fontes reforçam a continuidade da emigração internacional como um fenômeno relevante em Rondônia, que parece ter ganhado novo fôlego após os primeiros anos da pandemia de COVID 19. Informações da Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais indicam que 92,3% dos municípios rondonienses têm ao menos um natural detido nos Estados Unidos por entrada irregular pela fronteira sul (Fernandes *et al.*, 2024, p. 42). Outra fonte é o levantamento do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), a partir de informações reunidas por equipes envolvidas nas operações de acolhimento organizadas pelo Governo Federal após denúncias de maus-tratos e violações de direitos humanos no voo de deportação de 24 de janeiro de 2025, o primeiro realizado durante o segundo mandato de Donald Trump na presidência dos Estados Unidos. Com base em 680 pessoas repatriadas acolhidas entre fevereiro e maio de 2025, o MDHC aponta Minas Gerais (310 pessoas, ou 45,6%) e Rondônia (74 pessoas, ou 10,9%) como os principais estados de destino dos recém-chegados, dado que coincide com as observações de campo realizadas no âmbito deste projeto. Apesar da disparidade populacional entre os dois estados, Minas Gerais tem mais de 20 milhões de habitantes, enquanto Rondônia tem cerca de 1,7 milhão, a proporção de repatriados em Rondônia (0,00424%) é quase três vezes superior à de Minas Gerais (0,00151%), revelando a significância da emigração internacional no estado amazônico.

Nesse artigo, discutiremos as condições da emergência da emigração como um fenômeno de amplo alcance entre os rondonienses, a partir da existência de conexões históricas com processos migratórios anteriores, da presença de recrutadores e agenciadores da emigração e da produção e da circulação de imaginários sobre a vida fora do Brasil que transitam por amplas redes sociais nas quais potenciais emigrantes estão inseridos. As reflexões são fruto de pesquisa etnográfica realizada entre 2011 a 2015, na região central de Rondônia, e na região metropolitana de Boston, nos Estados Unidos, durante o doutorado (Nobrega, 2016), e atualizadas a partir da participação no projeto de pesquisa “Do sonho ao pesadelo”, com a realização de entrevistas, desde 2024, junto a pessoas deportadas ou não admitidas nos Estados Unidos e visitas a gestores e técnicos de instituições públicas em Rondônia.

Contexto histórico

Embora brasileiros tenham emigrado em diferentes momentos da história, Teresa Sales destaca que esse movimento só se configura como corrente migratória a partir da crise econômica dos anos 1980. A autora acrescenta ainda o contexto político da redemocratização, em suas expectativas e frustrações, como fator que ajuda a compor o quadro das motivações dos brasileiros emigrados (Sales, 1999, p. 28). O Plano Collor e seus desdobramentos, em 1990 e 1991, deu-lhe um novo impulso, dessa vez, “fatal e definitivo” (Meihs, 2004, p. 21), coincidindo com os primeiros relatos de partidas de rondonienses para o exterior (Nobrega, 2016). Em Rondônia, já havia indícios desses movimentos migratórios na década de 1980, que passou a se intensificar na década seguinte, até alcançar seu provável pico no início dos anos 2000. Nas agências de viagem

consultadas, o período entre 2000 a 2007 foi indicado como o que mais se vendeu passagens internacionais, quando alcançavam até 80% dos faturamentos mensais.

Mais do que confirmar datas precisas do início da *febre de sair*² e suas primeiras motivações, nos interessa aqui indicar como pelo menos desde os anos 1980, tem se construído em Rondônia um cenário propício para que deixar o Brasil se tornasse uma opção viável para tantas pessoas. Na “Década da destruição”³, Rondônia passou por profundas transformações. Além das dificuldades enfrentadas em âmbito nacional, a economia local, pautada na produção extrativista, agropecuária e no funcionalismo público, vivenciava a frágil transição que selou a emancipação política do antigo Território Federal. Naquele período, consolidou-se o “trancamento” das terras, que garantiria a expansão da pecuária e dos monocultivos, produtos de destaque na balança comercial do estado, abrindo caminho para a consolidação da economia do agronegócio nas décadas seguintes. Do lado dos pequenos produtores, algumas lavouras incentivadas pelo Estado, como o café, não produziram como esperado, gerando alto endividamento e muitas vezes, a perda da terra.

Neste contexto, a instabilidade política e econômica foi acentuada por políticas estatais que incentivaram o desmatamento. Projetos como o POLONOROESTE e o PLANAFLORO, financiados pelo Banco Mundial, buscaram normatizar o uso da terra, impondo limites à exploração madeireira (Gibson, 2012).⁴ Além das dificuldades de acesso e permanência no campo e que suscitaram novos deslocamentos entre os que buscaram terra em Rondônia, a vida nas cidades também não oferecia horizontes promissores para todos, ao menos a curto prazo. De acordo com o IBGE, em 2000, 64,2% da população economicamente ocupada residia em áreas urbanas. Mais de 53% trabalhavam como empregado, recebendo menos de dois salários-mínimos, cujo valor na época era de R\$ 151,00. Neste mesmo ano, o governo estadual demitiu 30% do funcionalismo público, desempregando dez mil pessoas, “*da noite pro dia*”. Funcionários públicos, agricultores, feirantes, estudantes, vendedores em lojas, frentistas, professores da rede pública, balconistas, mecânicos, seguranças, pedreiros, mototaxistas, cobradores, donos de pequenos negócios ou auxiliares em empreendimentos familiares, são algumas das atividades exercidas antes de sair do Brasil. Receber um salário mínimo ou pouco mais, viver “*como empregado*”, estar desempregado, não ter “*cultura nem recurso*”, pagar aluguel, morar no sítio dos pais foram alguns dos motivos apontados para justificar a partida. De modo geral, as limitadas perspectivas de mobilidade social para as camadas populares orientaram a decisão de sair do país, aliadas à uma certa disposição em encarar desafios e conhecer novos lugares.

² Os termos em itálico referem-se a expressões utilizadas por interlocutores da pesquisa.

³ Título da série documental de Adrian Cowell sobre o processo de devastação ambiental na ocupação de Rondônia entre os anos 1980 a 1990. COWELL, Adrian. *The decade of destruction*. London: Headway, 1990.

⁴ Mais tarde, em 2012, com a aprovação do Código Florestal, as novas regras ampliaram a área de reserva legal das propriedades rurais e obrigaram, sob risco de pesadas multas, a recuperação das áreas desmatadas, acarretando em ônus econômico e na redução de oportunidades econômicas para agricultores que foram atraídos pela ampla oferta de terras nas décadas anteriores.

Central nas explicações de quem emigrou, a motivação econômica não é suficiente para elucidar de que maneira Rondônia se transformou em um significativo foco de emigração internacional. Além da compreensão das condições de seu surgimento, interessa conhecer como estes deslocamentos se perpetuam ao longo do tempo (Massey *et al.*, 1987). Como bem observou Sueli Siqueira, se “não é de todas as cidades brasileiras, que vivem a mesma crise econômica nacional, que partem os brasileiros, mas de algumas cidades em particular” (Siqueira, 2009, p. 64), o que justificara o fato de tantos rondonienses irem embora? A existência de redes migratórias no exterior, como veremos a seguir, favoreceu a emergência da emigração internacional como uma opção viável para os rondonienses.

O papel das redes

A literatura sobre migrações ressalta que os deslocamentos, ainda que individuais, fazem parte de processos sociais sustentados por redes de relacionamento, formadas por laços de parentesco, amizade ou conhecimento prévio (Massey, 1988; Tilly, 1990; Portes, 1993). As redes migratórias conectam origem, destino e rotas de trânsito, influenciando a direção e continuidade dos fluxos (Sales, 1999; Soares, 2002; Truzzi, 2008). Em Rondônia, essas redes assumem papel central na mobilidade, constituindo formas de solidariedade e ajuda mútua entre familiares, amigos e vizinhos (Menezes, 2009). Mesmo migrantes que afirmam ter partido “*sem lenço, sem documento*” recorrem, direta ou indiretamente, a informações e vínculos anteriores, reafirmando a observação de Eunice Durham (1984) de que raramente o migrante se aventura no completo desconhecido. Assim, as redes explicam tanto o direcionamento dos fluxos quanto os modos de organização social dos migrantes nos diferentes territórios.

Assim como 80% dos retornados de Portugal entrevistados por Romerito Silva e Duval Magalhães Fernandes (2014), boa parte dos entrevistados durante a pesquisa de doutorado dirigiram-se para locais em que poderiam contar ao menos com o apoio de um familiar ou amigo ou até mesmo um desconhecido indicado por alguém, caso fosse necessário recorrer ao contato telefônico anotado em um papel qualquer. Não raras vezes, a expectativa de ajuda acordada previamente era frustrada, sendo necessário recorrer a outras pessoas. O suporte inicial variava desde informações sobre o local de destino (clima, temperamento dos moradores, oportunidades de trabalho e de lazer, custo de vida, etc.) e dicas de viagem (melhores trajetos, menores custos, como se comportar nos aeroportos, o que levar na mala, etc.) até a acolhida (buscar no aeroporto, rodoviária, estação de metrô ou outro ponto de encontro) e acomodação (em sua própria casa ou com outras pessoas), a indicação de trabalho (empregar no mesmo local ou ter informações sobre vagas disponíveis em outro lugar), o auxílio com a língua estrangeira (traduzir as primeiras negociações de emprego e de moradia; ensinar vocabulário básico) e documentos (caminhos para obtenção de documentos legítimos ou falsificados), etc.

Em alguns casos, o apoio implicou em empréstimo do dinheiro que financiaria a viagem, a ser pago em troca de trabalho no novo país ou depois que comesçassem a receber salário. Outros

passaram a “*viver de habitação*”, prática que consiste em alugar quartos da própria residência para os recém-chegados, “*livrando*” sua própria despesa com aluguel das diárias ou mensalidades cobradas destas pessoas, que pagavam os valores estimulados tanto por não fazer ideia do custo de moradia, como por não terem alternativas imediatas e de confiança. De diferentes maneiras, vizinhos, amigos, irmãos, primos, cunhados, pais e conhecidos que partiram primeiro tornaram-se pontes que facilitaram a saída para outros países. A possibilidade de contar com seu apoio minimizou os riscos para quem partiu em seguida. Diferentes pesquisadores apostam na conexão dessa onda às antigas redes migratórias entre Rondônia e Minas Gerais, origem de muitos dos que se dirigiram para Rondônia no período de sua ocupação recente (Klug, 2007, Gibson, 2012, Fernandes; Castro, 2013, Silva; Fernandes, 2014). Na próxima seção, apresentaremos elementos que corroboram esta hipótese, na medida em que a mobilidade internacional dos rondonienses está ancorada em redes sociais duradouras, que articulam deslocamentos internos e externos, conectando localidades dentro e fora do Brasil em circuitos migratórios já consolidados.

Entre raízes e redes

A sugestão de que a emigração internacional de rondonienses seja uma extensão das redes migratórias mineiras seria um desdobramento da significativa presença de migrantes mineiros na ocupação recente de Rondônia. Entre 1970 e 1991, quase 47 mil mineiros foram para Rondônia (Cunha; Baeninger, 1999, p. 8), muitos dos quais originários da região Leste de Minas Gerais, incluindo Governador Valadares⁵. Entre os emigrantes que partiram de Rondônia para o exterior, a ligação com Minas Gerais é bastante comum, resultando em deslocamentos para encontrar familiares ou conhecidos que já estavam fora do país. Outro fator a ser levado em conta é a instalação, em Rondônia, de mineiros retornados dos Estados Unidos ainda nos anos 1980. É possível arriscar que a escolha esteja relacionada ao reencontro com parentes e conhecidos que já instalados na Amazônia e com investimento do dinheiro poupado nas terras baratas que tendiam à valorização. O convívio com estes primeiros imigrantes relativamente bem-sucedidos alimentou o imaginário positivo em torno do “*fazer a América*.”

A vinculação com Minas Gerais não se refere apenas aos movimentos do período da colonização. Atualmente, as trocas migratórias entre Minas Gerais e Rondônia persistem e alguns dos deslocamentos internacionais partem primeiramente de cidades mineiras e depois se estendem à Rondônia. A atualidade das conexões entre estas redes migratórias manifesta-se também na presença de “*atravessadores*” mineiros em Rondônia ou, ainda, no acesso facilitado a eles na região do Vale do Rio Doce. Desde 2015, diferentes operações policiais de combate ao tráfico

⁵ Há que se levar em conta a possibilidade de que parte da migração capixaba para Rondônia neste mesmo período também possa ter conexões anteriores com o leste mineiro, pois o Espírito Santo se caracterizou como um dos destinos preferenciais dos migrantes de Minas Gerais, especialmente os de Valadares e Ipatinga (Soares, p. 112, 2002). O mesmo raciocínio pode ser estendido aos paranaenses em Rondônia, muitos dos quais são fruto dos deslocamentos mineiros e capixabas em direção à fronteira paranaense.

internacional de pessoas desencadearam ações conjuntas entre os estados de Minas Gerais, Rondônia e Goiás, entre outras localidades. Entrevistada a respeito de uma dessas operações, Sueli Siqueira analisou a “exportação” para Rondônia do modelo valadarense de entrada indocumentada nos Estados Unidos, explicados a partir de vínculos familiares estabelecidos entre o estado amazônico e o leste mineiro, Segundo a pesquisadora: “A relação entre os dois Estados continua existindo. A saída de Rondônia é uma extensão do que já passamos no Vale do Rio Doce.”⁶

Embora a ligação com Minas Gerais seja a mais evidente, ela não é exclusiva. Para Romerito Silva, essas múltiplas conexões se explicariam pelo fato de Rondônia ser “uma área de destino de muitos emigrantes, tanto do Sul quanto do Sudeste brasileiro, com destaque para os estados de Minas Gerais e do Paraná”, o que a tornaria um “entroncamento de culturas emigratórias de diferentes estados brasileiros” (Silva, 2015, p. 159). Tendo em vista os estreitos vínculos entre as trocas migratórias internas e a emigração internacional, a hipótese a respeito das conexões entre Rondônia e Minas Gerais pode ser estendida a outras áreas de forte emigração internacional como Paraná, São Paulo e Goiás, fruto do processo de ocupação recente do estado e que se materializa nas relações com parentes e conhecidos que já estão fora do país e no acesso às redes agenciadoras que atuam nesses circuitos. Os dados do Censo Demográfico 2000 reforçam esta hipótese ao identificarem a predominância de paranaenses, paulistas, mineiros e goianos entre os brasileiros retornados do exterior que residiam em Rondônia naquele período.

Além dos vínculos com as redes migratórias que partem de outros estados descritas acima, há também um conjunto de deslocamentos internacionais dos rondonienses, especialmente aqueles direcionados à Europa e ao Japão, relacionados a laços históricos anteriores com outros países. Durante a colonização recente, vindas principalmente do Paraná e do Espírito Santo, instalaram-se em Rondônia muitas famílias de origem alemã, pomerana, polonesa, ucraniana, italiana, entre outras, vinculadas às grandes migrações europeias do século XIX e XX em direção ao Brasil. Já a emigração de rondonienses para o Japão, quarto destino mais frequente entre os emigrantes do estado, revela múltiplas origens e dinâmicas. Uma das vertentes está ligada à imigração japonesa de 1954, quando trinta famílias foram instaladas em Porto Velho para um projeto de cultivo da seringa. A partir da década de 1980, alguns descendentes retornaram ao Japão, sendo acompanhados por familiares e conhecidos, estabelecendo redes migratórias. Outra vertente envolve descendentes de japoneses oriundos de São Paulo e Paraná que migraram para Rondônia nos anos 1970 e, desde os anos 1990, passaram a integrar os fluxos dekasegui. No entanto, a emigração para o Japão também incluiu pessoas sem ascendência japonesa, atraídas pelas oportunidades econômicas e viabilizadas por agenciadores e empreiteiras que forneciam documentação falsa. Esses migrantes, que destoam do perfil étnico valorizado no Japão,

⁶ Valadares exporta modelo de entrada ilegal nos EUA. Programa de rádio. *Cidade FM 104,9*, Governador Valadares, 7 jun. 2013. Disponível em: <http://www.cidadefm1049.com.br/noticia/2695/valadares-e-uma-ex-terno-modelo-de-entrada-ilegal-nos-eua>. Acesso em: 9 jun. 2013.

enfrentaram precariedade e maior vulnerabilidade, resultando, muitas vezes, em deportações. Assim, diferentemente da imagem de uma migração legal e protegida, parte da emigração rondoniense para o Japão ocorreu de maneira indocumentada e à margem das garantias institucionais. Presentes também nos deslocamentos para os Estados Unidos e Europa, torna-se indispensável examinar o papel dos agenciadores, figuras centrais na mediação dos projetos migratórios, cuja atuação, muitas vezes à margem da legalidade, tem sido determinante tanto para viabilizar as saídas quanto para agravar as vulnerabilidades vividas pelos emigrantes rondonienses.

Trânsitos à margem

Se os vínculos históricos oferecem pistas para explicar como se desencadeou a emigração dos rondonienses, sua intensificação e consolidação são mais bem compreendidas em termos de uma “estruturação gradual de redes migratórias” (Machado, 2014, p. 78), alimentada tanto por redes familiares de migração que estimulam novos deslocamentos como pelas “redes profissionais de informações e de serviços” (Ibid, p. 77) direcionadas a este segmento de mercado. A atuação destas pessoas e organizações em cidades como a central Ji-Paraná ou a pequena Urupá encurtou o caminho dos rondonienses até o Japão, os Estados Unidos e os países europeus, ao tornar viáveis seus projetos migratórios por meio da oferta de contratos de trabalhos (fictícios ou não), da emissão de documentos, em geral, “*montados*”, do planejamento da viagem e do seu financiamento.

Com o suporte das tradicionais redes valadarenses e paulistas, entre outras, as redes locais se organizaram, incorporando pessoas de diferentes localidades, inclusive estrangeiros, e também moradores, alguns dos quais se tornaram coíotes ou intermediários de coíotes, após vivenciarem, eles próprios, a vida imigrante nos Estados Unidos. Além desta ação pulverizada e dispersa nos interiores do estado, a atuação das agências de viagem é relevante para a consolidação deste cenário, ao atuarem como despachantes, providenciando os documentos necessários à viagem; na organização de excursões para a solicitação de vistos, incluindo consulados mais distantes, como em Recife, na tentativa de reduzir o risco de recusa; na identificação de rotas mais seguras que evitassem possíveis deportações; na realização de reservas em hotéis; nas orientações de comportamento nos aeroportos, para que não se evidenciasse o objetivo da viagem; na solução de problemas nos aeroportos, como os impedimentos de embarque, ainda no Brasil ou as deportações, já no exterior, providenciando novas passagens em rotas alternativas; e na facilitação de pagamentos, aceitando bens como moto e gado.

Já não mais em ritmo de “*febre*”, mas de maneira persistente, os agenciadores em cidades rondonienses continuam facilitando a saída de pessoas para o exterior e atualizam suas estratégias diante da crescente fiscalização e repressão à migração indocumentada, dentro e fora do Brasil. Em 2015, tivemos notícias de agenciadores que organizavam grupos de até dez pessoas de diversas partes do país, com partidas quinzenais em direção aos Estados Unidos, ao custo de R\$ 35 mil por pessoa, pelo Oceano Atlântico, de iate. Em 2016, tal situação alcançou repercussão

nacional com o desaparecimento de doze brasileiros que tentariam entrar nos Estados Unidos a partir do Panamá e das Bahamas. A Operação “Piratas do Caribe”, em 2017, identificou a participação de uma agência de viagem local na organização desta travessia. Há também pacotes aéreos que fazem conexões em diferentes países a fim de disfarçar o intuito da viagem. Estas informações dão conta de que seriam pessoas de Rondônia, algumas das quais tinham vivido nos Estados Unidos como imigrantes e especializaram-se no lucrativo negócio de “*atravessar*” compatriotas, o que apontam para uma relativa autonomia de parte destas redes, que passam a atuar a partir do próprio estado.

Em paralelo, há uma forte participação de figuras influentes da comunidade, como políticos e funcionários públicos, que emprestam dinheiro com juros e conferem confiabilidade ao esquema. No exterior, os migrantes se apoiam em redes locais que auxiliam na obtenção de documentos, regulares ou falsificados, em um contexto de rigidez crescente das políticas migratórias. O trânsito entre status migratórios, as dificuldades para regularização e a competição no mercado de trabalho evidenciam a vulnerabilidade desses emigrantes. Para evitar “*trairagens*” e saber em quais agências de viagem, coíotes ou “montadores de documentos” se pode confiar, os potenciais migrantes e os recém-chegados recorrem a pessoas que foram embora antes deles. São estas pessoas que, uma vez estabelecidas, abrem os caminhos reais e imaginários para os que partem em seguida.

O imaginário positivo acerca da emigração, permeado pela possibilidade de ganhos econômicos rápidos e pela expectativa de uma vida melhor tem motivado novos e sucessivos deslocamentos, facilitados pela existência dos agenciadores e das redes de apoio. As complexas imbricações entre pressões econômicas, negociações familiares e outros aspectos subjetivos sobre as quais Allistair Thomson (2002) se refere, evidenciam-se no exame das motivações que culminaram na decisão de emigrar, fortemente informadas por este imaginário.

Considerações finais

Marcada pela forte influência de outras redes tradicionais de emigração, com o passar do tempo, as redes rondonienses vêm ganhando vida própria, com a formação de itinerários preferidos, garantias de suporte econômico e logístico para viabilizar a viagem, inserção facilitada no mercado de trabalho e na sociedade de acolhida, sistemas de envio de remessas. Longe de casa, os rondonienses buscam dinheiro para construir uma casa, comprar um carro ou uma moto, quitar dívidas, constituir patrimônio por meio de investimentos em terrenos, terra e gado, abrir um negócio próprio, etc.

A motivação econômica, embora central, não desencadeou por si só a “*febre de sair*”. Antes disso, foi preciso que se estabelecesse o ambiente favorável que tornasse a saída para outro país uma opção viável e acessível. Isso foi possível por meio da disseminação de um imaginário positivo acerca da emigração internacional, do acesso facilitado às redes agenciadoras da emigração, da conexão às redes de apoio no exterior que viabilizaram as condições iniciais para que os projetos migratórios fossem postos em movimento, redes estas sustentadas

por vínculos históricos entre Rondônia e outras localidades tradicionalmente ligadas à emigração internacional.

Em Rondônia, migrar é uma prática inscrita em experiências familiares que perpassam diferentes gerações, dado o processo de ocupação recente desta localidade amazônica, centrado em políticas de atração populacional conduzidas pelo Estado. Esta familiaridade com processos de mobilidade espacial e a habilidade de “imaginar outros lugares e vidas” (Salazar, 2011, p. 577) situam a decisão de emigrar como uma prática comum entre amigos e familiares, apontando para a existência de redes migratórias e também de um imaginário positivo em torno da migração, vista como meio para melhorar de vida. É possível que o estranhamento da presença de rondonienses nestes circuitos internacionais se relacione com a imagem que se tem a respeito dos moradores dos interiores do Brasil, especialmente na Amazônia, como se fossem avessos a qualquer signo de modernidade (Guedes, 2014, p. 84). Longe de um suposto isolamento, a experiência migratória dos rondonienses contribui para revelar práticas sociais que desmontam essa imagem, com a inserção de populações rurais amazônicas em fluxos e redes que atravessam fronteiras nacionais.

Apesar da relevância local e do impacto das remessas na economia de diversas comunidades, a emigração internacional ainda não é tratada como uma “questão pública” em Rondônia. O Estado, até aqui, tem atuado de forma limitada, sobretudo por meio de operações da Polícia Federal voltadas ao dismantelamento de redes envolvidas com a emissão de documentos falsos e acusadas de tráfico de pessoas. Tal abordagem tende à criminalização da migração indocumentada, ignorando as múltiplas dimensões envolvidas nesses deslocamentos, entre elas, as violações de direitos, as necessidades humanitárias e os efeitos sociais e econômicos nas comunidades de origem. Com o início, em fevereiro de 2025, das operações de acolhida aos brasileiros repatriados dos Estados Unidos, abre-se a possibilidade de maior visibilidade e reconhecimento público do fenômeno migratório em Rondônia. A expectativa é que essa nova conjuntura provoque sensibilização nas esferas locais, regionais e nacionais, contribuindo para a formulação de políticas públicas articuladas que enfrentem as complexidades da emigração internacional, garantindo suporte social, econômico e jurídico aqueles que partiram e aos que, agora, retornam.

Referências

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P (coord). Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro Oeste, 4. Campinas: UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 1999.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Levantamento inédito de perfil dos repatriados dos EUA: maioria tem planos de reinserção socioeconômica*. Brasília, DF: MDHC, 12 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/levantamento-inedito-de-perfil-dos-repatriados-dos-eua-maioria-tem-planos-de-reinsercao-socioeconomica>. Acesso em: 14 mai. 2025

DURHAM, E. A caminho da cidade. São Paulo: Editora Ática, 1973.

FERNANDES, D. M.; CASTRO, M. C. G. Migração e Crise: o retorno dos imigrantes brasileiros em Portugal. REMHU (Brasília), v. 41, p. 99, 2013.

- FERNANDES, Duval et al. Do sonho ao pesadelo: trajetórias interrompidas - uma análise sobre a situação dos brasileiros deportados dos Estados Unidos residentes em Minas Gerais e em Rondônia. In: MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lúcia Maria Machado (Coord.). *Migração e refúgio: temas emergentes no Brasil*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2024. p. 39-45. Disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/wp-content/uploads/2024/09/migracoes-e-refugio-temas-emergentes-no-brasil.pdf> Consultado em 13 abr. 2025.
- GIBSON, A. M. Immigrating to New Orleans post-Katrina: an ethnographic study of a Brazilian enclave. Tese de PhD na School of Liberal Arts of Tulane University. 2010.
- GIBSON, A. M. Rondônia, Brazil to New Orleans, USA: Post-Katrina New Orleans as a Brazilian ‘el dorado’”. *Delaware Review of Latin American Studies*. 13(1): 2012. Disponível em: <<<http://www.udel.edu/LAS/Vol13-1Gibson.html>>>. Acesso em: 22 Jan. 2015.
- GUEDES, A. D. O trecho, as mães e os papéis: movimentos e durações no norte de Goiás. Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2011.
- KLUG, C. Novo Horizonte do Oeste: aspectos migratórios para os Estados Unidos. *Revista Farol*, v. N° V, p. 113-137, 2007.
- MACHADO, I. J. R. Valadares em Família: experiências etnográficas e deslocamento. 1. ed. Brasília: ABA, 2014. v. 1.
- MARTINE, G. Migrações internas e alternativas de fixação produtiva: experiências recentes de colonização no Brasil. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., 1978, Campos do Jordão. Anais... Campos do Jordão: ABEP, 1978.
- _____. Migração e metropolização. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. 1(2):28-31, jul./set/ 1987.
- MARTINE, George; NEIVA, I. C.; MACEDO, Marle. Migração, crise e outras agruras. Trabalho apresentado no Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 4, 1984.
- MASSEY, Douglas. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, 14: 383-413, 1988.
- MASSEY, D. et al. Return to Aztlan: the social process of international migration from western Mexico. Los Angeles: University of California Press, 1987.
- MEIHY, J. C. S. B. O Brasil fora de si. Experiências de brasileiros em Nova York. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- MENEZES, M. Ap^a. Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUEPB, 2002.
- NOBREGA, R. da S. Entra na roda: história, cotidiano e mobilidades em Rondônia. Tese de Doutorado IFCH/Unicamp. Campinas. 2016.
- _____. Contra as ‘invasões bárbaras’, a humanidade. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2008. Dissertação de Mestrado.
- PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. The new second generation: Segmented assimilation and its variants. *The annals of the American academy of political and social science*, 1993, 530.1: 74-96.
- SALAZAR, N. B. The power of the imagination in transnational mobilities. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, 18(6): 576-98, 2011.

SALES, T. Brasileiros longe de casa. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, R. V. Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam? Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil. Tese de Doutorado em Geografia. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2015.

SILVA, R. V.; FERNANDES, D. M. Migração Internacional de Retorno no Brasil: um novo desafio? In: 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2013, Lima. Anais do 14º EGAL. Lima - Peru: IGU - Comitê Nacional Peru, 2013.

_____. Perfil de alguns imigrantes brasileiros retornados de Portugal que vivem em Rondônia. Revista Presença Geográfica, Vol. 1, N. 1, 2014.

SIQUEIRA, Sueli. Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno Brasil/Estados Unidos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

SOARES, W. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: CEDEPLAR, UFMG, 2002.

THOMSON, A. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf>>>. Acesso em: 10 Out. 2011.

TILLY, C. "Transplanted networks". In: YANS, M. V. – Immigration reconsidered: history, sociology, and politics, New York: Oxford University Press, 1990.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. Tempo Social – revista de sociologia da USP, v.20, n.1, jun-2008, p.199-218.



Notas de pesquisa sobre brasileiros emigrados em fronteira

Marco Aurélio Machado de Oliveira*

Patricia Teixeira Tavano**

Jéssica Canavarro Oliveira***

Isadora Sigarini de Moraes****

O presente texto tem como objetivo marcar no campo metodológico da migração internacional a presença de brasileiros emigrados em fronteira. Para tanto, entendemos que trabalhar com as categorias de fronteira e emigração brasileira como junção temática implica em cuidados epistemológicos, metodológicos e humanísticos, pois ambas são, comumente, carregadas de ideias do senso comum que as localizam periféricamente nos entendimentos e discursos sobre a nação e a sociedade. Nesse contexto, desenvolvemos estudos sobre a presença de brasileiros

* Professor Titular na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços e pesquisador no Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais, na mesma Instituição, marco.oliveira@ufms.br <https://orcid.org/0000-0003-3749-6030>

** Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Social, Coordenadora do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais na mesma Instituição, patricia.tavano@ufms.br <https://orcid.org/0000-0002-3145-7818>

*** Professora na Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul, Mestre em Estudos Fronteiriços na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, jessicaoliveira.hist@gmail.com

**** Médica graduada na Unitepc-PQ, Mestre em Estudos Fronteiriços na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, isadorasigarini@gmail.com <https://orcid.org/0000-0002-7976-2635>

emigrados em fronteira, partindo do reconhecimento da diversidade crescente de fluxos e tipologias migratórias em espaço fronteiriço. Em especial, temos abordado a questão de brasileiros desempenhando atividades no país vizinho, estando domiciliados no Brasil, ou não.

Diversas pesquisas foram desenvolvidas visando quantificar aspectos demográficos em fronteira, dentre as quais mencionamos: o trabalho desenvolvido por Sprandel (2006), que aborda a situação social dos brasileiros que vivem no Paraguai em fronteira com o Brasil; a discussão do uso desse espaço através da pendularidade migratória realizada por Deschamps, Delgado e Moura (2018); a análise de Cazola *et al* (2011) sobre o acesso ao sistema SUS por parte de brasileiros emigrados em fronteira do Brasil com o Paraguai; a avaliação da mobilidade e das dinâmicas migratórias na fronteira Brasil-Guiana Francesa por Martins, Superti e Pinto (2015). Contudo, ainda não tivemos acesso a publicações que promovam reconhecimentos conceituais desses sujeitos como brasileiros emigrados em fronteira, conceito esse crucial para o desenvolvimento de nossas pesquisas.

A construção desse conceito é um dos pontos centrais para as nossas pesquisas atuais, levando-nos a estabelecer um caminho metodológico que tem como aspectos essenciais reconhecer esses sujeitos como brasileiros emigrados e as dinâmicas fronteiriças nas quais estão imersos, ao mesmo tempo em que desvela e problematiza as lidas com as autoridades de ambos os países de pendularidade/domicílio. Isso nos leva a reconhecer a vivacidade das dinâmicas construídas pelos povos de fronteira, enquanto consideramos como efetiva a presença de Estados como vigilantes e controladores de seus limites territoriais, colocando em foco a distinção entre limites e fronteiras.

Essa guia, conduzida a partir das ações do Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron/UFMS), pautará nossas análises e conduzirá os estudos em direção às tipologias migratórias no espaço fronteiriço, o que requer colecionar um mosaico de metodologias científicas (Becker, 1986) que seja capaz de dar coerência e coesão às nossas jornadas.

No que diz respeito à presença emigratória em fronteira, devemos salientar que isso já vem sendo pautado em nossas pesquisas há algum tempo, especialmente relacionadas aos bolivianos na fronteira em território brasileiro. Estratégicas dinâmicas espaciais pendulares foram identificadas por Oliveira, Corrêa, Oliveira (2017), permitindo compreender como as questões relativas aos seus cotidianos exigiam desses migrantes compreensões sobre os territórios nacionais envolvidos, incluindo as legislações e lidas com as autoridades. Porém, esse reconhecimento de processos socioespaciais tipicamente fronteiriços trouxe a lacuna relativa à presença de brasileiros que estão domiciliados em um dos países, e que desenvolvem atividades de estudos, trabalhos ou assistência à saúde fora de seu solo natal.

A fronteira em estudo possui intensas e variadas mobilidades internacionais, como de caminhoneiros, pedreiros, serventes, empresários, comerciantes e estudantes, entre outros. Contudo, nesse momento vamos centrar nossas investigações nos indivíduos que estudam medicina na cidade de Puerto Quijarro, na Bolívia, trazendo alguns dados preliminares que visam reconhecer a migração nacional como antecedente à internacional, ao mesmo tempo que fazemos leituras sobre a espacialidade fronteiriça e os territórios que são estipulados.

Nossa pesquisa está inserida no grande projeto Observatório da Emigração Brasileira, coordenado por Rosana Baeninger e subsidiado pelo CNPq através da chamada 14/2023, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Número do Parecer: 6.563.393.

Lócus da pesquisa e fundamentos metodológicos

Nossos estudos estão centrados na presença de estudantes brasileiros no curso de medicina da Universidad Tecnica Privada Cosmos (Unitepc), matriculados na unidade universitária de Puerto Quijarro. Esta é uma universidade privada, com unidades em 8 cidades bolivianas, que oferece diversos cursos de graduação na área da saúde, engenharia e direito, além de cursos de complementação e pós-graduação.

Puerto Quijarro faz parte de um aglomerado urbano (Imagem 01) que compõe a fronteira aqui em estudo, e que envolve, ainda em território boliviano, Puerto Suarez, além das brasileiras Corumbá e Ladário. Somando-se os quatro municípios, atinge-se uma população aproximada de 160 mil habitantes, estando a maior quantidade dessa população domiciliada em Corumbá (mais de 96 mil habitantes). Isso faz com que esse município exerça centralidades importantes nesta região, como na oferta de serviços médicos e hospitalares, educação, trabalho e renda e proteção social (Oliveira et al, 2024), contudo, Puerto Quijarro (com cerca de 19 mil habitantes) descreve história de crescimento, chegando a superar Puerto Suarez (aproximadamente 23 mil habitantes) na hierarquia econômica, contando com os órgãos de vigilância e de controle – como migração e aduana – e o estabelecimento da maioria das empresas ligadas ao comércio internacional.

Imagem 01. Limites da fronteira em estudo: aglomerado urbano envolvendo Puerto Suarez e Puerto Quijarro na Bolívia, e Corumbá e Ladário no Brasil



Fonte: Google Earth, captura realizada em 6 de maio de 2025.

Para o entendimento desta fronteira em estudo, não nos restringimos aos aspectos relativos aos territórios nacionais que a compõe, mas buscamos compreender as formas como a vida fronteiriça se arranja, se molda e remodela, estipulando de maneira muito criativa dinâmicas próprias que, por muitas vezes, se configuram como estranhas a quem a observa estritamente pelo olhar estatal de limite territorial. Isso porque, partimos do entendimento de que limite e fronteira, embora indissociáveis, não são sinônimos. Enquanto o primeiro é expresso nas estáticas linhas dos mapas, interessando aos estados que o designa como começo e fim de suas soberanias, a segunda é vívida e com graus variados de autonomia, construída e pertencendo aos povos que a habita (Foucher, 1991; Machado, 1998).

Para aprofundarmos esse entendimento, uma das etapas iniciais em curso consiste na compreensão histórica da fronteira no que diz respeito à presença emigratória de brasileiros naquelas cidades bolivianas. Aqui é preciso pontuar que em ambas cidades bolivianas inexiste acervo público, e contam com raríssimos registros públicos de suas memórias. Assim, estamos realizando a investigação baseada nos escassos documentos e nos depoimentos de brasileiros que possuem essa experiência, lançando mão da História Oral para dar voz a um processo coletivo e individual de construção do espaço e de vidas, ao mesmo tempo em que promovemos o enriquecimento de uma história que, certamente, não se limita àquela disponível nos acervos documentais.

Embora devamos reconhecer a existência de estudos e levantamentos realizados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), e que os resultados de pesquisas apareceram sob a forma de dissertações e artigos sobre a temática fronteiriça, principalmente da fronteira Brasil-Bolívia em Mato Grosso do Sul, ainda assim devemos observar a escassez de referências quanto àquelas cidades que estamos propondo estudar. Ricos em abordagens geográficas, antropológicas e sociológicas, os estudos ainda carecem de teor histórico, contudo, não se trata de reconstruir uma história, e sim de posicionar esta fronteira em seu papel histórico diante do processo de emigração brasileira, e para isso, essa primeira etapa está em condução, no sentido da compreensão da formação das sociedades e das formas como essas mobilidades foram estabelecidas e sustentadas ao longo do tempo.

A segunda etapa, ou eixo da pesquisa, está relacionada à identificação das dinâmicas socioespaciais estabelecidas nas cidades de fronteira, o que permitirá compreender os movimentos migratórios em cada fronteira, tipificadas como pendulares e permanentes em solo brasileiro ou no país vizinho. No caso dos pendulares, as observações devem considerar ambos sentidos, ou seja, os que estiverem domiciliados em território brasileiro, mas que exercem atividades laborais, estudantis e de assistência à saúde no país vizinho e vice-versa. Em associação à etapa anterior, esta permitirá que seja construída uma leitura mais nítida da cinemática que estamos tratando.

E o terceiro consiste em elaborar uma cartografia social a partir da identificação de lugares que promovam associações, formações de redes e empreendimentos, também considerando

as variáveis do segundo eixo. Neste aspecto, a utilização dessa metodologia permite expressar conjuntos de enredos que compõem a vida dos emigrados em fronteira, não se caracterizando apenas como espaços físicos, mas também conceitos, ideologias, constituindo uma cartografia social como ilustração da complexidade das relações e não como um mapa de identificação da posição das coisas (Paulston, 2001).

Este mosaico de metodologias ainda precisará considerar outros aspectos, para a obtenção dos melhores resultados. Um deles diz respeito às escalas nos recortes espaciais e temporais. Pensamos que as localidades de fronteira expressam em seus cotidianos múltiplas formas de organizar e agir sobre seus territórios, que envolvem legislações, culturas, disputas, amores e tantos outros aspectos. E sobre isso devemos observar através de variadas escalas, o que coloca as emigrações em fronteira no centro de uma dualidade que envolve, por um lado, ter como premissa os sujeitos fronteiriços como protagonistas de ações e seus limites nacionais, mesmo que no exterior. E, por outro, a presença do Estado através de órgãos de controle migratório, deve ser entendida como a face política institucional do processo que é exercida a partir dos seus entendimentos de nação e localidade. Com isso, poderemos reconhecer que ao mesmo tempo em que a fronteira internacionaliza relações ela reafirma nacionalismos.

Brasileiros emigrados estudantes de medicina em Puerto Quijarro

Certamente, ao longo da pesquisa outros aspectos ainda surgirão e serão analisados e considerados ou não. No momento atual, estamos investigando as origens dos estudantes de medicina na fronteira em questão, para iniciarmos a cartografia.

A primeira aproximação foi através de nossa inserção em um grupo de Whatsapp composto por brasileiros que estudam Medicina na UNITEPC de Puerto Quijarro. Esse grupo é composto por 399 membros, entre estudantes atuais e egressos, e é utilizado por eles para troca de informações sobre procedimentos burocráticos da instituição de ensino, sobre o Revalida, formas de transporte e locomoção fronteiriça, entre outros. Neste grupo, apresentamos a pesquisa, expondo os objetivos e convidando-os a responder um formulário não-identificado, aplicado pelo GoogleForms, visando capturar algumas informações relativas à origem e estratégias para realizar o curso, bem como outros dados relativos aos seus perfis, como gênero e idade, como indicado no Quadro 1. Do total de 399 membros do grupo, 113 responderam ao questionário, correspondendo a aproximadamente 32% do total.

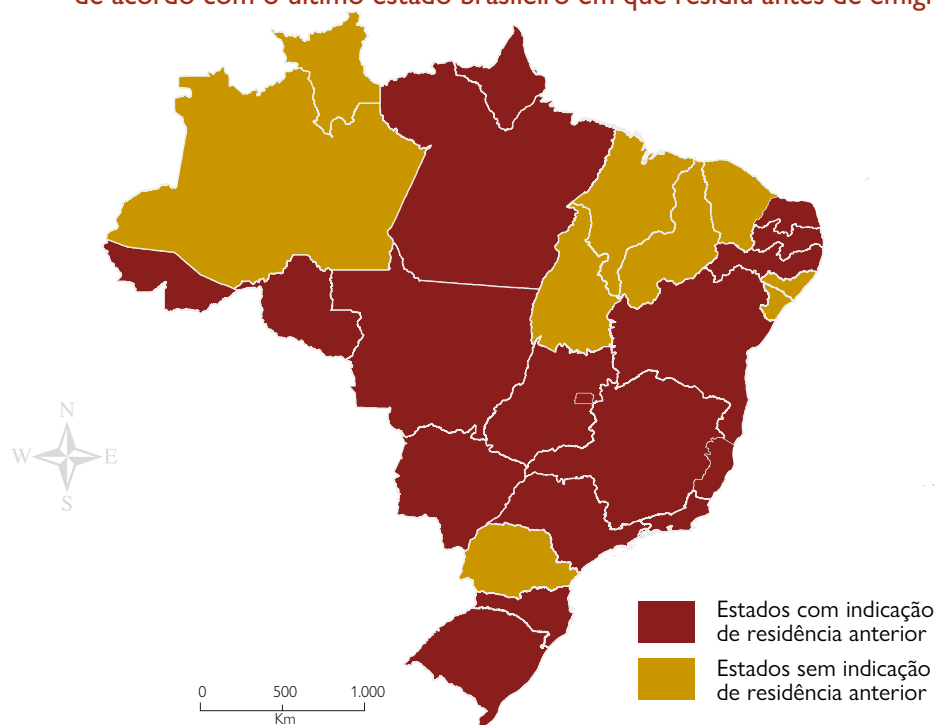
Quadro 1. Perfil de Gênero e Faixa Etária dos Participantes da Pesquisa

Gênero		Faixa Etária			
Feminino	Masculino	Até 25 anos	26 a 35	36 a 45	46 a 55
86 (76%)	27 (24%)	49 (43,5%)	37 (32,5%)	22 (19,5%)	5 (4,5%)

A predominância do sexo feminino é relevante, refletindo algo que temos observado no Brasil, com cursos de graduação recebendo matrículas de mulheres em números expressivamente superiores. Quanto à faixa etária, por um lado a predominância de jovens com até 25 anos também corresponde ao que era previsto, enquanto que por outro, há expressiva presença de pessoas mais maduras, o que nos leva a conjecturar sobre uma segunda graduação.

Uma das perguntas dizia respeito ao Estado brasileiro de moradia antes de iniciar os estudos em Puerto Quijarro, visando compreender um pouco melhor a circulação dos sujeitos pelo território nacional. A Imagem 02 mostra o resultado a essa pergunta na forma de um mapa, onde o cinza claro indica os estados que não foram indicados como moradia anterior por nenhum dos participantes, e o cinza escuro indica Estados que foram indicados ao menos por um dos participantes.

Imagem 02. ddistribuição de estudantes de medicina brasileiros emigrados em Porto Quijarro (BO), de acordo com o último estado brasileiro em que residiu antes de emigrar



Amazonas, Roraima, Maranhão, Tocantins, Piauí, Ceará, Alagoas, Sergipe e Paraná não foram indicados como residência anterior de nenhum dos participantes; já 17 Estados e o Distrito Federal foram sinalizados como domicílio anterior de ao menos um dos 113 participantes. Vale notar que a pergunta era residência/domicílio anterior e não origem/nascimento, ou seja, o que encontramos é uma circulação intensa de pessoas de quase todo o País em direção a esta fronteira internacional entre Brasil-Bolívia.

Entretanto, apesar do impacto que a imagem produz, uma vez que 18 unidades da federação estão presentes nas declarações, é preciso aprofundar a compreensão em relação a essa circulação. Isso porque as cidades brasileiras vizinhas a Puerto Quijarro possuem históricas bases das Forças Armadas que recebem militares de diversas regiões do Brasil. Em Corumbá está localizada a 18ª Brigada de Infantaria do Pantanal, do Exército Brasileiro, e em Ladário está o 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil. Isso faz com que haja um deslocamento de brasileiros em direção a estas cidades como rotina de trabalho das Forças Armadas, promovendo um contingente importante de indivíduos e famílias que chegam e saem da região.

Essa movimentação pode impactar na resposta dos participantes da pesquisa, pois, originalmente estes estudantes de medicina podem ter se deslocado para Corumbá e Ladário por força do serviço militar e não para a matrícula na UNITEPC/PQ. Como a pergunta não foi associada ao motivo do deslocamento, é importante prudência na leitura dos dados pela própria característica da região. Contudo, independente dos motivos, chama a atenção a diversidade unidades da federação representadas, o que nos leva aos próximos passos dessa pesquisa.

Fronteira, autoridades e dinâmicas socioespaciais

Em 2024 realizamos uma conversa, na forma de grupo focal no bojo da preparação pra a COMIGRAR/2024, com 12 estudantes da UNITEPC/PQ convidados a discutir suas condições de realização do curso de Medicina. Na ocasião, as questões relacionadas ao domicílio e à mobilidade desses estudantes chamaram a atenção, pois apenas um estudante declarou morar na Bolívia, os outros 11 indicaram morar em Corumbá e cruzarem o limite internacional diariamente.

As razões para essa movimentação diária variavam, incluindo a maior facilidade de alugar imóveis no Brasil, o que na Bolívia não se mostrou facilitado a eles, até elementos de segurança tanto pessoal quanto patrimonial. A sensação de insegurança em território boliviano foi por diversas vezes exemplificado pelos participantes do grupo focal, com relatos de assaltos sob a mira de arma de fogo, roubo de veículos, e mesmo a sensação de não-segurança ao anoitecer.

Ao serem questionados se esses episódios de insegurança e violência ocorreram por estarem na Bolívia, os participantes indicam que não e que poderiam ocorrer em qualquer lugar, inclusive no Brasil. Porém, verbalizaram para a forma como a polícia boliviana lidou com as situações quando acionadas, gerando frustração e sensação de impunidade profunda, aumentando a sensação de insegurança. Importante sinalizar aqui uma outra face da violência relatada pelas participantes do sexo feminino desse grupo focal, ao indicarem insegurança durante os estágios hospitalares, por serem alvo de violência de gênero baseada em estereótipos sexualizados das mulheres brasileiras.

Evidentemente que esses episódios de violência não são exclusividades do território boliviano, como os próprios participantes reconhecem, contudo, impactam na relação com as escolhas desses sujeitos em estudar fora do País, além de delinearem as relações dessa cartografia.

Retomando a movimentação diária desses estudantes, a escolha por estudar em Puerto Quijarro e morar em Corumbá ou Ladário os torna migrantes pendulares internacionais. Trata-se de uma dinâmica muito peculiar à fronteira, uma vez que todo o trâmite documental para que seja regularizada a situação de suas matrículas, obedece aos mesmos ritos migratórios comparados àqueles que migram para outras regiões do país vizinho que não seja para a fronteira. Sobre a pendularidade, Oliveira e Loio (2019) consideram necessário ampliar o debate em relação à migração pendular internacional

[...] uma vez que o estabelecimento de redes no local de destino pode consistir no reconhecimento de vínculos com o local de origem. Desta forma, é necessário que uma espécie de cartografia das migrações não encontre na fronteira sua única circunscrição, o que alargaria sua trajetória e reconheceria algo muito mais amplo do que o “local” e o “singular”. (Oliveira; Loio, 2019, p. 56)

Ao realizarem seus percursos diários, os estudantes domiciliados no Brasil precisam passar pelo limite entre Brasil e Bolívia, que possui características próprias, pois trata-se de uma fronteira aberta (Foucher, 1999). Por força dos Acordo de Roboré (1959) e de suas Notas Reversais, o trânsito é livre em ambos os sentidos para circulação de veículos, pessoas e mercadorias de consumo próprio. Porém, neste limite existem os órgãos de controle: do lado brasileiro existe o Posto Esdras, um espaço de controle migratório e alfandegário; e do lado boliviano o Control Fronterizo, que inclui Control Migratorio e a Aduana Boliviana.

Ao perguntarmos para os participantes do grupo focal acerca desse deslocamento diário, o compartilhamento de veículos particulares com a divisão de combustível sobressai. Os que possuem veículo próprio cotizam os gastos com os que não possuem, assegurando assim economia ao proprietário e conforto e segurança aos passageiros. Nesse trajeto de, aproximadamente, 12 quilômetros, eles passam pelos postos de controle migratório de ambos os países, sem que sejam incomodados por nenhuma autoridade dessa competência. Curioso sinalizar o relato de uma das participantes que algumas vezes teve seu carro parado por um funcionário que atua no Posto Esdras que lhe insinuava “você fala que estuda medicina, mas nunca te vi de jaleco branco. Estuda medicina mesmo?”. Isso demonstra a visão como as autoridades ligadas ao controle fronteiro percebem o país vizinho e aqueles que para lá se deslocam com frequência.

Sobre as formas como eles se veem no contexto em que estão imersos, foi-lhes perguntado se se sentiam como migrantes. Uma das participantes respondeu: “depende. Vivo no Brasil, converso com os brasileiros, namoro brasileiro. Mas, estudo medicina na Bolívia. Sou uma migrante uma parte do dia, na outra não!”. Essa asserção nos remete à condição pendular debatida por Oliveira, Correia e Oliveira (2017), especialmente, quando entrevistaram uma boliviana que trabalha Brasil e mora na Bolívia e que sua maior aspiração é

[...] documentar-se no Brasil, pois assim, acredita que diversos direitos estariam ao seu alcance e dos seus filhos. Saúde, moradia, locomoção, educação e segurança estão no topo da pauta de direitos que ela enumerou como possíveis de serem adquiridos (...).

Quando perguntada sobre o acesso a esses direitos nos países vizinhos, sua resposta foi esclarecedora: “lá eu sou pela metade”. (...) finalizou afirmando que “trabalhar onde não se mora e morar onde não se trabalha é como se fôsse dividida ao meio. (Oliveira; Correia; Oliveira, 2017, p. 104.

A migração internacional pendular em fronteira permite e causa esse tipo de situação entre seus sujeitos. A submissão às leis não é transversal à cobertura por direitos. Da mesma forma, reservas excessivas de brasilidades forjam as maneiras como os estudantes de medicina na fronteira em estudos percebem, manipulam e fazem uso do país vizinho.

Considerações finais

São muitos os aspectos a serem investigados na emigração brasileira em fronteira e que podem trazer a exigência de reformulações conceituais para que se adequem à realidade. Exemplo disso são os casos de brasileiros trabalhadores e aposentados, pensionistas e beneficiários de programas sociais, que vêm ao Brasil receber seus salários e benefícios, contudo fazendo uso do montante, ou parte dele, no país de domicílio. Esse tipo de transferência de valores para o exterior precisa ser melhor conceituado para que não seja reduzido em sua relevância. Da mesma forma, os estudantes de medicina esparramados pelas diversas localidades de fronteiras que oferecem essa modalidade de graduação, precisam ser entendidos de forma destacada, uma vez que sua regularização nas universidades requer o trâmite migratório em ambos os países. A escolha pelo local de domicílio poderá indicar as formas como esses estudantes lidam com as moedas envolvidas, suas estratégias de locomoção, bem como as redes que visam dar segurança e legados de informações aos que estão chegando ao fluxo a que esses estudantes estão inseridos.

Assim, os desdobramentos sociais, econômicos, culturais, políticos e administrativos que a proximidade com a terra natal possui, devem ser considerados como fatores relevantes, uma vez que implicam em dupla provocação. Por um lado, parte desses emigrantes consta nas bases de registros de ambos os países, e no caso do Brasil especialmente os municipais. E, por outro, a parte que não incide nas bases administrativas, são invisibilizadas, portanto precarizadas em suas relações de trabalho e com os Estados envolvidos, deixando de ser vinculadas nas prioridades de ações dos diversos segmentos por eles demandados, como saúde, educação, assistência social, etc. O que exige novos e aprofundados estudos.

Referências

- BECKER, Howard. Biographie et mosaïque scientifique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. v. 62-63, ju., p. 105-110, 1986.
- CAZOLA, Luiza Helena de Oliveira *et al.* Atendimentos a brasileiros residentes na fronteira Brasil-Paraguai pelo Sistema Único de Saúde. Rev Panam Salud Publica. 2011;29(3):185–90.

DESCHAMPS, Marley; DELGADO, Paulo; MOURA, Rosa. Mobilidade Pendular na Faixa de Fronteira Brasileira: particularidades dos arranjos transfronteiriços. PÊGO, Bolivar (Coord.). Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018, p. 293-316.

FOUCHER, M. Fronts et Frontières. Paris, Fayard, 1991.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In: T.M.Strohaecker et alli (orgs.). Fronteiras e Espaço Global, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.

MARTINS, Carmentilla das Chagas Martins; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus. Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades. Revista Tomo, n. 27, jul/dez, 2015, p. 361-396.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de.; LOIO, Joanna Amorim de Melo S. Migração Internacional Pendular em Fronteira: em busca de qualificações espaciais. Revista Videre, v. 11, n. 21, p. 54-67, 2019. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/videre/article/view/9069/5159> Acesso em 02 de maio de 2025. Acesso em 30 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de; Corrêa, Jaqueline Maciel; Oliveira, Jéssica Canavarro. Imigrantes Pendulares em Região de Fronteira: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. Em: Santo Ângelo, Direitos Culturais, v. 12, n. 27, p. 91-108, maio/ago 2017. Disponível em <https://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direitosculturais/article/view/2197/1051> Acesso em 02 de maio de 2025.

PAULSTON, Rolland G. Mapeando a Educação Comparada depois da Pós-Modernidade. In: Educação, Sociedade e Cultura, n. 16, 2001, 230-239.

Sciences Sociales. v. 62-63, ju., p. 105-110, 1986.

SPRANDEL, Marcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai . Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 20, n. 57, p. 137–156, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10152..> Acesso em: 6 maio. 2025.



*Las redes migratorias y su relación con la inserción de migrantes paraguayos en el rubro de la confección textil en el Área Metropolitana de São Paulo**

Paulo Mortari**

Para el estudio de una variedad de temas que relacionan Paraguay y Brasil en la actualidad, los años 1950 son un marco que se debe tener presente, más precisamente debido al acercamiento político, económico y comercial que se produjo entre los dos países, con todos sus desenlaces. Algunos de los hechos que simbolizan dicho movimiento son de conocimiento más difundido, como la construcción del Puente de la Amistad entre Foz de Iguazú (estado brasileño de Paraná) y Ciudad del Este (departamento paraguayo de Alto Paraná), concluida en 1965; y, sin lugar a dudas, el más elocuente de ellos, el megaproyecto de la usina hidroeléctrica de Itaipú, puesto en práctica a partir de 1973 (Germani, 2003).

Asimismo, movimientos importantes se observan en el campo de las migraciones. El más notable en términos de volumen fue la migración de brasileños de origen rural a zonas colindantes

* Esta es una versión reducida del texto presentado en el XI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP) entre los días 09 y 13 de diciembre de 2024 en Bogotá, Colombia.

** Doutor em Demografia (IFCH/Unicamp) e Mestre em Relações Internacionais (PPG San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/Puc-SP). Pesquisador do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp). Colaborador do GT CEM/LABUR-USP (Centro de Estudos Migratórios/Laboratório de Geografia Urbana da Universidade de São Paulo).

del territorio paraguayo sobre todo a partir de mediados de los años 1960, en un contexto en que, en Brasil, se agotaba el proceso de expansión de fronteras agrícolas en estados como el de Paraná y, en Paraguay, se llevaba a cabo la llamada “marcha al este”, con miras a promover la ocupación y explotación económica de áreas todavía ampliamente despobladas a partir del impulso a actividades extractivistas y agroganaderas, con atracción de capital extranjero y de fuerza de trabajo migrante (Fiorentin, 2012). Tan expresivos se han mostrado los desplazamientos de brasileños desde entonces que personas de la referida nacionalidad siguen siendo hoy por hoy mayoría entre los residentes no nacionales de Paraguay, que, a su vez, corresponde al tercer país con más elevado “stock” de residentes brasileños en todo el mundo, solo por detrás de los Estados Unidos y Portugal (Brasil, 2021).

Pensando en migraciones de sentido opuesto – es decir, de paraguayos que se van al territorio brasileño –, si bien en volúmenes menores, hay también “flujos” que se ponen de relieve en el contexto de acercamiento entre Paraguay y Brasil y en las décadas siguientes, encontrando su auge en la transición al siglo XXI. Algunos datos de los Censos brasileños ayudan a ilustrarlo.

A lo largo del siglo XX se percibe, en general, cierta estabilidad en las migraciones desde Paraguay a Brasil. El “stock” de residentes paraguayos en este país se mantuvo más o menos entre los 15 y 20 mil individuos, aunque con algunas oscilaciones notables, siendo que una de ellas ocurrió justamente entre los años de 1950 y 1960, referente a un incremento de cerca de tres mil personas, con dos mil más en la década siguiente. Luego de una puntual variación negativa, el número se recuperó y llegó, a comienzos del siglo XXI, a sus niveles más altos ya registrados. En 2000 había 29 mil paraguayos residentes en Brasil, al paso que en 2010 ya eran prácticamente 40 mil. Hay que tener presente, empero, que estas sumas son fuertemente impactadas por la presencia de hijos de familias brasileñas nacidos en Paraguay que migran al país de origen de sus genitores y obtienen la nacionalidad local. De todos modos, éste no es el único factor que sostiene los recientes récords en el “stock” de residentes paraguayos en Brasil, pues en toda la serie histórica de los censos nunca se había contabilizado un número tan profuso de paraguayos “extranjeros”: 21 mil en el último año (IBGE, 2010; Correa, 2024).

Específicamente en el caso del estado de São Paulo, la congruencia de la aproximación entre Paraguay y Brasil con los movimientos migratorios desde el primero hacia el último es aún más evidente. En el paso de los años 1950 a los 1960 se registraron por primera vez a más de mil paraguayos en el “stock” de residentes del estado, número que fue creciendo gradualmente, hasta alcanzar su volumen más elevado también en 2010, con más de seis mil paraguayos computados, suma que resulta ser menos afectada por los movimientos de hijos de brasileños que en el ámbito nacional, puesto que un 70% corresponde a “extranjeros” (IBGE, 2010).

Al momento de escritura de estas líneas no estaban disponibles aún los resultados del Censo de 2022 para la migración internacional. En compensación, se echó mano de otras referencias durante la presente investigación a fin de observar cómo se encontraba la dinámica migratoria en el decenio de 2010 e inicios del siguiente. Una de las fuentes a las que se recurrió fue el SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratorio), de la Policía Federal de Brasil, que trae datos acerca

de migrantes con autorización de residencia – o *Carteira de Registro Nacional Migratório* (CRNM), como se denomina el respectivo documento – en el país en la fecha de su obtención. De 2010 hasta 2022, cuando se toman estos años en conjunto, el Área Metropolitana de São Paulo (o RMSP, acrónimo en portugués para *Região Metropolitana de São Paulo*) luce como la urbe en la que más se concedieron CRNM a paraguayos en todo el país (prácticamente un quinto del total de 43,5 mil), de manera que, bajo este criterio, se podría decir que éste fue el principal destino a las migraciones paraguayas dirigidas a Brasil durante el periodo acotado. Sin embargo, hay que reconocer que, en los tres últimos años, Foz de Iguazú superó la RMSP, con un margen de aproximadamente mil emisiones en el 2022 (OBMIGRA, 2023).

Las migraciones desde Paraguay a la RMSP en volúmenes más expresivos se remontan a los años 1950. En aquel entonces, los referidos migrantes se presentaban en grupos bastante heterogéneos, incluyéndose tanto a estudiantes en programas de intercambio universitario como exiliados políticos de la dictadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). En la transición del decenio de 1970 al de los 1980, un perfil específico se vuelve más evidente, es decir, el de jóvenes de extractos sociales menos abastados que empiezan a insertarse en el rubro de la confección textil, más precisamente en talleres de costura para la producción de prendas de vestir (Côrtes, 2024). Este movimiento, a su vez, se ubica en un contexto global de cambios sobre todo en lo que atañe a las formas de producción y consumo del sistema capitalista. Hay una miríada de recursos teórico-metodológicos que se pueden usar para comprender dicho escenario, entre ellos, las contribuciones que Harvey (1999) trae desde su conceptualización de lo que sería el “régimen de acumulación flexible”. Según el autor, a partir de los años 1970, el sistema fordista de producción empieza a perder fuerza en el mundo de manera general, cediéndole espacio a un conjunto de transformaciones que dieron como resultados, entre otros, la tendencia de dispersión espacial de la actividad productiva y el proceso de “compresión del espacio-tiempo” – en el que se incluyen un acortamiento temporal entre la producción de una mercadería y su distribución, la menor necesidad de existencias y la disposición de productos de vida útil cada vez menor (Harvey, 1999). Reflejos específicamente en la producción a gran escala de ropas se hacen más notables con el advenimiento de lo que se denomina “moda rápida”, caracterizada por una respuesta cada vez más célere por parte del mercado a una demanda cada vez más masiva, diversificada y, al mismo tiempo, fugaz, en la que la “muerte social” de las prendas comercializadas anticipa su deterioro material con creciente antelación, haciendo que su descarte se dé, a menudo, poco después de su adquisición (Barreiro, 2012). Al igual que el consumo, las relaciones laborales pasan a regirse fuertemente por una cultura de “usar y tirar” (Barreiro, 2012), con una flexibilización de los términos de contratación de fuerza de trabajo, alta incidencia de informalidad en las cadenas productivas y una rápida rotación entre puestos laborales sobre todo de trabajadores con menor calificación (Correa, 2024).

A nivel local, desde la transición de los años 1970 a los 1980, los paraguayos residentes en la RMSP suelen insertarse en el mercado laboral de la confección por la puerta de lo que se define en la literatura especializada como “circuitos inferiores” de la economía (Silva, 2012), que reúne

sectores en los que hay una mayor susceptibilidad a la informalidad, a salarios más bajos y a la precarización. Sobre todo a partir de la década de 1990, a la par con un proceso de liberalización económica no solo en Brasil, sino también en varios otros países de la región, la subcontratación se vuelve, más que nunca, un factor estructurador de la cadena productiva de la confección textil en São Paulo. Significa que grandes marcas de ropa, establecimientos del comercio al por menor y otros agentes pasan a tener su producción tercerizada, “cuarterizada” o “quinterizada”, de manera que sus existencias se componen esencialmente de ropas confeccionadas en talleres subcontratados, muchas veces con presencia de migrantes latinoamericanos, entre ellos, paraguayos (Silva, 2012; Freitas, 2008; Correa, 2024).

Para que se tenga una idea de la dimensión en la que sucede la inserción paraguaya hoy en día en dicho rubro, de todos los paraguayos que estaban en el mercado laboral formal de la RMSP en 2012, por ejemplo, casi la mitad actuaba en la industria textil y de la confección. Si bien el porcentaje viene bajando anualmente desde entonces, este rubro se mantiene como el principal empleador de paraguayos en la referida región.

Teniendo en cuenta este panorama, de todas las perspectivas desde las cuales se podría abordar el fenómeno, se ha elegido en la presente investigación – que se condujo en el marco de una tesis doctoral en Demografía – verificar cuál es la relación específicamente de las redes migratorias con la inserción de paraguayos en el sector de confección textil de São Paulo y sus alrededores metropolitanos. Entre los conceptos de “redes migratorias” que se adoptaron como referencia está el de Fernández-Kelly (1995, p. 219), que las define como “aglomerados de individuos que mantienen contactos recurrentes los unos con los otros a través de lazos ocupacionales, familiares, culturales o afectivos” (traducción libre), de manera que nuestra intención fue comprender el rol que juegan amigos, familiares, conterráneos etc. en la trayectoria de trabajadores paraguayos de la costura en São Paulo, considerando la forma predominante en la que se da dicha inserción – esto es, por el “circuito inferior” de la economía – y los contextos global y local de cambios económico-productivos que la circundan.

Materiales y Métodos

Para la consecución del objetivo establecido, se ha utilizado una diversidad de fuentes primarias y secundarias. Entre las que se analizaron como un primer esfuerzo de dimensionarse la presencia de paraguayos en la RMSP y su inserción en el rubro de la confección textil están principalmente los Censos Demográficos y tres registros administrativos de instituciones públicas brasileñas, que, aparte del ya mencionado SISMIGRA, incluyen el *Sistema de Tráfego Internacional* (STI), de la Policía Federal – con datos de entradas y salidas de personas registradas en puestos de control fronterizo –, y la *Relação Anual de Informações Sociais* (RAIS) – que reúne informaciones transmitidas al Ministerio de Trabajo y Empleo (MTE) por establecimientos empleadores acerca de sus funcionarios registrados, limitada, por ende, al mercado laboral formal. Se recurrió, además, a tesis académicas, artículos científicos e informes de organismos internacionales, con

miras no solamente a la obtención de datos complementarios, sino también a profundizar nuestro entendimiento sobre el historial de las migraciones paraguayas a Brasil y a São Paulo, el rol de migrantes internacionales en el desarrollo del sector textil paulistano durante los siglos XX y XXI y el contexto político, económico y social tanto en ámbito global como local en el que se dirigen en distintos momentos desde fines de los años 1970 los paraguayos a la RMSP sobre todo para trabajos en talleres de costura.

Dadas las limitaciones de las fuentes consultadas respecto al tema de la articulación de las redes con la labor de migrantes en la producción de prendas de vestir en São Paulo, se llevaron a cabo doce entrevistas con paraguayos que actúan en el aludido rubro o que en algún momento de sus vidas lo hicieron. Se trató de una investigación no muestral y de carácter especialmente cualitativo, en la que la busca de participantes se dio, al principio, a partir de miembros de la comunidad paraguaya en São Paulo e instituciones de la sociedad civil con las que teníamos un contacto previo y, después, bajo la estrategia de “bola de nieve”, cuando uno indica a otros posibles interesados en participar, lo que garantizó alguna heterogeneidad en los perfiles abarcados. Las entrevistas eran semiestructuradas, con duración de aproximadamente una hora cada una. Algunas se condujeron remotamente y otras, de manera presencial. El cuestionario utilizado se componía de 48 preguntas, organizadas en nueve bloques temáticos.

Resultados

Enfocándose inicialmente en el mercado formal y valiéndose, para ello, de los datos disponibles de la RAIS para las primeras décadas del siglo XXI, es posible aprehender algunas características de la inserción paraguaya en la confección textil de la RMSP. Primeramente, de las 23 categorías o “familias” ocupacionales¹ que identificamos como pertenecientes al mercado textil y de la confección en su totalidad y con presencia de nacionales de Paraguay, tan solo cuatro² concentraban un 90% de todos los registros de paraguayos entre 2003 y 2021, mientras dos ocupaciones (de un conjunto de 48) correspondían a más de la mitad de los casos, siendo ellas las de “costurero en la confección en serie” y de “costurero a máquina en la confección en serie”, más usuales en talleres. En términos absolutos, los volúmenes más altos de registros activos de paraguayos en la industria textil y de la confección fueron observados entre 2012 y 2016, variando dentro de las franjas de 404 y 437 cada año (PDET, 2023).

En cuanto a la ubicación de los establecimientos en los que se encuentran los migrantes paraguayos, el municipio de São Paulo es el que más se destaca entre sus pares metropolitanos, reuniendo con frecuencia a más de 90% de dicha fuerza de trabajo en la región, seguido de

¹ Es decir, agrupaciones de profesiones reconocidas por la fuente consultada con base en la Clasificación Brasileña de Ocupaciones (CBO) de 2002.

² Son ellas: “profesionales polivalentes de la confección de ropas”, “trabajadores de la preparación de la confección de ropas”, “operadores de máquinas para costura de prendas de vestir” y “operadores de máquinas para bordado y acabado de ropas”.

Guarulhos, que llegó a superar los 12% en años como el de 2011, aunque con volúmenes por debajo de los cuarenta registros. Los hombres conforman a la mayoría de estos trabajadores, siendo predominante entre ellos quienes tienen edad entre los 30 y 39 años, educación secundaria completa y remuneración mensual de uno hasta dos salarios mínimos (PDET, 2023).

Sin embargo, cuando se recurre ya sea a lo que ya se encontraba en la bibliografía o a lo que se pudo captar en las entrevistas, se percibe que es en el mercado informal que, de hecho, se concentra la mayoría de los paraguayos dedicados a la costura de ropas en la RMSP, ámbito que le escapa en amplia medida a la mirada de fuentes de datos oficiales disponibles. Para que se tenga una idea, de los doce paraguayos a los que entrevistamos, ninguno contó con registro laboral en su experiencia en talleres de costura. Algunos sí llegaron a trabajar con contrato formal en otros establecimientos de esta misma cadena u otros sectores, pero nunca en las denominadas “oficinas”, lo que parece ser bastante sintomático en cuanto al tipo de inserción que suelen tener los paraguayos en esas unidades productivas en São Paulo. Otra evidencia se puede encontrar en el testimonio del miembro³ de un colectivo de migrantes paraguayos que también participó en nuestro estudio, cuya actuación junto a sus pares a lo largo de los años incluye el mapeo de familias conterráneas en situación de vulnerabilidad social por toda la RMSP para la distribución de canastas básicas y la prestación de otras formas de auxilio durante la pandemia de Covid-19. Cuando le preguntamos acerca de la incidencia de trabajadores paraguayos en el mercado formal local de la confección textil, nos dijo él:

Es muy poco. [...] Seguramente, en el mundo de la inmigración acá, de paraguayos que trabajan con registro en la confección... ponele un 5%. Más o menos eso. Porque hay algunos que trabajan con registro, pero son muy pocos. En términos porcentuales debe de ser un 5%, y si acaso me equivoco demasiado, ponele un 10%. Más que eso, no (Correa, 2024, p. 435 – traducción libre).

La representatividad de trabajos de la cadena de confección de ropas entre los paraguayos en la informalidad, además, parece ser aún más notable que lo que se ve entre los paisanos que actúan en el mercado formal. Según el mismo integrante de aquel colectivo, “un 90% de las vacantes de trabajo [para paraguayos] que hay aquí [en la RMSP] son para la costura o relativo a la costura. Sería un 95%. [...] Uno no se sienta delante de una máquina, pero, por lo menos, está vendiendo ropa o algo ahí de la confección [actividades relacionadas]” (Correa, 2024, p. 497 – traducción libre).

Para tratar, finalmente, de la relación de las redes migratorias con la inserción paraguaya en el referido rubro, hay que tener presente, antes de todo, la cronología de los movimientos de trabajadores desde Paraguay a talleres de costura en la mayor metrópolis sudamericana, que, para fines didácticos, puede organizarse en tres fases. Una no necesariamente tiene que terminar para que empiece la siguiente, de modo que pueden sobreponerse las unas a las otras.

³ Si bien se ha optado por la forma masculina como referencia, la persona no necesariamente se identifica con este género, información que se oculta con miras a la protección de su identidad.

La primera fase corresponde al final de los años 1970 y comienzos de los 1980 y está muy asociada a la trayectoria de migrantes coreanos a la RMSP, lo que justifica que se les dedique algunas líneas.

El inicio de migraciones más voluminosas desde Corea del Sur a São Paulo se remonta a 1962, en el marco de un acuerdo firmado entre el gobierno de aquel país y el brasileño en el que se estipulaba que migrantes coreanos se dirigirían a Brasil y se establecerían, al principio, en zonas rurales para desempeño de trabajos agrícolas (Mera, 2009). Con todo, a raíz de factores como las condiciones poco adecuadas de residencia en las tierras que les fueron reservadas, muchos migrantes pasaron a buscar otros destinos para su subsistencia, en especial, en distritos céntricos de la capital paulista. Allí en poco tiempo se dedicaron al oficio de la costura, cuyo sector en barrios como Bom Retiro y Brás ya se había consolidado como referencia tanto en la producción como en el comercio de ropas tras contar con una longeva contribución de migrantes predecesores de otros orígenes nacionales, nombradamente, italianos, libaneses y judíos del este europeo. Pese al hecho de que parte de los coreanos no tenía experiencia con confección, la actividad se presentaba como alternativa más viable que otras como fuente de ingresos en virtud de factores como el bajo capital que se requería para comenzarse a trabajar, la posibilidad de involucrar a toda la familia en la producción y la menor necesidad de fluidez en el idioma portugués incluso a la hora de comerciar las ropas producidas (Truzzi, 2001; Freitas, 2008; Correa, 2024).

En la década de 1970, se imponen en Brasil restricciones a la emisión de visa a coreanos, lo que hace que muchos que ideaban establecerse en São Paulo tuvieran que tomar rutas alternativas para hacerlo, pasando por países como Paraguay, que también recibía migrantes de Corea del Sur desde mediados de los años 1960 y donde las leyes migratorias se veían menos rigurosas (Freitas, 2008; Mera, 2009; Côrtes, 2014). Nuevos contactos se fueron haciendo en distintos lugares de tránsito, y con eso de a poco se ampliaban las redes migratorias de los coreanos que seguían a São Paulo. Cuando parte de estos migrantes y de sus conterráneos y descendientes logró tener sus propias marcas y tiendas de ropa en la ciudad, alcanzando mayor destaque en la jerarquía productiva del rubro de la confección, la demanda creciente de fuerza de trabajo en sus talleres de costura los hizo recurrir a las redes constituidas en el curso de su trayectoria (Côrtes, 2014). Muchos dueños de negocio, parientes o subordinados, por consiguiente, fueron a Paraguay a partir de fines de la década de 1970, con énfasis, de acuerdo con lo que se obtuvo por medio del trabajo de campo de la tesis, a la ciudad de Itá (departamento Central, a aproximadamente cincuenta kilómetros de distancia de Asunción) y sus cercanías, tanto por haber sido ésta una región común de paso a coreanos en su desplazamiento a São Paulo como por el reconocimiento de la tradición local en la sastrería, teniendo en cuenta que, al principio, se estaba en búsqueda de personas que ya tenían experiencia o algún conocimiento de cómo manejar máquinas de costura. Los primeros paraguayos en insertarse en talleres de confección en São Paulo, por ende, eran predominantemente iteños u originarios de otras localidades aledañas y “reclutados” en su propio municipio de residencia por empresarios coreanos

o sus subordinados, generalmente a través de indicación de un amigo o pariente del trabajador y bajo la condición de contar con calificación previa al tipo de servicio que desempeñarían en Brasil (Correa, 2024). Se debe agregar también que desde esta primera fase la precarización es una característica constante de las condiciones de trabajo a las que se someten los paraguayos del sector. En la descripción de su primera experiencia en un taller de costura en São Paulo, a comienzos de los años 1980, uno de nuestros entrevistados menciona, por ejemplo, las horas extenuantes de trabajo con las que tenían que cumplir:

Trabajé con él [su primer patrón, un coreano] por tres meses. Nosotros no sabíamos cuánto era el salario. El horario era de las siete de la mañana a medianoche, de lunes a viernes. Los sábados... a veces decía él que había una mercadería para el lunes, y entonces ya éramos obligados otra vez a trabajar los sábados y domingos (Correa, 2024, p. 438 – traducción libre).

El mismo entrevistado sigue su relato con detalles acerca de las condiciones de alojamiento del establecimiento: “[El taller] era un salón enorme. [...] Quedaba arriba. En el piso de abajo estaba la sección de cortes [de tela] [...]. Nosotros improvisábamos la cama con resto de tela. Colocábamos un trapo por encima [del piso] y dormíamos. No había colchón” (Correa, 2024, p. 438 – traducción libre). Entre otros aspectos, habla también de la situación de inseguridad alimentaria que se les imponía:

Él [el dueño coreano] nos compraba la cantidad [de comida] que ellos querían. Ponía ahí las hortalizas y las verduras dentro de la heladera, y la carne era mínima. Entonces nos alimentábamos tres días nomás como se debe, y después, cuatro días de la semana, comíamos tomate con pan, zanahoria, lo que quedaba. Cada siete días nos traía el alimento y en la cantidad en que se le antojaba. Si le pedíamos, nos decía: ‘¡No hay! ¡Ingénienselas!’”. A veces llegaba y no alcanzaba para los siete días. Hacíamos una economía para alimentarnos con lo mínimo posible los siete días (Correa, 2024, p. 438 – traducción libre).

Como último ejemplo – pero lejos de agotar la lista – de las prácticas abusivas a las que solían estar expuestos los paraguayos desde el comienzo de la inserción de migrantes de dicha nacionalidad en el rubro de la confección, otro entrevistado, aludiendo a su primer trabajo en un taller en 1984, hizo referencia al confinamiento que podía estar vigente en esos establecimientos:

En aquella época era difícil adaptarse, porque... Primero luego por el ambiente, por el tipo de trabajo que nos vamos, porque vivimos encerrados. Vivimos encerrados en la propia casa donde nos tenían, porque los patrones... La mayoría de los talleres que conocíamos eran todos cerrados. Dos, tres perros ahí en la entrada, y todo llaveado. No podía salir. [Los dueños] No permitían [salir] (Correa, 2024, p. 442).

La segunda fase de las migraciones paraguayas hacia el rubro de la confección de São Paulo, a su vez, tiene sus inicios a mediados de los años 1980, con trascurso en las décadas de 1990, 2000 y adelante. En este momento hay un fortalecimiento de las redes migratorias de paraguayos, lo que acarrea una gradual disminución de la necesidad de que dueños o representantes de talleres

se desplacen a Paraguay para el “reclutamiento” de nuevos trabajadores. Lo que se vuelve más frecuente, en cambio, es que se accionan a los propios costureros y ayudantes que ya actúan en dichos establecimientos con miras a que se verifique si acaso conocen a amigos, parientes o conterráneos que deseen migrar a São Paulo para juntarse a ellos en el oficio de la producción de ropas. En otras palabras, se les asigna a las redes mismas la tarea de prospección de nuevos trabajadores, que, además, ya no necesitan poseer conocimiento en el oficio, puesto que los propios colegas previamente establecidos se encargarían de transmitirlo a ellos (Correa, 2024).

Asimismo, las redes migratorias, en su proceso de robustecimiento, se van expandiendo territorialmente, llegando a lugares más allá de Itá y sus alrededores al mismo tiempo que asumen nuevos roles. Éste es el caso de un pariente que se dispone a comprar los boletos de ómnibus para el traslado de un migrante desde Paraguay a São Paulo y le brinda todas las informaciones acerca de los trámites aduaneros (y eventualmente de cómo eludirlos), o de un conterráneo que le ofrece una habitación como estancia en los primeros días en la ciudad de destino o más bien la primera oportunidad de trabajo en un taller de costura, entre muchas otras posibles atribuciones que pueden desempeñar (Correa, 2024).

Coincide con este movimiento la consolidación de la subcontratación en cuanto factor que estructura la cadena productiva de la confección en São Paulo, contexto en el que paraguayos – al igual que bolivianos, peruanos y otros latinoamericanos – pasan a tener sus propios talleres de costura, mientras los coreanos en situación más acomodada (y, obviamente, otras personas de esta misma clase social) se encargan de tareas de ámbitos más valorados y rentables de la jerarquía productiva, como en gestión, proceso creativo y marketing. La producción misma de ropas la asumen cada vez más talleres de dueños paraguayos, bolivianos, peruanos etc., dando como resultado entre personas de estas nacionalidades la consolidación de un “nicho étnico”, definido por Waldinger (2005, p. 349) como un “conjunto de actividades económicas en las que inmigrantes están fuertemente concentrados” (traducción libre).

Aunque las entrevistas señalan una aparente reducción en los casos extremos de confinamiento de trabajadores en unidades productivas y de turnos laborales que se extienden a horas tan avanzadas como la medianoche en la experiencia de paraguayos que actúan en el sector, la precariedad de las condiciones de trabajo sigue siendo recurrente en los talleres de costura, muchas veces al grado de considerarse una situación como de esclavitud moderna según la legislación brasileña (véase, p.ej., Marinho, 2020).

La tercera etapa de nuestra cronología, por fin, tendría inicio a comienzos de los años 2000 y se pondría de relieve a lo largo de la década de 2010 y primeros años de la de 2020. Se caracteriza básicamente por un proceso de perifización de las migraciones paraguayas en marcha en la RMSP, con el traslado de talleres y la mudanza de migrantes a barrios más distantes, ya sea en la propia capital paulista o a sus afueras, en otros municipios metropolitanos (en especial, Guarulhos). Es simbólico que los dos entrevistados con llegada más reciente a la RMSP (en 2021 y 2022) se hayan establecido directamente en un barrio periférico de Guarulhos, sin cualquier tránsito por el Centro de São Paulo u otras zonas capitalinas. Asimismo, llama la atención el

hecho de que ambos son de origen rural – provenientes del interior de los departamentos de Caaguazú y San Pedro – y que uno de ellos haya tenido su primera experiencia urbana de residencia fuera de su país. Según el integrante del mencionado colectivo paraguayo al que entrevistamos, dicho movimiento está fuertemente relacionado, entre otros motivos, al alza del costo de vida en el Centro de São Paulo, sobre todo respecto a los alquileres.

En la actualidad, si bien se trata de un sector complejo y heterogéneo en varios aspectos, las entrevistas señalan que la informalidad, de hecho, sigue siendo un patrón entre los paraguayos en la confección en la RMSP, ya sea respecto a la situación contractual de los trabajadores o a la de los propios talleres, cuya mayoría no parece contar con registro (o CNPJ, “*Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica*”) (Correa, 2024). Se observa, además, la vigencia de una alta rotación en esos establecimientos, es decir, trabajadores – más comúnmente jóvenes en la aurora de sus vidas profesionales, con edades inferiores a las del perfil sobresaliente en el mercado formal conforme a los datos de la RAIS – que a menudo quedan poco tiempo en un puesto de trabajo hasta buscar fijarse en otro. Ésta incluso es una característica bastante alineada a la dinámica del mercado de producción y venta de ropas en general y específicamente a los dictámenes de la “moda rápida”. De igual modo, es importante hacer hincapié en el papel de las redes sociales digitales, que permiten que las oportunidades de trabajo que surgen alcancen más rápidamente a un conjunto más amplio de paraguayos residentes en Brasil, en su país de origen o en cualquier otro lugar, favoreciendo, a su vez, la fuerte rotación de personas ocupadas en unidades productivas sin vínculos formales (Correa, 2024).

De todos los resultados que se han obtenido a partir de nuestra investigación, empero, son dos los más relevantes en lo que concierne específicamente a las redes migratorias y su relación con el movimiento de paraguayos a la RMSP e inserción en talleres de costura. El primero que se nota es que hay cierta ambigüedad en la actuación de estas redes. Por un lado, juegan una profusión de roles para hacer viables los planes migratorios de paraguayos y sus familias. A menudo se encargan del pago del transporte desde Paraguay a Brasil y de orientaciones sobre cómo hacer este desplazamiento; de cuestiones relacionadas al cruce de la frontera; el lugar para pernoctar por primera vez en São Paulo; la primera ocupación en un taller; el cuidado a quienes permanecen en Paraguay – como una abuela que se queda con su nieta para que la hija pueda emigrar –; las remesas financieras que se hacen desde el extranjero para el mantenimiento de familias que dependen de estos ingresos; y la articulación de la comunidad migrante en São Paulo en acciones sociales, como lo hizo el mencionado colectivo de paraguayos durante la pandemia de Covid-19, con el mapeo de familias en situación de vulnerabilidad social para la distribución de canastas básicas y el ofrecimiento de otras formas de auxilio material y/o inmaterial. Por otro lado, las redes también están entre las responsables de satisfacer la demanda que tienen la cadena de confección en general y la “moda rápida” más específicamente de fuerza laboral precarizada, en un mercado de alta competencia en el que, no rara vez, los márgenes de ganancia se garantizan a través de la explotación de trabajadores parcamente remunerados y expuestos a jornadas extenuantes y en malas condiciones de servicio y subsistencia, acometiendo más frecuentemente a los individuos más vulnerados de la población, como muchas

veces lo son los migrantes internacionales de menor calificación provenientes del Sur global. En otras palabras, se trata de un rubro de la economía que opera muy fuertemente en la informalidad y con base en la precarización, y las redes migratorias, incorporando las contradicciones que, al fin y al cabo, son propias del sistema capitalista, terminan por estar entre los agentes que alimentan la dinámica de este mercado. Un claro ejemplo en ese sentido son los casos en que la explotación de un trabajador en un taller ocurre a manos de un conterráneo o aun un familiar encargado del establecimiento (Correa, 2024).

El segundo resultado tiene que ver con la capacidad de agencia de las redes migratorias. En primer lugar, se observó entre los paraguayos en la confección una especie de “convención social”, por la que se establece, aunque tácitamente, lo que se considera mínimamente aceptable en un taller de costura en términos de remuneración, alimentación, turno laboral, entre otros parámetros. Esta convención no necesariamente refleja lo dispuesto por la legislación laboral nacional, puesto que se trata de un sector con gran incidencia de informalidad. Acerca del tiempo diario de trabajo, por ejemplo, se comparte un entendimiento de que lo más regular sería comenzar a las 7:00 y no sobrepasar las 20:00, una carga horaria más alta de lo que determinaría la ley, pero efectivamente inferior a lo que se constata en los casos más extremos de explotación en talleres de costura con presencia de migrantes internacionales, donde un turno puede extenderse a las once o a medianoche. Las posibilidades de reducción de la jornada laboral, a su vez, estarían condicionadas, de acuerdo con entrevistados en nuestro trabajo de campo, principalmente por el valor que se les paga a los talleres por prenda de ropa producida, lo que hace que todos trabajen más horas para que el negocio sea mínimamente viable. Sobre eso, hay que tener presente que estas unidades productivas suelen ubicarse en las posiciones más subyugadas en la jerarquía de la cadena productiva de la confección, de manera que sus condiciones de negociar el precio que van a recibir por su servicio son limitadas. Plantearse una convención social con términos que se pretenden menos abusivos que los que puede imponer un mercado cuando escapa de la regulación se hace una estrategia para evitar que costureros y ayudantes paraguayos en talleres caigan en las peores formas de explotación laboral en su sector. La propia comunidad de migrantes puede interferir cuando se entera de situaciones que violan lo establecido informalmente por la colectividad.

Otra estrategia adoptada por talleres con presencia paraguaya que se puede mencionar es la de perseguir el reconocimiento como establecimientos en los que se prima la calidad de las ropas producidas, a diferencia de aquellos en que los precios practicados son los más bajos del mercado – que los entrevistados identifican como siendo más comúnmente gestionados por bolivianos –, para que así logren obtener ganancias un poco mejores sin perder espacio ante la competencia. En otras palabras, se dejaría de bajar demasiado el costo de sus servicios – con miras a garantizar condiciones laborales menos precarias y una remuneración más digna a los trabajadores del taller – y se le ofrecería como compensación a la tienda o fábrica contratante un producto de calidad más elevada, con menores chances de requerir reparos y que se puede vender más fácilmente al consumidor final.

Conclusión

Las redes migratorias son por lo menos parcialmente responsables por el establecimiento de un espacio de circulación posible a los migrantes paraguayos en la RMSP y su inserción en el rubro de la confección textil, brindándoles condiciones sin las cuales el proyecto migratorio de individuos y sus familias difícilmente sería viable. A través de la articulación de amigos, familiares, conterráneos y otros actores, muchos migrantes logran costear su traslado a Brasil, acceder a su primera ocupación y contar con el cuidado a un hijo mientras buscan mejores oportunidades de subsistencia en otro país, entre tantas otras tareas. Con el fortalecimiento de las redes paraguayas desde la transición a los años 1990, la confección textil se ha consolidado como “nicho étnico” de trabajo a los paraguayos radicados en São Paulo y cercanías, lo que amplía la disponibilidad de puestos de trabajo a migrantes de la referida nacionalidad especialmente en talleres de costura.

Sin embargo, la inserción paraguaya en dicho rubro desde sus inicios lleva la marca de la precarización laboral, con incidencia incluso de casos de esclavitud moderna. En este sentido, las redes terminan por cumplir también el papel de suministrarle fuerza de trabajo paraguaya a una cadena productiva que a menudo se vale de ella por medio de mecanismos de explotación. Aun así, los migrantes, en su articulación – o sea, más allá de la actuación individual de cada uno –, no se limitan a ser sujetos pasivos, haciéndole frente al contexto adverso al que están expuestos a partir de su capacidad de agencia, cuyas manifestaciones incluyen la previamente mencionada “convención social” que se ha establecido entre los trabajadores de la costura respecto a condiciones laborales que se deben rechazar y la estrategia de talleres con presencia paraguaya de ser reconocidos por la calidad de su producción, con miras a mantenerse competitivos pese a su no adhesión a la práctica de los más bajos precios por prenda del mercado, un intento de que, así, se atenúen, en alguna extensión, los efectos de ubicarse en posición de menor poder de negociación y prestigio en la cadena productiva de la confección.

Por fin, la investigación que brevemente se ha expuesto en el presente texto apunta para nuevos caminos por recorrer en estudios venideros. Entre las aclaraciones que quedan por buscarse está la de dimensionarse la efectiva presencia de paraguayos en la informalidad del mercado de confección textil, lo que exigirá ir más allá de las fuentes de datos oficiales. Otra dirección que se puede seguir es la de comprender los diversos contextos de origen de los migrantes paraguayos que se dirigen a la RMSP. A modo de ilustración: se mencionó el caso de los dos entrevistados que más recientemente se establecieron allá y el hecho de que ambos provienen de zonas rurales del interior paraguayo. Hace falta, en este sentido, que se conozcan a fondo los factores estructurales y coyunturales a los que se relaciona la decisión de muchos paraguayos de emigrar, apenas para citar dos entre varios ejes de investigación posibles.

Referencias bibliográficas

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (2021). *Comunidade brasileira no exterior: estimativas referentes ao ano de 2020*. Brasília, DF. <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/arquivos/ComunidadeBrasileira2020>

- CORREA, Paulo Mortari Araujo (2024). *Migrações paraguaias à Região Metropolitana de São Paulo e inserção no setor de confecção têxtil nas primeiras décadas do século XXI*. Tesis (Doctorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- CÔRTEZ, Tiago Rangel (2014). Paraguaio em São Paulo: uma história e um retrato. *Travessia – Revista do Migrante*, São Paulo, SP, n. 74, pp. 13-34.
- FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia (1995). Social and cultural capital in the urban ghetto: implications for the economic sociology of immigration. In: PORTES, A. (ed.). *The economic sociology of immigration: essays on networks, ethnicity, and entrepreneurship*. New York, NY: Russell Sage Foundation, pp. 213-247.
- FIORENTIN, Marta Izabel Schneider (2012). *Imigração Brasil-Paraguai: a experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Curitiba, PR: Juruá.
- FREITAS, Patrícia Tavares (2008). Imigração e empreendimentos econômicos – o circuito de confecção e comercialização de roupas em torno de imigrantes coreanos e bolivianos na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32., 2008, Caxambu, MG. *Anais...* São Paulo, SP: ANPOCS.
- GERMANI, Guiomar Inez (2003). *Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu*. 2. ed. Salvador, BA: EdUFBA; ULBRA.
- HARVEY, David (1999). Do fordismo à acumulação flexível. In: HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola, 1999, pp. 135-162.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2010). *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, RJ.
- MARINHO, Lourdes (2020, 25 de março). STF nega suspensão de ação judicial contra sul-coreanos acusados de explorar trabalho escravo. *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT)*, Brasília, DF. <https://www.sinait.org.br/noticia/17656/stf-nega-suspensao-de-acao-judicial-contra-sul-coreanos-acusados-de-explorar-trabalho-escravo>
- MERA, Carolina (2009). La diáspora coreana en América Latina. In: RAMÍREZ-BONILLA, J. J. (ed.). *Transiciones coreanas: permanencia y cambio en Corea del Sur en el inicio del siglo XXI*. Ciudad de México: El Colegio de México, pp. 303-334.
- OBMIGRA – OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (2023, 29 de septiembre). *SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório)*. Brasília, DF. <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/microdados/1733-obmigra/dados/microdados/401205-sismigra>
- PDET – PROGRAMA DE DISSEMINAÇÃO DAS ESTATÍSTICAS DO TRABALHO (2023). Acesso online RAIS e CAGED. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Previdência. <http://pdet.mte.gov.br/acesso-online-as-bases-de-dados>
- SILVA, Silvana Cristina (2012). *Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo: os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro (SP)*. Tesis (Doctorado en Geografía) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/856640>
- TRUZZI, Oswaldo (2001). Etnias em convívio: o bairro do Bom Retiro em São Paulo. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, RJ, n. 27, pp. 143-166. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2144>
- WALDINGER, Roger (2005). Networks and niches: the continuing significance of ethnic connections. In: LOURY, G. C.; MODOOD, Tariq; TELES, S. M. (ed.). *Ethnicity, social mobility, and public policy: comparing the USA and UK*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 342-362.



acordo de mobilidade CPLP e a evolução do Sistema Migratório Lusófono

Duval Fernandes*

Lucas França de Oliveira**

Victória Ferraz Lima***

O Acordo de Mobilidade da CPLP

Desde o início dos anos 80 observamos iniciativas dos países lusófonos na busca por uma maior aproximação em virtude do idioma comum, de uma certa herança histórica compartilhada e de ideais similares no que tange os objetivos de desenvolvimento econômico e de defesa dos regimes democráticos. A ideia, levantada por Portugal em 1983, seria viabilizar uma comunicação tricontinental mais efetiva entre os países falantes de língua portuguesa, ideia esta que amadureceu nos anos seguintes até se concretizar em 17 de julho de 1996 com a criação da Comunidades dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Inicialmente composta por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, a CPLP surge com o objetivo de “projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações mais capacidade para defender seus valores e interesses” (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2025d, s/p).

* Professor Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG – Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: duval@pucminas.br.

** Graduando de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG. E-mail: lucasfranca698@gmail.com.

*** Graduanda de Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG. E-mail: vflima@sga.pucminas.br.

Passados os anos iniciais da criação da organização, a CPLP contribuiu efetivamente para a efetivação de acordos multilaterais que envolvem não somente as partes-contratantes como também demais organizações internacionais e da sociedade civil, além de ter expandido sua membresia com a entrada de Timor-Leste e Guiné Equatorial (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2025a; COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2025b; COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2025c). O aprofundamento destas relações culminou recentemente no estabelecimento do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – comumente chamado por Acordo CPLP –, firmado em julho de 2021, que elevou a CPLP a um novo nível de relevância na conjuntura internacional contemporânea pelas grandes mudanças causadas nos sistemas migratórios vigentes.

A questão da mobilidade entre os países da CPLP foi introduzida em meados dos anos 2000 – na Declaração de Brasília – e, desde então, ocupa uma posição central nas discussões entre os membros por ser um fator de interesse de todos os negociantes e ser vista como um “instrumento essencial para o aprofundamento da Comunidade e a progressiva construção de uma Cidadania da CPLP” (BRASIL, 2023a, Preâmb.). O Acordo, então, surge com o objetivo de institucionalizar “o quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e entre os mesmos Estados” (BRASIL, 2023a, Art. 1), se atentando às particularidades relativas de cada um para possibilitar que este atenda às necessidades e capacidades de todos. De forma geral, identificam-se quatro modalidades de mobilidade – a Estada de Curta Duração CPLP, a Estada Temporária CPLP, o Visto de Residência CPLP e a Residência CPLP – e defende-se que seus signatários devam implementar condições legais e institucionais progressivas que resultem no incremento da mobilidade em todas as categorias (BRASIL, 2023a)

Um ponto importante a se destacar a respeito do Acordo sobre a Mobilidade é sua tolerância para o prazo de implementação das mudanças necessárias, assim como a flexibilidade autorizada que permite a criação de políticas diferentes de acordo com o direito interno de cada parte. A consequência dessa característica é a grande heterogeneidade observada nas políticas adotadas pelos membros da CPLP, o que direta ou indiretamente estende benefícios a países específicos. Um exemplo emblemático deste problema pode ser observado na implementação do acordo em Portugal. Assim que este foi sancionado, o país europeu facilitou o processo de regularização e de emissão de vistos para todos os nacionais de Estados da Comunidade, com exceção do Brasil e de Timor-Leste, que não necessitam de visto para permanência de curta duração em países do espaço Schengen (PORTUGAL, 2022a; PORTUGAL, 2022b).

Antes da internalização do Acordo uma possibilidade que os imigrantes encontravam para a regularização do status migratório era a “manifestação de interesse”, mecanismo previsto na legislação portuguesa que permitia ao migrante buscar a permanência regular no país, uma vez ultrapassado o período de vigência de sua autorização. Tal procedimento, por conta de suas particularidades que envolvia até entrevistas com agentes do Serviço de Estrangeiros e

Fronteiras (SEF), era moroso e em determinado momento as autoridades migratórias se viram desbordadas frente ao número de demandas recebidas. As alterações introduzidas na administração migratória de Portugal, em 2023, com a extinção do SEF e criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), agregou mais lentidão ao processo de análise das manifestações de interesse (AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO MIGRAÇÃO E ASILOS, 2025). Esse mecanismo considerado extraordinário para a regularização da situação de imigrantes havia se tornado, em 2024, no principal procedimento de regularização migratória em Portugal. Em junho daquele ano, o AIMA registrava, aproximadamente, 450 mil solicitações pendentes de uma decisão. Frente a essa situação, em junho de 2024, por meio do Decreto Lei nº 37-A/2024, o Governo português extingue a possibilidade de utilização da manifestação de interesse para regularização migratória. Mesmo antes da implementação dessa medida restritiva e considerando que expressiva parcela das solicitações era de nacionais de países da CPLP, o governo Português, por meio da Portaria nº 97/2023, cria o título administrativo de residência CPLP que permitiu finalizar o processo de regularização migratória de expressiva parcela de nacionais de países lusófonos residentes em Portugal. Em 2023, do total de concessões de novos títulos de residência emitidos pelo governo de Portugal, 45,3% deles foram ao amparo da Portaria nº 97/2023. Dos 149.174 títulos de residência CPLP, 108.232 (72,5%) foram para cidadãos brasileiros (AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO MIGRAÇÃO E ASILOS, 2023). No entanto, esse mecanismo de regularização trazia algumas restrições de circulação aos nacionais da CPLP que fizeram a opção de uso desse procedimento. Talvez na busca de uma solução com celeridade, as autoridades portuguesas dispensaram a coleta de dados biométricos daqueles que optaram por essa via de regularização. Esse procedimento, que imprimiu rapidez às etapas burocráticas, acabou por criar uma situação de ambiguidade, pois os que optaram por essa alternativa não poderiam acessar outros países do espaço Schengen, ao passo que aqueles que obtiveram a regularização via o procedimento ordinário, com a coleta de dados biométricos, tinham a possibilidade de mobilidade integral na Europa. Tal situação só veio a ser corrigida em 2025 com a criação do cartão físico de residência, que substitui o documento em papel A4 com o código QR dos antigos títulos de residência CPLP (PORTUGAL, 2025).

A discussão sobre o livre trânsito para demais países via CPLP não está restrita, no entanto, ao caso português – na América Latina, por exemplo, a questão da mobilidade é marcada pela atuação do Mercosul e pela exigência de nacionalidade para trânsito sem visto (MERCOSUL, 2010). Estas características do Acordo levantam questionamentos acerca dos sistemas migratórios lusófonos. O aumento da mobilidade e as especificidades oriundas deste caso apontam não somente para um avanço na criação de uma identidade comum entre os países como também no estabelecimento de uma certa transnacionalidade, que, dadas as circunstâncias, podem incluir apenas alguns dos membros da CPLP.

O Papel da CPLP na Promoção da Mobilidade

A CPLP tem buscado fortalecer os laços entre seus Estados-membros não somente no plano cultural e político, mas também por meio da facilitação da circulação de pessoas desde o momento de sua criação. Assim, diversos acordos foram estabelecidos ao longo dos anos para simplificar os processos migratórios, reduzir as barreiras burocráticas e promover a integração entre os povos lusófonos. Um dos primeiros esforços nesse sentido foi o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, que, em 2000, descartou a exigência de visto para aqueles que portassem esses documentos, permitindo a permanência em qualquer país CPLP por até 90 dias (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2000). Essa medida, voltada para facilitar a cooperação governamental e o trabalho de funcionários públicos, foi primordial para a criação de novos acordos. Nesse sentido, a partir dos anos 2000, a CPLP elaborou uma série de acordos voltados para facilitar o fluxo de pessoas. O Acordo sobre Estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída, por exemplo, buscou agilizar a circulação de cidadãos da comunidade, criando linhas prioritárias em aeroportos e fronteiras terrestres (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2002a). Paralelamente a isso, em 2002, o Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos para Autorizações de Residência foi elaborado e representou um esforço para reduzir custos para migrantes estabelecidos em outros países da CPLP, os isentando de taxas administrativas (COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2002b). Entretanto, embora esses acordos tenham demonstrado a iniciativa em facilitar a mobilidade no espaço lusófono, seu impacto foi limitado, pois se referiam a aspectos específicos.

Por essa razão, em 2021, foi firmado o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP. O acordo introduziu quatro modalidades de mobilidade e, com isso, foi possível ampliar o escopo em relação aos acordos mencionados anteriormente, abrangendo um maior número de pessoas e oferecendo flexibilidade de prazos e taxas. No entanto, a implementação por parte dos Estados-membros se mostrou com limitações devido ao princípio da “flexibilidade variável” pontuado no acordo. Conforme estabelecido no Artigo 7º do texto, cada país passou a ter o direito de selecionar quais categorias de cidadãos seriam beneficiadas e de definir parcerias específicas por meio de acordos bilaterais. Desse modo, enquanto titulares de passaportes diplomáticos tiveram o visto garantido pelo Acordo, trabalhadores, por exemplo, passaram a depender dos resultados de negociações bilaterais adicionais (BRASIL, 2023a). Essa abordagem criou assimetrias significativas, e cada Estado-membro passou a ter regras de mobilidade específicas, que serão abordadas a seguir.

O Brasil na CPLP

No caso do Brasil, o visto CPLP apresenta algumas limitações. Enquanto permite a entrada no território nacional, não garante acesso aos países do Mercosul. Nesse sentido, um cidadão angolano ou moçambicano pode ter sua entrada facilitada no Brasil pelo acordo da CPLP, mas,

para acessar países vizinhos com os quais o Brasil mantém acordos de livre circulação, como a Argentina, precisa de vistos adicionais (BRASIL, 2021). Já no que diz respeito às isenções de visto, o Brasil possui um tratamento diferenciado com Portugal devido ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, promulgado em 2001. Ele estabeleceu um regime privilegiado entre os dois países, facilitando a migração por meio de isenção de solicitação de vistos para estadias curtas e facilitando o processo de residência permanente, além da garantia de igualdade de direitos civis para portugueses (BRASIL, 2001). Por outro lado, indivíduos dos demais países da CPLP enfrentam a exigência de visto mesmo para visitas turísticas de curta duração (BRASIL, 2024).

Para estadas mais longas, essas diferenças ficam menos evidentes. Cidadãos portugueses que desejem permanecer além dos 90 dias de isenção, assim como todos os demais lusófonos, precisam solicitar prorrogação do visto de turista ou obter alteração do status, via obtenção de autorização temporária ou permanente de residência, cujas exigências variam conforme o propósito da estadia (trabalho, estudo ou reunião familiar). Além disso, as exigências para a residência permanente são ainda mais rigorosas para todos: É necessário residir no Brasil legalmente por dois anos, comprovando meios de subsistência e ausência de antecedentes criminais. Algumas pessoas, como cônjuges de brasileiros ou pais de filhos brasileiros, beneficiam-se de regras mais flexíveis, podendo solicitar a residência permanente imediatamente, mas essa regra não é exclusiva para a CPLP (BRASIL, 2017).

Contudo, em 2023, foi assinada uma portaria interministerial que regulamentou a concessão de vistos temporários e autorizações de residência a nacionais dos Estados-membros da CPLP, priorizando categorias estratégicas como professores universitários, pesquisadores, técnicos altamente qualificados, empresários, agentes culturais e estudantes em programas de intercâmbio. Esses grupos terão acesso simplificado a vistos temporários (com validade de até 12 meses) e, posteriormente, à autorização de residência CPLP, que garante direitos assim como brasileiros em áreas como trabalho, educação e saúde (BRASIL, 2023b). Por fim, para solicitar a naturalização brasileira como cidadão de um país da CPLP, é necessário comprovar residência legal no Brasil por 1 ano após obter a residência permanente (que só pode ser adquirida após 2 anos de residência temporária, totalizando 3 anos). O processo exige documentos como a Carteira de Registro Nacional Migratório, certidões criminais do Brasil e do país de origem e comprovantes de residência. Para lusófonos, a prova de proficiência em português não é exigida e alguns prazos são reduzidos, oferecendo algumas vantagens (BRASIL, [S.I]).

Portugal e a CPLP

Os cidadãos dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que desejem viver em Portugal possuem vantagens em relação aos demais imigrantes devido ao regime especial de vistos implementado pelo governo. Entre os principais benefícios está a isenção de taxas administrativas para cidadãos da CPLP, com exceção dos timorenses, que precisam pagar apenas o custo de emissão do documento. No âmbito educacional, os estudantes da CPLP

recebem tratamento diferenciado, com direito a mensalidades com valores intermediários entre as cobradas a portugueses e a outros estudantes internacionais. Universidades de prestígio como a Universidade do Porto e a Universidade Nova de Lisboa estão entre as instituições que oferecem esses benefícios, tornando Portugal um destino ainda mais atrativo para a formação superior no espaço lusófono. Além disso, existem programas específicos de bolsas de estudo destinados a apoiar financeiramente os estudantes da CPLP que escolhem Portugal para os seus estudos. Outra facilidade importante é o reconhecimento das carteiras nacionais de habilitação. Os cidadãos da CPLP podem conduzir veículos em Portugal com as suas carteiras originais, desde que estejam válidas e dentro dos requisitos legais. O acordo também simplificou a troca pela carta portuguesa, eliminando o prazo máximo de dois anos que antes existia após a fixação de residência no país (LENZI; MUSTAFA; TOSTES, 2024).

Quanto aos tipos de visto disponíveis, a Portaria n.º 97/2023 estabelece quatro modalidades principais: a Estada de Curta Duração CPLP, para visitas temporárias; a Estada Temporária CPLP, com validade de até um ano e possibilidade de renovação; o Visto de Residência CPLP, para estadias mais prolongadas; e a Residência CPLP, que funciona como uma autorização de permanência permanente. Os requisitos básicos para obtenção incluem a comprovação de meios de sustento, moradia e seguro de saúde, com a vantagem de que todo o processo pode ser realizado online agilizando significativamente os trâmites burocráticos (PORTUGAL, 2023). Além disso, também é possível pedir naturalização em Portugal. Para isso, alguns documentos são exigidos, como certidão de nascimento em português ou traduzida, comprovante de residência legal por pelo menos 5 anos no país, e registro criminal dos países onde viveu desde os 16 anos. Para os cidadãos da CPLP, não é exigido teste de língua portuguesa. Por fim, caso aprovado, o indivíduo presta juramento de lealdade a Portugal e recebe a certidão de nacionalidade (PORTUGAL, [S.I]).

Timor Leste

Para a maioria dos estrangeiros, é exigido um visto de turismo ou de negócios, com validade inicial de 30 dias e prorrogável por até 90 dias, para que seja possível entrar em Timor-Leste. Devido a acordos bilaterais firmados, cidadãos portugueses e indonésios são isentos de visto para estadas curtas. Já para estadas superiores a 90 dias, Timor-Leste oferece vistos temporários divididos por categorias dependendo da atividade a ser realizada no país e cada um possui uma duração específica. Esses grupos são: Estudantes de instituições reconhecidas; Profissionais especializados ou voluntários contratados por entidades locais; Dependentes familiares de residentes legais (TIMOR-LESTE, [S.I]a).

Para a obtenção da residência permanente, primeiro é preciso obter um Visto para Fixação de Permanência antes de poder solicitar a Autorização de Residência em Timor-Leste. Esse visto permite 120 dias prorrogáveis em um primeiro momento, a fim de regularizarem a situação nesse período. Esta exigência visa evitar situações irregulares e garantir que os migrantes contribuam para a economia local (TIMOR-LESTE, [S.I]b).

Os países africanos da CPLP

Como mencionado anteriormente, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa estabelece políticas distintas para vistos e autorizações de residência entre os membros, tendo variações significativas em cada país. Em Angola, o Visto de Turismo permite uma estada inicial de 30 dias para todos, sendo prorrogável por mais 30, enquanto o visto de longa duração pode ser concedido por até 36 meses, com possibilidade de renovação. Além disso, também existe o Visto para Fixação de Residência que permite a permanência no país por 120 dias e pode ser estendido enquanto o indivíduo aguarda a decisão final para adquirir a residência permanente (ANGOLA, [S.I]a; ANGOLA, [S.I]b). Em Cabo Verde, por outro lado, é oferecida a isenção de visto para cidadãos CPLP em estadas de até 90 dias. Para fins profissionais, é exigido um visto temporário válido por até 12 meses. A autorização de residência, por sua vez, dura 1 ano em um primeiro momento, mas pode ser renovada a cada 2 anos desde que o solicitante tenha obtido o Visto de Residência ao entrar no país (CABO VERDE, 2023).

Na Guiné Equatorial, estrangeiros no geral podem adquirir um visto para a permanência de até 90 dias ao chegarem no país, mas, para estadas mais longas, é necessário solicitar um Visto de Longa Duração, com validade de 1 ano e com possibilidade de ser estendido. A autorização de residência, exige comprovação de algum vínculo no país, como contrato de trabalho, matrícula em uma instituição de ensino ou casamento com um residente, pois é preciso comprovar a intenção de realmente se estabelecer como morador (POLÍCIA DE FRONTEIRAS, [S.I]). Moçambique, por sua vez, isenta de visto os cidadãos de países considerados de baixo risco migratório – não sendo atrelado ao fato de pertencerem ou não à CPLP –, enquanto os demais precisam solicitar o documento, podendo ser sem taxas consulares em casos específicos (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, [S.I]). Para residência, é preciso tirar um visto que, caso seja aprovado, permite a possibilidade de solicitar uma Autorização de Residência Temporária, Permanente – com vigência superior a 10 anos – ou então uma modalidade especial para estrangeiros acima de 65 anos, com benefícios sobre as taxas para nacionais CPLP (A&B ASSOCIADOS, [S.I]; MOÇAMBIQUE, [S.I], MOÇAMBIQUE, 2020). São Tomé e Príncipe permite a entrada sem visto para cidadãos da CPLP por até 15 dias, mas estadas mais longas exigem um visto de residência de 2 meses, que pode ser convertido em residência temporária, com duração de 1 ano e renovável. Após 5 anos residindo legalmente no país, com fluência na Língua Portuguesa e ausência de condenações graves, é possível solicitar a Residência Permanente (SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, [S.I]).

Assim, é possível perceber a diversidade de abordagens de mobilidade dentro da CPLP. Assim como o Brasil – que não garante o livre trânsito de cidadãos CPLP no Mercosul somente por fazer parte do acordo –, esses países africanos integram coalizões regionais com outros países além da CPLP e, por isso, dependem de acordos específicos com esses Estados para permitir o fluxo de pessoas. Para muitos desses Estados, as alianças regionais – como a Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

(CEDEAO) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) – exercem um papel mais relevante estrategicamente na formulação de suas políticas migratórias, comerciais e de desenvolvimento (SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY, 1992; WORLD BANK, [S.I.]). Um exemplo disso é o Protocolo de Livre Circulação das Pessoas e Direito de Residência e Estabelecimento da CEDEAO, um acordo regional que permite aos cidadãos dos países membros circular livremente, se estabelecerem e trabalharem em qualquer país da comunidade sem necessidade de visto, promovendo integração regional e mobilidade laboral (ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES, 1979). Isso ocorre porque

Os estados gastam quantidades significativas de tempo e esforço construindo instituições exatamente porque elas podem avançar ou impedir seus objetivos na economia internacional, no meio ambiente e na segurança nacional. Os estados disputam o desenho institucional porque ele afeta os resultados. Além disso, as instituições que eles criam não podem ser alteradas rápida ou facilmente para se adequar a mudanças nas configurações de poder internacional. (KOREMENOS; LIPSON; SNIDAL, 2001, p. 762, tradução nossa).

Ou seja, engajar-se em instituições já existentes e consolidadas é menos custoso para esses países do que criar novas regras e normas. Consequentemente, fazer parte da CPLP é considerado culturalmente e diplomaticamente relevante, mas um elemento secundário diante da possibilidade de integração com os vizinhos mais próximos, que compartilham fronteiras, questões econômicas e fluxos migratórios entre si.

Além disso, a CPLP, à parte de não haver uma fronteira física entre os países que a compõem, apresenta uma clara desigualdade entre seus membros, tendo Brasil e Portugal como os principais tomadores de decisão, o que reflete diretamente nessas dinâmicas de mobilidade. Um exemplo disso é justamente o Acordo sobre Mobilidade, que avançou mais rapidamente nesses dois países, como foi possível perceber ao longo da análise. Enquanto Brasil e Portugal facilitaram a circulação de pessoas entre si, os países africanos da CPLP ainda enfrentam barreiras burocráticas e falta de alinhamento nas leis do acordo. Severo e Leviski (2019) abordam o reflexo dessa lógica no âmbito do idioma, em que em países como Guiné-Bissau e Timor-Leste, menos de 15% da população fala português fluentemente, ou Guiné Equatorial na qual o português foi reconhecido, em 2010, como o terceiro idioma oficial, se juntando ao espanhol e ao francês, reforçando uma hierarquia dentro da comunidade, onde os países com mais influência acabam definindo as regras, enquanto os outros ficam em segundo plano. “Assumimos, assim, que a língua portuguesa – nos discursos e práticas de internacionalização – opera como um signo político e econômico, que favorece alguns e desfavorece outros.” (SEVERO; LEVISKI, 2019, p.6-7).

Um Possível Futuro do Sistema Migratório Lusófono

Todas estas complexidades oriundas do fluxo migratório estão contempladas naquilo que conhecemos como um Sistema Migratório Lusófono, “mantido através de múltiplas trocas de fluxos de pessoas, bens, serviços, remessas, etc. e que é sustentado por redes densas informais

e formais de contatos, relações e acordos” (BARGANHA, 2009, p.10, tradução nossa). Tal dinâmica engloba todos os países de língua portuguesa, mesmo que em níveis distintos dada a integração internacional e os relacionamentos entre os Estados que facilitam ou dificultam as migrações e, por consequência, o funcionamento do Sistema. Devido a este caráter multilateral, tal dinâmica está sob constante mudança, visto que

“Não há, no entanto, um equilíbrio ou uma constante no posicionamento dos diferentes países (ou territórios de acolhimento) no seio do sistema migratório lusófono. Diferentes países assumem distintas posições ao longo do tempo numa assinalável dinâmica de rotação do seu papel de núcleo ou de periferia (ou de país de origem e/ou país de destino)”. (GÓIS; MARQUES, 2011, p. 214)

Estas recentes alterações no Sistema em decorrência do Acordo dão enfoque a uma temática central das discussões sobre migração e integração internacional, a noção de transnacionalidade. A transnacionalidade na migração internacional é entendida comumente como um fenómeno de desterritorialização das relações sociais e o consequente estabelecimento de vínculos que vão além das fronteiras do Estado, possibilitando às pessoas estabelecerem suas dinâmicas de vida em países distintos de acordo com seus interesses e suas necessidades (CRUZ; PIFFER, 2017). Estes são os migrantes transnacionais, que emparelham seu país de origem com o país de destino e passam a habitar um espaço transnacional. Apesar de englobar uma série de fatores, esta ideia de transnacionalidade é comumente associada ao estabelecimento de moradias em países distintos ou aos trabalhos sazonais, mas existem cenários em que é possível enxergar avanços no conceito, incorporando elementos que apontam para um caminho rumo a uma maior inserção de estrangeiros na sociedade, uma criação de uma cidadania compartilhada e, até mesmo, o estabelecimento de uma identidade comum, como o caso de Portugal após a criação do Acordo CPLP.

O Acordo sobre Mobilidade pretensamente cria uma facilidade à migração internacional mas, concomitantemente, abre a Portugal a oportunidade de gerar uma migração mais direcionada para determinadas ex-colônias. Tal fato surge da flexibilidade do acordo CPLP, que não somente estabelece um horizonte temporal longo para o estabelecimento de práticas que facilitem a mobilidade, como também uma maior liberdade na implementação destas de acordo com o que o Estado considerar mais relevante. Desta forma, o governo português consegue priorizar determinados países da CPLP no que tange a mobilidade de seus nacionais, caminhando rumo ao estabelecimento de uma transnacionalidade que não engloba a organização como um todo.

Assim como os países africanos da CPLP possuem mecanismos bilaterais e multilaterais entre si que afetam a dinâmica migratória, Portugal tem instaurado políticas com efeitos similares com o Brasil e Timor-Leste, mesmo que por interesses distintos e trocas migratórias com volumes diversos. Isto se dá porque a recente alteração no caráter da Autorização de Residência CPLP, que permite seus portadores viajarem pelo Espaço Schengen, estimula estrangeiros a optarem pelo país europeu como lugar de destino, pois, por não precisarem apresentar uma solicitação de vistos de curta duração, já podem imediatamente exercer os benefícios da nova

política. A questão de Timor-Leste é muito sustentada no interesse português em estreitar laços com a porção oriental do globo, utilizando a ex-colônia como um ponto de partida para iniciar atividades na Ásia e na Oceania, mas a situação do Brasil difere um pouco destes elementos de interesse regional (TIMOR-LESTE, 2011)

Luiz Montenegro, Primeiro Ministro de Portugal, declarou no início de 2025 o interesse de seu governo em atrair brasileiros pela necessidade de mão de obra (RATTNER, 2025). A declaração de Montenegro destoa da realidade observada nos anos anteriores, quando uma onda de xenofobia contra brasileiros tomou conta do país (SANTOS, 2020). A soma destes elementos evidencia um interesse português em aumentar a quantidade de estrangeiros seletos em seu país, fluxo este que, ao se expandir, pode resultar na evolução do perfil dos migrantes, tornando-os, em alguns casos, transnacionais. Esta transnacionalidade difere das concepções comuns mencionadas, possuindo um viés laboral que atende aos interesses tanto de Portugal como daqueles que buscam usufruir de oportunidades nos dois lados do Atlântico. Com a facilitação da inserção de migrantes no país, Portugal consegue fortalecer um fluxo que supra suas necessidades de trabalho em setores nos quais há carência de mão de obra nacional. No caso dos brasileiros, os setores que mais oferecem oportunidades são os ligados à restauração e serviços de cuidados (GUEDES; MARQUES, 2008). Por outro lado, para os brasileiros a oportunidade de estar em um país europeu e ter acesso ao mercado de trabalho da União Europeia, como indicado por Torres e Afonso (2024), abre a perspectiva de uma nova emigração para outros países com melhor remuneração. Tal movimento, pode representar uma chance de circulação mais ampla do que em outros países de destino procurados por brasileiros, como o Reino Unido ou mesmo os Estados Unidos da América.

À guisa de conclusão fica patente que o Acordo de Mobilidade da CPLP tem características distintas se comparados com outros instrumentos que buscam facilitar a mobilidade internacional da população de determinados países. A complexidade espacial da proposta que envolve países em quatro continentes, sendo que nenhum deles possui contato direto com fronteira física, já seria um primeiro ponto. Ao mesmo tempo, há grande diferença entre os volumes populacionais envolvidos, no qual convive um país de centena de milhões de habitantes, com outros de poucos milhões ou mesmo com população de poucas centenas de milhar. A mesma disparidade é observada entre diversos indicadores econômicos e sociais que podem apontar para aspectos de subordinação econômica que, de certa forma, cria a possibilidade de dependência. Pesa ainda a situação de que o Acordo tem como referência histórica o passado colonial e uma pretensa homogeneidade linguística, que não real para todos os países envolvidos. No campo legal, o ponto de destaque é a possibilidade de cada país adotar um procedimento próprio na criação de instrumentos jurídicos para a gestão da mobilidade. Por exemplo, no caso brasileiro o tempo de permanência no país ao amparo do acordo CPLP não pode ser contado para fins de naturalização, situação que não acontece em Portugal onde há equiparação entre os procedimentos de regularização migratória via CPLP e aqueles aplicados de forma geral. Ainda considerando a possibilidade de aplicação do acordo de forma distinta por cada país, há de se considerar o

interesse de favorecer determinada nacionalidade ou mesmo grupos de migrantes com características próprias, como profissionais de áreas específicas. Talvez essas particularidades do acordo CPLP, o coloque como uma experiência singular no campo da mobilidade internacional, sendo mais um passo para a integração da comunidade lusófona.

Referências

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO MIGRAÇÃO E ASILOS. Relatório de Migrações e Asilo. Lisboa: DPEE, 2023. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO MIGRAÇÃO E ASILOS. Relatório Intercalar. Lisboa: DPEE, 2025. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/4a518251d7-1744128191/relatorio-intercalar-recuperacao-de-processos-pendentes-na-aima-populacao-estrangeira-em-portugal.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2025.

ANGOLA. Visto de fixação de residência. Lisboa, [S.l.]a. Disponível em: <https://consuladogeral-angola.pt/servicos/visto/visto-de-fixacao-de-residencia/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ANGOLA. Request for Visa. Luanda, [S.l.]b. Disponível em: <https://www.smevisa.gov.ao>. Acesso em: 22 mar. 2025.

A&B ASSOCIADOS. Isenção de vistos em Moçambique. [S.l.], [S.l.]. Disponível em: <https://www.abassociados.com/isencao-de-vistos-em-mocambique/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BARGANHA, Maria I. The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, v. 47, n. 3, p. 5-20, 2009.

BRASIL. Decreto Nº 3.927, de 19 de setembro de 2001. Promulga o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000. Presidência da República: 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3927.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Presidência da República: 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Decreto Nº 11.156, de 29 de julho de 2022. Promulga o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília: Presidência da República, 2023a. Preâmbulo. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11156.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Brasil regulamenta Visto e Autorização de Residência no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP. [S.l.]c: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/brasil-regulamenta-visto-e-autorizacao-de-residencia-no-ambito-do-acordo-sobre-a-mobilidade-entre-os-estados-membros-da-cplp>. Acesso em: 23 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Naturalização Ordinária. [S.l.]: Ministério da Justiça e Segurança Pública, [S.l.]d. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/naturalizacao/o-que-e-naturalizacao/naturalizacao-ordinaria>. Acesso em: 24 mar. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Informações sobre vistos para estrangeiros viajarem ao Brasil. [S.l]a: Ministério das Relações Exteriores, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/vistos/informacoes-sobre-vistos-para-estrangeiros-viajarem-ao-brasil>. Acesso em: 25 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. Departamento de Imigração e Cooperação Jurídica. Divisão de Imigração. Quadro Geral de Regime de Vistos para a Entrada de Estrangeiros no Brasil. [S.l]b: Ministério das Relações Exteriores, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/portal-consular/vistos/QGRVsimplesport04JUN241.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

CABO VERDE. Lei N. 26/X/2023 de 8 de maio. Assembleia Nacional. 2023.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordos entre CPLP e Organizações Internacionais. 2025a. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3878.aspx>. Acesso em: 21 mar. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordos entre a CPLP e Entidades da Sociedade Civil. 2025b. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-3877.aspx>. Acesso em: 21 mar. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordos Intra CPLP. 2025c. Disponível em: <https://www.cplp.org/Default.aspx?ID=3872>. Acesso em: 20 mar. 2025.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordo sobre estabelecimento de balcões específicos nos postos de entrada e saída para o atendimento de cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília, 30 jul. 2002a.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordo sobre isenção de taxas e emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Brasília, 30 jul

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Acordo sobre supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os Governos dos Países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Maputo, 17 jul. 2000.

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Histórico - Como surgiu? 2025d. Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em: 20 mar. 2025.

CRUZ, Paulo Marcio; PIFFER, Carla. Transnacionalidade, Migrações Transnacionais e os Direitos dos Trabalhadores Migrantes. Santa Cruz do Sul: Revista do Direito, v. 3, n. 53, p. 51-66, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/11371>. Acesso em: 24 mar. 2025.

ECONOMIC COMMUNITY OF WEST AFRICAN STATES. Protocol on Free Movement of Persons, Residence and Establishment. 1979. Disponível em: <https://africanlii.org/akn/aa-ecowas/act/protocol/1979/free-movement-of-persons-residence-and-establishment/eng@1979-06-15>; Acesso em: 22 mar. 2025.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE EM BRASÍLIA. Informações Gerais sobre Vistos de Entrada na República de Moçambique. Brasília, [S.l]. Disponível em: https://mozambique.org.br/wp/?page_id=823. Acesso em: 22 mar. 2025.

GÓIS, Pedro; MARQUES, José Carlos. A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. Revista Internacional em Língua Portuguesa, n. 24, p. 213-231, 2011.

GUEDES, Gilvan Ramalho; MARQUES, Denise Helena Franca. Migração e mercado de trabalho em Portugal: uma análise comparativa entre brasileiros e africanos lusófonos. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: 2008.

KOREMENOS, Barbara; LIPSON, Charles; SNIDAL, Duncan. The Rational Design of International Institutions. *International Organization*, v. 55, n. 4, p. 762, 2001. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3078615>. Acesso em: 22 mar. 2025.

LENZI, Tié; MUSTAFA, Denise; TOSTES, Lívia. CPLP: países integrantes, objetivos e benefícios para os brasileiros. *EuroDicas*: [S.l.], 2024. Disponível em: <https://www.eurodicas.com.br/cplp/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

MERCOSUL. Estatuto da Cidadania do MERCOSUL. Montevideu. 2010. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/cidadania/estatuto-cidadania-mercosul/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

MOÇAMBIQUE. Legislação. Maputo, [S.l.]. Disponível em: <https://www.senami.gov.mz/index.php/legislacao/>. Acesso em: 22 mar. 2025.

MOÇAMBIQUE. SERVIÇO NACIONAL DE MIGRAÇÃO. Tipos, requisitos, condições e taxas para concessão. Maputo, set. 2020. Disponível em: <https://www.senami.gov.mz/wp-content/uploads/2020/09/Dire-Tipos-e-Requisitos-para-Obtenção.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

POLÍCIA DE FRONTEIRAS. Visa. Conacri, [S.l.]. Disponível em: https://www.paf.gov.gn/?page_id=335&lang=en. Acesso em: 21 mar. 2025.

PORTUGAL. Decreto Regulamentar n.º 4/2022 de 30 de setembro. Altera a regulamentação do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional. Lisboa: Diário da República, 2022a. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/09/19000/0002800097.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PORTUGAL. Lei n.º 9/2025, de 13 de fevereiro. Altera a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, procedendo à execução no ordenamento jurídico interno do Regulamento (UE) 2017/2226, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de novembro de 2017, e modificando a validade temporal das autorizações de residência a cidadãos de Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Lisboa: Diário da República, 2025. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2025/02/decreto-portugal-residencia-diario-da-republica.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PORTUGAL. Lei n.º 18/2022 de 25 de agosto. Altera o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Lisboa: Diário da República. 2022b. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/1s/2022/08/16400/0000200137.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2025.

PORTUGAL. Ministério da Justiça.. Como obter nacionalidade portuguesa: Reside legalmente em Portugal há pelo menos 5 anos. Lisboa, [S.l.]. Disponível em: <https://justica.gov.pt/Como-obter-nacionalidade-portuguesa/Reside-legalmente-em-Portugal-ha-pelo-menos-5-anos>. Acesso em: 23 mar. 2025.

PORTUGAL. Portaria n.º 97/2023. Aprova o modelo de título administrativo de residência, no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2023. [S.l.]: Diário da República, 2023. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/97-2023-207925554>. Acesso em: 20 mar. 2025.

RATTNER, Jair. Primeiro-ministro de Portugal quer mais trabalhadores brasileiros no país. *Público*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.publico.pt/2025/02/20/publico-brasil/noticia/primeiroministro-portugal-quer-trabalhadores-brasileiros-pais-2123358>. Acesso em: 28 mar. 2025.

SANTOS, Hugo Miguel Ramos dos. "Ainda somos olhados de lado": Experiências de integração e discriminação de estudantes brasileiros/as em Portugal. Sorocaba: Laplage em Revista, v. 6, n. 1, p. 75-90, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/339436119_Ainda_somos_olhados_de_lado_experiencias_de_integracao_e_discriminacao_de_estudantes_brasileirosas_em_Portugal. Acesso em: 28 mar. 2025.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros em São Tomé e Príncipe. São Tomé: Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, [S.l.]. Disponível em: <http://www.smf.st/resource/upload/fileLegislacao/regimejuridico.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

SEVERO, Cristine G.; LEVISKI, Charlott E. Internacionalização Da Língua Portuguesa: Assimetrias, Heterogeneidade E Poder. Organon, Porto Alegre, v. 34, n. 66, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/90747>. Acesso em: 23 mar. 2025.

SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY. Declaration and Treaty of SADC. Gaborone: SADC, 1992. Disponível em: <https://www.sadc.int/document/declaration-treaty-sadc-1992-0>. Acesso em: 22 mar. 2025.

TIMOR-LESTE. Secretário De Estado Do Conselho De Ministros; Porta-Voz Oficial Do Governo De Timor-Leste. Timor-Leste e Portugal estreitam relações por via de oportunidades de investimento. 2011. Disponível em: <https://timor-lesste.gov.tl/?p=5832>. Acesso em: 27 mar. 2025.

TIMOR-LESTE. Serviço de Migração de Timor-Leste. Visto de Turismo e de Negócios. [S.l.]: Serviço de Migração de Timor-Leste, [S.l.]a. Disponível em: <https://www.migracao.gov.tl/zip/pt/html/sub0301.php>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TIMOR-LESTE. Serviço de Migração de Timor-Leste. Visto para Fixação de Permanência. [S.l.], Serviço de Migração de Timor-Leste, [S.l.]b. Disponível em: <https://www.migracao.gov.tl/zip/pt/html/sub0402.php>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TORRES, Nuno; AFONSO, Óscar. Economia e Empresas: tendência, perspectivas e propostas. Cap. 3. Número 1/2023-24. Faculdade de Economia Universidade do Porto. 2024

WORLD BANK. The African Continental Free Trade Area. Washington, DC: World Bank, [S.l.]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/topic/trade/publication/the-african-continental-free-trade-are>. Acesso em: 22 mar. 2025.



Migrações internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): tendências recentes para o Brasil

Rosana Baeninger*

Natália Demétrio**

Jóice Domeniconi***

Os processos migratórios internacionais passaram a compor as agendas acadêmicas e governamentais nos últimos dez anos, indicando o Brasil no século XXI como espaço migratório global e, especificamente, um importante espaço das migrações Sul-Sul. À exceção de Portugal, os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) fazem parte do Sul Global. Refletir sobre perspectivas teóricas e explicativas a respeito dos movimentos migratórios

* Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.

** Professora Adjunta na Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo e do Observatório da Emigração Brasileira. Coordenadora do Observatório dos Estudos de População em Roraima – Universidade Federal de Roraima. Pesquisadora da Rede Internacional de Migração e Refúgio – UFRJ.

*** Pós-doutoranda no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (DD/IFCH/UNICAMP). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

no seu contexto escalar transnacional se torna elemento teórico central para compreendermos dinâmicas tão diversas como as observadas hoje no país, em especial as migrações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Cortès e Faret (2009) apontam uma “turbulência de paradigmas” a partir da qual a mobilidade se revela cada vez mais entrelaçada às práticas migratórias transnacionais e ao lugar dos países de origem e de destino na geopolítica internacional. A complexidade para o estudo das migrações da CPLP no Brasil se reveste ainda dos desafios correspondentes à presença de raízes históricas para tais fluxos (como Angola, Moçambique, Portugal) e aos processos recentes da inserção do Brasil na rota das migrações internacionais como país-tampão do Norte Global (AGIER, 2006). À luz desse debate, o presente trabalho compreende a CPLP desde a perspectiva teórica dos sistemas migratórios (PEIXOTO, 2004; CORTÈS; FARET, 2009), destacando as hierarquias socioespaciais que estruturam esse fluxo migratório no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa reúne informações advindas de cinco registros administrativos brasileiros: (i) Sistema Nacional de Registro Migratório (SISMIGRA); (ii) Sistema de Tráfego Internacional-Módulos de Alertas e Restrições (STI-MAR); (iii) Comitê Nacional para Refugiados (CONARE); (iv) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); e (vi) Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚnico). Além de ajudar na construção de um panorama mais geral das migrações com origem na CPLP para o Brasil, os indicadores produzidos a partir dessas bases apontam aspectos relevantes sobre as questões jurídicas que perpassam a regulamentação dessas migrações, as contradições relativas à inserção laboral e às políticas sociais.

A CPLP na mundialização das migrações

As transformações em escala global conduzem ao surgimento de novas lógicas migratórias, tensionadas tanto por fatores macroeconômicos e geopolíticos, quanto pelas escolhas feitas a nível do indivíduo (CORTÈS; FARET, 2009). Todos esses aspectos aparecem como resultados de uma ampla gama de elementos, que abrangem as oportunidades e constrangimentos relativos ao mercado de trabalho, ao universo legislativo e político de cada país e às estratégias individuais e coletivas cada vez mais diversificadas de resposta a situações de crise (CORTÈS; FARET, 2009).

Ao mesmo tempo, questões demográficas e econômicas conduzem ao que Cortès e Faret (2009) denominam de um novo contexto de transnacionalização, definido a partir da evolução de dinâmicas regulatórias que escapam – total ou parcialmente – da capacidade de decisão de políticos nacionais, cujos mecanismos de controle, via de regra, consideram apenas as necessidades do mercado de trabalho.

Os autores pontuam ainda a intensificação da circulação migratória e produção de deslocamentos repetidos, revelando espaços de movimento marcados pela troca entre polos. Essa troca não se limita à circulação de pessoas, mas também de bens, capitais, práticas ou ideias que acompanham e ampliam as mobilidades, funcionando como verdadeiros vetores da interação social e econômica entre grupos formados no exterior e suas comunidades de origem (CORTÈS; FARET, 2009).

Assim, uma dupla dinâmica contribui para a turbulência de paradigmas (CORTÈS; FARET, 2009). Em primeiro lugar, as profundas transformações que afetam a lógica da mobilidade e da migração internacional. Essas mudanças dizem respeito à reestruturação econômica e aos novos desenhos da geopolítica internacional, com a emergência de outros atores na arena global, os quais moldam relações cada vez mais diversas e instáveis.

Em segundo lugar, a crise de paradigmas remete à problemática de inserção/integração dos migrantes. A mobilidade induzida em termos de pessoas, bens e capitais, mas também em termos de quadros de referências sociais, modelos e símbolos produzidos na experiência migratória, levaram uma mudança significativa nos modelos explicativos, sobretudo aqueles baseados no projeto de uma única residência. A migração já não é necessariamente percebida como um acontecimento de significado definitivo, implicando uma ruptura com o local de partida e uma 'inserção' em outro local. Essa concepção unívoca tende a distorcer a complexidade das situações migratórias, formas de mobilidade e diversidade de rotas (CORTÈS; FARET, 2009).

Nesse cenário, o conceito de circularidade migratória refere não só à mobilidade de indivíduos, mas também de bens e valores, num espaço previamente estruturado por fluxos migratórios, ou seja, num 'campo migratório' (CORTÈS; FARET, 2009). Ao enfatizar a dimensão repetitiva de mobilidades duradouras, essa abordagem destaca a existência de dinâmicas socioespaciais em rede. Questiona os múltiplos aspectos que diferenciam os movimentos de trânsito, tanto do ponto de vista de suas dimensões espaciais, como das dimensões temporais e das lógicas sociais e econômicas que lhes são subjacentes (CORTÈS; FARET, 2009).

O destaque para as lógicas territoriais presentes nessa circulação de pessoas, bens, capitais e informações aproxima o debate sobre sistemas migratórios, a partir das interrelações entre "estruturas espaciais e relações sociais" (PEIXOTO, 2004, p.25). Para Cortès e Faret (2009), a multiplicação e articulação dos vários níveis de análise possíveis confere protagonismo à perspectiva territorial. A dificuldade reside, assim, na simultaneidade do olhar para a diversidade dos lugares envolvidos, onde os polos de ambos os lados da fronteira não são mais considerados como pontos de partida ou de chegada, mas tornam-se lugares centrais, atravessados por turbulências migratórias que colocam os espaços em contato heterogêneo.

Os dispositivos que essas circulações produzem baseiam-se em redes de diferentes tipos, mais ou menos formais, mais ou menos organizadas, cuja especificidade é articular-se em espaços distantes, num jogo de atores interagindo com múltiplos ambientes. Nesse cenário, os fluxos migratórios dialogam com "contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema" (PEIXOTO, 2004, p.27). Na visão de Quijano (2005), o sentido de sistema não condiz com a produção de formas de interação absolutamente amarradas entre si, que se reproduzem como um conjunto lógico-funcional. "Isso não ocorre senão nas máquinas e nos organismos. Nunca nas relações sociais" (QUIJANO, 2005, p.242). Sistema significa, ao contrário, um padrão de poder, domínio e controle que articula relações sociais dispersas e diversas numa unidade contraditória.

Dentre as fraturas e contradições que dinamizam a CPLP como sistema migratório estão os laços coloniais e as questões raciais deles derivados. No moderno sistema-mundo colonial erguido sob a égide da Europa, “a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”, constituindo o mais eficaz instrumento de dominação do planeta (QUIJANO, 2005, p.229). O princípio da raça como principal elemento de classificação da população mundial cimenta uma hierarquia das nacionalidades (SEYFERTH, 2002) dentro da CPLP, sem a qual não é possível compreender as disputas geopolíticas que influenciam a regularização migratória, a inserção laboral e o acesso a políticas sociais desses migrantes no Brasil.

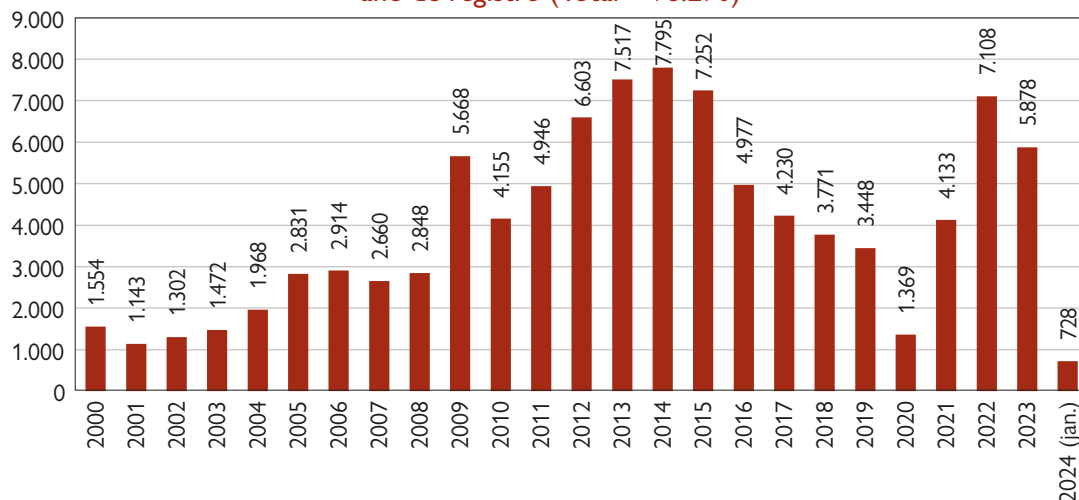
Sem dúvidas, as restrições impostas pelas fontes de informação utilizadas dificultam a compreensão das redes que estruturam a CPLP como sistema migratório. Apesar das limitações intrínsecas à metodologia do trabalho, a construção de um panorama dessas migrações no Brasil ajuda a entender a diversidade dos contextos regionais, bem como outros aspectos da ‘morfologia’ dessas migrações em território brasileiro, de modo a compreendê-las no âmbito mais amplo das relações Sul-Sul, Sul-Norte, das tendências à precarização e à racialização do mercado de trabalho (PHELPS, 2014; CORTÊS; FARET, 2009; QUIJANO, 2005).

A migração com origem na CPLP para o Brasil: aspectos gerais

A evolução da imigração da CPLP para o Brasil, no século XXI, indica um movimento crescente do fluxo em seu conjunto: de 1.554 imigrantes registrados no SISMIGRA, em 2000, chega a totalizar 98.270 quando se somam os registros entre 2000 e janeiro de 2024 (Gráfico 1). Com picos de elevado incremento entre 2009 e 2015 (em torno de 6 mil registros por ano), passa por ligeiro decréscimo entre 2016 e 2019 (com fluxo em torno de 4 mil registros ao ano), chegando no ano de início da pandemia de Covid 19 ainda com cerca de mil registros. A partir de 2021, os volumes retornam a níveis mais elevados, em torno de 6 mil ao ano (Gráfico 1).

Esses movimentos migratórios internacionais se revestem de enorme heterogeneidade, inclusive quanto aos volumes dos fluxos. De um total de quase 100 mil imigrantes da CPLP entre 2000-janeiro de 2024, é de se ressaltar que metade era de portugueses, com 49.920 imigrantes registrados no Brasil nesse período, o que aponta tanto para as especificidades advindas das causas dessa emigração na origem, quanto para as características sociodemográficas desses imigrantes envolvidos no fluxo Portugal-Brasil. Ademais, destacam-se imigrantes da Angola, com 28.781 registros (29,3%); da Guiné Bissau, com 7.270 (7,4%); de Moçambique, com 6.081 (6,2%); de Cabo Verde, com 4.831 (5%); e dos demais países com fluxos menores, os quais respondem por menos de 1% do total dos registros (Guiné Equatorial com 190 registros, São Tomé e Príncipe com 732, e Timor Leste com 465) (Tabela 1).

Gráfico 1. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, segundo ano de registro (Total = 98.270)



Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

Tabela 1. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, segundo ano de registro e país de nascimento

Ano de registro	Angola	Cabo Verde	Guine Equatorial	Guiné Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	Total
2000	561	139	4	34	48	762	6	0	1.554
2001	245	110	1	61	54	671	1	0	1.143
2002	277	116	1	90	85	714	17	2	1.302
2003	259	127	3	95	108	872	8	0	1.472
2004	309	149	1	98	132	1.241	36	2	1.968
2005	392	150	1	164	163	1.876	68	17	2.831
2006	533	248	2	159	128	1.816	21	7	2.914
2007	523	319	2	106	125	1.544	26	15	2.660
2008	596	334	1	211	144	1.531	16	15	2.848
2009	1.412	413	1	566	309	2.896	51	20	5.668
2010	929	242	0	256	256	2.440	22	10	4.155
2011	1.007	173	1	158	294	3.268	31	14	4.946
2012	1.055	241	1	239	322	4.596	36	113	6.603
2013	1.117	289	4	214	385	5.436	19	53	7.517
2014	1.311	352	1	451	552	5.047	65	16	7.795
2015	1.627	320	2	420	388	4.332	59	104	7.252
2016	1.328	222	1	452	295	2.617	34	28	4.977
2017	1.251	188	0	433	333	1.969	36	20	4.230

(continua)

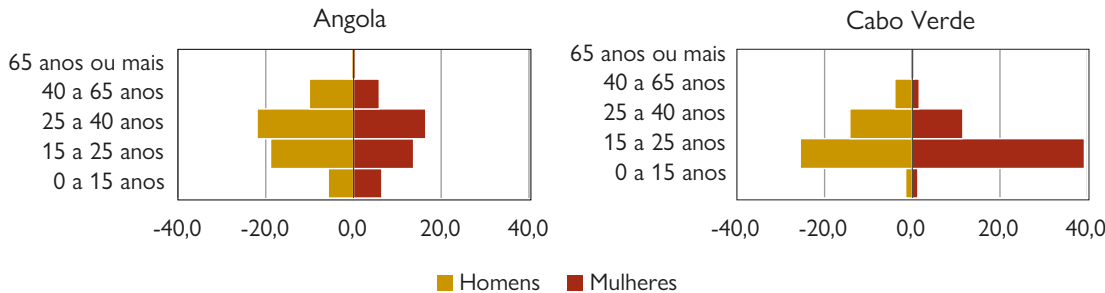
(continuação)

Ano de registro	Angola	Cabo Verde	Guine Equatorial	Guiné Bissau	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	Total
2018	1.122	171	0	706	295	1.428	32	17	3.771
2019	1.202	178	31	455	341	1.194	35	12	3.448
2020	481	68	61	201	122	423	13	0	1.369
2021	2.781	53	12	343	192	735	17	0	4.133
2022	4.708	99	29	621	422	1.182	47	0	7.108
2023	3.285	122	30	637	551	1.222	31	0	5.878
2024 (até jan.)	470	8	0	100	37	108	5	0	728
Total	28.781	4.831	190	7.270	6.081	49.920	732	465	98.270
Participação relativa (%)	29,3	4,9	0,2	7,4	6,2	50,8	0,7	0,5	100,0

Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP

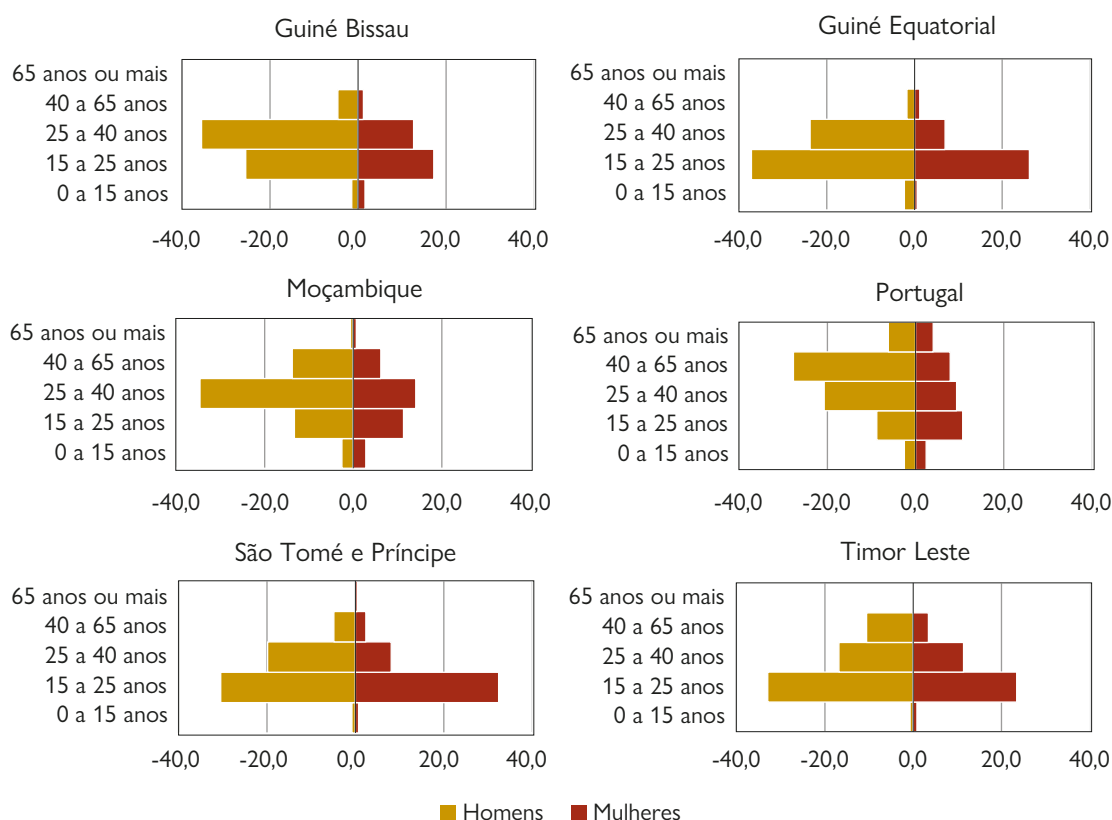
A composição por idade e sexo corrobora a diversidade desses processos migratórios (Figura 1). Angola sobressai como o fluxo mais familiar, com quase 12% dos registros referindo-se a crianças de até 15 anos. A migração com origem em Cabo Verde destaca-se pelo seu caráter eminentemente feminino (54% dos registros são de mulheres), com idade entre os 15 e 25 anos. Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial e Moçambique despontam-se pelos maiores percentuais de homens (entre 65% e 67% dos registros), enquanto Portugal, além de também constituir uma migração formada majoritariamente masculina (66% dos casos de homens), distingue-se pelo seu perfil bastante envelhecido: cerca de 45% dos registros referem-se a pessoas com idade superior a 40 anos. São Tomé e Príncipe tem quase 44% de seus registros compostos por mulheres, a maior parte das quais entre os 15 e 25 anos. Cerca de 55% do fluxo de Timor Leste está nessa faixa etária, dentro da qual se destaca a participação de homens (33%).

Figura 1. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, segundo idade, sexo e país de nascimento



(continua)

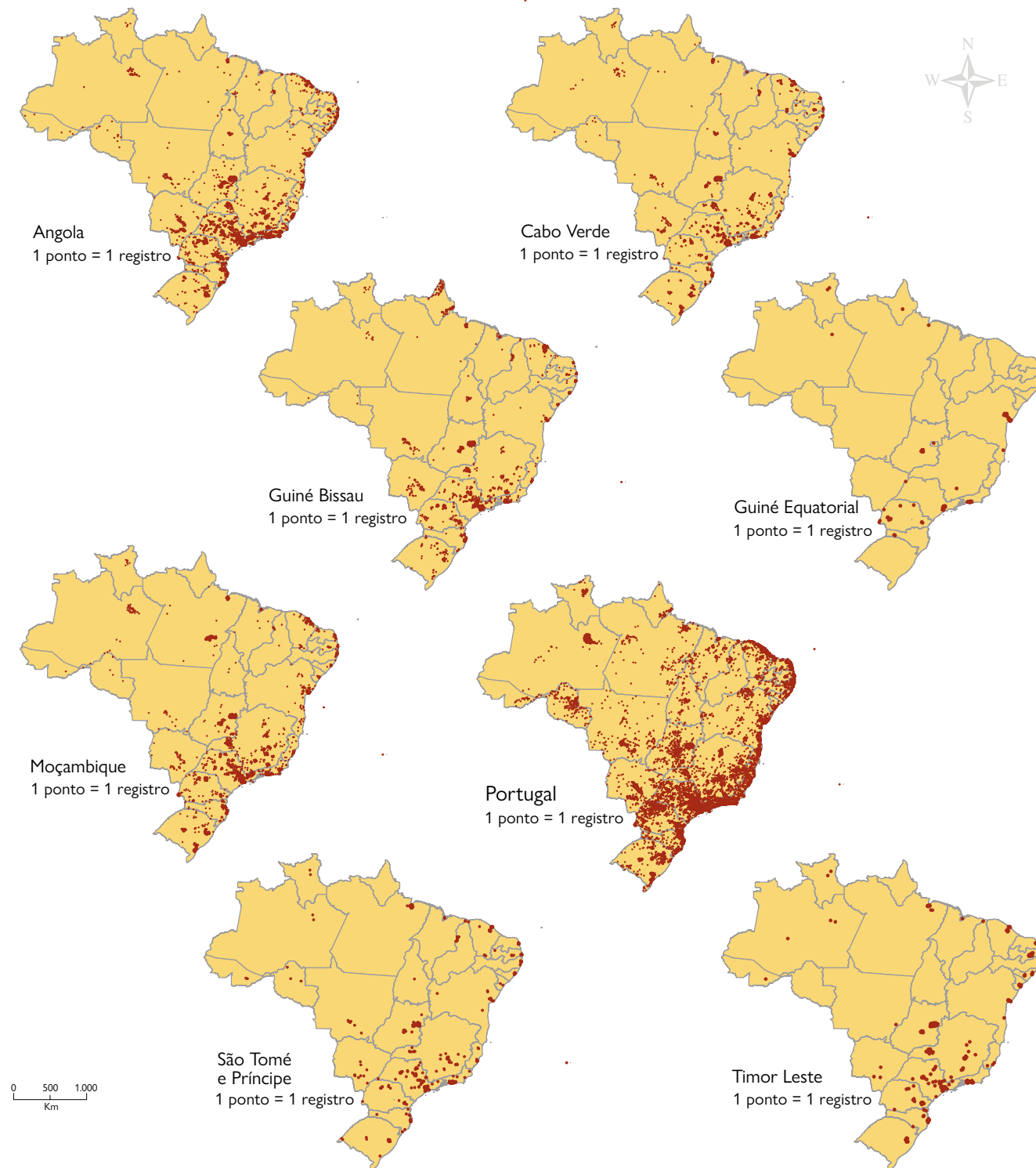
(continuação)



A distribuição espacial da migração da CPLP no Brasil reforça a importância dos antigos espaços da migração no país (BAENINGER, 1999), como o litoral e porção do Centro-Sul, em especial a chamada macrometrópole paulista (BAENINGER, DEMÉTRIO; DOMENICONI, 2020) (Figura 2). No entanto, faz-se necessário abrir o olhar para a conformação de outras espacialidades que, embora não volumosa, denotam hierarquias e escalas de poder que espelham a reconfiguração da dinâmica migratória em nível global (BRANDÃO, 2007; BAENINGER, 2014).

Como exemplo dos novos caminhos da migração internacional em território nacional, é possível citar os portugueses em Rondônia; os cabo-verdianos no Mato Grosso do Sul; angolanos e moçambicanos em Manaus; os migrantes da Guiné Bissau no Amapá; de Timor Leste no Triângulo Mineiro; da Guiné Equatorial no oeste do Paraná; ou de São Tomé e Príncipe em Belém. É nesse sentido que a compreensão da CPLP como espaço migratório reflete geografias particulares, a reestruturação dos lugares perante a mundialização das migrações, polarizações e morfologias espaciais que se diversificam e se complexificam (PEIXOTO, 2004; CORTÈS; FARET, 2009).

Figura 2. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, segundo município de residência



Fonte: Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/Observatório da Dinâmica da População em Roraima- UFRR.

A migração com origem na CPLP para o Brasil: as contradições da regularização migratória

As disputas envolvendo a regularização migratória denotam uma das principais dimensões da crise migratória no destino (BAENINGER, 2016). A análise dos diferentes amparos legais que disciplinam a permanência do não nacional em território brasileiro pode ajudar na identificação de distintas modalidades migratórias (WENDEN, 2001), colaborando na visualização de fluxos que são eminentemente híbridos e heterogêneos.

Dentre os principais dispositivos jurídicos que regulamentam a migração da CPLP para o Brasil destaca-se as normativas com fins de estudo ou específicas a professores, pesquisadores e cientistas (26% dos registros de Angola; mais de 70% dos registros de Cabo Verde; 46% da Guiné Bissau; 68% da Guiné Equatorial; 59% de Moçambique; 25% de Portugal; 65% de São Tomé e Príncipe; e 87% de Timor Leste); voltadas à reunião familiar (25% dos registros de Angola; 12% de Cabo Verde; 19% de Guiné Bissau; 8% de Moçambique; 30% de Portugal; 16% de São Tomé e Príncipe; e 2% de Timor Leste); e as concessões de documentação provisória aos solicitantes de refúgio nascidos em Angola (27,56% dos registros de pessoas com origem nesse país), na Guiné Bissau (6,16%) e na Guiné Equatorial (12,11%) (Quadro 1)

Quadro 1. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, segundo país e nascimento e principais amparos legais

Angola				
Amparo legal	Descrição	Total	%	
Artigo 2. Decreto 9.277/18	Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	7.932	27,56	
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	5.823	20,23	
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	3.240	11,26	
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	2.152	7,48	
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	1.420	4,93	
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - C/JMJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	1.406	4,88	
Outros Amparos legais		6.809	23,66	
Total		28.782	100,00	

Cabo Verde			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	2.792	57,79
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	360	7,45
Resolução Normativa 39/99	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante	254	5,26
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	208	4,31
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	207	4,28
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	198	4,10
Outros Amparos legais		812	16,81
Total		4.831	100,00

Guiné Bissau			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	2.430	33,43
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	977	13,44
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	827	11,38
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	569	7,83
Artigo 2. Decreto 9.277/18	Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	448	6,16
Resolução Normativa 27 de 25/11/98 do CNlg /MTE	Disciplina a avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração.	390	5,36
Outros Amparos legais		1.629	22,41
Total		7.270	100,00

Guiné Equatorial			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	114	60,00
Artigo 2. Decreto 9.277/18	Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	23	12,11
Artigo 30, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de autorização de residência ao imigrante, residente fronteiriço ou visitante que venha ao Brasil com finalidade de estudo	8	4,21
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	7	3,68
Outros Amparos legais		38	20,00
Total		190	100,00

Moçambique			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	1.772	29,14
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	941	15,47
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	515	8,47
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	346	5,69
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	268	4,41
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	227	3,73
Outros Amparos legais		2.012	33,09
Total		6.081	100,00

Portugal			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	7.372	14,77
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	6.325	12,67
Artigo 13 - Item V - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil na condição de cientista, pesquisador, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do governo brasileiro;	5.309	10,64
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	5.282	10,58
Portaria 526/95 do Ministério da Justiça	Institui modelo único de Cédula de Identidade para Estrangeiro, determina o cadastramento dos estrangeiros residentes no País e dá outras providências.	5.121	10,26
Resolução Normativa 36/99 CNI/MTE	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	3.629	7,27
Outros Amparos legais		16.882	33,82
Total		49.920	100,00

São Tomé e Príncipe			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	394	53,83
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	84	11,48
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	60	8,20
Artigo 75, II, Lei 6815/80 (Estatuto do Estrangeiro) e parecer 218/85 - CJ/MJ	Define as condições nas quais o imigrante não pode ser expulso do Brasil (regularização por cônjuge ou filho brasileiro)	43	5,87
Artigo 37, Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto ou autorização de residência para fins de reunião familiar ao imigrante: I) cônjuge ou companheiro, sem discriminação alguma; II) filho de imigrante beneficiário de autorização de residência, ou que tenha filho brasileiro ou imigrante beneficiário de autorização de residência; III) ascendente, descendente até o segundo grau ou irmão de brasileiro ou de imigrante beneficiário de autorização de residência; ou IV) que tenha brasileiro sob sua tutela ou guarda.	18	2,46
Artigo 14, I, letra e, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de trabalho	17	2,32
Outros Amparos legais		116	15,85
Total		732	100,00

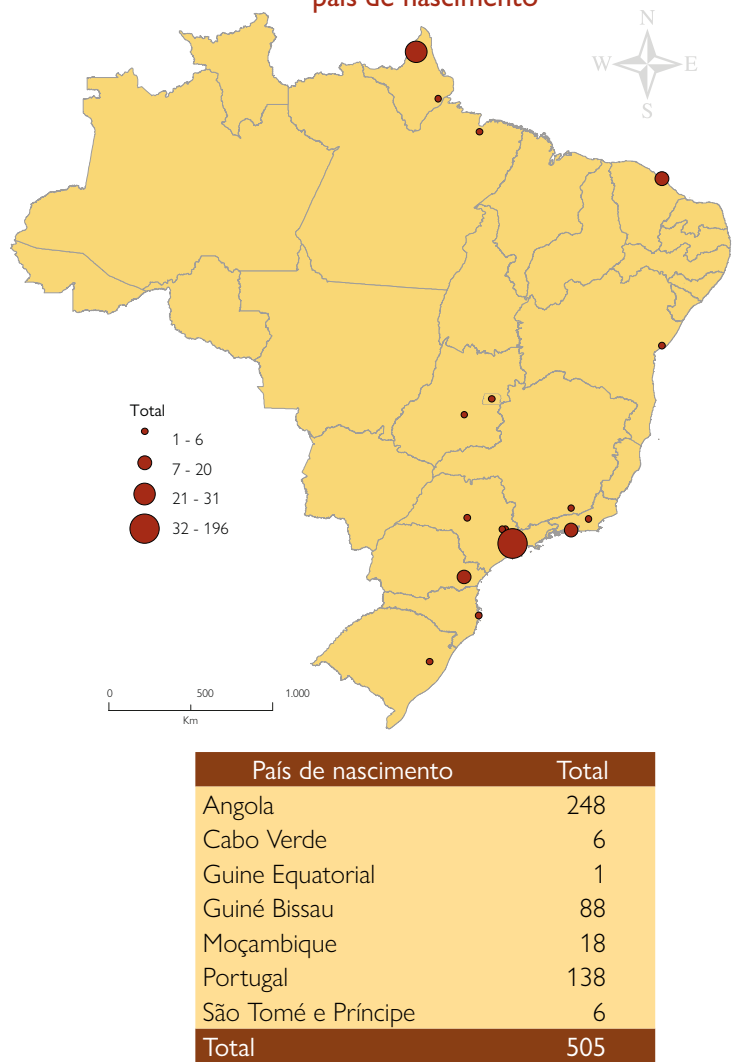
Timor Leste			
Amparo legal	Descrição	Total	%
Artigo 13 IV lei 6815/80 e Resolução Normativa 116/15	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	330	70,97
Resolução Normativa 39/99	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante	43	9,25
Artigo 13 - Item I - Lei 6.815/80	Dispõe sobre o visto temporário a ser concedido ao estrangeiro que pretenda vir ao Brasil em viagem cultural ou em missão de estudos	23	4,95
Artigo 37 - Lei 6.815/80	Dispõe que o titular de visto segundo o artigo 13, incisos V e VII, poderá obter transformação do mesmo para permanente (art. 16).	14	3,01
Artigo 75 II lei 6815/80 e/ou Resolução Normativa 108/14	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar	11	2,37
Artigo 14, I, letra d, da Lei 13.445/17	Disciplina a concessão de visto temporário ao imigrante que venha ao Brasil com o intuito de estabelecer residência por tempo determinado para fins de estudo	10	2,15
Outros Amparos legais		34	7,31
Total		465	100,00

Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/Observatório da Dinâmica da População em Roraima- UFRR.

De fato, como já apontado por Fernandes e Mendes (2023, p.137), o Acordo sobre Mobilidade entre os Estados membros da CPLP de 2023 “não gerou o aumento da concessão de documentos” no Brasil. Como apontado na Figura 3, apenas 505 registros do Sismigra amparam-se nessa regulamentação, a maior parte dos quais de pessoas nascidas em Angola, Portugal e Guiné Bissau, com residência em São Paulo ou no Amapá.

Situação completamente diferente é descrita pelos autores em Portugal, onde o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras desse país recebeu mais de 85 mil solicitações para regularização via esse Acordo, 90% das quais de brasileiros (FERNANDES; MENDES, 2023). Ao fortalecer as trocas de população dentro do bloco, a autorização de residência CPLP na Europa criou um fato ambíguo: restringe-se ao território português, mas não permite o deslocamento pela Europa (FERNANDES; MENDES, 2023).

Figura 3. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados (Registro Nacional Migratório – RNM) no Brasil, entre 2000 e janeiro de 2024, com amparo legal na Portaria interministerial MJSP/MRE n. 40, de 2023, segundo município de residência e país de nascimento

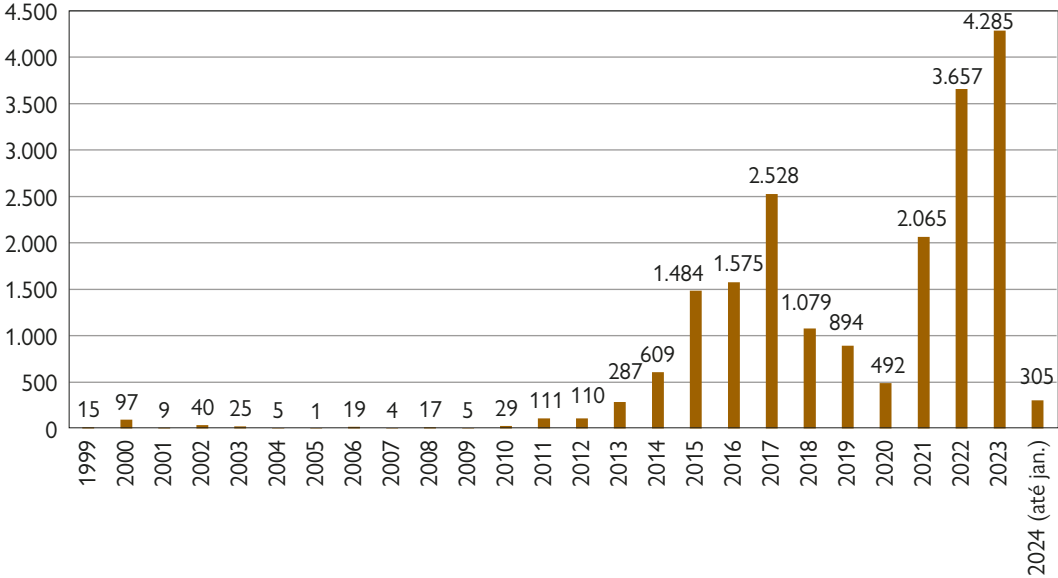


Nota: A Portaria interministerial MJSP/MRE n. 40, de 2023 dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência a nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa firmado em Luanda, em 17 de julho de 2021, e promulgado pelo Decreto nº 11.156, de 29 de julho de 2022.

Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/Observatório da Dinâmizada População em Roraima- UFRR.

Assim, o entendimento da CPLP como sistema migratório contempla as hierarquias das migrações Sul-Norte e Sul-Sul. No Brasil, essa dimensão evidencia-se a partir das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado, que somam quase 20 mil pedidos (Gráfico 2). Somente no ano de 2023 foram protocoladas 4,2 mil solicitações (21% do total): o maior volume de toda a série histórica (Gráfico 2).

Gráfico 2. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado por ano. Brasil, 1999 a janeiro de 2024 (total=19.747)



Fonte: Sistema de Tráfego Internacional – Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR). Departamento da Polícia Federal – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Desses quase 20 mil pedidos, apenas 8.572 chegaram a ser analisadas pelo CONARE até janeiro de 2024 (Tabela 2). A maior parte dos processos foram extintos (6.034), indeferidos (1.550) ou arquivados (728) (Tabela 2). Das 235 de solicitações de refúgio deferidas, 141 são de Angola; 88 da Guiné Bissau; 4 de Moçambique; 1 de Cabo Verde, e 1 da Guiné Equatorial.

Tabela 2. Processos de reconhecimento da condição de refugiado de imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) examinados pelo ACNUR (1993 a 1997) CONARE (1997 a janeiro de 2024), segundo tipo de decisão

País de nacionalidade ou de residência habitual do solicitante	Decisão tomada sobre o processo em questão								Total de processos analisados até jan.2024
	Arquivado	Cessação	Deferido	Extensão deferida	Extensão indeferida	Extinção	Indeferido	Perda da condição de refugiado	
Angola	495	7	116	25	15	4.844	795	2	6.299
Cabo Verde	20	0	1	0	0	124	34	0	179
Guiné Bissau	157	0	87	1	0	901	663	0	1.809
Guiné Equatorial	0	0	1	0	0	5	0	0	6
Moçambique	20	1	4	0	0	57	30	0	112
Portugal	34	0	0	0	0	73	18	0	125
São Tomé e Príncipe	2	0	0	0	0	30	10	0	42
Timor Leste	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	728	8	209	26	15	6.034	1.550	2	8.572

Fonte: Comitê Nacional para Refugiados (CONARE) – Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP.

Sem dúvidas, o recurso à solicitação de refúgio constitui uma válvula de escape para os conflitos envolvendo a regularização migratória no Brasil, firmando-se como uma estratégia de permanência documentada àqueles que usam o Brasil em seu trânsito para o Norte (PATARRA, 2012). Essa conjuntura tensiona as articulações socioespaciais da CPLP, fortalece o Brasil como país-tampão do Norte Global (AGIER, 2006), ao mesmo tempo em que redefine suas migrações fronteiriças, sendo o aparecimento das solicitações de refúgio o principal sintoma dessa transformação (BAENINGER, 2018).

A migração com origem na CPLP para o Brasil: as contradições da inserção laboral

A análise dos imigrantes da CPLP no mercado de trabalho formal brasileiro também evidencia a enorme heterogeneidade nos nichos de emprego que moldam a inserção laboral dessa população no Brasil. Em termos de volume, verifica-se tendência de aumento do emprego com carteira assinada, que passou de 8.347 em 2010 para 10.045 em 2022 (Tabela 3). Esse desempenho deveu-se principalmente aos imigrantes de Angola (de 82 para 3.084) e de Guiné Bissau (de 33 para 897), embora todos os demais países do bloco – a exceção de Portugal – tenham expandido sua participação no mercado de trabalho formal do Brasil: Cabo Verde, de 12 imigrantes para 204; Guiné Equatorial de 1 para 8; Moçambique de 8 para 174; São Tomé e Príncipe de 1 para 51; e Timor Leste de 1 para 6 (Tabela. 3).

Portugal não apenas encolheu sua presença nesse universo (de 8.209 para 5.621 imigrantes), como também apresentou algumas alterações que, apesar de pequenas em termos quantitativos, podem indicar mudanças sociais expressivas. Por um lado, observou-se uma leve diminuição dos técnicos de nível médio (de 13% para 11%) e dos trabalhadores de nível administrativo (de 19% para 18%). Por outro lado, trabalhadores dos serviços gerais e do setor agropecuário tiveram um discreto aumento (de 15% para 16% e de 0,3% para 0,6%).

Grosso modo, Angola aumentou significativamente a participação de seus nacionais nos serviços, como vendedores de comércio em lojas e mercados (de 19 registros ou 23% em 2010, para 1.050 ou 34% em 2012), grupo ocupacional que, para esse último ano, também emprega a maioria os imigrantes de Moçambique (41 ou 23,6%), do Timor Leste (4 67%), da Guiné Bissau (274 ou 30%) e da Guiné Equatorial (6 ou 75%). Vale ressaltar a maior presença dos imigrantes da CPLP – exceto Portugal Timor Leste – na produção de bens industriais (com destaque aos frigoríficos, principal nicho de trabalho imigrante no país) e nas ocupações de manutenção e reparação (Tabela 3).

Não obstante o crescimento do emprego formal na base da hierarquia ocupacional (trabalhadores agropecuários, da produção industrial e de manutenção e reparação), que passou 14% em 2010, para 20% em 2022, as ocupações no topo do mercado de trabalho e, principalmente, nos estratos intermediários, revelam inserções laborais múltiplas e segmentadas. Profissionais das ciências e das artes, por exemplo, representam a maioria dos imigrantes de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, corroborando as interrelações entre os programas de cooperação acadêmica e a inserção laboral desses imigrantes no Brasil

Tabela 3. Imigrantes internacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no mercado de trabalho formal do Brasil, segundo país de nacionalidade, 2010 e 2022

Grandes Grupos Ocupacionais CBO	Países membros da CPLP								Total
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	
	2010								
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	2	1	1	-	1	1.559	-	-	1.564
Profissionais das ciências e das artes	7	3	6	-	1	1.642	1	-	1.660
Técnicos de nível médio	4	-	1	-	1	1.028	-	-	1.034
Trabalhadores de serviços administrativos	9	5	12	-	4	1.577	-	-	1.607
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	19	3	11	-	1	1.265	-	-	1.299
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	2	-	-	-	-	25	-	-	27
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	35	-	2	1	-	825	-	1	864
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	1	-	-	-	-	142	-	-	143
Trabalhadores de manutenção e reparação	3	-	-	-	-	146	-	-	149
Total	82	12	33	1	8	8.209	1	1	8.347
2022									
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes	101	9	17	-	10	1.061	2	-	1.200
Profissionais das ciências e das artes	332	69	82	-	32	1.163	14	1	1.693

(continua)

(continuação)

Grandes Grupos Ocupacionais CBO	Países membros da CPLP								Total
	Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	
	2022								
Técnicos de nível médio	254	25	89	-	18	641	8	-	1.035
Trabalhadores de serviços administrativos	578	31	101	2	38	1.027	9	1	1.787
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	1.050	34	274	6	41	923	7	4	2.339
Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	8	-	6	-	3	31	1	-	49
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	403	20	249	-	22	543	8	-	1.245
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	284	13	60	-	7	125	1	-	490
Trabalhadores de manutenção e reparação	74	3	19	-	3	107	1	-	207
Total	3.084	204	897	8	174	5.621	51	6	10.045

Fonte: Base harmonizada Estoque – Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)/Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), 2010-2020. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/Observatório da Dinâmica da População em Roraima- UFRR.

Angola aumentou significativamente a participação de seus nacionais nos serviços, como vendedores de comércio em lojas e mercados (de 19 registros ou 23% em 2010, para 1.050 ou 34% em 2012), grupo ocupacional que, para esse último ano, também emprega a maioria os imigrantes de Moçambique (41 ou 23,6%), do Timor Leste (4 67%), da Guiné Bissau (274 ou 30%) e da Guiné Equatorial (6 ou 75%). Vale ressaltar a maior presença dos imigrantes da CPLP – exceto Portugal Timor Leste – na produção de bens industriais (com destaque aos frigoríficos, principal nicho de trabalho imigrante no país) e nas ocupações de manutenção e reparação (Tabela 3).

Não obstante o crescimento do emprego formal na base da hierarquia ocupacional (trabalhadores agropecuários, da produção industrial e de manutenção e reparação), que passou 14% em 2010, para 20% em 2022, as ocupações no topo do mercado de trabalho e, principalmente, nos estratos intermediários, revelam inserções laborais múltiplas e segmentadas. Profissionais das ciências e das artes, por exemplo, representam a maioria dos imigrantes de Cabo Verde

e de São Tomé e Príncipe, corroborando as interrelações entre os programas de cooperação acadêmica e a inserção laboral desses imigrantes no Brasil.

A migração com origem na CPLP para o Brasil: o acesso às políticas sociais

A consolidação do Brasil na rota das migrações transnacionais, sobretudo no âmbito dos fluxos Sul-Sul, impõe a necessária distinção entre a política migratória – conjunto de regras definidas com o objetivo de afetar o volume e a composição da migração (CZAICA; DE HASS, 2013) – e a política para migrantes: formas de intervenção estatal preocupadas com a garantia de direitos, o acesso a serviços e a participação com equidade (BAENINGER, 2015). É nesse sentido que o estudo dos registros de imigrantes no CadÚnico se revela fundamental, na medida em que pode indicar os grupos mais vulneráveis, bem como suas características em termos de arranjos familiares e distribuição espacial.

A despeito da pequena participação relativa da migração com origem na CPLP nesses registros (cerca de 6%), essa fonte de informação revela o peso dos imigrantes nascidos em Portugal (13.344), de Angola (9.126) e da Guiné Bissau (1.565). Quanto à estrutura etária dessa população, chama atenção a importância do grupo idoso (quase 30%) e de crianças entre 10 e 14 anos (14%)

Tabela 4. Países de nascimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) registrados no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) no Brasil, ano de referência da base 2022, segundo países de nascimento, idade e sexo

País de nascimento	Total	%
Portugal	13.344	53,79
Angola	9.126	36,79
Guine Bissau	1.565	6,31
Cabo Verde	324	1,31
Moçambique	306	1,23
São Tomé e Príncipe	76	0,31
Guine Equatorial	57	0,23
Timor Leste	9	0,04
Total CPLP	24.807	100,00
Total de Imigrantes internacionais no CadÚnico	415.798	

Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO/UNICAMP/Observatório da Dinâmica da População em Roraima- UFRR.

A presença majoritária de portugueses no CadÚnico pontua a necessidade de compreender a emigração e a imigração como fenômenos que se retroalimentam, com a discussão sobre a inserção laboral dos imigrantes brasileiros retornados de Portugal compondo uma face importante dessa circularidade migratória (CORTÈS; FARET, 2009). Filhos de brasileiros nascidos em Portugal estão presentes no CadÚnico, indicando as difíceis condições sociais do retorno migratório.

Considerações Finais

A construção de um panorama geral das migrações com origem na CPLP dá visibilidade às múltiplas modalidades que perpassam a constituição desse sistema migratório (PEIXOTO, 2004; CORTÈS; FARET, 2009). Sob o denominador comum da colonização portuguesa, as dinâmicas que vinculam a população dos países desse bloco no Brasil expressam a hierarquia das nacionalidades (SEYFERTH, 1996) construída pelo poder imperial de Portugal.

As raízes históricas criadas há 500 anos são, no entanto, redesenhadas pelas transformações da geopolítica global nesse século XXI, ainda que permaneçam visíveis pelos fluxos mais intensos com a antiga metrópole e com os países da África Atlântica (sobretudo Angola e Guiné Bissau). Essas desigualdades socioespaciais constituem o pano de fundo para o entendimento das disputas e contradições envolvendo a regularização migratória, a inserção laboral e o acesso às políticas sociais.

Do ponto de vista da regularização migratória, as dificuldades de concretização do Acordo sobre mobilidade da CPLP em Portugal expressam a posição do Norte Global e o caráter de suas fronteiras (FERNANDES; MENDES, 2023). Ao mesmo tempo, as solicitações de refúgio no Brasil constituem uma das principais características da crise migratória no trânsito de parte dessas migrações pelo país (BAENINGER, 2016), concedendo uma outra dimensão às fronteiras do Sul Global.

Em se tratando da inserção laboral, as dinâmicas específicas das migrações Sul-Sul marcam a composição de uma estrutura ocupacional híbrida e segmentada, dentro da qual a participação importante da migração qualificada – sobretudo de portugueses, mas não somente – combina-se a expansão das ocupações na base da hierarquia do emprego (SASSEN, 1998). Finalmente, a discussão sobre políticas sociais escancara a questão da (re)migração e de sua (re)inserção.

O conjunto desses processos amplia o olhar para os acordos na área da cooperação acadêmica; para a questão do refúgio e do Brasil como país possível (BAENINGER, 2016); para a emigração brasileira e para o retorno, dentre outros deslocamentos não presentes nas noções clássicas de integração e ordem correspondentes ao Estado-Nação (GLICK-SCHILLER, 2007)

Referências

- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, 197-215, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- BAENINGER, R. Migrações Internacionais no século 21: desafios para uma agenda de pesquisa. Trabalho apresentado em el VI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado em Lima- Perú, del 12 al 15 de agosto de 2014.
- BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: E. J. P. Prado & R. Coelho, *Migrações e Trabalho*. Ministério Público do Trabalho, 2015, p.79-86.
- BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: Rosana Baeninger, et al (Orgs.). *Imigração Haitiana no Brasil*. 1ed. Jundiaí-SP: Paco editorial, v. 1, p. 13-44, 2016.

BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. *Migrações Venezuelanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.

BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N.; DOMENICONI, J. Imigração internacional na Macrometrópole Paulista: novas e velhas questões. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 17-40, jan/abr 2020

BRANDÃO, C. A. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.

CORTES, Geneviève; FARET, Laurent. La circulation migratoire dans l'ordre des mobilités. In: CORTÈS, Geneviève; FARET, Laurent (Orgs.). *Les circulations transnationales: lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, p. 7-19, 2009.

CZAIKA, M.; DE HASS, H. On the Effectiveness of Immigration Policies. International Migration Institute, University of Oxford, 2013

FERNANDES, D.; MENDES, D. F. O acordo de mobilidade da CPLP: fluxos migratórios e legislação – notas preliminares. *Anais do Encontro Nacional Migrações, Ambiente e Trabalho da Associação Brasileira de Estudos de População (ABEP)*. Campinas, 22 a 24 de novembro de 2023.

GLICK-SCHILLER, Nina. Beyond the Nation-State and Its Units of Analysis: Towards a New Research Agenda for Migration Studies - Essentials of Migration Theory. Center on Migration, Citizenship and Development, *Arbeitspapiere - Working Papers*, n. 33, 2007.

PATARRA, N. Brasil: país de imigração? *Revista E-Metropolis*, nº 9, ano 3, junho de 2012. P. 1-18.

PEIXOTO, J. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas. *SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão*. Universidade Técnica de Lisboa, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER; Edgard. (ORG.). *A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Buenos Aires, Clacso, p.227-278, 2005.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. *Raça, ciência e sociedade* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996, pp. 41-58. ISBN: 978-85-7541-517-7. Available from: doi: 10.7476/9788575415177. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/djnty/epub/maio-9788575415177.epub>.

WENDEN, Catherine. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. *Hommes & Migration*, n. 1233, p. 5-12, 2001.



Imigrantes dos países de língua portuguesa residentes no Ceará: uma análise recente (2010 a agosto de 2024)

Silvana Nunes de Queiroz*

Ricardo Monteiro de Carvalho**

A imigração dos países de língua portuguesa para os estados do Nordeste remonta o início da sua colonização no Brasil a partir de 1500, que traz consigo o tráfico negreiro. A chegada de imigrantes dos países lusófonos foi marcada por acontecimentos importantes que moldaram a história e a sociedade nordestina, ao contribuir para a diversidade étnica e cultural da região (Moya, 2018).

Esse fluxo migratório foi importante para o povoamento do Brasil e, principalmente, do Nordeste, notadamente durante o período do ciclo da cana-de-açúcar, entre os séculos XVI e

* Professora Adjunta do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Urbana da Universidade Regional do Cariri (PPGERU/URCA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). E-mail: silvana.queiroz@urca.br.

** Mestrando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGDEM/UFRN). É bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ricardo.monteiro.011@ufrn.edu.br.

meados do século XVIII, diretamente ligada ao processo de colonização e exploração econômica da região (Pompeu Sobrinho, 1937). Mas com o declínio do ciclo da cana de açúcar e o deslocamento do eixo econômico do Brasil para o Sudeste, com a mineração e depois o café, o fluxo migratório de escravizados diminuiu e o foco mudou para outras atividades econômicas.

No caso do Ceará, estado objeto de análise deste trabalho, a exploração pelos portugueses não teve tanto êxito quando comparado a outros estados do Nordeste, devido a resistência dos indígenas e as dificuldades climáticas para a plantação da cana de açúcar. A alternativa foi a introdução da pecuária no interior cearense para abastecer os engenhos de açúcar no litoral nordestino, entre os séculos XVII e meados do século XVIII. Como resultado, a criação de gado tornou-se predominante, e com ela, o comércio de couro se desenvolveu (Romcy, 2019). Mesmo assim, o impacto demográfico e cultural do ciclo da cana de açúcar, através da atividade pecuária, encontrou espaço no Ceará, deixando legado nos costumes, culinária, tradições religiosas e festas juninas.

No tocante a imigração dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para o Ceará, essa relação é facilitada pelo idioma e, em anos recentes, pelos acordos de cooperação entre o Brasil, o governo do estado do Ceará e os países lusófonos. Ademais, em 2010, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sediada em Redenção, no Ceará, primeiro município brasileiro a abolir a escravidão em 1884 (Queiroz, Baeninger e Carvalho, 2024), o que simboliza o espírito de integração e solidariedade com os povos afrodescendentes. Com isso, em anos recentes, tem-se aumentado a imigração desses países para o Nordeste, por motivos diversos (acadêmicos, investimentos, intercâmbios culturais, moradia, entre outros), sendo o Ceará o principal estado receptor da região.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo principal analisar a imigração internacional dos países de língua portuguesa, com registro e residentes no Ceará, no período de 2010 até agosto de 2024. Para alcançar tal objetivo, a principal fonte de dados é o Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), do Departamento da Polícia Federal.

O estudo conta com esta introdução e mais quatro seções. A segunda descreve, brevemente, estudos sobre migrações internacionais para o Ceará. A terceira destaca os métodos para alcançar os objetivos propostos. A quarta analisa os resultados e discussão. E a quinta, apresenta as conclusões do trabalho.

Migração internacional para o Ceará: uma breve revisão

A imigração internacional para o Ceará, um estado localizado na região Nordeste do Brasil, tem sido tema de crescente interesse na literatura acadêmica, principalmente nas primeiras décadas do século XXI, dado que historicamente o estado é caracterizado por elevada perda populacional para outras regiões do país, principalmente o Sudeste (Queiroz, 2013), mas em anos recentes, vem chamando atenção ao se tornar rota da migração internacional.

O fluxo migratório internacional para o Ceará é uma manifestação que reflete as dinâmicas socioespaciais e econômicas em um contexto de globalização (Bomtempo e Barbosa, 2019),

o estado, com o seu potencial turístico, clima quente e proximidade geográfica com países da Europa, Ásia, África e América Latina, atrai imigrantes em busca de melhores condições de vida, oportunidades de trabalho, investimentos e de estudo.

As ondas migratórias mais recentes, têm sido diversificadas, incluindo imigrantes de diferentes origens e com distintos objetivos, como europeus (portugueses e italianos), asiáticos (sul-coreanos, chineses e japoneses), africanos, entre outros. O Ceará tornou-se, portanto, um ponto de destino de migrantes de diversas partes do mundo, especialmente a partir do século XXI.

No estudo de Queiroz *et al.*, (2012), os autores já apontam para o destaque do Ceará entre os estados do Brasil, ao tipificar em terceira posição no fluxo de imigrantes notadamente da Europa (Portugal e Itália), que buscam o território cearense para investir como pessoa física, especialmente em projetos ligados ao turismo (hotéis, pousadas, restaurantes, spas, ecoturismo etc.). A chegada de investidores e profissionais estrangeiros contribuiu para o desenvolvimento de polos econômicos e a diversificação das atividades produtivas locais. No entanto, o estudo destaca desafios relacionados à integração desses estrangeiros no contexto social e cultural local, assim como a necessidade de políticas públicas que articulam os benefícios econômicos do investimento externo com a inclusão e valorização desses imigrantes.

Fusco, Queiroz e Baeninger (2018), tem como objetivo estudar os asiáticos (Coreia do Sul, Japão e China) nos estados da região Nordeste do Brasil. Com relação ao Ceará, os achados apontam que a maioria, entre 2000 e 2015, entram no Ceará com visto temporário, e o estado é o principal polo de atração nordestino, com destaque para o fluxo de coreanos, com a maioria residindo em Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. A concentração de coreanos no Ceará além de estar relacionado àqueles que investem em lojas comerciais no centro de Fortaleza, outros ingressam em busca de trabalho, e está associado a grandes investimentos no setor privado (mercado de aço), no Porto do Pecém.

Com relação aos imigrantes africanos no Ceará, através de uma pesquisa de campo, o estudo de Bomtempo e Sena (2018) explora os desafios enfrentados pelos estudantes (Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, entre outros), investidores (Cabo-Verde, África do Sul e Angola) e trabalhadores (Bengales, Sul-Africano e Angolano), como a xenofobia, a instabilidade econômica e as barreiras no acesso aos direitos básicos, além de sua contribuição para a diversidade cultural e social cearense. A presença africana reconfigura as territorialidades urbanas, com a criação de espaços de convivência e práticas culturais que misturam elementos africanos e locais. Assim, a pesquisa destaca a migração africana como um interesse relevante para compreender as transformações territoriais, culturais e econômicas no Ceará no contexto da globalização e da mobilidade internacional contemporânea

A migração sul-coreana para o Ceará é um exemplo significativo de como os investimentos internacionais podem influenciar os fluxos migratórios. A presença de migrantes coreanos no estado foi impulsionada principalmente pela instalação de grandes investimentos de capital deste país, que mobilizaram um contingente de mão-de-obra originária da Coreia do Sul. Esses migrantes se estabeleceram na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), notadamente

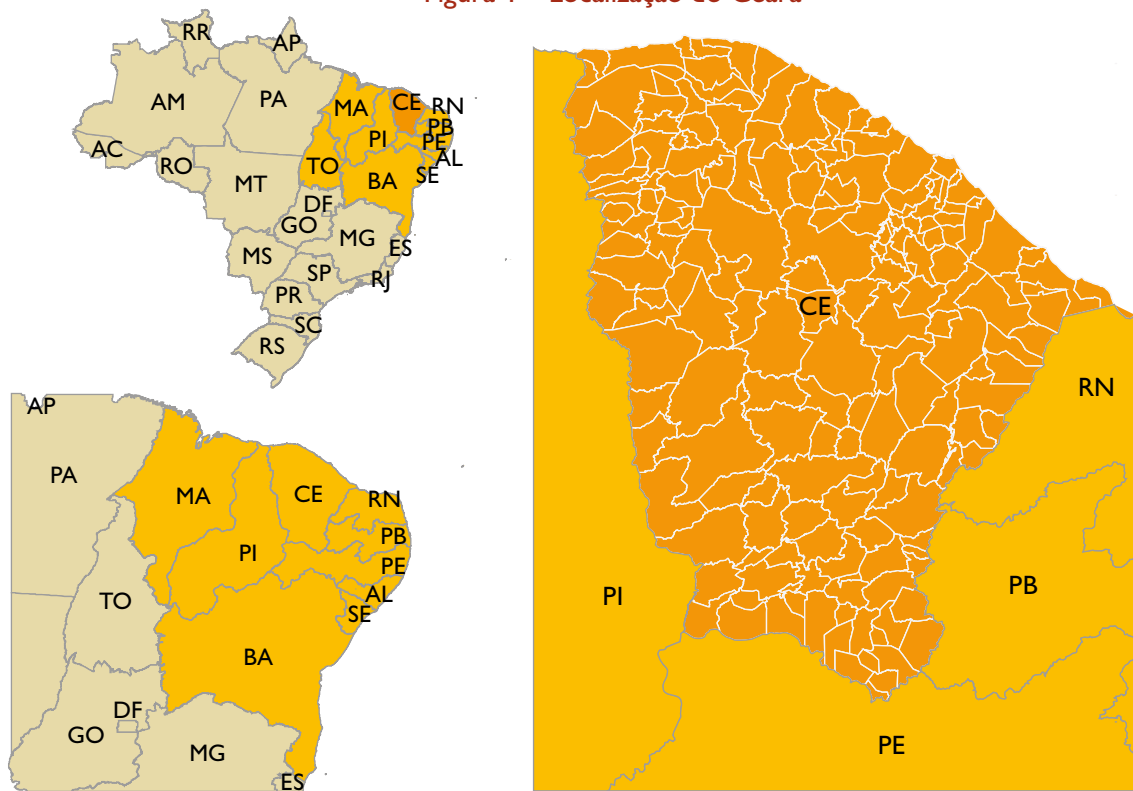
a partir da segunda década do século XXI, um período marcado por um aumento no volume de migrantes em áreas não tradicionais de atração de migrantes internacionais (Bomtempo e Barbosa, 2019).

O estudo sobre a migração chinesa em Fortaleza, explora os impactos da migração na economia local e nas interações culturais. Os chineses introduzem práticas comerciais específicas, que dinamizam o mercado, mas também enfrentam desafios como a barreira linguística, o preconceito e a dificuldade de acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Apesar disso, sua presença contribui para o fortalecimento dos laços transnacionais e para a diversificação cultural e econômica de Fortaleza, fortalecendo a cidade como um ponto de convergência no contexto da globalização. O estudo enfatiza, assim, a relevância dessa migração na reconfiguração das territorialidades urbanas e das relações interculturais na região (Bomtempo e Ferreira, 2022).

Procedimentos metodológicos

O Ceará é o recorte geográfico deste estudo, e tem como foco a análise do fluxo de imigrantes procedentes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), para o referido estado, entre o ano de 2010 até agosto de 2024.

Figura 1 – Localização do Ceará



Fonte: Malhas territoriais (IBGE, 2021).

O Sistema de Registro Nacional Migratório (SisMigra), é um registro administrativo sob a coordenação da Polícia Federal, que informa sobre os registros de residência temporária e permanente concedidos aos imigrantes internacionais, que entraram com pedido de cadastro para a emissão do Registro Nacional Migratório.

O imigrante com visto temporário que tenha ingressado no Brasil/Ceará deverá proceder à solicitação do registro no prazo de 90 dias, contado da data de ingresso em território nacional, sob pena de aplicação da sanção prevista no inciso III do caput do art. 307 do Decreto 9.199/2017 (Governo Federal – Justiça e Segurança, 2024).

A autorização de residência é concedida ao imigrante que deseja trabalhar, estudar ou viver no Brasil/Ceará, seja temporariamente ou de forma permanente, desde que atenda às exigências especiais da Lei de Migração e o seu regulamento (Governo Federal – Justiça e Segurança, 2024).

Após obter a autorização de residência, o imigrante será registrado, o que consiste na identificação civil e inclui a coleta de dados pessoais e biométricos. Com isso, ele receberá um número de Registro Nacional Migratório (RNM) e a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM). (Governo Federal – Justiça e Segurança, 2024).

Para tanto, o imigrante deve se registrar informando na Polícia Federal a cidade em que reside para obter o CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório), que é um cartão de identidade obrigatório para estrangeiros. Mas nos primeiros meses, até o CRNM ser expedido, com o protocolo é possível obter um número de CPF, abrir uma conta no banco, obter o passe escolar “Bilhete Único” (usado no transporte público), entre outros documentos e direitos. (Guia do CRNM, 2024).

É importante frisar que o pedido pode ser feito antes da vinda ao Brasil, de maneira online, através do site da Polícia Federal (www.dpf.gov.br). Na coluna da esquerda você encontrará o tópico “Serviços”, mais embaixo você deve selecionar a opção “migração”. No menu você deve clicar no item “Registro de Visto Consular” (Guia do CRNM, 2024).

Nesse sentido, os dados sobre autorizações de residência podem ser consultados no Sistema Nacional de Registro Migratório (SisMigra). Nessa base têm informações sobre sexo, faixa etária, estado civil, profissão, data e local de entrada, país de nascimento, Unidade da Federação de residência, tipo de amparo legal, entre outras variáveis (Tonhati e Macedo, 2020).

A vantagem dessa base de dados é que ela contabiliza os imigrantes que residem legalmente no Ceará, contudo, aqueles que não fizeram a solicitação na Polícia Federal da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM), não estão nos dados informados neste estudo.

O Observatório das Migrações em São Paulo do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (NEPO/UNICAMP), em parceria com o Observatório das Migrações no Estado do Ceará da Universidade Regional do Cariri (OMEC/URCA), realizaram a tabulação dos dados das seguintes variáveis: local de nascimento dos imigrantes dos países de língua portuguesa com registo e residentes no Ceará, ano de chegada no Ceará (entre 2010 e agosto 2024), sexo, faixa etária, estado civil, além do estoque acumulado das 10 maiores ocupações no período de 2010 a agosto de 2024.

Resultados e discussão

De acordo os dados do SisMigra, entre 2010 até agosto de 2024, o Nordeste brasileiro conta 14.682 imigrantes nascidos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), sendo o destaque o Ceará, que sozinho atraiu 6.110 imigrantes ou 41,62% do total deste fluxo com registro, seguido pela Bahia (20,09%) e Pernambuco (13,10%), apontando para as disparidades na atratividade regional no Nordeste, bem como justifica o recorte geográfico desse estudo.

Assim, os fluxos migratórios especificamente para o Ceará, área de estudo desse trabalho, estão fortemente correlacionados à existência de redes comunitárias e de trabalho, políticas públicas estadual, e o papel da pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza e das Universidades Públicas estaduais (URCA e UECE), através dos seus projetos de extensão, que tem procurado acolher, proteger e integrar o migrante que busca o Ceará (Queiroz, Baeninger e Carvalho, 2024). Ademais, tal atratividade possui aspectos históricos, culturais e econômicos distintos, variando conforme o país de origem e o contexto temporal. Dos 6.110 imigrantes da CPLP com registro e residentes no estado, a maioria nasceu em Guiné Bissau (2.270), seguido de Portugal (1.795) e Angola (923).

Tabela 1 – Número de imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa com registros, por ano de chegada, no Ceará, entre 2010 e agosto 2024

Ano	Angola	Cabo Verde	Guine Bissau	Guiné Equatorial	Moçambique	Portugal	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	Total	%
2010	20	63	98	0	2	95	10	0	288	4,71
2011	27	32	53	0	8	144	7	3	274	4,48
2012	24	51	66	0	5	208	18	67	439	7,18
2013	28	69	124	0	13	305	5	4	548	8,97
2014	33	71	244	0	23	281	28	1	681	11,15
2015	24	54	192	0	13	238	24	1	546	8,94
2016	36	40	223	0	10	129	19	0	457	7,48
2017	64	39	195	0	16	77	6	0	397	6,50
2018	102	29	249	0	14	50	6	0	450	7,36
2019	76	28	143	0	20	35	5	0	307	5,02
2020	49	15	83	0	7	14	0	0	168	2,75
2021	3	8	36	0	10	39	0	0	96	1,57
2022	199	10	244	0	63	49	14	0	579	9,48
2023	117	14	200	0	74	54	10	0	469	7,68
2024	121	8	120	1	72	77	12	0	411	6,73
Total	923	531	2.270	1	350	1.795	164	76	6.110	100,00
(%)	15,11	8,69	37,15	0,02	5,73	29,38	2,68	1,24	100,00	-

Fonte: Organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo NEPO/UNICAMP e pelo OMEC/URCA, a partir do SisMigra, Polícia Federal e OBMigra.

A instabilidade política e os desafios econômicos enfrentados por Guiné Bissau e Angola, frequentemente levam a uma maior dependência de programas de ajuda e cooperação internacional

(Dias, Lúcio e Coelho, 2015). No caso de Portugal, historicamente o país tem sido um polo central no apoio a iniciativas e projetos entre os países lusófonos, devido à sua posição histórica e econômica, (Freixo, 2006), bem como geográfica.

Em termos de continente, a África é o grande destaque (4.239 ou % 69,37%), acompanhado de longe pela Europa (1.795 ou 29,37%) e Ásia (76 ou 1,24%). Nesse sentido, Guiné Equatorial e Timor-Leste apresentam números absolutos baixos (0,02% e 1,24%, respectivamente). Isso pode refletir uma menor integração em programas comuns, possivelmente devido a barreiras geográficas, políticas ou econômicas.

Quanto aos anos de chegada no Ceará, os dados mostram picos em 2014 e 2022, com um aumento consistente até 2014, que pode estar relacionado com as políticas específicas de fortalecimento da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) (Monteiro, 2015). Contudo, observa-se declínio a partir de 2015, que pode estar associada a crise política e econômica vivenciada pelo Brasil. Ademais, observa-se quedas acentuadas em 2020 e 2021, que foram os anos mais marcantes da pandemia de COVID-19, que afetou drasticamente as economias e os fluxos de projetos internacionais. Mas, em 2022, o fluxo aumenta e deve ter relação com a retomada de iniciativas pós-pandemia, incluindo esforços para recuperar economias e reforçar parcerias estratégicas.

Em se tratado do perfil sociodemográfico, quanto ao sexo (Tabela 2), é evidenciado a prevalência de homens, com volume de 4.177 (68,36%), contra 1.933 (31,64%) de mulheres. Ao analisar os imigrantes por país de nascimento, nota-se que com exceção de Cabo Verde, que enviou mais mulheres (55,18%) do que homens (44,82%), os demais tiveram predominância masculina. Guiné Bissau e Portugal enviaram o maior número de imigrantes homens, 1.574 (69,34%) e 1.410 (78,55%), respectivamente. Os achados estão de acordo com o estudo de Fusco (2000) e Ennes, Morato e Santos (2020), no qual apontam que os homens prevalecem nas imigrações internacionais e, mesmo com as mulheres migrando cada vez mais, ainda aparecem em minoria.

Tabela 2 – Número de imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa com registros, por sexo, no Ceará, entre 2010 e agosto de 2024

País de nascimento	Masculino		Feminino		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Angola	627	67,93	296	32,07	923	15,11
Cabo Verde	238	44,82	293	55,18	531	8,69
Guiné Bissau	1.574	69,34	696	30,66	2.270	37,15
Guiné Equatorial	1	100,00	0	0,00	1	0,02
Moçambique	192	54,86	158	45,14	350	5,73
Portugal	1.410	78,55	385	21,45	1.795	29,38
São Tomé e Príncipe	91	55,49	73	44,51	164	2,68
Timor-Leste	44	57,89	32	42,11	76	1,24
Total	4.177	68,36	1.933	31,64	6.110	100,00

Fonte: Organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo NEPO/UNICAMP e pelo OMEC/URCA, a partir do SisMigra, Polícia Federal e OBMigra.

No que diz respeito a faixa etária, é demonstrado na Tabela 3 a prevalência da População em Idade Ativa (PIA), que corresponde aos indivíduos com idade entre 14 e 65 anos. O destaque é o intervalo etário entre 15 e 25 anos, concentrando quase metade dos imigrantes (47,55%) com perfil jovem, seguido de 25 a 40 anos (29,48%) e 40 a 65 anos (17,33%). Os resultados estão em conformidade com o trabalho de Silva e Ojima (2017), que averiguaram as migrações internacionais no Nordeste brasileiro e comprovaram que em sua maioria são de jovens e adultos, podendo ser associados ao Gráfico 1, que destaca a prevalência de estudantes no estado cearense.

Tabela 3 – Número de imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa com registros por faixa etária, no Ceará, entre 2010 e agosto de 2024

País	Até 15 anos		15 a 25 anos		25 a 40 anos		40 a 65 anos		65 anos ou mais		NE		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Angola	5	0,54	666	72,16	177	19,18	68	7,37	5	0,54	2	0,22	923	15,11
Cabo Verde	18	3,39	346	65,16	139	26,18	26	4,90	2	0,38	0	0,00	531	8,69
Guiné Bissau	22	0,97	1.300	57,27	895	39,43	38	1,67	1	0,04	14	0,62	2.270	37,15
Guiné Equatorial	0	0,00	1	100,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Moçambique	8	2,29	229	65,43	72	20,57	39	11,14	2	0,57	0	0,00	350	5,73
Portugal	98	5,46	144	8,02	504	28,08	882	49,14	165	9,19	2	0,11	1.795	29,38
São Tomé e Príncipe	1	0,61	147	89,63	14	8,54	2	1,22	0	0,00	0	0,00	164	2,68
Timor-Leste	0	0,00	72	94,74	0	0,00	4	5,26	0	0,00	0	0,00	76	1,24
Total	152	2,49	2.905	47,55	1.801	29,48	1.059	17,33	175	2,86	18	0,29	6.110	100,00

Fonte: Organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo NEPO/UNICAMP e pelo OMEC/URCA, a partir do SisMigra, Polícia Federal e OBMigra.

Analisando o estado civil dos imigrantes nascidos nos países da CPLP e residentes no Ceará, a Tabela 4 revela que os solteiros formam de longe o maior grupo (4.379 ou 71,67%) do total, com destaque para Guiné-Bissau (92,42%), Angola (90,57%) e Cabo Verde (86,82%). Conforme Carvalho (2018), a população migrante costuma ser majoritariamente jovem e solteira, especialmente em deslocamentos internacionais motivados por questões econômicas ou educacionais.

Outro grupo em maior quantidade é o de casados, sendo responsáveis por 22,98% dos imigrantes. Contudo, Portugal apresenta um perfil distinto, com 60,17% de casados, significativamente acima dos outros países. Isso se justifica possivelmente por uma migração familiar, em estágios mais avançados de vida, bem como contextos mais estáveis, no qual há maior prevalência de casamentos formais.

Os demais estados civis, como divorciados, separados judicialmente, viúvos e “outros” têm baixa participação. Ainda assim, a categoria de viúvos é expressiva em Portugal (7,47%), indicando um perfil demográfico mais envelhecido entre os imigrantes e residentes portugueses

no Ceará. Tal resultado deve ter relação com Portugal possuir uma população mais envelhecida em comparação a outros países da CPLP (INE, 2013), refletindo taxas mais altas de viuvez.

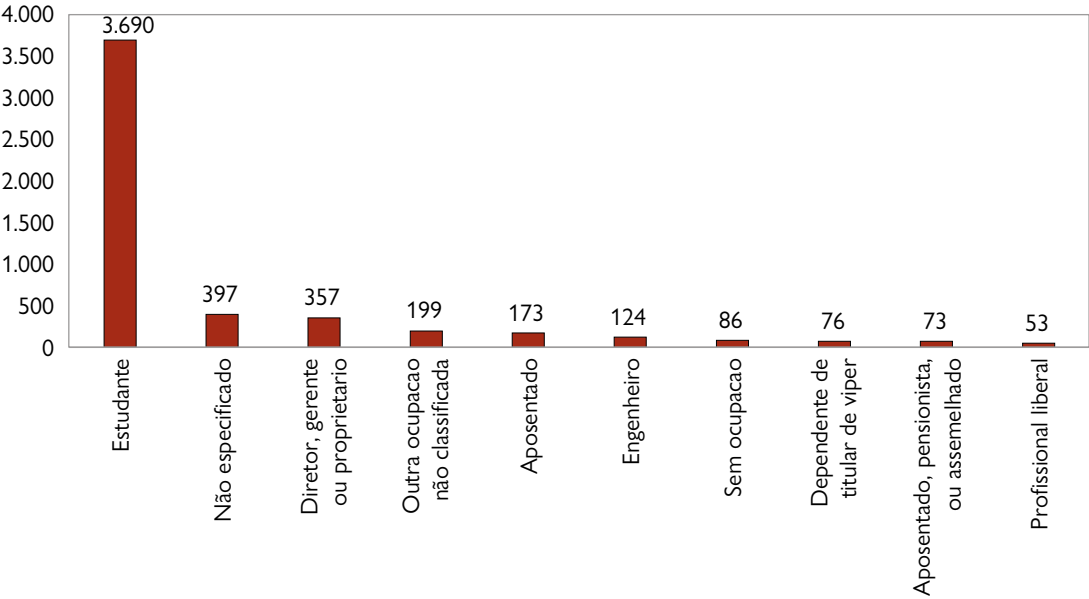
Tabela 4 – Número de imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa com registros, por estado civil, no Ceará, entre 2010 e agosto de 2024

País	Solteiro		Casado		Divorciado		Separado		Viúvo		Outros		NE		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Angola	836	90,6	65	7,0	3	0,3	0	0,0	11	1,2	6	0,7	2	0,2	923	15,1
Cabo Verde	461	86,8	61	11,5	0	0,0	0	0,0	3	0,6	5	0,9	1	0,2	531	8,7
Guiné Bissau	2.098	92,4	147	6,7	1	0,0	0	0,0	0	0,0	18	0,8	6	0,3	2270	37,2
Guiné Equatorial	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,0
Moçambique	303	86,6	39	11,1	0	0,0	0	0,0	7	2,0	1	0,3	0	0,0	350	5,7
Portugal	453	25,2	1.080	60,2	44	2,5	1	0,0	134	7,5	81	4,5	2	0,1	1795	29,4
São Tomé e Príncipe	155	94,5	8	4,9	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,6	0	0,0	164	2,7
Timor-Leste	72	94,7	4	5,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	76	1,2
Total	4.379	71,67	1.404	22,98	48	0,79	1	0,02	155	2,54	112	1,83	11	0,18	6.110	100,0

Fonte: Organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo NEPO/UNICAMP e pelo OMEC/URCA, a partir do SisMigra, Polícia Federal e OBMigra

O Gráfico 1 ratifica a atração migratória para o Ceará, principalmente pelo motivo estudo (3.690). Também chama atenção a inserção de trabalhadores qualificados, em cargos como diretor, gerente, proprietário e engenheiro (Bomtempo e Sena, 2021). A chegada de aposentados é outro destaque, que muitas vezes imigram para investir no setor de turismo ou adquirirem uma segunda residência para morar de maneira permanente, devido ao custo de vida mais barato ou passar o inverno português no Ceará (Queiroz et al., 2012).

Gráfico 1 – Dez maiores profissões dos imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa com registro e residência no Ceará, entre 2010 e agosto de 2024



Fonte: Organizado pelo Observatório das Migrações em São Paulo NEPO/UNICAMP e pelo OMEC/URCA, a partir do SisMigra, Polícia Federal e OBMigra.

Neste sentido, fica evidente que o destaque do Ceará entre os demais estados da região Nordeste na atração de imigrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), tem relação com os acordos de cooperação entre o Brasil e o governo cearense, a instalação da UNILAB, sediada em Redenção e com Campus em outros municípios do Ceará, como Acarape e Baturité. Ademais, o Ceará mantém relações culturais, históricas e posição geográfica privilegiada, que favorece a aproximação com esses países e, em anos recentes, econômicas, estimulando as migrações por motivo de estudo, trabalho, moradia ou investimentos.

Considerações finais

O estudo sobre os imigrantes nascidos nos países de língua portuguesa e residentes no Ceará, entre 2010 e agosto de 2024, apresenta questões importantes sobre o fluxo migratório, o perfil deste, e as causas e os motivos desta migração.

Entre os principais achados destacam-se o protagonismo do Ceará em relação aos demais estados do Nordeste, ao se consolidar como o principal destino na região, ao atrair 41,62% do total do fluxo. Este destaque deve-se a uma combinação de fatores, como estudo, oportunidade de trabalho, econômicos, características culturais, proximidade com a Europa e a África, especialmente com os países da CPLP, através de ligações aéreas e marítimas. O aeroporto internacional de Fortaleza tornou-se um importante hub de voos internacionais, estabelecendo rotas diretas para destinos estratégicos, inclusive, para os países da CPLP, como Portugal e Cabo Verde.

Por sua vez, a instalação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, é outro marco importante, transformando o estado em um polo atrativo de estudantes e favorecendo a sua integração, apesar de permanecer a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, xenofobia e acesso aos demais direitos. Mas por meio de políticas públicas federais e notadamente estaduais, através da Defensoria Pública do Estado do Ceará e da Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, bem como a pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Fortaleza e o envolvimento das Universidades Estaduais Cearenses (URCA e UECE), através de projetos de extensão e pesquisa, tem-se procurado minimizar as dificuldades no acolhimento e integração destes que buscam o Ceará.

Quanto a origem, os nascidos em Guiné Bissau, Portugal e Angola são maioria, enquanto de Guiné Equatorial e Timor-Leste vem menos imigrantes. Com relação aos anos de chegada, tem-se maior volume em 2014 e em 2022, com arrefecimento a partir de 2015, possivelmente devido à instabilidade política e econômica que o Brasil passava entre 2015 a 2019. Outra baixa nas entradas foi em 2020 e 2021, devido a pandemia de COVID-19, sendo que em 2022 o fluxo é retomado.

O perfil sociodemográfico predominante daqueles que nasceram na CPLP e residem no Ceará, é formado por homens, sendo exceção de Cabo Verde. Prevalece jovens imigrantes (entre 15 e 25 anos), sendo em sua maioria solteiro(a), especialmente dos países africanos,

entretanto, os nascidos em Portugal, em sua maioria, são casados, chamando atenção também para o volume de viúvos portugueses, apontando para uma população mais envelhecida, que muitas vezes possui uma segunda residência na capital ou litoral cearense ou imigram para investir em pequenos estabelecimentos no ramo de turismo.

Quanto as ocupações, o grande destaque é o motivo estudo, seguido de trabalhadores qualificados e aposentados. Não restam dúvidas que a atração acadêmica, tem relação com a qualidade do ensino, afinidade linguística e cultural e o ambiente acadêmico favorável, como é o caso da UNILAB, intensificando o fluxo de estudantes. Por sua vez, aqueles que imigram em busca de emprego, o Ceará vem experimentando um crescimento econômico significativo, com investimentos em setores como tecnologia, turismo, energias renováveis e infraestrutura. Projetos como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém e a expansão da indústria de tecnologia da informação geraram oportunidades de emprego e atraíram talentos internacionais, incluindo imigrantes da CPLP.

Apesar dos esforços do governo federal e especialmente do estadual, da Diocese do Ceará e da comunidade acadêmica, muitos desafios permanecem para um acolhimento mais humanizado e seguro, principalmente para os imigrantes mais vulneráveis. É preciso um maior acesso ao mercado de trabalho formal e não em empregos precários/informal, habitação e assistência social, combate à discriminação e violência, centros de acolhimento e material informativo acessível sobre os seus direitos, posicionando o Ceará, cada vez mais, na rota das migrações internacionais.

Referências

- BOMTEMPO, D. C.; SENA, K. B. P. Migração internacional e territorialidades: a presença dos africanos no Ceará no início do século XXI. *Brazilian Geographical Journal*, v. 9, p. 4-22, 2018.
- BOMTEMPO, D. C.; BARBOSA, W. A. Mobilidade e multiescalaridade: a migração coreana no Ceará. *Revista Espaço e Geografia (UnB)*, v. Vol.22, p. 249-283, 2019.
- BOMTEMPO, D. C.; SENA, K. B. P. Migração internacional de africanos para o Brasil e suas territorialidades no estado do Ceará. *Geografares: revista do mestrado e do departamento de geografia, centro de ciências humanas e naturais (UFES)*, v. 1, p. 205-228, 2021.
- BOMTEMPO, D. C.; FERREIRA, E. S. A migração chinesa na cidade de Fortaleza/CE. *Brazilian Geographical Journal*, v. 13, p. 4-18, 2022.
- DIAS, A. L.; LÚCIO, J.; COELHO, T. D. Corrupção e pobreza em África: os legados coloniais em perspectiva comparada. *Revista do Serviço Público Brasília*, Nº 66 (3) 395-424 jul/set 2015.
- ENNES, M. A.; MORATO, R.; SANTOS, C. F. dos. Dois olhares sobre a migração internacional no nordeste brasileiro. *Cadernos CERU*, v. 31, n. 2, p. 232-248, 2020.
- FREIXO, A de. Dez anos da CPLP: as perspectivas de integração do mundo de língua portuguesa. *Revista Cena Internacional*, vol. 8, nº 1, p.35-54, 2006.
- FUSCO, W.; QUEIROZ, S. N. de; BAENINGER, R. Asiáticos no Nordeste Brasileiro. In: 56º Congresso Internacional de Americanistas, 2018, Salamanca. 56º Congresso Internacional de Americanistas, 2018.

FUSCO, W. Diferenciais por sexo nas migrações internacionais. *In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais–GT de migração–ABEP*, 2000.

GOVERNO FEDERAL – Justiça e Segurança. Solicitação de residência. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/obter-autorizacao-de-residencia-e-carteira-de-registro-migratorio>. Acesso em: 24 out. 2024.

GUIA DO CRNM (Carteira de Registro Nacional Migratório). Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cav/id_cpmenu/1020/GUIA_DO_CRNM_16813938949048_1020.pdf. Acesso em: 24 out. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). Comunidade de Países de Língua Portuguesa: breve retrato estatístico, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/silva/Downloads/12CPLP_2012_201307.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

MOYA, J. Migração e formação histórica da América Latina em perspectiva global. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 49, set-dez 2018, p. 24-68.

POMPEU SOBRINHO, T. Povoamento do Nordeste brasileiro. *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo 51, 1937.

QUEIROZ, S. N. de.; BAENINGER, R.; CARVALHO, R. M. Imigração dos países de língua portuguesa para a região Nordeste do Brasil: 2010 a 2024. *In: III Congresso Internacional sobre Migração e Diáspora Acadêmica Brasileira*, Braga-PT. Mobilidades, Deslocamentos e Refúgio: os desafios das crises humanitárias, 2024.

QUEIROZ, S. N. de. Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Demografia, Campinas, 2013.

QUEIROZ, S. N. de; SILVA, K. C. I.; SILVA FILHO, L. A.; REMY, M. A. P. A. Investimento externo e ingresso de estrangeiros no Brasil: perfil do imigrante autorizado para trabalho e investidor individual 2005-2009. *REDES (SANTA CRUZ DO SUL. ONLINE)*, v. 17, p. 231-256, 2012.

ROMCY, P. de O. Uma releitura do espaço sertanejo: o legado cultural dos mestiços. *Revista GeoNordeste*, São Cristóvão, Ano XXX, n. 3, p. 246-262, jul./dez. 2019.

SILVA, M. A. da; OJIMA, R. Entre o sertão e o mar: migrações internacionais contemporâneas no Nordeste brasileiro. *In: OBSERVARE 3rd International Conference-Beyond Borders: people, spaces, ideas*. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa, 2017.

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 125-155, 2020.



Redes migratórias angolanas em São Paulo: fundamentos e modalidades

Sofia Caselli Furtado*

Abordar a temática das migrações contemporâneas é abordar uma componente da estruturação de uma sociedade globalizada. Se torna impossível analisar isoladamente as causas e consequências do fenômeno nos locais de origem ou nos locais de destino, na forma de um dualismo metodológico, frequentemente assumido nas análises sobre o fenômeno.

A migração hoje não se limita apenas ao fluxo de pessoas. Está essencialmente vinculada aos fluxos de bens materiais e simbólicos, informações, capital, valores culturais entre os territórios e tantos outros fatores que tornam a migração um fenômeno complexo. Consequentemente as redes que conectam os países se tornam cada vez mais aprofundadas e integradas, marcador do dinamismo das migrações contemporâneas e potencial gerador de mudanças estruturais tanto no país de origem, quanto no país de destino.

Diante da complexa trama de relações sociais, políticas e econômicas envolvidas no fenômeno das migrações contemporânea, é necessário assumir que sistematizar a realidade social demanda compreender a influência de um sistema de relações local-global das redes e relacionamentos, derivados da desterritorialização da vida social (APPADURAI, 1990). No fenômeno da migração, um sistema local-global é recriado, contribuindo diretamente para a globalização

* Diretora de Pesquisa do Núcleo Milenio para el Desarrollo Integral de los Territorios - CEDIT, Pontificia Universidad Católica de Chile. Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/ UNICAMP.

da sociedade contemporânea. Como recurso metodológico, o transnacionalismo é usado como fenômeno social emergente, mas também como ferramenta para interpretar as peculiaridades da migração internacional na era da globalização.

As comunidades transnacionais formadas a partir dos dinâmicos fluxos migratórios mostram que, através da migração, as sociedades, comunidades e famílias se expandem para outros territórios, sem deixar de pertencer ao território de origem, gerando uma reconfiguração das espacialidades, incorporando os lugares onde se reproduzem e transformando a sociedade de destino em um espaço desterritorializado e globalizado. Canales (2019, p. 7) afirma sobre as migrações: “Na sociedade global, sua espacialidade é apenas territorialmente restrita e delimitada pelos contornos de sua mundialização”.

A migração, nesse sentido, contribui para a estruturação e dinâmica da sociedade global através da reprodução e transformação do espaço e das relações sociais (GIDDENS, 1986; CANALES, 2019). Através do tecido social construído com base na migração, famílias e comunidades assumem um formato transnacional, onde as próprias redes familiares e redes sociais (MASSEY *et al.*, 1998) são estrategicamente acionadas como recursos sociais para sobrevivência e permanência das comunidades e migrantes.

Tendo como pano de fundo a complexa trama da migração internacional no mundo globalizado, o Brasil se insere na dinâmica das migrações transnacionais como destino de fluxos migratórios, em especial daqueles de origem do Sul Global, como é o caso da migração angolana em São Paulo.

Este capítulo, fruto do trabalho de dissertação de mestrado no âmbito do estudo de migrações internacionais do Observatório das Migrações de São Paulo, tem a proposta trazer reflexões sobre a migração angolana contemporânea, num contexto marcado pelo adensamento das conexões entre lugares, países e pessoas, sobretudo de mulheres em São Paulo, sem perder de vista a complexidade do fenômeno que vai para além das fronteiras geopolíticas e perpassa uma trama transnacional de conexões globais, que se manifestam a nível individual.

A formação de redes nas migrações internacionais

A migração internacional, atualmente, é um processo complexo e diverso, que envolve não apenas pessoas e trabalhadores, como também um importante fluxo de bens materiais, simbólicos, de capitais, de valores culturais e de informação, que se articulam por entre os territórios enlaçados por circuitos migratórios, conforme afirma Canales (2015). Através da migração, redes sociais, familiares e culturais são ativadas e consolidadas ao longo do tempo. As sociedades são constantemente atravessadas e permeadas por sistemas de redes e relações local-global que derivam a desterritorialização da vida social (APPADURAI, 1990).

A migração, nesse sentido, é um fenômeno onde se recria um sistema de relações local-global, contribuindo para a globalização da sociedade contemporânea, conectada sobretudo através das comunidades transnacionais. Através da migração, a sociedade de origem, as comunidades

e famílias se expandem para outros territórios, reconfigurando e ampliando sua espacialidade, incorporando outros lugares onde se reproduzem (CANALES, 2015). A sociedade de destino passa a ser um espaço globalizado, permanentemente influenciado pelas migrações que reconfiguram as relações locais, através da reprodução social dos migrantes e de suas famílias (DE HASS, 2007), no que Massey (1990) chamou de causação acumulativa. O migrante, nesse aspecto, passa a ser agente de mudança social e produtiva (PORTES, 2007).

As redes sociais, além de servirem como apoio, conectam os locais de origem e destino no tempo e espaço, criando uma rede que permite maior autonomia dos fluxos migratórios e que são possivelmente menos sensíveis às mudanças a curto prazo, tornando-se autossustentáveis e garantindo que os movimentos não sejam necessariamente limitados no tempo, unidirecionais ou permanentes (BOYD, 1989; FUSCO, 2002).

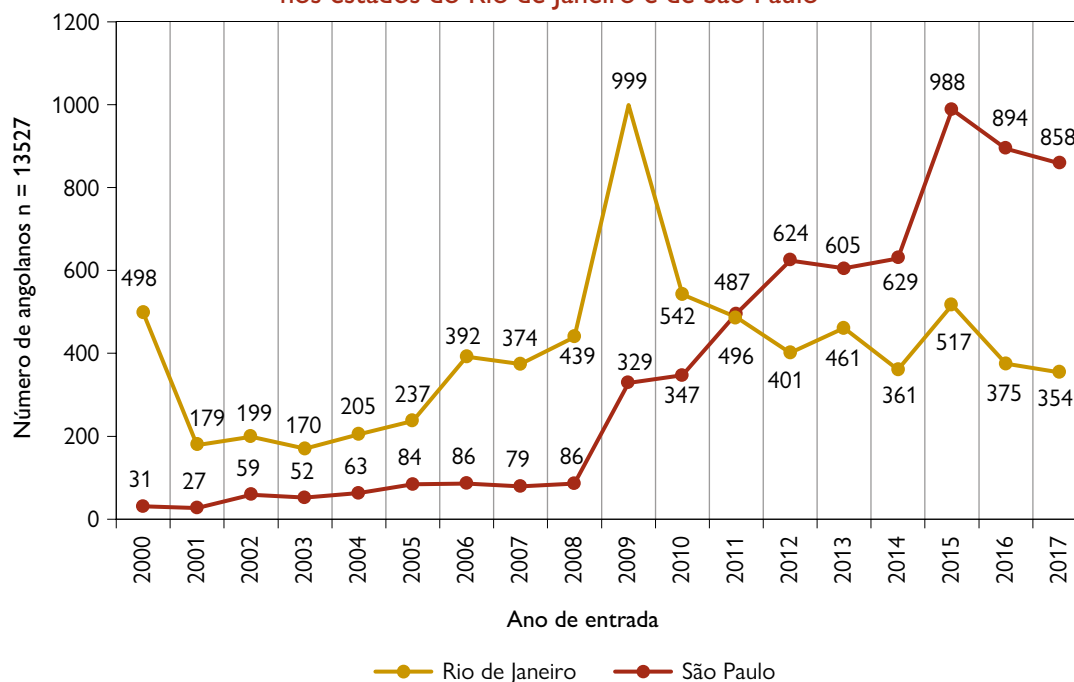
Redes migratórias são definidas por Massey (1988, p. 396) como “laços interpessoais que ligam migrantes, migrantes anteriores e não-migrantes nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos de parentesco, amizade e conterraneidade”. Ou seja, através de laços ocupacionais, familiares, culturais ou afetivos, indivíduos se conectam, estabelecem vínculos e adquirem informações (sobre emprego, alojamento, recursos) sobre as possibilidades de migrar (TRUZZI, 2008).

Os emigrados adquirem um papel fundamental na sociedade de destino, mas também na sociedade de origem, uma vez que influenciam os projetos de vida e migrantes potenciais, estimulando ou fazendo ressalvas sobre projetos, expectativas e investimentos.

Os fluxos migratórios de angolanos entre Brasil e Angola têm raízes históricas, são de longa data, ocorrendo em diversas etapas, ou seja, há diversas gerações de emigrados e retornados que permeiam o espaço entre os dois países, criando novas redes, consolidando novas redes e transformando redes já consolidadas. Uma parcela importante dessas redes consolidadas vive no Rio de Janeiro, principal destino da migração angolana até 2011. Nesse mesmo ano, São Paulo passou principal destino passou a ser o principal destino dos angolanos (Gráfico 1).

Ademais, como parte do contexto do lugar de origem desta migração, é importante sinalizar que Angola é palco de mudanças demográficas importantes nos próximos anos: até 2100, estima-se será a 11ª nação no mundo em número de habitantes. A população hoje está em 31 milhões habitantes, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE). Projeções feitas pela ONU (UNITED NATION, 2019) estimam que em 2100, a população atingirá 188 milhões de habitantes. Em 1950, Angola tinha 4,5 milhões de habitantes, em 2000, 26,4 milhões. Associado ao aumento da densidade demográfica e à composição das dinâmicas da população, está a falta de infraestrutura básica que o país enfrenta, consequência de séculos de presença da colonização portuguesa no território, que deixou marcas em forma de falta de serviços básicos como saúde e educação, bem como a presença de milícias armadas e um governo que, pela primeira vez em 2017, foi eleito via eleições, após 38 anos com o mesmo presidente no cargo.

Gráfico 1 - Número de imigrantes angolanos registrados, entre 2000-2017, nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo



Fonte: Sistema Nacional de Cadastros e Registros (SINCRe). Polícia Federal; Ministério da Justiça; Projeto MT/Brasil/ICMDP/ PUC Minas; Observatório das Migrações em São Paulo; Nepo/Unicamp; Fapesp/ CNPq

As Modalidades Migratórias

O conceito de modalidades migratórias (DUMONT, 2006; WIHTOL DE WENDEN, 2001) é usado como uma ferramenta analítico-metodológica e, conforme afirma Baeninger (2012, p. 23), “A reconstrução do fenômeno migratório como tipo ou como modalidade permite desvendar as especificidades e características, contextualizando e reconceitualizando o fenômeno social”.

As modalidades migratórias foram identificadas e construídas priorizando as motivações relatadas pelos imigrantes como projeto migratório e não, por exemplo, suas condições jurídicas na sociedade de destino. A situação legal do migrante é resultado de sua trajetória e não necessariamente explica os processos sociais particulares que caracterizam essas migrações (ALMEIDA; BAENINGER, 2016).

As diversas modalidades são ferramenta para compreender que a migração angolana é composta de fluxos mistos. A OIM (Organização Internacional para a Migração) define fluxos migratórios mistos como

Movimientos de población complejos, que incluyen a refugiados, solicitantes de asilo, migrantes económicos y otros migrantes. Esencialmente, los flujos mixtos están relacionados con movimientos irregulares, en los que con frecuencia hay migración de tránsito, con personas que viajan sin la documentación necesaria, atraviesan fronteras y llegan a su destino sin autorización (OIM, 2008-2009).

Os fluxos mistos extracontinentais surgiram com as tendências migratórias atuais, do mundo globalizado, onde é comum encontrar imigrantes irregulares, não documentados, envolvidos no tráfico ilícito de pessoas, entretanto, como afirmam as autoras representantes da OIM, Salazar, Ramírez e Cabrera (2013), ainda que exista uma proporção importante de pessoas dentro do fluxos migratórios mistos que viajam de maneira irregular, a irregularidade não sempre define de maneira apropriada cada uma das situações particulares.

Por outro lado, os fluxos mistos demandam dos países de origem e destino da migração a necessidade de busca por diversificar os termos de cooperação dos países de origem, de trânsito e de destino, em seus distintos níveis, como é o caso das relações bilaterais entre Brasil e Angola, em seus diversos marcos legais já descritos no primeiro capítulo deste trabalho. Outra resposta recorrente é o endurecimento das fronteiras para entrada de determinados tipos de imigrantes, o que gera uma busca dos imigrantes por formas de penetrar as fronteiras de maneira irregular, característica dos fluxos mistos.

Uma forma de interpretar os diversos perfis da migração angolana no Brasil, é compreendendo suas redes acionadas na origem, no destino, bem como seus projetos migratórios na origem e no destino. Ao longo das pesquisas de campo, foi possível perceber que muitos dos imigrantes angolanos que hoje vivem no Brasil reorganizaram seus projetos migratórios a partir da rede migratória acessada no destino. Portanto, compreender as modalidades migratórias se torna uma tarefa complexa: uma vez acionada uma nova rede no destino, novos projetos se abrem e se concretizam, demonstrando desta forma a existência de modalidades migratórias mistas.

Modalidade de tranças

Meninas com 8, 10 anos já sabem fazer trança, porque é uma coisa que você nasceu vendo sua mãe fazer. Não tem outra coisa para fazer no cabelo, é muito cultural fazer trança.
(Márcia¹, entrevista por telefone, São Paulo, 2020)

A maior parte das mulheres angolanas aprendem a fazer tranças em sua infância. As entrevistadas falaram que passaram por esse aprendizado de forma leve, divertida, cotidiana, fazendo tranças em amigas na escola, aprendendo com familiares, mães, avós, tias, primas, irmãs.

O cabelo, na cultura angolana e em outras culturas africanas, tem um papel social importante, inclusive para a formação dos espaços de sociabilidade, na passagem dos conhecimentos ancestrais e na própria estética. As tranças, deixaram de ser uma forma apenas de diferenciação cultural, identificação de tribos, estado civil, entre outros usos que as tranças tinham em sociedades tradicionais. Hoje, as tranças criam uma narrativa e fazem uso desse saber adquirido desde a infância como uma forma de gerar valor financeiro. Torna-se então um serviço comum, feito em espaços públicos em países africanos, conforme explica Songa descreve os espaços em Angola (2017, p. 74):

¹ Nome fictício para preservação da identidade das entrevistadas.

No caso das *moças das tranças*, que vendem seus serviços artísticos relacionados ao cabelo, a prática de trançar, aprendida em casa ou em lugares relacionados, é transferida para a praça, seu espaço profissional. Com presença assídua e trabalhando por conta própria, essas mulheres dedicam-se a trançar cabelos, dia após dia e, desta feita, conquistam espaço no ramo da atividade que praticam.

O mais comum é que a trança componha parte da estratégia migratória dessas mulheres quando já estão no país de destino, uma vez que existe um mercado em expansão no Brasil. Aliando a habilidade prática a valorização de um produto, essas mulheres, que por vezes nunca trabalharam com isso em seus países de origem, passam a ofertar esse serviço na forma de produto consumido por brasileiras.

Todas as entrevistadas que trabalham ou já trabalharam nesse ramo, pertencem ao grupo de trabalhadores informais. Os impactos da maior circulação de mulheres imigrantes que sabem trançar são relatados por Eliana:

Com essa troca de experiências, elas (mulheres brasileiras negras) vão aprendendo a lidar melhor com seus cabelos, porque muitas mulheres negras aqui no Brasil, que têm cabelo crespo ou cacheado, têm muita dificuldade de cuidar do seu próprio cabelo. Não é só não ter imaginação de cuidar do seu próprio cabelo, é também a dificuldade de encontrar produtos para tratar do próprio cabelo. (...) Com a nossa chegada no Brasil, elas começaram a ter mais noção de como fazer com o cabelo. (ELIANA, entrevista por telefone, São Paulo, 2020).

Modalidade de saúde

Aqui tudo é grátis, de onde a gente vem tudo é pago. Quando você está doente, você procura um visto para vir se tratar aqui. (Lúcia, Galeria Presidente, São Paulo, 2019).

Ao longo das entrevistas, foi muito mencionada a má qualidade dos serviços de saúde em Angola, devido a todo o processo histórico de formação de uma nação que passou por séculos de guerras e exploração. Os serviços de saúde oferecidos ao longo do período colonial foram acessíveis apenas a uma minoria privilegiada e restrito aos problemas de saúde que afetava a produtividade econômica da colônia, segundo Vicente *et al.* (2016). Segundo este estudo feito em 2016, “apenas 30 a 40% da população angolana tem acesso aos serviços de saúde”, o que demonstra defasagem no sistema de saúde angolano. A falta de serviços de saúde em determinadas regiões desencadeia até os dias de hoje intensas redes de deslocamentos internos.

Bierdman (2018) afirma que a busca de turistas e imigrantes internacionais por hospitais brasileiros, principalmente de São Paulo, vem aumentando, sendo a recomendação “boca a boca” dos pacientes a melhor forma de divulgação dos serviços. A estimativa é que mais de 55 mil turistas de saúde procurem o Brasil para realização de tratamentos, sendo 70% com destino a São Paulo. Segundo Bierdman, não há estatísticas oficiais sobre as nacionalidades e nem sobre a quantidade exata de pacientes, mas a autora chama a atenção para o aumento da busca de imigrantes de países lusófonos, principalmente de Angola e Moçambique.

A maior parte desses angolanos que buscam os serviços médicos brasileiro, vêm através do visto de turismo, fazendo o tratamento e voltando ao seu país de origem. No entanto, há aqueles que optam por permanecer no Brasil, tanto para dar continuidade no tratamento, quanto por outras estratégias.

A família na sociedade angolana assume um papel central para os valores e costumes culturais e históricos e, segundo Santos, Novaes e Chaves (2019), ter filhos na sociedade angolana acresce prestígio social a homens e mulheres, conforme a citação de Silva (2013, p. 19) apresentada pelas autoras:

no tecido social e cultural angolano a gravidez é vista como uma expressão da identidade feminina, como um elemento a partir do qual se definem os papéis de gênero. A gravidez é ainda socialmente percebida como o caminho para a regulação e manutenção das gerações.

Nesta modalidade, composta por mulheres de diferentes perfis, regiões, idades e projetos migratórios, foram relatadas histórias de mulheres que buscaram o Brasil para a realização de tratamentos de fertilização *in vitro*, normalmente relacionadas a melhores condições econômicas e de acesso às estruturas de saúde e de informação em ambos os países.

Há também relatos de mulheres que, por estarem em uma situação de extrema vulnerabilidade, buscam o Brasil com o objetivo de garantir o direito de permanência através do princípio *ius solis*, em que o nascimento no território brasileiro garante a nacionalidade da criança, independente da origem de seus pais. Este princípio também garante aos pais o visto de residência e reunião familiar. Conforme afirmam Santos, Novaes e Chaves (2019, p. 142):

Na sua grande maioria, as mulheres que aqui vêm dar à luz, ou aqui engravidam, pertencem à classe social menos favorecida. Se inserem neste processo migratório tendo em vista as várias entidades de acolhimento e as possibilidades e facilidades que lhes são garantidas como direitos básicos e fundamentais, estabelecidos no artigo 5º, artigo 196º (direito à saúde) e artigo 205º (direito à educação), todos da Constituição Federal de 1988.

Modalidade de Cultura

Eu me descobri negro no Brasil, porque no meu país todo mundo é negro (ISAC, professor, escritor, pintor, gestor de projetos culturais, São Paulo, 2020)

A modalidade de cultura surgiu a partir de conversas feitas com angolanos que vivem no Brasil e usam a arte como trabalho e como forma de empoderar e trazer conhecimento para brasileiros e brasileiras. É um movimento que se encontra em plena expansão em São Paulo, sobretudo com a maior visibilidade da luta negra nos espaços do cotidiano.

Uma parcela da população negra africana, percebendo esses locais como potenciais espaços de troca para uma educação que valorize mais sua cultura no Brasil e, ao mesmo tempo, percebendo esses espaços como uma forma que torna suas permanências economicamente viáveis

no Brasil, passou a expandir suas áreas de atuação em São Paulo, trabalhando ativamente em projetos que buscam, de diversas formas, realizar esse intercâmbio cultural, de valorização de suas histórias e origens.

O que um angolano, como um africano, tem de cultura matriz e o que ajuda o afrodescendente no caminho de volta para casa, porque nos últimos anos a afrodescendência vem resgatando seus valores de ancestralidade. Vim trazer minha história como produto artístico, como produto de pensamento lógico para ajudar essas pessoas se resgatarem. É importante de os brancos entenderem que passa por um processo de valorização do resgate dos valores morais. (Elias, poeta, gestor de projetos culturais, São Paulo, 2020).

A cena artística em São Paulo é predominantemente ocupada por homens, conforme nota Marina: “Mulheres têm menos acesso, maiores dificuldades e desafios para adentrarem, menos acesso aos espaços e ao mercado artístico”.

Acho que São Paulo é a metrópole para as artes, apesar de ser mais aberta entre aspas. Eu também diria que é uma selva, há de se ter contatos e se formar uma rede para se conseguir acesso aos espaços. No Brasil tem maior espaço de receber e promover a arte. Infelizmente só entre São Paulo e Rio de Janeiro. Essas duas metrópoles concentram, também pelo seu poder econômico. (Marina, economista e poeta, entrevista feita por telefone, São Paulo, 2020).

Esse espaço da cultura é acessado por imigrantes escolarizados e migraram com outros projetos migratórios, geralmente associados aos estudos de nível superior no Brasil, como é o caso dos 3 entrevistados nessa modalidade. No entanto, este espaço, que vem se consolidando na última década em São Paulo, passou a atrair imigrantes de Angola, que buscam no Brasil um espaço de promoção da arte e da cultura de seus países.

A modalidade de cultura é, portanto, uma modalidade mista, ocupada majoritariamente por homens, mas que passa por um processo de transição, em que mais mulheres africanas estão buscando ter mais espaço e representatividade.

A presença de imigrantes africanos e, mais especificamente, angolanos, em São Paulo através de conteúdos culturais imateriais e materiais corrobora com a construção de outros olhares e interpretações do continente africano, para além da herança histórica e escravocrata. São Paulo é um espaço marcado pela dinâmica global transnacional, inclusive no que diz respeito à arte, que vem sendo usada como forma de combater e ressignificar a presença do imigrante e de sua história no Brasil.

Conclusão

A análise das redes e modalidades migratórias das mulheres angolanas em São Paulo permite compreender as novas configurações da mobilidade internacional no contexto da globalização. Longe de representar um fenômeno homogêneo, a migração angolana é atravessada por múltiplas dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, que se refletem nas trajetórias singulares das migrantes. As modalidades analisadas – tranceiras, saúde e cultura – ilustram a

complexidade do fenômeno ao expressarem não apenas os motivos da migração, mas os caminhos pelos quais essas mulheres constroem suas vidas em território estrangeiro, articulando saberes, afetos e resistências.

As redes migratórias, acionadas antes, durante e após o deslocamento, constituem o alicerce dessas experiências. Elas não apenas viabilizam a migração, como também servem de suporte contínuo, possibilitando a reinvenção de trajetórias, o acesso a oportunidades e a criação de pertencimentos. Tais redes evidenciam o caráter transnacional das migrações contemporâneas, nas quais os vínculos com o país de origem são ressignificados, sem necessariamente serem rompidos.

Além disso, a migração feminina angolana revela uma dimensão de protagonismo historicamente invisibilizada. As mulheres não apenas migram: elas sustentam famílias, empreendem, cuidam, criam espaços culturais e desafiam estruturas sociais que lhes impõem múltiplas camadas de opressão. Em São Paulo, tornam-se agentes de transformação tanto nos territórios que ocupam quanto nos imaginários sobre o que é ser mulher, negra, africana e imigrante. Suas trajetórias são marcadas por resiliência, criatividade e capacidade de reorganizar projetos de vida em contextos adversos, reafirmando o papel fundamental da migração como vetor de mobilidade social e intercâmbio cultural.

Dessa forma, compreender as modalidades migratórias em sua diversidade e articulação com redes de apoio amplia nossa capacidade de elaborar políticas públicas mais sensíveis às necessidades e realidades desses sujeitos migrantes. Reconhecer as contribuições das mulheres angolanas no Brasil é não apenas um ato de justiça histórica, mas um passo essencial na construção de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

Bibliografia

ALMEIDA, G.; BAENINGER, R. Modalidades migratórias: ferramenta teórico-metodológica para análise da heterogeneidade das migrações contemporâneas. Campinas: Nepo/Unicamp, 2016.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. *Public Culture*, v. 2, n. 2, p. 1–24, 1990.

BAENINGER, R. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2012.

BAENINGER, R.; FERNANDES, D. (coord.). Atlas Temático: observatório das migrações em São Paulo. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2017.

BIERDMAN, M. M. Turismo de saúde e fluxos internacionais de pacientes: um olhar para o Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 29, n. 1, p. 36–56, 2018.

BOYD, M. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. *International Migration Review*, v. 23, n. 3, p. 638–670, 1989.

CANALES, A. I. Las redes migratorias transnacionales y el papel del capital social en los procesos de movilidad. *Papeles de Población*, v. 21, n. 84, p. 9–41, 2015.

CANALES, A. Migraciones internacionales: actores, redes y políticas. In: CASTILLO, M. A. (org.). *La migración internacional en América Latina: Políticas, actores y movilidades*. Ciudad de México: Siglo XXI, 2019.

DE HAAS, H. Turning the tide? Why development will not stop migration. *Development and Change*, v. 38, n. 5, p. 819–841, 2007.

DUMONT, J.-C. Les migrations internationales de travailleurs qualifiés: des bénéfices à partager. In: MOUHOUD, E. M. (Ed.). *Les nouvelles migrations: un enjeu Nord-Sud de la mondialisation*. Paris: Universalis, 2006. p. 79–96.

FUSCO, W. *Redes migratórias e dinâmica social: o caso dos migrantes internacionais brasileiros*. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2002.

GIDDENS, A. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; SZANTON, B. S. Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 645, 1992.

MASSEY, D. S. *et al.* *Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

MASSEY, D. S. Economic development and international migration in comparative perspective. *Population and Development Review*, v. 14, n. 3, p. 383–413, 1988.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OIM – Organização Internacional para as Migrações. *Sirregular y flujos migratorios mixtos: enfoque de la OIM*. Genebra: OIM, 2009.

PORTES, A. Migration, development, and segmented assimilation: a conceptual review of the evidence. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 610, p. 73–97, 2007.

SANTOS, C.; NOVAES, M.; CHAVES, C. Mulheres angolanas em São Paulo: maternidade, estratégias migratórias e redes de apoio. *Cadernos Pagu*, n. 55, e195508, 2019.

SASSEN, S. *A sociology of globalization*. Nova York: W. W. Norton, 2010.

SILVA, A. C. Género, fertilidade e reprodução em Angola. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 26, p. 17–36, 2013.

SONGA, J. Práticas culturais e estratégias de sobrevivência: as trançadeiras africanas em Angola. *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 2, p. 73–84, 2017.

TRUZZI, O. *Redes sociais e a migração internacional: teoria e método*. São Paulo: PUC-SP, 2008.

UNITED NATIONS. *World Population Prospects 2019*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. New York: United Nations, 2019.

WIHTOL DE WENDEN, C. *As novas migrações: desafios e políticas*. São Paulo: EdUSP, 2001.



migração haitiana em Campinas/SP: a importância das igrejas protestantes

Sophia Damiano Rôvere*

Este capítulo apresenta desdobramentos e relatos de entrevista de campo oriundo do doutoramento defendido no ano de 2024. Embora o objetivo da tese não tenha sido pesquisar a centralidade das igrejas, este aspecto se mostrou relevante quando analisado o recorte da imigração haitiana em Campinas/SP, especificamente para o distrito de Barão Geraldo, local onde se encontra o principal campus da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O município de Campinas, localizado no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 100 quilômetros da capital estadual, se destacou no século XIX como uma importante região de produção agrícola, com lavouras de açúcar e café. Posteriormente a esse ciclo agrícola, já no século XX, o município se firmou como um relevante polo tecnológico no interior de São Paulo. Por toda sua história, o fenômeno migratório, tanto interno, quanto internacional foi um elemento central para o dinamismo da região. (Baeninger, 1993). Já no final do

* Mestre em Geografia e Doutora em Demografia -Universidade Estadual de Campinas.

século XX, no ano de 2000, a região se consolida e formaliza a criação da Região Metropolitana de Campinas (RMC)¹.

Reforçando a sua proeminência urbana, industrial e demográfica, no ano de 2018, Campinas/SP recebeu a classificação de “metrópole” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da publicação “Regiões de influência das cidades: 2018”, trabalho que mostra as hierarquias urbanas e os vínculos entre as cidades. Nessa proposta de hierarquização, Campinas/SP coloca-se como sendo a única metrópole que não é uma capital estadual. Entre as várias regiões do município, Barão Geraldo destaca-se, pois além de abrigar a UNICAMP, é a localização dos principais e mais importantes polos tecnológicos do estado e do país, como o CNPEM (Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais), Laboratório Nacional de Luz SÍNCROTRON e SIRIUS - Acelerador de Partículas, CPQD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações), entre outros.

Segundo o IBGE (2018), Campinas/SP passou a integrar o grupo de metrópoles por conta do seu grande dinamismo empresarial, capacidade de influência em detrimento a outras cidades e seu aporte demográfico que supera 2 milhões de habitantes. O reconhecimento do IBGE sobre o dinamismo econômico de Campinas/SP reforça sua posição como um espaço transnacional (Glick-Schiller, 2012; Portes, 2006; Sassen, 1998), impulsionado, entre outros fatores, pelos altos investimentos estrangeiros na região, pela presença de imigrantes que mantêm vínculos além das fronteiras nacionais e pelos intensos fluxos econômicos que conectam a cidade a redes globais.

Falar de espaço transnacional dentro do contexto da imigração haitiana é importante pois, compreendo que a imigração internacional não é um processo estático entre o destino e a origem, mas sim um processo dinâmico em que os imigrantes mantêm conexões frequentes com a sua origem. Essa abordagem explica as várias estratégias de pertencimento dos imigrantes, rompendo com a visão assimilacionista². É através de laços comunitários e redes familiares que os imigrantes vão se apoiar para facilitar a sua inserção na sociedade de destino (Glick-Schiller, 2012; Portes, 2006).

Todo esse contexto, coloca Campinas/SP e sua região metropolitana como sendo um espaço da imigração transnacional. A imigração transnacional pode ser entendida como

Processo no qual os imigrantes constroem laços sociais que ligam seu país de origem com o seu país de destino. Imigrantes que constroem esses laços são os transmigrantes. Os transmigrantes desenvolvem e mantem múltiplas relações (familiar, economia, social, organizacional, religiosa e política) que atravessa fronteiras. Os transmigrantes

¹ Criada pela Lei Complementar Estadual nº 870/2000, compreende 20 municípios, sendo eles: Campinas, Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Morungaba.

² Como assimilacionismo adoto a definição descrita por Portes (2006, p. 215), em que é a “[...] progressiva aprendizagem e adoção da língua, da cultura e dos padrões de comportamento da sociedade receptora e correspondente abandono dos mesmos traços relativos ao país de origem”

agem, tomam decisões, se preocupam e desenvolvem identidades dentro de redes sociais que os conectam duas ou mais sociedades simultaneamente (Glick-Schiller; Basch; Blanc, 1992, p. 1-2)³.

De acordo com o Observatório das Migrações em São Paulo (2024), no acumulado dos anos de 2000 a 2024, a RMC apresenta 5.437 imigrantes haitianos com Registro Nacional Migratório (RNM). Só para o ano de 2019, a maioria dos imigrantes internacionais com registros ativos e residentes na RMC eram oriundos do Haiti (Baeninger et al, 2020). Entre os anos de 2002 a 2023, só o município de Campinas/SP tinha 1.656 imigrantes haitianos com RNM (Observatório das Migrações em São Paulo, 2024).

A tabulação do Observatório das Migrações em São Paulo (2024) mostra que as principais nacionalidades com Registro Nacional Migratório para o período de 2000 a 2024 na RMC, são: Haiti (5.437 registros), Venezuela (3.313 registros) e Colômbia (3.166), o que corresponde a imigrantes da América Latina e Caribe. A origem desses imigrantes configura o que Baeninger (2018) chama de migrações Sul-Sul, o que quer dizer que a maioria dos imigrantes que chegam na RMC é proveniente de países da América Latina e Caribe, região de localização da República do Haiti.

Diversas e complexas conformações tentam explicar o fluxo migratório entre Haiti e Brasil, algumas delas podem ser justificadas pela grave instabilidade do país, tanto no campo político, quanto no campo socioeconômico, provocando uma permanente situação de miséria e violência (Fernandes e Faria, 2012; Patarra, 2012), frequentes e graves eventos climáticos, como furacões e terremotos (Fernandes e Faria, 2012), fragilizando a incipiente infraestrutura do país, e a atuação dos países do Norte Global, destino clássico da imigração haitiana, com posturas mais protecionistas, restringindo a entrada de imigrantes (Baeninger e Peres, 2016; Magalhães, 2017).

Para além das discussões relativas a questões documentais e amparo legais⁴, a conceituação de migração de crise exposta por Baeninger e Peres (2017), é a categoria sugerida para compreender a migração haitiana no escopo deste trabalho. A migração de crise é explicada por uma permanente situação de crise na origem do fluxo migratório, o que nas palavras das autoras, tem

[...] a conotação de uma “migração forçada” – e requerem instrumentos jurídicos no país de destino para o enfrentamento da “crise” migratória atribuída ao país de origem, mas que revela também a crise na sociedade receptora, despreparada para enfrentar essa imigração (Baeninger e Peres, p. 122, 2017).

³ No original: “Transnationalism as the processes by which immigrants build social fields that link together their country of origin and their country of settlement. Immigrants who build such social fields are designated “transmigrants”. Transmigrants develop and maintain multiple relations familial, economic, social, organizational, religious, and political that span borders. Transmigrants take actions, make decisions, and feel concerns, and develop identities within social networks that connect them to two or more societies simultaneously”.

⁴ Para maior detalhamento sobre a questão documental haitiana, consultar os trabalhos de Fernandes et al. (2013) e Fernandes e Faria (2017).

No caso dos imigrantes haitianos no Brasil, segundo Baeninger e Peres (2017) os componentes da migração de crise ficaram evidentes com uma política migratória desatualizada⁵, ausência de políticas públicas para acolhimento e inserção laboral, e diversas manifestações de preconceitos por parte da sociedade brasileira.

É nesse despreparo da sociedade receptora, que os imigrantes vão lançar mão de estratégias, para além do poder do Estado, de acolhimento, segurança, convivência e permanência. No contexto de uma migração de crise, caso da migração haitiana, a atuação de instituições extraoficiais, como é o exemplo de instituições religiosas, são fundamentais, já que muitas vezes são um dos poucos espaços onde esses imigrantes estão protegidos de manifestações de racismo e xenofobia. É também nesse espaço religioso que a migração haitiana pode ser lida como transnacional, já que esse é um lugar de convivência e manifestação da sua cultura de origem, vinculando o seu país de origem com o país de destino.

Em uma situação de migração de crise, como o caso dos imigrantes haitianos que passaram por graves catástrofes ambientais, as igrejas, conseguiram rapidamente se organizar para oferecer ajuda a população haitiana atingida (Mézié, 2016). Da mesma forma, Mathieu e Martinelli (2024) indicam que a religião é parte importante do processo migratório haitiano, devido a própria história do país, contexto da sociedade atual, e porque a religião funciona como uma ferramenta de manutenção da identidade cultural desses imigrantes.

No contexto geral da participação religiosa no acolhimento de imigrantes internacionais existe o caso da Missão Paz. Vinculada à Igreja Católica, a Missão Paz foi fundada em 1930 no centro da cidade de São Paulo, pelo grupo de missionários scalabrianos, grupo dedicado ao acolhimento de imigrantes. Inicialmente voltada para os imigrantes italianos, hoje, sua atuação é ampliada para diversas nacionalidades. Embora a Missão Paz esteja dentro da organização da Igreja Católica, de acordo com o trabalho de Barros (2017), a Missão Paz acolhe mais de 20 manifestações religiosas diferentes.

No caso específico da migração haitiana, a Missão Paz em São Paulo, começou a receber os primeiros haitianos no ano de 2010 (Parise e Diémé, 2016). De acordo com o trabalho de Silva (2016), ao relatar a situação da migração haitiana na fronteira amazônica, discorre que o governo do estado do Acre, em 2014, com o fechamento de um abrigo local devido a denúncia de violação de direitos humanos, ofereceu de forma gratuita transporte para a cidade de São Paulo. Na falta de coordenação dessas ações e ausência de políticas públicas para lidar com essa situação, foi a Missão Paz, que mesmo de uma forma improvisada, forneceu abrigo para esses imigrantes.

Embora a Missão Paz tenha exercido uma função importante na recepção e acolhimento desses imigrantes sendo um espaço cujo o qual respeita-se a alteridade entre os imigrantes

⁵ Aqui referindo-se ao Estatuto do Estrangeiro (normativa formulada durante o período de ditadura militar) que no ano de 2017 foi modificada para a Lei da Migração.

(Barroso, 2017), e a maioria da população haitiana se considerar católica, as religiões protestantes⁶ estão em ascensão no país (Mézié, 2016)⁷.

Da mesma forma que a Missão Paz, as igrejas protestantes, foram (e ainda são) um importante ponto de acolhimento e ajuda no contexto dos terremotos e furacões que recentemente assolaram a região. Isso se deu através da

rápida mobilização de consideráveis recursos humanos e materiais, sua flexibilidade, os pontos de entrada preexistentes no país, seu funcionamento em rede e resposta material e espiritual ao sofrimento constituem os pontos fortes da ajuda humanitária evangélica e pentecostal (Mézié, 2016, p. 321)

Concordando com Mathieu e Martinelli (2024) o trabalho de Audebert (2012) também menciona que a religião é um aspecto fundamental da sociedade haitiana, sobretudo, em contexto de crise econômica e política. De acordo com o trabalho de Audebert (2012), as igrejas protestantes começam a se estabelecer no Haiti no século XX, devido à presença norte americana, cujo os interesses no país insular eram geopolíticos.

No entanto, no trabalho de Mézié (2016), a autora discorre que no século XX, a população haitiana já havia tido contato com as religiões protestantes em razão de pastores cubanos, jamaicanos e afro-americanos que foram pregar no país, antes da presença militar dos EUA. Os imigrantes haitianos que foram para Cuba e República Dominicana também colaboraram para esse primeiro contato (Mézié, 2016), países cuja a religião protestante já tinha se instalado.

Independentemente de como se deu a entrada inicial do protestantismo no Haiti, fato é que na década de 1930, missões estadunidenses, principalmente batistas começaram no país (Mézié, 2016). Da mesma forma que Mézié (2016), o trabalho de Mathieu e Martinelli (2024), discorre que as igrejas protestantes começam a exercer influência significativa dentro do sistema educacional e do sistema de saúde do país, atuando e amparando a população haitiana onde o Estado se faz ausente.

Ponto importante da implantação dessas igrejas protestantes é que muitas delas foram incorporadas por missões norte-americanas, ou mesmo, foram formadas diretamente por missionários norte-americanos, o que faz com que as igrejas-matrizes estejam localizadas nos EUA, favorecendo o estabelecimento de um fluxo migratório entre Haiti e EUA, especificamente na Flórida (Audebert, 2012).

Concordando com Audebert (2012), Mézié (2016), diz que muitos imigrantes haitianos se convertem para o protestantismo antes de imigrar para assim facilitar o seu acolhimento na sociedade de destino, o que funcionará como uma estratégia de criação de vínculos.

⁶ Nesse trabalho consideraremos as várias denominações (evangélica, batista, adventista, entre outras) como sendo protestante, referência a Reforma Protestante que rompeu com as doutrinas do catolicismo.

⁷ Considerar também a prática do vodu com importante manifestação religiosa do país. Segundo Mathieu e Martinelli, 2024, p. 59), o vodu é “uma religião de origem africana que se misturou com o catolicismo durante a colonização e que é praticada no Haiti até hoje”.

Conforme articula Mathieu e Martinelli (2024), a possibilidade de existir um espaço seguro, que muitas vezes é o espaço geográfico das igrejas, em que os imigrantes podem organizar reuniões, reforçar suas tradições e cultura na sua língua materna, mostram a importância desse lugar, frente a um processo migratório que envolve muitas barreiras, como a língua. Cotinguiba e Pimentel-Cotinguiba (2018, p. 268-269) confirmam essa análise ao dizer que

[...] as igrejas são espaços onde os membros desse grupo [haitianos] usufruem do privilégio de poderem professar sua fé em sua língua materna, o crioulo haitiano, encontrar amigos e parentes, tecer alianças, trocar informações e reelaborar suas práticas culturais dentro de um novo contexto social, de maneira que possam traçar as estratégias de inserção na sociedade local por meio da interlocução religiosa, numa economia das trocas dos códigos e símbolos com os brasileiros.

No trabalho de Mathieu e Martinelli (2024), os autores destacam que as igrejas exercem um papel importante de manutenção da sua prática cultural e organização e participação da comunidade na sociedade de destino.

Sendo assim, dentro do aporte das migrações transnacionais e da conceituação da migração de crise, as igrejas sustentam um duplo papel. Primeiro de manter vínculo e relação com o seu país de origem, articulando mais de um Estado-Nação. Segundo, oferecem suporte e assistência para imigrantes fragilizados pelas condições estruturais de seu país de origem e pela incapacidade de recepção do país de destino.

Métodos

Os métodos deste trabalho, além de toda a revisão bibliográfica sobre a temática, contaram com a aplicação de questionários de pesquisas semiestruturadas com a comunidade haitiana. A aplicação desse método junto à comunidade haitiana, foi útil pois embora houvesse um roteiro de perguntas, os imigrantes tinham mais liberdade para articular as respostas (May, 2004). Também foram realizadas entrevistas com atores institucionais que pudessem estar envolvidos na chegada dos imigrantes haitianos em Barão Geraldo/Campinas/SP. As entrevistas com os atores institucionais foram abertas, para que os entrevistados pudessem falar livremente sobre o tópico introduzido (Boni e Quaresma, 2005).

Os questionários de pesquisa só foram aplicados após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp- CAEE nº59669722.4.0000.8142, em julho de 2022, com a assinatura do Termo Livre Esclarecido de todos os participantes. Como relatado na tese, a participação da comunidade haitiana na adesão dos questionários de pesquisa não foi fácil. Foi necessário criar um vínculo de confiança com alguns líderes da comunidade para que a realização da pesquisa de campo fosse iniciada.

Frente a este desafio de passar segurança para os imigrantes haitianos, a escolha metodológica foi a de observação participante. Essa metodologia permite que o pesquisador, participe, a princípio, como ouvinte e observador das atividades dos imigrantes e aos poucos atue em afazeres e demandas trazidas pela própria comunidade. Após a construção desse vínculo

de confiança, detalhadamente descrito no trabalho de doutorado, os questionários puderem ser aplicados.

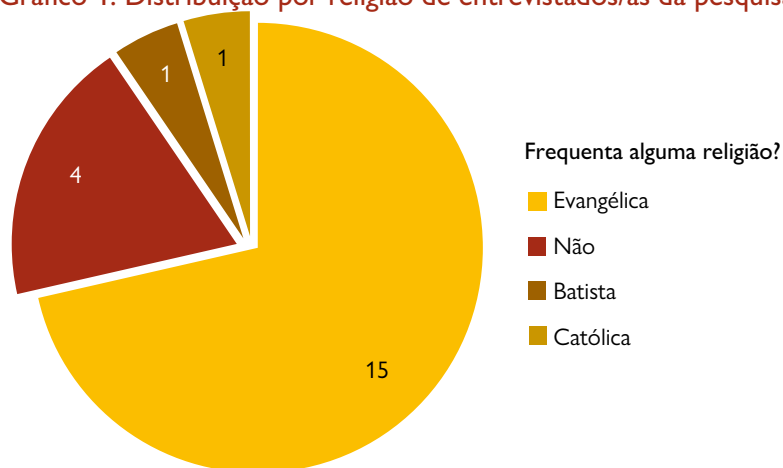
O local da coleta de dados já demonstra a centralidade da igreja no caso do grupo de imigrantes haitianos estudados no trabalho. Todas as atividades que envolveram a observação participante aconteceram em um espaço de uma igreja evangélica localizada no distrito de Barão Geraldo, em Campinas/SP. A maioria da aplicação dos questionários de pesquisa com os imigrantes haitianos se deu durante, ou, ao final, dos cultos dessa mesma igreja.

A escolha específica dessa igreja de Barão Geraldo aconteceu por conta de um contato prévio que estabeleci com o Presidente da Associação dos Haitianos, que me apresentou para alguns membros dessa igreja, além de ser um espaço de convivência da comunidade haitiana o que facilitou a observação participante e a aplicação dos questionários.

Resultado e Discussão

Ao olharmos os 21 imigrantes entrevistados (Gráfico 1), 15 se declaram evangélicos quando questionados sobre a sua religião.

Gráfico 1. Distribuição por religião de entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022 e 2023/Observatório das Migrações em São Paulo/UNICAMP (Rôvere, 2024).

O que a pesquisa de doutoramento mostrou é como essa igreja específica se tornou ponto fundamental para esse grupo de imigrantes, e como ela, junto com outros elementos importantes, ajudou a formar uma rede migratória haitiana. Alguns relatos de imigrantes e atores institucionais explicaram essas questões.

A primeira fala importante para entender a presença da igreja na imigração haitiana, veio de um servidor municipal, que atuou no Serviço de Referência ao Refugiado, Imigrante e Apátrida de Campinas. Na fala desse entrevistado, por volta do ano de 2017 uma igreja pentecostal de Barão Geraldo recebeu, abrigou e alimentou imigrantes haitianos que chegavam naquele momento. A princípio, o Serviço de Referência ao Refugiado e Apátrida de Campinas, tinha contato

com um pastor brasileiro, líder de uma igreja de Barão de Geraldo (que nas entrevistas não ficou muito claro se era a mesma igreja em que foram realizadas as atividades de observação participante, ou alguma outra), no qual, a Prefeitura destinou algumas vezes doações de cestas básicas e agasalhos.

O servidor municipal continua,

tava surgindo várias outras Igrejas também, lá em Barão Geraldo, a Igreja Quadrangular, ela também começou a juntar haitianos e haitianas, basicamente só haitianos e haitianas mesmo, não lembro de outros movimentos em Barão Geraldo, com outras nacionalidades, a Igreja Batista era uma Igreja que também tava dialogando e querendo fazer alguma coisa, mas nunca avançou...é...a Igreja Católica lá [Barão Geraldo] nunca se manifestou em relação a isso.[...] Então havia ali um núcleo religioso, um convívio, sobretudo evangélico e evangélico pentecostal, sobretudo, a Igreja de Salem, a Quadrangular, Quadrangular acho que não é pentecostal, mas a Salem é, e, com uma concentração bastante grande e eles começaram recebendo um universo de imigrantes [haitianos] que tavam chegando lá em Barão Geraldo. Eles começaram a abrigar na Igreja mesmo, eles abriram na parte de cima da Igreja, colocaram colchões e tava abrigando as pessoas, alimentando todo mundo.

Ou seja, uma igreja de Barão Geraldo recepcionou, abrigou e alimentou imigrantes haitianos recém chegados no município. A fim de conseguir maior detalhes, também entrevistei o pastor responsável pela igreja em que realizei o trabalho de campo. Em seu relato ele diz:

[...] a Igreja não foi fundada por mim e nem para haitianos e haitianas, foi um outro pastor que tinha uma Igreja brasileira, talvez em 2010,2011, não sei exatamente, mas alguns anos atrás, ele começou um trabalho lá. Tinha uma Igreja e o que acontece é que começam a chegar haitianos e haitianas [...] chegou uma família de haitianos e haitianas que era cristã e começou a participar como membros da Igreja [...] então ali virou um ponto de vários haitianos e haitianas, né? Barão Geraldo virou um ponto que....de contato do Haiti, um dos pontos, né? [...]e o que aconteceu, os haitianos e haitianas de certa maneira, foram predominando na Igreja, e o Pastor não sabia direito o que fazer, então ele começou dois cultos, um ele permitia que os próprios haitianos e haitianas dirigissem.

As informações concedidas pelo pastor coadunam com a fala do Servidor Municipal, no sentido de que havia uma igreja que funcionava como ponto de referência para imigrantes haitianos que chegavam no Distrito de Barão de Geraldo.

Outro aspecto relevante ficou evidente na fala de um dos imigrantes haitianos entrevistados. A fala desse imigrante (declaradamente como sendo evangélico) aponta que através do seu contato com um pastor haitiano, estabelecido da República Dominicana, formou uma rede migratória para a Barão Geraldo/Campinas/SP.

Eu tenho um Pastor que é um amigo de longa data, que a gente nasceu junto lá no Haiti, que tava lá na República Dominicana, ele me ligou e falou para mim: “você tem como pra mim ajudar receber alguns fiel que quer vir aqui no Brasil?”

As falas do servidor municipal, do pastor líder atual da igreja onde foi realizado o trabalho de campo, e do entrevistado mencionado acima, mostram que através da chegada de imigrantes haitianos que já eram cristãos, a igreja foi se colocando como ponto de referência para novos imigrantes. Da mesma forma como descrito no trabalho de Audebert (2012), vimos que a religião funciona como uma estratégia de criação de vínculo no destino migratório.

Embora a igreja seja liderada por um pastor brasileiro, muitas são as vezes que as atividades são conduzidas unicamente pelos próprios haitianos, totalmente em crioulo (idioma oficial do Haiti), sem a presença do pastor brasileiro. Qualquer outra atividade, incluindo a presença do pastor, que sejam conduzidas em português, tem-se um membro da comunidade haitiana fazendo integralmente a tradução simultânea do português para o crioulo e vice-versa.

A grande maioria dos membros que frequentam essa igreja são haitianos, com pouquíssimos brasileiros e nenhum imigrante de outra nacionalidade. Como essa igreja tem a sua matriz em outro bairro da cidade de Campinas/SP, o Vila União, o pastor, que é brasileiro, designou alguns homens haitianos como sendo responsáveis pela condução das atividades e manutenção do espaço, que é alugado e mantido através das doações dos fiéis haitianos e brasileiros (frequentadores da igreja matriz).

Além das atividades religiosas dessa igreja de Barão de Geraldo, o prédio fornece a possibilidade de receber atividades sociais e culturais, que funcionam como mecanismo de socialização e de fortalecimento da sua cultura. Durante o trabalho de campo presenciei uma atividade conduzida apenas pelo o grupo de mulheres, que ao final foi servida uma sopa típica haitiana, o bouyon/bouillon. Também vivenciei uma atividade do dia das crianças, com a doação de brinquedos e participação de uma pastora visitante. Houve no período da aplicação do trabalho de campo, um casamento, que por conta de incompatibilidade de data não pude participar. Uma das últimas atividades que presenciei, aconteceu uma espécie de batizado de uma bebê oriundo de um casal haitiano.

Durante as atividades de observação participante, me foi relatado a necessidade da comunidade haitiana de conhecer os direitos trabalhistas brasileiros. Ao receber essa demanda, organizei com a colaboração da própria comunidade, professores e pesquisadores universitários e profissionais da área, um seminário sobre direito trabalhista. Essa atividade ocorreu no espaço da igreja, após um culto dominical. Foi ponderada a possibilidade desse evento ocorrer em um espaço universitário, ou até mesmo, da Prefeitura Municipal de Campinas, no entanto, um dos imigrantes haitianos que estavam auxiliando a organização do evento disse que, a adesão poderia ser baixa por ser um espaço desconhecido para a comunidade e fora do seu trajeto usual.

A igreja de Barão Geraldo, conta com um espaço reservado para ser uma sala de aula, com carteiras e lousa, que muito embora durante o meu período de trabalho de campo eu não tenha presenciado nenhuma atividade nessa sala, seus membros me disseram que há a oferta de aulas de português para os imigrantes haitianos, conduzida de forma voluntária pelos próprios haitianos que já tem o domínio da língua portuguesa.

Uma das perguntas do questionário, era quais os bairros e lugares que os imigrantes haitianos circulavam no município de Campinas/SP. Quase que sua totalidade, responderam que frequentavam o bairro de sua moradia, trabalho e igreja, da mesma forma que mencionado no trabalho de Mathieu e Martinelli (2024).

Todos os cultos e atividades culturais contam com a participação de uma banda, formada pelos próprios imigrantes que se revezam entre os instrumentos e músicas. No mais, toda a manutenção e limpeza do espaço é feito, de forma voluntária, pelos membros da igreja. Se há o oferecimento de comida, ou, lanche, os mesmos, são feitos na cozinha da igreja através de colaboração financeira dos próprios fiéis.

Considerações finais

Este capítulo se propôs a discutir a importância das igrejas, especificamente as evangélicas, no contexto da imigração haitiana para Barão Geraldo, distrito do município de Campinas/SP. A igreja evangélica só serve como rede migratória e ponto de acolhimento e abrigamento para imigrantes haitianos que são praticantes dessa religião, que embora atualmente possa compreender grande parcela da população haitiana, não corresponde a sua totalidade.

No entanto, para os imigrantes que se declaram evangélicos e participam das atividades religiosas e culturais, há um espaço de acolhimento, pertencimento e segurança. A igreja é, portanto, um lugar em que os imigrantes podem, com segurança, praticar a sua fé e seus costumes, falar a sua língua materna, fortalecer e criar vínculos com outros imigrantes. É também na igreja que se tem um espaço de assistência social, já que muitas vezes o Estado não cumpre com o seu papel, e os imigrantes não conseguem acessar serviços públicos por barreiras linguísticas e/ou burocráticas.

Nesse sentido, e em um contexto de migração de crise, onde os imigrantes haitianos enfrentam muitos desafios na sua origem e no seu destino, a atuação das igrejas é uma substituta bastante relevante dado a incapacidade dos Estados (brasileiro e haitiano) de cumprir com as suas obrigações, oferecendo suporte em diversas áreas como: educação, assistência social, suporte espiritual e socialização.

É nesse espaço religioso, que os imigrantes trocam informações sobre a sociedade de destino e aprendem, coletivamente, sobre seus regramentos, leis e instituições locais, que podem fornecer auxílio aos imigrantes, como foi o caso da atividade sobre direito trabalhista, em que muito imigrantes tiveram contato com os regimentos do direito do trabalho e possibilidade de tomar conhecimento de instituições como o Ministério Público do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho e Defensoria Pública.

Importante reforçar que a imigração haitiana se insere em um complexo emaranho de oportunidades e constrangimentos que variam de acordo com os destinos, classe social dos imigrantes e período em que a imigração acontece.

Referências bibliográficas

- AUDEBERT, C. La Diaspora Haitienne: territoires migratoires et réseaux. França: Presses Universitaires de Rennes, 2012. Disponível em: <<https://books.openedition.org/pur/26969>>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2025.
- BAENINGER, R. Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista. Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 4, n. 5, p. 109–112, 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647996>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Imigração haitiana em São Paulo: perfil e ocupação. In: BAENINGER, R. (org.). Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. 253-263
- BAENINGER, R.; PERES, R. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143.janeiro/abril,2017. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbepop/a/MzJ5nmHG5RfN87c387kkH7g/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.
- BAENINGER, R. et al. (org.). Migrações Sul-Sul. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R.; DEMETÉRIO, N.B.; DOMENICONI, J. (coord.). Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo e Observatório das Metrôpoles- Migrações Internacionais, Macrometrópole Paulista, Regiões Metropolitanas e Regiões Administrativas. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2020.
- BARROS, W. da S. de. Mobilidade humana e pluralismo religioso: a missão paz e o diálogo inter-religioso na acolhida de imigrantes e refugiados. 258f. Tese (Doutorado)- Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.
- CONTINGUIBA, G. C., PIMENTEL-COTINGUIBA, M. L. Uma análise da presença haitiana na Amazônia: um estudo de caso de Porto Velho. In: BAENINGER et al. (org.). Migrações Sul-Sul. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018. p. 260-273.
- FERNANDES, D. M.; FARIA, A. V. de. Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. In: Congresso da Associação Latino-Americana de População (ALAP),V, 2012, Montevideu. Anais [...]. Montevideu: ALAP, 2012. Disponível em: < <https://files.alapop.org/congreso5/1617/>>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2025.
- GLICK-SCHILLER, N. The transnational migration paradigm: global perspectives on migration research. In: HALM, D.; SEZGIN, Z. (ed.). Migration and organized civil society: rethinking national policy. London: Routledge, 2012. p. 25-43.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC, C.Z. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. Annals of the New York Academy of Sciences, New York, NY, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992
- IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de influência das cidades: 2018 / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.
- MAGALHÃES, L. F. A. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.

MATHIEU, J.; MARTINELLI, G.M. A participação religiosa como mecanismo de enraizamento de imigrantes haitianos cristãos em São Paulo. *TRAVESSIA- Revista do Migrante*. São Paulo, 1(101), n. 101, p.44-62, setembro/dezembro,2024. Disponível em: <<https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1429#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%20a,para%20a%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade>>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2025.

MAY, T. Pesquisa social: questões e métodos e processos. Tradução de: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

MÉZIÉ, N. Emergência e ascensão dos protestantismos no Haiti: um panorama histórico. *Debates do NER, [S. l.]*, v. 1, n. 29, p. 289–327, 2016. DOI: 10.22456/1982-8136.61047. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/61047>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2025.

Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo - Números da imigração internacional para o Brasil, 2000-2024(jan.-mar.). Campinas, SP: Observatório das Migrações em São Paulo - NEPO/ UNICAMP. Data do download: 20 de abril de 2019, com atualização em 10 de abril de 2024. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincre-sismigra/>>. Acesso em: 07/02/2025

PARISE, P.; DIÉMÉ, K. A Missão Paz e imigração haitiana em São Paulo, 2010-2015: Entrevista com o Padre Paolo Parise. *TRAVESSIA - revista do migrante, [S. l.]*, n. 79, p. 133–144, 2016. Disponível em: <<https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/62>>. Acesso em: 6 de fevereiro de 2025.

PATARRA, N. L. Brasil: país de imigração? e-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, n. 09, ano 3, jun. 2012. Disponível em: <<http://emetropolis.net/artigo/64?name=o->>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2025.

PORTES, A. Estudos sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração. Lisboa: Fim de Século Edições, 2006

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1998.

SILVA, S. A. A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário. In: BAENINGER, R. et al. (org.). *Imigração Haitiana no Brasil*. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2016. p. 207-228.



Inserção ocupacional de imigrantes internacionais no setor de serviços nas metrópoles brasileiras

Jóice Domeniconi*

Rosana Baeninger**

O estudo das migrações internacionais contemporâneas demanda abordagens analíticas que levem em conta a complexidade crescente desses fluxos (Czaika; De Haas, 2014), bem como, sua relação com as transformações econômicas globais em um contexto de internacionalização do capital e mobilidade da força de trabalho (Sassen, 1988). Nas últimas décadas, os movimentos migratórios têm se intensificado em escala global, particularmente entre países do Sul Global e na América Latina, sendo caracterizados por diferentes modalidades migratórias (Wenden, 2001) e pelas dinâmicas contraditórias da reestruturação produtiva e da urbanização desigual (IOM, 2020a).

Nesse cenário, as metrópoles assumem papel central, funcionando simultaneamente como espaços de recepção, trânsito e, por vezes, expulsão de migrantes, ao mesmo tempo em que reproduzem padrões históricos de segregação socioespacial e desigualdade (Sassen, 1998; Castles; De Haas; Miller, 2020; Patarra; Baeninger, 2006; Baeninger, 2005).

* Pós-doutoranda no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (DD/IFCH/UNICAMP). Pesquisadora no Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/UNICAMP).

** Professora Colaboradora no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”.

As grandes cidades brasileiras, especialmente as metrópoles, operam como centros de concentração das funções econômicas, políticas e culturais, mas também se configuram como espaços privilegiados da migração e das relações próprias da divisão internacional do trabalho (Baeninger 2013; Baeninger, 2005; Cunha, 2005). Nesse contexto, a migração dialoga com transformações nas dinâmicas sociodemográficas regionais e internacionais e envolve processos marcados por seletividades institucionais e estruturais, que moldam as trajetórias de inserção no mercado de trabalho formal e nas novas lógicas urbanas (Baeninger, 2005, 2017; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2020; Cunha, 2022, 2005). A combinação entre globalização periférica (Lima, 2020), desigualdades internas e governança migratória seletiva (Mármora, 2010; Finn; Revecó; Feddersen, 2019) tem aprofundado a marginalização dos imigrantes internacionais (Domenech; Dias, 2022), mesmo quando estes estão formalmente inseridos o setor econômico de serviços.

A partir disso, objetiva-se compreender como os imigrantes internacionais se distribuem na estrutura sócio-ocupacional formal das metrópoles brasileiras¹ e como as seletividades migratórias e estruturais condicionam sua inserção formal no mercado de trabalho, com ênfase no setor de serviços. Para tanto, utilizam-se dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no período de 2010-2021, 2022-2024. A utilização desses registros possibilita o acesso a informações detalhadas sobre vínculos formais de trabalho, permitindo captar padrões de inserção por nacionalidade, escolaridade, faixa etária, sexo, ocupação, remuneração e tempo de vínculo. Como potencialidade, esse tipo de fonte oferece ampla cobertura e desagregação espacial. Contudo, sua principal limitação reside na sub-representação de trabalhadores informais, autônomos ou temporários.

O estudo explora os mecanismos de estratificação ocupacional (Vilela, 2008) e seus efeitos sobre as possibilidades de inserção sociolaboral formal dos imigrantes internacionais nesses espaços urbanos brasileiros, sobretudo no setor de serviços, setor-chave na reorganização produtiva urbana e na reconversão econômica das metrópoles no século XXI.

A pesquisa evidencia, por um lado, que os imigrantes internacionais estão fortemente representados no setor de serviços das metrópoles brasileiras, ainda que em ocupações marcadas por baixa remuneração, flexibilidade contratual e reduzida seguridade social (OIT, 2017). Por outro, uma fração dos imigrantes, particularmente os trabalhadores do conhecimento (Domeniconi, 2017), consegue acessar posições de melhor qualificação e com mais benefícios, evidenciando a heterogeneidade e seletividade migratória nesses espaços metropolitanos. Conclui-se que, mesmo entre os trabalhadores formais, verifica-se uma inserção hierarquizada e seletiva, ancorada em desigualdades e barreiras estruturais que moldam a plena interação da mão de obra imigrante no mercado de trabalho formal e a segmentação ocupacional urbana brasileira no século XXI.

¹ Segundo a Pesquisa Regiões de Influência das Cidades – REGIC, 2018 (IBGE, 2020), o Brasil possui 12 metrópoles identificadas pelo IBGE. São elas i) Grande Metrópole Nacional: São Paulo; ii) Metrópoles Nacionais: Rio de Janeiro e Brasília e iii) Metrópoles: Belém, Belo Horizonte, Campinas, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Salvador e Vitória.

Governança migratória, globalização periférica e estrutura ocupacional no Brasil

A análise da migração internacional contemporânea exige o reconhecimento de que este fenômeno está intrinsecamente vinculado às transformações estruturais do capitalismo global e à reprodução das desigualdades no Sul Global. Do ponto de vista do debate teórico-conceitual, sua compreensão requer a consideração das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como do desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte (Pellegrino, 2003) e, sobretudo, da mobilidade do capital e da força de trabalho (Sassen, 1998). O fenômeno migratório deve, assim, ser analisado em sua complexidade e historicidade, como elemento central da dinâmica socioeconômica (Singer, 1976), especialmente em uma sociedade crescentemente baseada na geração de conhecimento, informação e desenvolvimento tecnológico (Castells, 1999).

As migrações internacionais, especialmente no século XXI, têm assumido um caráter seletivo e hierarquizado, operando sob dispositivos de controle que combinam políticas migratórias seletivas e práticas securitárias, frequentemente distantes dos compromissos com os direitos humanos (Mezzadra; Neilson, 2013). No caso das migrações Sul-Sul, essa seletividade se manifesta de forma ainda mais acentuada, envolvendo sujeitos oriundos de países economicamente periféricos, muitas vezes expostos, em termos de sua inserção laboral, à informalidade, à rotatividade ocupacional e ao não reconhecimento de competências e formações educacionais e profissionais (Castles; Wise, 2007).

No Brasil, essa segmentação reflete a dimensão social e histórica de uma estrutura sócio-ocupacional hierarquizada (Antunes, 2015; Sassen, 1998), na qual os distintos grupos imigrantes são incorporados de forma funcional e seletiva, tanto em razão de sua elevada qualificação educacional e profissional, quanto por meio de inserções precárias no mercado laboral (Cobo; Oliveira, 2024; Brandt; Corbellini; Mendelski, 2023; Risson; Del Magro, 2017; OIT, 2017; Suzuki, 2019). Essa segmentação não se limita ao nível local, mas está diretamente conectada à nova divisão internacional do trabalho, que reorganiza o espaço global de produção e de mobilidade migratória (Castles; De Haas; Miller, 2020).

Nesse cenário, a governança transnacional das migrações é determinada por relações geopolíticas assimétricas, que estabelecem critérios desiguais de acesso à mobilidade internacional e às oportunidades de inserção nos mercados de trabalho, sobretudo, formais (Sassen, 1998; Wise; Covarrubias, 2012; Cobo; Oliveira, 2024). Nos espaços de origem, trânsito e destino, configuram-se condições diferenciadas para o reconhecimento de títulos e documentos internacionais, para a regularização migratória e para a inserção sócio-ocupacional formal em níveis, setores e ocupações compatíveis com as formações e experiências laborais dos migrantes. Tais condições refletem barreiras e seletividades socialmente construídas, que se tornam difíceis de serem superadas pelo trabalhador imigrante, mesmo em sua composição mais qualificada. Esses obstáculos dependem, em grande medida, dos canais de migração disponíveis (Garrick, 1991) e afetam de forma diferenciada os perfis sociodemográficos dos migrantes, especialmente no Sul Global (Castles; De Haas; Miller, 2020).

Apesar das tentativas de regulamentação mais favoráveis em termos regionais, como o Acordo de Residência do MERCOSUL, ainda existem obstáculos estruturais que dificultam a plena integração social e laboral imigrante no Brasil, especialmente no setor de serviços, onde as condições de trabalho, à luz das tendências macroestruturais, são marcadas por precarização e informalidade (IOM, 2020b; OIT, 2017). Esse cenário é particularmente evidente nas grandes metrópoles brasileiras, que, embora representem espaços de grande concentração de oportunidades econômicas, também funcionam como espaços seletivos que reproduzem desigualdades sociais e econômicas. A estrutura ocupacional urbana, especialmente no setor de serviços, reflete e reproduz desigualdades socioespaciais, mesmo quando o contexto regulatório ‘parece’ favorável à regularização documental (Baeninger, 2017; Mármora, 2010).

Segundo Lima (2020), a globalização periférica configura-se como um processo de reestruturação subordinada do trabalho nos países do Sul Global, caracterizado pela precarização, seletividade e informalidade. Segundo Mármora (2010), políticas migratórias seletivas podem reforçar hierarquias sociais e laborais mesmo nos circuitos formais do mercado, contribuindo para a reprodução da desigualdade e da precarização ocupacional. Nesse contexto, os fluxos migratórios Sul-Sul se inserem em mercados de trabalho já marcados por desigualdades estruturais e baixos níveis de proteção social, revelando as contradições entre legalidade documental e inclusão substantiva (Castles; Wise, 2007). A presença ‘documentada’ no país e no mercado de trabalho não garante, nesse sentido, o acesso a direitos trabalhistas, à mobilidade ocupacional ou ao reconhecimento de competências, o que reforça condições de exploração e invisibilidade dos imigrantes (OIT, 2017; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2019).

As migrações Sul-Sul, em particular, revelam a integração desigual de países economicamente periféricos à dinâmica da mundialização do capital, caracterizada pela intensificação da circulação de capitais, mercadorias, informações e conhecimento (Chesnais, 1996; Castells, 1999). Como aponta Patarra (2005, p. 24), “os movimentos migratórios internacionais constituem a contrapartida da reestruturação territorial planetária – que, por sua vez, está intrinsecamente relacionada à reestruturação econômico-produtiva em escala global”. Já Martine (2005, p.3) observa que, mesmo diante de expressivas tendências em torno da migração internacional, “em um cenário de globalização parcial e inacabada, o capital humano, enquanto fator de produção, em grande parte das vezes, não se encontra livre para circular entre as fronteiras, como os fluxos de capitais e de mercadorias”.

A redistribuição espacial da população em termos locais, regionais e internacionais, ainda que permeada pela capacidade de agência imigrante, reflete dinâmicas mais amplas de reorganização territorial nas quais as grandes metrópoles desempenham um papel central. A articulação entre migração e urbanização evidencia o papel das metrópoles como polos de atração, circulação e expulsão de migrantes, configurando-as como espaços de reprodução e intensificação de desigualdades sociais (Patarra; Baeninger, 2006; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2019).

Esses centros urbanos, além de centralizarem funções econômicas, políticas e culturais, são moldados por seletividades sociais que estruturam os fluxos migratórios em distintos níveis

escalares (Brandão, 2017) e em termos sociodemográficos (Baeninger, 2015b). Como destaca Baeninger (2015b), a mobilidade populacional não é apenas uma consequência das necessidades estruturais, mas também uma força propulsora de profundas transformações sociais e econômicas tanto nas regiões de origem, quanto nas de trânsito e de destino.

Nesse cenário, torna-se indispensável compreender como as metrópoles latino-americanas — marcadas por heterogeneidade social, segmentações ocupacionais e seletividades migratórias — se inserem nas reconfigurações do capitalismo contemporâneo. A partir de uma leitura crítica, Brandão (2017) destaca que estamos diante de um profundo reordenamento escalar e hierárquico dos territórios, impulsionado pela financeirização do capital e por sucessivas rodadas de re-regulação das mercadorias fundamentais (terra, trabalho e dinheiro). Tais transformações operam sob o signo de uma condensação histórica que reorganiza, simultaneamente, as escalas mundial, nacional e regional, tensionando a coesão das formações sociais e ampliando as desigualdades estruturais.

No século XXI, as metrópoles se (re)constituem, por um lado, como espaços estratégicos de recepção e trânsito populacional, marcados por intensa heterogeneidade social; por outro, consolidam-se como locais profundamente conectadas às dinâmicas do capital transnacional e de seus principais atores, os grandes conglomerados empresariais (Castells, 1999; Harvey, 1992). Nesses espaços metropolitanos sobrepõem-se processos de centralização das funções de comando econômico — financeiro e produtivo —, político e cultural, à concentração de atividades de gestão e serviços especializados, e à reprodução de trajetórias históricas de desigualdades e exclusão socioespacial (Lencioni, 2003; Cunha, 2006).

Essas transformações não se limitam à reorganização das funções urbanas, mas impactam profundamente os mercados de trabalho metropolitanos. Segundo Brandão (2017), as sucessivas rodadas de neoliberalização têm promovido uma reestruturação regressiva nesses espaços, intensificando a precarização, a informalização e a superexploração das ocupações urbanas. Tais dinâmicas acentuam desigualdades históricas, reforçam seletividades sociais e espaciais e aprofundam a fragmentação socioeconômica no interior das metrópoles brasileiras.

No contexto latino-americano, essa dinâmica global se articula a um padrão histórico de dependência e subordinação estrutural. Como argumenta Brandão (2017), a persistente incompletude dos sistemas nacionais — expressa na precariedade das forças produtivas, na oferta abundante de mão de obra desprovida de direitos e na ausência de mecanismos endógenos de financiamento e inovação — contribui para a reprodução de uma estrutura produtiva heterogênea e regressiva. Sob a atual rodada de neoliberalização, observam-se processos de reprimarização, expansão de enclaves extrativistas e renovadas formas de expropriação do comum, justificadas por discursos de “modernização” e competitividade global. Esses elementos ajudam a compreender como os territórios urbanos periféricos, ainda que inseridos em redes transnacionais de produção e circulação, continuam a reproduzir desigualdades históricas em novas formas espaciais e laborais.

A inserção dos imigrantes internacionais — enquanto população excedente em circulação — expressa esse processo, sendo particularmente sujeita à exploração, mesmo nos circuitos

formais (Baeninger, 2015a). Esse enquadramento contribui para a reprodução de hierarquias laborais racializadas, generificadas e estruturadas por nacionalidade (Cobo, Oliveira, 2024).

É nesse contexto que o setor de serviços se destaca como um dos principais espaços de inserção da força de trabalho migrante. Sendo um dos mais dinâmicos das economias urbanas contemporâneas, esse setor tem sido simultaneamente marcado por crescentes processos de informalização e precarização, diretamente associados à flexibilização das relações laborais e à lógica da mundialização do capital (Patarra; Baeninger, 2006; Cobo; Oliveira, 2024; Brandt; Corbellini; Mendelski, 2023; Risson; Dal Magro, 2017). Tal configuração torna o setor de serviços funcional à absorção de imigrantes em ocupações desvalorizadas, reproduzindo lógicas de segmentação e exploração socioeconômica.

Como destacam Cobo e Oliveira (2024), há uma confluência entre políticas econômicas neoliberais, reestruturação urbana e formas seletivas de governança migratória, que intensificam a precarização mesmo nos segmentos formais do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as desigualdades que incidem sobre a população imigrante formalmente inserida no mercado de trabalho expressam a própria lógica estruturante da articulação entre reestruturação produtiva, urbanização seletiva e governança migratória no Brasil urbano contemporâneo.

Imigração internacional no setor de serviços

A análise empírica deste estudo baseia-se na articulação entre registros administrativos (RAIS), tendo como unidade de análise o vínculo formal de trabalho. Tal abordagem permite examinar as características sociodemográficas dos imigrantes e a distribuição de suas ocupações formais por setores de atividade, com ênfase no setor de serviços, além de variáveis como nível de escolaridade, remuneração, idade, nacionalidade e sexo. As formas de inserção ocupacional dos imigrantes são estruturadas por múltiplas seletividades (Sassen, 2007), incluindo nacionalidade, raça/cor, escolaridade e gênero, o que contribui para a construção de uma hierarquia interna à própria população migrante. Mesmo em contextos de maior abertura regulatória, como o proporcionado pelo Acordo de Residência do MERCOSUL, persistem obstáculos estruturais à plena integração laboral (IOM, 2020b; OIT, 2017).

Os dados indicam um crescimento substancial no número de vínculos formais de imigrantes internacionais no Brasil, que passaram de 57.492 em 2010 para 204.700 em 2021 (Tabela 1). Já entre 2022 e 2024, o estoque aumentou de 233.587 para 344.123 vínculos. Esse crescimento, especialmente nos dois períodos analisados, ocorre acompanhado por uma diversificação setorial da inserção migrante. Embora o setor de serviços continue a ser o principal espaço de absorção, sua participação relativa declinou frente à expansão da indústria e do comércio, refletindo processos de reestruturação produtiva e segmentação do mercado formal brasileiro. Essas tendências corroboram a centralidade da reorganização econômica e urbana para a compreensão da inserção migratória no contexto das metrópoles brasileiras (Brandão, 2017).

Tabela 1. Evolução dos vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes internacionais, por setor de atividade econômica, Brasil 2010-2021, 2022-2024^(*)

Ano	IBGE Grande Setor Econômico						Total
	Indústria	Serviços	Comércio	Construção Civil	Agropecuária	Não classificados	
2010	13.292	32.262	9.209	2.112	617		57.492
2011	15.374	35.225	10.655	2.781	676		64.711
2012	18.682	39.046	12.230	4.354	842		75.154
2013	26.747	43.946	15.117	7.480	1.195		94.485
2014	35.762	52.193	18.833	10.945	1.579		119.312
2015	39.716	56.352	21.173	11.765	2.031		131.037
2016	33.240	52.947	19.907	7.671	2.196		115.961
2017	37.760	55.854	21.796	7.734	2.546		125.690
2018	44.045	61.578	25.147	8.155	2.868		141.793
2019	53.195	67.146	30.511	8.225	3.306		162.383
2020	68.745	68.055	34.085	10.594	3.814		185.293
2021	74.484	76.088	40.070	10.218	3.840		204.700
2022	80.745	87.577	45.889	12.329	5.165	1.882	233.587
2023	97.603	105.535	56.155	16.633	6.675		282.601
2024	126.803	117.063	70.264	21.538	8.455		344.123

(*) A série histórica apresenta uma ruptura metodológica a partir de 2022, decorrente de alterações nos procedimentos de coleta e processamento dos registros da RAIS. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, essa mudança compromete a comparabilidade dos dados recentes com os anos anteriores, podendo impactar a análise das variações e da distribuição setorial dos vínculos.

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), 2010-2024.Observatório das Migrações em São Paulo -NEPO/UNICAMP.

No setor de serviços, observa-se o predomínio dos vínculos ativos formais associados a imigrantes do Sul Global, cuja participação relativa aumentou de 54% em 2010 para 80% em 2021, alcançando 88% em 2024. Destacam-se nacionalidades específicas como venezuelanos — que somam 46.237 vínculos e representam cerca de 44% do total do Sul Global nesse setor — haitianos (11.373 vínculos), argentinos (7.933), cubanos (6.239) e paraguaios (4.474). Por outro lado, os vínculos associados a imigrantes do Norte Global, embora numérica e proporcionalmente inferiores, concentram-se em ocupações de maior qualificação e remuneração, sendo as nacionalidades mais representativas canadenses (7.046 vínculos), estadunidenses (5.754), portugueses (4.593) e italianos (2.905). As metrópoles brasileiras, especialmente São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, concentram a maior parte desses vínculos, reafirmando seu papel central como polos de atração da força de trabalho migrante internacional.

Em 2024, foram registrados 115.468 vínculos formais de imigrantes internacionais no setor de serviços no Brasil, dos quais 45% (51.830) estavam concentrados nas metrópoles e 49,6% (63.638) no restante do país. As regiões Sudeste e Sul se destacam, com São Paulo reunindo 30,4% dos vínculos nacionais, sendo 60,4% localizados na capital. Santa Catarina (16,6%) e Paraná (17,2%) também apresentam altos percentuais, com destaque para Florianópolis (3,2%) e Curitiba (8,0%) (Tabela 2).

Quanto à origem, observa-se predominância de imigrantes do Sul Global: 86,4% dos vínculos nas metrópoles e 92,0% no restante do país. Essa concentração é particularmente expressiva em capitais como Curitiba (95,9%), Florianópolis (96,5%), Porto Alegre (93,5%) e Manaus (98,0%). Em contraste, Rio de Janeiro (33,1%) e Recife (32,0%) apresentam participação relativamente maior de imigrantes do Norte Global, ainda que o Sul Global permaneça majoritário em todas as metrópoles brasileiras.

As metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro concentram, juntas, 24,4% dos vínculos nacionais do setor. No conjunto das capitais, a média de participação do Sul Global nos vínculos formais é de 86%, oscilando entre 66,9% (Rio de Janeiro) e mais de 96% em cidades do Norte e Sul do país. No interior, embora o volume absoluto de vínculos (63.638) seja semelhante ao das metrópoles, a concentração de imigrantes do Sul Global é ainda mais elevada, alcançando 92,0% dos vínculos formais. Esses resultados indicam a expressiva participação das metrópoles na absorção de imigrantes no setor de serviços e a centralidade dos fluxos originários do Sul Global na composição desse mercado de trabalho.

Em 2024, os vínculos formais de imigrantes internacionais no setor de serviços das metrópoles brasileiras concentram-se na faixa economicamente ativa (18 a 64 anos), representando 97,9% entre os imigrantes do Sul Global e 86,9% do Norte Global. Faixas etárias mais jovens (10 a 17 anos) têm participação residual, enquanto os idosos (65 anos ou mais) representam 1,5% e 11,5%, respectivamente, indicando perfis demográficos distintos entre as origens globais.

São Paulo lidera em números absolutos (17.816 do Sul Global e 3.394 do Norte Global), seguida por Curitiba e Rio de Janeiro. A predominância do Sul Global, sobretudo entre jovens economicamente ativos, reforça o papel das metrópoles do Sudeste e Sul como principais polos de absorção dessa força de trabalho. A maior presença relativa de idosos entre os imigrantes do Norte Global sugere fluxos mais antigos ou inserções ocupacionais em cargos que exigem maior senioridade, como funções especializadas ou de gerência. Assim, os dados apontam que as metrópoles brasileiras concentram imigrantes jovens e ativos do Sul Global, enquanto os oriundos do Norte Global apresentam composição etária mais diversificada e inserções mais qualificadas.

Tabela 2. Estoque de vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes internacionais no setor de serviços, por UF, metrópoles e origem global – Brasil, 2024

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), 2024. Observatório das Migrações em São Paulo -NEPO/UNICAMP.

Os dados de 2024 revelam diferenças significativas de escolaridade entre imigrantes do Sul e do Norte Global nas metrópoles brasileiras. No Sul Global, predomina a escolaridade intermediária — ensino médio e superior incompleto (63,5%) —, mas chama atenção a expressiva proporção com ensino superior ou pós-graduação (27,7%), indicando presença qualificada, especialmente em centros como São Paulo e Curitiba, onde se observa a inserção de trabalhadores do conhecimento no setor de serviços. Entre os imigrantes do Norte Global, 69,6% possuem ensino superior ou pós-graduação, reforçando o caráter seletivo desses fluxos. Ainda assim, há variações locais, com algumas metrópoles apresentando maior diversidade educacional dentro desse grupo (Tabela 3).

Quanto ao sexo, verifica-se predominância masculina em ambas as origens: 56% entre os imigrantes do Sul Global e 61,3% no Norte Global. No entanto, em cidades como São Paulo e Curitiba, a participação feminina é relativamente elevada, alcançando cerca de 44% entre os imigrantes do Sul Global, o que aponta para contextos de absorção de mão de obra feminina. No Norte Global, o desequilíbrio de gênero é mais acentuado, sobretudo no Rio de Janeiro.

Tabela 3. Estoque de vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes internacionais no setor de serviços, por metrópoles, origem global e nível de escolaridade – Brasil, 2024

Metrópoles	Analfabeto	Fundamental Incompleto e Completo	Médio incompleto, completo e Sup. Incompleto	Superior e Pós-graduação	Total
Sul Global					
Manaus	5	187	2.211	253	2.656
Belém	7	16	72	30	125
Fortaleza	3	26	245	98	372
Recife	-	16	181	108	305
Salvador	-	19	224	164	407
Belo Horizonte	5	118	611	373	1.107
Vitoria	-	6	89	75	170
Rio de Janeiro	4	186	1.284	1.398	2.872
Campinas	17	138	607	425	1.187
São Paulo	75	1.367	9.812	6.562	17.816
Curitiba	37	921	6.778	1.126	8.862
Florianópolis	12	200	2.781	569	3.562
Porto Alegre	6	270	1.429	415	2.120
Goiânia	9	125	727	143	1.004
Brasília	8	141	1.401	679	2.229
Total	188	3.736	28.452	12.418	44.794
Norte Global					
Manaus	-	-	18	35	54
Belém	-	-	18	29	47

Fortaleza	-	1	28	49	80
Recife	-	3	42	98	144
Salvador	1	5	44	123	173
Belo Horizonte	2	3	109	172	286
Vitoria	-	1	30	32	64
Rio de Janeiro	1	21	352	1.015	1.419
Campinas	1	4	65	114	184
São Paulo	3	34	752	2.557	3.394
Curitiba	-	2	194	179	378
Florianópolis	-	1	62	64	128
Porto Alegre	1	3	47	96	148
Goiânia	1	4	98	53	155
Brasília	-	4	96	281	382
Total	10	86	1.955	4.897	7.036

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), 2024. Observatório das Migrações em São Paulo -NEPO/UNICAMP.

As metrópoles brasileiras revelam padrões distintos de inserção socioeconômica de imigrantes, influenciados por dinâmicas regionais e diferenças entre os fluxos do Sul e do Norte Global. Em 2024, a maioria dos vínculos no setor de serviços concentra-se em faixas de até 3 salários-mínimos — 71,5% no Sul Global e 29,9% no Norte —, com menor presença nas faixas mais baixas, até 1 salário-mínimo (8,5% e 4,4%, respectivamente). O Norte Global concentra proporcionalmente mais vínculos em faixas intermediárias e altas (39,3% acima de 7 salários), refletindo perfis mais qualificados, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. No Sul Global, embora a proporção seja menor (18,9%), o número absoluto é superior, com destaque para São Paulo e Curitiba.

Vínculos com remuneração acima de 15 salários-mínimos são mais frequentes no Norte Global (25,6% contra 7%), mas o Sul Global ainda lidera em termos absolutos. Cidades como Florianópolis, Porto Alegre, Brasília e Campinas também se destacam por abrigarem vínculos mais qualificados, sinalizando perfis ocupacionais diversificados. Essas diferenças revelam trajetórias de inserção desiguais e processos seletivos marcados tanto pela origem global, quanto pelas especificidades locais dos mercados metropolitanos.

Em 2024, os vínculos formais no setor de serviços mostram diferenças significativas no tempo de emprego entre imigrantes do Sul e do Norte Global. Entre os imigrantes do Sul Global, predomina a rotatividade: 70% dos vínculos têm até 23,9 meses, e apenas 13,2% são de longa duração (60 meses ou mais). Já no Norte Global, há maior estabilidade, com 36,5% dos vínculos acima de 60 meses e apenas 14,6% em faixas mais curtas (Tabela 4).

São Paulo lidera em vínculos de longa duração, seguida por Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre, indicando maior retenção da força de trabalho imigrante. Em contraste, Manaus, Belém, Salvador e Recife concentram vínculos de curta a média duração, apontando para inserções mais instáveis. Florianópolis e Campinas apresentam padrões intermediários, com maior equilíbrio entre as faixas de tempo (Tabela 4).

Tabela 4. Percentual de vínculos ativos de trabalho formal em 31/12 para imigrantes internacionais no setor de serviços, por metrópoles, origem global e tempo no emprego (meses) – Brasil, 2024

Metrópoles	Faixa Tempo Emprego (meses)									Total
	Até 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 23,9	24,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120,0 ou +	Não class.	
Sul Global										
Manaus	368	368	544	559	314	290	171	42	-	2.656
Belém	21	13	31	18	15	11	8	8	-	125
Fortaleza	54	47	74	83	36	33	35	9	1	372
Recife	25	32	43	45	65	36	37	22	-	305
Salvador	39	47	66	80	48	42	52	33	-	407
Belo Horizonte	152	154	235	220	125	98	93	29	1	1.107
Vitoria	14	28	25	38	19	16	16	14	-	170
Rio de Janeiro	292	281	467	503	363	296	397	273	-	2.872
Campinas	222	184	201	205	121	86	95	72	1	1.187
São Paulo	2.849	2.572	3.026	3.172	1.787	1.662	1.822	905	21	17.816
Curitiba	2.422	1.699	1.940	1.462	636	315	290	92	6	8.862
Florianópolis	956	523	707	611	268	226	214	54	3	3.562
Porto Alegre	335	233	350	404	247	237	216	98	-	2.120
Goiânia	230	156	223	167	77	60	65	23	3	1.004
Brasília	302	617	306	301	195	151	222	133	2	2.229
Total	8.281	6.954	8.238	7.868	4.316	3.559	3.733	1.807	38	44.794
Norte Global										
Manaus	2	3	3	5	10	2	10	19	-	54
Belém	2	2	6	11	5	3	10	8	-	47
Fortaleza	7	3	10	14	7	11	15	13	-	80
Recife	11	18	13	19	18	18	18	29	-	144
Salvador	5	16	17	20	27	16	30	42	-	173
Belo Horizonte	19	31	44	45	29	48	33	37	-	286
Vitoria	3	6	7	15	10	6	13	4	-	64

Rio de Janeiro	66	88	143	154	119	152	320	373	4	1.419
Campinas	15	16	28	25	20	15	34	31	-	184
São Paulo	157	308	398	473	407	435	576	637	3	3.394
Curitiba	35	52	64	64	34	48	41	40	-	378
Florianópolis	17	14	21	20	20	13	12	11	-	128
Porto Alegre	4	12	15	28	23	14	26	25	1	148
Goiânia	11	20	47	24	12	13	14	13	1	155
Brasília	19	51	28	62	39	48	60	75	-	382
Total	373	640	844	979	780	842	1.212	1.357	9	7.036

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), 2024. Observatório das Migrações em São Paulo -NEPO/UNICAMP.

Em 2024, os vínculos formais no setor de serviços nas metrópoles brasileiras revelam predominância de contratos CLT: 83,7% entre imigrantes do Sul Global e 91,0% no Norte Global. São Paulo lidera em números absolutos, seguida por Rio de Janeiro e Curitiba. Cidades como Fortaleza, Manaus, Belém, Salvador e Recife, embora com volumes menores, também mantêm maioria de vínculos regidos pela CLT. Contratos temporários e de aprendizagem aparecem em menor proporção, com destaque em Curitiba e Rio de Janeiro, sugerindo maior diversidade contratual nesses contextos.

Quanto ao porte dos estabelecimentos, os vínculos do Sul Global distribuem-se de forma relativamente equilibrada, com destaque para empresas com 10 a 49 empregados (24,6%) e com 1.000 ou mais (23%). São Paulo concentra os maiores volumes, com 6.411 vínculos em grandes empresas. No Norte Global, os vínculos se concentram em médias e grandes empresas (41,5% e 13,4%), com forte presença em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. Curitiba, Porto Alegre e Florianópolis exibem distribuição mais equilibrada entre os portes, enquanto metrópoles como Manaus, Belém, Salvador e Recife concentram vínculos em pequenos estabelecimentos, refletindo estruturas produtivas locais mais restritas.

A composição ocupacional mostra segmentações nítidas. Imigrantes do Sul Global estão majoritariamente inseridos em funções operacionais, como trabalhadores dos serviços e vendedores (43,6%), administrativos (17,2%) e profissionais das ciências e artes (14,4%). São Paulo, Curitiba e Rio concentram a maior parte, mas cidades como Salvador, Fortaleza e Belo Horizonte também registram volumes expressivos em funções de suporte, manutenção e alimentação. Florianópolis e Porto Alegre se destacam por concentrarem profissionais administrativos e de serviços qualificados.

Já entre os imigrantes do Norte Global, há maior presença em funções de alta qualificação: profissionais das ciências e artes (38,3%), membros superiores do poder público (24,6%) e administrativos (15%). São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Campinas concentram esses vínculos, com destaque para cargos de direção e gestão. Belo Horizonte e Florianópolis também apresentam inserções relevantes em funções especializadas, ainda que em menor escala.

Esse panorama revela a segmentação estrutural das metrópoles brasileiras: enquanto o Sul Global compõe a base do setor de serviços — com forte presença em ocupações essenciais, mas também inserções em cargos qualificados —, o Norte Global tende a ocupar posições

de prestígio e maior escolarização. Metrôpoles como São Paulo, Rio, Curitiba, Porto Alegre e Brasília refletem essas desigualdades, mas também revelam dinâmicas locais de diversificação e sobreposição entre perfis ocupacionais.

Considerações finais

Os resultados indicam que os imigrantes internacionais estão fortemente representados no setor de serviços das metrôpoles brasileiras, com inserção predominantemente concentrada em ocupações de baixa remuneração e baixa estabilidade. Mesmo no interior do mercado formal, observa-se uma segmentação ocupacional persistente, atravessada por nacionalidade, escolaridade e sexo (OBMigra, 2020; Suzuki, 2019; Amaral, 2019). Notadamente, os imigrantes trabalhadores do conhecimento (Domeniconi, 2017) conseguem acessar posições mais qualificadas e com melhores condições contratuais, evidenciando a heterogeneidade da inserção sociolaboral. No entanto, essa presença minoritária não altera a tendência geral: mesmo entre os mais qualificados, a formalização não garante acesso pleno, mobilidade ascendente nem estabilidade. As experiências laborais dos imigrantes permanecem moldadas por múltiplas seletividades (Lee, 1960), que estruturam hierarquias internas à própria população migrante.

A análise empírica com base nos registros administrativos da RAIS (2010-2021, 2022-2024) confirma que a inserção formal, por si só, não rompe com as barreiras institucionais e estruturais que limitam o reconhecimento de competências e restringem a valorização do capital humano migrante. Em um contexto de reestruturação produtiva e globalização periférica (Baeninger, Demétrio, Domeniconi, 2020), mesmo os imigrantes com elevada escolaridade enfrentam dificuldades de inserção condizente com sua formação e experiência (Domeniconi, 2021), resultando em trajetórias marcadas por subutilização e desvalorização. Essas dinâmicas se reproduzem de forma diferenciada nas metrôpoles brasileiras, cujas estruturas produtivas e mercados locais condicionam seletivamente os perfis absorvidos e os tipos de vínculos gerados (Baeninger, 2012).

De modo geral, as metrôpoles brasileiras operam como espaços de atração e triagem da força de trabalho migrante, reproduzindo uma estrutura ocupacional seletiva e profundamente hierarquizada. A análise empírica evidenciou contrastes significativos entre os territórios: cidades como São Paulo, Curitiba e Porto Alegre concentram vínculos mais duradouros, distribuídos em maior diversidade ocupacional, inclusive entre funções qualificadas; por outro lado, metrôpoles como Manaus, Salvador, Recife e Belém apresentam vínculos mais curtos, ocupações de base e menor diversidade contratual. Esses padrões reforçam que a segmentação do mercado de trabalho formal está intrinsecamente conectada às desigualdades estruturais das metrôpoles do Sul Global. A migração internacional, ainda que represente um canal de acesso à formalização, também expõe os limites das políticas de integração e os efeitos persistentes da desigualdade no contexto urbano brasileiro (OBMigra, 2020; Suzuki, 2019).

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2025.

BAENINGER, Rosana. Cenários das Migrações Internacionais no Brasil. In: BERQUÓ, E. (org.). Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

BAENINGER, Rosana. Migrações internas no Brasil: tendências para o século XXI. Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense, v. 4, n. 7, p. 9–22, 2015a.

BAENINGER, Rosana. Migrações contemporâneas no Brasil: desafios para as políticas sociais. Prado, E.; COELHO, R. (Orgs.) Migração e trabalho. Brasília : Ministério Público do Trabalho, 2015b.

BAENINGER, Rosana. Notas acerca das migrações internacionais no século. BAENINGER, R. (Org.). Migração internacional. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2013.

BAENINGER, Rosana. Fases e faces da migração em São Paulo. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2012.

BAENINGER, Rosana. São Paulo e suas migrações no final do século 20. São Paulo Em Perspectiva, v. 19, n. 3, p. 84-96, 2005.

BAENINGER, Rosana.; DEMETRIO, Natália; DOMENICONI, Joice (coord.). Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo: Macrometrópole Paulista; Regiões Metropolitanas; Regiões Administrativas. Campinas, SP: NEPO/UNICAMP, 2020.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália B.; DOMENICONI, Joice. Imigração Internacional na Macrometrópole Paulista: novas e velhas questões. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 22, n. 47, p. 17–40, 2019.

BRANDÃO, Carlos A. Crise e rodadas de neoliberalização: impactos nos espaços metropolitanos e no mundo do trabalho no Brasil. Cadernos Metrôpole, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 45–69, abr. 2017.

BRANDT, Grazielle B.; CORBELLINI, Mariana D.; MENDELSKI, Bruno. O perfil socioeconômico dos trabalhadores migrantes do Sul Global em Porto Alegre/RS – Brasil. Ágora (St. Cruz Sul, Online), v.25, n.2, p. 151-168, 2023.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTLES, Stephen; DE HAAS, Hein; MILLER, Mark J. The age of migration: international population movements in the modern world. The Guilford Press, 2020.

CASTLES, Stephen; WISE, Raúl. Migration and Development: perspectives from the South. Geneva: IOM, 2007.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

COBO, Bárbara; OLIVEIRA, Beatriz. Desigualdades no mercado de trabalho brasileiro: uma proposta de conceituação e mensuração do trabalho precário sob a lupa da interseccionalidade. Rev bras estud popul, 41, e0260, 2024.

CUNHA, José Marcos P. Mobilidade espacial da população e o espaço intraurbano: contribuições da demografia. In: CUNHA, Máisa F. ; MARCONDES, Glaucia M. (Orgs.). Questões demográficas contemporâneas: olhares multidisciplinares. 2. ed. São Leopoldo: Editora Oikos, 2022. p. 57–94.

CUNHA, José Marcos P. Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

CUNHA, José Marcos P. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise.

São Paulo Em Perspectiva, 19(4), p. 3–20, 2005.

CZAIKA, Mathias; DE HAAS, Hein. The Globalization of Migration: has the world become more migratory? *International Migration Review*, v. 48, n. 2, p. 283–323, 2014.

DOMENECH, Eduardo.; DIAS, Gustavo. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e Caribe. *Sociologias*, [S. l.], v. 22, n. 55, p. 40–73, 2020.

DOMENICONI, Jóice. Migração internacional qualificada: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, SP, 2017.

DOMENICONI, Jóice. Migrações internacionais qualificadas: o contexto das migrações Sul-Sul no Brasil no século XXI. 2021. 477f. Tese (Doutorado) – IFCH/UNICAMP, Campinas, SP, 2021.

FINN, Victoria; REVECO, Cristián D.; FEDDERSEN, Mayra. Chapter 3: Migration governance in South America: regional approaches versus national laws. In: GEDDES, Andrew; et al. (Eds). *The Dynamics of Regional Migration Governance*. Northampton: Edward Elgar, p. 36-53, 2019.

GARRICK, C. L. A channels framework for the study of skilled international migration. 1991. 298f. PhD thesis – University of Glasgow, 1991.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. World Migration Report 2024: Chapter 2 – Migration and migrants: A global overview. 2024. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024-chapter-2>. Acesso em: 20 abr. 2025

IOM – International Organization for Migration. World Migration Report 2020. Geneva: IOM, 2020a. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/>. Acesso em: 18 abr. 2025.

IOM – International Organization for Migration. Migration Governance Snapshot: MERCOSUR. Geneva: IOM, 2020b. Disponível em: <https://www.iom.int>. Acesso em: 18 abr. 2025.

LEE, Everett S. A theory of migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47–57, 1966.

LEITE, M. P.; POSTHUMA, A. C. Reestruturação produtiva e qualificação: reflexões sobre a experiência brasileira. *São Paulo em Perspectiva*, São Carlos, SP, v. 10, n. 1, p. 63-76, 1996.

LENCIONI, Sandra. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. Tradução . São Paulo: Contexto, 2003.

LIMA, Júlio César. A globalização periférica e a resignificação dos lugares. *Revista Sociedade e Estado*, v. 35, n. 3, p. 765–786, 2020.

MARTINE, George. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo Em Perspectiva*, 19(3), p. 3–22, 2005.

MÁRMORA, Lelio. Modelos de gobernabilidad migratoria: la perspectiva política en América del Sur. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU*, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 71-92, 2010.

MATTOO, Aaditya.; NEAGU, Ileana. C.; ÖZDEN, Çağlar. Brain Waste?: educated Immigrants in the US labor market. Washington, DC: World Bank, 2005. (World Bank Policy Research Working Paper).

MEZZADRA, Sandro; NELSON, Brett. *Border as method, or, the multiplication of labor*. Durham: Duke University Press, 2013.

OBMIGRA – Observatório das Migrações Internacionais. Relatório Anual OBMigra 2020. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério do Trabalho; IPEA; OIT, 2020.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Inserção laboral de migrantes internacionais: transitando entre a economia formal e informal no município de São Paulo. Brasília: OIT Brasil, 2017. ISBN 978-922-830797-9.

OLIVEIRA, André. Impactos da reconfiguração das atividades econômicas sobre os mercados de trabalho nas metrópoles de Belo Horizonte e Salvador. 2010. 312 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ÖZDEN, Çağlar. Educated migrants: is there brain waste? In: ÖZDEN, Ç.; SCHIFF, M. (ed.). International migration, remittances & the brain drain. Washington, DC: World Bank, 2006. p. 227-244.

PATARRA, Neide. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23–33, 2005.

PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana. Mobilidade espacial da população no Mercosul - metrópoles e fronteiras. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 21 nº. 60, 2006.

PELLEGRINO, Adela. Tendências gerais das migrações internacionais na América Latina e Caribe. Revista Brasileira de Estudos de População, Campinas, v. 20, n. 1/2, p. 63–84, 2003.

RISSON, Ana Paula; DAL MAGRO, Márcia. Imigração e trabalho precário: reflexões acerca da chegada da população haitiana no oeste de Santa Catarina. Périplos: Revista De Estudios Sobre Migraciones, 1(1), p.144–152, 2017..

SASSEN, Saskia. The making of international migrations. In: SASSEN, S. Sociology of globalization. New York, NY: Norton & Company, 2007. p. 129-163.

SASSEN, Saskia. Global cities and survival circuits. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell (ed.). Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books, 2002. p. 254–274.

SASSEN, Saskia. Women's burden: counter-geographies of globalization and the feminization of survival. Journal of International Affairs, New York, v. 53, n. 2, p. 503–524, 2000.

SASSEN, Saskia. Globalization and its discontents: essays on the new mobility of people and money. New York: The New Press, 1998.

SUZUKI, Lilian Sayuri Aoki. Trajetórias ocupacionais de trabalhadores imigrantes no Brasil: caminhos desiguais. Revista Sociologia e Cultura, Goiânia, v. 22, n. 1, p. 66–87, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/download/57824/33153>. Acesso em: 18 abr. 2025.

TRIANDAFYLIDOU, A. Globalisation and migration: an introduction. In: TRIANDAFYLIDOU, A. (ed.). Handbook of migration and globalization. Massachusetts, USA: Edward Elgar Publishing, 2018. p. 1-13.

TZENG, R. International labor migration through multinational enterprises. The International Migration Review, New York, NY, v. 29, n. 1, p. 139-154, 1995.

WENDEN, Catherine. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. Hommes & Migrations, n. 1233, p. 5–12, 2001.

WILLIAMS, A. M.; BALÁZ, V. International migration and knowledge. Londres: Routledge, 2008.

WISE, R. D.; COVARRUBIAS, H. M. Strategic dimensions of neoliberal globalization: the exporting of labor force and unequal exchange. Advances in Applied Sociology, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 127-134, 2012.





Expulsões: a vida numa mala de viagem

Juliana Arantes Dominguez*

Os processos migratórios transnacionais revelam novas mobilidades da população (Wenden, 2001) com a simultaneidade na imigração, na emigração e no trânsito migratório diante de situações penosas para a população migrante e refugiada (Castles e Miller, 2004). As novas mobilidades conformam e constituem os heterogêneos processos no âmbito da “era da mobilidade” (Castles e Miller, 2004; Urry, 2000).

De acordo com Canales (2015), o modelo migratório da era global participa da reprodução da sociedade como reprodução demográfica, como reprodução da economia e do capital, como reprodução da estratificação e das desigualdades sociais. A realidade atual evoca complexidades entre o local e o global (Giddens, 1991), transformando e reconfigurando as migrações internacionais. Novos países adentram como rotas de migrantes indesejáveis ao Norte Global; são “os periféricos na periferia do capital” (Basso, 2003), buscando travessias para seu projeto migratório.

A relevância da migração como um sistema global translocal aponta que a reprodução social passa também a ser globalizada, com a migração internacional produzindo a intersecção entre os processos locais de reprodução social, interconectando a reprodução social de uns e outros no contexto global das desigualdades sociais (Canales, 2015).

Sassen (2016) analisa, no panorama migratório do século 21, o surgimento de novas lógicas de expulsão produzindo a “criação dos deslocados em massa” (p.67), pessoas forçadas a emigrar

* Mestre em Sociologia- Universidade Estadual de Campinas.

por guerras, violências, conflitos. Nesse cenário, o Brasil se tornou um país-tampão na geopolítica das migrações internacionais (Baeninger, 2024), represando os fluxos de imigrantes e refugiados do Sul Global, especialmente pela possibilidade da entrada e permanência documentada no país, quer como solicitante de refúgio, refugiado reconhecido ou visto de residência.

As contradições desta possibilidade de documentação e o papel do Brasil como país-tampão se revelam num Brasil como rota para a indústria criminoso da migração, servindo de rota de imigrantes e refugiados documentados para atravessar o país com coiotes e chegar a outros países da América do Sul e depois aos Estados Unidos.

Este capítulo traz o relato de uma situação e experiência pessoal de meu trabalho em uma companhia aérea, na qual pude observar todos estes processos acima mencionados em uma mala de viagem: expulsão, Brasil como rota-travessia, tráfico de migrantes.

Na mala de viagem: travessias e travessias

O trabalho no setor de bagagens perdidas de companhias aéreas é bem complexo e exige muita atenção para que bagagens extraviadas possam ser conciliadas novamente aos seus passageiros que seguiram por distintas rotas. Por um lado, com cada bagagem é feito todo um trabalho de identificação de marca, modelo, número de etiqueta (quando existe e não foi perdida) juntamente com a descrição dos principais itens dentro da bagagem.

O passageiro abre uma reclamação e informa os mesmos dados e, por sua vez, a companhia aérea tem equipes realizando a busca, inserindo os mesmos dados em um sistema quase universal utilizado por companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços. Quando há uma correspondência entre item reclamado e uma bagagem física encontrada, a bagagem é, finalmente, devolvida ao endereço atual do passageiro, seja sua residência fixa ou temporária. Quando não existe essa correspondência as bagagens são mantidas por 60 dias em um armazém, esperando a reclamação do dono e caso não exista a correspondência ou reclamação, o conteúdo é doado ou incinerado, dependendo de suas características.

Trabalho numa companhia aérea há pouco mais de 10 anos e há pouco mais de 3 anos sou responsável por projetos no setor de bagagem. Durante os meses de setembro e outubro de 2023 pude observar um padrão intrigante: num período menor a 15 dias, mais de 20 malas com características muito semelhantes começaram a chegar. Eram bagagens de tamanho médio (capacidade até 23 kg), que tinham quatro trechos em suas etiquetas, despachadas de Gana para Doha, seguindo para Guarulhos e por fim Lima.

O que me chamava a atenção, no entanto, é que as bagagens não eram reclamadas em Lima e retornavam à São Paulo para a equipe de buscas, como padrão da companhia, seguissem tentando identificar como devolver essas bagagens. Ao buscar pelo itinerário do passageiro, a fim de realizar a conciliação final, foi identificado que embora a bagagem apenas estivesse etiquetada até Lima, os passageiros seguiam para o México, mas nunca reclamaram suas bagagens.

O conteúdo, para além da rota, era, todavia, muito mais intrigante e quase idêntico em todas as malas encontradas: três ou quatro túnicas brancas (típicas do vestuário muçulmano

masculino, denominado: kandoora, thobe ou dishdasha) e cerca de seis garrafas de água de dois litros cada.

Esta situação dessas malas espelha não apenas a complexidade das rotas migratórias, incluindo o Brasil como rota-travessia no Sul Global, mas também aponta as expulsões e as condições adversas enfrentadas por muitos imigrantes que, provavelmente, após a última etapa aérea no México seguiriam para uma árdua travessia do deserto a fim de “conquistar a América” (Estados Unidos).

Como ex-pesquisadora na área de Sociologia e Estudos Populacionais, as evidências deixadas por aquelas bagagens extraviadas me mostraram a vida numa mala de viagem: pessoas que arriscam tudo em busca de melhores oportunidades, muitas vezes fugindo de conflitos em seus países de origem.

Esse padrão complexo da rota da viagem partindo de um país africano levantou questões sobre estratégias migratórias que envolvem trajetórias complexas entre países do Sul Global em busca de melhores oportunidades no Norte. A migração da Costa do Marfim para Doha, passando por Guarulhos e Lima até chegar ao México, exemplifica como as restrições impostas pelos países do Norte reconfiguram os destinos migratórios.

Especialmente nas últimas décadas os fluxos Sul-Sul demonstram a complexidade e a heterogeneidade da imigração internacional (Phelps, 2014). Esses movimentos não apenas se consolidam dentro de um processo mais amplo de migrações transnacionais, mas também revelam a divisão internacional do trabalho e a mobilidade do capital e impactam a conformação da imigração em cada país (Sassen, 1988 e 2016).

Muitas vezes, os fluxos migratórios e as redes associadas a eles passam despercebidos, apresentando desafios teórico-metodológicos significativos para o mundo acadêmico. A análise dessas dinâmicas exige uma investigação profunda das condições migratórias dos países envolvidos. Embora a hipótese que se levante sugira que muitos desses fluxos sejam oriundos de conflitos em suas regiões de origem, é essencial considerar as nuances e complexidades que permeiam essas trajetórias.

É angustiante refletir sobre o fato de que, além da árdua espera e da travessia perigosa pelo deserto, nem mesmo os poucos pertences que esses migrantes carregam estão seguros. A realidade de chegar a um destino sem nada — se é que conseguiram chegar — é uma condição desesperadora que muitos a enfrentam.

E o que aconteceu com os pertences das malas?

As roupas foram doadas para a Missão Paz, onde poderiam ser utilizadas por outros imigrantes acolhidos pela instituição. Ressalto que este acolhimento da Missão Paz, com imigrantes e refugiados, é fundamental para resgatar a dignidade e lutar pelos direitos daqueles que chegam a São Paulo, muitas vezes como uma etapa transitória rumo ao Norte Global.

Considerações Finais

Histórias como essa servem de alerta para a urgência de uma abordagem mais humana e solidária diante desse fenômeno global. É necessário reconhecer que cada bagagem perdida carrega consigo uma história única — uma história de luta por dignidade e sobrevivência em meio à adversidade.

A análise desses fluxos migratórios deve ser acompanhada por políticas públicas eficazes que promovam não apenas o acolhimento de imigrantes, mas também garantam seus direitos fundamentais. Somente, assim, poderemos construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todos aqueles que expulsos buscam sobreviver em terras desconhecidas.

Essas narrativas são necessárias para entender os novos fluxos migratórios e suas complexas particularidades. Em tempos de globalização e fluxos migratórios cada vez mais intensos, é fundamental que a sociedade e as autoridades se sensibilizem com essa realidade e busquem soluções para garantir a segurança e os direitos fundamentais de imigrantes e refugiados, independentemente de sua situação documental.

A migrantóloga que reside em mim sentiu a necessidade premente de compartilhar essas experiências cotidianas das migrações. Muitos arriscam suas vidas quando já estão ameaçados. Essas malas trazem histórias de resiliência e luta pela vida e por dignidade.

Referências

- AGIER, M. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, p.197-215, 2006.
- BAENINGER, R. Migrações internacionais: Brasil, país-tampão no Sul Global. XXV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Brasília, 2024.
- CANALES, A. *E pur si muove – Elementos para una teoria de las migraciones en el capitalismo global*. México: Universidad de Guadalajara, MAPorruá Editor, 2015.
- CASTLES, S.; MILLER, M. J. *The Age of Migration*. Hampshire and London: Mac Millan Pres Ltd: Houndmills, Basingstoke, 2003.
- CLOCHARD, O. Les réfugiés dans le monde entre protection et illégalité. *EchoGéo*, v. 2, p. 1-17, 2007.
- CORTES, G.; FARET, L. *Les circulations transnationales – Lire les turbulences migratoires contemporaines*. Paris: Armand Colin, 2009.
- DE HAAS, H. Migration and development: a theoretical perspective. *International Migration Review*. Nova Iorque, NY, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.
- DE HAAS, H. International migration, remittances and development: Myths and facts. *Third World Quarterly*, London, v. 26, n. 8, p. 1269-1284, 2005.
- DUMONT, G. F. Les nouvelles logiques migratoires au XXIe siècle. *Outre-Terre*, Paris, n. 17, p. 15-25, 2006.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 1991.

GLICK-SCHILLER, N. Beyond the Nation-State and its units of analysis: towards a new research agenda for migration studies – essentials of migration theory. Working Papers. Bielefeld: Center on Migration, Citizenship and Development (COMCAD), n°33, 2007.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo, SP: Loyola, 1992.

LEVITT, P.; GLICK-SCHILLER, N. Conceptualizing simultaneity – a transnational social field perspective on society. In: SAHOO, A. K.; MAHARAJ, B. Sociology of Diaspora – a reader. India: Rawat Publications, p. 156-193, 2007.

PEIXOTO, J. As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas. SOCIUS Working Papers, no 11, 2004.

PHELPS, E. D. South-South migration: why it's bigger than we think, and why we should care. The Migrationist, [S. l.], 2014.

SASSEN, S. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN, S. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Paz e Terra, 2016.

URRY, J. Sociology beyond societies: mobilities for the twenty-first century. Florence, KY, USA: Routledge, 2000.

WENDEN, C. W. Un essai de typologie des nouvelles mobilités. Hommes & Migration, Paris, n. 1233, p. 5-12, 2001.

WIMMER, A.; GLICK-SCHILLER, N. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: an essay in historical epistemology. International Migration Review, New York, NY, v. 37, n. 3, p. 576-610, 2003.



Entre uma governança migratória restritiva e a retomada da participação social de imigrantes: um balanço da II Comigrar

Luís Felipe Aires Magalhães*

No ano de 2024, é realizada a IIª Conferência Nacional de Imigrações, Refúgio e Apatridia, a IIª Comigrar. Esta Conferência evidenciou, desde o seu anúncio, desafios como o de oportunizar a participação social de imigrantes e a formulação de políticas públicas para esta população. Se na Iª Comigrar, realizada em 2014, os desafios giravam entorno à revogação do Estatuto do Estrangeiro e criação de uma Lei de Migração assentada em princípios humanitários – o que ocorreu apenas 3 anos depois, parcialmente e sob significativos vetos (Assis, 2018), os desafios da IIª Comigrar residiram na criação de mecanismos de regulamentação desta Nova Lei de Migração (Ramos, Vedovato e Baeninger, 2020), na igualdade de acesso a serviços públicos e, assim como na primeira, na garantia do direito ao voto.

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a IIª Comigrar a partir da participação do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO / UNICAMP) neste processo, particularmente na etapa preparatória, que consistiu em discussões locais com imigrantes e refugiados, bem como em realizar um balanço crítico da etapa nacional da Conferência, realizada em Brasília, entre os dias 08 e 10 de Novembro de 2024. Pretende-se realizar este balanço não apenas refletindo sobre o processo de mobilização e participação social de imigrantes como, sobretudo,

* Pesquisador em Pós-Doutorado no Observatório das Migrações em São Paulo – Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” da Universidade Estadual de Campinas.

analisando os limites impostos por estes processos pela Governança Migratória do Governo Lula, particularmente medidas recentes que restringem a emissão de vistos de ajuda humanitária para imigrantes haitianos e dificultam o próprio direito à solicitação de refúgio para migrantes em trânsito.

A participação do Observatório das Migrações em São Paulo na II Comigrar

O presente texto resulta de pesquisa desenvolvida desde meados de 2023¹, que se ampara, além de em ampla revisão bibliográfica sobre mobilização e participação social de migrantes (Claro e Fauth Júnior, 2015; Castles, 2022; Silva, 2022; Lanza e Lemes, 2023); e redes migratórias (Soares, 2002; Fazito, 2010; Truzzi, 2008), na análise dos materiais produzidos sobre as discussões locais realizadas pelo Observatório das Migrações em São Paulo na etapa preparatória da IIª Comigrar. Um aspecto particularmente importante da etapa de discussão local e sua estratégia de elaboração de propostas setorializadas foi a construção de uma rede de núcleos de pesquisa do Observatório em âmbito nacional².

As reflexões presentes neste Capítulo são produto da pesquisa realizada nas discussões locais e na Conferência Livre da Rede do Observatório das Migrações no Estado de São Paulo, em conferências livres (municipais, estaduais e nacionais) realizadas por outras instituições e na própria Conferência Livre Nacional, ocorrida em Brasília - DF, entre os dias 9 e 11 de novembro de 2024.

No Estado de São Paulo, foram realizadas 11 discussões locais, nas cidades de São Paulo e Campinas, abarcando mais de 200 imigrantes de mais de 20 nacionalidades diferentes (com destaque para haitianos, bolivianos, peruanos, paraguaios, cubanos, venezuelanos, afegãos e sírios), entre os meses de fevereiro e março de 2024. Na cidade de São Paulo, foram realizadas discussões locais com a comunidade haitiana de Guaianases (bairro vulnerável da Zona Leste), na Igreja Batista do bairro; com estudantes haitianos de pós-graduação, na União Social dos Imigrantes Haitianos (USIH); com trabalhadores migrantes latino-americanos do CAMI, Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante; com alunos e professores do curso de português para imigrantes da Missão Paz e da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Espaço de Bitita”; com venezuelanos

¹ Este estudo se desenvolveu também no âmbito de Pesquisa de Pós-Doutoramento intitulada “Mercado de Trabalho, Imigração e Combate Ao Trabalho Escravo Na Macrometrópole Paulista” (NEPO / UNICAMP), sob a supervisão da Profª Drª Rosana Baeninger (NEPO / UNICAMP), particularmente para os anos de 2024 e 2025.

² Esta rede do Observatório das Migrações em São Paulo é formado pelos seguintes grupos e núcleos de pesquisa: Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO, UNICAMP), Observatório das Migrações em Santa Catarina (UDESC), Observatório das Migrações no Estado do Ceará (URCA), Observatório das Migrações Nordestinas (UFRN), Observatório das Migrações em Roraima (UFRR), Observatório de Populações e Políticas Públicas (UEL), Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (UFMS), Grupo de Estudo Distribuição Espacial da População (GEDEP, PUC Minas) e Núcleo de Estudos Multidisciplinar Sobre Desenvolvimento Regional (NEDER, UNIVALE).

vinculados à Associação Nacional de Imigrantes Venezuelanos (ANIV), na UNESP; e com imigrantes paraguaios, na Missão Paz. Na cidade de Campinas, foram realizadas outras três discussões locais, no Grupo de Estágio Humanitário, com alunos imigrantes da Unicamp; no Tribunal Regional do Trabalho, com imigrantes e desembargadores que atuam junto a imigrantes; e no Grupo do CIMDAB - Portugal e Brasil, com pesquisadores e emigrantes brasileiros/as.

O propósito da etapa de discussão local foi o de tornar a Conferência Livre Nacional da Rede do Observatório das Migrações um processo de construção de proposições setorializadas, abrangendo as regionalidades dos grupos presentes nesta rede. Cada grupo organizou suas próprias discussões locais, apresentando à comissão organizadora um material de referência (relatório das discussões realizadas). Este material de referência deu origem ao Caderno de Proposições, com o qual foram realizadas as discussões nos Grupos de Trabalho da Conferência Livre Nacional.

A Conferência Livre Nacional da Rede do Observatório das Migrações em São Paulo foi realizada no dia 23 de março de 2024, na sede da Defensoria Pública da União (DPU), na cidade de São Paulo. Ela apresentou um total de 130 participantes, de 16 nacionalidades diferentes; 60,9% do total de participantes na Conferência eram mulheres.

A Conferência organizou as discussões em 4 Grupos de Trabalho (GTs)³ e elegeu três delegados para a etapa nacional, dos quais 2 eram pessoas em situação de refúgio. A relatoria das discussões locais foi agrupada em um Caderno de Proposições, documento discutido nos GTs e aprovado na Plenária Final da Conferência da Rede. Este Caderno Final de Proposições foi levado e defendido pelos delegados na Conferência Nacional. O Caderno Final de Proposições da IIª Comigrar, por sua vez, permite refletir sobre os principais objetivos da mobilização de imigrantes e refugiados, as barreiras institucionais existentes e as demandas discutidas e defendidas na etapa nacional (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2024).

A etapa nacional da Conferência foi marcada, da abertura ao encerramento, por protestos e críticas aos retrocessos recentes da política migratória brasileira. Um destes protestos foi realizado pelo Movimento Social de Migrantes durante a Cerimônia de Abertura da IIª Comigrar. No próximo item, refletiremos sobre como estas tensões desveladas pelo protesto sintetizam, em essência, os limites impostos pela governança migratória atual à participação social de imigrantes no país.

Quando a Governança Migratória restringe a Participação Social de Imigrantes

A pesquisa buscou responder à seguinte pergunta: que relações a mobilização e a participação social de migrantes estabelecem com a Governança Migratória em curso, e qual o papel da II Comigrar nesta relação? A resposta preliminar a esta pergunta é a de que a Governança

³ GT 1: Igualdade de tratamento e acesso a serviços públicos, interculturalidade e diversidades; GT 2: Inserção socioeconômica e promoção do trabalho decente; GT 3: Enfrentamento a violações de direitos, Governança e participação social e; GT 4: Regularização migratória e documental.

Migratória brasileira, em especial em razão dos aspectos que caracterizam a manutenção do securitismo (Feldman-Bianco, 2018; Machado, 2020; Domenech e Dias, 2020) promovem “migrações dirigidas” (Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2021) que quitam autonomia de imigrantes e refugiados, impondo limites à sua participação social (Lanza e Lemes, 2023). Aprofundemos neste ponto.

A Iª Comigar, em 2014, é, ao mesmo tempo, causa e efeito de um processo de ascenso da participação social de imigrantes no Brasil (Villen, 2015; Lanza e Lemes, 2023). Neste sentido, representou um momento importante de uma conjuntura mais ampla, caracterizada por Conferências Municipais de Políticas para Imigrantes, como as realizadas em São Paulo em 2013 e 2019, criação de Centros de Referência para Imigrantes em algumas cidades brasileiras, realização do Fórum Social Mundial das Migrações, também em São Paulo, em 2016, dentre outros avanços (Bógus e Magalhães, 2022) que resultam, por fim, na promulgação, em 2017, da Nova Lei de Migração (Ramos, Vedovato e Baeninger, 2020) – revogando-se, com isso, o entulho ditatorial representado pelo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80). A participação social de imigrantes não é, no entanto, processo linear: mesmo em um contexto mais favorável à mobilização de migrantes, ocorre, após 2017, um claro descenso da organização e poder de mobilização dos migrantes no país. Podemos elencar as seguintes razões de tal refluxo:

Conjuntura política: os Governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), ademais de impor, pelo primeiro, vetos importantes à Nova Lei de Migração (Lei nº 13.445/2017) e, pelo segundo, de sinalizar não pautar diretamente a construção de uma política nacional para migrantes, tendo em vista, por exemplo, a saída, em seu primeiro dia de Governo, do Pacto Global da ONU para Migração⁴, representaram, na prática, uma condição política mais adversa e refratária à inserção do tema migratório no arcabouço nacional de políticas públicas (Vendruscolo, 2021; Mendes e Menezes, 2019);

Conjuntura econômica: após o ciclo econômico expansivo entre 2004 e 2014 (Magalhães, 2017), a economia brasileira entra em recessão já no último trimestre de 2014, permanecendo nesta condição até o ano de 2016 (Carvalho, 2018). À esta recessão, segue-se até o ano de 2021 uma estagnação econômica (Oreiro e Paula, 2021; Paula, 2022). Ambas resultaram no crescimento do desemprego, na elevação da pobreza, no retorno do país ao Mapa Global da Fome e na desestruturação de políticas públicas importantes, como o Programa Bolsa Família. Os imigrantes, como elos mais frágeis do sistema social (Mészáros, 2009), serão duplamente afetados, não apenas pelos fatores acima mencionados como também pelo crescimento da xenofobia que decorre nos momentos de crise capitalista (Magalhães e Bógus, 2025);

Conjuntura epidemiológica: a Pandemia de Covid-19 desestruturou os modos de reprodução social da população migrante (Baeninger, Vedovato e Nandy, 2020) tendo em vista esta i) residir preferencialmente em distritos periféricos e pouco assistidos em termos de atendimento médico-hospitalar; ii) por consequência, usar

⁴ Pacto Global para uma Migração Segura, Ordenada e Regular.

frequentemente os meios de transporte público de massa e ainda, iii) atuar no mercado informal, com baixa adesão ao *home office* e em atividades formais que não passaram por isolamento social tendo em vista sua caracterização como serviço essencial, sobretudo a agroindústria. Por estas razões, a população migrante ficou especialmente exposta à disseminação da Covid-19 (Magalhães, Bógus e Baeninger, 2021);

Migrações Dirigidas: a imigração venezuelana no Brasil expande-se a partir de 2018. Em sua terceira fase (Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2021), passa a se constituir em uma “migração dirigida” (Baeninger, Demétrio e Domeniconi, 2021), isto é, um fluxo gerido pelo Estado, particularmente as Forças Armadas, Exército à frente, através da “Operação Acolhida”. Esta Operação, criada pelo Governo Temer ainda em 2018, caracteriza-se por uma intensa tutela migratória, que submete o maior fluxo migratório do país a uma situação de perda de autonomia política e social, inibindo com isso sua própria participação em processos organizativos tais como a II Comigrar⁵.

Além dos fatores acima mencionados, a Governança Migratória no Brasil tem se caracterizado pela manutenção de aspectos securitários vigentes nos Governos Temer e Bolsonaro, como a concentração de secretarias e políticas voltadas à imigrantes e refugiados no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), a militarização da gestão migratória e a tutela migratória exercida pelo Estado, através não apenas da Operação Acolhida, como também de portarias recentes, anteriores e posteriores à II Comigrar, como a Nota Técnica Nº 18/2024/Gab-Demig/Demig/Senajus/MJ, que retira a cobertura e a proteção da Nova Lei de Migração aos migrantes de trânsito no Brasil e dificulta a solicitação de refúgio, e a Portaria Interministerial MJSP/MRE Nº 51, que restringe a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária para haitianos. Esta última, editada em 27 de dezembro de 2024, após, portanto a IIª Comigrar, indica refratabilidade do Governo Federal ao movimento social de imigrantes, às mobilizações da sociedade civil e às próprias propostas discutidas e aprovadas na etapa nacional da Conferência.

Os fatores acima elencados explicam o referido descenso da mobilização social de migrantes no Brasil após 2016, resultando em uma baixa ou mais difícil adesão desta população à IIª Comigrar. É simbólico que, entre a Iª e a IIª Comigrar, isto é, entre 2014 e 2024, reduziu-se de 50% para 25% o quórum mínimo de imigrantes para a validação de uma Conferência Livre, seja ela municipal, estadual ou nacional.

⁵ A “mirada bifocal” (Ariza e Velasco, 2012) nos impele, aqui, a considerar também a própria criminalização da organização política em território venezuelano, tanto por forças do Estado como pela atuação de grupos paramilitares de oposição. A sociabilidade destes imigrantes no Brasil se verá condicionada não apenas pelos fatores objetivos (documentação, local de residência, ocupação e renda etc) e subjetivos (interação social com brasileiros, domínio do idioma etc) e suas características socio demográficas (sexo, raça / cor, idade, tempo de residência etc) como também por fatores trazidos pelos imigrantes dos locais de origem e de trânsito.

Conclusões: desafios interpretativos e agenda de pesquisa

O descenso da mobilização social de migrantes é um dos principais elementos característicos da atual dinâmica migratória, revelados pela IIª Comigrar, particularmente na cidade de São Paulo. Obviamente, isto não se converte em uma regra geral: há contextos espaciais em que os migrantes mostraram-se mais organizados e participativos que na Iª Comigrar, assim como regiões foram “integradas” à dinâmica migratória mais recentemente, como Roraima (onde a imigração internacional em 2014 era residual), o que nos impede de traçar um exercício comparativo entre a primeira e a segunda Conferência.

No caso analisado neste Capítulo (a mobilização de imigrantes em São Paulo, não apenas nas atividades desenvolvidas pelo Observatório como também por outras organizações, tanto da sociedade civil como do poder público, e a própria Conferência Nacional, em Brasília), há, ainda, outras questões reveladas pela IIª Comigrar que nos impõem uma interpretação teórica e constituem uma agenda de pesquisa.

A IIª Comigrar revelou a existência de novos sujeitos sociais no campo do acompanhamento de imigrantes e refugiados, acompanhando, com isso, a própria existência de novos sujeitos migrantes trazidos pela diversidade das Migrações Sul Sul (Baeninger *et al*, 2018). Este não é um elemento novo apenas da dinâmica de organização e participação social de imigrantes na cidade de São Paulo como também no restante do país, tendo em vista as próprias articulações espaciais engendradas por estes novos atores. São, especialmente, grupos da sociedade civil de vocação religiosa (sobretudo as denominações Batista, Adventista e Igrejas neo-pentecostais) e ONGs (Organizações Não - Governamentais) que atuam diretamente no atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade. Tanto os grupos religiosos quanto as ONGs operam no vácuo deixado pela ausência de uma política migratória no país e pelo próprio art. 120 da Nova Lei de Migração, que permite a atuação de “organizações da sociedade civil e outras entidades” na implementação de políticas para migrantes no país (Brasil, 2017), como é o caso da Operação Acolhida - em que a estes novos atores somam-se, ainda, as próprias organizações internacionais e agências humanitárias.

Este fenômeno exige uma tipologia específica das formas de organização e atuação destes novos atores, que oscilam entre a pressão por políticas públicas para migrantes e o discurso e a prática empreendedores, caracterizando-os não apenas quanto aos serviços oferecidos como também quanto aos fluxos atendidos e à sua articulação produtivo - espacial, tendo em vista a modalidade de “interiorização institucional”, de que participam, não raramente direcionar os imigrantes, neste caso, venezuelanos, para atividades laborais.

As discussões locais realizadas e a própria Conferência Nacional desvelam, ainda, a transversalidade do racismo, em sua dimensão estrutural (Almeida, 2019): fatores como tempos de permanência, escolaridade, renda, localização, condição migratória e documental e ocupação não impedem imigrantes negros de serem objeto de discriminação racial de brasileiros, em ambientes de trabalho, estudo e espaços públicos. As discussões também apontaram também

a dimensão do racismo assentada na falta de isonomia de tratamento em relação a fluxos de imigrantes e refugiados brancos, como os ucranianos, por exemplo. A racialização da migração internacional no Brasil (Villen, 2015) opera, neste sentido, as próprias lógicas de acesso a direitos.

Por fim, outro elemento importante desvelado pela IIª Comigrar é a crescente politização das migrações internacionais (Brito, 2013; Aguilar, 2023). Em escala global, as migrações internacionais têm sido profundamente politizadas, especialmente após a crise de 2008 e o crescimento da xenofobia nos países do Norte Global, sobretudo nos países da Comunidade Europeia e nos Estados Unidos. Em termos conceituais, esta disputa se expressa na oposição entre as noções de “crise migratória” e “migração de crise” (Baeninger e Peres, 2017; Magalhães, Baeninger e Bógus, 2024). No Brasil, uma das expressões desta politização é o fato de que alguns estados governados pela extrema-direita impuseram obstáculos à realização das etapas locais e não realizaram suas conferências estaduais da IIª Comigrar. Por outro lado, no âmbito federal, a questão migratória segue sendo secundarizada e concentrada no Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que também é uma decisão política. A disputa por cargos dentro de um governo de coalizão explica, por seu turno, as mudanças na equipe do Departamento de Migração e as próprias incertezas quanto à data e ao local de realização da IIª Comigrar. As tensões existentes entre distintos sujeitos sociais, sobretudo as ONGs, destas em relação aos grupos acadêmicos, e entre associações migrantes revelam que a politização da questão migratória no Brasil exige um estudo aprofundado, tendo em vista a interseccionalidade de raça, nacionalidade, classe e gênero nestas tensões, além da própria tensão central entre Governança Migratória e participação social de migrantes.

Referências

- AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. The politicisation or securitisation of migration? The cases of Brazil, Colombia, Ecuador and Peru during the Venezuelan crisis. In: *Revista Espirales*, Foz do Iguaçu, v. 7, n. 2, p. 117 - 143, 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo Editora Pólen, 2019.
- ARIZA, Marina; VELASCO, Laura (coord.). *Métodos cualitativos y su aplicación empírica. Por los caminos de la investigación sobre migración internacional*. México - DF: El Colegio de la Frontera Norte, UNAM, 2012.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. Nova Lei de Migração no Brasil: Avanços e Desafios. In: BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia Maria Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs). *Migrações Sul - Sul*. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia Maria Machado; MOREIRA, Julia Bertino; VEDOVATO, Luís Renato; FERNANDES, Duval; SOUZA, Marta Rovey de; BALTAR, Cláudia Siqueira; PERES, Roberta Guimarães; WALDMAN, Tatiana Chang; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (Orgs). *Migrações Sul - Sul*. Campinas - SP, Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp, 2018.

BAENINGER, Rosana; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice de Oliveira. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. In: Revista Latinoamericana de Población, n. 16, 2021.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: A migração haitiana para o Brasil. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.

BAENINGER, Rosana; VEDOVATO, Luís Renato; NANDY, Shailen (Coords); MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; ZUBEN, Catarina von PARISE, Paolo; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Joice (Orgs). Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' - NEPO / UNICAMP, 2020.

BÓGUS, Lucia Maria Machado; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Cidades Educadoras e Políticas para Imigrantes: O caso do município de São Paulo – SP. In: EccoS – Revista Científica, São Paulo, n. 61, p. 1-18 e22154, abr./jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 13.445 (Lei de Migração). Brasília - DF, 2017.

BRITO, Fausto. A politização das migrações internacionais: direitos humanos e soberania nacional. In: Revista Brasileira de Estudos Populacionais (REBEP), Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 77-97, jan./jun. 2013.

CARVALHO, Laura. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTLES, Stephen. Entendendo a Migração Global: Uma perspectiva desde a transformação social. In: REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, vol. 18, n. 35, 2010, p. 11-43. Disponível em: <https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/227/210>.

CLARO, Carolina de Abreu Batista; FAUTH JÚNIOR, Sady Sidney. O Processo Participativo na Elaboração e na Consolidação da Política Migratória Brasileira. In: VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEGA, Tuíla (Orgs). Política migratória e o paradoxo da globalização. Porto Alegre - RS: Edipucrs, 2015.

DOMENECH, Eduardo; DIAS, Gustavo Tentoni. Regimes de fronteira e “ilegalidade” migrante na América Latina e Caribe. In: Revista Sociologias, [S. l.], v. 22, n. 55, p. 40–73, 2020.

FAZITO, Dimitri. Análise de redes sociais e migração: dois aspectos fundamentais do “retorno”. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 72, p.89-176, 2010.

FELDMAN-BIANCO, Bela. O Brasil frente ao regime global de controle das migrações: Direitos humanos, securitização e violências. In: TRAVESSIA – A Revista do Migrante, ano XXXI, n. 83, maio/ago. 2018.

LANZA, Líria Maria Bettiol; LEMES, João Ricardo. Mobilização de migrantes e movimentos sociais: a construção de lutas convergentes na década de 2010. In: Oikos: Família e Sociedade em Debate, v. 34, n. 1, p.01-27, 2023.

MACHADO, Igor José de Renó. Securitization (Re)turn: Analysis of the new brazilian migration laws (2016-2019). In: Middle Atlantic Review of Latin American Studies, vol. 4, n. 2, p. 213-234, 2020.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. 355p. 2017

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BAENINGER, Rosana; BÓGUS, Lucia (Coords); SANTOS, Aline Lima; FERNANDES, Caio; SILVA, Camila Rodrigues da; CHAVES, Fátima; ZUBEN, Catarina Von; DOMENICONI, Joice; BRESSAN, Laís Meneguello; SANTOS, Viviane. Migrações e Refúgio: Temas emergentes no Brasil. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População 'Elza Berquó' (NEPO / UNICAMP), 2024.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lucia. Xenofobia à Brasileira: A conversão do diverso em adverso. Livro do IX Simpósio Internacional Sobre Migração e Religião [no prelo], 2025.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BÓGUS, Lucia; BAENINGER, Rosana. Covid-19 e imigração internacional na Região Metropolitana de São Paulo. In: REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 29, n. 61, abr. 2021.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. II COMIGRAR: Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia - Caderno Final. Brasília - DF, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/migracoes/participacao-social-1/comigrar/cadernos-com-propostas-priorizadas/2COMIGRARCadernoFinal1_compressed1.pdf

MENDES, José Sacchetta Ramos; MENEZES, Fábio Bensabath Bezerra de. Política Migratória no Brasil de Jair Bolsonaro: “Perigo Estrangeiro” e Retorno à Ideologia de Segurança Nacional. In: Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n. 247, mai./ago., p. 302-321, 2019.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do Capital. São Paulo: Boitempo, 2009. 133 p.

OREIRO, José Luís; PAULA, Luiz Fernando de. Macroeconomia da Estagnação Brasileira. Rio de Janeiro: Alta Books Editora, 2021.

PAULA, Luiz Fernando de. Economia Brasileira na Encruzilhada: Ensaio sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia bancária. Curitiba - PR: Appris Editora, 2022.

RAMOS, André de Carvalho; VEDOVATO, Luís Renato; BAENINGER, Rosana (Coords). Nova Lei de Migração: Os três primeiros anos. Campinas - SP: Núcleo de Estudos de População ‘Elza Berquó’ (NEPO / UNICAMP), 2020.

SILVA, Sidney Antonio da. Migração e cidadania: Desafios à inclusão dos imigrantes no Brasil. In: Migrações internacionais: Abordagens de direitos humanos. Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017. p. 81-93.

SOARES, Weber. Da metáfora à substância: redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. Belo Horizonte. Tese de doutorado. Cedeplar/Face/UFMG, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: Tempo Social, vol. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VENDRUSCOLO, Laura. Política migratória do Governo Michel Temer em perspectiva. In: Conexões Internacionais, 2(1). 2021.

VILLEN, Patrícia. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. In: Revista Lutas Sociais, São Paulo, vol.19 n.34, p.126-142, jan./jun. 2015.



PUBLICAÇÕES

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES EM SÃO PAULO

ATLAS TEMÁTICOS

- Migrações Internas e Internacionais, 2014
- Migrações Internacionais, 2017
- Migração Refugiada, 2018
- Migrações Internacionais – Região Nordeste, 2019
- Migrações Internacionais – Macrometrópole Paulista e Regiões de São Paulo, 2020
- Migrações Venezuelanas, 2020
- Migrações Internacionais – Região Sul, 2020
- Mulheres nas Migrações Internacionais, 2021
- Populações Vulneráveis – Trabalho Infantil, 2021
- Região Metropolitana de Piracicaba, 2022
- Migrações dos Países de Língua Portuguesa no Brasil, 2024
- Emigração Brasileira- Principais países de destino, 2024
- Proteção à trabalhadora e ao trabalhador migrantes – O Poder Judiciário Trabalhista como Agente Transformador da Sociedade: Migrações Internacionais, 2025
- Migrações Internacionais nos Países de Língua Portuguesa, 2025
- Migrações Internacionais em Roraima, 2025

SÉRIE MIGRAÇÕES

- Imigração Boliviana no Brasil, 2010
- Fases e Faces das Migrações, 2014
- Imigração Haitiana no Brasil, 2016
- Migrações Sul-Sul, 2017
- Migrações Fronteiriças, 2018
- Migrações Venezuelanas, 2018
- Migrações Colombianas, 2019
- Migrações Internacionais e a Pandemia de Covid-19, 2020
- Impactos da Pandemia de Covid-19 nas Migrações Internacionais no Brasil, 2020
- Migrações Angolanas, 2020
- A Nova Lei de Migração: Os Três Primeiros Anos, 2020
- Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2020 (Fascículo 4-Trabalho e Educação)
- Migrações Qualificadas, 2021
- Migrações Bolivianas, 2021
- Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2021 (Fascículo 2-Me virando no dia a dia)

www.nepo.unicamp.br/observatorio/



- Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2023 (Fascículo 4 – Cuidando da minha saúde)
- Coleção Vamos Juntos! Português como Língua de Acolhimento, 2025 (Fascículo 3 - Organizando minha vida)
- Migração e Refúgio: Temas emergentes no Brasil, 2024
- Observatório da Emigração Brasileira – textos selecionados, 2025

SÉRIE POPULAÇÃO E CIDADES

- Subsídios para o Planejamento e Políticas, 2010
- O Rural Paulista no Século XXI, 2018
- Subsídios para o Planejamento Local, 2019
- Espaços Regionais da Agricultura Globalizada, 2020
- Populações Vulneráveis, 2021
- Populações Vulneráveis: Trabalho Infantil, 2023

BANCO INTERATIVO

- Imigração Internacional no Brasil
- Espaços Regionais da Agricultura Globalizada
- Imigração Venezuelana
- Serviço de Referência ao Imigrante – Campinas
- Populações Vulneráveis



100 anos
Elza Berquó



UNIVERSIDADE
DE LISBOA



Instituto de Geografia
e Ordenamento do Território
UNIVERSIDADE DE LISBOA



Universidade do Minho



univale

